



NETO, João Pedro de Carvalho. [*Noite*], 1998 – xilogravura sobre papel, cm. Coleção Gilmar de CARVALHO, Coleção de Artes Visuais do IEB/USP, GC-0020_07-G



ZENIO Fernandes Brito, Francisco. *Estação 7 – O rico vê o pobre*, 1999 – xilogravura sobre papel, cm. Coleção Gilmar de CARVALHO, Coleção de Artes Visuais do IEB/USP, GC-0012_o8-G



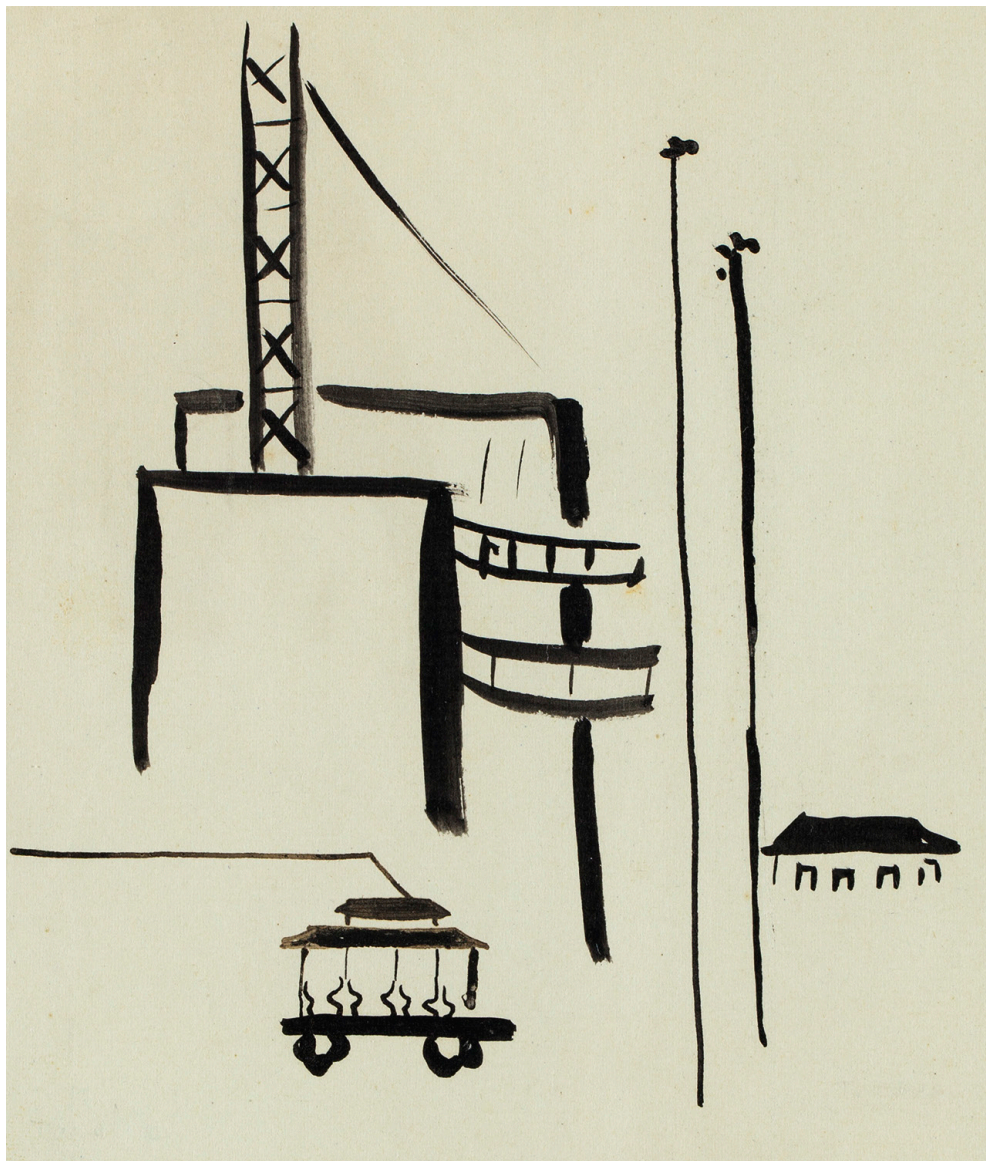
ZENIO Fernandes Brito, Francisco. *Estação 14 – Só o pequeno paga*, 1999 – xilogravura sobre papel, cm. Coleção Gilmar de CARVALHO, Coleção de Artes Visuais do IEB/USP, GC-0012_15-G



NETO, João Pedro de Carvalho. *Álbum Meninos de rua*, 1998 – xilogravura sobre envelope de papel pardo, cm. Coleção Gilmar de CARVALHO, Coleção de Artes Visuais do IEB/USP, GC-0020_00-G



ANDRADE, Mário Raul de Moraes. *Papel quadriculado nº 2 (Sé de Belém)*, 1927 – lápis sobre papel, 14,4 x 10,3 cm. Coleção Mário de ANDRADE, Coleção de Artes Visuais do IEB/USP, MA-0086



AMARAL, Tarsila do. *Cidade com bondinho*, 1925 c – nanquim sobre papel, 21 x 18 cm.
Coleção Mário de ANDRADE, Coleção de Artes Visuais do IEB/USP, MA-0040



MARTINS, Aldemir. *[Baleia]*, 1963 – gravura em metal sobre papel, 21,4 x 13,9 cm.
Coleção Graciliano RAMOS, Coleção de Artes Visuais do IEB/USP, GR-0013

DI CAVALCANTI, Emiliano. *Para os
problemas brasileiros, as soluções brasileiras* –
nº 9, s.d. – nanquim sobre papel, 32,3 x 23,1 cm.
Coleção Mário de ANDRADE, Coleção de Artes
Visuais do IEB/USP, MA-0197



"Para os problemas
brasileiros as
soluções brasileiras"



Universidade de São Paulo

**Prof. Dr. Carlos Gilberto
Carlotti Junior**
REITOR

**Profa. Dra. Maria Armanda do
Nascimento Arruda**
VICE-REITORA



Profa. Dra. Monica Dantas
DIRETORA

Profa. Dra. Luciana Suarez Galvão
VICE-DIRETORA



Credenciamento e Apoio Financeiro
do: Programa de Apoio às
Publicações Científicas da USP
Comissão de Credenciamento



Instituto de Estudos Brasileiros
Espaço Brasiliana
Av. Prof. Luciano Gualberto, 78
Cidade Universitária, Butantã
05508-010, São Paulo - SP, Brasil
(11) 3091-1149
www.ieb.usp.br

Revista do Instituto de Estudos Brasileiros

ISSN 2316-901X · n. 90, 2025 · abril

CONSELHO EDITORIAL: **ANAÏS FLÉCHET** (HISTÓRIA) – UNIVERSITÉ DE
VERSAILLES SAINT-QUENTIN-EN-YVELINES (UVSQ) – FRANÇA; **JULIE KLINGER**
(GEOGRAFIA) – UNIVERSITY OF DELAWARE (UD) – EUA; **PABLO ROCCA**
(LITERATURA) – UNIVERSIDADE DE LA REPÚBLICA (UDELAR) – URUGUAI; **SUSANA
SARDO** (ANTROPOLOGIA) – UNIVERSIDADE DE AVEIRO (UA) – PORTUGAL.

EDITORES RESPONSÁVEIS **Dulcilia Helena Schroeder Buitoni** (IEB-USP);
Marcos Antonio de Moraes (IEB-USP); **Stelio Marras** (IEB-USP)

PRODUÇÃO **DIVISÃO DE APOIO E DIVULGAÇÃO** (IEB-USP)

EDITOR-EXECUTIVO **Pedro B. de Meneses Bolle**

DIAGRAMAÇÃO **Flavio Alves Machado**

PREPARAÇÃO E REVISÃO DE TEXTOS **Cleusa Conte Machado**

PROJETO GRÁFICO **Camillo e Tressler Design**

CAPA **Flavio Alves Machado**

CONSELHO CONSULTIVO **ADRIÁN GORELIK** (UNIV. NACIONAL DE QUILMES,
BERNAL, AR); **BARBARA WEINSTEIN** (UNIV. DE NOVA IORQUE, NOVA IORQUE,
EUA); **CARLOS AUGUSTO CALIL** (UNIV. DE SÃO PAULO, SÃO PAULO, BR); **CARLOS
SANDRONI** (UNIV. FEDERAL DE PERNAMBUCO, RECIFE, BR); **ETTORE FINAZZI-
AGRÒ** (UNIV. DE ROMA LA SAPIENZA, ROMA, IT); **FERNANDA ARÊAS PEIXOTO**
(UNIV. DE SÃO PAULO, SÃO PAULO, BR); **HELOISA MARIA MURGEL STARLING**
(UNIV. FEDERAL DE MINAS GERAIS, BELO HORIZONTE, BR); **JOÃO CEZAR DE
CASTRO ROCHA** (UNIV. ESTADUAL DO RIO DE JANEIRO, RIO DE JANEIRO, BR);
JORGE COLI (UNIV. ESTADUAL DE CAMPINAS, CAMPINAS, BR); **LUIZ FELIPE DE
ALENCASTRO** (UNIV. DE PARIS-SORBONNE, PARIS, FR); **MANUEL VILLAVERDE
CABRAL** (UNIV. DE LISBOA, LISBOA, PT); **MARIA CECILIA FRANÇA LOURENÇO**
(UNIV. DE SÃO PAULO, SÃO PAULO, BR); **MARIA LIGIA COELHO PRADO** (UNIV.
DE SÃO PAULO, SÃO PAULO, BR); **MARIA LUCIA BASTOS KERN** (PONTIFÍCIA
UNIV. CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL, PORTO ALEGRE, BR); **PETER BURKE**
(EMMANUEL COLLEGE CAMBRIDGE, CAMBRIDGE, RU); **REGINA ZILBERMAN** (UNIV.
FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL, PORTO ALEGRE, BR); **RODOLFO NOGUEIRA
COELHO DE SOUZA** (UNIV. DE SÃO PAULO, SÃO PAULO, BR); **SERGIO MICELI** (UNIV.
DE SÃO PAULO, SÃO PAULO, BR); **WALNICE NOGUEIRA GALVÃO** (UNIV. DE SÃO
PAULO, SÃO PAULO, BR)

Capa: Manuscrito de "A ordem econômica mundial",
de Celso Furtado. Acervo Celso Furtado, Arquivo do
IEB/USP, código de referência CF-CAD002

FLORES GIORGINI • PAULO TEIXEIRA IUMATTI
• RAFAEL IORIS • ANTONIO MOTA FILHO •
ROBERTO PEREIRA SILVA • RENATA BIANCONI
• DARLAN PRAXEDES BARBOZA • LUIZ CARLOS
JACKSON • FABIO SILVA DE SOUZA • PEDRO
PAULO ZAHLUTH BASTOS • GUSTAVO S. AZENHA
• LUÍS BUENO • VANESSA MORO KUKUL • JOÃO
PAULO MANSUR • DANIEL MENDES • MARCELO
GARSON • HEROM VARGAS • BRUNO VEÇOZZI
REGASSON • MARCOS ANTONIO DE MORAES
• THIAGO GOMS • ALINE ALVES DE JESUS •
ANA PAULA CAVALCANTI SIMIONI • RICARDO
GAIOTTO DE MORAES • PAULO TEIXEIRA
IUMATTI • RAFAEL IORIS • ANTONIO MOTA FILHO
• ROBERTO PEREIRA SILVA • RENATA BIA
• DARLAN PRAXEDES BARBOZA • LUIZ C
JACKSON • FABIO SILVA DE SOUZA •
GIORGINI • PEDRO PAULO ZAHLUTH B
GUSTAVO S. AZENHA • LUÍS BUENO • V
MORO KUKUL • JOÃO PAULO MANSUR •
MENDES • MARCELO GARSON • HEROM
• BRUNO VEÇOZZI REGASSON • M
ANTONIO DE MORAES • THIAGO GOMS • ALINE
ALVES DE JESUS • ANA PAULA CAVALCANTI
SIMIONI • RICARDO GAIOTTO DE MORAES

EDITORIAL • EDITORIAL)

eIO747 **Dependência e autonomia**

DOSSIÊ • DOSSIER)

eIO745 **“Independência ou morte!": a teoria da dependência em debate** [*"Independence or death!": the dependency theory in debate* • Flores Giorgini • Paulo Teixeira Iumatti

eIO731 **Desenvolvimento como superação da condição colonial: a influência de longo prazo das formulações isebianas** [*Development as overcoming the colonial condition: the long-term influence of Iseb formulations* • Rafael Ioris

eIO734 **The idea of dependence and its places** [*A ideia da dependência e seus lugares* • Antonio Mota Filho

eIO735 **Celso Furtado e a teoria da dependência: diálogos e aproximações** [*Celso Furtado and dependency theory: dialogues and approaches* • Roberto Pereira Silva • Renata Bianconi

eIO743 **Crise, deslocamento e reconversão: o Ilpes entre a tradição estruturalista e a crítica sociológica** [*Crisis, displacement and reconversion: Ilpes between the structuralist tradition and sociological criticism* • Darlan Praxedes Barboza • Luiz Carlos Jackson • Fabio Silva de Souza

eIO737 **A formação transnacional da teoria da dependência** [*The transnational formation of dependency theory* • Flores Giorgini

eIO739 **As duas vertentes marxistas da teoria da dependência e seus limites: para uma nova síntese da economia política histórico-estrutural** [*The two Marxist strands of dependency theory and their limits: towards a new synthesis of the historical-structural political economy* • Pedro Paulo Zahluth Bastos

- eIO7I9 **“Ontological predation” and the conjuring of liberal fixations: ruminations on (inter)dependencies and “savage” (dis)possessions** [*“Predação ontológica” e a conjuração de fixações liberais: ruminções sobre (inter)dependências e (des)possessões “selvagens”*] • Gustavo S. Azenha

ARTIGOS • ARTICLES)

- eIO7I4 **Fracasso da forma ou visão de país em *A Confederação dos Tamoios*** [*Failure of the form or vision of the country in *A Confederação dos Tamoios**] • Luís Bueno
- eIO7II **Um mundo em ruínas: violências, catástrofes e negatividade na poesia de Dante Milano** [*A world in ruins: violence, catastrophes and negativity in Dante Milano’s poetry*] • Vanessa Moro Kukul
- eIO709 **A denúncia social em *O moleque Ricardo* é uma luta por direitos, um manifesto revolucionário ou o quê?** [*Is the social critique in *O moleque Ricardo* a struggle for rights, a revolutionary manifesto or what?*] • João Paulo Mansur
- eIO727 **Nos rastros do imaginário: a literatura e a história em *Gabriela, cravo e canela*, de Jorge Amado** [*In the footsteps of the imagination: literature and history in *Gabriela, cravo e canela* by Jorge Amado*] • Daniel Mendes
- eIO707 **Ronnie Von: de ídolo da juventude a artista psicodélico (1966-1970)** [*Ronnie Von: from youth idol to psychedelic artist (1966-1970)*] • Marcelo Garson • Herom Vargas
- eIO736 **A república no império: mapeando o discurso republicano no Brasil dos Oitocentos (1822-1870)** [*The republic in the empire: mapping republican discourse in nineteenth-century Brazil (1822-1870)*] • Bruno Veçozzi Regasson

CRIAÇÃO • CREATION)

- eIO746 **Cabeças trocadas: a arte reflexiva de Thiago Goms** [*Swapped heads: the reflective art of Thiago Goms* • Marcos Antonio de Moraes

DOCUMENTAÇÃO • DOCUMENTS)

- eIO740 **Tarsila do Amaral ilustradora: uma contribuição à revisão do *catalogue raisonné* a partir do acervo do IEB/USP** [*Tarsila do Amaral illustrator: a contribution to the review of the catalogue raisonné based on the IEB/USP collection* • Aline Alves de Jesus • Ana Paula Cavalcanti Simioni

RESENHAS • BOOK REVIEWS)

- eIO744 **Paris 1923: trânsitos de sociabilidade em *cabarets* antropofágicos** [*Paris 1923: circulations of sociability in anthropophagic cabarets* • Ricardo Gaiotto de Moraes



BANDEIRA, Manuel. *Casa colonial na rua Aurora*, s.d. – nanquim sobre papel, 21,9 x 14,4 cm. Coleção Mário de ANDRADE, Coleção de Artes Visuais do IEB/USP, MA-0106

EDITORIAL

DEPENDÊNCIA E AUTONOMIA

Este número da *RIEB* expressa cabalmente seu esforço interdisciplinar e o de seus colaboradores. É a virtude do atravessamento de feudos na emergência de novidades. Assim se pode abordar, por exemplo, o artigo de Luís Bueno sobre a *Confederação dos Tamoios*, o famoso poema épico de Gonçalves de Magalhães. Sem anacronismos, mas respondendo aos constrangimentos de hoje, aí flagramos outra interpretação do Brasil e dos brasis quando agora já hesitamos sobre a mitologia do progresso e do desenvolvimento que tanto nos impedia de perceber o quanto essa mitologia correu contra povos e ambientes. Para outra época, outros épicos.

Em semelhantes águas, Vanessa Moro Kukul também reativa as ligações entre poesia e política, atenta contra reduções ao puro estético ou à pura denúncia. Aliás, rever denúncias a partir da literatura, inclusive considerando as próprias condicionantes sociais do autor, instrui a investigação de João Paulo Mansur. Ainda, mútuas influências entre história e literatura podem ser conhecidas na análise de *Gabriela, cravo e canela*, de Jorge Amado, por Daniel Mendes.

Ainda neste volume, temos a coautoria de Marcelo Garson e Herom Vargas no exame da carreira do cantor Ronnie Von na segunda metade dos anos 1960. Flagramos aí a trajetória do artista sensivelmente modulada por forças musicais e não musicais da época. Trata-se, assim, de reconhecer a obra do cantor no cruzamento entre inclinações individuais e contexto social, restando impróprio tomar como apartadas uma e outra unidade de análise (indivíduo e sociedade).

Bruno Veçozzi Regasson mostra as minúcias históricas decisivas na passagem do império à república no Brasil. Seu artigo ilumina a disputa semântica e política do republicanismo que passava a se insinuar no Brasil Império em meio a forças liberais e conservadoras, revolucionárias e reformistas, e sob influxos cientificistas e chamados por modernização socioeconômica.

Estudiosos afiliados a instituições brasileiras, norte-americanas e francesa renovam considerações sobre a teoria da dependência, tema que compõe o Dossiê deste número da *RIEB*. Sobre esse Dossiê, remetemos à reflexiva e minuciosa Apresentação de seus coordenadores: Paulo Iumatti e Flores Giorgini. Para outras (in) dependências, outras teorias.

Na seção Criação, Marcos Antonio de Moraes, docente da área de literatura do IEB, em “Cabeças trocadas: a arte reflexiva de Thiago Goms”, apresenta a obra do multiartista paulistano, criador de um instigante imaginário estético em torno de figuras humanas com cabeça de felinos, explorando abrangente simbologia, que exprime vivências pessoais, a matéria brasileira e a condição humana. A seção traz ainda depoimento inédito do artista, bem como a reprodução de um conjunto representativo de suas notáveis criações.

A seção Documentação traz a contribuição original de Aline Alves de Jesus, graduanda, bolsista do Programa Unificado de Bolsas da (PUB/USP) no IEB, com a sua orientadora, Ana Paula Cavalcanti Simioni, docente do Instituto. “Tarsila do Amaral ilustradora: uma contribuição à revisão do *catalogue raisonné* a partir do acervo do IEB” tanto concorre para o aperfeiçoamento do levantamento geral das obras da nossa modernista de renome internacional, quanto sinaliza a importância que a ilustração tem em sua trajetória, estimulando novas abordagens sobre o tema.

O professor de literatura brasileira Ricardo Gaiotto de Moraes, da Universidade Federal de Santa Catarina, perfaz uma substancial resenha do livro *1923: os modernistas brasileiros em Paris*, organizado pela conceituada pesquisadora Gênese Andrade (2024). Detém-se nas duas partes que compõem a obra, focalizando a documentação da época vanguardista, assinada por Oswald de Andrade, Di Cavalcanti e Sérgio Milliet, alguns desses textos inéditos em livro, como também os ensaios críticos de estudiosos confirmados do modernismo brasileiro. Essa obra coloca em pauta os profícuos trânsitos culturais entre o Brasil e a Europa.

Nossos votos de boa leitura.

Stelio Marras¹, Dulcília Helena Schroeder Buitoni², Marcos Antonio de Moraes³
Editores

REFERÊNCIA

ANDRADE, Gênese (Org.). *1923: os modernistas brasileiros em Paris*. São Paulo: Editora Unesp, 2024.

1 Universidade de São Paulo (USP, São Paulo, SP, Brasil).

2 Universidade de São Paulo (USP, São Paulo, SP, Brasil).

3 Universidade de São Paulo (USP, São Paulo, SP, Brasil).

SOBRE OS AUTORES

STELIO MARRAS é docente do Instituto de Estudos Brasileiros da Universidade de São Paulo (IEB/USP).
smarras@usp.br
<https://orcid.org/0000-0002-4283-1107>

DULCÍLIA HELENA SCHROEDER BUITONI é professora sênior do Instituto de Estudos Brasileiros da Universidade de São Paulo (IEB/USP).
dbuitoni@usp.br
<https://orcid.org/0000-0003-2695-5529>

MARCOS ANTONIO DE MORAES é docente do Instituto de Estudos Brasileiros da Universidade de São Paulo (IEB/USP).
mamoraes@usp.br
<https://orcid.org/0000-0001-7127-9254>

Recebido em 7 de abril de 2025
Aprovado em 14 de abril de 2025

MARRAS, Stelio; BUITONI, Dulcília Helena Schroeder; MORAES, Marcos Antonio de. Editorial – Dependência e autonomia. *Rev. Inst. Estud. Bras.* (São Paulo), n. 90, 2025, e10747.



Seção: Editorial

DOI: 10.11606/2316901X.n90.2025.e10747

497.1) 1. A ordem econômica mundial

A rápida expansão da economia mundial ocorrida a partir da segunda guerra mundial no último terço de século, trouxe para o primeiro plano duas ordens de problemas que em etapas anteriores da evolução da ^{civilização} ~~civilização~~ ^{modernização} ~~civilização~~ haviam permanecido na sombra. O primeiro diz respeito à estabilidade ^{de longo prazo} ~~de longo prazo~~ econômica internacional, à ^{estabilidade} ~~estabilidade~~ ^{de longo prazo} ~~de longo prazo~~ dos centros de decisão responsáveis pelo seu bom funcionamento. ^{origem e natureza} ~~origem e natureza~~ ^{dos processos} ~~dos processos ^{destabilizadores} ~~destabilizadores~~ ^{as forças} ~~as forças ^{de apropriação} ~~de apropriação~~ ^{e aplicação} ~~e aplicação~~ ^{do} ~~do ^{credito} ~~credito ^{internacional} ~~internacional~~ ^{de} ~~de ^{concentração} ~~concentração~~ ^{mundial} ~~mundial~~ ^{de} ~~de ^{renda} ~~renda~~ ^e ~~e ^{da} ~~da~~ ^{riqueza} ~~riqueza~~. O segundo se refere às consequências, ao nível das economias nacionais, da forma ^{particular} ~~particular~~ ^{de inserção} ~~de inserção ^{no sistema} ~~no sistema ^{de} ~~de ^{divisão} ~~divisão ^{internacional} ~~internacional ^{do} ~~do ^{trabalho} ~~trabalho~~. Em face desta ^{atual} ~~atual~~ ^{realidade} ~~realidade~~ ^{de} ~~de ^{economia} ~~economia~~ ^{mundial} ~~mundial~~, ou ^{mesmo} ~~mesmo~~ ^{da} ~~da~~ ^{restrição} ~~restrição~~ ^{de} ~~de ^{sistema} ~~sistema~~ ^{capitalista} ~~capitalista ^{global} ~~global~~ carece de sentido para a análise econômica corrente. A teoria dos mercados internacionais se funda em pressupostos microeconômicos, com especial referência à teoria do equilíbrio geral. A ruptura com a racionalidade microeconômica introduzida pela macroeconomia está referida a uma entidade nacional estruturada, com interesses perfeitamente definidos. Desta forma, a análise econômica corrente se desdobra em dois planos: o da racionalidade dos agentes individuais que, por definição, estão incapacitados para modificar os parâmetros do sistema — nem um vendedor ou comprador tem peso suficiente para modificar as condições em que se formam os preços em dado mercado —; e o dos agregados nacionais, que pressupõem a existência de centros de decisão capazes de modificar o comportamento de todo um conjunto de agentes. Ao introduzir um imposto ao consumo de certo bem, ou um subsídio ao investimento, o Estado modifica o comportamento de um "agente microeconômico". Do ponto de vista do analista microeconômico a introdução de um subsídio ao consumo surge como a modificação~~~~~~~~~~~~~~~~~~~~~~~~~~~~~~~~

“Independência ou morte!”: a teoria da dependência em debate

[*“Independence or death!”: the dependency theory in debate*]

Flores Giorgini¹

Paulo Teixeira Iumatti²

RESUMO • O dossiê resulta de debates realizados em um colóquio em Paris, em 2022, com pesquisadores de diversos países para discutir a “teoria da dependência”. A perspectiva da dependência ganhou destaque mundial nos anos 1970, mas perdeu relevância nas décadas seguintes, especialmente após o esgotamento do ciclo revolucionário cubano. No entanto, algumas variantes, como a inspirada em Marini, Santos e Bambirra, persistiram. Além disso, a influência da teoria da dependência inspirou intelectuais como Anibal Quijano, que desenvolveu a noção de “colonialidade do poder”, e contribuiu para o projeto modernidad/colonialidad. Recentemente, uma nova geração de pesquisadores tem recuperado a perspectiva da dependência integrando as críticas decoloniais e pós-coloniais formuladas no começo do século XXI. • **PALAVRAS-CHAVE** • Teoria da dependência; pensamento social latino-americano; pensamento decolonial.

• **ABSTRACT** • The dossier is the result of debates held at a colloquium in Paris in 2022, with researchers from various countries to discuss “dependency theory”. Dependency perspective gained international prominence in the 1970s, but lost relevance in the following decades, especially after the Cuban revolutionary cycle came to an end. However, some variants, such as those inspired by Marini, Santos and Bambirra, persisted. In addition, the influence of dependency theory inspired intellectuals such as Anibal Quijano, who developed the notion of “coloniality of power” and contributed to the modernidad/colonialidad project. Recently, a new generation of researchers has reclaimed the dependency perspective by integrating the decolonial and postcolonial critiques formulated at the beginning of the 21st century. • **KEYWORDS** • Dependency theory; Latin-American social thought; decoloniality.

Recebido em 2 de abril de 2025

Aprovado em 9 de abril de 2025

GIORGINI, Flores; IUMATTI, Paulo Teixeira. “Independência ou morte!”: a teoria da dependência em debate. *Rev. Inst. Estud. Bras.* (São Paulo), n. 90, 2025, e10745.



Seção: Dossiê

DOI: 10.11606/2316901X.n90.2025.e10745

1 Université Sorbonne Nouvelle (Paris, Île-de-France, França).

2 Universidade de São Paulo (USP, São Paulo, SP, Brasil).

O presente dossiê nasce dos debates travados durante um colóquio organizado em Paris com o apoio do Centre de Recherche et de Documentation des Amériques (Creda) e do Centre de Recherches sur les Pays Lusophones (Crepal), ambos da Université Sorbonne Nouvelle, e com a colaboração da Freie Universität Berlin e da Universidade de São Paulo (USP), em novembro de 2022, por ocasião do bicentenário da independência brasileira. O evento reuniu vários pesquisadores ligados a instituições situadas na Alemanha, no Brasil, nos Estados Unidos, na França, na Índia, no Reino Unido e na Suíça. A proposta era questionar a ideia de independência nacional trazendo à tona aquela que é considerada uma das principais contribuições latino-americanas às ciências sociais ocidentais: a “teoria da dependência”. Tal noção reúne um conjunto de reflexões elaboradas no contexto brasileiro e latino-americano da segunda metade da década de 1960, num momento de crise do regime democrático e de esgotamento das esperanças infundidas pelo “mito do desenvolvimento” (FURTADO, 1974), bem como pelas descolonizações no Terceiro Mundo. Segundo os dependentistas, as independências latino-americanas do começo do século XIX não teriam sido capazes de romper com as estruturas de poder que se constituíram durante o período colonial no plano econômico e social. Ao contrário, a situação de dependência própria às antigas colônias ibéricas na América teria continuado a influenciar de forma substancial as dinâmicas socioeconômicas latino-americanas até a segunda metade do século XX. Mesmo após um período de desenvolvimento eufórico das economias latino-americanas, os teóricos da dependência constataram os limites do projeto de emancipação nacional pelo desenvolvimento que tinha dominado o discurso político e intelectual na década de 1950. Assim, no começo da década de 1970, o economista brasileiro Theotônio dos Santos observou:

[...] the dependence of Latin American countries on other countries cannot be overcome without a qualitative change in their internal structures and external relations. We shall attempt to show that the relations of dependence to which these countries are subjected conform to a type of international and internal structure which leads them to underdevelopment or more precisely to a dependent structure that deepens and aggravates the fundamental problems of their peoples. (SANTOS, 1970, p. 231).

As perspectivas sobre a dependência alcançaram um rápido sucesso internacional para além das fronteiras latino-americanas desde a primeira metade dos anos 1970. No entanto, a partir da década seguinte, o peso das noções desenvolvidas pelos dependentistas dentro dos debates em ciências sociais foi diminuindo de forma constante. Segundo o economista argentino Claudio Katz (2022, p. XII)³, 50 anos depois das primeiras reflexões sobre a dependência, e apesar da atualidade latino-americana estar mais afetada do que nunca pelos problemas da dependência, os instrumentos teóricos e conceituais elaborados pela “escola da dependência” perderam a importância que tiveram no passado. Segundo Katz, as razões desse declínio seriam primeiramente de ordem política e estariam relacionadas ao esgotamento do ciclo revolucionário cubano, inaugurado pela entrada dos “barbudos” de Fidel Castro na cidade de La Havana, em janeiro de 1959.

A mesma tendência já havia sido observada 30 anos antes pelo politólogo estadunidense Robert Packenham (1992). Com efeito, o autor sublinhava como, de forma paradoxal, fora justamente no país que talvez mais tivesse contribuído para a formulação da perspectiva sobre a dependência, através dos trabalhos de autores como Fernando Henrique Cardoso, Theotônio dos Santos, Ruy Mauro Marini e Vania Bambirra, que os escritos sobre a dependência perderam mais rapidamente sua importância dentro do debate nas ciências sociais (PACKENHAM, 1992, p. 290). Todavia, nem todos os autores da dependência conheceram a mesma sorte. Tanto Packenham, no começo dos anos 1990, quanto Katz, 30 anos mais tarde, reconheceram que a única “variante” do dependentismo que perdurou para além da década de 1970 foi aquela inspirada nas contribuições de Marini, Santos e Bambirra – variante denominada pelo economista argentino de marxista (KATZ, 2022, p. XI; PACKENHAM, 1992, p. 188-199).

Diferente é o caso dos Estados Unidos, onde o interesse da comunidade acadêmica pela teoria da dependência não conheceu uma queda tão sensível como no caso latino-americano ou brasileiro da década de 1980. De forma mais geral, segundo Packenham (1992, p. 186), num dos capítulos do seu livro dedicado à recepção da teoria da dependência na América Latina, “*dependency ideas were less influential among intellectuals and scholars in Latin America than in the United States*”. O autor evoca várias razões para explicar tal diferença. Ele aponta, por exemplo, para o fato de que as ideias elaboradas pelos dependentistas constituíram uma verdadeira novidade para a comunidade acadêmica norte-americana, ao passo que no caso latino-americano o público já estava familiarizado com os debates em torno das problemáticas ligadas ao subdesenvolvimento antes mesmo dos primeiros escritos sobre a dependência. Para além disso, Packenham considera que o contexto político e acadêmico norte-americano dos anos 1960 e 1970, marcado não só pelo assassinato de J. F. Kennedy e pela guerra do Vietnã, mas também pelo aumento exponencial do número de jovens pesquisadores interessados pela América Latina e sensíveis às “perspectivas da dependência”, favoreceu a difusão das ideias dos dependentistas (PACKENHAM, 1992, p. 186-187). Isso fez com que, observa Packenham (1992, p. 238), “*The dependency movement in the United States has been a scholarly movement. It has*

3 O livro de Claudio Katz foi publicado primeiramente em espanhol, em 2018.

changed the substantive and epistemological parameters of scholarly thinking about Latin America politics, development theory and other topics”.

Para além de saber se de fato as ideias sobre a dependência foram mais ou menos influentes nos Estados Unidos ou nos países da América Latina, o caso estadunidense permite ilustrar a força das ideias dos dependentistas latino-americanos na transformação da maneira de pensar o desenvolvimento durante a segunda metade do século XX e sua capacidade de penetrar no coração mesmo do sistema capitalista mundial. Os autores latino-americanos da dependência questionaram a teoria da modernização produzida por autores dos EUA ao longo das décadas de 1950 e 1960. Preocupados com o problema do subdesenvolvimento no segundo pós-guerra, os teóricos da modernização opunham as sociedades “tradicionais” – situadas principalmente no chamado Terceiro Mundo, e caracterizadas pela preponderância do setor agrícola, bem como por baixas taxas de produção e altos níveis de pobreza – às sociedades “modernas”, marcadas pela centralidade do setor industrial e pelos altos níveis de participação política e urbanização de suas populações (KAY, 2019, p. 15-16). Essa perspectiva via o desenvolvimento como um processo, como um *continuum* unidirecional entre “subdesenvolvimento” e “desenvolvimento” – cujo modelo ideal eram as economias ao centro do sistema capitalista mundial (KAY, 2019, p. 16). Ao contrário, os dependentistas rejeitaram com força o dualismo entre sociedades tradicionais e modernas próprio à teoria da modernização e apontaram para o caráter histórico do subdesenvolvimento e suas profundas ligações com o passado colonial. Na visão dos teóricos da dependência, o subdesenvolvimento não era um estado original, um passado do qual os países desenvolvidos teriam conseguido se emancipar através de um processo de desenvolvimento autônomo. Para eles, o subdesenvolvimento dos países situados na periferia da ordem capitalista era o produto histórico do mesmo processo de desenvolvimento que tinha permitido aos países ocidentais alcançar sua posição hegemônica dentro do sistema econômico mundial (KAY, 2019, p. 17).

O “papel renovador” e a força da crítica latino-americana às “teorias convencionais do desenvolvimento capitalista” elaboradas nos países desenvolvidos, como foi sublinhado pelo politólogo brasileiro Francisco Weffort (1971, p. 3), que foi um atento observador da produção dos dependentistas no começo da década de 1970, explicam em boa medida o sucesso das ideias da dependência para além do continente americano. Assim, é importante sublinhar que, apesar do declínio do número de trabalhos sobre a teoria da dependência ou das referências explícitas à “escola da dependência” a partir da década de 1980, as vozes dos dependentistas continuaram ecoando até os nossos dias.

Isso se deu também pela influência que essa “escola de pensamento” teve sobre outros projetos políticos e intelectuais que marcaram a história recente da América Latina. Segundo Santos (2018, p. 45), um dos fundadores da perspectiva da dependência, o programa da Unidade Popular de Salvador Allende, que esteve no poder no Chile entre 1970 e 1973, e a teologia da libertação surgida no Peru com o sacerdote e filósofo Gustavo Gutierrez (1928-2024) tomaram a teoria da dependência como referencial analítico fundamental. Para além das fronteiras latino-americanas, o economista Cristobal Kay (2005) considera que Andre Gunder Frank, um dos atores

centrais das discussões sobre a dependência no Brasil, no Chile e no México na década de 1960, pode ser considerado também como um dos fundadores do teoria do sistema-mundo, ao lado do sociólogo norte-americano Immanuel Wallerstein.

Outros intelectuais latino-americanos que forjaram suas ideias no contato direto com os dependentistas passaram a ocupar um papel central nos debates das ciências humanas na época contemporânea. Podemos mencionar aqui o caso do sociólogo peruano Anibal Quijano, que, depois de ter participado das discussões sobre a dependência em Santiago do Chile na segunda metade dos anos 1960 (CLÍMACO, 2020, p. 25), elaborou a noção de “colonialidade do poder”. Essa perspectiva teve um papel central na reflexão dos autores reunidos em torno do projeto *modernidad/colonialidad* (projeto M/C), surgido no começo do novo milênio através da colaboração de vários intelectuais latino-americanos, como o sociólogo Ramon Grosfoguel, o filósofo Enrique Dussel e o semiólogo Walter Mignolo, entre outros. O papel de Quijano na elaboração da teoria da dependência é lembrado por Santos (2018, p. 7). De forma mais geral, Santos (2018, p. 45) considera que outros autores do projeto M/C teriam sido inspirados pelas perspectivas elaboradas pelos dependentistas da primeira hora, como o argentino Dussel.

Mais recentemente, o sociólogo Ramon Grosfoguel elaborou uma análise crítica do papel da teoria da dependência dentro da história intelectual latino-americana como base para fundamentar uma “perspectiva decolonial”, que teria permitido aprofundar a compreensão das assimetrias nas relações de poder globais – incluindo, significativamente, aquelas relativas à própria produção do conhecimento. O principal argumento de Grosfoguel é que a “teoria clássica da dependência” ainda permanece presa a uma perspectiva epistemológica eurocêntrica, embora progressista em muitos aspectos. Para o sociólogo porto-riquenho, a perspectiva decolonial teria permitido recolocar em questão não apenas a dependência econômica, mas também os fundamentos coloniais do conhecimento, do poder e da identidade no sistema-mundo moderno (GROSFOGUEL, 2000). Segundo esse autor, a perspectiva decolonial teria assim permitido levar em frente uma “segunda descolonização”, começada pela teoria da dependência na década de 1960, rompendo não apenas com a dependência econômica, mas também com as hierarquias raciais, étnicas, sexuais, culturais e de gênero. Como para os dependentistas, para os membros do projeto M/C, a “primeira descolonização foi incompleta”, tendo se limitado “à ‘independência’ jurídico-política em relação aos estados imperiais europeus” (GROSFOGUEL, 2000, p. 368 – tradução nossa).

Essas críticas inspiraram, no começo dos anos 2020, uma nova geração de pesquisadores que se reivindicam herdeiros ou mesmo pertencentes à tradição dependentista (OLIVEIRA; KVANGRAVEN, 2023, p. 1685), e que se propõem a elaborar novas pesquisas capazes de integrar as questões levantadas pelos autores decoloniais e pós-coloniais (KVANGRAVEN, 2021). Essas novas iniciativas, elaboradas a partir de instituições situadas no centro do sistema capitalista internacional em países como o Reino Unido ou os Estados Unidos, mostram o impacto de longo prazo das teorias da dependência latino-americanas na forma de pensar a história do desenvolvimento e os desafios do mundo contemporâneo.

É nesse contexto mais amplo que se insere o presente volume da *Revista do*

Instituto de Estudos Brasileiros – que retoma, por assim dizer, um debate que tem sido desenvolvido de forma mais esporádica, porém constante, em revistas e publicações acadêmicas brasileiras desde o dossiê publicado pela revista *Estudos Avançados* no final dos anos 1990 (EDITORIAL, 1998)⁴. Ele está composto de sete artigos, que trazem um conjunto diversificado de reflexões sobre a história, os rumos e o legado crítico da teoria da dependência. No primeiro deles, intitulado “Desenvolvimento como superação da condição colonial: a influência de longo prazo das formulações isebianas”, Rafael Ioris (University of Denver) procura apontar a abordagem multidimensional da dependência ensejada pelos autores do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (Iseb), incluindo aspectos sociais e culturais, além dos econômicos, e seu impacto no pensamento dependentista mais radical – o que sugere uma relação menos simplista entre as formulações de ambas as correntes.

Já Antonio Mota Filho (Universidade Federal de São Paulo), no artigo “The idea of dependence and its places”, parte do modo como Roberto Schwarz abordou a difusão das teorias formuladas no centro em direção à periferia do capitalismo para propor a compreensão de como as formulações “oriundas da periferia são apropriadas pela própria periferia”. Seguindo essa diretriz, ele analisa como as teorias da dependência dos anos 1960 e 1970 foram reapropriadas na África durante esse mesmo período. Apoiando-se em fontes primárias, seu enfoque está centrado, em particular, no exame da influência dessas teorias nas formulações do Instituto Africano para Desenvolvimento e Planejamento (Idep), especialmente quando esteve dirigido pelo economista egípcio Samir Amin.

No terceiro artigo do dossiê, intitulado “Teoria da dependência: as contribuições de Celso Furtado”, Roberto Pereira Silva (Universidade Federal de Alfenas) e Renata Bianconi (Universidade Federal de Alfenas) abordam o problema da inserção de Furtado nas discussões sobre a dependência e a própria teoria da dependência, seja como um de seus pioneiros, seja como um dos possíveis formuladores de uma de suas vertentes (a “estruturalista”), seja ainda como criador de uma “via própria” de compreensão da natureza da dependência. Em vista disso, os autores abordam como os trabalhos de Furtado formularam problemas e ofereceram respostas às questões debatidas nos trabalhos dos dependentistas – estes, porém, como interlocutores frequentemente ocultos. Nesse sentido, a procura de Furtado por refinar suas ideias acerca do subdesenvolvimento, salientando o papel crucial da dependência cultural e tecnológica ao longo dos anos 1970, ganha novos significados.

No artigo “Crise, deslocamento e reconversão: o Ilpes entre a tradição estruturalista e a crítica sociológica”, Darlan Praxedes Barboza (Universidade de São Paulo), Luiz Carlos Jackson (Universidade de São Paulo) e Fábio Silva de Souza (Universidade de São Paulo) procuram analisar o Instituto Latino-Americano de Planificação Econômica e Social (Ilpes), situado na capital chilena, como um espaço central de reformulação teórica do pensamento latino-americano sobre o desenvolvimento no final da década de 1960, ultrapassando sua visão como mero reduto técnico ou extensão da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal). Nesse sentido, buscam mostrar as disputas intelectuais que marcaram o

4 Ver, por exemplo: Martins (2011); Almeida Filho (2013); Ferreira; Osório; Luce (2015)

espaço – como aquelas, por exemplo, entre os grupos distintos de Osvaldo Sunkel e José Medina Echavarría –, defendendo sua importância para a reconfiguração de categorias analíticas sobre o subdesenvolvimento e a própria dependência.

Flores Giorgini (Sorbonne Nouvelle), em “A formação transnacional da teoria da dependência”, procura evidenciar o caráter heterogêneo e transnacional da teoria da dependência, dialogando com trabalhos que têm abordado sua recepção. Vale-se, para tanto, de uma análise de textos de Fernando Henrique Cardoso, escritos nos anos 1970, destacando-se, no artigo, a projeção internacional da teoria da dependência, bem como o contraste que existe entre a aparência de unidade sugerida por essa expressão e a heterogeneidade que na realidade a caracteriza.

Finalizam o dossiê dois artigos voltados para um campo mais amplo de reflexões. O primeiro, “As duas vertentes marxistas da teoria da dependência e seus limites: para uma nova síntese da economia política histórico-estrutural”, de Pedro Paulo Zahluth Bastos (Universidade Estadual de Campinas), procura realizar uma crítica da teoria da dependência no sentido de dar a ela possibilidades de continuidade no pensamento contemporâneo. Nesse sentido, ela é caracterizada como composta de duas vertentes marxistas: uma delas, enfatizando aspectos econômicos; outra, privilegiando uma perspectiva política. Segundo o autor, seria necessária uma nova síntese sobre a dependência, capaz de evitar tanto o “economicismo” como o “politicismo”, combinando a análise “das duas ordens de restrição estrutural e de processo histórico de modo sintético e dialético”. E, para tanto, haveria uma base sólida tanto na chamada “escola de Campinas”, como, e em particular, nas obras de Vânia Bambirra.

O último artigo do dossiê, de autoria de Gustavo Azenha (Columbia University), intitulado “‘Ontological predation’ and the conjuring of liberal fixations: ruminations on (inter)dependencies and ‘savage’ (dis)possessions”, parte dos questionamentos feitos por Fernando Henrique Cardoso no célebre texto “O consumo da teoria da dependência nos Estados Unidos” (1977) acerca das tentativas, por acadêmicos norte-americanos, de criar tipologias da dependência nas quais o grau de independência poderia ser definido – removendo, porém, as contradições e a natureza dialética da “(inter)dependência” – para procurar uma perspectiva teórica que coloque essa ideia básica, de forma bastante livre e criativa, em diálogo com conceitos da antropologia e da filosofia, tais como os de “predação ontológica”, “significados flutuantes” e perspectivismo. Com isso, o autor busca provocar um questionamento mais fundamental sobre o valor da própria noção de dependência e de nossa fé em superstições “selvagens” sobre a autodeterminação, nas quais a noção de dependência estaria imbricada.

FLORES GIORGINI é doutorando em história na Université Sorbonne Nouvelle – Paris 3 e integrante do Centre de Recherche et de Documentation sur les Amériques (Creda-UMR7227).

flores.giorgini@sorbonne-nouvelle.fr

<https://orcid.org/0000-0003-4836-659X>

PAULO TEIXEIRA IUMATTI é professor do Instituto de Estudos Brasileiros da Universidade de São Paulo (IEB/USP), tendo sido diretor do Centre de Recherches sur les Pays Lusophones – EA 3421 (Crepal) da Université Sorbonne Nouvelle – Paris 3 entre 2021 e 2023.

ptiumatt@usp.br

<https://orcid.org/0000-0002-8038-6606>

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA FILHO, N. (Ed.). *Desenvolvimento e dependência: cátedra Ruy Mauro Marini*. Brasília: Ipea, 2013. Disponível em: https://portalantigo.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=18337. Acesso em: abr. 2025.
- CLÍMACO, D. A. Prólogo a la primera edición. In: QUIJANO, A. (Ed.). *Cuestiones y horizontes: de la dependencia histórico-estructural a la colonialidad/descolonialidad del poder*. Buenos Aires: Clacso, 2020, p. 23-67.
- EDITORIAL. *Estudos Avançados*, v. 12, n. 33, p. 1, ago. 1998. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ea/a/nK8sPBMZCT8798qPx4TVp/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: abr. 2025.
- FERREIRA, C.; OSÓRIO, J.; LUCE, M. *Padrão de reprodução do capital: contribuições da teoria marxista da dependência*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2015.
- FURTADO, C. Le mythe du développement et le futur du Tiers Monde. *Revue Tiers Monde*, v. 15, n. 57, 1974, p. 57-68. Disponível em: https://www.persee.fr/doc/tiers_0040-7356_1974_num_15_57_1986. Acesso em: abr. 2025.
- GROSFUGUEL, R. Developmentalism, modernity, and dependency theory in Latin America. *Nepantla: Views from the South*, v. 1, n. 2, 2000, p. 347-374.
- KATZ, C. *Dependency theory after fifty years*. Trad.: Stanley Malinowitz. Leiden; Boston: Brill, 2022.
- KAY, C. André Gunder Frank: from the “development of underdevelopment” to the “world system”. *Development & Change*, v. 36, n. 6, nov. 2005, p. 1177-1183. <https://doi.org/10.1111/j.0012-155X.2005.00455.x>.
- KAY, C. Modernization and dependency theory. In: CUPPLES, J.; PRIETO, M.; PALOMINO-SCHALSCHA, M. (Ed.). *The Routledge handbook of Latin American development*. London; New York: Routledge, 2019, p. 15-28.
- KVANGRAVEN, I. H. Beyond the stereotype: restating the relevance of the dependency research programme. *Development and Change*, v. 52, n. 1, 2021, p. 76-112. <https://doi.org/10.1111/dech.12593>.

- MARTINS, C. E. Globalização, dependência e neoliberalismo na América Latina. São Paulo: Boitempo Editorial, 2011.
- OLIVEIRA, F. A. DE; KVANGRAVEN, I. H. Back to Dakar: Decolonizing international political economy through dependency theory. *Review of International Political Economy*, v. 30, n. 5, 2023, p. 1676-1700. <https://doi.org/10.1080/09692290.2023.2169322>.
- PACKENHAM, R. A. *The dependency movement : scholarship and politics in development studies*. Cambridge: Harvard University Press, 1992.
- SANTOS, T. The structure of dependence. *The American Economic Review*, v. 60, n. 2, May 1970, p. 231-236. <https://www.jstor.org/stable/1815811>.
- SANTOS, T. D. *Teoria da dependência: balanço e perspectivas*. Reedição ampl. e atual. ed. Florianópolis: Insular, 2018.
- WEFFORT, F. Notas sobre a “teoria da dependência”: teoria de classe ou ideologia nacional? *Estudos Cebrap*, n. 1, 1971, p. 2-24. Disponível em: https://bibliotecavirtual.cebrap.org.br/arquivos/nota_sobre_a_teor_da_dependencia_a.pdf. Acesso em: abr. 2025.

Desenvolvimento como superação da condição colonial: a influência de longo prazo das formulações isebianas

[*Development as overcoming the colonial condition: the long-term influence of Iseb formulations*]

Rafael Ioris¹

RESUMO • O presente artigo analisa as transformações socioeconômicas, políticas e culturais ocorridas no contexto de polarização ideológica do Brasil de meados do século XX, com base na rica reflexão promovida dentro do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (Iseb). Busca-se apontar possíveis correlações entre tais formulações e desdobramentos regionais mais amplos, tanto no pensamento promovido no âmbito da Comissão Econômica para a América Latina (Cepal), assim como no *corpus* conceitual mais amplo conhecido como pensamento dependentista. • **PALAVRAS-CHAVE** • Iseb; Cepal; pensamento dependentista. • **ABSTRACT** • The article

analyses the socio-economic, political and cultural transformations that took place in the context of Brazil's ideological polarization in the mid-20th century, based on the rich reflection promoted within the Instituto Superior de Estudos Brasileiros (Iseb), with the aim of pointing out, albeit suggestively, correlations between such reflection and broader regional developments, both in the thinking promoted within the scope of the Comissão Econômica para a América Latina (Cepal), as well as in the broader conceptual corpus known as dependency thinking. • **KEYWORDS** • Iseb; Cepal; dependency thinking.

Recebido em 24 de maio de 2024

Aprovado em 20 de janeiro de 2025

IORIS, Rafael. Desenvolvimento como superação da condição colonial: a influência de longo prazo das formulações isebianas. *Rev. Inst. Estud. Bras.* (São Paulo), n. 90, 2025, e10731.



Seção: Dossiê

DOI: 10.11606/2316901X.n90.2025.e10731

¹ University of Denver (DU, Denver, CO, Estados Unidos).

O mundo no pós-guerra foi marcado por profundas transformações socioeconômicas, políticas e culturais ocorrendo dentro de um contexto de polarização ideológica e disputas militares e geopolíticas crescentes. Foi dentro dessa realidade complexa que o Brasil experimentou um processo multidimensional de transformações que impactariam seu curso histórico de longo prazo. O país, então, testemunhou altas taxas de industrialização assentada na expansão do mercado de produção e consumo domésticos. O período foi também marcado por profundas inovações nos campos intelectual e político inspiradas na busca tanto de uma nova organização de sua economia e sociedade, assim como de maior e mais destacada presença no cenário global. O presente texto reflete criticamente sobre tais experiências históricas, particularmente nas propostas centradas no Instituto Superior de Estudos Brasileiros (Iseb), dado seu papel central nos debates sobre tais temas, assim como discussões e desdobramentos políticos mais amplos que ajudaram a definir o Brasil do final dos anos 1950 e início dos anos 1960. Busca-se apontar, ainda que de maneira sugestiva, correlações entre tal reflexão e desdobramentos regionais mais amplos, tanto no pensamento promovido no âmbito da Comissão Econômica para a América Latina (Cepal), assim como no *corpus* conceitual mais amplo conhecido como o pensamento dependentista.

De fato, como se buscará demonstrar nas páginas seguintes, se para o pensamento cepalino a promoção de uma industrialização acelerada planejada e direcionada pelo Estado seria o único caminho para que nações periféricas da economia global pudessem ter maiores níveis de desenvolvimento e autonomia, a grande maioria de pensadores isebianos, que partilhava desse mesmo objetivo e direcionamento, acresceria, ao projeto de desenvolvimento nacional acelerado, a noção de que desenvolvimento nacional implicava também a superação de uma condição (semi)colonial de alienação de si próprio como nação. Ao mesmo tempo, se a crítica central da análise dependentista rejeitaria a possibilidade do desenvolvimento por meio de uma aliança nacional interclassista, já que estruturas globais de poder definiam a condição de dependência dos estados periféricos, defendia-se também, como os pensadores isebianos, embora por outros meios, a urgência da superação da condição colonial alienada.

Começamos por uma breve descrição do cenário geral que propiciou a emergência

de um momento desenvolvimentista no país, analisando, em maior profundidade, as principais noções avançadas pelo Iseb, a principal agência de formulação de um ideário desenvolvimentista na segunda metade dos anos 1950, em especial as ligadas ao tema da superação da chamada condição colonial e o quadro de alienação sobre a realidade nacional definidora de tal condição. Em seguida, há uma breve análise sobre o impacto de tais propostas no quadro mais amplo da reflexão desenvolvimentista e, na seção final, uma digressão, de caráter sugestivo, sobre o impacto de mais longo prazo que formulações isebianas tiveram na crítica à condição do subdesenvolvimento, em especial dentro do ideário dependentista.

TRAÇOS GERAIS DA EMERGÊNCIA DO IDEÁRIO DESENVOLVIMENTISTA

Embora consolidado nos anos 1950, o percurso da aceleração da busca por um desenvolvimento nacional mais autônomo no Brasil remonta a transformações político-administrativas, socioeconômicas e cultural-ideológicas buscadas já em períodos anteriores, quando o governo federal expandia e profissionalizava sua estrutura burocrática e, gradualmente, abria as portas para maior participação política, especialmente no ambiente urbano. Ainda assim, seria nos anos 1950 que a industrialização por meio da substituição das importações no Brasil viria a se consolidar, em grande parte derivada da necessidade crescente de enfrentar persistentes déficits econômicos. Seria então que a associação entre atores econômicos governamentais e não governamentais se aprofundaria, especialmente nos chamados *anos JK*, referência genérica dada à segunda metade do que veio a ser conhecido como a década desenvolvimentista no Brasil. Por vezes, a cooperação entre atores estatais e privados assumiu a forma de *joint venture* em atividades específicas ou, mais comumente, envolvia formas diferentes de apoio financeiro do governo federal a projetos industriais privados específicos. Assim, tais esforços, conhecidos como desenvolvimentistas, consolidar-se-iam, ao longo da década, em um agressivo plano de promoção industrial.

O projeto defendia a propriedade estatal das indústrias de infraestruturas básicas e a coordenação geral da economia nacional por meio de uma gama de diferentes incentivos financeiros. Em suas proposições centrais, tais políticas concertadas fundavam-se na noção de que industrialização é uma condição *sine qua non* para alcançar a autossuficiência econômica nacional e, em decorrência, a autonomia política. Esse argumento derivava diretamente das ideias de Raúl Prebisch, secretário-executivo da Cepal, agência para a promoção do desenvolvimento econômico regional da região, criada pela Organização das Nações Unidas (ONU) em 1948. O economista argentino afirmava, por via da noção dos “termos de troca declinantes”, que as economias baseadas na agricultura permaneceriam em estado de subdesenvolvimento, a menos que um novo conjunto de políticas econômicas, em especial relacionadas à implementação de um programa industrial nacional, pudesse ser impulsionado por meio da liderança do Estado (PREBISCH, 1949).

Industriais reunidos na Confederação Nacional da Indústria (CNI) e, especialmente, na poderosa Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp)

foram muito receptivos às tais noções, e já em 1950 a CNI lançava edição especial de uma das suas principais publicações (*Estudos Econômicos*), endossando as principais teses de desenvolvimento avançadas pela Cepal. Aglutinando esforços domésticos, mas também regionais, a noção da promoção do crescimento econômico acelerado, especialmente por meio da expansão da base industrial do país, viria a se tornar a principal moeda conceitual comum presente em quase todos os debates políticos, econômicos, intelectuais e culturais mais relevantes ocorridos no Brasil no período. A promoção de tal visão foi amplamente influenciada pelo trabalho da Comissão e teve em Celso Furtado um de seus maiores defensores, argumentando que um desenvolvimento nacional eficaz só se efetivaria se tivesse lugar um planejamento governamental eficiente em favor de um novo tipo de inserção na economia mundial, ou seja, uma inserção menos dependente das receitas primárias advindas das exportações. E tendo tido um papel central nas atividades do Grupo de Trabalho Cepal-BNDE, em meados da década, Furtado ajudou a promover o que viria a ser tornar uma verdadeira lógica desenvolvimentista dentro da burocracia federal.

Se a influência de Furtado foi central, o próprio presidente do país, Juscelino Kubitschek, desempenhou também papel importante na divulgação das propostas da Cepal. De fato, já em sua primeira mensagem presidencial ao Congresso Nacional, em fevereiro de 1956, o mandatário nacional expressou sua concordância com a ideia cepalina que afirmava a existência de uma progressiva deterioração nos termos de troca internacionais para os produtos primários, salientando ainda a importância da cooperação entre os países da América Latina a fim de buscar minimizar tais efeitos corrosivos nas economias regionais. Tal visão havia sido também demonstrada ainda na campanha presidencial de 1955, quando o então candidato Juscelino Kubitschek de Oliveira teria defendido a tese de que:

[...] o mundo de hoje está dividido na promoção de um projeto nacional de industrialização entre os países que fazem parte da era industrial e os que continuam a ser exportadores de produtos primários e importadores de bens industriais [e,] [...] [t]endo em conta que os preços dos primeiros são cada vez mais baixos do que os preços dos últimos, há uma tendência persistente de contas correntes desequilibradas que só pode ser resolvida por uma firme ação por parte do Estado. (OLIVEIRA, 1955, p. 32).

Declarações desse tipo constituem uma evidência concreta da crença compartilhada de que o desenvolvimento nacional deveria se dar por meio de programas de industrialização patrocinados pelo governo. De fato, diversos representantes brasileiros que participaram de conferências internacionais durante esses anos propuseram igualmente projetos relacionados com os formulados pelos líderes de outras nações em desenvolvimento. Em um discurso proferido na reunião do Conselho Econômico e Social das Nações Unidas, em Genebra, em agosto de 1960, por exemplo, o vice-presidente João Goulart proclamou o inequívoco compromisso do Brasil com a causa da promoção da industrialização em ritmo acelerado. De maneira concreta, Goulart afirmou que:

No mundo cada vez mais interdependente, a luta contra o subdesenvolvimento tem que ser travada não só internamente, como também requer novos níveis de cooperação internacional, de modo que a tendência às crescentes disparidades entre países ricos e pobres possa ser interrompida. [...] [E] toda nação tem o direito fundamental de desenvolvimento, mesmo que esse direito seja suspenso pela falta de coordenação multilateral entre os países. Promover o desenvolvimento tem, portanto, de ser visto essencialmente como uma responsabilidade coletiva da comunidade internacional².

Uma defesa análoga da existência de uma responsabilidade global da parte dos países industrializados na promoção de projetos industriais no mundo em desenvolvimento foi feita por Gustavo Capanema, um veterano membro da Câmara dos Deputados e ministro da Educação e Saúde durante o Estado Novo. Chefe da missão diplomática brasileira na segunda reunião preparatória para a Conferência sobre Desenvolvimento patrocinada pelas Nações Unidas, Capanema alegou, em discurso proferido em 21 de maio de 1956, que:

[...] apesar das promessas de promoção do desenvolvimento feitas no final da [Segunda] Guerra [Mundial], a dinâmica do comércio mundial continua a ser caracterizada por uma crescente deterioração dos termos de troca dos países subdesenvolvidos, em contraste direto com a fase de crescimento rápido das nações industrializadas³.

Formulações similares foram reproduzidas em várias das mais influentes proposições intelectuais do período, que defendiam igualmente a necessidade de promover um caminho autônomo de desenvolvimento nacional. Em nenhum lugar essa lógica ficou mais evidente do que nas obras produzidas no Iseb, no qual uma nova geração de autoproclamados “intelectuais engajados” propunha a base do que chamavam de uma verdadeira “ideologia do desenvolvimento nacional”, como será demonstrado a seguir.

A FORMULAÇÃO DE UMA IDEOLOGIA DO DESENVOLVIMENTO NACIONAL COMO SUPERAÇÃO DA CONDIÇÃO COLONIAL: O PAPEL DO ISEB

A reflexão intelectual sobre desenvolvimento nacional realizada no Brasil em meados do século XX foi estruturada, em geral, em torno de um raciocínio binário, que operava com base na oposição entre economias de base agrícola e economias industriais, atividades impulsionadas pela exportação *versus* atividades orientadas para o mercado interno, cenários que eram vistos como irreconciliáveis e que impediam o surgimento do que poderia vir a ser o que consideravam como sendo a “verdadeira” nação brasileira. Essa lógica dual foi exibida paradigmaticamente em importantes estudos realizados no período, sobretudo nas investigações produzidas

2 Fundo João Goulart, JG.vpr.1960.08.05, rolo 2, fotograma 1221, Arquivo CPDOC.

3 Fundo Gustavo Capanema, GC L 1956.II.L4, Arquivo CPDOC.

pelo grupo de prolíficos pensadores nacionalistas que se reuniram no Iseb, o qual, criado em 1955, serviu como espaço de produção de uma reflexão nacionalista voltada para a promoção do desenvolvimento nacional. Dotado de autonomia administrativa e de plena liberdade de pesquisa, de opinião e de cátedra, o Instituto estava autorizado a conduzir trabalhos acadêmicos de nível superior, mediante a realização de cursos e conferências e a edição de publicações periódicas e de obras, originais ou traduzidas. Suas atividades diárias foram coordenadas pelo seu diretor-executivo, cargo que foi ocupado por Roland Corbisier até 1960, único membro remunerado, já que todos outros ou eram empregados por diferentes setores da burocracia do governo federal, instituições acadêmicas locais no Rio de Janeiro, ou se dedicavam a atividades empresariais.

Embora composto de intelectuais de vários matizes, o Iseb defendeu, em comum, uma posição de desenvolvimento razoavelmente unificada, baseada na noção de que o Estado deveria atuar como o principal promotor da inclusão socioeconômica, a ser atingida por meio de industrialização acelerada, assentada em bases nacionalistas, ou seja, com o controle das atividades essenciais da economia nas mãos estatais ou de empresários nacionais, pela ampliação do mercado interno, e pela busca de níveis mensuráveis na melhoria das condições de vida para a maioria da população.

Figura central da criação do Instituto, Jaguaribe foi autor de vários livros sobre o tema do desenvolvimento nacional, nos quais sempre defendeu que uma reflexão intelectual “verdadeiramente nacionalista” devia ser baseada em preocupações concretas e focada na produção de soluções políticas viáveis para o país. Outros membros que também ocuparam cargos oficiais na instituição foram o próprio Hélio Jaguaribe, diretor do Departamento de Ciência Política, Alberto Guerreiro Ramos, diretor do Departamento de Sociologia, Álvaro Vieira Pinto, diretor do Departamento de Filosofia, Cândido Mendes de Almeida, diretor do Departamento de História, e Ewaldo Correa Lima, diretor do Departamento de Economia.

Como mencionado acima, apesar de importantes diferenças intelectuais e pessoais entre seus membros, a produção intelectual original do Iseb revela semelhanças notáveis e influências ideológicas em comum. Uma das principais características do legado do Instituto para a história do pensamento político-social brasileiro é a ideia de que era possível e imprescindível formular uma ideologia unificadora de nacionalismo que serviria, então, instrumentalmente, para apoiar um “desenvolvimento emancipatório” do país. Vários de seus membros insistiam na ideia de que a criação de uma “ideologia do desenvolvimento nacional” era vital para “galvanizar as massas alienadas, desorientadas, em um projeto que visava à construção do poder econômico nacional e à consolidação da soberania política da nação” (BONILLA, 1963, p. 244 – tradução minha).

Durante seus nove anos de existência, o Iseb publicou mais de 30 obras originais, a maioria de autoria de seus próprios membros, tratando de uma ampla variedade de temas, assim como traduções de vários textos de autores estrangeiros. Estes últimos incluíram algumas das principais obras contemporâneas, escritas por influentes pensadores europeus, como Karl Jaspers, Karl Mannheim e Gunnar Myrdal. Além disso, o Instituto ministrou cursos acadêmicos regulares em um novo campo de pesquisa, denominado estudo de problemas brasileiros, e seu programa acadêmico oficial mais importante consistia de um curso de pós-graduação, com a duração de um

ano, oferecido aos membros civis e militares mais graduados da administração federal. Na conclusão das disciplinas, os alunos deveriam escrever uma tese sobre algum “problema fundamental” que o país enfrentava. Após a apresentação bem-sucedida de suas teses, os autores recebiam um diploma de mestre em estudos brasileiros. Os intelectuais do Iseb também interagiam estreitamente com audiências mais amplas, que iam além do ambiente acadêmico, e faziam várias intervenções públicas, como conferências e palestras, realizadas em cidades de todo o país, atendendo a solicitações de universidades, governos locais, organizações cívicas e sindicatos⁴.

A busca por um conhecimento aplicável, capaz de “resgatar o país” de sua condição de subdesenvolvimento, de fato moldou a história do Instituto desde o início, e alguns dos seus principais argumentos foram apresentados recorrentemente no extenso trabalho produzido por seus membros nas páginas de *Cadernos do Nosso Tempo*, publicação que precedeu e influenciou diretamente o Iseb por via da liderança de Jaguaribe, que publicou “A crise brasileira” em 1953, onde buscou definir o que chamou de uma “ideologia do nacional-desenvolvimentismo”, que o país deveria formular. No mesmo trabalho, o autor afirma também que, embora não restrita à área econômica, já que os problemas do país também se refletiam na dimensão cultural do subdesenvolvimento, a esfera material seria definidora do que ele definia como a “crise brasileira”, já que seria fruto da crescente deterioração dos termos de trocas comerciais da economia global (JAGUARIBE, 1953).

Segundo o autor-fundador do Instituto, a economia brasileira esteve por muito tempo amarrada à exportação de bens primários, situação agravada pelo crescente consumo de um número cada vez maior de produtos manufaturados importados. O país enfrentava também uma crise mais ampla decorrente da falta de conscientização sobre suas supostas verdadeiras necessidades e sua própria identidade como nação, realidade que estaria sendo agravada pela recusa do governo federal em atuar como um agente efetivo de desenvolvimento. E como forma de atenuar esse cenário desafiador, na seção final do artigo, Jaguaribe conclama o país, por meio de suas elites dirigentes, a reformar suas estruturas de governo a fim de que o Estado pudesse exercer um “papel de coordenação na direção de um desenvolvimento nacional autônomo” (JAGUARIBE, 1953, p. 144). Ele também reivindicava a criação de um movimento social de base ampla a favor da eficiência econômica, inspirado em uma ideologia nacionalista de desenvolvimento e em metas desenvolvimentistas muito concretas, promovidas por um Estado firme, “capaz de defender os interesses nacionais a nível internacional e de oferecer esperança para um futuro comum a ser atingido por todos os segmentos sociais” (JAGUARIBE, 1953, p. 144).

Interessantemente, no mesmo texto, Jaguaribe argumenta também que o Brasil se encontrava preso a uma condição que definiu como “semicolonial”, dada sua incapacidade de seguir um caminho autossustentável e autônomo de crescimento econômico. Tal raciocínio fundamentava-se na oposição existente entre a chamada condição colonial e a situação de uma nação efetivamente independente, recurso heurístico recorrente em várias análises produzidas no Instituto e que encontrava ressonância em proposições semelhantes, defendidas por autores europeus da época,

4 Outras informações podem ser encontradas em: Ioris (2017).

especialmente no que se referia à situação dos países africanos. Considerando, porém, que o argumento anticolonial sustentado por esses autores não era aplicável na sua totalidade à realidade dos Estados latino-americanos – que tinham alcançado a independência política 130 anos antes –, os intelectuais do Iseb conceberam criativamente a noção de “condição semicolonial” a fim de que o contexto histórico de países como o Brasil, em meados do século, pudesse ser explicado por meio desse raciocínio.

Esse último conceito tinha sido proposto como uma maneira criativa de descrever de forma mais apropriada o que os autores brasileiros afirmavam ser sociedades definidas heteronimamente (isto é, a partir de fora) e que, independentemente de serem Estados soberanos em termos jurídicos, não podiam exercer plenamente sua autonomia nacional, considerando que suas economias de exportação de *commodities* eram organizadas essencialmente para atender às demandas e aos interesses estrangeiros. A condição semicolonial seria, pois, um estado permanente de subdesenvolvimento, caracterizado por taxas de desemprego e/ou subemprego elevadas, produtividade econômica, salários e renda *per capita* baixos, assim como por uma carência de capital para investimento e uma profunda fragmentação social entre grupos sociais envolvidos no setor dinâmico exportador da economia e aqueles vinculados à agricultura de subsistência. Jaguaribe defendia ainda que, somente recorrendo a uma ideologia desenvolvimentista apta a aproveitar todos os setores da sociedade brasileira interessados na superação da condição de subdesenvolvimento, o país se tornaria uma nação política e, o mais importante, economicamente viável e autônoma.

A ideia de nação como um “projeto comum” era central para os autores do Iseb, e Corbisier é explícito ao afirmar que a principal tarefa era a construção de um projeto nacional coletivo, com base em uma compreensão exata da verdadeira identidade do país. Nas palavras do autor, “é apenas com base em uma verdadeira ideologia do desenvolvimento nacional que nos tornaremos conscientes de nós mesmos, de quem somos e de quem queremos ser, e de nossa nação como uma tarefa comum a ser criada” (CORBISIER, 1959, p. 86), e o foco principal do Instituto deveria ser o de formular uma ideologia prática concreta, “uma narrativa do que queremos ser como uma nação, uma imagem de um destino compartilhado que, para ser viável, tem de ser definido pela própria noção de desenvolvimento” (CORBISIER, 1960, p. 68).

Somando-se à preocupação sobre a “causa nacional”, Álvaro Vieira Pinto, um dos pensadores mais influentes do Instituto, seria responsável por uma das defesas mais entusiásticas da necessidade de melhorar as condições de vida dos segmentos economicamente desprivilegiados do país. Esse destacado filósofo da Universidade do Brasil (depois Universidade Federal do Rio de Janeiro) foi diretor-executivo do Iseb entre 1960 e 1964. Suas pesquisas, em grande parte de inspiração hegeliano-marxista, tinham como eixo a inserção das necessidades das pessoas comuns no núcleo da reflexão filosófica produzida pelo Instituto. Tendo sido um dos intelectuais mais radicais dessa instituição, ele argumentava que o desenvolvimento nacional tinha que atender prioritariamente às necessidades e aos interesses dos segmentos de trabalhadores da população, visto que “sem uma ideologia eficaz de desenvolvimento nacional interessado em conhecer as necessidades da maioria da população, nenhum desenvolvimento real jamais poderá ser alcançado” (PINTO, 1960, p. 74).

Aprofundando sua reflexão, considerando que a condição de *subdesenvolvida*

implicava que uma coletividade não tinha controle sobre seu próprio futuro, o mesmo autor defendia, da mesma forma que os outros intelectuais citados, a adoção de um projeto nacionalista de desenvolvimento como o caminho necessário para alcançar não só a prosperidade econômica, mas também a soberania política. Da mesma forma, dizia Vieira Pinto (1962, v. I, p. 497), sem independência econômica “não há nenhuma possibilidade para que a nação real seja concretizada, não há possibilidade de ser fiel à sua essência nacional”. E, ainda de acordo com essa visão, superar a realidade do subdesenvolvimento requeria, de fato, eliminar as divisões socioeconômicas globais existentes entre as economias industrializadas e as não industrializadas. Tal objetivo exigia, por sua vez, que o desenvolvimento nacional fosse buscado em escala global, de modo a aproveitar as potencialidades e a vontade coletiva das populações em todos os países pobres a favor de um caminho alternativo de inserção econômica na economia mundial (PINTO, 1962, v. 2, p. 112). Por fim, em sintonia com os ideais mais amplos do Instituto e dado que os Estados subdesenvolvidos estavam à mercê dos caprichos das nações ricas, Vieira Pinto (1962, v. 2, p. 129) argumentava pela formulação e disseminação de uma ideologia nacionalista capaz de criar uma consciência global em prol do desenvolvimento, tarefa que, assim como propunham Jaguaribe e vários outros, constituiria a tarefa principal do Instituto.

Para Alberto Guerreiro Ramos (1960, p. 225), primeiro diretor do Departamento de Sociologia do Iseb, perseguir uma agenda nacionalista de desenvolvimento implicava também participar na luta global para eliminar as disparidades socioeconômicas entre países desenvolvidos e subdesenvolvidos. Como Jaguaribe, ele acreditava que a tarefa de promover o desenvolvimento nacional exigia que todos os segmentos sociais interessados no objetivo da industrialização se unissem em uma frente comum à medida que era “intrínseco à condição colonial e semicolonial ter a sociedade nacional dividida entre polos nacionais e antinacionais” (RAMOS, 1958, p. 33). Em consonância mais direta com a obra de Vieira Pinto, Guerreiro Ramos tampouco abria mão de que a reflexão intelectual produzida no Instituto servisse às necessidades concretas da sociedade nacional mais ampla. Na sua opinião, além da contradição estrutural existente entre interesses nacionais e antinacionais, era necessária a formulação de uma ideologia desenvolvimentista suficientemente envolvente, capaz de motivar todos os chamados segmentos sociais modernos para o “processo de despertar, que é realmente a tarefa fundamental da sociedade brasileira de hoje” (RAMOS, 1956, p. 30).

Essas noções foram compartilhadas, também, por Nelson Werneck Sodré (1960, p. 30), típico pensador marxista do período, que acreditava que o principal desafio do Brasil residia na construção de uma frente comum de todos os nacionalistas contra os “poderosos obstáculos colocados pelo interesse econômico estrangeiro e seus aliados internos”. A oposição entre interesses sociais distintos, vistos como irreconciliáveis, seria muito bem descrita inicialmente por Jaguaribe⁵, por meio dos

5 O autor iria posteriormente mudar de posição, vindo a defender um papel possivelmente importante ao capital estrangeiro no desenvolvimento nacional. Tal mudança provocaria um racha fundamental entre os pensadores isebianos, chegando mesmo a forçar a saída do criador do Instituto, como será explicitado melhor adiante.

conceitos de forças sociais “cosmopolitas”, tradicionalmente ligadas às atividades de produção para exportação, cujos interesses se opunham aos defendidos por forças “nacionalistas”, que eram favoráveis à industrialização nacional e à expansão do mercado interno. Articulando uma almejada ideologia anticolonial, essa última posição repudiava veementemente o capital estrangeiro *in toto* como manifestação de imperialismo econômico, que devia ser rejeitada e substituída por uma maior influência pública na economia.

Até mesmo o sempre comedido Cândido Mendes de Almeida, colaborador próximo de Jaguaribe, argumentava apaixonadamente contra a ampliação da presença do capital privado estrangeiro no país. Na sua opinião, os investidores estrangeiros tinham desempenhado historicamente um papel essencialmente de exploração, devendo, portanto, ser rejeitados como agentes de desenvolvimento confiáveis (ALMEIDA, 1963, p. 244). De fato, para o autor, que viria a ser tornar um dos mais influentes pensadores isebianos de longo prazo no país, “a América Latina compartilha um legado de não ser o sujeito de sua própria história e nossa alienação é, tragicamente, o que mais temos em comum” (ALMEIDA, 1960, p. 19). Não obstante essa avaliação negativa da realidade das sociedades não industrializadas, presente no *esprit du temps* existencialista do Iseb e nas proposições de política externa de Vieira Pinto, Cândido Mendes acreditava que “chegou o dia de nos tornarmos donos de nosso próprio lugar histórico”, realidade que o Brasil compartilhava com as “nações comprometidas com a agenda de Bandung”, estando todas elas agora definidas por ter a “ideia nacional intrinsecamente associada ao objetivo de promover o nosso próprio desenvolvimento” (ALMEIDA, 1960, p. 20; p. 237). Da mesma forma, argumentava que “buscar o desenvolvimento como uma política deliberada para alcançar a meta da autodeterminação” era a base para o estabelecimento de solidariedade com outras sociedades subdesenvolvidas por todo o mundo (ALMEIDA, 1963, p. 272).

Interessantemente, demonstrando a dificuldade crescente de manter as propostas do Instituto em linhas convergentes, à medida que os projetos desenvolvimentistas do governo JK iam sendo implementados, ao longo dos últimos anos da década, Jaguaribe, o intelectual fundador do Iseb, viria a alterar suas visões iniciais sobre o papel explorador do capital estrangeiro nos projetos de desenvolvimento nacional em países periféricos; processo que viria a provocar um racha profundo dentro da organização e a própria saída do autor. De fato, em seu livro *O nacionalismo na atualidade brasileira*, publicado em 1958, Jaguaribe viria a defender uma posição intermediária, argumentando que o desenvolvimento nacional eficaz tinha que ser baseado em uma postura pragmática, ao invés de versões empobrecidas de posições políticas radicais. E embora a administração Kubitschek favorecesse projetos industriais que contavam com a participação do capital privado estrangeiro, ecoando a nova visão defendida por Jaguaribe, a maioria dos membros do Iseb se mostraria cada vez mais inflexível em relação a esse caminho de desenvolvimento, alternativamente propondo um posicionamento cada vez mais nacionalista que viria a ser tornar central no Instituto, bem como fora dele, nos últimos anos da década de 1950 e no início da década seguinte.

O LUGAR DO ISEB NA REFLEXÃO INTELECTUAL SOBRE DESENVOLVIMENTO NACIONAL NO BRASIL

Além da influência de autores brasileiros, o pensamento isebiano sofreu claramente o impacto de noções de desenvolvimento também de matriz dualista apresentadas pela Cepal, de modo especial, as focadas na necessidade de expandir as atividades econômicas modernas em setores tradicionalmente estagnados a fim de que o crescimento econômico acelerado e o progresso social supostamente a ele associado fossem alcançados (PREBISCH, 1950). Uma segunda formulação importante da Cepal, que exerceu profunda influência sobre o Iseb, argumentava que a ampliação do *gap* tecnológico entre as economias industrializadas e aquelas de base agrícola exigia que os governos da região agissem imediatamente para estimular uma industrialização em ritmo acelerado.

Dada a enormidade da tarefa que tinha pela frente, e à medida que seu pensamento amadurecia, ao longo da década, autores do Iseb defendiam cada vez mais vigorosamente uma forma centralizada de governo, capaz de superar a lógica patrimonial deletéria do processo legislativo. Jaguaribe expandia, assim, sua crítica ao que via como a tradição brasileira de importação de modelos políticos que não respondiam às necessidades reais do país, deixando a nação em uma situação de permanente alienação. E, como indicado na seção anterior, o conceito de alienação – que a maioria dos membros do Instituto articulava em termos não marxistas, ou seja, sem referência à noção de trabalho (mais-valia) indevidamente apropriado – era, pois, central na reflexão produzida no Iseb. Até mesmo Roberto Campos – diplomata que exerceu papel-chave na implementação do Plano de Metas como diretor do BNDE, e que foi membro do Conselho Curador do Instituto, quando defendia posições bem mais nacionalistas do que as que viria a assumir em meados da década seguinte – acreditava que a maioria dos desafios econômicos que o Brasil enfrentava em meados do século derivava da tendência equivocada das elites nacionais de tentar manter padrões estrangeiros de consumo que não correspondiam à capacidade e aos valores nacionais (CAMPOS, 1956, p. 230). Somando-se a essa linha de análise, Roland Corbisier afirma, ainda que de forma mais abstrata, que:

[a] falta de consciência crítica em relação a nós mesmos é explicada pelo conceito de alienação, uma vez que durante nossa longa trajetória colonial fomos definidos por aquilo que os antigos países-mãe imprimiram em nós. Mas mesmo depois disso [da experiência do colonialismo], continuamos a produzir apenas possibilidade, o que os outros tomarão e transformarão em realidade. [...]

[Ao fazê-lo], produzimos apenas o não ser, enquanto continuamos a importar o ser, que é produzido por outros e que representa apenas eles, não nós. (CORBISIER, 1959, p. 40; p. 49).

Como descrito acima, os autores isebianos acreditavam que a condição de estar alienado de seu verdadeiro eu era uma realidade abrangente que se manifestaria em todos os aspectos da condição semicolonial, definindo assim as próprias sociedades subdesenvolvidas. Como seria de esperar de uma instituição acadêmica de orientação

pragmática, mover-se para além dessa realidade social alienada foi um tema que também recebeu muita atenção do Iseb. A maioria dos escritores não apenas alegava a necessidade de uma ação estratégica e deliberada da parte do Estado e de seus assessores intelectuais mais preparados, mas expressava constantemente seu otimismo de que esse curso de ação estava de fato ocorrendo. Vieira Pinto (1962, v. 2, p. 505), por exemplo, manifestou sua confiança de que, “enquanto embarcamos em nossa nova etapa de desenvolvimento intenso, finalmente assistimos à possibilidade de construção de um pensamento social que é autenticamente brasileiro”. Guerreiro Ramos (1960, p. 242), por sua vez, alegrava-se com o fato de que os brasileiros estariam, finalmente, se “tornando conscientes da nossa cultura e do nosso caráter nacional verdadeiros” diante das “recentes transformações ocorridas no sistema econômico”, que nos forneceram “uma nova maneira de nos posicionar no contexto da história universal”. Ao articular essas muitas e diferentes formulações, os intelectuais isebianos tentavam definir o que era a sua própria nação, bem como, e o que é mais importante, o que ela poderia – e deveria – se tornar. Segundo as linhas gerais dessa visão, a nação seria uma entidade que não poderia ser definida por seus atributos atuais, mas sim por suas potencialidades.

Fica claro, então, que, de acordo com a visão desenvolvida entre autores desenvolvimentistas de várias matrizes no final da década de 1950, um projeto nacional que “permitisse que a verdadeira nação brasileira emergisse” (JAGUARIBE, 1953, p. 146). seria uma proposta política estrategicamente implantada para assegurar a realização das potencialidades do país. Nessa leitura igualmente otimista e militante do cenário nacional – pelo menos no sentido de que, apesar dos muitos desafios cotidianos, o país poderia traçar um futuro mais promissor se tomasse as medidas corretivas adequadas –, os membros do Iseb não só assumiam que algo poderia ser feito para alterar as perspectivas do país, mas também que, na condição de pensadores engajados, estavam excepcionalmente preparados para compreender a essência da nação e, conseqüentemente, guiá-la para a concretização do seu potencial. No mesmo sentido, em seu conjunto, os escritores nacionalistas reunidos no Instituto acreditavam que, ao trilhar efetivamente o caminho do desenvolvimento nacional, a alienação do país com relação a seus próprios valores, interesses e identidade poderia ser finalmente superada. De maneira similar, os intelectuais isebianos argumentavam que, dentro desse processo histórico de superação, um papel proeminente deveria, evidentemente, ser reservado para eles próprios, como a emergente *intelligentsia* nacional autoaclamada, com a atribuição de orientar as ações de um governo nacional socialmente mais receptivo e politicamente mais ativo.

Caberia ressaltar que os debates sobre o desenvolvimento nacional não estavam restritos a funcionários-chave do governo, sendo também reproduzidos em vários locais da influente mídia impressa, e vários dos seus membros publicavam textos regularmente em algumas das publicações mais atuantes da época, como o *Diário Carioca*, o *Jornal do Comércio* e a *Revista do Clube Militar*. A partir de 1957, o Iseb também trabalhou diligentemente para expandir seu alcance para fora do Rio de Janeiro, como forma de influenciar um público mais amplo. Uma estratégia importante foram as palestras públicas, como as realizadas em março do mesmo ano, em São Paulo, sob o patrocínio da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp). Iniciativas

semelhantes ocorreram em outras cidades importantes, como Fortaleza e Porto Alegre, em 1959 e 1960, normalmente a pedido dos sindicatos locais. Mas, apesar de ter cumprido um papel intelectual orgânico no debate público no período e de sua prolífica produção intelectual (dezenas de livros originais, centenas de palestras públicas e dezenas de cursos de formação, que envolveram milhares de funcionários públicos, militares, sindicalistas e o público em geral), o Iseb nunca foi levado muito a sério pela maioria das instituições acadêmicas relevantes da época (TOLEDO, 1977).

Embora de breve duração, o Iseb inovou ao propor um entendimento multidimensional sobre a realidade da dependência, já que esta era vista como indo além da questão econômica (em especial a temática dos termos de troca desigual) para englobar dimensões sociais e mesmo culturais. E ainda que, numa perspectiva de longo prazo, as propostas interclassistas isebianas viessem a ser superadas pelas propostas mais abertamente críticas, especialmente pelo dependentismo do final dos anos 1960, parece cada vez mais claro que a matriz de pensamento isebiano teve um papel central em prover vários dos elementos fundacionais que a reflexão dependentista viria a assumir posteriormente, em especial com relação aos temas do subdesenvolvimento estrutural e da busca pela autonomia nacional.

Grande parte da influência do Iseb derivava de seu consistente senso de otimismo pela “causa nacional”, algo que poderia ser articulado de diferentes maneiras por grupos sociais que propunham posições políticas muito diferentes. Na verdade, ao contrário das versões mais retrógradas, chauvinistas ou moralistas do nacionalismo defendidas pelas forças conservadoras no Brasil nas décadas de 1930 e de 1960, respectivamente, o Instituto promoveu uma representação híbrida do país, articulada de forma criativa, que ajudou a avançar um sentimento de confiança na viabilidade e na pujança da sociedade brasileira. Assim, apesar dos muitos projetos específicos formulados no Iseb, grande parte da sua popularidade derivava de sua articulação consistente da noção de que o futuro do Brasil era promissor e que essa realidade futura poderia ser alcançada em um lapso mensurável de tempo.

Por outro lado, a influência das posições políticas mais radicais defendidas pelo Iseb no início da década de 1960 levou muitos estudiosos a concluir que o Instituto desempenhou um papel importante na polarização política que conduziu ao colapso do regime democrático no início de 1964. Uma nova avaliação dessa noção deve levar em conta também que o Iseb exerceu uma influência significativa na propagação de pontos de vista nacionalistas de desenvolvimento no período. Da mesma forma, cabe salientar que as muitas publicações, sessões de formação e palestras públicas produzidas ou organizadas pelo Instituto nos anos mais intensos do nacional-desenvolvimentismo certamente desempenharam um papel-chave na promoção de um crescente sentimento nacionalista em muitos grupos da sociedade brasileira, uma tendência que era vista cada vez mais como perigosa pelos segmentos mais conservadores das elites militares e empresariais.

Mas, apesar de terem provocado debates prolíficos e importantes em relação ao futuro do país, realizados nos meios de comunicação nacionais, e de terem atingido segmentos cada vez mais amplos da sociedade urbana, as formulações do Iseb não seriam efetivamente seguidas pelos órgãos governamentais ligados à promoção do desenvolvimento da administração Kubitschek. Na verdade, embora fornecesse apoio

institucional (logístico e financeiro) ao Instituto, o governo federal implementou projetos econômicos estruturados de acordo com as suas próprias visões de desenvolvimento, baseadas em uma leitura muito mais estreita e essencialmente econômica da realidade nacional. Seria importante, pois, resgatar algumas de suas ideias centrais no sentido de recuperar suas contribuições no pensamento anticolonial e desenvolvimentista mais amplo.

A INFLUÊNCIA DE LONGO PRAZO DAS FORMULAÇÕES ISEBIANAS

Ainda que de maneira sugestiva, a análise apresentada nos permite apontar alguns elementos de curto, médio e longo prazo sobre a reflexão tratando sobre a temática da dependência, tão central tanto para o pensamento desenvolvimentista brasileiro, como para o projeto cepalino e as reflexões desenvolvidas na literatura da chamada teoria da dependência. Em primeiro lugar, é clara a influência e por vezes o engajamento direto da reflexão desenvolvimentista brasileira com o ideário cepalino, em especial no que tange à análise sobre a questão da relação entre o chamado centro e a periferias econômicas mundiais. Cabe destacar aqui o papel de Celso Furtado nesse processo ao trazer não só muitas das propostas da Cepal para o país, mas também por ajudar a difundir-las, em especial, na burocracia federal e agentes a ela associados.

Ainda assim, a reflexão desenvolvimentista brasileira teve também outras matrizes de influência, de modo central, o pensamento humanista e existencialista do pós-guerra europeu, especialmente o de matriz não marxista, de maneira central ligado ao tema da alienação. Da mesma forma, ainda que isso não tenha certamente assumido todo o seu potencial em termos de colaborações formais, havia reconhecimento por parte de pensadores brasileiros, em especial no Iseb, sobre a questão da descolonização africana. Seria também importante ressaltar como a reflexão isebiana acabaria por amparar esforços diplomáticos direcionados a superar a dita chamada realidade semicolonial, em especial a tentativa de articular um amplo esforço de coordenação pró-desenvolvimento regional buscada pelo presidente Kubitschek no final da década, conhecido como Operação Pan-Americana (IORIS, 2017).

Ainda que valiosas, as formulações isebianas viriam a ser ainda mais enriquecidas pelas análises sobre os limites estruturais dos mercados mundiais para a inserção não dependente das economias subdesenvolvidas de pensamento dependentista. Mesmo não sendo unívocas, em linhas gerais, suas formulações rejeitavam a perspectiva de matriz cepalina, vista como ingênua, de que seria possível uma união interclasses a fim da promoção de um projeto nacional de desenvolvimento autônomo por meio da industrialização substitutiva das importações (BRESSLER-PEREIRA, 2010; WASSERMAN, 2017). Nesse sentido, quais seriam as conexões possíveis entre tais quadros heurísticos?

Em primeiro lugar, assim como a crítica dependentista, havia no pensamento isebiano o reconhecimento de que a dependência econômica estrutural dos países latino-americanos de meados do século XX partilhava muito da realidade presente também nos países recém-emancipados da África e Ásia, onde a superação da situação pós-colonial requereria um esforço amplo e multidimensional. Sabemos que o dependentismo enriqueceu em muito as análises sobre os limites ao

desenvolvimento periférico impostos pelas estruturas de poder globais, indo além do tema da superação dos termos de troca desiguais por via da industrialização acelerada da matriz cepalina (FRIEDMANN; WAYNE, 1977). Mas aqui também caberia resgatarmos o pensamento isebiano, que já articulava noções, infelizmente no mais das vezes ainda não bem reconhecidas, que tratavam de maneira rica e sofisticada da condição de alienação semicolonial de perspectivas não somente econômica, mas também política e sociocultural mais amplas.

Assumimos por muito tempo que a lógica “acomodacionista” e interclassista isebiana (e cepalina) teria sido superada, em termos históricos e conceituais, pelas propostas dependentistas mais radicais do final dos anos 1960 e início dos anos 1970. É indiscutível que o golpe de 1964 cumpriu um forte papel na confirmação da impossibilidade histórica de contar com uma frente nacional desenvolvimentista capaz de impedir a aceleração da integração em moldes dependentes da economia brasileira no quadro do capitalismo global. Mas aqui também a reflexão isebiana parece ter sido muito rapidamente – e por tempo demasiado – posta de lado na literatura crítica, de matriz dependentista, marxista ou não, como inviável e equivocada, apesar da riqueza e precocidade de várias de suas formulações. De fato, dentro de uma perspectiva de mais longo prazo, o multiclassismo isebiano, em geral visto como ingênuo e impraticável, não teria talvez sido retomado, com algum grau de sucesso, nas recentes experiências de governo da chamada “onda rosa” latino-americana, em especial no Brasil no início dos anos 2000 – noção de fato apontada por Hélio Jaguaribe e Cândido Mendes em meados do governo Lula (IORIS, 2017).

Fica claro, pois, que o pensamento isebiano inovou ao propor um entendimento multidimensional sobre a realidade da dependência, já que esta era vista como indo além da questão econômica (em especial a temática dos termos de troca desigual) para englobar dimensões sociais e mesmo culturais. E ainda que, numa perspectiva de longo prazo, as propostas interclassistas isebianas viessem a ser superadas pelas propostas mais abertamente críticas, especialmente pelo dependentismo do final dos anos 1960, parece ser cada vez mais evidente que a matriz de pensamento isebiano foi chave em suscitar elementos fundacionais que a reflexão dependentista viria a assumir posteriormente, em especial com relação aos temas do subdesenvolvimento estrutural e da busca pela autonomia nacional.

SOBRE O AUTOR

RAFAEL IORIS é professor de História e Política Latino-Americana da University of Denver.
rafael.ioris@du.edu
<https://orcid.org/0000-0003-1956-2698>

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Cândido Mendes de. *Perspectiva atual da América Latina*. Rio de Janeiro: Iseb, 1960.
- ALMEIDA, Cândido Mendes de. *Nacionalismo e desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Estudos Afro-Asiáticos, 1963.
- BONILLA, Frank. A national ideology of development: Brazil. In: SILVERT, K. H. (Ed.). *Expectant peoples: nationalism and development*. New York: Random House, 1963, p. 232-264.
- BRESSER-PEREIRA, Luis Carlos. As três interpretações da dependência. *Perspectivas*, São Paulo, v. 38, jul.-dez., 2010, p. 17-48. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/perspectivas/article/view/4099>. Acesso em: dez. 2024.
- CAMPOS, Roberto de Oliveira. Cultura e desenvolvimento. In: MEC-ISEB. *Introdução aos problemas do Brasil*. Rio de Janeiro: Iseb, 1956, p. 221-233.
- CORBISIER, Roland. *Formação e problema da cultura brasileira*. Rio de Janeiro: Iseb, 1959.
- CORBISIER, Roland. *Brasília e o desenvolvimento nacional*. Rio de Janeiro: Iseb, 1960.
- FRIEDMANN, Harriet; WAYNE, Jack. Dependency theory: a critique. *Canadian Journal of Sociology/Cahiers Canadiens de sociologie*, v. 2, n. 4, Autumn, 1977, p. 399-416. <https://doi.org/10.2307/3340297>.
- IORIS, Rafael. *Qual desenvolvimento?: os debates, sentidos e lições da era desenvolvimentista*. São Paulo: Paco, 2017.
- JAGUARIBE, Hélio. A crise brasileira. *Cadernos do Nosso Tempo* 1, n. 1, out.-dez. 1953, p. 120-160.
- JAGUARIBE, Hélio. *O nacionalismo na atualidade brasileira*. Rio de Janeiro: Iseb, 1958.
- OLIVEIRA, Juscelino Kubitschek de. *Diretrizes gerais do Plano Nacional de Desenvolvimento*. Belo Horizonte: Livraria Oscar Nicolai, 1955.
- PINTO, Álvaro Vieira. *Ideologia e desenvolvimento nacional*. Rio de Janeiro: Iseb, 1960.
- PINTO, Álvaro Vieira. *Consciência e realidade nacional*. Rio de Janeiro: Iseb, 1962. 2 v.
- PREBISCH, Raul. *Interpretación del proceso de desarrollo latinoamericano*. Santiago: Comisión Económica para América Latina, 1949.
- PREBISCH, Raul. *The economic development of Latin America and its principal problems*. New York: United Nations Department of Economic Affairs, 1950.
- RAMOS, Alberto Guerreiro. A problemática da realidade brasileira. In: MEC-ISEB. *Introdução aos problemas do Brasil*. Rio de Janeiro: Iseb, 1956, p. 13-32.
- RAMOS, Alberto Guerreiro. *A redução sociológica*. Rio de Janeiro: Iseb, 1958.
- RAMOS, Alberto Guerreiro. *O problema nacional do Brasil*. Rio de Janeiro: Saga, 1960.
- SODRÉ, Nelson Werneck. *Raízes históricas do nacionalismo brasileiro*. Rio de Janeiro: Iseb, 1960.
- TOLEDO, Caio Navarro de. *Iseb: fábrica de ideologias*. São Paulo: Ática, 1977.
- WASSERMAN, Claudia. *A teoria da dependência: do nacional-desenvolvimentismo ao neoliberalismo*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2017.

The idea of dependence and its places

[A ideia da dependência e seus lugares]

Antonio Mota Filho¹

ABSTRACT • Dependency theories have been an important contribution of Latin American social sciences. Its most recognised offshoot is the world-system theories. Less well known, but equally important, is the dialogue established between dependency theories and African economic thought in the 1960s and 1970s. Our work aims to analyse the influence of dependency theories on the formulations of the African Institute for Economic Development and Planning (IDEP), particularly during the period when it was under the direction of the Egyptian economist Samir Amin. Our main sources are official IDEP documents and Amin's memoirs. • **KEYWORDS** • Dependency theories; development theories; African economic thought. • **RESUMO** • As teorias da dependência foram uma

importante contribuição das ciências sociais latino-americanas. Seu desdobramento mais reconhecido são as teorias do sistema-mundo, desenvolvidas por teóricos do centro do capitalismo como Fernand Braudel e Immanuel Wallerstein. Há, contudo, um importante eco das teorias da dependência no pensamento econômico africano dos anos 1960 e 1970. Nosso trabalho se propõe a analisar a influência das teorias da dependência nas formulações do Instituto Africano para o Desenvolvimento Econômico e Planejamento (IDEP), em particular do período em que esteve sob a direção do economista egípcio Samir Amin. Nossas principais fontes são documentos oficiais do IDEP e as memórias de Amin. • **PALAVRAS-CHAVE** • Teorias da dependência; teorias do desenvolvimento; pensamento econômico africano.

Recebido em 27 de agosto de 2024

Aprovado em 20 de janeiro de 2025

MOTA FILHO, Antonio. The idea of dependence and its places. *Rev. Inst. Estud. Bras.* (São Paulo), n. 90, 2025, e10734.



Seção: Dossier

DOI: 10.11606/2316901X.n90.2025.e10734

¹ Universidade Federal de São Paulo (Unifesp, São Paulo, SP, Brasil).

In 1973, literary critic Roberto Schwarz published his famous essay “Misplaced ideas”, in which he discussed the appropriation of liberalism during the Brazilian Empire (SCHWARZ, 2020). How can we explain the fact that when it reached the periphery of capitalism, liberalism, which had played a revolutionary role in the centre, driving the defence of individual political rights, was transformed into an ideology that justified slavery? With this essay, Schwarz launched an important theoretical key to explaining the political metamorphoses that occur in the circulation of ideas. Although originally conceived to develop literary criticism on Machado de Assis, the “misplaced ideas” were used in other social and human sciences. This is the case, for example, of Fernando Henrique Cardoso, who used Schwarz’s concept in his article, published in the Review of ECLAC in 1977, to discuss the diffusion of theories of economic development and the extent to which the formulations of the Economic Commission for Latin America were original (CARDOSO, 1977).

Schwarz’s reflection deals with how theories formulated in the centre spread to the periphery of capitalism. It seems possible to renew the proposal of the notable Brazilian literary critic to also understand how formulations from the periphery are appropriated in the periphery itself. This paper aims to analyse how the theories of dependency, formulated between the 1960s and 1970s, especially in Latin America, were reappropriated in Africa during the same period.

The main sources used are documents from the Economic Commission for Latin America (ECLA) and its African counterpart (ECA) and the autobiographical accounts of two important social science theorists: the Brazilian economist Celso Furtado, an ECLA official between 1948 and 1957, and the Egyptian economist Samir Amin, an official and later director of the African Institute for Economic Development and Planning (IDEP). In addition to this brief introduction, the work is divided into four sections: the first analyses the transition from development theories to dependency theories in Latin America; the second analyses the African context during the national liberation struggles; Samir Amin’s work as director of IDEP and, finally, a conclusion.

LATIN AMERICA: FROM DEVELOPMENT THEORIES TO DEPENDENCY THEORIES

The reconstruction of the capitalist economy after the Second World War gave rise to reflections on “economic development”. Reflection on the persistent economic disparities between countries was not present in the theoretical framework of economists, even the most heretical ones. In his notes taken during the Bretton Woods conference, John Maynard Keynes did not hesitate to express his disagreement with the presence of delegates from countries on the periphery of capitalism, which “clearly have nothing to contribute and will merely encumber the ground” (MOGGRIDGE, 1980, p. 42). It is generally accepted that the birth of economic development theory dates back to 1943, when Paul Rosenstein-Rodan published his article “Problems of industrialisation of Eastern and South-Eastern Europe” (ROSENSTEIN-RODAN, 1943; ALACEVICH, 2021).

The United Nations system proved to be an important forum for the first discussions on economic development. During the first General Assembly of the United Nations, held in London in February 1946, the Poland’s Minister of Labor and Social Welfare Jan Stanczyk, proposed a resolution to keep the UN committed to its war-devastated member states. After months of discussions, the initial formulation took on a more precise shape with the adoption of Resolutions 36 (IV) and 37 (IV) of March 1947 by the United Nations Economic and Social Council, which created the Economic Commission for Europe and the Economic Commission for Asia and the Far East, respectively (STINSKY, 2019, p. 95). In 1947, the Economic Commission for Latin America (ECLA)² was proposed, and in 1957, the Economic Commission for Africa (ECA).

Most of the formulations of the period sought to identify what underdeveloped countries lacked in order to finally achieve development. It was therefore a reflection on “what ‘missing components’ had to be supplied in order to promote development” (MEIER, 1984, p. 13). Seen in this way, development could be seen as an “anti-politics machine” based on the objectivity of scientific-technological thinking (LORENZINI, 2019, p. 93).

By asking what components underdeveloped countries lacked, this vision of economic development, which came from the centre of capitalism, sought to escape another, more embarrassing question: why did underdevelopment exist? This other type of reflection was formulated, in particular, by economists from the periphery of capitalism.

2 In 1984, the Commission’s name was changed to the Economic Commission for Latin America and the Caribbean. The acronym in Spanish and Portuguese ‘CEPAL’ was kept and only changed in English, ECLAC. For this paper, we have decided to use its original name and acronym.

In Latin America, the birth of developmentalism can be traced back to the 1930s³. The 1929 crisis and the Second World War opened the way for liberalism, which until then had dominated economic policy, to be progressively criticised and to give way to the defence of industrialisation and forms of economic planning as necessary instruments for generating economic progress (BIELSCHOWSKY; MUSSI, 2022, p. 159). The formulation of a robust theoretical interpretation that justified the need for industrialisation, however, only took place from the end of the 1940s, with the creation of the Economic Commission for Latin America (ECLA).

Having followed the creation of the Economic Commissions for Europe and for Asia and the Far East, Chile's representative at ECOSOC, Hernán Santa Cruz, presented a draft resolution in July 1947 that envisaged the creation of the Economic Commission for Latin America (SANTA CRUZ, 1995, p. 25).

After a long period of discussions and negotiations, the Economic Commission for Latin America (ECLA) was established on February 25, 1948, by Resolution 106 (VI) at the Sixth Session of the United Nations Economic and Social Council (ECOSOC). ECLA played an important role for the region, as it provided a theoretical foundation to justify the industrialisation policies that some of the region's governments had to improvise in response to the 1929 crisis and the Second World War (BIELSCHOWSKY, 2016, p. 13).

ECLA's inaugural harvest began with the famous "Latin American Manifesto", "The economic development of Latin America and some of its main problems", written by Argentinian economist Raul Prebisch in 1948 (PREBISCH, 2016). In this text, the famous thesis of the "deterioration of the terms of trade" is formulated, which would be a central part of the ECLA's interpretation of the specificity of "peripheral" development, as opposed to "centric" development. ECLA's central argument was based on the consideration that "technical progress" was not evenly distributed between countries. This would explain the recurrent current account deficits in Latin American countries. The deterioration thesis was a harsh criticism of the Ricardian theory of comparative advantages. The proposed solution was a broad industrialisation of Latin American economies, carried out under economic planning.

Bearing this initial period of ECLA in mind, two considerations can be made about its development theory: firstly, it is unquestionable that ECLA's theories contributed to the formulation of economic policies which aimed to industrialise the region and overcome the contradictions of dependent capitalism through greater development of the productive forces. Secondly, even if these policies have changed the region's economic situation, it doesn't mean that those contradictions have been overcome.

At the end of the 1950s, the rapid growth experienced by some countries in the region soon turned into an acute economic crisis that required a revision of ECLA's thinking. Bielschowsky points to three elements that would mark this crisis in ECLA's first crop of ideas: macroeconomic imbalances, especially rising inflation

3 Developmentalism is the ideology that Brazil's transformation requires state-led industrialization. It rests on four key ideas: (i) full industrialization is essential to overcoming poverty and underdevelopment, (ii) market forces alone cannot achieve efficient industrialization, requiring state planning, (iii) planning should set sectoral priorities and promotion tools, and (iv) the state must direct investments, mobilizing financial resources and acting where private capital falls short (BIELSCHOWSKY; MUSSI, 2022, p. 158).

and lower import capacity; growing urbanisation, which ended up generating impoverishment and “favelisation”; and, finally, the Cuban Revolution of 1959, which would have a major impact on the US attitude towards popular movements in the region (BIELSCHOWSKY, 2016, p. 20). If the 1950s represented the peak of ECLA’s original ideas, the early 1960s marked their decline.

Departing from a critical analysis of the inaugural crop of ECLA thought and policy, dependency theories emerged. Two main branches of dependency theories can be identified. On the one hand, there was the Marxist approach to dependency, influenced by the rise of third-worldism and, in the regional case, the Cuban Revolution. According to Martins, the Marxist dependency theory “set out to analyse the Latin American social formation in a creative Marxist fashion free of Communist Party dogma, and is best represented by the works of Theotonio Dos Santos, Ruy Mauro Marini, Vânia Bambirra and Orlando Caputo” (MARTINS, 2020, p. 211). On the other hand, there was the Weberian approach to dependency, whose main exponents were Fernando Henrique Cardoso and Enzo Faletto. Still according to Martins, “whilst taking ECLA’s theses as their starting point, they also aimed to subvert them. Their Weberian influenced approach gained prominence both regionally and internationally” (MARTINS, 2020, p. 211).

Taking into account the theoretical openness of dependency theories to Marxist, structuralist and institutionalist links, Oliveira and Kvangraven propose thinking of them more as a Latin American tradition of International Political Economy or as a research programme than a formalised theory. The authors mention two aspects that distinguish the “dependentistas” tradition from the other strands of IPE: “first, its commitment to theorising from the South, and second, its commitment to a political project of social emancipation” (OLIVEIRA; KVANGRAVEN, 2023, p. 1683).

A detailed analysis of the theoretical differences and their political implications of each of the branches of dependency theory is beyond the scope of this work. However, it is possible to trace a theoretical and political core in common between the two strands. According to Hettne, there are four points in common between the two interpretations of dependency:

- The most important obstacles to development were not lack of capital or entrepreneurial skills. They were external to the underdeveloped economy - not internal.
- The international division of labour was analysed in terms of relations between regions, of which two kinds - centre and periphery - assumed particular importance.
- Due to the fact that the periphery was deprived of its surplus, development in the centre somehow implied underdevelopment in the periphery. Thus development and underdevelopment could be described as two aspects of a single global process. All regions participating in the process were capitalist, but a distinction between central and peripheral capitalism was made.
- Since the periphery was doomed to underdevelopment because of its linkage to the centre it was considered necessary for a peripheral country to disassociate itself from the world market and strive for self-reliance. (HETTNE, 1983, p. 253).

By the early 1960s, it was clear that industrialisation, the focus of ECLA's initial formulations, had not led to the overcoming of underdevelopment. While the uneven diffusion of technical progress and the secular tendency for the terms of trade to deteriorate were important elements in explaining the differences between the central and peripheral economies, they did not explain how the process of peripheral industrialisation, led by large transnational companies, brought underdevelopment up to date.

Criticism of ECLA's initial ideas does not mean, however, that the institution was relegated in the social science debate of the 1960s. The Latin American Institute for Economic and Social Planning (ILPES), created in 1962 as a training and research arm of ECLA, played an important role in disseminating dependency theories and other formulations focused on the need for reforms that could unblock industrialisation (BIELSCHOWSKY, 2016, p. 9). Free from some restrictions imposed by the Commission, but with access to the material produced by it, ILPES was responsible for the self-critical impulse of ECLA structuralism in the 1960s (FURTADO, 2014, p. 407-408). Together with the Centre for Socioeconomic Studies (CESO) at the University of Chile, these were the two institutions that embodied the first formulations of dependency theories. As we will see below, the Latin American experience in the theoretical formulation of developmentalism and later in its critique was closely followed by intellectuals and political leaders in Africa.

AFRICAN DECOLONIZATION AND THE RECEPTION OF “DEVELOPMENT” AND “DEPENDENCY” THEORIES

The struggle for national liberation was an important moment in the 20th century, which was part of the political horizon opened up by the Russian Revolution of 1917 (TRAVERSO, 2019, p. 185). As Amílcar Cabral (2022, p. 71) mentioned: “since the socialist revolution and the events of the Second World War, the face of the world has been definitely changed”.

The end of the Second World War marked a turning point in international relations, both due to the start of the Cold War and the acceleration of decolonisation. The United States, established as a major capitalist power, developed a broad national security strategy based on two aspects: military and economic. The successive administrations after the end of the Second World War consolidated the policy that the military power of the United States should be the strongest. Within a few years, a vast network of military bases was set up on every continent and various military co-operation agreements were established, the most important being the North Atlantic Treaty Alliance (NATO) in 1949. Economically, the United States defended economic liberalism as the main way to generate prosperity. Thus, decolonisation was supported by the American authorities, but as soon as the governments of the newly independent countries adopted some form of economic protectionism, they became the target of criticism (MCMAHON, 2003, p. 9).

It was the first stages of the Cold War. Although, in official US rhetoric, communism was the main enemy to be fought, in practice, even the actions of

nationalist and reformist governments inspired unease in the US government, which tended to link them to threats to its national security. Thus, the “Cold War” between the USSR and the United States was particularly heated on the periphery of capitalism. As Samir Amin states: “The true obstacle to US hegemonist strategy came from the national liberation movements in Asia and Africa, which, from 1945 on, were determined to achieve the independence of non-European nations from the colonial yoke” (AMIN, 2006, p. 47-48).

Going beyond the national aspect, decolonisation and national liberation struggles launched a kind of community of destiny: the Third World. An expression coined by the French economist Alfred Sauvy, the Third World brought together underdeveloped capitalist countries (PALIERAKI, 2023). The first major demonstration of articulation between these peoples took place in April 1955 with the Afro-Asian Conference, also known as the Bandung Conference, the city in Indonesia that hosted the event. The attention of the Third World soon turned to the theme of “development” as a response to the economic problems they were experiencing. It is no coincidence that the first sentence of the final communiqué adopted at the Bandung Conference explicitly mentioned the need to promote economic development in Asia and Africa through economic co-operation (PRASHAD, 2007, p. 44).

If the decolonisation movement attracted international attention to the political situation in Africa and Asia, there was no less interest on the part of intellectuals, particularly social scientists, who were interested in the profound political, economic and social transformations taking place. Important western thinkers formulated a significant part of their reflections during their periods of study and work in Africa. This is the case, for example, of the Italian economist Giovanni Arrighi, who was a professor at the University College of Rhodesia and Nyasaland (ARRIGHI, 2009, p. 62).

After being expelled from Rhodesia for his political activities, Arrighi, along with other intellectuals, moved to Tanzania where he spent a period as a professor at the important University of Dar Es Salaam. There he met the American sociologist Immanuel Wallerstein, also linked to world system theory (WALLERSTEIN, 2000, p. XVI).

The University of Dar es Salaam was an important centre that brought together various African and foreign intellectuals to reflect on the national liberation movements and the challenges facing the newly independent countries (CAMPBELL, 1991). It is worth highlighting the work of Guyanese historian Walter Rodney, who taught at Dar es Salaam on two occasions: firstly in 1967 and then between 1967 and 1974. In Dar es Salaam, Rodney wrote one of his best-known books, “How Europe underdeveloped Africa”, first published in 1972 (CAMPBELL, 1980). The first chapter of the book deals with definitions of development and underdevelopment and concludes with a suggestion of some complementary texts. Rodney warns that “most of that which is available seeks to justify capitalism” (RODNEY, 1982, p. 28).

Rodney regrets that the most popular books on development on the shelves of African universities are those written by bourgeois economists from the centre of capitalism, such as Ragnar Nurkse’s “Problems of capital formation in underdeveloped countries”. Among the critical works, Rodney suggests “Development and underdevelopment”, by Celso Furtado, and “Capitalism and underdevelopment in Latin America”. The Guyanese historian describes Furtado and Frank as follows:

The first writer is from Brazil, a country with a long history of dependence on and exploitation by the metropolis of Europe and North America. Frank's book reflects the thinking of many progressive Latin American intellectuals and it has now become well entrenched as a view of Marxists inside the metropolises. (RODNEY, 1982, p. 29).

The recent publication of extracts from Celso Furtado's diaries shows how excited the Brazilian economist was about the changes taking place in Africa. Having been invited to take part in the conference on science in the new countries, held in Israel in 1960, Furtado noted in his personal diary the impression he had of the entry of these new countries into the international relations of the period.

With regard to the Economic Commission for Africa in its early days, I told them a little about our experience at ECLAC. The initial struggle to survive and forge a development ideology. Conquering the new generation. Helping governments to develop an independent policy. Some of the boys really got excited. I could see in their eyes that they were inflamed by the new faith. If I wasn't already in a battle, I wouldn't be going to Paris. I'd be joining this inflamed African youth. They are aware of the economic servitude that Europe will try to impose on them in a new form. They are wary of the European Common Market. I pointed out that they shouldn't rely too much on technical assistance from the former colonial powers. They should form their own group to think independently. Perhaps we in Brazil could give them some help. In order to form this larger group, some would have to lead the development of an ideology based on an understanding of reality from their own point of view. (FURTADO, 2019, p. 200-201 – my translation).

Conceived as a forum for international cooperation, the United Nations has remained at the centre of discussions on economic development. A quantitative analysis of the changes in the composition of the Organisation indicates the impact of the decolonisation process. Looking at table 1, it is possible to see that in the immediate post-war period, there were only 4 African countries and 9 Asian countries, totaling around 25% of the member countries. By 1980, this figure had risen to 51 African and 40 Asian countries, which corresponded to around 60% of the members.

Year	Africa	Asia	Caribbean	Latin-America	North America	Europe	Oceania	Total
1945	4	9	3	17	2	14	2	51
1950	4	16	3	17	2	16	2	60
1955	5	21	3	17	2	26	2	76
1959	10	23	3	17	2	26	2	82
1965	37	28	3	17	2	27	2	118
1970	42	30	3	17	2	27	2	127
1975	47	37	10	17	2	29	2	144
1980	51	40	13	17	2	29	2	154

Table 1 – Regional composition of the United Nations, 1945-1980.

Fonte: Edmondson (1993, p. 831)

The analysis of African economic thought on the reception of the idea of development has yet to be carried out, but it is unquestionable that the theme of economic development was at the centre of attention for African intellectuals and political leaders of the period (BARBOSA, 2021, p. 80-81). In this context, ECLA developmentalism “became the typical development ideology among the third world ruling classes of the Bandung project” (AMIN, 1994, p. 63).

In addition to the historical context, the parallel with Latin American developmentalism is also justified at the institutional level. In October 1957, a draft resolution was proposed to the United Nations General Assembly, which envisaged the creation of the Economic Commission for Africa. During the debates, the importance of the other economic commissions was repeatedly mentioned. In April 1958, the Economic and Social Council adopted resolution 671 (XXV), which created the Economic Commission for Africa (ECA)⁴.

One of the ECA’s initial challenges was to help newly independent countries organise their economies and articulate a coherent economic development policy. An important part of the Commission’s work was to train economists who could work in the public administration of their countries. Once again, the eyes of UN officials turned to the ECLA experience. The importance of training economists free from the false universalism of orthodox economic theory and capable of analysing the historical reality of their countries had already been pointed out by Raúl Prebisch in the “Latin American Manifesto” (PREBISCH, 2016, p. 51).

⁴ It is important to note, however, that the first discussions on the creation of this Organisation date back to March 1947 (BANKS, 2022, p. 2-3).

Since the early 1950s, the Latin American institution had endeavoured to train new economists (KLÜGER; WANDERLEY; BARBOSA, 2022, p. 131). As we saw earlier, the creation of ILPES represented a greater structuring in the training of officials to work on issues relating to economic development. Taking the ILPES model as a reference, the ECA proposed the creation of an institute linked to the Commission that could further its research and staff training efforts. The proposal was discussed at the United Nations General Assembly in 1961 and, in March 1962, ECA created the African Institute for Economic Development and Planning (IDEP). An exponent of the Institute's history was the Egyptian economist Samir Amin, who taught National Accounting in the early 1960s and was later appointed its director. In the next section, we will analyse in more detail Samir Amin's professional and intellectual career during his time at IDEP.

SAMIR AMIN AND THE SPREAD OF DEPENDENCY THEORIES IN AFRICA

In recent years, the spread of dependency theories has been the subject of various studies. Subverting the classic schema of the diffusion of ideas, in which the Global North appears as the producer pole and the Global South as a mere receiver, Clara Ruvituso demonstrates how dependency theories are the first case of a theoretical approach from “within the South” that has influenced the direction of the social sciences on a global level (RUVITUSO, 2020, p. 93). In her analysis, she looks at how the ideas of authors such as Octavio Ianni, Fernando Henrique Cardoso, Enzo Faletto and Celso Furtado were published in the 1970s in the Federal Republic of Germany through the work of the Suhrkamp publishing house.

In the case of the circulation of dependency theory within the Global South, Germain Ngoie Tshibambe analyses its arrival in the Democratic Republic of Congo (TSHIBAMBE, 2018, p. 193). As part of the university reform that created the National University of Zaire, the city of Lubumbashi hosted the campus for the social sciences and humanities. The hiring of professors trained in French universities, where they had come into contact with dependency theories, and the organisation of the university libraries, which acquired works by “dependentistas”, gave rise to an active counter-hegemonic current of thought and research, marked by third-worldism, within the campus (TSHIBAMBE, 2018, p. 196).

Eduardo Devés-Valdés proposes a typology of the ways in which dependency theories spread in Africa and Asia (DEVÉS-VALDÉS, 2008). The first of these is the presence of students from these continents at universities in the Global North, where there was openness to the ideas developed in Latin America and the Caribbean (DEVÉS-VALDÉS, 2008, p. 89). The author mentions, in particular, the Institute of Development Studies at the University of Sussex, run by economist Dudley Seers, a figure who, as we will see later, played an important role in structuring IDEP (DEVÉS-VALDÉS, 2008, p. 90). Among the other forms of dissemination indicated by the author, it is worth mentioning the creation of institutes dedicated to the issue of development. In the African case, the author mentions IDEP in particular, which had

its heyday during the period when it was run by Egyptian economist Samir Amin (DEVÉS-VALDÉS, 2008, p. 96).

Samir Amin did an important part of his training as an economist in Paris. He obtained his doctorate in economics in 1957 under the direction of Maurice Byé, the same professor who had directed Celso Furtado's thesis at the end of the 1940s. In the first of his memoirs, Amin mentions that "I did not have to hunt for a topic. I had long since decided to contribute to a Marxist analysis of the origins and course of 'underdevelopment'" (AMIN, 1994, p. 42)

With a few changes, the text of the doctoral thesis corresponds to the book "Accumulation on a world scale". The choice of underdevelopment as a subject of study indicates the intellectual atmosphere of the period. Common to Prebisch's formulations was a harsh critique of the theory of comparative advantages and its promise to maximise well-being between countries through international trade. Although there are several mentions of ECLA's developmentalism throughout the book, Amin classifies it as an evolutionist ideology, which does not go so far as to criticise capitalist international relations. For Amin, "a genuine development policy implied control over external relations - in other words, delinking - without which the attempt at internal structural reform was doomed to failure" (AMIN, 1994, p. 64). It is therefore not difficult to see points in common with dependency theories. In a review of the nuances between dependency theories, Gunder Frank points out that Amin is sometimes categorised as a "dependentista" (FRANK, 1992, p. 130).

In 1963, Samir Amin was invited to teach National Accounting in the courses organised by IDEP. When he arrived in Dakar, in October 1963, he soon realised the possibilities that the United Nations system offered him, but also its limits. The multinational, multi-professional team working at the Institute seemed to offer a favourable environment for promoting development, but the recurrent changes of Director and the simple transmission of technical knowledge soon discouraged Amin, who returned to Paris in October 1967 (AMIN, 2006, p. 153). In his letter of resignation sent to the Secretary-General of the United Nations, U Thant, Amin explained why he was resigning and made suggestions on how the Institute's work could be improved.

At the end of 1969, the then Undersecretary for Economic and Social Affairs of the United Nations, Philippe de Seynes, invited Samir Amin to become the new director of IDEP. Amin went to New York to speak directly with de Seynes about employment conditions and, in his memoirs, he recounts the episode.

I met Philippe de Seynes in New York for an interview, and found a charming man with all the qualities I described above. We were able to discuss frankly and cordially, and from that day we became good friends. I reminded him that I had certain views which I would never give up, that I would continue to express them in writing, and that this would probably not be to everyone's liking. "It doesn't matter," he said. "Someone without opinions cannot play the role expected of him in a position like that. Look at the Economic Commission for Latin America (ECLA): Raúl Prebisch doesn't think twice about surrounding himself with intellectuals who are in opposition to their

governments, some of them even political refugees, like the Brazilians Celso Furtado and Fernando Henrique Cardoso. ECLA's success is due to them, and to the academic freedom inside it." (AMIN, 2006, p. 198-199).

Samir Amin was director of IDEP between 1970 and 1980. During this period, he sought to transform the Institute into a centre of excellence for research on Africa, building and strengthening partnerships between the Institute and other international educational and research institutions. One of Amin's first initiatives was to appoint an academic director for the Institute, inviting important intellectuals of the period such as the Brazilian economist Celso Furtado, the director of the Institute for Development Studies (IDS), Dudley Seers, the Nigerian Onitiri, one of the longest-serving academics in Africa; Ismail Abdallah; and Charles Prou, director of the French Centre for the Study of Economic Programmes (CEPE) (AMIN, 2004, p. 201; LIPSCOMB, 1993, p. 177).

A search of the ECA digital repository reveals that Amin did not hesitate to disseminate texts produced by ECLA and authors historically linked to the Commission. Table 2 shows a survey of ECLA texts that circulated in IDEP during Amin's leadership. All of them correspond to the Commission's second phase of reflection, which began in the 1960s and was marked by the need to carry out broad reforms to unlock industrialization.⁵

Title	Author	Year of reproduction
External dependence and economic theory/ Dépendance extérieure et théorie économique	Celso Furtado	1971
The growth and decline of import substitution in Brazil	Maria da Conceição Tavares	1974
Development, underdevelopment, dependence, marginality and special imbalances	Osvaldo Sunkel	1974
La "crise" actuelle du capitalisme	Celso Furtado	1975
La croissance et stagnation en Amérique latine	Celso Furtado	1976
L'unification de l'espace économique	Celso Furtado	1976

Table 2 – ECLAC texts available in the IDEP repository

The period in which Amin was director of IDEP represented the institution's heydays. With increased funding, greater institutional support and a comprehensive work plan that involved staff training, government advisory services and research

⁵ Although it was reproduced by IDEP before Samir Amin's administration, it seems important to mention the existence of the text "African public finances", written in 1968 by Gonzalo Martner, an ECLA specialist in public finances and economic planning. Less well known today, Martner was director of the "Oficina de Planificación" (ODEPLAN) during Salvador Allende's government.

development, the Institute established itself as an important research institution on the African continent. Among the activities promoted by Amin, it is worth highlighting the conference “Strategies of development—Africa versus Latin America” held in Dakar in 1972.

For many participants, it was the first opportunity they had had to debate the big issues facing the third world; at most, a few had caught a glimpse of one another at international gatherings not necessarily focused on their own concerns. Moreover, many of the Latin Americans and Asians were making their first trip to Africa. I will spare the reader a list of all the names, most of them well known. The Latin American dependentista school was represented by its leading figures: Fernando Henrique Cardoso, Ruy Mario Marini, Theotônio dos Santos, Pablo Gonzalez Casanova, André Gunder Frank, Anibal Quijano, Gérard Pierre-Charles. (AMIN, 2006, p. 204).

It is possible to note that the Dakar conference brought together several intellectuals who addressed the economic situation of the periphery from a critical theoretical framework and was a landmark moment in the formulation of dependency theories. The analysis of autobiographical texts by some of the main exponents of this theory indicates the impact of the 1972 conference. In his memorial, Theotônio dos Santos described it as a moment that brought together thinkers who have since dedicated themselves to reflecting on the world system. Ruy Mauro Marini presents the Dakar conference as one of the first opportunities he had to present and debate his seminal text “Dialectics of dependency”, written in 1972, considered a landmark in the structuring of the Marxist theory of dependency (RUVITUSO, 2020, p. 100). André Gunder Frank presents the Dakar conference as an attempt by Amin to introduce dependency theory to Africa. In turn, Vânia Bambirra was invited to participate in the event, but was unable to attend because she fell ill on the eve of the trip (OLIVEIRA; KVANGRAVEN, 2023, p. 1689).

In an interesting analysis of the Dakar Conference, Oliveira and Kvangraven indicate that it embodies two structural components of the intellectual tradition of dependency theories. Firstly, it is a theorization originating from the global periphery and, therefore, contrasts with the mainstream formulations of International Political Economy, which are markedly Anglo-Saxon. Secondly, they are part of the anti-colonial and anti-imperialist political struggle (OLIVEIRA; KVANGRAVEN, 2023, p. 1688).

Since the 1972 Dakar conference, it has been possible to note a greater articulation of thinkers linked to the periphery of capitalism. In 1973, the Council for the Development of Social Science in Africa (CODESRIA) was created, whose first director was Samir Amin, and which was directly inspired by the experience of the Latin American Council of Social Sciences (CLACSO) (AMIN, 2006, p. 223). Noting the need to articulate an entity that went beyond the Regional Councils, Amin proposed the creation of the Third World Forum, which would bring together intellectuals from all over the Third World and facilitate the circulation of critical analyses among them. One of the first preparatory meetings for the Forum took place in Santiago in April 1973, at the invitation of Salvador Allende, a few months before the tragic coup d'état, which had severe consequences for Chilean politics, but also for the continuity of the

formulations of dependency theories. Finally, it is possible to mention the creation of the Association of Third World Economists, which took place in Algiers in 1976, and whose directors were Samir Amin, Celso Furtado, among others (DIRECCIÓN..., 1977). It is therefore clear that, more than a one-off event, the 1972 Algiers Conference was part of an effort to bring together theoretical and political thinkers from the periphery of capitalism, and represented “an intellectual counterpart to the diplomatic efforts by then-called Third World countries to challenge the world order centered on economic institutions and international regimes dominated by so-called First World” (OLIVEIRA; KVANGRAVEN, 2023, p. 1691).

The growing organization of the Third World did not fail to generate tensions with the countries at the center of capitalism. During the Algiers Conference in 1973, the Non-Aligned Movement approved a declaration advocating the establishment of a New International Economic Order (NIEO). The following year, the United Nations General Assembly adopted a similar resolution, marking the zenith of the capacity of Third World countries to set the international agenda (BEST; HANHIMÄKI; MAIOLO; SCHULZE, 2014, p. 349). The first oil shock that occurred in 1973 indicated that the articulation of the Third World was not limited to declarations of principles, but was able to influence the actions of the countries' governments. As Amin points out:

Third world countries were very active within the UN system throughout the Bandung period, and especially between 1960 and 1975. Who does not remember those meetings of the General Assembly in September October of every year, when leading statesmen and famous journalists used to gather in the lobby of the UN building in New York? Nowadays, the only people one sees there are minor officials and insignificant reporters. The diplomacy of the non-aligned countries and the Group of 77 used to force discussion of all the real issues of our time, from the nature of the international economic order (and the creation of UNCTAD in 1964) to the political intervention of the major powers in the affairs of the third world. I had the opportunity to attend several of these General Assembly sessions, as an adviser to some of the most active non-aligned states. I learned a lot there from well-briefed officials and experts, and I made a lot of new friends. The weight of third world diplomacy in those days helped to temper Washington's ambitions, despite the presence of its African and other agents within the UN apparatus. (AMIN, 2006, p. 218).

The reaction of the countries at the center of capitalism was not long in coming. From an ideological point of view, the progress of discussions on the NIEO, which demanded reparations for colonialism, permanent sovereignty of countries over their natural resources and mechanisms for stabilizing the prices of raw materials, sparked a reaction from neoliberal economists. As stated by Quinn Slobodian:

Opposing the world projects of both the NIEO and the global reformists was a formative struggle for neoliberals in the 1970s. Given what they saw as the G-77 misuse of state sovereignty to unsettle world economic order, neoliberals sought ways to circumvent the authority of national governments. By the early 1980s this manifested in renewed attention to modes of investment protection and third-party arbitration alongside

the rethinking of criteria for World Bank aid and IMF assistance that would become known as the Washington Consensus. Equally important was the rise of monetarism, culminating in the so-called Volcker Shock in 1979, which dramatically raised U.S. interest rates—and thus debt service payments for Global South nations—initiating the Third World debt crisis and dealing the “death blow to the NIEO movement. (SLOBODIAN, 2018, p. 222).

The neoliberal counterrevolution directly targeted the articulation of Third World countries. The attempt at economic ascension by underdeveloped countries was intolerable for the economic order established after the Second World War. The United States government saw the Third World’s aspirations for autonomous development as a threat to the Cold War world order (ARRIGHI, 2010, p. 331). For Arrighi, the achievement of full sovereignty by the Third World constituted a latent and growing threat to North American global power, potentially much more serious than Soviet power itself (ARRIGHI, 2010, p. 332).

It should not be overlooked that an important component of neoliberalism was also the battle of ideas that it waged against critical theories, such as dependency theory. In his book on the “end of history”, the American sociologist Francis Fukuyama dedicates an entire chapter to criticizing it. For Fukuyama, the conclusion is clear: “No underdeveloped country in the Third World is disadvantaged simply because it began the growth process later than Europe, nor are the established industrial powers capable of blocking the development of a latecomer” (FUKUYAMA, 1992, p. 103). Thus, the neoliberal counterrevolution imposed a severe setback not only in terms of economic policy, but also in terms of reflection, marginalizing critical thinking formulated on the periphery of capitalism.

CONCLUDING REMARKS

Dependency theories were an important theoretical paradigm formulated on the periphery of capitalism and which had important political repercussions. Once the diffusion of dependency theories has been analyzed, it is possible to return to the initial argument about “misplaced ideas”. Although they were initially formulated in Latin America, dependency theories represented a critical theoretical framework that influenced thinkers and activists in the Third World. As Oliveira and Kvangraven (2023, p. 1684) point out: “While dependency theory is often associated with Latin America, strands of dependency theory emerged across the world, including in Africa and the Caribbean”.

Based on the observation of the failure of the theory of economic development to overcome underdevelopment, the dependency theory could be seen on the African continent as a warning against the risks of uncritically adhering to the same type of economic policy. The risk that, after political independence, a deepening of economic dependence would follow, as had occurred in Latin America, was perceived by some African political leaders and intellectuals (AFRICAN UNION, 2022, p. 44).

Thus, unlike what happened with the spread of liberalism, understood as a

universal ideology that pointed to the importance of the development of capitalism, centered on the guarantee of individual rights and, above all, private property, dependency theories represent a critical reflection on what the development of the capitalist mode of production actually was. In this way, they seek to understand the functioning of the world economy, strongly conditioned by the center of capitalism, and how the periphery of capitalism fits into this economy. It was thus possible to develop a theoretical formulation that combined economics and politics, highlighting how the mediation between center and periphery occurs. In other words, dependency theories opened up space to see how “underdeveloped” countries have internal structures and classes that are also fundamental to their economic dynamics.

In this way, one can perceive the intellectual and political refinement of the “dependentistas” who combined a fine understanding of the functioning of contemporary capitalism and its connection with the situation in peripheral countries. The differences between center and periphery no longer appear as a mark of “backwardness”, but as an expression of the functioning of the economic system itself (SCHWARZ, 2001, p. 161).

Thus, once re-appropriated in the African context, dependency theories would no longer be a “second-degree” ideology, as Schwarz mentions about liberalism in Brazil in the 19th century⁶. Thus, as they originally did in Latin America, those theories also played a role in Africa, along with other perspectives already being developed on the continent, in affirming an international struggle and opening up a space for understanding the unequal and combined nature of capitalism and how to overcome it.

SOBRE O AUTOR

ANTONIO MOTA FILHO is assistant professor at Departamento de Relações Internacionais of Universidade Federal de São Paulo (Unifesp).
antonio.mota@unifesp.br
<https://orcid.org/0000-0003-1631-3629>

6 For Schwarz, liberalism in Europe was an ideology that masked a class reality that was asserting itself with the advance of capitalism. In the case of Brazil, “ideologies do not describe reality, not even falsely, or work according to any law of their own. It is for that reason we shall label them ‘second-degree ideologies’” (SCHWARZ, 2020, p. 6).

REFERENCES

- AFRICAN UNION. (1963). *Speeches and statements made at the first Organization of African Unity (O.A.U) Summit*. Addis Ababa: African Union Headquarters, 2022. Available at: https://au.int/sites/default/files/speeches/38523-sp-oau_summit_may_1963_speeches.pdf. Accessed Feb. 2025.
- ALACEVICH, Michele. Paul Rosenstein-Rodan and the birth of development economics. *History of Political Economy*, v. 53, n. 5, p. 857-892, 2021. Available at: <https://www.econstor.eu/handle/10419/215545>. Accessed Feb. 2025.
- AMIN, Samir. *Re-reading the postwar period: an intellectual itinerary*. New York: Monthly Review Press, 1994.
- AMIN, Samir. *A life looking forward: memoirs of an independent marxist*. London: Zed Books, 2006.
- ARRIGHI, Giovanni. The winding paths of capital. Interview by David Harvey. *New Left Review*, v. 56, Mar/Apr, 2009. Available at: <https://newleftreview.org/issues/ii56/articles/giovanni-arrighi-the-winding-paths-of-capital>. Accessed Feb. 2025.
- ARRIGHI, Giovanni. *The long twentieth century: money, power and the origins of our times*. London: Verso, 2010.
- BANKS, Elizabeth. Economic decolonization and international economic thinking at the UN Regional Commission for Africa (UNECA): a research agenda. Working Paper. European University Institute, 2022. <https://hdl.handle.net/1814/74410>.
- BARBOSA, Muryatan S. Economia política africana: do desenvolvimento ao autodesenvolvimento. *Revista ABPN*, v. 13, p. 78-104, 2021.
- BEST, Antony; HANHIMÄKI, Jussi; MAIOLO, Joseph A.; SCHULZE, Kirsten E. *International history of the twentieth century and beyond*. Londres: Routledge, 2014.
- BIELSCHOWSKY, Ricardo. Fifty years of ECLAC thought: a review. In: BIELSCHOWSKY, Ricardo (Comp.). *ECLAC Thinking, selected texts (1948-1998)*. Santiago: ECLAC, 2016, p. 7-43.
- BIELSCHOWSKY, Ricardo; MUSSI, Carlos. Brazilian economic thought in the “developmentalist era”: 1930–1980. In: BIELSCHOWSKY, Ricardo; BOIANOVSKY, Mauro; COUTINHO, Maurício Chalfin. *A history of Brazilian economic thought: from colonial times through the early 21st century*. I. ed. London: Routledge, 2022, p. 157-208.
- CABRAL, Amílcar. The nationalist movements of the Portuguese colonies. In: SEREQUEBERHAM, Tsenay (Ed.). *Return to the source: selected texts of Amílcar Cabral*. New York: Monthly Review Press, 2022, p. 64-74.
- CAMPBELL, Horace. Walter Rodney: a biography and bibliography. *Review of African Political Economy*, v. 18, p. 132-137, 1980. <https://www.jstor.org/stable/3997943>. Accessed 10 Feb. 2025.
- CAMPBELL, Horace. The impact of Walter Rodney and progressive scholars on the Dar Es Salaam School. *Social and Economic Studies*, v. 40, n. 2, p. 99-135, 1991. <https://www.jstor.org/stable/27865003>. Accessed 10 Feb. 2025.
- CARDOSO, Fernando Henrique. The originality of a copy: CEPAL and the idea of development. *CEPAL Review*, v. 4, p. 7-40, 1977. Available at <https://shorturl.at/iUR9o>. Accessed Feb. 2025.
- CARDOSO, Fernando Henrique; FALETTI, Enzo. *Dependency and development in Latin America*. Berkeley: University of California Press, 1971.
- CRUZ, Hernán Santa. The creation of the United Nations and ECLAC. *CEPAL Review*, v. 57, p. 17-34, 1995. Available at <https://shorturl.at/qHgzI>. Accessed Feb. 2025.
- DEVÉS-VALDÉS, Eduardo. La circulación de las ideas económico-sociales de Latinoamérica y el Caribe,

- en Asia y África ¿Cómo llegaron y cómo se diseminaron? (1965-1985). *Revista Universum*, v. 23, n. 2, p. 86-111, 2008. <http://dx.doi.org/10.4067/S0718-23762008000200005>.
- DIRECCIÓN de la Asociación. *Investigación Económica*, v. 36, n. 139, 1977, p. 325-325. JSTOR, Available at <http://www.jstor.org/stable/42776989>. Accessed Feb. 2025.
- EDMONDSON, Locksley. Africa and the developing regions. In: MAZRUI, Ali A.; WONDJI, Christophe. *General history of Africa*, VIII: Africa since 1935. Berkeley: University of California Press, 1993. p. 829-870
- FRANK, Andre Gunder. Latin American Development Theories Revisited: A Participant Review. *Latin American Perspectives*, v. 19, n. 2, p. 125-139, 1992. Available at <https://www.jstor.org/stable/2633887>. Accessed Feb. 2025.
- FUKUYAMA, Francis. *The ends of history and the last man*. New York: The Free Press, 1992.
- FURTADO, Celso. *Obra autobiográfica*. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.
- FURTADO, Celso. *Diários intermitentes*. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.
- FURTADO, Celso. *Correspondência intelectual*. São Paulo: Companhia das Letras, 2021.
- HETTNE, Björn. The development of development theory. *Acta Sociologica*, v. 26, n. 3/4, p. 247-266, 1983. Available at <https://www.jstor.org/stable/4194484>. Accessed Feb. 2025.
- KLÜGER, Elisa; WANDERLEY, Sergio; BARBOSA, Alexandre de Freitas. The ECLA-BNDE Economic Development Centre and the training of a generation of development planners in Brazil. *CEPAL Review*, v. 136, p. 127-147, 2022. Available at <https://shorturl.at/7N92V>. Accessed Feb. 2025.
- LIPSCOMB, Margaret Mary. *Changing meanings of development: Dudley Seers - an intellectual biography*. Doctoral Thesis. Faculty of Social Sciences, University of Southampton, 1993.
- LORENZINI, Sara. *Global development: a Cold War history*. Princeton: Princeton University Press, 2019.
- MARTINS, Carlos Eduardo Martins. *Dependency, neoliberalism and globalization in Latin America*. Leiden: Brill, 2020.
- MCMAHON, Robert J. *The Cold War: a very short introduction*. Cambridge: Cambridge University Press, 2003.
- MEIER, Gustav. The formative period. In: MEIER, Gustav; SEERS, Dudley (Ed.). *Pioneers in development*. Oxford: Oxford University Press, 1984, p. 3-24.
- MOGGRIDGE, Donald. The collected writings of John Maynard Keynes. Volume 26, Activities 1941-1946: Shaping the post-war world, Bretton Woods and reparations. London: Cambridge University Press, 1980.
- OLIVEIRA, Felipe Antunes de; KVANGRAVEN, Ingrid Harvold. Back to Dakar: Decolonizing international political economy through dependency theory. *Review of International Political Economy*, v. 30, n. 5, p. 1676-1700, 2023. <https://doi.org/10.1080/09692290.2023.2169322>.
- PALIERAKI, Eugenia. The origins of the “Third World”: Alfred Sauvy and the birth of a key global post-war concept. *Global Intellectual History*, v. 10, n. 1, p. 23-52, 2023. <https://doi.org/10.1080/23801883.2023.2166558>.
- PRASHAD, Vijay. *The darker nations: a people's history of the Third World*. New York: The New Press, 2007.
- PREBISCH, Raúl. (1948). The economic development of Latin America. In: BIELSCHOWSKY, Ricardo (Ed.). *ECLAC Thinking, selected texts (1948-1998)*. Santiago: ECLAC, 2016. p. 45-84.
- RODNEY, Walter. *How Europe underdeveloped Africa*. Washington: Howard University Press, 1982
- ROSENSTEIN-RODAN, Paul Narcyz. Problems of industrialisation of Eastern and South-Eastern Europe. *The Economic Journal*, v. 53, n. 210/211, p. 202-211, 1943. <https://doi.org/10.2307/2226317>.
- ROSENSTEIN-RODAN, Paul Narcyz. *Oral history interview*. Washington: World Bank, 1961.
- RUVITUSO, Clara. Southern theories in Northern circulation: analyzing the translation of Latin American

- dependency theories into German. *Tapuya: Latin American Science, Technology and Society*, v. 3, n. 1, p. 92-106, 2020. <https://doi.org/10.1080/25729861.2020.1781999>.
- SLOBODIAN, Quinn. *Globalists: the end of empire and the birth of neoliberalism*. Cambridge: Harvard University Press, 2018.
- SCHWARZ, Roberto. *A master on the periphery of capitalism*. Durham: Duke University Press, 2001.
- SCHWARZ, Roberto. *To the victor, the potatoes!* Leiden: Brill, 2020.
- STINSKY, Daniel. Sisyphus' Palace: The United Nations Economic Commission for Europe, 1947-60. Doctoral Thesis, Maastricht University, 2019.
- TRAVERSO, Enzo. *The new faces of fascism: populism and the far right*. London: Verso, 2019.
- TSHIBAMBE, Germain Ngoie. De la théorie de la dependencia: de l'importation à la réception locale à Lubumbashi (République Démocratique du Congo). In: ROSS, César; BADI, M Kabunda (Ed.). *Tránsitos materiales e inmateriales entre África, Latinoamérica y el Caribe*. Santiago de Chile: Ariadna Editores, 2018, p. 193-205.
- WALLERSTEIN, Immanuel. *The essential Wallerstein*. New York: The New Press, 2000.

Celso Furtado e a teoria da dependência: diálogos e aproximações

[*Celso Furtado and dependency theory: dialogues and approaches*]

Roberto Pereira Silva¹

Renata Bianconi²

Algumas argumentações deste texto também foram desenvolvidas em comunicação apresentada pelos autores no 20º Seminário de Diamantina em 2024.

RESUMO • O artigo revisita a obra de Celso Furtado destacando o tratamento dado por ele a questões debatidas pela teoria da dependência. Especialmente a partir da década de 1970, Furtado refinou sua concepção de subdesenvolvimento, enfatizando a dimensão cultural de seus impasses e propondo uma visão global que ultrapassou os debates das décadas iniciais da teoria da dependência. Iniciando pelas interpretações sobre a relação entre Furtado e a teoria da dependência, elencamos tópicos de diálogo entre eles e salientamos o papel fundamental da dependência cultural e tecnológica na teorização de Furtado sobre o subdesenvolvimento. • **PALAVRAS-CHAVE** • Celso Furtado; dependência; subdesenvolvimento. • **ABSTRACT** • This

article aims to revisit the work of Celso Furtado, highlighting his treatment of issues debated by dependency theory. Especially since the 1970s, Furtado refined his conception of underdevelopment, emphasizing the cultural dimension of its impasses and proposing a global vision that went beyond the debates of the initial decades of dependency theory. Starting with the interpretations of the relationship between Furtado and dependency theory, we show topics of dialogue between them and highlight the fundamental role of cultural and technological dependence in Furtado's theorization on underdevelopment. • **KEYWORDS** • Celso Furtado; dependency; underdevelopment.

Recebido em 20 de junho de 2024

Aprovado em 13 de fevereiro de 2025

SILVA, Roberto Pereira; BIANCONI, Renata. Celso Furtado e a teoria da dependência: diálogos e aproximações. *Rev. Inst. Estud. Bras.* (São Paulo), n. 90, 2025, e10735.



Seção: Dossiê

DOI: 10.11606/2316901X.n90.2025.e10735

1 Universidade Federal de Alfenas (Unifal, Varginha, MG, Brasil).

2 Universidade Federal de Alfenas (Unifal, Varginha, MG, Brasil).

A teoria da dependência é considerada uma das grandes contribuições latino-americanas à análise sociológica. Celso Furtado ocupa um lugar ainda indefinido nesse universo. Ao longo do tempo, refletiu, às vezes criticamente, sobre as contribuições dependentistas e, também, traçou uma via própria de compreensão da natureza da dependência. Ao referir-se a suas contribuições teóricas, Furtado ([1987] 2013, p. 61) afirmaria que se orientou “para a ideia de dependência, primeiro cultural e depois tecnológica” a partir de seus “estudos sobre a dinâmica da demanda e a modernização na reprodução do subdesenvolvimento”. A teoria da dependência é por ele apresentada como resultado do esforço do estruturalismo latino-americano no sentido da ampliação do quadro conceitual

[...] a fim de abranger os condicionantes internos e externos do sistema de decisões [...]. Graças a tal enfoque abrangente foi possível aprofundar a percepção das vinculações entre as relações externas e as formas internas de dominação social, bem como projetar luz sobre outros temas de não pouca significação, tais como a natureza do Estado e o papel das firmas transnacionais. (FURTADO, [1987] 2013, p. 62).

Nessa reelaboração de sua trajetória, publicada em 1987, podemos perceber que Celso Furtado coloca-se entre os formuladores dessa teoria. Ao destacar seus estudos sobre a ideia de dependência, localiza-os no início dos anos 1970, ou seja, após os anos de maior produção dependentista na América Latina, período de transformações importantes em sua própria obra, sobretudo pela introdução de fatores culturais e ambientais na problemática do desenvolvimento. Esse marco temporal, portanto, servirá para balizar nossa análise.

Assim, inserir Celso Furtado na discussão sobre a teoria da dependência requer uma justificativa. Alguns intérpretes reconhecem sua importância como um ou o pioneiro dessa corrente de pensamento (LOVE, 1998; KAY, 1989; ARNDT, 1989; BIELSCHOWSKY, 2010)³. Outros, por sua vez, afirmam que é responsável por uma vertente específica da dependência (BRESSER-PEREIRA, 2010; MANZATTO; SAES, 2021).

3 Para Bielschowsky (2010, p. 186), Furtado, já em *Desenvolvimento e subdesenvolvimento* (1961), que reúne textos produzidos na década de 1950, “provavelmente antecipou algumas das ideias básicas das teorias da dependência discutidas ao longo da década de 1960”.

O cerne da discussão, entretanto, está nos critérios utilizados na reconstituição da teoria da dependência. Uma delas divide-a em duas grandes vertentes: a marxista e a estruturalista (LOVE, 1998). Nessa classificação, Furtado participa da matriz estruturalista. Uma divisão alternativa mantém a corrente marxista, mas cria uma subdivisão entre estruturalistas e a chamada teoria da dependência associada, esta última representada por Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto (PALMA, 1978; BRESSER-PEREIRA, 2010). Já Bielschowsky (2000, p. 41) identifica duas vertentes da teoria da dependência, conforme a centralidade da análise em aspectos políticos (Cardoso e Faletto) ou econômicos (tanto na formulação marxista de A. G. Frank e seguidores quanto na cepalina de O. Sunkel, que preconiza agendas políticas de reformas dentro do capitalismo). O posicionamento de Celso Furtado como pioneiro da teoria da dependência ou como um dos principais formuladores da vertente estruturalista está relacionado com seu papel, intelectual e institucional, na formulação da problemática que dará origem a essa teoria.

Na origem da teoria da dependência encontra-se a crítica às formulações iniciais da Comissão Econômica para a América Latina (Cepal), no momento de crise do processo de substituição de importações na América Latina. O quadro observado na região marcaria a evolução do pensamento latino-americano nos anos 1960, promovendo, no âmbito da própria Cepal, uma reorientação no sentido da inclusão de “contribuições de natureza sociológica”, sob influência de José Medina Echavarría na instituição. Analisando a evolução da sociedade latino-americana nos anos 1960 e preconizando uma agenda de profundas reformas dentro do capitalismo, a Cepal se estabeleceria como “um fórum de discussão de ideias críticas ao processo de desenvolvimento em curso” (BIELSCHOWSKY, 2000, p. 37). Nesse contexto crítico é possível identificar a contribuição de Celso Furtado.

Após o golpe militar de abril de 1964 no Brasil, Celso Furtado exilou-se no Chile, iniciando um seminário para revisar criticamente a produção da Cepal sobre a industrialização da América Latina. Esse grupo de discussão, que teve entre seus participantes Osvaldo Sunkel, Fernando Henrique Cardoso, Francisco Weffort, entre outros, está na origem dos trabalhos que seriam denominados vertente estruturalista da teoria da dependência.

Os autores da vertente marxista, por sua vez, foram influenciados por esse mesmo contexto de crítica à ISI, muitos deles tendo passado por Santiago do Chile, em instituições ligadas ou influenciadas pela Cepal (LOVE, 1998, p. 445-446; PALMA, 1978, p. 898). Entretanto, o que diferencia essa vertente é o uso do instrumental marxista para captar as relações entre os países centrais e periféricos (KAY, 1989, p. 143)⁴. Ela tem entre os principais representantes André Gunder Frank, Ruy Mauro Marini, Vânia Bambirra e Theotonio dos Santos. A despeito das diferenças

4 Quanto a esse ponto, Cristóbal Kay argumenta que a concepção de imperialismo surgida no interior do marxismo, em finais do século XIX, centrava-se nas disputas e na concorrência entre as potências industriais. Os autores dependentistas estavam preocupados em captar as repercussões, na periferia, da expansão do capitalismo, buscando identificar a condição dependente no quadro do capitalismo mundial. Nesse sentido, não há consenso entre os teóricos se a teoria da dependência seria revisionista ou uma continuidade dentro da tradição marxista. Sobre essa discussão, ver: Kay (1989, p. 140-144).

interpretativas entre eles, identifica-se um instrumental marxista na reinterpretação do imperialismo e na explicação da realidade dos países da América Latina, com ênfase nas formas de exploração dos países periféricos pelos centrais, entendendo-as como característica estrutural do capitalismo mundial.

Por sua vez, a vertente estruturalista, que tem como principais representantes Celso Furtado, Osvaldo Sunkel, Fernando Henrique Cardoso, Enzo Faletto, entre outros, é caracterizada por uma crítica às proposições anteriores da Cepal a respeito da substituição de importações que, sem romper com o instrumental de análise cepalino, ampliou-o para introduzir as variáveis política e social concebendo uma perspectiva mais “historicista” e “sociologista” na análise das relações econômicas internacionais (LOVE, 1998, p. 439; BIELSCHOWSKY, 2000, p. 39). Nessa perspectiva, o trabalho de Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto pertence ao estruturalismo (RODRÍGUEZ, 2009), pois o instrumental de análise continua sendo o cepalino, valendo-se de categorias como deterioração dos termos de troca e heterogeneidade estrutural⁵. O mesmo se pode dizer dos marcos temporais de evolução das economias latino-americanas, com a passagem do modelo primário-exportador para o de industrialização substitutiva de importações⁶.

O objetivo deste artigo é discutir como a obra de Celso Furtado formulou problemas e ofereceu respostas às questões debatidas em trabalhos da teoria da dependência. Fazendo poucas referências a esses autores e jamais polemizando diretamente, pode-se dizer que existiu um interlocutor oculto nos trabalhos de Celso Furtado das décadas de 1960 e 1970, pois alguns temas do economista paraibano podem ser lidos como intervenções às propostas dos teóricos da dependência⁷. Observe-se, contudo, que esse diálogo não explica, em sua totalidade, a evolução do pensamento de Celso Furtado que, argumentamos, segue uma trajetória própria. Isso fica evidente na reformulação de sua concepção de subdesenvolvimento, que nos anos 1970 passa a enfatizar a questão cultural como cerne da compreensão das dificuldades e impasses das sociedades dependentes e subdesenvolvidas (CUNHA; BRITTO, 2018).

Assim, após breve apresentação das interpretações sobre a teoria da dependência, iremos elucidar alguns pontos de um “diálogo inconsútil” – a expressão é de Francisco de Oliveira (1997) – de Celso Furtado com a teoria da dependência, elencando três tópicos de contato e diálogo entre eles. Em seguida, mostraremos como sua

5 Margarita Fajardo (2022, p. 165) também afirma a importância do arcabouço cepalino para os teóricos da dependência.

6 Outros intérpretes (PALMA, 1978; BRESSER-PEREIRA, 2010; MANZATTO; SAES, 2021) consideram o trabalho de Cardoso e Faletto como uma vertente específica, a “dependência-associada”, teorizando uma via de desenvolvimento que se dá pela associação dos empresários latino-americanos com o capital estrangeiro. Wilson Vieira (2022), por sua vez, classifica os autores em uma vertente weberiana, enfatizando a metodologia empregada pelos autores, que se aproxima dos “tipos ideais” do sociólogo alemão.

7 Furtado (1971, p. 335) refere-se à “corrente de pensamento latino-americano mais recente” e cita, além de seus trabalhos, os de Osvaldo Sunkel, Fernando Henrique Cardoso, Enzo Faletto e Theotonio dos Santos. Em carta a Joseph Love, de 22 de dezembro de 1982, afirma que, em textos do início dos anos 1970, apresentou uma teoria da dependência que se afastava “das simples afirmações doutrinárias à La Gunder Frank e *tutti quanti*”. (FURTADO, 2021, p. 329-330).

obra caminhou para uma reflexão que abarca as esferas política, econômica, social e cultural do subdesenvolvimento, propondo uma teoria global do subdesenvolvimento que avançou de alguns temas da teoria da dependência para uma interpretação sistêmica do capitalismo global. Ainda na seção, discutimos a constituição de uma nova interpretação das relações entre o centro e a periferia do sistema capitalista proposta por Celso Furtado, ressaltando como essa visão supera positivamente tanto a teoria da dependência quanto as concepções anteriores do subdesenvolvimento em sua obra.

APROXIMAÇÕES ENTRE CELSO FURTADO E A TEORIA DA DEPENDÊNCIA

Devido às limitações deste artigo, não iremos revisar todas as correntes da teoria da dependência nem apresentar individualmente a contribuição de seus autores. Limitar-nos-emos a apresentar alguns temas comuns, colocando-os em diálogo com as interpretações de Celso Furtado. Esses tópicos incluem a participação e a agência das burguesias nacionais no processo de desenvolvimento, a questão da dependência tecnológica e, finalmente, as relações centro e periferia observadas sob a perspectiva política e econômica. Esses temas pertencem às formulações iniciais da teoria da dependência, marcadas pelas proposições de Cardoso, Faletto, Marini e Frank e que tiveram desdobramentos e respostas na obra de Celso Furtado. Embora a teoria da dependência seja composta de um conjunto de contribuições e reflexões mais amplo que o exposto em nossa amostragem (que incluiria, minimamente, os aportes de Theotonio dos Santos e Vânia Bambirra), nos restringimos aos autores e temas selecionados. Com isso destacamos que o diálogo mais efetivo de Furtado ocorreu durante o início da teoria da dependência, e são esses temas que serão desenvolvidos por Furtado na década de 1970, agora extrapolando a temática dependentista e incorporando em sua obra questões como cultura, modernização, meio ambiente, identidade nacional, excedente econômico etc.

A BURGUESIA NACIONAL NO PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO

A teoria da dependência, ao propor a integração da análise das classes sociais e da política ao estudo do capitalismo internacional, renovou o debate sobre a questão das burguesias nacionais no processo de desenvolvimento. Esse debate iniciou-se com uma crítica às teses defendidas pelo Partido Comunista no Brasil e em outros países da América Latina, que formularam a estratégia, vigente nas décadas de 1940 e de 1960, de uma revolução democrático-burguesa, apoiando as burguesias industriais nacionais em luta contra seus inimigos internos (latifundiários) e externos (empresas estrangeiras) como forma de criar as condições para uma revolução socialista (LOVE, 1998, p. 411-412). Essa leitura compreendia que as relações de produção no Brasil ainda eram semifeudais e semicoloniais (MANTEGA, 1984, p. 160) e afirmava que o modo de produção dominante na América Latina, sobretudo no campo, era feudal.

Essa tese foi contraposta, nos anos de 1960, pela interpretação de que as relações

sociais no campo brasileiro estavam inseridas no mercado internacional capitalista e, portanto, dentro de um sistema global de exploração. Essa nova interpretação – que foi defendida por Gunder Frank (1964) – levou à refutação da ideia de que as burguesias periféricas seriam capazes de promover reformas e se antagonizar com os grandes proprietários de terra, fazendo uma revolução burguesa.

Segundo a vertente marxista da teoria da dependência, a superexploração de trabalhadores urbanos e rurais decorreria da posição subalterna da burguesia industrial dos países subdesenvolvidos no contexto internacional. Essa concepção foi mais bem formulada por Ruy Mauro Marini ([1969]2013) com o conceito de superexploração do trabalho, referente à extração de mais-valia absoluta na periferia.

Em paralelo, para Fernando Henrique Cardoso (1964), não havia, entre os empresários brasileiros, um compromisso forte com o Estado democrático, nem uma oposição ao capital estrangeiro⁸. Para a burguesia nacional, observam Cardoso e Faletto (1970), uma aliança com o capital estrangeiro subordinada e restrita a setores de baixa penetração de progresso técnico seria aceitável conquanto viabilizasse sua acumulação de capital.

Celso Furtado expressaria sua interpretação da burguesia industrial e sua falta de um projeto nacional de desenvolvimento em *Dialética do desenvolvimento* (1964) e nos ensaios escritos entre 1964 e 1966, reunidos em *Subdesenvolvimento e estagnação na América Latina* (1966). Segundo Furtado, as possíveis divergências entre os setores industrial e agrário não resultariam necessariamente em um confronto direto entre essas classes. Como evidenciado no golpe de 1964, seus interesses confluiriam diante do crescimento das reivindicações trabalhistas (FURTADO, 1964, p. 140-141).

Esses textos, entretanto, foram escritos sob o impacto da crise econômica brasileira e do golpe militar de 1964 (SILVA; BIANCONI, 2024). A recuperação da atividade econômica, resultado de uma série de mudanças institucionais realizadas pelo governo militar, levou Celso Furtado a reexaminar as condições para o crescimento econômico. Em *Um projeto para o Brasil* (1968) e *Análise do “modelo” brasileiro* (1972)⁹ Furtado examina a formação da burguesia industrial agora sob a ótica do comércio internacional. Para ele, a formação e os interesses da burguesia industrial brasileira estiveram “positivamente vinculados ao comércio exterior” (FURTADO, 1972, p. 19). Em outras palavras, a noção de uma burguesia nacional seria simplista. As exportações viabilizaram a formação do mercado interno e possibilitaram a importação de bens de produção. Na medida em que as indústrias que se desenvolviam no Brasil atuavam em setores complementares aos produtos importados, comprometeu-se a conformação de uma mentalidade efetivamente nacional, capaz de conceber um projeto autônomo de desenvolvimento. Nesse sentido, a industrialização

8 Almeida (2009, p. 63; p. 72) observa que Cardoso (1964) criticaria em Furtado a falta de análise sobre o papel dos empreendedores no desenvolvimento econômico. Para Cardoso (1964), “a associação dos grupos nacionais com os capitais estrangeiros [...] provocaria uma redefinição essencial nas crenças rudimentares dos líderes industriais e tornaria racional a ação dos empresários brasileiros, alterando o seu comportamento social, condição *sine qua non* para impulsionar o desenvolvimento capitalista”.

9 Note-se que o primeiro livro (FURTADO, 1968) ainda é marcado pela percepção de uma paralisia do sistema econômico brasileiro. Já o livro de 1972 é escrito após as medidas implementadas pela ditadura no Brasil resultarem em expressivo crescimento econômico, que Furtado analisará como um processo de “modernização”, como discutiremos a seguir.

no Brasil não decorreu de um projeto idealizado por uma burguesia nacional, mas apresentou-se como um resultado não intencional de políticas promovidas pelo Estado para a proteção do setor exportador num momento de crise.

Podemos dizer que a interpretação de Celso Furtado sobre o papel da burguesia fazia coro à ideia de ausência de um projeto nacional, progressista, democrático. As razões para isso, no entanto, foram buscadas em sua própria teoria do subdesenvolvimento, na reinterpretação do processo de substituição de importações.

Assim, identifica-se um distanciamento tanto da noção de dependência associada proposta por Fernando Henrique Cardoso quanto da análise baseada na superexploração do trabalho realizada por André Gunder Frank e Ruy Mauro Marini. Em divergência com essas visões, como bem pontuou Bresser-Pereira (2010), Furtado via como imprescindível a retomada de um projeto nacional e de fortalecimento do papel diretor do Estado como uma forma de superar o subdesenvolvimento.

A DEPENDÊNCIA TECNOLÓGICA

Na teoria da dependência, assim como na perspectiva cepalina, prevalece a ideia de que são os países centrais que produzem e detêm o monopólio da tecnologia. Esse controle é um dos aspectos que conforma a dependência. Na vertente estruturalista, as formas de interação entre o centro e a periferia são caracterizadas pela ausência de desenvolvimento tecnológico nessa última.

Para Ruy Mauro Marini, na vertente marxista, essa dependência tecnológica manifesta-se na superexploração do trabalho na periferia. Em sua visão (MARINI ([1973] 2022, p. 189), a superexploração do trabalho é o fator essencial e não a dependência tecnológica. Essa forma de exploração se traduz, internamente, na conformação de relações sociais de produção baseadas na extração de mais-valia absoluta na periferia e de mais-valia relativa no centro.

A dependência tecnológica esteve presente desde os primeiros escritos de Celso Furtado, embora sua interpretação tenha se modificado nas décadas de 1960 e 1970, sobretudo a partir da reflexão sobre as tendências à estagnação na América Latina (FURTADO, 1966). O aprofundamento do processo de substituição de importações implicaria a necessidade de acesso a tecnologias modernas – sob controle de empresas multinacionais – para a produção dos bens de consumo duráveis e intermediários que se objetivava internalizar. As escalas mínimas de produção requeridas para a viabilidade econômica dessas indústrias somadas ao reduzido poder de consumo do conjunto da população estariam na origem da estagnação, da perda de dinamismo do sistema econômico como um todo¹⁰.

10 Cumpre notar que a questão do subconsumo também está presente na vertente marxista da teoria da dependência. Uma vez que na periferia vigora a superexploração do trabalho, o mercado consumidor fica restrito, embora consiga atender às necessidades de produção e venda das empresas internacionais. O resultado desse mercado consumidor restrito é desenvolvido no conceito de subimperialismo, de Ruy Mauro Marini ([1969] 2013). Importante notar que o trabalho de Marini foi escrito quatro anos depois da tese da estagnação de Celso Furtado.

A ideia de que o controle tecnológico é um elemento central do subdesenvolvimento está presente em *Um projeto para o Brasil* (1968). Furtado aí diferencia desenvolvimento *autônomo* e *dependente*: o primeiro, caracterizado por inovações tecnológicas que impulsionam a acumulação de capital e promovem transformações estruturais no sistema econômico, sustentando um ciclo contínuo de crescimento; o segundo, resultando de alterações no perfil da demanda, estimuladas por fatores externos, que redundariam em maior acumulação de capital, mas com absorção de tecnologia importada, desenvolvida nos países centrais (FURTADO, 1968, p. 21-22). Dessa forma, uma economia dependente experimentaria transformações estruturais sob impulso da demanda que seriam responsáveis pela criação de progresso técnico, o qual, nas economias desenvolvidas, atua como o motor do desenvolvimento. Dito de outra forma, “o desenvolvimento de uma economia dependente é reflexo do progresso tecnológico nos polos dinâmicos da economia mundial” (FURTADO, 1968, p. 23)^{II}.

Em *Análise do “modelo” brasileiro* (1972), o desenvolvimento dependente, dinamizado pela curva de demanda dá origem ao termo *modernização*. Para Furtado (1972, p. II), o subdesenvolvimento passa a ser visto como um “modelo de economia em que o progresso tecnológico serviu mais para modernizar hábitos de consumo do que para transformar os processos produtivos”.

Celso Furtado, nesse ponto, realiza uma alteração em sua obra, ligada à crescente atenção dada à dependência tecnológica como definidora da condição de dependência. Comparada com as outras vertentes da teoria da dependência, Celso Furtado avança para uma concepção de dependência tecnológica que extrapola os aspectos exclusivos da função de produção, mas considera as repercussões dessa dependência para criar e reiterar um modelo de concentração de renda, de dinamismo puxado pela função de consumo e pela difusão de um padrão de consumo imitativo dos grandes centros industriais.

AS DINÂMICAS POLÍTICAS E ECONÔMICAS NAS RELAÇÕES CENTRO-PERIFERIA

Um dos elementos centrais da teoria da dependência é sua abordagem global do capitalismo, uma análise da conformação das relações entre centro e periferia e de sua reprodução ao longo do tempo, que se configura como elemento de perpetuação da dependência. No enfoque cepalino, essas relações caracterizam-se por uma divisão internacional do trabalho marcada por deterioração dos termos de troca e desigualdades estruturais. Para a abordagem da dependência associada, o capitalismo internacional é o ponto de observação privilegiado para a análise das relações de dependência; a ação do centro, contudo, não determina inequivocamente as formas de reação e de absorção das influências do centro sobre a periferia.

II Vale lembrar que Furtado publicaria em 1973 o livro *A hegemonia dos Estados Unidos e o subdesenvolvimento da América Latina* reunindo ensaios publicados anteriormente (Furtado 1966; 1968). Como apontado por Manzatto e Saes (2021, p. 194), “Furtado incorpora em sua nova versão o conceito de ‘dependência externa’, termo que seria central para o autor avaliar o subdesenvolvimento tanto em sua dimensão de difusão do progresso tecnológico, como em sua dimensão sociológica e cultural”.

A vertente marxista da teoria da dependência, por sua vez, coloca ênfase na superexploração do trabalho e na extração do excedente, amarrando essas características em uma nova teoria do imperialismo. Para Gunder Frank (1978) as relações entre os polos do sistema foram caracterizadas como “metrópoles” e “satélites”. Em sua visão, a exploração entre eles é mediada pelas “trocas desiguais” decorrentes dos monopólios formados e operados a partir das metrópoles. Por sua vez, há um “colonialismo interno” ou formas de exploração dentro de cada um dos satélites, que se manifesta na exploração dos setores atrasados pelos modernos. A burguesia industrial do centro está no topo dessa extensa cadeia de exploração e extração de excedente. Para Ruy Mauro Marini, a exploração do centro pela periferia se dá pelo comércio internacional, pelas práticas financeiras ou pelo controle do capital para investimentos. As elites locais reagem a essa exploração através da superexploração dos trabalhadores, via extração de mais-valia absoluta.

Celso Furtado, por sua vez, entende as transformações no capitalismo global, no que concerne à América Latina, como um processo geopolítico e tecnológico. Quanto ao primeiro, destaca a inflexão na política externa estadunidense, visando criar uma zona de contenção da expansão do socialismo aliada a uma estratégia de estabilizar as economias da região através de investimentos industriais estimulados pelo governo dos Estados Unidos, mas executados pelas grandes empresas multinacionais (FURTADO, 1966, p. 21-47). Já o desenvolvimento tecnológico é padrão dominante nos processos históricos contemporâneos, uma vez que a penetração da tecnologia moderna nos países subdesenvolvidos gera modificações estruturais na sociedade. Essas modificações, por sua vez, podem ser planejadas e programadas em processos de modernização, manifestos em programas de ajuda financeira dos EUA para promover a superação do subdesenvolvimento mantendo o sistema capitalista (FURTADO, 1966, p. 35-37).

Nesse ponto, há a integração das discussões apresentadas nos tópicos anteriores. Ao articular política e economia no exame das relações internacionais, Furtado se diferencia da vertente marxista, que coloca ênfase no imperialismo. Para ele, a expansão das grandes empresas internacionais na América Latina decorre de um duplo movimento: a reconfiguração geopolítica durante a Guerra Fria e as transformações tecnológicas, que reduziram significativamente tanto a difusão dos avanços técnicos para a periferia quanto a capacidade dos Estados nacionais de coordenar suas economias. Essas empresas controlam os setores modernos da economia, ligados à produção de bens de consumo duráveis, operando com elevado nível de concentração, praticamente sem concorrência nacional, atuando como centros de decisão capazes de dinamizar ou não o conjunto do sistema econômico.

Ainda que Celso Furtado reconheça que esse sistema envolve a exploração dos países dependentes, ele não a interpreta como uma superexploração do trabalho por meio da mais-valia absoluta. Ao contrário, a exploração decorre da ausência de controle sobre as decisões de investimento e sobre a tecnologia empregada. Entretanto, isso é visto como um fato estrutural do capitalismo, cuja centralidade do progresso técnico é uma realidade que não pode ser revertida. Por isso, o economista se distancia de uma solução baseada na nacionalização da propriedade das empresas. Para ele, a solução não está em “desarticular os ‘monopólios’”, que trabalham com

preços administrados, mas em direcionar as decisões de investimento – facilitadas pelo controle centralizado das grandes empresas – para as necessidades nacionais (FURTADO, 1968, p. 80-81).

Outro elemento fundamental dessa abordagem de Furtado, que o afasta da vertente marxista e, de certa forma, o aproxima da vertente da dependência associada, é que as elites locais e o Estado tiveram papel na penetração das empresas estrangeiras e na viabilização de um modelo econômico que permitiu conciliar uma função tecnológica intensiva em capital e uma estrutura social baseada na concentração de renda e em um Estado autoritário para conter a instabilidade social decorrente desse “modelo”.

Dessa forma, pode-se dizer que nas relações econômicas internacionais, Celso Furtado, assim como outros estruturalistas ou a corrente da dependência-associada, coloca como fator fundamental os arranjos de classe internos que viabilizam as formas de dependência, rejeitando uma interpretação unilateral das relações internacionais segundo a qual os países industriais impõem suas formas de produção e de exploração à periferia. Esse caráter impositivo não é necessariamente negado, mas é visto dentro de uma estratégia geopolítica dos países centrais e, também, como resultado de transformações nos padrões tecnológicos, absorvidos dentro dos arranjos de classe de cada país.

Os eixos examinados até agora demonstram os pontos de diálogo de Celso Furtado com a teoria da dependência. Do que ficou exposto, nota-se uma proximidade maior entre nosso autor e a dependência associada na reiteração do uso do instrumental cepalino e na atenção dada à questão da burguesia industrial¹². Quanto à vertente marxista, identificamos um distanciamento maior, expresso na maneira diversa de compreender as relações internacionais, o problema da dependência tecnológica e, sobretudo, a solução revolucionária para a dependência¹³.

Notemos, entretanto, que o significado desse diálogo só pode ser plenamente compreendido se considerarmos que as proposições de Celso Furtado pertencem a um arcabouço mais amplo e original, sua formulação da teoria do subdesenvolvimento. É peça de um todo, cuja unidade não é explicada pela teoria da dependência, mas pela compreensão do subdesenvolvimento. Para melhor registrar e derivar todas as consequências desse quadro maior de reflexão sobre o subdesenvolvimento, é preciso investigar como Celso Furtado, a partir das reflexões sistematizadas em *O mito do desenvolvimento econômico* (1974), avançou em suas

12 Entretanto, há divergências entre eles que, como salienta Almeida(2009, p. 77), refletem diferentes entendimentos do próprio conceito de desenvolvimento empregado pelos autores: enquanto Cardoso trata do desenvolvimento capitalista como um processo de acumulação de capital e diferenciação do sistema produtivo, Furtado salienta seu caráter multifacetado, de “transformação do conjunto das estruturas sociais de uma sociedade em função dos objetivos que ela pretende alcançar”(ALMEIDA, 2009, p. 112-113).

13 Vale notar que, para Vieira (2022, p. 249), as reflexões de Furtado seguem “um caminho próprio”, mas sua discordância em relação à possibilidade de superação do subdesenvolvimento por meio da industrialização periférica dependente (ou por meio de um desenvolvimento dependente e associado), bem como suas análises da hegemonia norte-americana na América Latina (apesar de não utilizar o termo “imperialismo”) aproximariam o autor das posições defendidas pela teoria marxista da dependência.

reflexões, ressignificando a dependência e o subdesenvolvimento. No que segue discutimos como, nessa fase, nosso autor conceitua o subdesenvolvimento como um processo de dependência cultural.

A TEORIA DA DEPENDÊNCIA DE CELSO FURTADO

Podemos dizer que a partir de meados da década de 1970 a obra de Celso Furtado passa por uma forte *reformulação*, entendida não como uma modificação de seus principais achados teóricos, mas como reorganização e formalização, orientadas para a observação do problema do subdesenvolvimento não enquanto fenômeno exclusivamente econômico, mas considerado também em suas dimensões política, social e, principalmente, cultural. Embora as primeiras esferas estivessem presentes desde os inícios de sua obra, elas receberão nova densidade teórica, o que enseja uma reorganização de toda a interpretação, buscando novos elementos causais para os fenômenos analisados.

A obra de Celso Furtado pode ser lida como o esforço de extrair as consequências da constatação de que o subdesenvolvimento é um fenômeno coetâneo ao do desenvolvimento – originado na divisão internacional do trabalho estabelecida a partir da Revolução Industrial –, o qual se caracteriza por relações de dependência que tendem a se perpetuar:

Essa dependência apoiou-se, inicialmente, num sistema de divisão internacional do trabalho que reservava para os centros dominantes as atividades produtivas em que se concentrava o progresso tecnológico. Em fase subsequente, a dependência resultou do controle exercido por grupos das economias dominantes sobre as atividades que, nas economias dependentes, mais assimilavam novas técnicas. (FURTADO, 2003, p. 88).

Observando o nível de acumulação, a preexistência de mercado consumidor abastecido por produtos importados na periferia obrigaria a industrialização substitutiva de importações a seguir padrões produtivos não correspondentes ao nível de acumulação alcançado pelo conjunto da economia. Para o avanço do processo de substituição de importações, o apelo à participação de grupos estrangeiros nos sistemas produtivos periféricos apresentou-se como a via de menor resistência num contexto de estímulo à expansão de multinacionais na América Latina como forma de contribuição ao desenvolvimento econômico de áreas que se procurava manter sob “tutela” no contexto da Guerra Fria (FURTADO, 1966).

Assim, a natureza da dependência e do subdesenvolvimento está na cristalização de uma dependência tecnológica, cujo controle era exercido pelas empresas estrangeiras. Para Furtado, a substituição de importações acentuou essa dependência e, em seu processo, permitiu um controle ainda maior das atividades nacionais pelo capital estrangeiro. Como consequência, o processo de industrialização, ao dirigir-se para a substituição de bens consumidos por uma minoria modernizada, antes importados, produzirá uma descontinuidade no aparelho produtivo, que tenderá a se dividir em um segmento ligado às atividades tradicionais (voltadas à exportação ou ao mercado interno) e outro composto de indústrias de elevada densidade de capital.

Nesse processo de *modernização* dos estilos de vida de grupos privilegiados nos países periféricos, Furtado identifica uma opção pela utilização dos excedentes na economia para a adoção de padrões de consumo importados¹⁴. Tal orientação dada ao excedente “dá origem à linha divisória entre desenvolvimento e subdesenvolvimento” (FURTADO, 1974, p. 26) e condicionará o posterior processo de industrialização periférica, que “tende a reproduzir em miniatura sistemas industriais apoiados num processo muito mais amplo de acumulação de capital” (FURTADO, 1974, p. 27).

Conforme avança o processo de industrialização, a atuação das grandes empresas internacionais em setores de maior complexidade tecnológica lhes facultava a apropriação de parcela significativa do excedente gerado. Um tipo de desenvolvimento excludente, com aprofundamento do processo de concentração da renda, seria assim realimentado pela atuação de grandes empresas estrangeiras em economias periféricas marcadas pelo processo de modernização de padrões de consumo e caracterizadas por baixo nível de acumulação no sistema produtivo.

A tentativa de reprodução dos estilos de vida de países de industrialização mais avançada pelos grupos que se apropriam de parcela significativa do excedente gerado em economias subdesenvolvidas inviabilizaria a adoção de outros padrões tecnológicos em seu processo de industrialização. Nesse sentido, impõe-se a assimilação da tecnologia correspondente aos padrões de consumo que se procura imitar: “os bens que estão sendo consumidos não podem ser produzidos senão com essa tecnologia”, afirma Furtado (1974, p. 87). Por outro lado, “às classes dirigentes que assimilaram as formas de consumo dos países cênicos não se apresenta o problema de optar entre essa constelação de bens e uma outra qualquer” (FURTADO, 1974, p. 87). Dessa forma, o que antes aparecia como uma opção das elites nacionais em participar de forma subordinada no sistema produtivo aparece agora como um imponderável do sistema capitalista.

Assim, Furtado consolida a relação entre o uso da tecnologia importada e a estruturação da sociedade, de forma que a concentração da renda, a restrição da faixa de consumo de produtos modernos e o próprio Estado atuando para apaziguar conflitos sociais decorrentes dessa opção tecnológica aparecem como resultado das decisões de consumo da elite econômica, reforçadas pelo perfil da tecnologia disponível nos grandes centros industriais. Ademais, a noção de modernização reinterpreta a dependência tecnológica pelo viés dos padrões de consumo das elites, colocando em destaque as opções de consumo como responsáveis pela conformação e reprodução de um padrão social e econômico subdesenvolvido e dependente.

Tem-se, dessa forma, uma compreensão reelaborada/mais refinada do subdesenvolvimento “como a conformação de sociedades em que relações externas assimétricas, que geram dependência, articulam-se internamente com o sistema de dominação social” (FURTADO, 2000, p. 39). Da convergência de interesses entre as classes dirigentes locais e os grupos dos países centrais que controlavam a economia internacional (interessados em mercados para o fluxo de produtos criados pela revolução industrial) teria decorrido um processo de “colonização cultural” dos países periféricos (FURTADO, 1974). A dependência, que inicialmente se apresentou

¹⁴ Sobre a importância do conceito de excedente na teorização de Celso Furtado sobre o subdesenvolvimento, pode-se consultar Mallorquín (2005) e Bianconi e Coutinho (2019).

como a imposição externa de padrões de consumo, tornar-se-ia dificilmente reversível conforme avançava o processo de diversificação do consumo da minoria modernizada. O dinamismo desse consumo seria responsável por projetar a dependência do plano cultural para o plano tecnológico, “[inscrevendo-a] na estrutura produtiva” (FURTADO, [1987] 2013, p. 62). A dependência tecnológica seria aprofundada e reiterada pela presença de sucursais de empresas estrangeiras, dada sua capacidade de influenciar – e, mesmo, programar – as formas de comportamento e de consumo nos países em que atuam. Segundo Furtado, trata-se, conforme avança o processo de industrialização, de um problema de imposição de padrões de consumo pelos mesmos agentes responsáveis pelas decisões relativas à produção, agentes que criam a necessidade desses produtos e controlam as técnicas requeridas para a sua produção (FURTADO, 1971, p. 346-347).

A dinâmica das economias subdesenvolvidas passa a ser entendida em termos de uma dependência externa que deriva dos diferentes papéis que cabem aos subsistemas que compõem o sistema global: enquanto um cria tecnologia e padrões de consumo, o outro se restringe à cópia ou importação dos mesmos. A dependência, precisa Furtado (1974, p. 90), não evolui necessariamente para o controle direto do sistema produtivo por grupos estrangeiros, podendo haver uma burguesia local ou uma burocracia estatal ocupando posições dominantes no país: “Contudo, o controle local, ao nível da produção, não significa necessariamente menos dependência, se o sistema pretende continuar a reproduzir os padrões de consumo que estão sendo permanentemente criados no centro”. O transplante de padrões de consumo dos países dominantes para os dependentes consubstanciaria nestes uma ideia de desenvolvimento e de progresso identificada à importação de certos padrões culturais, a um processo mimético de importação de padrões de consumo e de comportamento.

Podemos identificar aqui também um avanço importante em relação à análise das classes sociais feita por Celso Furtado. Se, nos textos anteriores, ele salientava a opção da burguesia industrial por uma posição subordinada frente ao capital estrangeiro no processo produtivo, agora essa classe é responsável pela reprodução de um modo de vida e de um padrão de consumo produzido fora. Assim, uma análise centrada na esfera da produção seria insuficiente, devendo-se incorporar a esfera da circulação como recurso fundamental para a compreensão do subdesenvolvimento e da dependência (FURTADO, 1974, p. 80).

Os avanços no sentido de uma reformulação de sua teoria aparecerão, de maneira mais ampla, com a publicação de *Criatividade e dependência na civilização industrial* (1978). O entendimento das relações de dominação e dependência em âmbito internacional ganha, nessa obra, uma abordagem em termos do processo de emergência da civilização industrial (no contexto da revolução industrial e das industrializações tardias nos países setentrionais), contraposto ao processo de difusão da civilização industrial ocorrido em outras áreas. Ainda que o processo de difusão da civilização industrial se relacione à história social europeia, trata-se, entretanto, de um outro processo histórico, específico, que abriu uma via de acesso indireto à civilização industrial, com o surgimento da clivagem centro-periferia, ruptura estrutural que viabilizou a diversificação de padrões de consumo em amplas áreas sem a correspondente evolução ao nível das técnicas produtivas.

A argumentação de Furtado acerca do processo de industrialização em países dependentes evoluiria com a incorporação dos padrões de consumo à análise da estrutura econômica. Nesses países, a “via indireta” de acesso à civilização industrial não seria superada, argumenta ele, enquanto persistisse a necessidade de viabilizar a absorção mimética de padrões de consumo. Esta requeria participação crescente de empresas estrangeiras nos sistemas produtivos periféricos, com a consequente reiteração da difusão dos padrões de consumo em permanente renovação no centro. A própria utilização do conceito de *desenvolvimento* passa a apresentar ambiguidades, pois o desenvolvimento dependente não seria capaz de produzir as mesmas transformações que no centro do sistema promoveram a valorização da força de trabalho, engendrando, ao contrário, crescente heterogeneidade social. A ideia de desenvolvimento, na periferia, teria se afastado progressivamente de uma ideia de progresso que comportava a promessa de abundância para todos, dissociando-se das estruturas sociais e transfigurando-se em “uma competição para parecer-se com as nações que lideraram o processo acumulativo”, tornando-se expressão “de um pacto entre grupos internos e externos interessados em acelerar a acumulação” (FURTADO, [1978] 2008, p. 106; p. 108).

Finalmente, Furtado passa a observar o subdesenvolvimento não apenas como um processo de dependência tecnológica, ou cultural. Agora, observa o subdesenvolvimento no contexto da progressiva subordinação da criatividade humana à tecnologia. Para ele, a chamada difusão da civilização industrial e a sua assimilação pelos países subdesenvolvidos enquadraram esses países na “unidade tecnológica da civilização industrial”, resultante da uniformização das “necessidades” humanas, fenômeno que se generalizou no século XX. À medida que muitos países procuravam reduzir seu atraso no processo de acumulação, foram sendo afetados por diversos graus de dependência cultural em relação às economias que têm o poder de iniciativa na criatividade tecnológica. Furtado sustenta, assim, que o acesso indireto à civilização industrial por países periféricos originou sociedades dependentes, em que o processo de industrialização aprofundou a reprodução dos valores materiais dos países desenvolvidos. Perpetuar-se-iam as relações de dependência a partir da articulação entre o aprofundamento da dependência externa decorrente da difusão de valores materiais promovidos pelas empresas estrangeiras e as relações internas de dominação que viabilizavam a intensificação do processo de exploração. Nesse processo, a própria ciência econômica e as formas de pensar soluções para essa dependência parecem estar subordinadas aos próprios padrões de pensamento dos países líderes da civilização industrial. A saída estaria, portanto, em múltiplas ações, econômicas, sociais, políticas e culturais, visando restituir a autonomia do Estado nacional e a capacidade de direcionar o desenvolvimento econômico para a redução das disparidades sociais no âmbito de um Estado democrático que abrisse caminho para a criatividade cultural. Em suas palavras,

[...] a luta contra a dependência não é senão um aspecto do processo de desenvolvimento, e este não existe sem a liberação da capacidade criadora de um povo. Quiçá o aspecto mais negativo da tutela das transnacionais sobre os sistemas de produção na periferia esteja na transformação dos quadros dirigentes em simples correias de transmissão de valores culturais gerados no exterior. O sistema dependente perde a faculdade de conceber os próprios fins. (FURTADO, [1978] 2008, p. 162).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A teorização de Celso Furtado sobre o subdesenvolvimento tem como elemento constitutivo a problemática da dependência. É ponto de discussão entre os estudiosos o caráter pioneiro de sua obra na formulação da teoria da dependência latino-americana; maior consenso parece existir quanto a sua contribuição para a crítica e reformulação das premissas iniciais da Cepal, promovendo melhor compreensão das relações de dominação e dependência que marcam a economia internacional e, portanto, das relações centro-periferia. Neste artigo, procuramos mostrar que a percepção das relações internas de dominação e a existência de estruturas políticas e socioeconômicas que viabilizavam o processo de modernização, atuando em conjunto com a dependência externa, afastaram a abordagem da dependência de Celso Furtado da vertente marxista ao não esposar a mesma ideia de imperialismo ou ao não colocar a centralidade das relações entre os países nas formas de exploração da mão de obra. Por outro lado, a ênfase no papel das elites locais e do Estado na promoção de um modelo econômico que permitiu conciliar uma função tecnológica intensiva em capital (facilitado pela penetração de empresas estrangeiras) e uma estrutura social baseada em concentração de renda e em controle da instabilidade social, poderia representar pontos de aproximação entre a abordagem de Furtado e a vertente da dependência associada. Contudo, as novas formas de dependência decorrentes da propagação do progresso tecnológico para os países periféricos por meio da instalação de filiais de empresas estrangeiras representariam entraves adicionais à superação do subdesenvolvimento. Para Furtado, o subdesenvolvimento não seria superado por essa via, ou seja, não se tratava de uma forma de desenvolvimento. O uso comum do instrumental cepalino não impediu Furtado de realizar uma análise da dependência econômica que extrapolava as relações centro-periferia, mas que também avançava para uma interpretação do papel das elites e do Estado Nacional para viabilizar a dependência, diversa do associativismo proposto por Cardoso e Faletto. Quanto à vertente marxista, Furtado não apenas recusou o vocabulário e as implicações analíticas dos conceitos de imperialismo, superexploração do trabalho e mais-valia, mas apresentou o fenômeno da dependência como um processo político, social, tecnológico e cultural.

Assim, os pontos de contato da obra de Furtado com as vertentes discutidas aqui foram “superados” pela própria reformulação da teoria do subdesenvolvimento que, embora sem evidenciar seus posicionamentos em relação aos debates suscitados pela teoria da dependência, entendia-os dentro de quadro conceitual mais amplo, da problemática do subdesenvolvimento. Nesse sentido, os textos de Celso Furtado podem ser considerados um avanço em relação a seus pares dependentistas, pois, enquanto mantiveram o eixo da discussão nas formas de exploração do trabalho e nas possibilidades de aliança entre os setores empresariais interno e externo, o autor reformulou o conceito de dependência para não apenas abranger as relações sociais, econômicas e políticas, mas para acrescentar a dimensão cultural que, por sua vez, redimensionou todas as outras, criando uma interpretação da dependência cujo cerne está na imitação, não apenas de um padrão de consumo, mas sim de uma forma de pensar e de compreender o mundo, baseada na racionalidade da civilização

industrial. Essa visão deu origem a uma nova interpretação das formas de luta contra a dependência, o que, a um só tempo, recusa a opção da dependência associada, como também a da revolução. Para Furtado, a luta para romper os laços de dependência e subordinação só poderia emergir da plena manifestação da criatividade de uma sociedade contra a mimetização de valores culturais e em prol da definição e consecução de seus próprios fins.

SOBRE OS AUTORES

ROBERTO PEREIRA SILVA é professor do Bacharelado Interdisciplinar em Ciência e Economia e do Programa de Pós-Graduação em Economia da Universidade Federal de Alfenas (Unifal) e pós-doutorando no Center for History of Political Economy (Duke University).

roberto.silva@unifal-mg.edu.br

<https://orcid.org/0000-0002-8194-5086>

RENATA BIANCONI é professora visitante do Programa de Pós-Graduação em Economia da Universidade Federal de Alfenas (Unifal), pesquisadora colaboradora do Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e docente colaboradora do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Econômico da Unicamp.

renata.bianconi@unifal-mg.edu.br

<https://orcid.org/0000-0002-4023-6830>

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, José Elesbão de. *Subdesenvolvimento e dependência: uma análise comparada de Celso Furtado e Fernando Henrique Cardoso*. Tese (Doutorado em Economia). Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.
- ARNDT, Heinz W. *Economic development: the history of an idea*. Chicago: University of Chicago Press, 1989.
- BIANCONI, Renata; COUTINHO, Mauricio C. O desenvolvimento como processo de mudança cultural: as conexões entre excedente e estruturas sociais na visão de Celso Furtado. *Nova Economia*, v. 29, n. especial, 2019, p. 1141-1169. <https://doi.org/10.1590/0103-6351/5340>.
- BIELSCHOWSKY, Ricardo. Cinquenta anos de pensamento na Cepal – uma resenha. In: BIELSCHOWSKY, Ricardo (Org.). *Cinquenta anos de pensamento na Cepal*. V. I. Rio de Janeiro: Record, 2000, p. 13-68.

- BIELSCHOWSKY, Ricardo. Vigência das contribuições de Celso Furtado ao estruturalismo. *Revista CEPAL*, maio 2010, p. 183-191. Disponível em: <https://shorturl.at/4FuNh>. Acesso em: fev. 2025.
- BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. As três interpretações da dependência. *Perspectiva*, São Paulo, v. 38, jul.-dez. 2010, p. 17-48. Disponível em: <https://shorturl.at/wSMMu>. Acesso em: fev. 2025.
- CARDOSO, Fernando Henrique. *Empresário industrial e desenvolvimento econômico no Brasil*. Rio de Janeiro: Difusão Europeia do Livro, 1964.
- CARDOSO, Fernando Henrique; FALETTO, Enzo. *Dependência e desenvolvimento na América Latina*. Rio de Janeiro: LTC, 1970.
- CUNHA, Alexandre M.; BRITTO, Gustavo. When development meets culture: the contribution of Celso Furtado in the 1970s. *Cambridge Journal of Economics*, v. 42, n. 1, January 2018, p. 177-198. <https://doi.org/10.1093/cje/bex021>.
- FAJARDO, Margarita. *The world that Latin America created: The United Nations Economic Commission for Latin America in the development era*. Cambridge: Harvard University Press, 2022.
- FRANK, André Gunder. Agricultura brasileira: capitalismo e o mito do feudalismo. *Revista Brasileira*, n. 51, jan.-abr., 1964, p. 35-100.
- FRANK, André Gunder. *Capitalismo y subdesarrollo en América Latina*. Buenos Aires: Siglo Veintiuno, 1978.
- FURTADO, Celso. *Dialética do desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1964.
- FURTADO, Celso. *Subdesenvolvimento e estagnação na América Latina*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.
- FURTADO, Celso. *Um projeto para o Brasil*. 5. ed. Rio de Janeiro: Saga, 1968.
- FURTADO, Celso. Dependencia externa y teoría económica. *El Trimestre Económico*, v. 38, n. 150 (2), Abril-Junio 1971, p. 335-349. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/20856203?seq=1>. Acesso em: fev. 2025.
- FURTADO, Celso. *Análise do “modelo” brasileiro*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1972.
- FURTADO, Celso. *A hegemonia dos Estados Unidos e o subdesenvolvimento da América Latina*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1973.
- FURTADO, Celso. *O mito do desenvolvimento econômico*. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.
- FURTADO, Celso. *Introdução ao desenvolvimento: enfoque histórico-estrutural*. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.
- FURTADO, Celso. *Raízes do subdesenvolvimento*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- FURTADO, Celso. (1978). *Criatividade e dependência na civilização industrial*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.
- FURTADO, Celso. (1987). Entre inconformismo e reformismo. In: D’AGUIAR, Rosa Freire (Org.). *Essencial Celso Furtado*. São Paulo: Penguin Classics: Companhia das Letras, 2013.
- FURTADO, Celso. *Correspondência Intelectual (1949-2004)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2021.
- KAY, Cristóbal. *Latin American theories of development and underdevelopment*. London, New York: Routledge, 1989.
- LOVE, Joseph. *A construção do Terceiro Mundo: teorias do subdesenvolvimento na Romênia e no Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.
- MALLORQUÍN, Carlos. *Celso Furtado: um retrato intelectual*. São Paulo: Xamã; Rio de Janeiro: Contraponto, 2005.
- MANTEGA, Guido. *Economia política brasileira*. 8. ed. Petrópolis: Vozes, 1984.
- MANZATTO, Rômulo; SAES, Alexandre M. Celso Furtado, intérprete da dependência. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, n. 78, jan. 2021, p. 182-205. <https://doi.org/10.11606/issn.2316-901X.v71i78p182-205>.
- MARINI, Ruy Mauro. (1969). Subdesenvolvimento e revolução. In: MARINI, Ruy Mauro. *Subdesenvolvimento e revolução*. Florianópolis: Insular, 2013, p. 47-72.

- MARINI, Ruy Mauro. (1973). Dialética da dependência. In: TRASPADINI, Roberta; STÉDILE, João Pedro (Org.). *Ruy Mauro Marini: “Dialética da dependência” e outros escritos*. São Paulo: Expressão Popular, 2022, p. 167-215.
- OLIVEIRA, Francisco de. Viagem ao olho do furacão: Celso Furtado e o desafio do pensamento autoritário brasileiro. *Novos Estudos Cebrap*, n. 48, 1997, p. 3-19. Disponível em: <https://novosestudos.com.br/produto/edicao-48/#gsc.tab=0>. Acesso em: fev. 2025.
- PALMA, Gabriel. Dependency: a formal theory of underdevelopment or a methodology for the analysis of concrete situations of underdevelopment? *World Development*, Elsevier, v. 6, issues 7-8, July-August 1978, p. 881-924. [https://doi.org/10.1016/0305-750X\(78\)90051-7](https://doi.org/10.1016/0305-750X(78)90051-7).
- RODRÍGUEZ, Octávio. *O estruturalismo latino-americano*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.
- SANTOS, Theotonio dos. *Desenvolvimento e civilização: homenagem a Celso Furtado*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2016.
- SILVA, Roberto Pereira; BIANCONI, Renata. O golpe de 1964 como marco no pensamento de Celso Furtado: uma leitura a partir dos *Diários intermitentes* e da *Correspondência intelectual*. *Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política*, n. 68, jan.-abr. 2024, p. 72-106.
- VIEIRA, Wilson. Subdesenvolvimento e dependência: uma análise do pensamento de Celso Furtado e sua aproximação com a teoria da dependência. In: MALTA, Maria et al. (Org.). *Controvérsias do pensamento econômico brasileiro: história, desenvolvimento e revolução*. Rio de Janeiro: Mórula, 2022, p. 223-262.

Crise, deslocamento e reconversão: o Ilpes entre a tradição estruturalista e a crítica sociológica

[*Crisis, displacement and reconversion: Ilpes between the structuralist tradition and sociological criticism*]

Darlan Praxedes Barboza¹

Luiz Carlos Jackson²

Fabio Silva de Souza³

RESUMO • O artigo analisa o Ilpes como instituição transnacional de reconfiguração teórica do pensamento latino-americano sobre desenvolvimento nos anos 1960 em meio à crise do modelo estruturalista da Cepal. Argumentamos que o Instituto se tornou espaço de uma inflexão sociológica no debate sobre o capitalismo periférico, impulsionada por sociólogos que ocupavam uma posição ambígua no campo intelectual latino-americano: suficientemente integrados para mobilizar o prestígio da tradição estruturalista, mas periféricos o bastante para desafiá-la por dentro. • **PALAVRAS-CHAVE** • Ilpes; intelectuais latino-americanos; teoria

da dependência. • **ABSTRACT** • This article analyzes Ilpes as a transnational institution of theoretical reconfiguration within Latin American development thought during the 1960s, amid the crisis of Cepal's structuralist model. We argue that the Institute became a space of sociological inflection in the debate on peripheral capitalism, driven by sociologists who occupied an ambivalent position within the Latin American intellectual field: sufficiently integrated to mobilize the prestige of the structuralist tradition, yet peripheral enough to challenge it from within. • **KEYWORDS** • Ilpes; Latin American intellectuals; dependency theory.

Recebido em 6 de fevereiro de 2025

Aprovado em 7 de abril de 2025

BARBOZA, Darlan Praxedes; JACKSON, Luiz Carlos; SOUZA, Fabio Silva de. Crise, deslocamento e reconversão: o Ilpes entre a tradição estruturalista e a crítica sociológica. *Rev. Inst. Estud. Bras.*(São Paulo), n. 90, 2025, e10743.



Seção: Dossiê

DOI: 10.11606/2316901X.n90.2025.e10743

1 Universidade de São Paulo (USP, São Paulo, SP, Brasil).

2 Universidade de São Paulo (USP, São Paulo, SP, Brasil).

3 Universidade de São Paulo (USP, São Paulo, SP, Brasil).

Criada em 1948 como órgão das Nações Unidas, a Comisión Económica para América Latina y el Caribe (Cepal) rapidamente se destacou como centro de formulação de diagnósticos sobre os entraves ao desenvolvimento da região. Com base nas especificidades históricas e estruturais dos países latino-americanos, produziu uma abordagem própria para compreender o subdesenvolvimento e propôs estratégias para superá-lo. Nos anos 1950, consolidou-se como referência nos debates sobre desenvolvimento econômico no continente, tornando-se o principal polo de pensamento em economia política na América Latina.

Instituição irmã da Cepal, o Instituto Latinoamericano de Planificación Económica y Social (Ilpes), criado em 1962, renovou o debate intelectual e político sobre o planejamento do desenvolvimento na América Latina nos anos 1960. Surgido em um momento de crise do projeto desenvolvimentista cepalino, o Instituto foi concebido para capacitar técnicos estatais, elaborar diagnósticos e desenvolver programas setoriais de planejamento econômico e social voltados à formulação e implementação de políticas públicas. Ao longo da década, consolidou-se como um espaço privilegiado para a formulação de novas interpretações sobre o capitalismo dependente no contexto de uma disputa geracional e disciplinar – entre economistas consagrados e jovens sociólogos em ascensão – pela interpretação do subdesenvolvimento latino-americano.

A chamada “teoria da dependência” não constituiu um corpo homogêneo, mas um campo de formulações diversas, como sugerem as diferenças entre o Ilpes e o Centro de Estudios Socioeconómicos (Ceso) da Universidad de Chile – o primeiro identificado com uma abordagem “reformista” do desenvolvimento; o segundo, associado a posições marxistas “ortodoxas”. Este artigo tenta demonstrar que o Ilpes foi um dos principais laboratórios intelectuais do período e cenário de uma disputa pela interpretação do capitalismo dependente latino-americano. Interessa-nos, em particular, a autodenominada “corrente marxista não ortodoxa” (CARDOSO, 1980), elaborada no Ilpes em diálogo com o estruturalismo cepalino e a tradição sociológica latino-americana.

Compreender o papel do Instituto nesse contexto exige atenção às trajetórias de seus pesquisadores, às dinâmicas institucionais que os envolveram e às redes

acadêmicas e políticas nas quais se inseriam. Esse olhar permite reconhecer o Ilpes como um dos principais laboratórios teóricos da região, no qual a sociologia do desenvolvimento conquistou um novo estatuto analítico.

A primeira seção do artigo oferece um panorama da institucionalização da sociologia e da economia como disciplinas científicas no Brasil, Argentina, México e Chile. Em seguida, discutimos as relações entre a Cepal e o Ilpes, destacando o contexto que levou à emergência da sociologia do desenvolvimento como alternativa ao estruturalismo econômico e o papel desempenhado pelo Instituto na redefinição dos vínculos entre intelectuais, ciência e política na América Latina. Posteriormente, contrastamos as trajetórias de três economistas pioneiros da Cepal (Raúl Prebisch, Celso Furtado e Jorge Ahumada) às de três sociólogos muito ativos na fase inicial do Ilpes (José Medina Echavarría, Enzo Faletto e Fernando Henrique Cardoso) com o intuito de explicar sociologicamente a inovação introduzida pelo Instituto nas ciências sociais latino-americanas.

ECONOMIA E SOCIOLOGIA NA AMÉRICA LATINA: TRAJETÓRIAS INSTITUCIONAIS E CONFIGURAÇÕES DISCIPLINARES

No Brasil, a sociologia experimentou um processo de institucionalização universitária precoce. Desde a década de 1930, especialmente em São Paulo, despontaram iniciativas como a criação de cursos de graduação de ciências sociais na Escola Livre de Sociologia e Política (ELSP), singularizada pela presença de sociólogos estadunidenses, e na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo (FFCL/USP), curso caracterizado pela participação de sociólogos franceses como docentes (PEIXOTO, 1989; MERKEL, 2023). A sociologia acadêmica paulista se afirmou pela ruptura deliberada com o estilo intelectual diletante típico da figura tradicional do “bacharel” e pelo ensaísmo histórico-sociológico (Gilberto Freyre, Sérgio Buarque de Holanda e Caio Prado Jr.). Sob a liderança de Florestan Fernandes (1920-1995) a partir de 1954, a Cátedra de Sociologia I da USP tornou-se um laboratório de profissionalização científica rigorosa, definindo métodos próprios, padrões de pesquisa empírica e um programa de pesquisa voltado para a análise crítica da formação e das contradições do capitalismo brasileiro (ARRUDA, 1995; BLANCO; JACKSON, 2014).

Por sua vez, a economia estabeleceu-se como disciplina científica relativamente tardia no país – embora de forma consistente –, entre as décadas de 1950 e 1960, profundamente vinculada à expansão do Estado desenvolvimentista. Originalmente, os primeiros economistas eram egressos das faculdades de direito ou engenharia. A partir das transformações trazidas pela industrialização, formou-se uma burocracia estatal moderna, que impulsionou a especialização da área econômica. Em 1946, foram criadas as primeiras faculdades dedicadas ao ensino de economia, na Universidade do Brasil e na USP. Em 1947, a Fundação Getúlio Vargas (FGV) lançou a *Revista Brasileira de Economia* e a *Conjuntura Econômica*. A criação de órgãos estatais como o Departamento Administrativo do Serviço Público (Dasp, 1938), a Superintendência da Moeda e do Crédito (Sumoc, 1945), o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE, 1952) e a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene, 1959),

além de empresas estatais estratégicas, como a Companhia Siderúrgica Nacional e a Petrobras, elevou significativamente a demanda por técnicos especializados em economia. Essa demanda inicial foi suprida pelo Instituto Brasileiro de Economia (Ibre, 1951), pelo Centro de Aperfeiçoamento de Economistas (CAE, 1960-1966), ambos ligados à FGV, e pelo Curso de Técnico em Planejamento do Desenvolvimento Econômico (CTPDE), este último um convênio entre Cepal e BNDE. Nesse ambiente, economistas como Celso Furtado assumiram posições-chave, consolidando a influência intelectual da Cepal nas decisões governamentais e conferindo à economia um *status* de saber estratégico na formulação das políticas nacionais (BIDERMAN; COZAC; REGO, 1996; LOUREIRO, 1997; KLÜGER, 2017; SOLA, 2023).

Em síntese, a economia se consolidou tardiamente como especialidade técnica e depois como disciplina universitária a partir da década de 1950, impulsionada pelas demandas do Estado nacional-desenvolvimentista e fortemente ancorada no Rio de Janeiro, centro político-administrativo do país. Seu desenvolvimento esteve estreitamente ligado à formação de quadros técnicos para a burocracia estatal, submetendo o campo a constrangimentos político-institucionais. O reconhecimento dos economistas veio, sobretudo, de sua atuação prática, sendo a institucionalização universitária muitas vezes um desdobramento posterior da experiência no aparelho de Estado. Já a sociologia, implantada em cursos de graduação precocemente em São Paulo nos anos 1930, formou-se em relativa distância dos centros de decisão política e sob forte influência de missões estrangeiras. Essa precocidade e autonomia relativa favoreceram a construção de uma cultura acadêmica voltada à pesquisa sistemática, à reflexão crítica e ao distanciamento profissional em relação aos poderes constituídos (MICELL, 1989). Ainda que sua influência política fosse limitada, a sociologia logrou elaborar diagnósticos abrangentes sobre a sociedade brasileira e, nos anos 1960, estava preparada para disputar espaço nos debates teóricos latino-americanos.

Em contraponto ao Brasil, onde a economia foi institucionalizada tardiamente, na Argentina a formação de uma elite técnica em economia antecedeu em várias décadas a consolidação da sociologia como disciplina universitária. Desde o início do século XX, a economia adquiriu legitimidade como saber especializado e teve papel de destaque na administração pública. O processo de institucionalização universitária da economia teve início ainda no final do século XIX, quando a cátedra de economia política foi criada na Facultad de Derecho da Universidad de Buenos Aires (UBA), principal formadora das elites dirigentes da chamada “república oligárquica” (1880-1916) (PLOTKIN; CARAVACA, 2009). A criação da Escuela Comercial (1890), da Facultad de Ciencias Económicas da UBA (1913) – primeira do gênero na América Latina –, da *Revista de Ciencias Económicas* (1913), da Academia Nacional de Ciencias Económicas (1914) e da *Revista de Economía Argentina* (1918) marcou o início da autonomização científica da disciplina. A partir da década de 1920, impôs-se uma nova geração de economistas diplomados, oriundos das camadas médias urbanas e descendentes de imigrantes, reivindicando uma identidade profissional baseada na especialização técnica e na legitimidade científica. Nesse processo, destacaram-se figuras como Alejandro Bunge (1880-1943) e Raúl Prebisch, professor da UBA e responsável por reunir, no interior do estado, um grupo de economistas que ficou conhecido como “*cartel de cerebros*”. Sua atuação se estendeu por instituições centrais,

como o Banco de la Nación e o Banco Central de la República Argentina (BCRA), criado em 1935. Tais instituições permitiram a emergência de uma nova divisão do trabalho técnico-burocrático e a valorização social do saber econômico como instrumento de racionalização da administração pública (PLOTKIN, 2006; NAKHLÉ, 2011; CARAVACA, 2012). Blindados pelas elites políticas da chamada “década infame” (1930-1943), os economistas liderados por Prebisch conseguiram um grau relativo de autonomia no interior da máquina estatal, que lhes permitiu disputar posições de prestígio e influência nas decisões de governo. Esse processo, no entanto, foi interrompido pelo golpe militar de 1943 e pela eleição de Juan Domingo Perón à presidência em 1946, que expurgou essa geração da burocracia econômica e da universidade (BLANCO; BARBOZA, 2021). A partir desse momento, muitos desses economistas passaram a buscar inserção em organismos internacionais, e Prebisch se tornaria o nome mais emblemático dessa diáspora ao assumir protagonismo na construção de uma agenda econômica latino-americana de desenvolvimento, já no marco da Cepal (CARAVACA; ESPECHE, 2016).

Embora o sistema universitário argentino tenha se estruturado precocemente desde o século XIX, a sociologia permaneceu durante décadas em posição marginal nos currículos tradicionais das faculdades de direito e filosofia. Foi apenas em 1940 que se criou o Instituto de Sociología da UBA, marco inaugural de uma institucionalização mais sistemática da disciplina no país. A politização constante da universidade argentina, afetada por sucessivas intervenções políticas, dificultou a consolidação de projetos intelectuais estáveis. A queda de Perón, em 1955, permitiria ao sociólogo ítalo-argentino Gino Germani (1911-1979) assumir a direção do Instituto e, dois anos depois, liderar o processo de implantação do curso de graduação em sociologia e fundar o Departamento de Sociología da UBA. Seu projeto, impulsionado pela chamada “Revolución Libertadora”, articulava a defesa de uma sociologia científica e empírica com a ideia de que a disciplina poderia contribuir para a modernização da sociedade argentina. Em contraste com a tradição da “sociologia de cátedra”, propôs um modelo de pesquisa sistemática e metodologicamente rigorosa, inserindo a sociologia nas grandes questões nacionais e, em especial, na análise das transformações sociais provocadas pelo peronismo (BLANCO, 2006; JACKSON; BLANCO, 2014; BLOIS, 2018).

No México, o processo de institucionalização da economia também teve início precoce, ainda na década de 1930, sob o patrocínio direto do Estado revolucionário. Inserida em um projeto mais amplo de reconstrução nacional, a formação de economistas esteve desde o início vinculada à modernização institucional e à capacitação da burocracia pública. A criação do Banco de México (1925) e da Nacional Financiera (1934) expressava a crescente demanda por técnicos capazes de operar o novo aparato estatal. Nesse contexto, intelectuais como Daniel Cosío Villegas (1898-1976) e Jesús Silva Herzog (1892-1985) foram figuras centrais na criação de instituições voltadas ao saber econômico, como a Escuela Nacional de Economía (1935) e o Instituto de Investigaciones Económicas (1940) da Universidad Nacional Autónoma de México (Unam). A editora Fondo de Cultura Económica (FCE) e a revista *El Trimestre Económico*, criadas em 1934, funcionaram como vetores da

modernização do ensino e da circulação das ideias econômicas na América Latina (DÍAZ ARCINIEGA, 1994; SORÁ, 2017; CARAVACA; ESPECHE, 2018).

A institucionalização da sociologia no México também ocorreu no contexto de mobilização e cooptação dos intelectuais pelo Estado pós-revolucionário (CAMP, 1988; LEMPÉRIÈRE, 1992). A partir da década de 1930, políticas educacionais e culturais buscaram formar uma elite intelectual comprometida com os ideais da Revolução Mexicana. Nesse cenário, Lucio Mendieta y Núñez (1895-1988) teve papel central: em 1939, assumiu a direção do Instituto de Investigaciones Sociales da Unam e fundou, no mesmo ano, a *Revista Mexicana de Sociología*, voltada à institucionalização de uma sociologia empírica orientada ao assessoramento técnico do Estado. Em 1951, liderou a criação da Escuela Nacional de Ciencias Políticas y Sociales (ENCPyS) da Unam, consolidando uma estrutura acadêmica voltada à formação de especialistas comprometidos com o Estado nacional. Sua concepção de sociologia como instrumento de intervenção social e assessoramento técnico expressava a orientação pragmática que predominou nas décadas posteriores à revolução (CASTAÑEDA, 1990; OLVERA SERRANO, 2004; REYNA, 2007). Esse processo foi impulsionado também pela incorporação de intelectuais espanhóis exilados após a Guerra Civil (1936-1939), entre os quais se destacou José Medina Echavarría (MORALES MARTÍN, 2012). Ao lado de Cosío Villegas, Medina Echavarría fundou o Centro de Estudios Sociales (CES) do Colegio de México (1943-1946) com o objetivo de formar quadros qualificados para o serviço público e renovar a sociologia latino-americana (BLANCO, 2010; MORALES MARTÍN, 2012). Entre as décadas de 1950 e 1960, a sociologia científica mexicana seria impulsionada sob a liderança de Pablo González Casanova (1922-2023), diretor da ENCPyS da Unam entre 1957 e 1965 (BLANCO; JACKSON, 2016; 2021).

Em síntese, a institucionalização da economia e da sociologia no México foi impulsionada pelo Estado, que integrou os intelectuais às estruturas do regime pós-revolucionário. Esse arranjo favoreceu a criação precoce de instituições acadêmicas e a formação de especialistas voltados à modernização nacional, mas também limitou a autonomização dos campos ao subordinar a produção intelectual às demandas do Estado.

A sociologia no Chile conheceu um processo acelerado de institucionalização entre meados dos anos 1950 e o golpe militar de 1973, em um contexto de estabilidade democrática, valorização do papel do Estado e crescente demanda por conhecimento aplicado às transformações sociais em curso. Esse movimento marcou a transição de uma “sociologia de cátedra” para uma sociologia científica e empírica, consolidada sob a liderança de Eduardo Hamuy (1916-1989) no Instituto de Investigaciones Sociológicas da Universidad de Chile. A criação da carreira de sociologia na Pontificia Universidad Católica de Chile, em 1959, impulsionou ainda mais a profissionalização da disciplina. Fortemente atravessado por dinâmicas transnacionais, o caso chileno foi singular por articular uma agenda reformista de base nacional com o eixo transnacional da sociologia praticada em Santiago, especialmente em instituições como a Escuela Latinoamericana de Sociología da Facultad Latinoamericana de Ciencias Sociales (Flacso, 1958) e o Ilpes. Nesse contexto, José Medina Echavarría desempenhou um papel estratégico na formação de uma nova geração de cientistas sociais latino-americanos (BEIGEL, 2009; 2014a; 2014b).

A institucionalização da economia no Chile conheceu um processo

particularmente acelerado a partir da década de 1950 no marco das transformações promovidas pela industrialização e pelo fortalecimento do Estado desenvolvimentista. A Universidad de Chile desempenhou papel central nesse movimento ao formar quadros técnicos especializados e estabelecer vínculos orgânicos com agências governamentais, como a Corporación de Fomento de La Producción (Corfo), que liderou a política de industrialização por substituição de importações. O Instituto de Economía, criado em 1945, tornou-se um dos polos da formação econômica no país, orientado à produção de diagnósticos aplicados às necessidades do planejamento estatal. Esse processo favoreceu a emergência de uma cultura técnico-administrativa voltada à racionalização da ação pública. A PUC do Chile, por sua vez, embora menos proeminente na etapa inicial, ganharia relevância com a criação, em 1950, de seu Instituto de Investigaciones Económicas y Sociales e, mais decisivamente, com o convênio firmado com a University of Chicago (1956-1964), que introduziu uma orientação liberal e formou os economistas que ficariam conhecidos como “Chicago Boys” (GALLARDO, 2011). Nesse cenário, Santiago do Chile se consolidou como um polo regional estratégico, impulsionado pela atuação da Cepal e sua estreita colaboração com a Universidad de Chile, responsável por formar uma geração de economistas vinculados ao planejamento estruturalista. A oposição entre os economistas ligados à Cepal e à Universidad de Chile e os formados sob influência da University of Chicago e da PUC simbolizava a polarização ideológica que atravessava o espaço incipiente da economia chilena.

As diferentes temporalidades e modalidades de institucionalização da economia e da sociologia em países como Brasil, Argentina, México e Chile compuseram um contexto amplo e complexo para a emergência das diversas interpretações sobre o problema da dependência nos anos 1960. Em São Paulo, a precocidade da sociologia como disciplina universitária e a consolidação de uma cultura acadêmica relativamente autônoma ajudam a explicar a proeminência de sociólogos brasileiros no debate regional – entre os quais se destacou Fernando Henrique Cardoso. Na Argentina, o pioneirismo da economia como campo técnico e científico – somado à politização crônica do sistema universitário e à instabilidade do regime político – precipitou a diáspora de economistas profissionais, como Raúl Prebisch, que encontraram nas instituições internacionais, como a Cepal, novas formas de inserção e influência. O México, por sua vez, desempenhou um papel estratégico na circulação regional de saberes ao articular um projeto estatal de modernização com o acolhimento de intelectuais exilados – entre eles, Medina Echavarría – e com o fortalecimento de canais editoriais de difusão científica, como a FCE e *El Trimestre Económico*. Já o Chile destacou-se por sua posição singular como sede de organismos transnacionais, cuja atuação foi decisiva para a formação de gerações de cientistas sociais e a consolidação de uma agenda latino-americana de pesquisa. Sem implicar relações de causalidade direta, esses processos contribuíram para configurar um espaço transnacional de circulação intelectual e rearranjos institucionais no qual o Ilpes pôde se afirmar como *locus* privilegiado de inflexão teórica sob novas coordenadas sociológicas.

DO ESTRUTURALISMO ECONÔMICO À SOCIOLOGIA DO DESENVOLVIMENTO

A Cepal teve um papel decisivo na consolidação de um pensamento econômico latino-americano original ao formular uma leitura estrutural do subdesenvolvimento que confrontava os pressupostos da ortodoxia liberal. Seu modelo interpretativo, ancorado nas especificidades históricas e produtivas da região, articulava ambição reformista com consistência analítica, abrindo caminho para novas formas de pensar a inserção da periferia no sistema capitalista global.

Segundo Octavio Rodríguez (1981), a inovação teórica da Cepal apoiava-se em três pressupostos centrais. O primeiro era o da “heterogeneidade estrutural”, entendida como as desproporções entre setores produtivos, responsáveis por gerar baixa produtividade, concentração de renda e limitações à expansão do emprego formal. O segundo referia-se à especialização agrícola das economias periféricas, sustentada pela exportação de um número reduzido de produtos primários – condição que acentuava sua vulnerabilidade externa e agravava a instabilidade econômica diante das oscilações do mercado internacional. O terceiro pressuposto era o da “deterioração dos termos de intercâmbio”, que indicava uma tendência persistente de depreciação dos preços das exportações periféricas em relação aos bens industrializados dos países centrais, restringindo a capacidade de desenvolvimento autônomo da América Latina e perpetuando a dependência.

Sob outra perspectiva, Ricardo Bielschowsky (2000) propõe uma periodização das “ideias-força” da Cepal em cinco fases distintas. A primeira, na década de 1950, foi marcada pela defesa da industrialização como estratégia central para romper a dependência das exportações primárias e diversificar a estrutura produtiva. Na segunda fase, nos anos 1960, introduz-se a necessidade de reformas estruturais – como a reforma agrária e a modernização do Estado – para remover os entraves ao crescimento industrial. A terceira fase, na década de 1970, desloca a ênfase para a reorientação dos “estilos de desenvolvimento”, com foco na “homogeneização social” e na industrialização voltada à exportação. Nos anos 1980, a quarta fase concentra-se na tentativa de compatibilizar ajustes macroeconômicos com crescimento, em meio à crise da dívida e às políticas de estabilização exigidas por credores internacionais. Por fim, na década de 1990, a quinta fase introduz a proposta de “transformação produtiva com equidade”, ao buscar conciliar crescimento econômico com redução das desigualdades sociais.

Em meados da década de 1960, as estratégias de desenvolvimento adotadas na América Latina começaram a dar sinais de esgotamento, e o modelo de industrialização por substituição de importações passou a revelar seus limites. A mudança na estrutura produtiva, ao contrário do que preconizavam os cepalinos, não foi capaz de suprimir as desigualdades estruturais nem as contradições inerentes do subdesenvolvimento. As economias da região continuavam marcadas por desproporções setoriais, baixa absorção de mão de obra e acentuada concentração de riqueza – fatores que minavam a promessa de um crescimento sustentado e socialmente inclusivo. Paralelamente, o capital estrangeiro ampliava sua presença na América Latina, diversificava suas atividades e aprofundava

a subordinação econômica da periferia ao centro, redefinindo os contornos das relações internacionais de dependência.

A percepção de que o modelo de desenvolvimento periférico era concentrador e excludente tornou-se consensual. O aumento da concentração da renda e de propriedade, a persistência de uma estrutura social dicotômica, o crescimento do desemprego e o fortalecimento dos privilégios das elites econômicas aprofundavam as tensões sociais. Paralelamente, amplos contingentes populacionais permaneciam à margem, privados de acesso a condições dignas de vida – evidência das limitações da estratégia cepalina (RODRÍGUEZ, 1981; BIELSCHOWSKY, 2000).

No plano político, essas contradições desencadearam uma escalada de crises institucionais, desestabilizando as alianças populistas que sustentavam os projetos desenvolvimentistas nos países da região. Entre as décadas de 1960 e 1970, a América Latina foi marcada por instabilidade política e sucessivas rupturas institucionais, impulsionadas pelo enfraquecimento das coalizões progressistas e pelo avanço das forças conservadoras. O colapso dos pactos populistas – que articulavam setores da classe trabalhadora urbana, frações das camadas médias e elites industriais – expôs as fragilidades desses arranjos e abriu espaço para novas configurações de poder (NERCESIAN, 2012).

Nesse cenário de crise econômica e política crescente na América Latina, as formulações teóricas da Cepal começaram a perder sustentação. A gravidade do momento demandava a revisão dos paradigmas vigentes sobre o desenvolvimento, abrindo espaço para novas interpretações que incorporassem dimensões sociopolíticas à estrutura de dependência. Diante disso, a Cepal iniciou um intenso processo de revisão de suas premissas teóricas, buscando adaptar sua análise à nova realidade da região. Intelectuais vinculados ao pensamento cepalino protagonizaram um debate interno voltado à reavaliação das deficiências e limitações do diagnóstico estruturalista clássico, reconhecendo que uma abordagem estritamente econômica já não era suficiente para compreender os entraves ao desenvolvimento latino-americano.

Joseph Love (1998) identificou duas novas tendências emergentes na Cepal: uma abordagem “historicista”, centrada nos condicionantes históricos e institucionais do subdesenvolvimento, e uma perspectiva “sociologista”, que incorporava variáveis sociais e políticas à análise econômica. Esse movimento de reorientação intelectual deu origem a uma entidade renovada, mais atenta à integração entre fatores estruturais e conjunturais na explicação dos obstáculos ao desenvolvimento periférico. A inclusão de dimensões sociopolíticas tornou-se, então, um traço distintivo dessa nova fase, aprofundando o diálogo entre economia, sociologia e ciência política na construção de uma visão mais abrangente do subdesenvolvimento latino-americano.

No início da década de 1960, os debates na Cepal concentravam-se em três grandes questões. Em primeiro lugar, observava-se que a industrialização alcançada não havia democratizado os benefícios da modernidade e do progresso técnico, já que o crescimento econômico limitado não reduzia de forma significativa as desigualdades sociais. Em segundo lugar, a vulnerabilidade externa e a dependência, longe de terem sido superadas pela industrialização parcial e desigual entre os países, teriam consolidado novas formas de subordinação da América Latina ao mercado internacional. Por fim, argumentava-se que essas dinâmicas estruturais

continuavam a obstruir o desenvolvimento, perpetuando a instabilidade econômica e restringindo a autonomia dos países periféricos (LOVE, 1998; BIELSCHOWSKY, 2000).

Segundo Ricardo Bielschowsky (2000), diante desses impasses, emergiram três vertentes analíticas concorrentes, cada uma reivindicando precedência explicativa na reformulação das teses cepalinas. A primeira foi a “tese da insuficiência dinâmica”, formulada por Raúl Prebisch, que atribuía os entraves ao desenvolvimento à incapacidade das economias periféricas de gerar crescimento autossustentado sem estímulos externos. A segunda foi a “tese da heterogeneidade estrutural”, defendida pelo economista chileno Aníbal Pinto (1919-1996), que destacava as desproporções produtivas entre setores modernos e atrasados como fator-chave na reprodução do subdesenvolvimento. A terceira vertente foi a “análise integrada do desenvolvimento”, elaborada por Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto (1977), que propunha uma interpretação sociopolítica do subdesenvolvimento, enfatizando as diferenças entre os casos nacionais, determinadas pelos arranjos políticos entre classes sociais e mediadas pelos Estados, como condicionantes das possibilidades de superação dos entraves econômicos. Joseph Love (1998) identifica, nesse processo, o surgimento de uma “esquerda heterodoxa”, que daria origem à análise da dependência. Fernanda Beigel (2006), por sua vez, argumenta que a tensão entre o estruturalismo cepalino e o marxismo heterodoxo resultou na formulação da “teoria da dependência”.

Nesse quadro, Medina Echavarría, Cardoso e Faletto desempenharam um papel central na formulação da chamada “análise integrada do desenvolvimento”, uma abordagem que articulava economia e sociologia. Essa perspectiva incorporava contribuições da Cepal clássica, mas buscava superar seu viés economicista ao destacar a centralidade das dimensões sociopolíticas do desenvolvimento. Foi no âmbito do Ilpes que essas formulações se consolidaram, resultando na elaboração de uma das obras-primas do pensamento social latino-americano: *Dependência e desenvolvimento na América Latina*, concebida entre 1966 e 1967 como documento de trabalho e publicada pela primeira vez no México, em 1969, pela editora Siglo XXI⁴.

Alguns intérpretes destacam que a obra se beneficiou da atmosfera intelectual vibrante que se formou em Santiago do Chile nos anos 1960, então um polo de convergência de redes acadêmicas latino-americanas e de iniciativas promovidas por organismos transnacionais (ANSALDI, 1991; FRANCO, 2007; MORALES MARTÍN, 2012). Outros autores ressaltam que sua gênese intelectual não pode ser dissociada das trajetórias prévias de seus autores – sublinhando, no caso de Cardoso, a influência da tradição do ensaio histórico-sociológico de interpretação do Brasil e do programa sociológico liderado por Florestan Fernandes na FFCL/USP. A originalidade do livro residiria na capacidade de Cardoso e Faletto de articular essa tradição sociológica com os fundamentos do pensamento cepalino (SALLUM JÚNIOR, 2002; BLANCO; JACKSON, 2022).

Em um momento de crise do paradigma cepalino, o Ilpes tornou-se um polo de

4 A publicação pela Siglo XXI, em 1969, foi decisiva para a ampla circulação e consagração da obra de Cardoso e Faletto. A escolha dessa editora – uma das mais influentes em ciências sociais na América Latina – contribuiu para transformar o livro em um *best-seller* da sociologia latino-americana na segunda metade do século XX (BLANCO; JACKSON, 2022).

convergência para uma geração de cientistas sociais empenhada em superar as limitações das formulações da Cepal. A chegada de intelectuais exilados a Santiago do Chile – “capital mundial da esquerda” (CÁCERES, 2016) – criou um cenário de embate e cooperação entre diferentes gerações, tradições acadêmicas e perspectivas disciplinares, rompendo com a hegemonia economicista e contribuindo para a construção de uma abordagem interdisciplinar do capitalismo periférico.

Nos seminários internos de julho de 1964, esse processo tornou-se particularmente evidente: com a chegada da leva de exilados brasileiros e o afastamento das principais lideranças vinculadas à Cepal clássica – Prebisch, Furtado e Ahumada –, o Ilpes consolidou-se como um polo de reflexão crítica sobre a forma dependente de inserção no sistema capitalista. Nesse novo cenário, emergiram intelectuais que assumiram protagonismo na disputa pela interpretação do desenvolvimento na região. A reconfiguração institucional do Ilpes, associada à incorporação de cientistas sociais exilados, intensificou as disputas por legitimidade teórica e influência política. Alguns desses intelectuais – Medina Echavarría, Faletto e Cardoso – reformularam as bases do debate sobre dependência, articulando novos programas de investigação.

O contexto de crise do pensamento cepalino demandou uma reorganização das hierarquias intelectuais e institucionais, marcada pela disputa entre diferentes grupos que reivindicavam a condição de herdeiros – e, ao mesmo tempo, de críticos legítimos – do estruturalismo latino-americano. A disputa em torno da tradição cepalina – e do capital simbólico associado à sua projeção internacional – articulou-se às trajetórias acadêmicas desses pesquisadores, às suas posições no campo intelectual latino-americano, às suas filiações disciplinares e às estratégias de consagração adotadas.

TRAJETÓRIAS INTELECTUAIS E DISPUTAS NO CAMPO DO DESENVOLVIMENTO LATINO-AMERICANO

Raúl Prebisch (1901-1986) graduou-se em economia pela UBA em 1922, onde lecionou economia política entre 1923 e 1948. Ainda jovem, ocupou posições de destaque na administração pública argentina em um contexto de crise e instabilidade, adquirindo ampla experiência nos campos da política econômica e das finanças do Estado. Sua passagem pela direção do BCRA (1935-1943) consolidou sua reputação como técnico competente e estrategista econômico, além de chefe e mentor de uma geração de economistas. Dotado de amplo reconhecimento internacional, acumulado ao longo de sua carreira como alto funcionário de Estado, Prebisch ingressou na Cepal em 1949, em um momento de indefinição profissional, tornando-se seu secretário-executivo até 1963. Ali lançou um desafio herético à ortodoxia do comércio internacional com sua teoria da deterioração dos termos de intercâmbio, convertendo-se no principal teórico da nova organização internacional de planejamento econômico. Reuniu em torno de si um time plurinacional de jovens e promissores economistas, como Celso Furtado, Juan Noyola, Regino Botie Jorge Ahumada. No início da década de 1960, já com seu prestígio em declínio e próximo da aposentadoria da Cepal, fundou o Ilpes e tornou-se seu primeiro diretor. Em 1964, criou e assumiu a direção da United Nations Conference on Trade and Development (Unctad).

Celso Furtado (1920-2004) formou-se em direito pela Universidade do Brasil em 1942, tornou-se técnico do Dasp em 1944 e se doutorou em economia na França em 1948. Nesse mesmo ano, ingressou na Cepal, onde permaneceu por quase uma década (1948-1958). Como funcionário das Nações Unidas, coordenou a División de Desarrollo Económico da Cepal (1950-1953), contribuindo para a formulação das técnicas de programação do desenvolvimento, e liderou o Grupo Misto Cepal-BNDE (1953-1955). Membro destacado de uma nova elite de economistas legitimados por suas competências técnicas, Furtado assumiu a missão de regenerar o Estado e reorganizar o desenvolvimento brasileiro. Nesse espírito, criou e dirigiu a Sudene entre 1959 e 1964 e ocupou o Ministério do Planejamento entre 1962 e 1963. Com os direitos políticos cassados em 1964, exilou-se no Chile, onde encabeçou um círculo de revisão crítica das teses da Cepal, reunindo um grupo de intelectuais recém-chegados e buscando convergências entre suas ideias e a perspectiva sociológica do desenvolvimento. Seguiu carreira universitária em Yale e na Universidade de Paris-Sorbonne, lecionando “economia do desenvolvimento” e “economia latino-americana”, e tentou se projetar como precursor das teorias da estagnação e da dependência, e pensador do “Terceiro Mundo”.

Jorge Ahumada (1917-1965) foi um destacado economista chileno. Formou-se em agronomia pela Universidad de Chile em 1940 e foi um dos primeiros chilenos a estudar economia nos Estados Unidos, obtendo pós-graduação em Harvard, em 1944, e especializando-se em comércio exterior. Ainda na década de 1940, lecionou teoria econômica na Universidad de Puerto Rico e na Guatemala, além de atuar no International Monetary Fund, em Washington. Entre 1950 e 1961, integrou a Cepal, onde teve participação ativa nos debates sobre desenvolvimento econômico e industrialização na América Latina. Coordenou a División de Capacitación, responsável pela organização do primeiro CTPDE, realizado em 1952, em Santiago do Chile. O curso se disseminou rapidamente por toda a região e formou gerações de planejadores estatais (KLÜGER; WANDERLEY; BARBOSA, 2022). A partir da década de 1960, esses cursos passaram a ser organizados pelo Ilpes, herdeiro institucional da División de Capacitación (FRANCO, 2013; 2015). Ahumada também integrou, desde 1953, o conselho editorial da revista *El Trimestre Económico*. Em 1961, foi um dos fundadores e o primeiro diretor do Centro de Estudios del Desarrollo (Cendes), vinculado à Universidad Central de Venezuela, com o objetivo de formar especialistas capazes de analisar os fatores sociais e políticos implicados nos processos de desenvolvimento econômico (URQUIDI, 1967). Após anos sentindo-se um “não profeta em sua própria terra” (URQUIDI, 1976, p. 7 – tradução nossa) diante da falta de condições políticas no Chile para exercer plenamente sua expertise como planejador econômico, Ahumada aproximou-se do Partido Demócrata Cristiano (PDC). Tornou-se o principal formulador de seu programa econômico e amigo pessoal e conselheiro do presidente Eduardo Frei (1964-1970).

Prebisch, Furtado e Ahumada formaram uma geração pioneira do pensamento desenvolvimentista latino-americano – *institution builders* que, ao longo das décadas de 1940 e 1960, atuaram na criação de instituições nacionais e multilaterais, no fortalecimento da administração pública e na formulação de políticas de desenvolvimento. Com alta mobilidade no espaço das instituições transnacionais

de planejamento econômico e social, souberam explorar as oportunidades abertas no segundo pós-guerra, quando se consolidava uma burocracia internacional voltada à reconstrução econômica e à modernização dos Estados periféricos. Não obstante suas diferenças⁵, todos participaram da formulação do chamado “estruturalismo latino-americano” e se projetaram como ideólogos da industrialização, combinando prestígio continental e capacidade de articulação técnica e política. Dotados de autoconfiança, traquejo institucional e vocação dirigente, ocuparam posições estratégicas em múltiplas frentes: inserção precoce em cargos públicos, circulação internacional, atuação em organismos multilaterais e, em alguns casos, docência universitária. Nesse ponto, convém destacar a trajetória de Furtado, que apenas tardiamente, após o golpe de 1964, ingressou na carreira acadêmica. O exílio e o afastamento da arena política impuseram-lhe a docência como uma reorientação forçada – um rebaixamento simbólico, contrastando com o protagonismo anterior como operador político da ideologia cepalina no Brasil.

Com exceção de Prebisch – com uma trajetória marcada por impopularidade na Argentina em razão de suas ligações com governos autoritários e conservadores (BLANCO; BARBOZA, 2021) –, Furtado e Ahumada beneficiaram-se de contextos de relativa estabilidade política em seus respectivos países, o que contribuiu para a ampliação de seu capital simbólico e político. No início dos anos 1960, Furtado e Ahumada viviam o auge de sua produção intelectual e de sua influência institucional. Prebisch, em contraste, acumulava desgastes e perda de autoridade dentro da própria Cepal (DOSMAN, 2011). O cenário intelectual e político latino-americano havia se transformado profundamente: o debate sobre o subdesenvolvimento tornara-se mais denso, plural e disputado. Prebisch, já distante da produção teórica sistemática, priorizava a ação institucional. Suas ideias já não produziam o mesmo impacto de outrora, e ele próprio parecia consciente do deslocamento que sofria diante do avanço de novas abordagens (GABAY, 2010; DOSMAN, 2011; FRANCO, 2013).

Ainda assim, os três partilhavam uma inquietação comum: a percepção de que os instrumentos tradicionais da programação econômica se revelavam insuficientes para interpretar e enfrentar os dilemas do desenvolvimento periférico. A complexidade da realidade latino-americana exigia a incorporação de variáveis sociológicas e políticas à análise econômica. Prebisch respondeu a esse desafio com a “teoria da insuficiência dinâmica”. Furtado, por sua vez, já desligado da Cepal desde o final dos anos 1950 após um desacordo com Prebisch sobre os rumos da instituição – o primeiro defendia a ampliação do diagnóstico estrutural do subdesenvolvimento, enquanto o segundo priorizava a ação imediata e a orientação prática (POLLOCK, 2006; DOSMAN, 2011) –, acompanhou à distância o progressivo

5 Na década de 1950, a Cepal constituiu um núcleo coeso de formulação teórica sobre o desenvolvimento latino-americano, unificado em torno da liderança carismática e centralizadora de Prebisch (HODARA, 1987). Com o tempo, no entanto, começaram a surgir divergências tanto de orientação teórica quanto de posicionamento político entre os principais quadros da instituição. Embora compartilhassem o projeto estruturalista e a aposta na industrialização como via para o desenvolvimento, os economistas que compunham a elite intelectual da Cepal passaram a divergir quanto aos ritmos, aos meios e às alianças necessárias para a transformação econômica da região (DOSMAN, 2011).

enfraquecimento político e intelectual do órgão. Ao retornar ao Brasil, Furtado se deparou com os limites concretos da aplicação do projeto cepalino. A experiência frustrada de tentativa de reforma das estruturas econômicas nacionais forneceu a ele uma compreensão aguda da distância entre o ideário cepalino e as condições efetivas de sua implementação. Exaurido pelas batalhas políticas no Brasil, via-se diante da necessidade de redirecionar sua trajetória. Sua breve passagem pelo Ilpes, em 1964, marcou o início de uma inflexão: ali, articulou um círculo de revisão crítica das ideias da Cepal e buscou aproximações com as novas correntes sociológicas que emergiam no campo intelectual latino-americano.

Quanto a Ahumada, mais vinculado à mediação institucional e à difusão técnica do que à produção teórica original (DOSMAN, 2011), sua reorientação intelectual pode ser compreendida como resposta a múltiplas pressões convergentes. Por um lado, acompanhava de perto as críticas formuladas por intelectuais mais jovens à ortodoxia cepalina. Por outro, sentia-se interpelado pelas demandas dos governos e organismos latino-americanos, que buscavam formar especialistas capazes de pensar o desenvolvimento para além da economia. A fundação do Cendes, na Venezuela, expressa esse movimento de adaptação. Atento ao novo cenário, Ahumada deslocou-se em direção a uma abordagem mais ampla e interdisciplinar – sem romper com os fundamentos do pensamento cepalino, mas procurando ampliar sua capacidade explicativa e sua utilidade política. Nesse espírito, chegou a assessorar a Organização Pan-Americana de Saúde (Opas) na formulação de estratégias de planejamento aplicadas ao campo da saúde, demonstrando preocupação em estender o modelo cepalino às áreas sociais (GIOVANELLA, 1991).

Com o afastamento de Prebisch e Furtado do Ilpes em 1964, e a morte precoce de Ahumada no ano seguinte, a instituição passou por um processo de reordenamento de lideranças e renovação de seus quadros técnicos e intelectuais. Nesse contexto, Medina Echavarría assumiu um papel central, ampliando sua influência na definição das diretrizes de pesquisa e na formulação da agenda de planejamento. O Ilpes se tornou um polo de atração para jovens sociólogos latino-americanos, que passaram a disputar – com crescente protagonismo – os rumos teóricos dos estudos sobre desenvolvimento, confrontando as interpretações consagradas do capitalismo periférico e propondo novas leituras à luz das transformações sociais e políticas da região.

José Medina Echavarría (1903-1977) chegou ao México em 1939, exilado após a derrota dos republicanos na Guerra Civil Espanhola, e foi acolhido pelas políticas do governo de Lázaro Cárdenas (1934-1940), que incentivava a recepção de intelectuais e cientistas espanhóis perseguidos pelo franquismo (MORALES MARTÍN, 2012). Portador de uma formação sociológica sólida – adquirida sobretudo na Alemanha, durante a década de 1930, sob forte influência do pensamento de Karl Mannheim –, Medina Echavarría investiu na renovação científica da sociologia, ensinando na Unam e colaborando na criação do CES do Colegio de México. Foi também diretor da coleção de ciências sociais da FCE, contribuindo para a difusão de uma nova linguagem disciplinar e a institucionalização da sociologia na América Latina (MOYA LÓPEZ, 2007). Não encontrando, no México, condições institucionais favoráveis para consolidar seu projeto a favor de uma sociologia científica, migrou para Porto Rico. Em 1952, foi convidado por Prebisch a ingressar na Cepal (FURTADO, 2014).

Ali encontrou uma nova plataforma institucional a partir da qual pôde ampliar sua influência sobre os debates acerca do desenvolvimento e dar visibilidade à perspectiva sociológica dentro de um espaço amplamente dominado por economistas.

A entrada de Medina Echavarría na Cepal ocorreu sob condições de relativo insulamento: era o primeiro sociólogo a integrar uma instituição dominada por economistas e voltada, majoritariamente, à elaboração de diagnósticos macroeconômicos e propostas de política pública. Embora respeitado, permanecia à margem do núcleo estruturalista – uma figura lateral, cujas preocupações teóricas não se integravam plenamente à racionalidade técnico-econômica predominante. Ainda nos anos 1950, encontrou espaço para o desenvolvimento de sua perspectiva sociológica na Flacso, embora em um âmbito acadêmico. Foi apenas com a criação do Ilpes que o sociólogo espanhol conquistou um lugar mais estratégico no interior do aparato regional de planejamento, ampliando sua atuação político-institucional.

Medina Echavarría reuniu em torno de si uma nova geração de cientistas sociais latino-americanos que buscava repensar o desenvolvimento a partir de uma perspectiva mais abrangente e interdisciplinar. A combinação entre sua autoridade intelectual, a autonomia relativa da Divisão Social que dirigia e o ambiente político-intelectual efervescente de Santiago do Chile no início dos anos 1960 consolidou sua posição como figura central na reorientação analítica da Cepal. Nesse processo, contou com a colaboração de Enzo Faletto, já vinculado ao Ilpes, e, pouco depois, de Fernando Henrique Cardoso, que se integraria às atividades da Divisão.

Enzo Faletto (1935-2003), chileno de origem modesta, formou-se em história na Facultad de Filosofía y Educación da Universidad de Chile e iniciou sua aproximação com a sociologia como assistente no Instituto de Sociología, então dirigido por Eduardo Hamuy, que teve papel central na institucionalização da sociologia científica no país. Integrrou a primeira turma de pós-graduação da Flacso (1958-1959), quando a instituição era dirigida por Medina Echavarría. A partir dessa experiência, Faletto passou a colaborar com o sociólogo espanhol em projetos vinculados à Cepal, entre eles o relatório *El desarrollo social de América Latina en la postguerra* (1963), que buscava aproximar a análise sociológica do campo do planejamento. Vinculado ao Ilpes desde sua criação, Faletto ocupou um lugar de destaque na Divisão Social do Ilpes, tornando-se um interlocutor próximo de Medina Echavarría e assumindo, desde muito jovem, responsabilidades em pesquisas voltadas à renovação da análise sobre desenvolvimento na América Latina (FALETTTO, 1998).

Fernando Henrique Cardoso nasceu em 1931 em uma família de militares com forte inserção nos círculos dirigentes do país – herança que ajudou a moldar sua inclinação para posições de liderança. Formou-se em ciências sociais na FFCL/USP, onde foi aluno e colaborador próximo de Florestan Fernandes, tornando-se uma figura central na consolidação institucional da cátedra de Sociologia I. Concluiu o doutorado em 1961, com a tese que daria origem a *Capitalismo e escravidão no Brasil meridional* (1962), e obteve a livre-docência com o trabalho posteriormente publicado como *Empresário industrial e desenvolvimento econômico* (1964). Foi um dos articuladores do “Seminário Marx”, espaço de formação e debate que reuniu jovens intelectuais da USP, como José Arthur Giannotti, Ruy Fausto, Paul Singer e Roberto Schwarz (RODRIGUES, 2011). Entre 1962 e 1963, estagiou no Laboratoire de

Sociologie Industrielle, em Paris, sob orientação de Alain Touraine. Após o golpe de 1964, exilou-se na Argentina, onde colaborou com o sociólogo Torcuato Di Tella, e seguiu para o Chile, convidado por Medina Echavarría, que o conhecera em uma reunião da Cepal, em Montevidéu, em 1961. No Chile, atuou como diretor de pesquisas do Ilpes (1964-1967) e lecionou na Flacso e na Universidad de Chile.

Apesar da posição hierárquica superior de Medina Echavarría no Ilpes, ele, Faletto e Cardoso ocupavam posições estruturalmente semelhantes no campo intelectual latino-americano do início dos anos 1960. Todos eram sociólogos e se encontravam deslocados em relação ao núcleo duro da tradição estruturalista, no qual ainda preponderavam economistas. Ao contrário do sociólogo espanhol, já detentor de um amplo prestígio intelectual no continente, Faletto e Cardoso buscavam consolidar suas reputações no circuito transnacional de instituições de pesquisa e planejamento sediado em Santiago do Chile. O Ilpes, com sua relativa autonomia frente às injunções burocráticas e políticas do sistema ONU (FRANCO, 2015), oferecia uma brecha institucional estratégica para quem, como eles, almejava visibilidade, autoridade científica e margem de intervenção. Como sociólogos *outsiders* em um espaço dominado por economistas, mostravam-se mais abertos a apostas teóricas ousadas e menos comprometidos com a reprodução da ortodoxia estruturalista – que, outrora insurgente, já se convertera em nova *doxa* no campo do desenvolvimento na América Latina. Justamente por ainda não ocuparem posições consolidadas nas burocracias internacionais ou nos aparelhos estatais, podiam se arriscar mais: não tinham tanto a perder com a abertura de um novo flanco interpretativo. Realizaram, assim, um movimento duplamente audacioso: articularam uma leitura alternativa do subdesenvolvimento a partir de uma chave sociológica e o fizeram de dentro de uma instituição que, embora abalada, ainda conservava o prestígio simbólico da única tradição teórica latino-americana com projeção internacional no pós-guerra – um empreendimento herético no interior de outro que já dava sinais de esgotamento.

O contraste entre os economistas da Cepal e os sociólogos do Ilpes revela uma clivagem geracional e posicional no campo intelectual latino-americano. Os primeiros já haviam alcançado projeção institucional e prestígio internacional; os segundos, mais jovens (com exceção de Medina Echavarría), encontravam-se ainda em processo de afirmação. Exilados políticos (Medina Echavarría e Cardoso) ou oriundos de meios sociais modestos (Faletto), esses sociólogos buscavam alcançar reconhecimento no interior de um espaço intelectual transnacional em reconfiguração. Essa condição estrutural favorecia uma maior propensão à inovação teórica, justamente num momento em que a Cepal já não exercia o protagonismo programático de outrora. O Ilpes – menos atravessado pelas injunções burocráticas e políticas do sistema ONU – oferecia, nesse contexto, uma margem institucional mais ampla para experimentações críticas. Santiago do Chile, por sua vez, consolidava-se como um polo dinâmico de circulação de cientistas sociais em busca de novos enquadramentos para os impasses do desenvolvimentismo. Foi nesse cenário – marcado pelo desgaste da agenda estruturalista e por um vácuo de liderança na Cepal – que Medina Echavarría, Faletto e Cardoso passaram a ocupar uma posição ambivalente: suficientemente integrados para mobilizar os recursos simbólicos do legado estruturalista, mas situados numa franja do campo que lhes permitia

subvertê-lo por dentro. A abordagem sociológica do desenvolvimento ganhou força precisamente por emergir das fissuras de uma tradição já consagrada, mas em crise de direção – uma reinterpretação autorizada, porque legitimada por sua inserção institucional; e herética, porque movida por disposições intelectuais em descompasso com os quadros estabelecidos.

Ao longo do artigo, procuramos evidenciar como os diferentes ritmos e variações nacionais de institucionalização da economia e da sociologia nos países centrais da América Latina – Brasil, Argentina, México e Chile – moldaram disposições, competências e estratégias intelectuais, criando as condições de possibilidade para o deslocamento e o redimensionamento das fronteiras disciplinares no debate sobre o desenvolvimento. Esse processo ganhou fôlego em um momento de inflexão do pensamento cepalino, quando a crise do estruturalismo econômico abriu espaço para a incorporação mais sistemática das dimensões sociais e políticas no diagnóstico do subdesenvolvimento.

Foi nesse contexto que o Ilpes se consolidou como um espaço de inovação teórica e disputa simbólica, no qual sociólogos *outsiders* passaram a confrontar economistas “estabelecidos” pelo direito de reordenar os termos do debate sobre o desenvolvimento. A prosopografia comparativa dos representantes mais destacados de ambos os grupos revela um deslocamento de forças no interior das instituições transnacionais de planejamento, marcado pela ascensão de um novo tipo de agente científico: o sociólogo profissional, portador de uma linguagem própria, novas alianças institucionais e ambições teóricas universalizantes. Nesse sentido, a chamada “análise integrada do desenvolvimento” representou mais que uma virada conceitual – foi a resultante de uma transformação mais profunda no campo das ciências sociais latino-americanas.

SOBRE OS AUTORES

DARLAN PRAXEDES BARBOZA é bolsista de pós-doutorado da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp) no Instituto de Estudos Brasileiros da Universidade de São Paulo (IEB/USP) e integrante do Núcleo de Sociologia da Cultura (NSC/FFLCH/USP) e do grupo de pesquisa “Repensando o desenvolvimento” (LabIEB/USP).

dpraxedes@gmail.com

<https://orcid.org/0000-0001-9907-4656>

LUIZ CARLOS JACKSON é professor do Departamento de Sociologia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (FFLCH/USP), coordenador do Núcleo de Sociologia da Cultura (NSC/FFLCH/USP) e autor de *A tradição esquecida: Os parceiros do Rio Bonito e a sociologia de Antonio Candido* (Editora UFMG, 2002).

ljackson@usp.br

<https://orcid.org/0000-0002-6269-6096>

FABIO SILVA DE SOUZA é bolsista de pós-doutorado da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp) no Instituto de Estudos Brasileiros da Universidade de São Paulo (IEB/USP) e autor de *O Movimento de Cultura Popular do Recife (1959-1964)* (Edições UERN, 2024)

fabiosilvads@yahoo.com.br

<https://orcid.org/0000-0003-2215-0635>

REFERÊNCIAS

- ANSALDI, Waldo. *La búsqueda de América Latina: entre el ansia de encontrarla y el temor de no reconocerla*. Buenos Aires: Facultad de Ciencias Sociales, Universidad de Buenos Aires, Instituto de Investigaciones, *Cuadernos del Instituto de Investigaciones*, n. 1, 1991. Disponível em: <https://repositorio.sociales.uba.ar/items/show/2967>. Acesso em: mar. 2025.
- ARRUDA, Maria Arminda do Nascimento. A sociologia no Brasil: Florestan Fernandes e a “escola paulista”. In: MICELI, Sérgio (Org.). *História das ciências sociais no Brasil*. v. 2. São Paulo: Editora Sumaré/Fapesp, 1995, cap. 1, p. 107-233.
- BEIGEL, Fernanda. Vida, muerte y resurrección de las “teorías de la dependencia”. In: BEIGEL, Fernanda. *Crítica y teoría en el pensamiento social latinoamericano*. Buenos Aires: Clacso, 2006, p. 287-326. Disponível em: <https://shorturl.at/uOoy9>. Acesso em: mar. 2025.
- BEIGEL, Fernanda. La Flacso chilena y la regionalización de las ciencias sociales en América Latina (1957-1973). *Revista Mexicana de Sociología*, v. 71, n. 2, 2009, p. 319-349. Disponível em: https://www.scielo.org.mx/scielo.php?script=sci_arttext&pid=Sci88-25032009000200004. Acesso em: mar. 2025.
- BEIGEL, Fernanda. A teoria da dependência em seu laboratório. *Crítica e Sociedade: Revista de Cultura Política*, v. 4, n. 2, p. 72-89, 2014a. <https://seer.ufu.br/index.php/criticasociedade/article/view/26115>. Acesso em: mar. 2025.
- BEIGEL, Fernanda. Chile: un centro periférico para la internacionalización de las ciencias sociales latinoamericanas y la construcción de un prestigio académico regional (1953-1973). *Revista de la Red Intercatedras de Historia de América Latina Contemporánea: Segunda Época*, n. 1, p. 101-105, Disponível em: 2014b. <https://shorturl.at/hOK7b>. Acesso em: mar. 2025.
- BIDERMAN, Ciro; COZAC, Luis Felipe L.; REGO, José Márcio. *Conversas com economistas brasileiros*. São Paulo: Editora 34, 1996.

- BIELSCHOWSKY, Ricardo (Org.). *Cinquenta anos de pensamento na Cepal*. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Record, 2000. Disponível em: <https://repositorio.cepal.org/handle/11362/1607>. Acesso em: mar. 2025.
- BLANCO, Alejandro. José Medina Echavarría y el proyecto de una sociología científica. In: PEREYRA, Diego (Comp.). *El desarrollo de las ciencias sociales: tradiciones, actores e instituciones en Argentina, Chile, México y América Central*. San José de Costa Rica: Flacso, 2010, p. 17-34. Disponível em: https://www.flacso.ac.cr/images/cuadernos/ccs_153.pdf. Acesso em: mar. 2025.
- BLANCO, Alejandro. *Razón y modernidad: Gino Germani y la sociología en la Argentina*. Buenos Aires: Siglo XXI, 2006.
- BLANCO, Alejandro Raúl; BARBOZA, Darlan Praxedes. Raúl Prebisch y Federico Pinedo: técnica y política en la “década infame”. *Desarrollo Económico*, v. 60, n. 232, 2021, p. 314-337. <https://ojs.ides.org.ar/index.php/desarrollo-economico/article/view/106>.
- BLANCO, Alejandro; JACKSON, Luiz Carlos. *Sociologia no espelho: ensaístas, cientistas sociais e críticos literários no Brasil e na Argentina (1930-1970)*. São Paulo: Editora 34, 2014.
- BLANCO, Alejandro; JACKSON, Luiz Carlos. O caudilho da sociologia mexicana: Pablo González Casanova e A democracia no México. *Tempo Social*, v. 28, n. 3, 2016, p. 117-143. <https://doi.org/10.11606/0103-2070.ts.2016.111597>.
- BLANCO, Alejandro; JACKSON, Luiz Carlos. Patrones de carrera de los sociólogos mexicanos, 1951-1970. *Estudios Sociológicos de El Colegio de México*, v. 39, n. 115, 2021, p. 99-136. <https://doi.org/10.24201/es.2021v39n115.1971>.
- BLANCO, Alejandro; JACKSON, Luiz Carlos. O Brasil na América Latina. *Revista USP*, n. 133, 2022, p. 77-96. <https://doi.org/10.11606/issn.2316-9036.ir33p77-96>.
- BLOIS, Juan Pedro. *Medio siglo de sociología en la Argentina: ciencia, profesión y política (1957-2007)*. Buenos Aires: Eudeba, 2018.
- CÁCERES, Gonzalo. Santiago de Chile: la capital de izquierda. In: GORELIK, Adrián; PEIXOTO, Fernanda Arêas (Org.). *Ciudades sudamericanas como arenas culturales: artes y medios, barrios de élite y villas miseria, intelectuales y urbanistas: cómo ciudad y cultura se activan mutuamente*. Buenos Aires: Siglo XXI, 2016, p. 233-260.
- CAMP, Roderic A. *Los intelectuales y el Estado en el México del siglo XX*. Ciudad de México: Fondo de Cultura Económica, 1988.
- CARAVACA, Jimena. La Argentina keynesiana: Estado, política y expertos económicos en la década de 1930. In: PLOTKIN, Mariano Ben; ZIMMERMANN, Eduardo (Org.). *Las prácticas del Estado: política, sociedad y élites estatales en la Argentina del siglo XX*. Buenos Aires: Edhasa, 2012, p. 67-91.
- CARAVACA, Jimena; ESPECHE, Ximena. América Latina como problema y como solución: Robert Triffin, Daniel Cosío Villegas, Víctor Urquidí y Raúl Prebisch antes del Manifiesto Latinoamericano (1944-1946). *Desarrollo Económico*, v. 55, n. 217, 2016, p. 211-235. Disponível em: <https://www.redalyc.org/journal/3870/387065336005>. Acesso em: mar. 2025.
- CARAVACA, Jimena; ESPECHE, Ximena. El Fondo de Cultura Económica y la búsqueda de un keynesianismo en América Latina, 1936-1947. *Prismas: Revista de Historia Intelectual*, v. 22, n. 2, 2018, p. 173-178. Disponível em: <https://www.redalyc.org/journal/3870/387059373005/html>. Acesso em: mar. 2025.
- CARDOSO, Fernando Henrique. *Capitalismo e escravidão no Brasil meridional*. São Paulo: Difel, 1962.
- CARDOSO, Fernando Henrique. *Empresário industrial e desenvolvimento econômico do Brasil*. São Paulo: Difel, 1964.
- CARDOSO, Fernando Henrique. *As ideias e seu lugar: ensaios sobre as teorias do desenvolvimento*. Petrópolis: Vozes; São Paulo: Cebrap, 1980.

- CARDOSO, Fernando Henrique; FALETTTO, Enzo. *Dependência e desenvolvimento na América Latina: ensaio de interpretação sociológica*. Rio de Janeiro: Zahar, 1977.
- CASTAÑEDA, Fernando. La constitución de la sociología en México. In: PAOLI BOLIO, Francisco José (Org.). *Desarrollo y organización de las ciencias sociales en México*. Ciudad de México: UNAM, 1990, cap. 2, p. 45-76.
- CEPAL – Comisión Económica para América Latina (Naciones Unidas). Secretaría de la Cepal. *El desarrollo social de América Latina en la postguerra*. Buenos Aires: Solar/Hachette, 1963. Disponível em: <https://shorturl.at/s9XYX>. Acesso em: mar. 2025.
- DÍAZ ARCINIEGA, Víctor. *Historia de la casa*: Fondo de Cultura Económica, 1934-1994. México, DF: Fondo de Cultura Económica, 1994.
- DOSMAN, Edgar. *Raúl Prebisch (1901-1986): a construção da América Latina e do Terceiro Mundo*. Tradução de Teresa Dias Carneiro e César Benjamín. Rio de Janeiro: Contraponto/Centro Internacional Celso Furtado de Políticas para o Desenvolvimento, 2011.
- FALETTTO, Enzo. Los años 60 y el tema de la dependencia. *Estudios Avanzados*, v. 12, n. 33, 1998, p. 109-117. <https://doi.org/10.1590/S0103-40141998000300010>.
- FRANCO, Rolando. *La Flacso clásica (1957-1973): vicisitudes de las ciencias sociales latinoamericanas*. Santiago de Chile: Flacso Chile/Catalonia, 2007.
- FRANCO, Rolando. *La invención del Ilpes*. Santiago de Chile: Cepal, 2013.
- FRANCO, Rolando. El Ilpes de Prebisch. *Mundos Plurales: Revista Latinoamericana de Políticas y Acción Pública*, v. 2, n. 1, 2015, p. 9-44. <https://doi.org/10.17141/mundosplurales.1.2015.1909>.
- FURTADO, Celso. *Obra autobiográfica*. Organização de Rosa Freire d'Aguar. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.
- GABAY, Eliana. El “fantasma” de Prebisch: el Ilpes entre 1963 y 1969. In: PEREYRA, Diego (Comp.). *El desarrollo de las ciencias sociales: tradiciones, actores e instituciones en Argentina, Chile, México y Centroamérica*. San José: Flacso Costa Rica, 2010, p. 73-97.
- GALLARDO, Osvaldo. La institucionalización de las ciencias económicas en Chile: el caso del convenio Universidad Católica-Universidad de Chicago. *Revista de Historia de América*, n. 145, 2011, p. 77-101. <https://www.jstor.org/stable/24641973>. Acesso em: mar. 2025.
- GIOVANELLA, Lúcia. As origens e as correntes atuais do enfoque estratégico em planejamento de saúde na América Latina. *Cadernos de Saúde Pública*, v. 7, n. 1, p. 26-44, 1991. <https://doi.org/10.1590/S0102-311X1991000100004>.
- HODARA, Joseph. *Prebisch y la Cepal: sustancia, trayectoria y contexto institucional*. México, DF: El Colegio de México, 1987.
- KLÜGER, Elisa. *Meritocracia de laços: gênese e reconfigurações do espaço dos economistas no Brasil*. 2016. 855 f. Tese (Doutorado em Sociologia). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016. <https://doi.org/10.11606/T.8.2017.tde-06022017-113838>.
- KLÜGER, Elisa; WANDERLEY, Sérgio; BARBOSA, Alexandre de Freitas. The ECLA-BNDE Economic Development Centre and the training of a generation of development planners in Brazil. *Revista de la Cepal*, v. 2022, n. 136, 2022, p. 133-154. <https://doi.org/10.18356/16840348-2022-136-7>.
- LEMPÉRIÈRE, Annick. *Intellectuels, État et société au Mexique: les clercs de la nation (1910-1968)*. Paris: L'Harmattan, 1992.
- LOUREIRO, Maria Rita Garcia. *Os economistas no governo: gestão econômica e democracia*. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1997.
- LOVE, Joseph L. *A construção do Terceiro Mundo: teorias do subdesenvolvimento na Romênia e no Brasil*. Tradução de Patrícia Zimbres. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.

- MERKEL, Ian. *Termos de troca: intelectuais brasileiros e as ciências sociais francesas*. Tradução de Anouch Kurkdjian. São Paulo: Edusp, 2023.
- MICELI, Sérgio. Condicionantes do desenvolvimento das ciências sociais. In: MICELI, Sérgio (Org.). *História das ciências sociais no Brasil*. v. I. São Paulo: Vértice, 1989, p. 72-110.
- MORALES MARTÍN, Juan Jesús. *José Medina Echavarría: vida y sociología*. 2012. 855 f. Tesis (Doctorado en Sociología). Universidad Complutense de Madrid, 2012. <https://eprints.ucm.es/id/eprint/16362>. Acesso em: mar. 2025.
- MOYA LÓPEZ, Laura A. José Medina Echavarría y la Colección de Sociología del Fondo de Cultura Económica, 1939-1959. *Estudios Sociológicos*, v. 25, n. 75, 2007, p. 765-803. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/40421108>. Acesso em: mar. 2025.
- NAKHLÉ, Gabriela. *Elites tecnocráticas en la política económica argentina, 1913-1949*. 2011. 215 f. Tesis (Maestría en Historia). Departamento de Estudios Históricos y Sociales, Universidad Torcuato Di Tella, Buenos Aires, 2011. Disponível em: https://www.utdt.edu/listado_contenidos.php?id_item_menu=25335.
- NERCESIAN, Inés. Ideas, pensamiento y política en Argentina, Brasil, Chile y Uruguay, entre los cincuenta y los sesenta. *Trabajo y Sociedad*, n. 19, 2012, p. 393-415. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=387334691026>. Acesso em: mar. 2025.
- OLVERA SERRANO, Margarita. *Lucio Mendieta y Núñez y la institucionalización de la sociología en México, 1939-1965*. México, DF: Universidad Autónoma Metropolitana, Unidad Azcapotzalco; Miguel Ángel Porrúa, 2004.
- PEIXOTO, Fernanda. Franceses e norte-americanos nas ciências sociais brasileiras (1930-1960). In: MICELI, Sérgio (Org.). *História das ciências sociais no Brasil*. v. I. São Paulo: Vértice, 1989, p. 477-532.
- PLOTKIN, Mariano Ben. Notas para un análisis comparativo de la constitución del campo de los economistas en Argentina y Brasil. *Anuario IEHS*, v. 21, 2006, p. 467-494. Disponível em: <https://www.ides.org.ar/sites/default/files/attach/marianobenplotkin14.pdf>. Acesso em: mar. 2025.
- PLOTKIN, Mariano Ben; CARAVACA, Jimena. A economia entre crises: economia política e finanças na Universidade de Buenos Aires (1870-1900). *Tempo Social*, v. 21, n. 2, 2009, p. 87-108. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0103-20702009000200005>.
- POLLOCK, David H. Raúl Prebisch: the essence of leadership. In: DOSMAN, Edgar J. (Ed.). *Raúl Prebisch: power, principle, and the ethics of development*. Buenos Aires: BID-INTAL, 2006, p. 11-20.
- REYNA, José Luis. A institucionalização das ciências sociais no México. In: TRINDADE, Héglio (Org.). *As ciências sociais na América Latina em perspectiva comparada: 1930-2005*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2007, p. 69-93.
- RODRIGUES, Lidiane Soares. *A produção social do marxismo universitário em São Paulo: mestres, discípulos e “um seminário” (1958-1978)*. 2011. 565 f. Tese (Doutorado em História Social). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011. <https://doi.org/10.11606/T.8.2012.tde-05072012-164401>.
- RODRÍGUEZ, Octavio. *Teoría do subdesenvolvimento da Cepal*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1981.
- SALLUM JÚNIOR, Brasília. Notas sobre o surgimento da Sociologia Política em São Paulo. *Política & Sociedade*, v. 1, n. 1, 2002, p. 73-86. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/politica/article/view/4930/4289>. Acesso em: mar. 2025.
- SOLA, Lourdes. *Ideias econômicas, decisões políticas: técnicos e políticos no governo da economia*. São Paulo: Edusp, 2023.
- SORÁ, Gustavo. *Editar desde la izquierda en América Latina: la agitada historia del Fondo de Cultura Económica y de Siglo XXI*. Buenos Aires: Siglo XXI Editores, 2017.
- URQUIDI, Víctor L. Jorge Ahumada (1917-1965). *El Trimestre Económico*, v. 34, n. 133(1), p. 3-10, 1967. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/20855909>. Acesso em: mar. 2025.

A formação transnacional da teoria da dependência

[*The transnational formation of dependency theory*]

Flores Giorgini^I

RESUMO • O conjunto de análises e reflexões chamado de teoria da dependência é hoje considerado uma das principais contribuições latino-americanas para o campo das ciências sociais ocidentais, tendo se tornado, desde 1980, a categoria histórica por excelência para definir um conjunto heteróclito de ideias e um grupo de autores latino-americanos conhecidos como dependentistas. No entanto, seu estatuto teórico foi desde sempre questionado pelos críticos desse movimento intelectual. Ao retratar a história da noção de teoria da dependência a partir dos escritos de Fernando Henrique Cardoso, este artigo tem o objetivo de mostrar seu caráter transnacional e refletir sobre o contraste que existe entre a aparência de unidade sugerida por essa expressão e a heterogeneidade que na realidade a caracteriza. • **PALAVRAS-CHAVE** • Teoria da dependência; escola da dependência;

Fernando Henrique Cardoso. • **ABSTRACT** • The set of analyses and reflections known as the dependency theory is today considered one of the main Latin American contributions to the field of Western social sciences, having become, since 1980, a historical category par excellence for defining the work and the ideas of the group of Latin American authors known as dependency theorists. However, its theoretical status has always been questioned by critics of this intellectual movement. By retracing the history of the notion of dependency theory, through the writings of Fernando Henrique Cardoso, this article aims to highlight its transnational character and the contrast between the appearance of unity suggested by this term and the heterogeneity that actually characterizes it. • **KEYWORDS** • Dependency theory; dependency school; Fernando Henrique Cardoso.

Recebido em 16 de dezembro de 2024

Aprovado em 10 de março de 2025

GIORGINI, Flores. A formação transnacional da teoria da dependência. *Rev. Inst. Estud. Bras.* (São Paulo), n. 90, 2025, e10737.



Seção: Dossiê

DOI: 10.11606/2316901X.n90.2025.e10737

^I Université Sorbonne Nouvelle (Paris, Île-de-France, França).

As with the liberal perspective, so with the dependency perspective: viewed from within, the differences among individual writers often seem great; viewed from without, they seem much smaller. (PACKENHAM, 1992, p. 27).

O conjunto de análises e reflexões chamado de teoria da dependência é hoje considerado uma das principais contribuições latino-americanas para o campo das ciências sociais ocidentais. Elaborada a partir da segunda metade dos anos 1960, essa teoria alcançou rapidamente o sucesso internacional na década seguinte, quando seus principais postulados se tornaram matéria de debate em vários círculos intelectuais ao redor do mundo (RODRIGUES, 2022; RUVITUSO, 2020a, 2020b; DEVÉS-VALDÉS, 2004; 2006). No primeiro estudo sobre a difusão das discussões a respeito da dependência para além das fronteiras latino-americanas, os economistas Blomström e Hettne (1984, p. 2) definem a “*dependency theory*” como uma “*export commodity*” da “escola latino-americana da dependência”. Como se vê, desde 1980, a teoria da dependência se tornou a categoria histórica por excelência para definir a produção do grupo de autores latino-americanos conhecidos como dependentistas. Ainda hoje ela continua sendo amplamente utilizada, tanto em português quanto em inglês ou espanhol, nos estudos que se referem a esse movimento intelectual (KATZ, 2019; OLIVEIRA; KVANGRAVEN, 2023; WASSERMAN, 2017).

No entanto, seu estatuto teórico foi desde sempre questionado pelos críticos desse movimento intelectual. Em um artigo de 1971, republicado em 2010, o cientista político João Quartim de Moraes (2010, p. 24) já apontava para as “ambiguidades e o ecletismo teórico que se escondem atrás dessa expressão [dependência] sobre a qual a primeira certeza é a de que está na moda”. Nessa mesma linha, vários autores

sublinharam a heterogeneidade das concepções e contribuições dos autores que participaram da construção da “teoria social” do “dependentismo” (BEIGEL, 2014, p. 73; KAY, 2011, p. 126). Ao retratar a história da noção de teoria da dependência a partir dos escritos de Fernando Henrique Cardoso, este artigo tem o objetivo de demonstrar seu caráter transnacional e refletir sobre o contraste que existe entre sua aparência de unidade e a heterogeneidade que na realidade a caracteriza. Depois de uma apresentação da “escola latino-americana da teoria dependência”, nós analisaremos mais detalhadamente a contribuição de Fernando Henrique Cardoso para o surgimento dessa ideia. A evolução da reflexão do sociólogo brasileiro sobre o tema é particularmente interessante por seu esforço tanto em transformar o “conceito” ou a “noção” de dependência em uma “teoria” quanto por refletir parte dos numerosos embates que contrariaram esse projeto na hora em que a discussão intelectual sobre a atualidade latino-americana ganhava uma dimensão global. Além disso, os textos de Cardoso permitem retratar a difusão das discussões sobre a dependência para além do seu contexto de origem e acompanhar o processo que transformou a teoria da dependência num “produto de exportação” de fama internacional.

A “ESCOLA DA DEPENDÊNCIA” EM SANTIAGO

Ao percorrer a extensa bibliografia produzida a partir do começo dos anos 1970 sobre a perspectiva da dependência latino-americana, o leitor logo percebe que essas ideias surgiram de um grupo reduzido de acadêmicos. De um ponto de vista mais amplo, o grupo dos “dependentistas” teria chegado a ser composto de “uns trinta cientistas sociais” (BEIGEL, 2014, p. 79). No entanto, a leitura das principais sínteses produzidas até hoje sobre esse movimento intelectual nos permite apontar para sete nomes em particular: Vânia Bambirra, Fernando Henrique Cardoso, Enzo Faletto, André Gunder Frank, Ruy Mauro Marini, Theotônio dos Santos e Oswaldo Sunkel (BLOMSTRÖM; HETTNE, 1984; BRESSER-PEREIRA, 2010; CHILCOTE, 1974; HUNT, 1989; KAY, 2011; LOVE, 1998; MANTEGA, 1997; PACKENHAM, 1992; PALMA, 1978). Na verdade, se consideramos que a principal contribuição de Faletto para o debate sobre a dependência foi o livro que ele escreveu com Cardoso na segunda metade dos anos 1960, e que foi publicado pela primeira vez em espanhol em 1969 sob o título *Dependencia y desarrollo en América Latina*, podemos reduzir esse número a seis. Há ainda outro autor na fronteira desse grupo de cientistas sociais, oscilando entre os dependentistas e a “escola estruturalista” ligada à Comissão Econômica para a América latina (Cepal): trata-se do economista brasileiro Celso Furtado, que, segundo Joseph L. Love (1998, p. 359), foi “o primeiro dos analistas da dependência latino-americanos”. São esses, segundo Blomström e Hettne (1984, p. 56-78), os autores que compõem a “escola da dependência”.

Se retomamos a ideia de uma escola de pensamento, podemos considerar que ela deveria se caracterizar por pelo menos três elementos: um contexto histórico e um espaço físico que permitem o encontro de seus membros; uma geração que compartilha um conjunto de referências intelectuais e culturais comuns; um mestre ou alguma estrutura institucional capaz de orientar reflexões desenvolvidas por seus membros, e eventualmente um canal de difusão dessas ideias.

O núcleo histórico em torno do qual se constitui o movimento intelectual da dependência é o contexto latino-americano do começo dos anos 1960, marcado pelo esgotamento do modelo de industrialização por substituição de importações. Além disso, todos os dependentistas brasileiros vivem intensamente a crise política e econômica pela qual passa a sociedade brasileira a partir do fim dos anos 1950, e que iria se agravar com a renúncia de Jânio Quadros em 1961, seguida do golpe civil-militar de março de 1964 (CARDOSO, 2006, p. 57-75; FRANK, 1991, p. 30-43; FURTADO, 2014, p. 318-390; MARINI, 2011, p. 61-65). A chegada dos militares ao poder põe um termo à agenda de democratização implementada durante o governo João Goulart, através das chamadas “reformas de base”, e desmancha as esperanças de parte da intelectualidade de esquerda de assistir ao surgimento da nação imaginada durante o desenvolvimento eufórico do Brasil na década anterior. A vitória das forças golpistas em 1964 significa também a crise da opção reformista como caminho viável para vencer o sub-desenvolvimento e alcançar uma sociedade mais inclusiva no plano socioeconômico.

Quanto ao espaço físico em que surgiu a “escola da dependência”, podemos dizer que ela se constituiu principalmente em Santiago do Chile, com a chegada dos dependentistas após o golpe de 1964. O primeiro a chegar foi o estadunidense Gunder Frank, que, após uma passagem pelo Brasil, decide se mudar para a capital chilena antes mesmo que o regime militar forçasse boa parte dos autores brasileiros a tomar o caminho do exílio. Frank havia lecionado na Universidade de Brasília em meados de 1963, onde se aproximara de Theotônio dos Santos, Ruy Mauro Marini e Vânia Bambirra. Em seguida, passou alguns meses no Centro de Investigação em Ciências Sociais da Unesco, no Rio de Janeiro, antes de assinar um contrato de um mês para integrar, no começo de 1964, a Divisão de Assuntos Sociais da Cepal em Santiago (FRANK, 1991, p. 34-40). Ali Frank esteve em contato com Faletto, que leu e comentou a primeira versão do seu texto sobre a história do desenvolvimento econômico do Chile, que se tornaria o primeiro capítulo do livro *Capitalism and underdevelopment in Latin America*, publicado em 1967 pela Monthly Review Press.

É o próprio Frank (1991, p. 43) quem recebe, no aeroporto de Santiago, o futuro parceiro de Faletto na redação do livro *Dependencia y desarrollo*. Cardoso chega à capital chilena a convite da Cepal e para escapar das perseguições políticas do governo militar (CARDOSO, 2006, p. 86). Ali o sociólogo reencontra Celso Furtado e Francisco Weffort, seus compatriotas e novos colegas na Cepal, com os quais divide um apartamento. Os três parceiros de exílio começam a colaborar com Faletto no Instituto Latino-Americano de Planejamento Econômico e Social (Ilpes), que tinha sido criado dentro da Cepal em 1963, sob a direção do sociólogo espanhol José Medina Echavarría (FALETTTO, 2007, p. 198). O livro *Dependencia y desarrollo en América Latina* (CARDOSO, FALETTTO, 1975) nasce durante as reuniões periódicas organizadas dentro do Ilpes e continuadas noite adentro em volta de umas taças de vinho na casa dos três brasileiros (FALETTTO, 2007, p. 200; p. 203). De fato, a partir de junho de 1964, Celso Furtado (2014, p. 410) torna-se responsável de um seminário que acontece todas as quartas-feiras, cujo objetivo é realizar uma “releitura crítica dos textos ‘clássicos’ da Cepal”, que ele tinha inclusive contribuído a redigir na década anterior. No que diz respeito a *Dependencia y desarrollo en América Latina* (CARDOSO, FALETTTO, 1975), que se inspira nessa discussão intensa das ideias cepalinas a partir da realidade

contemporânea da América Latina, Cardoso relata, de acordo com Love (1998, p. 444), que ele teria redigido a parte mais teórica do livro, enquanto Faletto teria tratado dos estudos de caso a partir da história dos países latino-americanos.

Frank e Cardoso já tinham se conhecido em São Paulo em 1963, em volta de uma das mesas-redondas organizadas durante a reunião da Sociedade Antropológica Brasileira (FRANK, 1991, p. 40). No entanto, logo após a chegada de Cardoso a Santiago, Frank vai dar aulas na Escola Nacional de Economia da Universidad Nacional Autónoma de México (Unam), aonde chega a tempo para receber Ruy Mauro Marini no começo de 1965 (MARINI, 2011, p. 65). Apesar da nova e temporânea distância, pois Frank voltará para a capital chilena em 1968, ele não perde o contato com os brasileiros residentes no Chile, com quem continua a se encontrar durante as férias.

Aliás, a lista dos dependentistas residentes na capital chilena não para de crescer a partir de 1965, pois em 1966 chegam também Theotônio dos Santos e sua esposa, Vânia Bambirra, que integram o Centro de Estudos Socioeconômicos (Ceso) da Faculdade de Economia da Universidade do Chile. Em seguida, em 1970, Marini vem completar o grupo após ter sido forçado a abandonar seu cargo de professor de relações internacionais na Unam (MARINI, 2011, p. 81; SANTOS, 1994, p. 29).

Assim, é em Santiago que todos esses autores passam boa parte dos “anos produtivos do dependentismo (1964-1973)” (BEIGEL, 2014, p. 79), discutindo os artigos, livros e textos mimeografados que circulam abundantemente dentro e fora dos principais institutos de pesquisa e universidades da capital (BAMBIRRA, 1978, p. 23), sobretudo entre o Ilpes e o Ceso (CARDOSO, 1977, p. 11). Além disso, é na capital chilena, o “centro cultural e intelectual” (CARDOSO, 2006, p. 89) da região na época, e graças ao convívio com outros latino-americanos que trabalham nessas instituições, que boa parte dos acadêmicos brasileiros descobre o próprio continente.

As intensas trocas intelectuais transnacionais são reforçadas pela experiência comum do exílio, que aproxima de forma inédita esses acadêmicos (CARDOSO, 2006, p. 88). A “escola da dependência” é inseparável dessa condição peculiar vivida pelos membros brasileiros que estimula, de um lado, a formulação de uma nova imagem da terra de origem e, de outro, a reinterpretação da história em função da distância imposta pelo tempo presente, que permite olhar de forma objetiva para o passado nacional (SZNAJDER; RONIGER, 2009, p. 23). Redirecionando de forma radical a trajetória de vida de um indivíduo, o exílio obriga a abrir mão da própria cotidianidade – as antigas ocupações e os círculos sociais habituais – ao mesmo tempo que abre novas portas. Como explicam os cientistas políticos Mario Sznajder e Luis Roniger (2009, p. 22): *“Although [...] being an exile is constraining in the short term, it also entails new openings in the transnational and international arena, rooted in the daily confrontation and exposure to new environments, institutions, and ideas”*. Assim, segundo Marini (2011, p. 64), o fim forçado das militâncias políticas de intelectuais brasileiros após março de 1964 abre espaço para uma dedicação exclusiva à pesquisa acadêmica e ao desenvolvimento teórico das ideias sobre a dependência que tinham começado a surgir no período anterior.

Nascidos entre 1929 e 1936, com exceção de Furtado, que nasceu quase uma década antes, os dependentistas pertencem a uma geração que forja seu pensamento nas novas faculdades de ciências sociais brasileiras, nas quais a questão do

desenvolvimento nacional é amplamente debatida. Suas formações acadêmicas se deram num período importante da história intelectual brasileira, marcado pela institucionalização do ensino e da pesquisa em sociologia, economia, ciência política e antropologia nas universidades brasileiras criadas a partir da década de 1930 (ALMEIDA, 1989; ARRUDA, 1989; LIMONGI, 1989a, 1989b; MICELI, 1989). É importante sublinhar que estas considerações não se aplicam ao caso de Gunder Frank, que fez toda sua formação nos Estados Unidos, defendendo sua tese, inclusive, na Universidade de Chicago.

Nesse sentido, os dependentistas podem ser considerados o produto do processo de aclimação das ciências sociais de matriz ocidental no contexto brasileiro. De fato, essa geração realizou sua formação acadêmica no momento em que a produção local em ciências sociais cresceu de forma exponencial, isto é, entre 1930 e 1960. Além dos clássicos das ciências sociais (Max Weber, Georges Gurvitch, Sartre, Emile Durkheim, Adam Smith, Ricardo, Franz Boas, Lévi-Strauss etc.), eles também leram de forma aprofundada as obras produzidas pelas primeiras gerações de cientistas sociais brasileiros, como Florestan Fernandes, Guerreiro Ramos, Hélio Jaguaribe, Ignácio Rangel, Caio Prado Jr. etc., autores que colocavam a realidade brasileira e seu desenvolvimento histórico no centro das próprias reflexões (SANTOS, 1994, p. 15-18).

Inspirados em seus mestres, os dependentistas dedicam seus esforços acadêmicos à análise da realidade social, política e econômica brasileira e latino-americana. F. H. Cardoso, por exemplo, formado na escola de sociologia de São Paulo, iniciada por Florestan Fernandes na Universidade de São Paulo (USP), redige uma tese sobre a escravidão e o capitalismo no sul do país antes de se interessar pelas elites industriais brasileiras (FUNDAÇÃO FHC, [s.d.], p. 72). Theotônio dos Santos, formado em ciências sociais na Universidade Federal de Minas Gerais antes de integrar a nova Universidade de Brasília, fundada em 1962, dedica seu mestrado ao estudo da classe dominante brasileira (SANTOS, 1994, p. 24).

Os seminários de leitura do *Capital* de Marx organizados em várias capitais brasileiras, como em Brasília ou em São Paulo, durante a primeira metade dos anos 1960, também são fundamentais para a formação da maioria dos dependentistas brasileiros (SANTOS, 1994, p. 17). Essas iniciativas correspondem à fase de “penetração em larga escala” do marxismo nas universidades latino-americanas, apontada por Michel Löwy (2016, p. 49). Aliás, esse espaço de discussão marxista foi transplantado para Santiago pelos exilados brasileiros, chegando a reunir a maior parte dos dependentistas brasileiros até se tornar, segundo Cardoso, um verdadeiro “*think-tank*” frequentado pelos líderes pró-democratas de passagem pela capital chilena –como o antigo presidente Jânio Quadros (CARDOSO, 2006, p. 92; SANTOS, 1994, p. 17).

Assim, a teoria da dependência tem suas raízes conceituais na teoria marxista², mas também no pensamento econômico produzido na Cepal, cujos principais conceitos são integrados pela maioria dos dependentistas de forma crítica a fim de pensar as transformações vividas pelas sociedades latino-americanas na contemporaneidade (BAMBIRRA, 1978, p. 15-17; KAY, 2019, p. 18). Ela cristaliza o desejo de uma geração de cientistas sociais de decifrar a persistência dos males do

2 A influência do marxismo nas obras de Cardoso, Frank e Marini foi variável. Ver a respeito: Love (1998, p. 451-455).

subdesenvolvimento na América Latina, apesar da intensa industrialização vivida pela região na década anterior.

Além disso, é importante lembrar que os dependentistas desenvolvem suas reflexões como uma resposta crítica às teorias do desenvolvimento produzidas por autores norte-americanos, como Walt W. Rostow, por exemplo, autor de *The stages of economic growth*, livro publicado em 1960 que alcançou rapidamente o sucesso mundial, tornando-se uma espécie de bíblia do desenvolvimento. Esses autores interpretam o desenvolvimento como um processo unilinear caracterizado pela transição dos países subdesenvolvidos a uma etapa superior de produção econômica até alcançara modernidade, encarnada pelos países “desenvolvidos” (KAY, 2019, p. 15-16). Os dependentistas consideram, ao contrário, que o desenvolvimento e o subdesenvolvimento são na realidade duas faces da mesma moeda, constituída pelo sistema capitalista mundial. Dito de outra forma, na visão dos autores latino-americanos, os países subdesenvolvidos não representam o passado dos países desenvolvidos, mas sim o produto da evolução do sistema capitalista nas periferias, onde as experiências do colonialismo e do imperialismo têm um papel fundamental.

Apesar desses elementos comuns às trajetórias dos *dependentistas* brasileiros, a ideia de uma “escola da dependência” continua sendo bastante problemática. De fato, a maioria dos críticos posteriores mencionados no começo deste artigo aponta para as múltiplas diferenças interpretativas que existem entre os principais autores da dependência. De forma esquemática, podemos identificar pelo menos dois enfoques dentro da escola latino-americana: um estruturalista (ou não marxista), nascido dentro do Ilpes, e outro marxista, que surge no contexto da equipe de pesquisa sobre a dependência criada no Ceso por Theotônio dos Santos (KAY, 2019, p. 18; LOVE, 1998, p. 460).

Ainda mais complicado é falar numa teoria da dependência, como reconhecemos próprios autores que utilizam a categoria “escola da dependência” (BEIGEL, 2014, p. 73; BLOMSTRÖM; HETTNE, 1984, p. 77; LOVE, 1998, p. 460). Em seu estudo, Love (1998, p. 460) apresenta a dependência como uma “escola” para “fins de exposição histórica” e por causa do “amplo acordo” em torno de algumas “proposições definidoras”, como a aceitação da ideia do capitalismo como sistema dividido entre um centro desenvolvido e uma periferia subdesenvolvida ou a abordagem histórica da dependência latino-americana. No entanto, o autor mostra também que essas ideias não são próprias aos dependentistas, mas gozam, ao contrário, de longa tradição no pensamento social latino-americano. Além disso, ele reconhece que existe “uma óbvia discrepância entre as versões não marxistas e marxistas”, assim como “diferenças entre os próprios teóricos marxistas” (LOVE, 1998, p. 460).

Blomström e Hettne (1984, p. 77) explicam, por sua vez, numa nota de rodapé de *Development theory in transition*, terem adotado a expressão “*dependency school*” para se referir à produção dos dependentistas por considerá-la mais “neutra” em relação às outras duas que circulavam no final dos anos 1970, isto é, “*dependency paradigm*” e “*dependency theory*”. Esta última sendo a mais problemática, uma vez que, segundo os autores, os dependentistas receberam seus “impulsos teóricos de fontes diferentes”.

Para Beigel (2014, p. 73), que retoma a ideia de “escola” diretamente dos dois economistas suecos, a expressão “teoria da dependência” é problemática pois “unifica o que, de fato, constituía um conjunto de múltiplos enfoques analíticos” que “nunca

chegaram a constituir uma única teoria sistemática”. Para a socióloga argentina, “levando em consideração as polêmicas, as críticas e as ‘anticríticas’, podemos afirmar que o foco dependentista surgiu [...] não como uma teoria, mas como um *problema teórico*” (2014, p. 78).

Essas considerações revelam o principal limite da ideia de uma “escola da dependência”: a falta de um elemento unificador no conjunto das reflexões produzidas pelos acadêmicos reunidos em Santiago. Tomemos o exemplo da “escola de Frankfurt”, categoria histórica que se refere ao grupo de filósofos e cientistas sociais que participaram da experiência que se desenvolveu em torno do Institut für Sozialforschung, em Frankfurt, no começo dos anos 1930. A partir da reconstrução histórica proposta pelo filósofo Enrico Donaggio, podemos considerar que essa escola se constituiu em torno de dois pilares: o projeto de uma “teoria crítica da sociedade”, apresentada pelo filósofo alemão e novo diretor do Institut a partir de 1931 Max Horkheimer; a revista *Zeitschrift für Sozialforschung*, em que o grupo publicou seus trabalhos entre 1932 e 1941. Donaggio (2005, p. XIV – tradução nossa) considera que essa publicação foi a “única dimensão em que talvez tenha efetivamente existido uma ‘escola de Frankfurt’”.

Comparando a escola alemã com a “escola da dependência”, podemos observar como neste último caso falta tanto uma figura catalisadora, seja do professor, seja do mentor, quanto um meio, como uma revista, capaz de canalizar e difundir as contribuições dos dependentistas. Os membros da “escola latino-americana” compartilham o mesmo contexto histórico, pertencem quase todos à mesma geração, se cruzam, se leem e se criticam, dando vida a um intenso debate sobre a atualidade latino-americana, mas, como os alunos sem o professor, eles não conseguem chegar a um acordo para realizar um projeto intelectual coletivo. Em vez disso, partindo de um núcleo comum, cada um deles desenvolveu suas próprias reflexões em direções distintas, criando uma multiplicidade de interpretações sobre a complexa realidade latino-americana da época. Contudo, foi dentro dessa dinâmica intelectual fragmentada que apareceu a ideia de uma teoria da dependência.

UM DEBATE TRANSNACIONAL SOBRE O ESTATUTO TEÓRICO DA DEPENDÊNCIA

Vários pesquisadores apontaram para a multiplicidade de fatores históricos e intelectuais que possibilitaram o desenvolvimento da teoria da dependência, desde a influência da “escola estruturalista” e das “teorias do imperialismo” (KAY, 2019, p. 18; LOVE, 1998, p. 427-461) até a dinâmica de trabalho dentro do Ilpes (GARCIA JR., 2005, p. 546-547; KLÜGER, 2017, p. 299-302). Se considerarmos a teoria da dependência como o conjunto de análises desenvolvidas *grosso modo* entre 1964 e 1973 sobre a realidade latino-americana compreendida dentro do sistema capitalista, podemos concordar com Santos (1994, p. 31) quando afirma que ela “foi um produto coletivo”. Tal interpretação é aliás compartilhada por Cardoso (1977, p. 8), que fala do “paradigma” da dependência como fruto de uma “*complex discussion among persons, institutions and groups, which in the modern world are located in different countries*”.

No entanto, o que nos interessa aqui é tentar retratar as origens da ideia mesmo

de uma teoria da dependência. A partir dessa perspectiva, é possível observar que os diferentes autores da dependência não contribuíram da mesma forma para a concepção dessa categoria histórica. Assim, por exemplo, no que diz a respeito à obra de Frank, o professor Cristóbal Kay (2011, p. 157) sublinha que, apesar do seu grande sucesso internacional e do fato de ele ser considerado como o principal representante dessa “teoria” fora do espaço latino-americano, não é possível considerá-lo como um “*dependency writer par excellence*”. Para Kay (2011, p. 155-156), o economista norte-americano de origem alemã não foi mais do que um “*relectutant and short-lived dependentista*”, sendo que em seus primeiros escritos, e até o começo dos anos 1970, Frank nem sequer utiliza o termo “dependência”, preferindo o binômio “*the development of underdevelopment*” para se referir à história do desenvolvimento latino-americano.

No final dos anos 1970, momento em que a produção dos dependentistas está na mira dos refletores internacionais, Cardoso (1976, p. 816, n. 1) atribui a paternidade da teoria da dependência a Theotônio dos Santos, autor do artigo “The structure of dependency”, publicado em maio de 1970 na *American Economic Review*; e a maternidade a Vânia Bambirra. Esses dois autores, junto com outros “americanos”, teriam se arriscado, para Cardoso (1976, p. 816 – tradução nossa), na “criação de uma ‘teoria’”.

Cardoso esquece, no entanto – ou deixa de mencionar –, sua própria contribuição para o debate em torno da dimensão teórica da dependência através de dois artigos publicados no começo da década de 1970, logo após a publicação do seu livro com Faletto, em 1969. Trata-se de “Teoría de la dependencia análisis concreto de situaciones de dependencia?”, apresentado pela primeira vez em 1970; e de “Notes sur l’état actuel des études sur la dépendance”, de 1972. Os dois textos, apresentados primeiramente para um público internacional, ganham uma versão em português na revista do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (Cebap), fundado por Cardoso em 1969 (FUNDAÇÃO FHC, [s.d.]a, p. 22-23).

Com relação ao primeiro texto, é importante sublinhar que existe uma discrepância quanto ao momento em que teria sido apresentada sua primeira versão. Segundo a “bibliografia de FHC” fornecida pela Fundação FHC ([s.d.]a), o texto em questão teria sido apresentado primeiramente em 1970 na ABIIS, no México, antes de ser republicado no primeiro número da revista *Estudos Cebap*, sob o título “‘Teoria da dependência’ ou análises concretas de situações de dependência?”, em 1971 (FUNDAÇÃO FHC, [s.d.]a, p. 22). No entanto, na nota de rodapé da primeira página da versão de 1971, consta que o texto foi “apresentando no 2º Seminário Latinoamericano para el Desarrollo (promovido pela Flacso, sob o patrocínio da Unesco em novembro de 1970, Santiago, Chile)”, isto é, sem nenhuma referência ao evento mexicano (CARDOSO, 1971, p. 26). Na mesma nota de rodapé é também explicado que o texto apresentado em *Estudos Cebap* é a resposta de FHC à comunicação “Notas sobre a teoria da dependência: teoria de classe ou ideologia nacional?”, feita pelo colega e amigo Weffort, que também participara do evento chileno. Aliás, as duas apresentações são publicadas uma seguida da outra, um ano mais tarde, no mesmo número da revista do Cebap.

É interessante observar que o título do ensaio ganha um ponto de interrogação na versão da revista do Cebap, colocando as certezas do início em discussão. De fato, na primeira versão apresentada no México, o título da apresentação sugere que a

teoria da dependência equivale às “análises concretas de situações de dependência”, ao passo que, na versão publicada em *Estudos Cebrap*, o ponto de interrogação do título parece indicar, já de partida, uma oposição entre a teoria da dependência e as “análises concretas”, oposição essa reforçada pela conjunção “ou” posta entre os dois termos da frase. Isso pode sugerir que o autor passou de uma postura afirmativa, que tentava explicitar o que seria uma teoria da dependência, para uma postura mais hesitante, que questiona a ideia mesmo de teoria da dependência. Seja como for, o fato é que Cardoso estava refletindo sobre a dimensão teórica da dependência desde a publicação de seu livro com Faletto em 1969.

Voltando ao debate entre os dois acadêmicos, a intenção de Weffort (1971, p. 3), na comunicação apresentada no seminário de 1970, era questionar a “ideia de ‘dependência’”, tão comum na época, para entender qual é o “estatuto teórico” desse “novo conceito”. Weffort constrói sua crítica a partir de um diálogo com dois textos em particular: *Dependencia y desarrollo en América Latina*, de Cardoso e Faletto (1975), e *Capitalism and underdevelopment in Latin America*, de Andre Gunder Frank (1967). Para ele, a ampla difusão da “noção” de “dependência” poderia estar ligada à sua “imprecisão como conceito”. O que mais o preocupa é o risco desse conceito se tornar uma ideologia que, em vez de esclarecer a realidade latino-americana, teria antes confundido o observador.

Weffort (1971, p. 7) considera que uma das “ambiguidades teóricas” da noção de dependência estaria em sua incapacidade de esclarecer as relações entre as categorias de “nação” e de “classe social”. A partir de uma perspectiva marxista, Weffort critica os “teóricos da dependência” por terem feito da nação um “princípio teórico” explicativo comparável à noção de classe social, chegando a fazer da dominação internacional o princípio central para explicar a situação de dependência. Para o crítico brasileiro, se os teóricos da dependência quisessem fazer da “teoria da dependência” uma “perspectiva global”, eles deveriam primeiramente resolver essa ambiguidade numa “perspectiva de classe” e abandonar a dimensão nacional como princípio analítico da situação de dependência (WEFFORT, 1971, p. 13-24). E é justamente nesse texto de Weffort que ocorre uma das primeiras aparições do termo “teoria da dependência” para definir o trabalho dos chamados “teóricos da dependência”.

A essas críticas, Cardoso (1971, p. 32) responde que nunca foi sua intenção transformar a noção de dependência num conceito geral, pois “pretender elevar a noção de dependência à categoria de conceito totalizante é um *non sens*”. Para ele, “rigorosamente não é possível pensar numa ‘teoria da dependência’” que se situaria no mesmo plano de uma teoria das classes, pois “a dependência [...] não é mais do que a expressão política, na periferia, do modo de produção capitalista quando este é levado à expansão internacional” (CARDOSO, 1971, p. 32). Assim, a dependência seria mais uma “perspectiva” capaz de deslocar a explicação do “plano simplista do condicionante externo sobre o interno para uma concepção mais integrada do relacionamento das partes que compõem o sistema capitalista internacional” (CARDOSO, 1971, p. 31). Para Cardoso (1971, p. 30), a “utilidade e a significação teórica da noção de dependência” estariam na sua capacidade de incluir, no plano conceitual, as particularidades dos países latino-americanos no quadro mais amplo da história da expansão do sistema capitalista.

Cardoso (1971, p. 38) retoma em seguida as observações de Weffort quanto às relações entre a “teoria da dependência” e a “teoria do imperialismo” leninista, para dizer que, segundo ele, é claro que “não existe uma teoria da dependência independentemente da teoria do imperialismo”. No entanto, Cardoso sublinha também que ele considera “*insuficiente*” a “teoria leninista do imperialismo” para “explicar o que ocorre nas situações contemporâneas de dependência que se dão em países cuja industrialização se faz sob controle do capital financeiro internacional” (CARDOSO, 1971, p. 42). De fato, o foco de Lenin teria sido as potências imperialistas do final do século XIX e começo do século XX, ou seja, uma realidade que já não corresponderia mais à atualidade. Assim, a “perspectiva da dependência” teria surgido como um complemento à teoria imperialista para “reelaborar” a teoria leninista “de modo a mostrar como se dá a acumulação de capitais quando se industrializa a periferia do sistema capitalista internacional” (CARDOSO, 1971, p. 37).

Esse debate entre Cardoso e Weffort³ é tão central para discutir “o estatuto teórico da noção de dependência”, que o cientista político João Quartim de Moraes resolve tomá-lo como ponto de partida para sua apresentação de 1971, em Genebra, na qual observa como, apesar de recusar a ideia de uma “teoria”, Cardoso continua a considerar a “dependência” como um “conceito” (ou “noção”), o que implicaria, segundo ele, necessariamente uma “teoria”.

Desse ponto de vista, para Moraes (2010, p. 24-25), a linha de defesa adotada por Cardoso frente aos ataques teóricos de Weffort não resolve em nada as questões colocadas pelo “projeto de uma teoria ou de um conceito da dependência” idealizado pelo autor desde *Dependencia y desarrollo en América Latina* (CARDOSO, FALETTTO, 1975). De fato, é no livro de 1969 que Cardoso e Faletto constroem os alicerces de uma reflexão teórica e metodológica em torno do “conceito” de dependência, ao qual eles se referem nessa época como um “instrumento teórico para acentuar tanto os aspectos econômicos do subdesenvolvimento, quanto os processos políticos de dominação de uns países por outros, de uma classe sobre as outras, num contexto de dependência nacional” (CARDOSO; FALETTTO, 2010, p. 179-180).

Enfim, a partir do debate entre Cardoso e Weffort, Moraes (2010, p. 26) considera que é possível chegar a uma “primeira delimitação do campo da ‘teoria’ da dependência: ela seria ‘o outro lado’ da teoria do imperialismo”, isto é, a outra face da mesma medalha. Assim, a teoria da dependência resultaria de uma “escolha teórica” por parte de Cardoso e Faletto, que colocaria o “país dominado” no centro das análises a fim de estudar, do seu ponto de vista, “a dominação imperialista” (MORAES, 2010, p. 26).

Moraes observa também como o próprio Cardoso contribui a confundir o leitor com suas “hesitações” em definir exatamente qual seria o lugar da dependência dentro da teoria do imperialismo. De fato, o cientista político sublinha que para Lenin, citado pelo próprio Cardoso, a dependência seria “a situação específica dos países juridicamente independentes, mas economicamente dominados” (MORAES, 2010, p. 27). Mas essa não é a concepção de dependência que se encontra no livro

3 É importante precisar que o texto de FHC e o de Weffort, antes de aparecerem na revista *Estudos Cebrap* em 1971, foram publicados juntos na *Revista Latinoamericana de Ciencia Política* (v. 1, n. 3) em 1970. Essa é a versão citada por Moraes em seu artigo.

de Cardoso e Faletto, que utilizam o termo para se referir tanto aos países latino-americanos “juridicamente independentes” quanto aos territórios colônias politicamente dependentes.

Cardoso volta a esse debate em setembro de 1972, numa apresentação em Dakar, no Senegal, na ocasião da *Conférence sur les Stratégies de Développement Afrique vs Amérique Latine*, organizada pelo economista franco-egípcio Samir Amin, que nessa época dirigia o *Institut africain de développement économique et de planification* (Idep) (NATIONS UNIES..., 1971). O texto é republicado em 1973 sob o título “Notas sobre o estado atual dos estudos sobre a dependência”. Participam dessa conferência também Gunder Frank e Mauro Marini, que apresenta seu texto “Dialética da dependência” (OLIVEIRA; KVANGRAVEN, 2023, p. 1689).

Em a sua apresentação, Cardoso (1973, p. 31-41) começa retrazando a “história intelectual do conceito de dependência” desde os escritos de Lenin e Trotsky até as análises mais recentes, que ele reconhece serem marcadas por “certo ecletismo”. Em seguida, ele retoma a discussão sobre “o *status* teórico da ideia de dependência” (CARDOSO, 1973, p. 49-53) respondendo às críticas de Moraes, e reconhecendo sua “hesitação” diante da “ideia de dependência”, à qual ele tem se referido com termos variados como “noção, conceito, ‘teoria’” (CARDOSO, 1973, p. 50). Retomando o debate com Weffort, Cardoso (1973, p. 50) esclarece mais uma vez que ele não considera possível situar a “categoria” de dependência no mesmo nível teórico dos conceitos que constituem o cerne da “teoria do capitalismo”, tais como “mais-valia, expropriação, acumulação etc.”. Todavia, é dentro da teoria marxista do capitalismo que ele situa a ideia de dependência. A partir dessas considerações preliminares ele afirma:

Isto posto, não há razão para negar a existência de um campo teórico próprio, embora limitado e subordinado à teoria marxista do capitalismo, no qual se inscrevam as análises sobre a dependência. E neste caso não há porque utilizar as aspas na expressão teoria. Existe, pois, a possibilidade de pensar-se na teoria da dependência sempre e quando ela se inscreva no campo teórico mais amplo da teoria do capitalismo ou da teoria do socialismo [...]. (CARDOSO, 1973, p. 51).

Em Dakar, Cardoso (1973, p. 52) libera a expressão teoria da dependência das aspas que a acompanhavam desde o debate com Weffort em Santiago para afirmar que ela seria um “complemento à teoria do imperialismo”. Dentro da teoria marxista, seu papel específico seria elucidar as relações entre os países dependentes e as potências imperialistas no sistema capitalista mundial. Todavia, Cardoso (1973, p. 52) parece ainda hesitante frente à sua criatura, pois fala também de uma “possível teoria da dependência” na frase anterior, antes de sublinhar a importância de não deixar de lado as “análises das situações específicas” ligadas às situações de dominação. Alguns anos mais tarde, o autor parece ter perdido todo o entusiasmo com relação à ideia de uma teoria da dependência depois do rumo que essa expressão tomou para além das fronteiras latino-americanas.

A TEORIA DA DEPENDÊNCIA VÍTIMA DE SEU SUCESSO

Após ter sido consagrada no IX Congresso Latino-Americano de Sociologia na Unam, no México, em novembro de 1969 (FRANK, 1991, p. 50; EL DIRECTOR, 1969, p. 759), a teoria da dependência ganha rapidamente o interesse de vários acadêmicos e intelectuais para além das fronteiras sul-americanas ao longo da década seguinte. No prefácio à edição inglesa de *Dependencia y desarrollo en América Latina* (CARDOSO, FALETTTO, 1975), escrita em 1976 e publicada em 1979, Cardoso e Faletto observam que: “*There are numerous discussions in the United States on the contributions and weakness of what has been called ‘dependency theory’. In Europe also, with perhaps less enthusiasm, these studies were subject to debate*”, acrescentando que, até no espaço africano, alguns autores “*influenced by Marxist analysis, and to some extent by Latin American thought on dependency, have also proposed models for the interpretation of African and Asian development*” (CARDOSO; FALETTTO, 1979, p. VII).

No entanto, no momento de maior difusão da teoria da dependência na cena internacional, Cardoso não se mostra mais tão entusiasta com essa ideia, muito pelo contrário. Em um artigo intitulado “The consumption of dependency theory in the US”, submetido à Third Scandinavian Research Conference on Latin America, organizada em Bergen, na Noruega, em junho de 1976 (BLOMSTRÖM; HETTNE, 1984, p. 204), o sociólogo brasileiro toma distância da expressão que ele tinha contribuído a forjar alguns anos antes. O texto da conferência é republicado em francês alguns meses mais tarde na *Revue du Tiers Monde* antes de sair nos Estados Unidos pela *Latin American Research Review* (FUNDAÇÃO FHC, [s.d.], p. 26). Considerando que as duas versões são bastante diferentes uma da outra, e que o texto foi preparado em inglês para a conferência de 1976, utilizaremos aqui a versão publicada na *Latin American Research Review*.

Como um mestre que perdeu o controle de sua criação, Cardoso (1977, p. 7) explicita ao seu público sua sensação de desconforto frente à imagem da teoria da dependência que está sendo celebrada no evento. “Será que eu posso participar dessa ‘*ritual consumption*’ da dependência e fazer, ao mesmo tempo, com que a plateia escute minhas críticas à forma que essa teoria assumiu nas pesquisas sobre a América latina?” – parece se perguntar o sociólogo brasileiro (CARDOSO, 1977, p. 7-8). Contudo, ele não deixa de participar do banquete e sublinhar sua participação nessa “*critico-commemorative celebration*” como um dos “*founding fathers*” (CARDOSO, 1977, p. 8; p. 7) dessa linha de pensamento.

O tom da fala de Cardoso é irônico e deixa transparecer sua irritação em relação ao modo como essa teoria da dependência foi apropriada pelos cientistas sociais dos Estados Unidos a partir do início dos anos 1970. Ele comenta as simplificações feitas por “*some popularizers*” não especificados que tornaram a teoria da dependência um “*article of consumption*” internacional baseado no “mito” dos dependentistas (CARDOSO, 1977, p. 8). Segundo o sociólogo brasileiro, essa ampla difusão teria sido possível graças a sucessivas simplificações e adaptações das reflexões sobre a dependência que teriam tornado as análises dependentistas mais atraentes para um público internacional que estava por fora dos complexos debates levantados pelo grupo de intelectuais em Santiago.

Cardoso se aproveita também da conferência para acertar as contas com Gunder

Frank, cujos escritos tinham contribuído de forma substancial para a difusão das discussões sobre a dependência nos centros de estudos e nas universidades do vizinho norte-americano. Para o sociólogo, no entanto, as reflexões do economista norte-americano sobre a dimensão capitalista da América latina colonial são simplificadoras em relação à realidade latino-americana, e deslocadas em relação aos debates travados na época entre os cientistas sociais locais. Apesar disso, os trabalhos de Frank foram considerados nos Estados Unidos como o marco de uma “nova” perspectiva na América latina”(CARDOSO, 1977, p. 12). Como diz Cardoso(1977, p. 12), “*what is called here [nos Estados Unidos] the ‘theory of dependency’*” é algo completamente irreconhecível, é uma estranha criatura composta, em doses distintas, de alguns dos principais trabalhos dos dependentistas latino-americanos. Nas palavras do autor:

The most general and formal of Gunder Frank’s works are taken[...], the formal definition of dependency furnished by Theotônio dos Santos is appended, the problematic of “subimperialism” and “marginality” is sometimes inserted, one or another of my works or Sunkel’s is footnoted, and the result is a “theory of dependency” – a straw man easy to destroy. (CARDOSO, 1977, p. 15).

No final do artigo, Cardoso (1977, p. 17) reconhece que a responsabilidade das distorções presentes no espaço acadêmico norte-americano deve-se em parte aos próprios dependentistas, que não trataram de forma aprofundada várias das questões que eles mesmos trouxeram para a reflexão em ciências sociais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo deste artigo mostramos a dinâmica transnacional que possibilitou o surgimento da teoria da dependência no começo dos anos 1970 como categoria histórica capaz de se referir a um conjunto heterogêneo de autores e ideias. A trajetória de FHC, considerado pela historiografia posterior como um dos principais autores da dependência, nos permitiu reconstruir parte dos debates que deram vida a essa “teoria” entre Brasil, Chile, México, Senegal, Suíça e Noruega. Além disso, o caso de FHC se revelou particularmente interessante para mostrar a distância entre a teoria da dependência que circulava no espaço internacional na segunda metade da década de 1970, e aquela que o autor tinha ajudado a forjar alguns anos antes. Dito de outra forma, os escritos do sociólogo brasileiro permitiram apontar para a decalagem entre a complexidade dos debates e a fragmentação das opiniões que caracterizam as relações entre os dependentistas no espaço latino-americano e a aparente homogeneidade veiculada pelo conceito de teoria da dependência no olhar dos atores estrangeiros que não tomaram parte em sua criação.

Nestas considerações finais, gostaríamos de apontar algumas pistas que podem explicar as razões dessa discrepância revelada por Cardoso. Primeiramente é importante sublinhar que, para além das responsabilidades de cada uma das partes na deformação da teoria da dependência, a exportação das ideias de um contexto para outro comporta sempre uma transformação de seu significado original, isto é, numerosas elaborações e reinterpretações que possibilitam, justamente, sua

passagem de um espaço cultural para outro. Desse ponto de vista, os casos levantados ao longo do texto ilustram perfeitamente o fenômeno de “transferência cultural” teorizado pelo germanista francês Michel Espagne (2013).

O fenômeno analisado está também ligado ao fato de que, para os atores históricos que participam da difusão e recepção das ideias sobre a dependência para além do contexto latino-americano, as disputas que opuseram os dependentistas não têm a mesma importância que tiveram para o grupo de acadêmicos que participou ativamente dos debates em Santiago. É o que mostra o caso dos Estados Unidos, mas também da África, onde os principais protagonistas na passagem dos escritos sobre a dependência para o contexto africano, no começo dos anos 1970, não hesitam em reunir sob a mesma etiqueta de “*dependency theory*” autores como André Gunder Frank, Fernando Henrique Cardoso, Ruy Mauro Marini, mas também Celso Furtado e Anibal Quijano (AMIN, 1993, p. 134; SHIVJI, 1996, p. 135).

Além disso, a partir da constatação de que a teoria da dependência remete a um conjunto heteróclito de contribuições intelectuais, é importante lembrar também o papel de cada um dos chamados dependentistas na difusão das ideias sobre a dependência para além do contexto latino-americano. Aqui vamos focar nossa atenção em dois dos autores mais citados na literatura sobre o assunto: FHC e Frank.

Cardoso participa ativamente do debate internacional sobre a dependência depois do período chileno. Além das conferências no Chile, no Senegal e na Noruega, onde a dimensão teórica da dependência é explicitamente discutida, em 1968 Cardoso foi também professor visitante na Universidades de Paris-Nanterre, na França; no México, em 1969; na Suíça, em 1970; e na Universidade da Califórnia, em Stanford, nos Estados Unidos em 1972 (FUNDAÇÃO FHC, [s.d.], p. 3). Mais tarde, em 1975, ele esteve também na Universidade de Princeton; em 1976, na Universidade de Cambridge, no Reino Unido, e em 1977, na Universidade Sorbonne Pantheon, em Paris (FUNDAÇÃO FHC, [s.d.], p. 2).

Cumprir notar ainda que a obra de Cardoso e Faletto teve um enorme sucesso na América Latina, sendo republicada dez vezes em espanhol em pouco mais de cinco anos (CARDOSO; FALETTTO, 1975). O livro também foi traduzido para o italiano em 1971 (CARDOSO; FALETTTO, 1971), para o alemão em 1976 (CARDOSO; FALETTTO, 1976), e para o francês em 1978 (CARDOSO; FALETTTO, 1978), antes de ser publicado pela University of California Press nos Estados Unidos em 1979 (CARDOSO; FALETTTO, 1979). Na sua edição espanhola, o livro vendeu mais de 100 mil cópias (LOVE, 1998, p. 446).

Todavia, ao passo que essa célebre obra de Cardoso e Faletto só foi traduzida nos Estados Unidos uma década depois da primeira edição em espanhol, a obra de Gunder Frank foi produzida diretamente em inglês, “*the Latin of our times*” nas palavras de Cardoso (1977, p. 8). Publicado pela Monthly Review Press nos Estados Unidos desde 1966, Frank foi provavelmente quem mais contribuiu para a difusão da “escola da dependência” fora do contexto latino-americano: seu livro de 1967 ganhou doze edições apenas nos Estados Unidos e foi traduzido em mais de seis línguas, inclusive em japonês (FRANK, 1991, p. 125). Esse fato constitui um paradoxo se considerarmos a relação problemática que Frank teve, desde o começo, com a ideia de dependência. Talvez essa dinâmica explique também a sensação de estranhamento vivida por Cardoso diante da forma tomada pela teoria da dependência nos Estados Unidos e em outros lugares do mundo.

O fato de ter sido publicado em inglês e por uma das principais editoras

marxistas norte-americanas é provavelmente a principal razão para explicar peso de Frank nas discussões em torno da teoria da dependência nos Estados Unidos, mas também na Tanzânia (SHIVJI, 1996, p. 135) e provavelmente em vários outros países, se considerarmos a influência cultural e intelectual dos Estados Unidos no resto do mundo ocidental ao longo do século XX (TOURNÈS, 2020). O caso da República Federal da Alemanha, estudado pela socióloga Clara Ruvituso (2020b, p. 104), mostra que a chegada das ideias sobre a dependência foi favorecida pela língua inglesa ou francesa e pelo diálogo dos autores latino-americanos com a tradição marxista ocidental.

Assim, o caso de Frank mostra que nem todos os dependentistas tiveram o mesmo peso na formação da teoria da dependência aos olhos dos atores estrangeiros que se interessaram pelo movimento intelectual latino-americano. É o que reconhece Cardoso em sua fala de 1976, quando aponta para o fato de que a “*dependency theory*” nos Estados Unidos se referia a seus trabalhos sobretudo nas notas de rodapé, diferentemente da obra de Frank, que era amplamente discutida. As eventuais diferenças na forma de enxergar a dependência em cada contexto particular estão ligadas às maneiras específicas pelas quais se dá a recepção dos escritos sobre a dependência latino-americana em espaços e momentos diferentes.

Ao fim deste percurso, vemos que, apesar ou graças à sua fragilidade originária, fruto do contexto em que surgiu, a teoria da dependência se tornou uma “*export commodity*” de fama internacional, veiculando um conjunto heteróclito de trabalhos sobre a história contemporânea da América Latina. Estudar a viagem e a recepção dessa noção através de outros países, na linha do que vem sendo feito por autores como Clara Ruvituso (2020a; 2020b), Eduardo Devés-Valdés (2004, 2005, 2006, 2009; DEVÉS-VALDÉS; ORELLANA, 2009) e Lidiane Rodrigues (2022), sem dúvida enriquecerá ainda mais a história da transferência cultural das reflexões dessa famosa “escola” latino-americana.

SOBRE O AUTOR

FLORES GIORGINI é doutorando em história na Université Sorbonne Nouvelle – Paris 3 e integrante do Centre de Recherche et de Documentation sur les Amériques (Creda-UMR7227).
flores.giorgini@sorbonne-nouvelle.fr
<https://orcid.org/0000-0003-4836-659X>

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, M. H. T. de. Dilemas da institucionalização das ciências sociais no Rio de Janeiro. In: MICELI, Sergio (Org.). *História das ciências sociais no Brasil*. Volume 1. São Paulo: Vértice/Editora Revista dos Tribunais /Idesp, 1989, p. 188-216.

- AMIN, S. *Itinéraire intellectuel: regards sur le demi-siècle, 1945-90*. Paris, France: Éd. l'Harmattan, 1993.
- ARRUDA, M. A. do N. A modernidade possível: cientistas e ciências sociais em Minas Gerais. In: MICELI, Sergio (Org.). *História das ciências sociais no Brasil*. Volume I. São Paulo: Vértice/Editora Revista dos Tribunais/Idesp, 1989, p. 234-315.
- BAMBIRRA, V. *Teoría de la dependencia: una anticrítica*. México: Ediciones Era, 1978.
- BEIGEL, M. F. A teoria da dependência em seu laboratório. *Crítica e sociedade: revista de cultura política*, v. 4, n. 2, 2014, p. 72-89. Disponível em: <https://ri.conicet.gov.ar/handle/11336/22879>. Acesso em: dez. 2024.
- BLOMSTRÖM, M.; HETTNE, B. *Development theory in transition: the dependency debate and beyond: Third world responses*. 2. ed. London: Zed Books, 1984.
- BRESSER-PEREIRA, L. C. As três interpretações da dependência. *Perspectivas*, v. 38, 2010, p. 17-48. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/perspectivas/article/view/4099/3735>. Acesso em: dez. 2024.
- CARDOSO, F. H. "Teoria da dependência" ou análises concretas de situações de dependência? *Estudos Cebrap*, n. 1, 1971, p. 26-45. Disponível em: <https://shorturl.at/w332H>. Acesso em: dez. 2024.
- CARDOSO, F. H. Notas sobre o estado atual dos estudos sobre dependência. *Cadernos Cebrap*, n. 11, 1973, p. 30-73. Disponível em: <https://shorturl.at/D4ERv>. Acesso em: dez. 2024.
- CARDOSO, F. H. Les États-Unis et la théorie de la dépendance. *Revue Tiers Monde*, v. 17, n. 68, 1976, p. 805-825. <https://doi.org/10.3406/tiers.1976.2671>.
- CARDOSO, F. H. The consumption of dependency theory in the Unites States. *Latin American Research Review*, v. 12, n. 3, 1977, p. 7-24. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/2502466>. Acesso em: dez. 2024.
- CARDOSO, F. H. *The accidental president of Brazil: a memoir*. New York, Etats-Unis d'Amérique: PublicAffairs, 2006.
- CARDOSO, F. H.; FALETTO, E. *Dipendenza e sviluppo in America Latina: saggio di interpretazione sociologica*. Tradução: Giancarlo Santarelli. Torino: Feltrinelli, 1971.
- CARDOSO, F. H.; FALETTO, E. *Dependencia y desarrollo en América Latina: ensayo de interpretación sociológica*. Buenos Aires, Argentine: Siglo Veintiuno, 1975.
- CARDOSO, F. H.; FALETTO, E. *Abhängigkeit und Entwicklung in Lateinamerika*. Frankfurt am Main: Suhrkamp, 1976.
- CARDOSO, F. H.; FALETTO, E. *Dépendance et développement en Amérique latine*. Tradução: Annie Morvan. 2.ª ed. Paris: Presses universitaires de France, 1978.
- CARDOSO, F. H.; FALETTO, E. *Dependency and development in Latin America*. Tradução: Marjory Mattingly Urquidí. Berkeley: University of California Press, 1979.
- CARDOSO, F. H.; FALETTO, E. *Dependência e desenvolvimento na América latina: ensaio de interpretação sociológica*. 9. ed. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2010.
- CHILCOTE, R. H. Dependency: a critical synthesis of the literature. *Latin American Perspectives*, Dependency theory : a reassessment. v. 1, n. 1, 1974, p. 4-29. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/2633526>. Acesso em: dez. 2024.
- DEVÉS-VALDÉS, E. ¿Cómo pasaron las ideas socioeconómicas latinoamericanas a África anglófona entre 1960-1980? Retransmisores de ideas latinoamericanas: Dudley Seers y el Institut of Development Studies. *Latinoamérica*, n. 39, p. 71-94, 2004, <http://dx.doi.org/10.22201/cialc.24486914e.2004.39.57301>.
- DEVÉS-VALDÉS, E. D. Recepción y reelaboración del pensamiento económico-social chileno y latinoamericano en Tanzania, 1965-1985: su proceso de africanización. *Atenea (Concep.)* [online], n. 492, 2005, p. 45-68. https://www.scielo.cl/scielo.php?pid=So718-04622005000200004&script=sci_abstract.
- DEVÉS-VALDÉS, E. El traspaso del pensamiento de América Latina a África a través de los intelectuales caribeños. *Estudios Latinoamericanos*, 2006, p. 127-140. <https://doi.org/10.22201/ce-la.24484946e.2006.0.50201>.

- DEVÉS-VALDÉS, E. La reelaboración de las ciencias económico-sociales en África: el caso de Senegal en el marco de las redes intelectuales al sur del Sahara (1965-1985). In: DEVÉS-VALDÉS, E.; ORELLANA, C. R. (Ed.). *Las ciencias económico sociales latinoamericanas en África sudsaariana*. Santiago: Clacso, Ariadna, 2009, p. 141-162.
- DEVÉS-VALDÉS, E.; ORELLANA, C. R. *Las ciencias económico sociales latinoamericanas en África sudsaariana*. Santiago: Clacso, Ariadna, 2009.
- DONAGGIO, E. Introdução. In: DONAGGIO, Enrico. *La scuola di Francoforte: la storia e i testi*. Piccola biblioteca Einaudi. Filosofia. Torino: Giulio Einaudi Editore, 2005, p. IX-XLVIII.
- EL DIRECTOR. Introdução. *Revista Mexicana de Sociología*, v. 31, n. 4, Oct.-Dec. 1989, p. 759-760. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/3538918>. Acesso em: dez. 2024.
- ESPAGNE, M. La notion de transfert culturel. *Revue Sciences/Lettres [En ligne]*, n. 1, 2013, p. 1-9. <https://doi.org/10.4000/rs1.219>.
- FALETTO, E. Entrevista com Enzo Faletto. [Concedida a] José Marcio Rego. *Tempo Social*, v. 19, n. 1, jun. 2007, p. 189-213. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ts/a/3xgPJywwBqjVxbKRbhZVdy/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: dez. 2024.
- FRANK, A. G. *Capitalism and underdevelopment in Latin America*. New York: Monthly Review Press, 1967.
- FRANK, A. G. *El subdesarrollo del desarrollo: un ensayo autobiográfico*. Caracas: Editorial Nueva Sociedad, 1991.
- FUNDAÇÃO FHC – Fernando Henrique Cardoso. *Bibliografia de FHC*. [s.d.]a. Disponível em: <https://shorturl.at/uxav8>. Acesso em: dez. 2024.
- FUNDAÇÃO FHC – Fernando Henrique Cardoso. *Curriculum-vitae de Fernando Henrique Cardoso*. [s.d.]b. Disponível em: <https://shorturl.at/1jhc8>. Acesso em: dez. 2024.
- FURTADO, C. *Obra autobiográfica*. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.
- GARCIA JR., A. Circulation internationale et formation d'une "ecole de pensee" latino-americaine (1945-2000). *Social Science Information*, v. 44, n. 2-3, 2005, p. 521-555. <https://doi.org/10.1177/0539018405053296>.
- HUNT, D. *Economic theories of development: an analysis of competing paradigms*. Maryland: Barnes & Noble Books, 1989.
- KATZ, C. J. *La teoría de la dependencia: cincuenta años después*. Buenos Aires: Monte Avila Editores Latinoamericana, 2019.
- KAY, C. *Latin American theories of development and underdevelopment*. London and New York: Routledge, 2011.
- KAY, C. Modernization and dependency theory. In: CUPPLES, J.; PRIETO, M.; PALOMINO-SCHALSCHA, M. (Ed.). *The Routledge handbook of Latin American development*. London and New York: Routledge, 2019, p. 15-28.
- KLÜGER, E. *Meritocracia de laços: gênese reconfigurações do espaço dos economistas no Brasil*. Tese (Doutorado em Sociologia). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2017. Disponível em: <https://shorturl.at/sBToG>. Acesso em: dez. 2024.
- LIMONGI, F. A Escola Livre de Sociologia e Política em São Paulo. In: MICELI, S. (Org.). *História das ciências sociais no Brasil*. v. 1. São Paulo: Vértice/ Editora Revista dos Tribunais/Idesp, 1989a, p. 217-233.
- LIMONGI, F. Mentores e clientelas da Universidade de São Paulo. In: MICELI, S. (Org.). *História das ciências sociais no Brasil*. v. 1. São Paulo: Vértice/ Editora Revista dos Tribunais/Idesp, 1989b, p. 111-187.
- LOVE, J. L. *A construção do Terceiro Mundo: teorias do subdesenvolvimento na Romênia e no Brasil*. Tradução: Patrícia Zimbres. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.
- LÖWY, M. Introdução. In: LÖWY, M. (Org.). *O marxismo na América Latina: uma antologia de 1909 aos dias atuais*. Tradução: Cláudia Schilling; Luís Carlos Borges. 4.ed. São Paulo: Expressão Popular/Perseu Abramo, 2016, p. 11-65.
- MANTEGA, G. Teoria da dependência revisitada – um balanço crítico. EAESP/FGV/NPP – Núcleo de

- pesquisas e publicações, [s.l.]. Fundação Getúlio Vargas, 1997. Disponível em: <https://shorturl.at/mAkWH>. Acesso em: dez. 2024.
- MARINI, R. M. Memória: por Ruy Mauro Marini. Agosto, 1990. In: TRASPADINI, R.; STEDILE, J. P. (Org.). *Ruy Mauro Marini: vida e obra*. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011, p. 55-130.
- MICELI, S. Condicionantes do desenvolvimento das ciências sociais. In: MICELI, S. (Org.). *História das ciências sociais no Brasil*. v. 1. São Paulo: Vértice/ Editora Revista dos Tribunais/Idesp, 1989, p. 72-110.
- MORAES, J. Q. de. O estatuto teórico da noção de dependência. *Crítica Marxista*, v. 17, n. 31, 2010, p. 23-36. <https://doi.org/10.53000/cma.v17i31.19353>.
- NATIONS UNIES; COMMISSION ECONOMIQUE POUR L'AFRIQUE; INSTITUT AFRICAÎN DE DÉVELOPPEMENT ÉCONOMIQUE ET DE PLANIFICATION. *Conférence sur les Stratégies du développement Afrique versus Amérique Latine*. IDEP - Dakar du 4 septembre au 18 septembre 72. Dakar: Institut africain de développement économique et de planification, 1971. Disponível em: <https://repository.uneca.org/handle/10855/43503>. Acesso em: dez. 2024.
- OLIVEIRA, F. A. de; KVANGRAVEN, I. H. Back to Dakar: decolonizing international political economy through dependency theory. *Review of International Political Economy*, v. 30, n. 5, 2023, p. 1676-1700. <https://doi.org/10.1080/09692290.2023.2169322>.
- PACKENHAM, R. A. *The dependency movement: scholarship and politics in development studies*. Cambridge: Harvard University Press, 1992.
- PALMA, G. Dependency: a formal theory of underdevelopment or a methodology for the analysis of concrete situations of underdevelopment? *World Development*, v. 6, issues 7-8, July-August 1978, p. 881-892. [https://doi.org/10.1016/0305-750X\(78\)90051-7](https://doi.org/10.1016/0305-750X(78)90051-7).
- RODRIGUES, L. S. Fernando Henrique Cardoso nos Estados Unidos da América: a obra de um *scholar*, um *scholar* como obra. *Novos Estudos Cebrap*, v. 41, n. 2, maio-ago. 2022, p. 273-293. <https://doi.org/10.25091/S01013300202200020005>.
- ROSTOW, W. W. *The stages of economic growth*. Cambridge: Cambridge University Press, 1960.
- RUVITUSO, C. From the South to the North: the circulation of Latin American dependency theories in the Federal Republic of Germany. *Current Sociology*, v. 68, n. 1, 2020a, p. 22-40. <https://doi.org/10.1177/001392119885170>.
- RUVITUSO, C. Southern theories in Northern circulation: analyzing the translation of Latin American dependency theories into German. *Tapuya: Latin American Science, Technology and Society*, v. 3, n. 1, 2020b, p. 92-106. <https://doi.org/10.1080/25729861.2020.1781999>.
- SANTOS, T. dos. *Memorial*. 1994. Disponível em: <https://shorturl.at/OjrCd>. Acesso em: dez. 2024.
- SHIVJI, I. G. *Intellectual at the hill: essays and talks 1969-1993*. 1. ed. Dar es Salam: Dup, 1996.
- SZNAJDER, M.; RONIGER, L. *The politics of exile in Latin America*. Cambridge, UK: Cambridge University Press, 2009.
- TOURNÈS, L. *Américanisation: une histoire mondiale (XVIII^e-XXI^e siècle)*. Paris: Fayard, 2020.
- WASSERMAN, C. *A teoria da dependência: do nacional-desenvolvimentismo ao neoliberalismo*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2017.
- WEFFORT, F. Notas sobre a "teoria da dependência": teoria de classe ou ideologia nacional? *Estudos Cebrap*, n. 1, 1971, p. 2-24. Disponível em: <https://shorturl.at/wlvPn>. Acesso em: dez. 2024.

As duas vertentes marxistas da teoria da dependência e seus limites: para uma nova síntese da economia política histórico-estrutural

[*The two Marxist strands of dependency theory and their limits: towards a new synthesis of the historical-structural political economy*]

Pedro Paulo Zahluth Bastos¹

RESUMO • O artigo defende que a teoria da dependência tem duas vertentes marxistas. A primeira enfatizou a dependência econômica relativa à subordinação das economias dependentes ao capitalismo mundial, enquanto a segunda enfatizou a dependência política. Depois de criticá-las simpaticamente, sugere-se o que é atual e se propõe um método para nova síntese histórico-estrutural que evite os vícios de economicismo e politicismo que caracterizam as duas vertentes. • **PALAVRAS-CHAVE** • Dependência; superexploração; método histórico-estrutural. • **ABSTRACT** • The paper argues that dependency theory has two

Marxist strands. The first emphasized economic dependency, related to the subordination of dependent economies to world capitalism, while the second focused on political dependency. After sympathetically criticizing both camps, the paper suggests what is up-to-date and proposes a method for a new historical-structural synthesis that avoids the vices of economism and politicism that characterize the first and second strands respectively. • **KEYWORDS** • Dependency; superexploitation; historical-structural method.

Recebido em 14 de outubro de 2024

Aprovado em 31 de março de 2025

BASTOS, Pedro Paulo Zahluth. As duas vertentes marxistas da teoria da dependência e seus limites: para uma nova síntese da economia política histórico-estrutural. *Rev. Inst. Estud. Bras.* (São Paulo), n. 90, 2025, e10739.



Seção: Dossiê

DOI: 10.11606/2316901X.n90.2025.e10739

¹ Universidade Estadual de Campinas (Unicamp, Campinas, SP, Brasil).

Atrasados diante da academia brasileira, círculos acadêmicos no Norte Global voltaram a debater a questão da dependência. A comparação de capitalismo feita por pós-keynesianos de esquerda abordou o tema em vários artigos desde 2016 (STOCKHAMMER, 2022, entre outros). O campo promissor de pesquisas em torno ao conceito de *subordinate financialization*, reunindo pós-keynesianos e marxistas, também recorre produtivamente ao conceito de dependência (ALAMI et al., 2022). Finalmente, uma nova geração de cientistas sociais marxistas vem discutindo o conceito e o aplicando em estudos de caso (ASHMAN, 2023; KVANGRAVEN, 2021; VUKOV, 2023).

O artigo pretende contribuir para o resgate abordando as duas vertentes marxistas no debate latino-americano nas décadas de 1960 e 1970 a partir das obras de Ruy Mauro Marini, de um lado, e Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto, de outro. Como Franklin (2016) demonstrou, ambos se reconheciam como marxistas, e sua produção na época era reconhecida como tal entre outros intelectuais do campo pelo menos até meados da década de 1990, ou seja, até que Cardoso comandasse um governo neoliberal no Brasil. Este artigo os considera como autores marxistas pelo mesmo motivo por que se reconheciam e eram reconhecidos como tais nas décadas de 1960 e 1970, quando escreveram suas principais obras: por uma perspectiva de crítica do capitalismo e de análise da dependência com o uso prioritário de conceitos marxistas (e não estruturalistas ou weberianos). Tal inspiração teórica comum conviveu com diferenças significativas de ênfases analíticas (dependência econômica ou política) e opções de prática política (revolução armada ou reforma institucional). Embora se possa alegar que as opções políticas foram parcialmente legitimadas pelas análises, o artigo não aborda a prática política e sim as ênfases analíticas na dependência econômica ou política².

É digno de nota que Marini e Cardoso desenvolveram controvérsia que iluminou algumas das limitações teóricas e analíticas de cada lado. Além de apontar tais

2 O artigo não pretende abordar quando e por que a vertente marxista da dependência econômica, inspirada por Marini, passou a se denominar “teoria marxista da dependência”, excluindo as contribuições de Cardoso e outros do campo do marxismo (FRANKLIN, 2016). O artigo utiliza o termo “ênfase analítica” para frisar que há apenas prioridade na dependência econômica ou política, e não abordagem exclusiva de aspectos econômicos ou políticos em cada vertente, ou seja, é uma questão de ênfase e não de exclusividade.

limitações sem deixar de valorizar suas contribuições, o artigo faz novas críticas, especialmente às de determinismo econômico em Marini e subestimação das limitações da estrutura econômica em Cardoso e Faletto. A partir dessa crítica, o artigo considera que qualquer nova contribuição ao campo deve evitar suas más abstrações ao construir uma nova síntese da economia política histórico-estrutural. Buscando incorporar o que é válido nas duas vertentes, defende-se que a nova síntese deve partir donde pararam Vânia Bambirra, Maria da Conceição Tavares, João Manuel Cardoso de Mello e Alonso Barbosa de Oliveira.

A VERTENTE MARXISTA DA DEPENDÊNCIA ECONÔMICA

A primeira vertente da teoria da dependência representou uma releitura do conceito e da história do imperialismo desde o Terceiro Mundo (como se dizia), mas seu primeiro expoente foi Andre Gunder Frank, um economista germano-estadunidense que fizera pesquisa no Brasil no início da década de 1960. Aqui, foi influenciado por Caio Prado Jr. na incorporação explícita da noção de que a colonização moderna foi um empreendimento mercantil e na rejeição da caracterização feudal da agricultura brasileira (no passado e no presente). O primeiro artigo convertido em capítulo do livro *Capitalism and underdevelopment in Latin America* (FRANK, 1969) foi redigido no Brasil citando largamente textos em português de Prado Jr., sendo precedido por carta em que Frank corrobora tese do historiador brasileiro (SECCO, 2014). Nesse artigo, publicado em fevereiro de 1964 na revista *Brasiliense* (editada por Prado Jr.), Frank ([1964]2012) criticou a hipótese de dualismo estrutural – setor feudal/escravista arcaico *vs.* setor capitalista moderno – propalada para justificar a estratégia de desenvolvimento no capitalismo, alegando não haver a oposição entre o bloco da burguesia nacional e o das camadas populares, interessado em realizar a reforma agrária e outras reformas “burguesas” contra o imperialismo e os latifundiários arcaicos. Não havia aliados do povo burguesia. Assim, Frank repetia tanto o diagnóstico quanto as críticas feitas por Caio Prado Jr. – em artigos coletados em *A questão agrária* (1979) e sintetizados em *A revolução brasileira* (1966) – à linha dirigente do PCB (PCdoB até 1962) que lutava pela via democrático-burguesa (IUMATTI, 2007), criticando as concepções que enfatizavam o feudalismo agrário brasileiro (Furtado, Nelson Werneck Sodrê etc.) ou os orientandos de Florestan Fernandes no Centro de Sociologia Industrial e do Trabalho (Cesit/USP), como Fernando Henrique, Octavio Ianni e Paul Singer, que constataavam e previam o avanço avassalador do capitalismo sobre os resquícios feudais no campo. Isso não podia acontecer porque o Brasil sempre foi capitalista, defende Frank, citando Caio Prado Jr. e antecipando por uma década o argumento central de Immanuel Wallerstein (1974), embora com menos nuances que Cardoso de Mello ([1975]1998).

Para Frank, a partir da expansão comercial-colonial, o capitalismo mundial se desenvolvera na forma de uma polarização crescente entre o centro metropolitano e os satélites periféricos, de modo que não haveria viabilidade de um desenvolvimento capitalista comandado por burguesias nacionais nos satélites. Além da dependência, haveria um impasse crescente manifesto no golpe militar de 1964: o capitalismo dependente promovia apenas o desenvolvimento do subdesenvolvimento à medida

que atendia às necessidades dos países desenvolvidos e não das massas trabalhadoras locais, sofrendo problemas crescentes de realização do excedente e baixo crescimento. Por isso, não haveria esperanças de melhoria da situação da classe trabalhadora exceto no socialismo. Como o consentimento popular seria impossível na periferia por conta de uma característica estrutural do capitalismo dependente, restava o recurso a ditaduras militares para preservar um capitalismo crescentemente estagnado e excludente. A democracia enquanto tal seria impossível na periferia, para não falar de reformas democrático-burguesas. Em suma, a versão inicial da teoria da dependência previa a impossibilidade crescente do desenvolvimento capitalista nos países dependentes, já que a concentração da renda e da riqueza agravava os problemas de realização inerentes a qualquer capitalismo, reforçando também a contradição entre democracia e capitalismo.

Em perspectiva semelhante, Theotônio dos Santos (1968) cunhou o termo “nova dependência” para caracterizar a preservação da dependência externa com a industrialização latino-americana comandada por filiais estrangeiras. Como Furtado (1966), Santos (1970, p. 235) enfatizou os limites ao crescimento do mercado interno na situação de nova dependência: as novas tecnologias industriais superavam a crise dos sistemas primário-exportadores dependentes às custas de criar crises e problemas de realização ainda maiores na situação de nova dependência. Os sistemas urbano-industriais característicos da nova dependência eram liderados por filiais estrangeiras associadas a uma grande burguesia local que era dependente e autocrática, e não nacionalista e democrática. Os problemas de realização das vendas ocorriam em virtude das escalas de produção dos investimentos industriais que frustravam seus próprios mercados ao substituir trabalhadores por tecnologias novas. Consequentemente, o subconsumo dos trabalhadores em razão do desemprego tecnológico, do subemprego e dos baixos salários limitaria o crescimento das novas indústrias de bens de produção e consumo durável.

Além da limitação dos mercados, haveria escassez de recursos financeiros graças às remessas de lucros, o que bloqueava novos investimentos mesmo onde houvesse oportunidades de mercado. Afinal, como as filiais absorviam um volume importante dos lucros, o vazamento deles prejudicava não apenas os seus investimentos como também os de todos os atores do sistema. Em síntese, a nova dependência agravaria o desenvolvimento do subdesenvolvimento, inviabilizando democracias burguesas nas periferias do capitalismo. Daí haver apenas a opção entre fascismo ou socialismo, de modo que soluções intermediárias como o reformismo de Furtado se provaram “vazias e utópicas” (SANTOS, 1970, p. 236). Logo, a luta armada contra o fascismo era aconselhada teoricamente, considerando a impossibilidade estrutural de melhorar as condições de trabalho e consumo dos trabalhadores no capitalismo dependente. Como Estados fascistas recorriam meramente às armas por não poderem oferecer concessões para cooptar o consentimento dos trabalhadores a uma dominação monstruosa, eles se tornavam vulneráveis à revolta dos superexplorados³.

3 Fernandes ([1981]2015) caracterizava as ditaduras na América Latina como fascistas, propondo explicação prejudicada pela hipótese de que não havia conflitos entre frações da burguesia subordinadas aos mesmos graus e tipos de dependência, o que é refutado empiricamente por contradições em todos os governos da ditadura militar desde 1964 (MORAES; BASTOS, 2022).

RUY MAURO MARINI: SUPEREXPLORAÇÃO, SUBCONSUMISMO E SUBIMPERIALISMO

Talvez a interpretação mais ambiciosa na vertente marxista da dependência econômica seja de Ruy Mauro Marini, publicada no artigo “A dialética da dependência” (MARINI, 1972; 1981)⁴. Marini afirma que a essência da dependência latino-americana é o fato de que a acumulação de capital é fundada na superexploração do trabalho, conectada pelo comércio desigual à acumulação de capital baseada no aumento da produtividade do trabalho nas nações industriais. A causa da superexploração seria a transferência de valor para as nações industriais que pressiona os capitalistas dependentes a superexplorar. A principal consequência seria a estratificação do mercado interno em duas esferas de circulação: o consumo dos trabalhadores seria atendido pela produção interna, e o consumo dos capitalistas, por importações. Em seguida, a crise internacional do entreguerras bloquearia a acumulação baseada em exportações e forçaria a substituição de importações de bens de consumo por produção local. Como a “industrialização latino-americana não cria, portanto, como nas economias clássicas, sua própria demanda, mas nasce para atender a uma demanda preexistente” (MARINI, 1981, p. 61-62 – tradução minha), os capitalistas dependentes não se interessam em criar mercados com redução de preços e sim em elevar margens de lucro com elevação de preços e redução de salários, aproveitando o excedente de desempregados deixado pela economia exportadora. Assim, “a economia industrial dependente reproduz, de maneira específica, a acumulação de capital baseada na superexploração do trabalhador [...] [e] a separação entre as esferas alta e baixa da circulação”, o que leva a “crises de realização” e à “solução subimperialista” (MARINI, 1981, p. 63-64; p. 73-74; p. 75-76 – tradução minha).

O argumento de Marini tem semelhança óbvia com o de Celso Furtado, embora este siga Arthur Lewis (1954) ao definir a dita “oferta ilimitada de mão de obra” como motivo de superlucros, mas não de superexploração, e caracterize de tendência à estagnação o que Marini chamará de crise de realização por conta do subconsumo dos trabalhadores. Embora marxista, Marini diverge de Rosa Luxemburgo: enquanto ela considerava que o subconsumo induzia capitalismo industrial à expansão imperialista em busca de novos mercados (BREWER, 2002, cap. 3), Marini (1981, p. 60) acompanha Furtado e alega que o capitalismo “clássico” já tinha resolvido o problema ao transferir ganhos de produtividade para os trabalhadores/consumidores, fazendo do mercado interno de consumo o próprio eixo de um capitalismo estranhamente assentado na demanda popular. Logo, o problema do subconsumo só existiria no capitalismo dependente que generalizava a superexploração:

Dedicada à produção de bens que não entram, ou entram muito pouco, na composição do consumo popular, a produção industrial latino-americana é independente das condições salariais específicas dos trabalhadores [...] não sendo um elemento essencial do consumo individual do trabalhador, o valor das manufaturas não determina o valor da força de trabalho; não é, portanto, a desvalorização das manufaturas que

4 Por razões de espaço, aqui não é possível abordar com detalhes as obras anterior e posterior de Marini.

influenciará a taxa de mais-valia. Isso dispensa o industrial de se preocupar em aumentar a produtividade do trabalho para, ao reduzir o valor da unidade de produto, depreciar o valor da força de trabalho, e o leva, ao contrário, a procurar aumentar a mais-valia por meio de maior exploração – intensiva e extensiva – do trabalho, bem como o rebaixamento dos salários para além de seu limite normal [...].

Para isso, um fator decisivo foi a vinculação das novas técnicas de produção a ramos industriais voltados para tipos de consumo que, se tendem a converter-se em consumo popular nos países avançados, não o podem fazer em hipótese alguma nas sociedades dependentes. (MARINI, 1981, p. 64; p. 72 – tradução minha).

Marini não apresenta nem dados empíricos nem explicação dos esquemas de reprodução setorial que sustentem as hipóteses de capitalismo orientado pelo consumo popular, de um lado, e capitalismo da superexploração, de outro⁵. Do subconsumo, Marini deduz a saída da crise de realização via subimperialismo, ou seja, a busca de mercados externos em outros capitalisms dependentes (sem explicar como estes teriam gerado mercados de consumo na escala necessária). Para garantir tanto a superexploração quanto o subimperialismo, um Estado não só autoritário como fascista é considerado imperioso para assegurar a reprodução do capitalismo dependente.

Avaliemos Marini por partes. Para ele, o subconsumo é explicado pela superexploração, que teria origem no intercâmbio desigual do século XIX. Segundo Marini: “O simples fato de algumas nações produzirem bens que as outras não produzem, ou não podem produzir com a mesma facilidade, permite que as primeiras burlem a lei do valor, ou seja, vendam seus produtos a preços mais altos do que seu valor, criando assim uma troca desigual” (MARINI, 1981, p. 34 – tradução minha).

O argumento tem problemas teóricos porque Marini não explica os mecanismos de transferência de valor nem intra nem entre ramos ou entre nações. O primeiro problema é que não basta que uma nação se especialize em produtos industriais importados por outra se o padrão de concorrência no ramo industrial obriga os capitalistas a transferirem ganhos de produtividade para preços. É preciso explicar por que os preços não caem em ritmo com o aumento da produtividade. Segundo: se os preços industriais não caem de acordo com o valor, mas também não aumentam, os importadores no capitalismo dependente deixam de ganhar, mas não perdem. Ao contrário do que supõe Marini, o aumento da produtividade no país industrial em si não implica dreno internacional de valor em qualquer direção. Terceiro: Marini (1981, p. 24-25; p. 95-96) explica a funcionalidade da superexploração para os países industriais a partir do argumento equivocado de que o aumento da produtividade do trabalho industrial levaria não só à redução do valor social da unidade do produto como também à redução da mais-valia, o que só ocorreria se, ao contrário do capitalismo, o preço caísse, a quantidade produzida não aumentasse e os trabalhadores não fossem jogados no exército de reserva. Quarto: uma troca desigual ocorre mesmo que os termos de intercâmbio sejam estáveis caso os ganhos

5 Ver as críticas de: Cueva; Calvo (1974, p. 25-27; p. 34-37) e Cardoso; Serra (1979).

de produtividade sejam maiores na nação industrial sem serem transferidos para preços menores. Porém, isso significa a existência de rendas monopólicas apropriadas por capitalistas ou trabalhadores, o que os torna mais ricos sem tornar o capitalismo dependente absolutamente mais pobre. Logo, ao contrário do que alega Marini, é preciso incorporar a deterioração dos termos de intercâmbio e processos vinculados à oferta e à demanda – e não apenas a troca desigual – para que ocorra o fenômeno requerido por sua explicação, o dreno de parte da mais-valia para a nação industrial. De todo modo, como a deterioração dos termos de intercâmbio ocorreu como tendência (mas não em cada ciclo de preços), o argumento de Marini não é inválido com várias qualificações teóricas e empíricas⁶.

Como o modelo de Marini para o surgimento da indústria alude à história brasileira, cabe alertar que ele não se enquadra no modelo. Seu argumento é que a pressão sobre a lucratividade levaria os capitalistas na nação dependente a reconstituírem a taxa de lucro apenas de três maneiras: maior intensidade do trabalho, maior jornada e rebaixamento do custo de contratação da mão de obra aquém do que é necessário para sua reprodução. Ora, para restaurar lucratividade diante da deflação das *commodities*, Furtado ([1959]1989) aludia à depreciação cambial, que é causa e não efeito da redução do salário real. Mesmo assim, Cano ([1975]1990) e Suzigan (1986) mostraram que o consumo dos trabalhadores já ativava o mercado industrial antes de 1914, e que o progresso técnico também modificava o processo de trabalho na agricultura, o que refuta dois argumentos de Marini: 1) os capitalistas não buscariam ganhos de produtividade do trabalho porque os salários não os pressionam a fazer isso; 2) os trabalhadores não consomem produção sujeita a ganhos de produtividade (MARINI, 1981, p. 72-73; p. 64).

Para períodos posteriores, o primeiro argumento é insuficiente teoricamente porque a busca de ganhos de produtividade pode ser explicada, como faz Marx (2017, cap. 3), pela busca de lucros extraordinários no plano da concorrência capitalista independentemente da taxa de salários (o que Marini contraditoriamente repete em outro contexto). O argumento é equivocado empiricamente para o caso modelar (Brasil), pois desconsidera o impacto de elevações do salário mínimo sobre a lucratividade de empresas de menor produtividade (TAVARES; SOUZA, 1981) e, politicamente, a resistência histórica à elevação do salário mínimo (BASTOS, 2012a). O segundo argumento é insuficiente teoricamente porque ganhos de produtividade restauram a lucratividade ainda que se limitem à economia de capital constante, ao tempo de rotação do capital, ou permitam despedir trabalhadores, e porque a produção de alimentos também é sujeita a ganhos de produtividade. É equivocado empiricamente para o caso modelar, porque: 1) séries históricas mostram significativos ganhos de produtividade tanto na produção de bens agrícolas e agroindustriais, quanto na fabricação industrial, seja de bens de consumo, seja na produção e no uso de bens intermediários e de capital, e até no setor de serviços (CONTADOR; HADDAD, 1975; BACHA; BONELLI, 2001); 2) pesquisas da cesta de consumo indicam acesso crescente dos trabalhadores a produtos industriais,

6 Vários estudos recentes de séries históricas confirmam a deterioração: Erten & Ocampo (2013); Arezki et al. (2014).

inclusive bens duráveis, embora de modo desigual (COUTINHO, 1979); 3) o leque salarial tem períodos de redução ou ampliação tanto por variações do piso quanto dos tetos, com grande heterogeneidade do mercado de trabalho (TAVARES; SOUZA, 1981).

Tais equívocos teóricos e empíricos indicam o principal problema metodológico de Marini: o economicismo em nível exagerado de abstração, que aliás ele mesmo admite (mas não sana) na primeira resposta a Cardoso (MARINI, 1981, p. 81-82). Um equívoco central é, constatada a superexploração, prever sua generalização nos vários ramos e empresas nos diversos capitalismos dependentes, sem buscar mediações analíticas (econômicas ou não) e informações históricas e empíricas sistemáticas. Teórica e empiricamente, Anibal Pinto ([1970]2000) estava correto ao caracterizar as economias latino-americanas não segundo a generalização da superexploração, mas segundo a *heterogeneidade estrutural*, uma caracterização mais precisa e nuançada que Marini preferiu ignorar a debater mesmo que aludisse à heterogeneidade tecnológica. A heterogeneidade estrutural permite explicar por que a superexploração é mais importante para pequenas empresas marginais em quaisquer ramos e muito menos para grandes empresas privadas ou estatais, um argumento presente desde 1970 nas obras da principal discípula de Pinto (Maria da Conceição Tavares) incorporado tardiamente e com poucas nuances por Marini ([1982]2015) sem a devida citação.

Na primeira resposta a Cardoso, Marini (1981, p. 100) alude a uma combinação entre exploração por mais-valia relativa e superexploração que o aproxima dos conceitos de heterogeneidade estrutural ou de desenvolvimento desigual e combinado usado por Anibal Quijano ([1968]2020) ou Tavares e Serra (1982): o fato de que a superpopulação relativa pode advir da busca de mais-valia relativa que joga no exército “industrial” de reserva uma parte da população que não volta a ser absorvida pela indústria de transformação. É digno de nota que esse era o argumento de Cardoso (1971a) na crítica à explicação da marginalidade por Jose Nun (1969). Embora Marini (1981, p. 94) elogie a crítica de Cardoso a Nun, usa o argumento de Cardoso contra Cardoso e alega erroneamente que este declara que no capitalismo dependente só haveria exploração por mais-valia relativa (MARINI, 1981, p. 92), quando Cardoso (1973, p. 57) só afirma que a “nova forma de dependência está baseada na exploração da mais-valia relativa” mediante novas tecnologias, o ponto já feito por Theotônio dos Santos que Marini ([1982] 2015) repetiria mais tarde sem citação. No mesmo texto, Cardoso (1973, p. 65) alega que há “ilhas de prosperidade em mares de miséria” depois de afirmar haver superexploração mesmo nos países desenvolvidos (CARDOSO, 1971a, p. 129).

O argumento de Cardoso apropriado por Marini – combinar mais-valia relativa e superpopulação – é correto, mas contradiz a explicação original de Marini para o aumento da taxa de mais-valia relativa exclusivamente mediante redução de preços dos bens que compõem a cesta de consumo dos trabalhadores, abstraindo a redução do capital variável mediante demissão de trabalhadores e não só diminuição salarial. De todo modo, mais importante que a possibilidade teórica é a pesquisa para avaliar o quanto a superpopulação superexplorada nas cidades era gerada pelo desemprego industrial ou sobre-representava os 39 milhões de retirantes rurais que, entre 1950 e 1980, foram expulsos do campo pela violência dos latifundiários e da seca e atraídos pela cidade pela perspectiva de uma vida melhor, para não falar de ascensão social (MELLO; NOVAIS, 1998).

Do ponto de vista analítico, isso era e é importante para entender a estrutura complexa e segmentada e a dinâmica do mercado de trabalho brasileiro. Do ponto de vista político, isso era relevante porque, primeiro, cair do emprego industrial sujeito à mais-valia relativa para a superexploração e a miséria é diferente de fugir de ocupações superexploradas nas fazendas capitalistas que prolongavam formas semiescravidades de trabalho (PRADO JR., 1966), em busca de alguma melhoria no mercado de trabalho urbano; segundo, como muitos críticos ao populismo apontaram, uma população urbana semianalfabeta e sem experiência de organização, que considera estar melhor no emprego pobre na cidade do que na miséria rural, é presa fácil para demagogos burgueses (como Jânio Quadros) e base improvável de movimentos da vanguarda revolucionária. Tal superpopulação também pode internalizar parcialmente a discriminação subalterna (de classe, raça e gênero) que legitima sua condição de objeto privilegiado de superexploração⁷.

Nenhuma dessas questões pode ser examinada, no elevado nível de abstração em que opera Marini, sem integração das lutas e conflitos de classe na análise, sem conceitos mediadores para explicar a variação entre diferentes situações estruturais de dependência e sem análise histórica e empírica. Mesmo no nível mais alto de abstração, o conceito de heterogeneidade estrutural e a grande bibliografia que inspirou e inspira são mais verossímeis e fecundos do que o dualismo estrutural ou a tendência de generalização da superexploração.

De todo modo, vincular a superpopulação relativa ao exército “industrial” de reserva gerado pelo progresso tecnológico permite desvincular a explicação da superexploração e a troca desigual. Como negar a presença de superexploração sobre o hoje chamado precariado em países hiperindustrializados *em que os termos de troca têm tendência favorável*⁸? Por que a mais-valia relativa deveria se limitar a nações industriais imperialistas, e a superexploração, a regiões dependentes? Por que a superexploração não pode ser entendida como geral ao capitalismo se as três formas que assume já foram discutidas por Marx (HIGGINBOTTOM, 2023)?

Assim como a superexploração existe nos capitalismos hiperindustrializados, a mais-valia relativa é comum nos capitalismos dependentes. Sua extensão depende da estrutura heterogênea dos diferentes capitalismos, de sua posição na economia mundial e da conjuntura das lutas sociais. O progresso técnico foi e ainda é método capitalista de exploração do trabalho – e eventualmente de hegemonia “americanista” nos termos de Gramsci – usado na periferia do capitalismo, combinando-se complexamente com a superexploração. Onde se difundem processos industriais, criam-se condições técnicas, não necessariamente políticas, para elevação do salário real (direto ou na forma de bens públicos). Logo, dependendo da conjuntura da luta de classes, a taxa de salários pode variar dentro de certos limites estruturais, sem

7 Não podemos ignorar um tema ausente na primeira geração de dependentistas (OLIVEIRA, 2021): a discriminação étnico-racial e de gênero. Como Moura ([1977]2021, p. 33-36) apontou, a “franja marginal” era (e ainda é) preta – e sobretudo da mulher preta – e, como a luta de classes, racismo e sexismo não têm explicação economicista.

8 Marini (2008b, p. 267-8) alude a isso tardiamente, sem citar Quijano ([1968]2020, p. 135) e Cardoso (1971a, p. 129).

ser determinada por estes como queria Marini. Isso é evidente no ciclo de governos liderados pelo Partido dos Trabalhadores (PT) no Brasil entre 2003 e 2016 (quando o salário mínimo real cresceu 78%), ou pelo Movimiento Regeneración Nacional (Morena) no México entre 2018 e 2024 (quando o salário mínimo real cresceu 109%). O que Marini diria disso, considerando que elogiou o desenvolvimentismo sul-coreano no seu penúltimo texto (MARINI, 2008, p. 269-270), mesmo depois das reformas neoliberais que levaram à então iminente crise de 1997?

Quanto à saída subimperialista para a crise de realização da década 1960, a recuperação cíclica do que se chamou de “milagre econômico” a refutou pois não foi puxada pelas exportações e sim pela demanda industrial interna (LIMA, 2020). A ditadura brasileira ampliou a repressão enquanto usava a extensão do acesso a bens duráveis e habitações e do crédito habitacional e ao consumidor como métodos de expansão econômica e legitimação política.

O erro empírico de Marini, porém, não elimina a relevância do conceito de subimperialismo. A economia brasileira tornou-se de fato o centro de operação de filiais estrangeiras que, a partir da década de 1950, passaram a ofertar produtos industriais para o mercado continental. Isso condenou a estrutura produtiva de outros países sul-americanos à periferia, pois tratados comerciais tornavam seus mercados alvos fáceis das exportações das filiais, inviabilizando concorrentes nos ramos mais intensivos em escala, capital e tecnologia (BASTOS, 2012b). Assim, o Brasil, como semiperiferia ou subimperialismo (a depender da perspectiva), era tanto objeto quanto veículo do imperialismo econômico, enquanto a periferia sul-americana era apenas objeto.

Contudo, tal posição econômica estrutural não determina necessariamente a posição do Estado brasileiro como veículo político do imperialismo ou da resistência a ele, o que depende também da conjuntura política com autonomia relativa em relação a processos econômicos. Durante a ditadura militar, por exemplo, o Estado brasileiro foi favorecido pela expansão das vendas industriais para a América Latina e funcionou como liderança ativa na cooperação contrarrevolucionária na América Latina antes mesmo da Operação Condor (SIMON, 2021). Porém, décadas depois o governo Lula foi fortemente favorecido pelo crescimento das exportações das filiais estrangeiras no continente, mas financiou serviços de engenharia para grandes obras de infraestrutura demandadas pelos demais governos e apoiou os governos de Hugo Chávez, Evo Morales e Rafael Correa contra tentativas de golpe de direita apoiadas pelo imperialismo estadunidense (BASTOS; HIRATUKA, 2020, p. 31-32).

Em suma, independentemente do modo problemático como Marini usa as categorias que propõe, as categorias de superexploração e subimperialismo têm um potencial que extrapola seu uso pelo autor. Marini pode não ser ponto de chegada, mas é um bom ponto de partida. Contudo, precisamos de uma metodologia que desça o nível de abstração em relação ao economicismo exagerado de Marini, com integração das lutas e conflitos de classe na análise e com conceitos mediadores para explicar a variação entre diferentes situações histórico-estruturais de dependência. Rejeitando o economicismo, a vertente marxista da dependência política caminhou em direção a uma metodologia histórico-estrutural, mas incorreu em outro vício metodológico.

A VERTENTE MARXISTA DA DEPENDÊNCIA POLÍTICA

O campo marxista da dependênciapolítica foi inaugurado por Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto (1975). Um alerta: não são weberianos, uma espécie de insulto sem fundamento só feito após mais de 20 anos de debate marxista. Mal ou bem, têm como chave de análise a relação entre as políticas de Estado e as classes sociais, argumento estranho à tradição weberiana em geral (e a Raymundo Faoro no Brasil). Ao contrário da ênfase de Marx e dos marxistas na luta de classes, weberianos tendem a conferir autonomia absoluta aos gestores do Estado, que são entendidos como os próprios donos do poder político (BASTOS, 2022). Uma vez que Cardoso e Faletto analisam como, ao longo do tempo, o poder político representa e organiza classes e frações de classe (entendidas segundo critérios marxistas vinculados às relações sociais de produção e não à estratificação social de inspiração weberiana), não podem ser confundidos com weberianos. Ademais, Cardoso (1972) considera que sua análise da dependência é diretamente tributária da teoria marxista do imperialismo. A alegação de weberianismo feita por Ouriques (1995) no mínimo desconsidera a diferença entre a análise política marxista e a weberiana (ênfase ou abstração da luta e da representação política de classes sociais e suas frações) e no máximo confunde o marxismo com análise econômica, o que normalmente leva a deduções economicistas de processos políticos e sociais irreduzíveis⁹.

Enquanto a teoria geral da dependência proposta por Marini deduz a incapacidade de desenvolvimento exceto nas situações de subimperialismo, Cardoso e Faletto são muito menos categóricos e peremptórios, pois consideram que há maior contingência e diversidade nas trajetórias dos casos nacionais de dependência. Isso não significa que os autores partilhem do nacionalismo metodológico, ou seja, que analisem cada caso nacional de dependência sem considerar o sistema mundial e sem investigar as articulações entre os casos. Pelo contrário, a autonomia plena estará fora de questão enquanto houver dependência, ou seja, enquanto o país subdesenvolvido estiver integrado em posição subordinada na estrutura global do sistema. Contudo, as formas de inserção dos diversos países não são as mesmas, sendo, portanto, importante diferenciar e comparar os casos segundo critérios claros. Isso significa que a dependência não necessariamente impossibilita o desenvolvimento capitalista, mas pode até trazer crescimento e diversificação econômica, como era esperado, aliás, pela primeira geração de autores marxistas do imperialismo, mas nem sempre por Marx¹⁰.

Cardoso e Faletto acompanham a tradição marxista original e afirmam a existência de diversas trajetórias e formas de inserção das sociedades dependentes

9 Para uma revisão séria que demonstra que Cardoso e Faletto eram fundamentalmente marxistas e que foram reconhecidos como tal até meados da década de 1990, ver: Franklin (2016).

10 Para caracterizar a posição de Marx, muito se enfatizam passagens eurocêtricas do Manifesto Comunista ou de seus escritos sobre a Índia em que ele mostra otimismo com os efeitos a longo prazo da imposição violenta pela Inglaterra de relações sociais capitalistas, tidas como um acicate para estimular o desenvolvimento histórico de uma sociedade “asiática” quase estática. Contudo, frequentemente se desconsideram seus comentários no sentido inverso sobre os efeitos da dominação inglesa da Irlanda, que prenderiam a colônia em uma especialização primária com pequeno potencial de desenvolvimento da produtividade (BREWSTER, 2002, cap. 2)

na economia mundial com diferente potencial de desenvolvimento. Podem-se questionar seus critérios analíticos para diferenciar e comparar os casos – como farei –, mas considero que sua posição metodológica é um bom começo, procurando combinar determinantes sistêmicos e nacionais, econômicos e políticos, estruturais e conjunturais, de um modo que as vertentes econômicas da dependência não o fazem.

O argumento metodológico é o que o sistema mundial e as transformações nas formas de expansão capitalista desde os centros imperialistas influenciariam o funcionamento e as mutações das partes, mas não o determinariam mecanicamente “desde fora”, inclusive porque a dependência se expressa sempre por meio de conflitos no interior do próprio sistema político da sociedade dependente. A dependência é mediada por alianças políticas variáveis e contingentes entre agentes sociais externos e internos que filtram o impulso internacional ao definirem quais potencialidades econômicas serão aproveitadas na interação com o sistema mundial. Não se prevê que as classes dominantes tradicionais carregarão as burguesias nacionais frágeis em direção à industrialização diante do acicate das ameaças e possibilidades externas referidas por Trotsky, podendo preferir preservar a dependência tradicional (CARDOSO; FALETTTO, 1975, p. 28-29).

Desse modo, a forma de integração das diferentes regiões e países variaria em função do modo como o sistema político local reagiria à alteração dos condicionantes externos e de tendências do sistema econômico, podendo ou não aproveitar novas oportunidades de diferenciação econômica. Referindo-se à possibilidade de industrialização, Cardoso e Faletto abordam aquilo que foi chamado de “nova dependência” por Santos (1968), argumentando que ela também era mediada por grupos locais. Nesse caso, ao contrário das previsões mais pessimistas quanto à possibilidade de desenvolvimento, as filiais industriais não reproduziriam e sim contribuiriam para superar a especialização primário-exportadora através da chamada “internacionalização do mercado interno”.

Logo, as formas de dependência poderiam variar não apenas em razão de condicionantes estruturais vinculados à base material e às formas tradicionais de inserção nas cadeias globais de valor, mas também em razão do encaminhamento do processo político. É por isso que Cardoso (1971b) acentuou a importância do método histórico-estrutural (BASTOS, 2020), e que Peter Evans (1987) denominou como histórico-estrutural a versão de Cardoso para a teoria das situações de dependência. Assim, a estagnação e mesmo a regressão estrutural não seriam um resultado inevitável da dependência enquanto tal, mas apenas o efeito de uma das formas que ela pode assumir. Ao contrário de prender países periféricos em formas tradicionais de dependência, a nova dependência resultara em desenvolvimento das forças produtivas em direção à industrialização e, assim, poderia até ter certo apoio político em parte das camadas médias e populares. A análise do processo político é importante porque grupos locais que percebem a industrialização como uma ameaça de perda de *status* e riqueza devem ser superados por coalizões favoráveis que contem não apenas com frações da burguesia, dos trabalhadores e das camadas médias, mas também com o capital estrangeiro e seus representantes locais.

Mais do que uma teoria geral, o enfoque propõe um esquema de análise das diferentes situações de dependência levando em conta a particularidade dos

condicionantes externos, de um lado, e da estrutura econômica e das relações de poder locais, de outro. O vetor dessas forças resultaria, em cada situação nacional de dependência, em certo potencial de desenvolvimento das forças produtivas e reposicionamento no sistema internacional que diferenciaria os casos de desenvolvimento dependente.

O problema do enfoque histórico-estrutural de Cardoso e Faletto é sua subestimação das limitações estruturais que era tão enfatizada por Marini ([1978]2008a), inclusive em sua resposta à crítica de ambos. A análise histórica de Cardoso e Faletto parece conter-se nos processos políticos, sem hipóteses teóricas sobre os limites colocados pela estrutura econômica e sua evolução histórica nem sequer para reagir aos limites identificados por Furtado ou Santos acima descritos¹¹. Marini (como Frank e Wallerstein) pode ser acusado de hiperestruturalismo e exagero nas previsões teóricas economicistas, deixando pouco espaço para a autonomia relativa dos conflitos sociopolíticos. Inversamente, em típica postura politicista, Cardoso e Faletto não balizam a luta de classes em um quadro estrutural cuja mudança seja explicada em parte por hipóteses oriundas, por exemplo, das teorias sobre o imperialismo e da mudança econômica estrutural nos países periféricos. Se a estrutura de Marini tem pouco processo político, a política de Cardoso e Faletto não tem estrutura em processo.

Essa crítica fundamental foi feita com grande acurácia por Vania Bambirra ([1972]2013) no clássico *O capitalismo dependente latino-americano*, que Cardoso e Faletto preferiram ignorar a dar uma resposta que admitisse seus limites analíticos. Para Bambirra, o problema é que eles não respeitam sua própria metodologia por não integrarem as mudanças estruturais da economia, seu impacto sobre o poder das classes e frações de classes sobre o conflito sociopolítico. A economia aparece apenas como um quadro estrutural estático, não sujeito ao próprio método histórico-estrutural que é aplicado ao movimento descontextualizado da política. A partir de hipóteses simples sobre a estática estrutural da economia retiradas esquematicamente do enfoque cepalino, Cardoso e Faletto analisam ações políticas não contextualizadas materialmente¹².

Por exemplo, quando Cardoso e Faletto analisam o sucesso ou o fracasso dos casos nacionais em direção à industrialização pesada sob nova dependência, o influxo do capital estrangeiro e seu perfil setorial parecem depender só da política de atração do capital que o sistema político pode ou não fazer com autonomia em relação a limites sobredeterminados pela estrutura econômica. Assim, independentemente de análise detida sobre os limites, dinâmica cíclica e mudanças da estrutura econômica, tudo se passa como se o convite (ou não) às filiais estrangeiras e a criação (ou não) de um “ambiente” amigável bastassem para transitar para a situação de “nova dependência” com industrialização pesada, a despeito da estrutura econômica prévia do capitalismo periférico em questão.

Malgrado a promessa metodológica do enfoque histórico-estrutural, há

11 Além dos limites apontados por Furtado depois de aderir ao enfoque da dependência, ver: Rossi; Mello; Bastos (2020).

12 Para crítica semelhante e menos criativa: Cueva; Calvo (1974).

pouca história na estrutura econômica de Cardoso e Faletto, e pouca estrutura na sua análise política. Ou seja, falta a combinação sintética e dialética de estruturas, mudanças histórico-estruturais e processos econômicos e políticos. Se o critério para explicar o modelo de desenvolvimento dependente é a existência ou não de um sistema político disposto a fazer o convite para o capital estrangeiro, faltam hipóteses sobre a mudança estrutural dos distintos modelos de acumulação de capital nos países da América Latina, a partir da qual se pode analisar a possibilidade de conexão com a nova dependência, que é possível materialmente em uns, mas não em outros. Se formos ligeiramente mais lenientes com Cardoso e Faletto, talvez o problema seja que seguem acriticamente a periodização histórica das mudanças estruturais proposta pela Comissão Econômica para América Latina e o Caribe (Cepal), assim como a explicação para a “passagem econômica” de uma fase a outra segundo a resposta a choques externos, sem avaliação do condicionamento dado pela evolução prévia da estrutura econômica interna. Na crítica rápida mas precisa de Cardoso de Mello ([1975]1998, p. 27), parece que Cardoso e Faletto apenas agregaram ao esquema cepalino as classes sociais que sustentam as formas de dependência em cada período, sem “esquema que apanhasse concretamente o movimento econômico da sociedade”, ou seja, sem análise dos esquemas materiais de reprodução do capital que mudam em cada etapa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS: PARA UMA NOVA SÍNTESE DA ECONOMIA POLÍTICA HISTÓRICO-ESTRUTURAL

As críticas indicam a necessidade de uma nova síntese dos enfoques sobre a dependência que seja capaz de evitar o economicismo e o politicismo e combinar a análise das duas ordens de restrição estrutural e de processo histórico de modo sintético e dialético. Quais características uma nova síntese deve ter? A meu ver, deve partir de onde pararam Vânia Bambirra, Maria da Conceição Tavares, João Manuel Cardoso de Mello e Alonso Barbosa de Oliveira. Como professor da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) que foi aluno de três desses mestres na periferia do capitalismo, devo reconhecer que o ponto de partida foi elaborado por Bambirra ([1972]2023) a partir do método histórico-estrutural proposto mas não realizado por Cardoso e Faletto.

Para integrar economia e política, Bambirra ([1972]2023, p. 39) opera a partir do método de aproximações sucessivas à complexidade concreta, que se inicia da caracterização geral da situação de dependência para a análise do processo de transformação das diversas estruturas dependentes nacionais. Antes de chegar ao nível mais concreto, ela propõe um nível intermediário que retém a diferença essencial entre tipos de estrutura, sem desconhecer que “a economia mundial tem que ser tomada como determinante em última instância” que condiciona os tipos de situação de dependência que têm diferentes possibilidades estruturais, ou seja, trajetórias

históricas delimitadas estruturalmente¹³. Assim fazendo, Bambirra escapa tanto do hiperestruturalismo de Frank e Marini quanto do politicismo de Cardoso e Faletto:

Esta formulação da metodologia marxista nos parece a mais adequada, pois torna explícito o significado do que são, como condicionantes, o fator econômico e a dependência. Não existe um condicionamento absoluto – como uma interpretação mecanicista poderia deduzir –, mas sim um condicionamento dos parâmetros dentro dos quais atuam uma série de contradições cujas interações, choques e lutas dão as alternativas ou possibilidades históricas de ação e funcionamento aos setores e classes sociais que se formam dentro desses parâmetros gerais, nos quais as opções de política econômica e social se tornam possíveis. Por isso, se a intenção é realizar uma análise científica, esta tem que encontrar em tais fatores condicionantes não apenas um pontode partida, mas também seu objeto fundamental de investigação. (BAMBIRRA, [1972]2023, p. 40-41).

Seu método é histórico-estrutural porque desce das abstrações teóricas para a investigação dos critérios de diferenciação histórica dos tipos estruturais de dependência e das mudanças de suas possibilidades estruturais. As determinações recíprocas entre estruturas e processos operam do seguinte modo: tipos estruturais (bem diferentes de tipos-ideais weberianos) admitem processos de mudança que só podem ser alargados pelo conflito político até certo ponto, uma vez que as classes e frações de classes estão enraizados materialmente, mas não agem mecanicamente; agem politicamente no interior de limites estruturais onde não escolheram estar. Fazem a história (apenas em primeira instância) em condições dadas e herdadas do passado que mudam, em última instância, segundo transformações estruturais que ocorrem nos capitalismos imperialistas que condicionam as situações de dependência. Ainda em nível elevado de abstração, Bambirra afirma uma concepção estrutural de dependência que não reifica a economia ao estruturar a política:

A dependência política não deve ser definida apenas como a imposição da ingerência estrangeira na vida nacional, mas sobretudo como parte de uma situação de dependência que faz com que o processo de tomada de decisões por parte das classes dominantes – em função dos interesses políticos “nacionais” internos – seja dependente [...]. Essa submissão política, porém, deve ser entendida em função da ausência de alternativas para a continuidade e sobrevivência do processo de desenvolvimento capitalista. (BAMBIRRA, [1972]2023, p. 144-145).

Extrapolando o artigo descrever como a autora operacionaliza o método na comparação bem rica das situações, possibilidades e mudanças estruturais dos tipos de dependência diante de cada determinação em última instância tecida pelas

13 Cardoso de Mello ([1975]1998, p. 26) se equivoca ao considerar que sua distinção entre determinantes externos em última instância e determinantes internos em primeira instância provém de Cardoso e Faletto, que não fazem tal distinção explicada por Moraes ([1972]2010) e Bambirra.

transformações estruturais dos capitalismos imperialistas. Cabe registrar que o problema mais sério de sua análise é, a meu ver, a falta de especificação teórica sobre o que chama de “legalidade” econômica, ou seja, tendências e mecanismos estruturais que condicionam a mudança no sistema mundial capitalista e as possibilidades estruturais no capitalismo dependente, malgrado as alusões à concentração e centralização do capital. Por exemplo, Bambirra preserva hipótese subconsumista que, com mais rigor, não encontra espaço nos esquemas marxistas de reprodução do capital propostos para entender a evolução dependente do capitalismo brasileiro por Cardoso de Mello e Maria da Conceição Tavares (BASTOS, 2021; 2023).

Também por razão de espaço, não posso demonstrar aqui que a crítica feita por Cardoso de Mello a Cardoso e Faletto se aplica a Bambirra, faltando a Bambirra aperfeiçoar “esquema que apanhasse concretamente o movimento econômico da sociedade” (MELLO ([1975]1998, p. 27), para cuja construção Mello, Maria da Conceição Tavares, Luiz Gonzaga de Belluzo e Wilson Cano lideraram a “escola de Campinas”. Porém, cabe enfatizar que Bambirra localiza a importância desse movimento para estruturar as possibilidades políticas, caminhando em direção a uma análise integrada da economia e da política que, na “escola de Campinas”, foi desenvolvida por Alonso Barbosa de Oliveira ao diferenciar e explicar os diferentes casos de industrialização original e retardatária, mas não os casos latino-americanos comparados de modo integrado por Bambirra e, mais tarde, por Wilson Cano (2000) pelo ângulo da economia. É isso que permite falar de uma *economia política histórico-estrutural* que é comum a Bambirra e à “escola de Campinas”, malgrado diferenças¹⁴.

O método histórico-estrutural de Bambirra é basicamente o mesmo da “escola de Campinas”. A diferença é que a tendência de concentração e centralização do capital, em direção a graus superiores de coordenação do capital social e de progresso técnico a investigar empiricamente, é usada em Campinas para pensar os cortes estruturais na história do capitalismo, a mudança nos esquemas de reprodução do capital e o entendimento de sua expansão desigual e combinada em escala mundial que modifica, em última instância, as possibilidades estruturais nos capitalismos tardios. Isso não significa abstrair a importância, em primeira instância, da estrutura prévia de cada capitalismo e do conflito entre as classes e frações que disputam, a partir da estrutura que as condiciona, o modo de reação ao impacto das transformações globais, e sim obriga a investigar a interação complexa entre determinações globais e locais (BASTOS, 2019).

Como afirmei, a dependência voltou aos círculos acadêmicos no Norte Global, mas se aproximando imperfeitamente da metodologia histórico-estrutural que considero mais frutífera. Voltei às origens para alertar que novas contribuições ao estudo da dependência devem:

- 1) evitar as más abstrações que caracterizaram a primeira geração de dependentistas;

¹⁴ A economia política histórico-estrutural foi aplicada na comparação da trajetória do Brasil e na Coreia do Sul da industrialização à globalização (MOREIRA; BASTOS, 2023a; 2023b).

- 2) construir sínteses dialéticas em direção a uma nova economia política histórico-estrutural que ancore estudos de caso não na empiria cega, mas em teorias gerais e mediações analíticas sólidas que têm como ponto de partida o resgate crítico da primeira geração de dependentistas.

SOBRE O AUTOR

PEDRO PAULO ZAHLUTH BASTOS é livre-docente do Instituto de Economia da Universidade Estadual Paulista (IE/Unicamp).
ppzbastos@gmail.com
<https://orcid.org/0000-0003-3748-1939>

REFERÊNCIAS

- ALAMI, I. et al. International financial subordination: a critical research agenda. *Review of International Political Economy*, v. 30, n. 4, 2022, p. 1360-1386. <https://doi.org/10.1080/09692290.2022.2098359>.
- AREZKI, R. et al. Testing the Prebisch–Singer hypothesis since 1650: evidence from panel techniques that allow for multiple breaks. *Journal of International Money and Finance*, v. 42, 2014, p. 208-223. <https://doi.org/10.1016/j.jimonfin.2013.08.012>.
- ASHMAN, S. The uneven and combined development of racial capitalism and South Africa's changing race-class articulations. *Global Political Economy*, v. 2, n. 1, 2023, p. 37-57. <https://doi.org/10.1332/NSVG2581>.
- BACHA, E.; BONELLI, R. *Crescimento e produtividade no Brasil: o que nos diz o registro de longo prazo*. Rio de Janeiro: Ipea/Dimac/Coordenação de Seminários, 2001. (Seminários Dimac n. 52). Disponível em: <https://shorturl.at/RKkf9>. Acesso em: mar. 2025.
- BAMBIRRA, V. (1972). *O capitalismo dependente latino-americano*. 2. ed. Florianópolis: Insular, 2013.
- BASTOS, P. P. Z. Ascensão e crise do projeto nacional-desenvolvimentista de Getúlio Vargas. In: BASTOS, P. P. Z.; FONSECA, P. C. D. (Org.) *A Era Vargas: desenvolvimentismo, economia e sociedade*. São Paulo: Editora Unesp, 2012a, p. 361-454.
- BASTOS, P. P. Z. A economia política da integração da América do Sul no mundo pós-crise. *Observatório da Economia Global*, Campinas, Textos Avulsos n. 10, IE-Unicamp, abril 2012b, p. 1-82. Disponível em: <https://shorturl.at/3BnJj>. Acesso em: mar. 2025.
- BASTOS, P. P. Z. Por uma economia política estruturalista (parte 1): o corpo teórico da “escola de Campinas” e a origem dos capitalismos. *Textos para Discussão*, IE-Unicamp, n. 360, 2019.
- BASTOS, P. P. Z. *Formação econômica do Brasil* de Celso Furtado: método, esquema analítico e projeto político. *Cadernos do Desenvolvimento*, v. 15, n. 27, jul.-dez. 2020, p. 227-261. Disponível em: <https://shorturl.at/URu3e>. Acesso em: mar. 2025.
- BASTOS, P. P. Z. Tardio, desigual e combinado: a origem do projeto intelectual da Escola de Campinas e a

- contribuição de Maria da Conceição Tavares. In: FUCIDJI, José Ricardo (Org.). *As narrativas de Clio: ensaios de interpretação histórica e metodológica*. Curitiba; Campinas, SP: CRV; IE/Unicamp. IE, 2021.
- BASTOS, P. P. Z. Two hundred years of the Brazilian economy (according to Liberals, Nationalists, and Marxists): dependency as a project? *Araucária*, v. 24, n. 51, 2022, p. 319-345. <https://dx.doi.org/10.12795/araucaria.2022.i51.i4>.
- BASTOS, P. P. Z. Capitalismo, dependência e distribuição de renda: a contribuição de Maria da Conceição Tavares para a economia do desenvolvimento. *Análise Social*, v. 58, n. 3, n. 248, 2023, p. 490-511. <https://doi.org/10.31447/AS00032573.2023248.03>.
- BASTOS, P. P. Z.; HIRATUKA, C. The foreign economic policy of Dilma Rousseff's government and the limits of dependency. *Latin American Perspectives*, issue 231, v. 47, n. 2, March 2020, p. 25-46. <https://doi.org/10.1177/0094582X19894590>.
- BREWER, T. *Marxist theories of imperialism: a critical survey*. London: Routledge, 2002.
- CANO, W. (1975). *Raízes da concentração industrial em São Paulo*. São Paulo: Hucitec, 1990.
- CANO, W. *Soberania e política econômica na América Latina*. São Paulo: Unesp, 2000.
- CARDOSO, F. H. Comentário sobre os conceitos de superpopulação relativa e marginalidade. *Estudos Cebrap*, n. 1, 1971a, p. 99-130. Disponível em: <https://shorturl.at/2dHcw>. Acesso em: mar. 2025.
- CARDOSO, F. H. "Teoria da dependência" ou análises concretas de situações de dependência? *Estudos Cebrap*, n. 1, 1971b, p. 26-45. Disponível em: <https://shorturl.at/w332H>. Acesso em: mar. 2025.
- CARDOSO, F. H. Dependent capitalist development in Latin America. *New Left Review*, n. 74, jul.-ago. 1972, p. 83-95. Disponível em: <https://shorturl.at/YGs49>. Acesso em: mar. 2025.
- CARDOSO, F. H. Notas sobre o estado atual dos estudos sobre dependência. *Cadernos Cebrap*, n. 11, 1973, p. 23-47. Disponível em: <https://shorturl.at/D4ERv>. Acesso em: mar. 2025.
- CARDOSO, F. H.; FALETTO, E. (1970). *Dependência e desenvolvimento na América Latina*. 3. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.
- CARDOSO, F. H.; SERRA, J. As desventuras da dialética da dependência. *Estudos Cebrap*, n. 23, 1979, p. 33-80. Disponível em: <https://shorturl.at/dPoK9>. Acesso em: mar. 2025.
- CONTADOR, C.; HADDAD, C. Produto real, moeda e preços: a experiência brasileira no período 1861-1970. *Revista Brasileira de Estatística*, v. 36, n. 143, 1975, p. 407-440. Disponível em: <https://shorturl.at/FrPCM>. Acesso em: mar. 2025.
- COUTINHO, M. C. *Padrões de consumo e distribuição de renda no Brasil*. 1979. Dissertação (Mestrado). Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1979.
- CUEVA, A.; CALVO, P. Problemas y perspectivas de la teoría de la dependencia. *Revista Mexicana de Sociología*, v. 37, n. 2, p. 539-543. Disponível em: <https://revistamexicanadesociologia.unam.mx/index.php/rms/article/view/61999>. Acesso em: mar. 2025.
- ERTEN, B.; OCAMPO, J. Super cycles of commodity prices since the mid-nineteenth century. *World Development*, v. 44, 2013, p. 14-30. <https://doi.org/10.1016/j.worlddev.2012.11.013>.
- EVANS, P. Class, state, and dependence in East Asia: lessons for Latin Americanists. In: DEYO, F. C. (Ed.). *The political economy of the new Asian industrialism*. Ithaca: Cornell University Press, 1987, p. 203-226.
- FERNANDES, F. *Poder e contrapoder na América Latina*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.
- FERNANDES, Florestan. (1981). Notas sobre o fascismo na América Latina. In: FERNANDES, F. *Poder e contrapoder na América Latina*. 2 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2015, p. 33-58.
- FRANK, A. G. (1967). *Capitalism and underdevelopment in Latin America*. New York: Monthly Review Press, 1969.
- FRANK, A. G. (1964). A agricultura brasileira: capitalismo e mito do feudalismo. In: STÉDILE, J. P. (Org.).

- A questão agrária no Brasil: o debate na esquerda – 1960-1980. São Paulo: Expressão Popular, 2012, p. 35-100.
- FRANKLIN, R. Seria Fernando Henrique Cardoso um weberiano?. *História Econômica e História de Empresas*, v. 19, n. 1, 2016, p. 189-219. <https://doi.org/10.29182/hehe.v19i1.417>.
- FURTADO, C. *Subdesenvolvimento e estagnação na América Latina*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.
- FURTADO, C. (1959). *Formação econômica do Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1989.
- GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere*. Volume 4: temas de cultura, ação católica, americanismo e fordismo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.
- HIGGINBOTTOM, A. Superexploitation and the imperialist drive of capitalism: how Marini's 'dialectics of dependency' goes beyond Marx's "Capital". *Monthly Review*, v. 74, n. 11, 2023, p. 29-53. https://doi.org/10.14452/MR-074-11-2023-04_3.
- IUMATTI, P. T. *Caio Prado Jr.: uma trajetória intelectual*. São Paulo: Brasiliense, 2007.
- KVANGRAVEN, I. H. Beyond the stereotype: restating the relevance of the dependency research programme. *Development and Change*, v. 52, n. 1, 2021, p. 76-112. <https://doi.org/10.1111/dech.12593>.
- LEWIS, W. A. Economic development with unlimited supplies of labour. *The Manchester School*, 1954. Disponível em: <https://la.utexas.edu/users/hcleaver/368/368lewistable.pdf>. Acesso em: mar. 2025.
- LIMA, E. *Milagre econômico: o peso das exportações e do mercado interno brasileiro na composição do produto interno bruto entre 1967 e 1973*. 2020. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Econômicas). Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2020.
- MARINI, R. M. Dialéctica de la dependencia: la economía exportadora. *Sociedad y Desarrollo*, v. 1, n. 1, 1972, p. 35-51.
- MARINI, R. M. (1973). *Dialéctica de la dependencia*. México, DF: Ediciones Era, 1981.
- MARINI, R. M. (1978). Las razones del neodesarrollismo (respuesta a F. H. Cardoso y J. Serra). In: MARINI, R. M.; MARTINS, C. E. *América Latina, dependencia y globalización*. Bogotá: Siglo del Hombre - Clacso, 2008a, p. 165-233.
- MARINI, R. M. (1996). Proceso y tendencias de la globalización capitalista. In: MARINI, R. M.; MARTINS, C. E. *América Latina, dependencia y globalización*. Bogotá: Siglo del Hombre - Clacso, 2008b, p. 247-271.
- MARINI, R. M. (1982). O ciclo do capital na economia dependente. In: FERREIRA, C.; OSORIO, J.; LUCE, M. *Padrão de reprodução do capital: contribuições da teoria marxista da dependência*. São Paulo: Boitempo, 2015, epub, posição 246-637.
- MARX, Karl. *O capital*. Livro 3: Crítica da economia política. Livro 3: O processo de circulação do capital. São Paulo: Boitempo, 2017.
- MELLO, J. M. C. (1975). *O capitalismo tardio*. 10. ed. Campinas: IE-Unicamp, 1998.
- MELLO, J. M. C.; NOVAIS, F. Capitalismo tardio e sociabilidade moderna. In: SCHWARTZ, L. *História da vida privada no Brasil*. v. IV. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 559-658.
- MORAES, J. Q. de. (1972). O estatuto teórico da noção de dependência. *Crítica Marxista*, v. 17, n. 31, 2010, p. 23-36. <https://doi.org/10.1590/S0101-84672010000100002>.
- MORAES, R.; BASTOS, P. P. Z. O Estado em disputa: os objetivos do II PND e os interesses dos industriais. *Nova Economia*, v. 32, n. 1, 2022, p. 181-204. <https://doi.org/10.1590/0103-6351/6736>.
- MOREIRA, U.; BASTOS, P. P. Z. Desenvolvimento convidado ou projetado? Dependência, Estado e capital nacional no desenvolvimento capitalista na Coreia do Sul. *Revista de Economia Contemporânea*, v. 27, e222712, 2023. <https://doi.org/10.1590/198055272227>
- MOREIRA, U.; BASTOS, P. P. Z. Organização industrial, estrutura de propriedade do capital e política

- econômica na Coreia do Sul: da industrialização ao neoliberalismo. *Geosul*, v. 38, n. 85, 2023, p. 38-66. <https://doi.org/10.5007/2177-5230.2023.e90201>.
- MOURA, C. (1977). *O negro: de bom escravo a mau cidadão*. São Paulo: Dandara, 2021.
- NUN, J. Superpoblación relativa, ejército industrial de reserva y masa marginal. *Revista Latinoamericana de Sociología*, v. 5, n. 2, 1969, p. 178-235.
- OURIQUES, N. *La teoría marxista de la dependencia: una historia crítica*. México: Unam, 1995.
- PINTO, A. (1970). Natureza e implicações da heterogeneidade estrutural na América Latina. In: BIELSCHOWSKY, R. (Org.). *Cinquenta anos de pensamento na Cepal*. v. 2. Rio de Janeiro: Record, 2000, p. 567-588.
- PRADO JR., C. *A revolução brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1966.
- PRADO JR., C. *A questão agrária*. São Paulo: Brasiliense, 1979.
- QUIJANO, A. (1968). Dependencia, cambio social y urbanización en Latinoamérica. In: QUIJANO, A. *Cuestiones y horizontes: de la dependencia histórico-estructural a la colonialidad-descolonialidad del poder*. Buenos Aires: Clacso, 2020, p. 91-145.
- ROSSI, P.; MELLO, G.; BASTOS, P. P. Z. The growth model of the PT governments: a Furtadian view of the limits of recent Brazilian development. *Latin American Perspectives*, v. 47, n. 1, jan. 2020, p. 100-114. <https://doi.org/10.1177/0094582X19891700>.
- SANTOS, T. dos. El nuevo carácter de la dependencia. *Cuadernos del Centro de Estudios Sociológicos*, n. 10, Santiago: Universidad de Chile, 1968.
- SANTOS, T. dos. The structure of dependence. *American Economic Review*, v. 60, n. 2, May 1970, p. 231-236. <https://www.jstor.org/stable/1815811>.
- SECCO, L. Posfácio. In: PRADO JR., C. *A revolução brasileira e a questão agrária no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2014, epub, posição p. 4656-4967.
- SIMON, R. *O Brasil contra a democracia: a ditadura, o golpe no Chile e a Guerra Fria na América do Sul*. São Paulo: Companhia das Letras, 2021.
- STOCKHAMMER, E. Macroeconomic ingredients for a growth model analysis for peripheral economies: a Post-Keynesian-structuralist approach. *New Political Economy*, v. 28, n. 4, 2022, p. 628-645. <https://doi.org/10.1080/13563467.2022.2149723>.
- SUZIGAN, W. *Indústria brasileira: origem e desenvolvimento*. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- TAVARES, M. C.; SOUZA, P. R. Emprego e salários na indústria “O caso brasileiro”. *Revista de Economia Política*, v. 1, n. 1, jan.-mar. 1981, p. 3-29. <https://doi.org/10.1590/0101-31571981-1003>.
- TAVARES, M. C.; SERRA, J. (1970). Além da estagnação. In: TAVARES, M. C. *Da substituição de importações ao capitalismo financeiro*. 10. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1982, p. 155-207.
- VUKOV, V. Growth models in Europe's Eastern and Southern peripheries: between national and EU politics. *New Political Economy*, v. 28, n. 5, 2023, p. 832-848. <https://doi.org/10.1080/13563467.2023.2189695>.
- WALLERSTEIN, I. *The modern world system I*. New York: Academic Press, 1974.

“Ontological predation” and the conjuring of liberal fixations: ruminations on (inter)dependencies and “savage” (dis)possessions

[“Predação ontológica” e a conjuração de fixações liberais: rumações sobre (inter)dependências e (des)possessões “selvagens”]

Gustavo S. Azenha¹

ABSTRACT • This essay explores (inter) dependency through the concepts of Claude Lévi-Strauss’s “floating signifiers” and Eduardo Viveiros de Castro’s “ontological predation”, placing them in dialogue with other social theories, such as Fernando Henrique Cardoso’s dependency theory and Comte’s notion of the “Great Fetish.” The text analyzes how these ideas help reflect on the mystification of power and the reproduction of inequality, while also questioning the implications of economic progress that shape global and national dependencies. The essay also challenges liberal notions of freedom and self-determination, proposing a reevaluation of dependency and beliefs about self-determination.

• **KEYWORDS** • Dependency theory; perspectivism; fetishism. • **RESUMO** • Este

ensaio explora a (inter)dependência a partir dos conceitos de “significantes flutuantes” de Claude Lévi-Strauss e “predação ontológica” de Eduardo Viveiros de Castro, colocando-os em diálogo com outras teorias sociais, como a teoria da dependência de Fernando Henrique Cardoso e a noção de “Grande Fetiche” de Comte. O texto analisa como essas ideias ajudam a refletir sobre a mistificação do poder e a reprodução da desigualdade, além de questionar as implicações do progresso econômico, que molda as dependências globais e nacionais. O ensaio também desafia as noções liberais de liberdade e autodeterminação, propondo uma reavaliação da dependência e das crenças sobre autodeterminação. • **PALAVRAS-CHAVE** • Teoria da dependência, perspectivismo; fetichismo.

Recebido em 5 de agosto de 2024

Aprovado em 18 de novembro de 2024

AZENHA, Gustavo S. “Ontological predation” and the conjuring of liberal fixations: ruminations on (inter)dependencies and “savage” (dis)possessions. *Rev. Inst. Estud. Bras.* (São Paulo), n. 90, 2025, e10719.



Seção: Dossier

DOI: 10.11606/2316901X.n90.2025.e10719

¹ Columbia University (New York, NY, USA).

This essay originates in reflections on the matter of Brazilian dependency while relaying these into broader theoretical ruminations on questions of interdependence, power, agency, and subjectivity. The essay engages in an (arbitrarily) selective discussion of social science theorizing from and about Brazil. Its marrow consists of an experiment in anthropological thought regarding the concept of fetishism and the limits of subjectivity. I privilege Claude Lévi-Strauss's concept of "floating signifiers" and aspects of Eduardo Viveiros de Castro's "perspectivism", placing them into dialog with one another and with other works of social theory relevant to matters regarding (inter)dependence in Brazil and beyond.

Flirting with the writings and insights of other scholars (i.e., Fernando Henrique Cardoso and Auguste Comte), the essay weaves together a variety of concepts, including Comte's "Great Fetish", floating signifiers, dependency theory, and "ontological predation" as expressions of ongoing unease about – and attempts to redefine – individual and collective liberty. *As expressions of existential angst over the limits of self-determination and (inter)dependency.*

This essay begins with cursory reflections on Comte, followed by dialectal analyses of selected texts of Lévi-Strauss, Cardoso, and Viveiros de Castro, focusing primarily on the latter's writings. The analysis emphasizes common threads of thought between these authors, drawing attention to continuities and discontinuities in how they discuss subjectivity and social relations and playfully pointing out recurrent theoretical contradictions and inconsistencies. The critical lens guiding this analysis privileges the concept of fetishism, exploring the ways in which the authors – explicitly and unconsciously – engage with, conceal, and disavow fetishism in their own terms and concepts. The overall purpose of these theoretical antics is to unveil the allure, relevance, and potency of the concept for social analysis, especially for thinking about subjectivity, self-determination, and interdependency. In pursuing this purpose, this analysis ambitions to elevate valuable insights made by Lévi-Strauss and Viveiros de Castro that enable creatively rethinking and mobilizing the concept of fetishism. Although underdeveloped in this essay, the valuation of the concept of fetishism is rooted in a critique of the faith in self-determination that sustains varied liberal ideologies (e.g., from modern philosophy to positivism to neoliberalism to

contemporary conservative populism), and in a faith that the concept of fetishism might offer possibilities for mending the destructive manifestations of our liberal fixations philosophically, politically, and economically.

Lévi-Strauss's and Viveiros de Castro's meditations on the enchantment of imaginaries of exchange and related matters (e.g., social structures, difference, and development) enable exciting possibilities for critically thinking about the liberating and predatory "gifts" of progress that motivate and define the contours of global and intra-national(inter)dependency, permitting creative reflections on the mystification of power, the production of difference/inequality, and the relations between power and materiality, serving as a basis for critical observations on the limits of social theory, as well as on development and globalization. The essay endeavors to suggest ways to think about (inter)dependency at multiple scales and in varied registers by offering critical observations on the metaphysical and existential insufficiencies of liberalisms, past and present. It seeks to suggest creative – but unoriginal – ways of appraising the frictive (inter)dependencies that characterize globalization under late capitalism.

We *recursively* use these hybrid theoretical creations – which (asymmetrically) intermingle European, Brazilian, and Indigenous social theorizations – to interrogate existential assumptions that lurk beneath notions of freedom. Mobilizing ideas of floating signifiers, ontological predation, and ontological autodetermination we attempt to unveil the sorcery behind the negotiation of terms of exchange and the demarcation of national boundaries, and behind the reproduction of inequality and difference intra-nationally, in a way that connects these to the delimitation of the existential boundaries of subjectivity. This maneuver seeks to provoke a more fundamental questioning of the value of the very notion of dependency and of our faith in cherished – and rather "savage" – superstitions about freedom, in which the notion of dependency is imbricated.

In short, this essay concerns itself with the intellectual and political vicissitudes of magical ideas of development and independence, and the (imagined and material) transmutation of terms of (inter)dependency. It is an endeavor envisioned as an exercise in what we could call a *political ecology of fetishism*: a dynamic, relational, and recursive exploration of the permutations of metaphysical creativities through which the contradictions of autodetermination and (inter)dependence are sublimated, and through which cosmologies are (deceptively) authenticated and instantiated (AZENHA 2023).

POSITIVISM AND THE GREAT FETISH

Auguste Comte's ideas of socio-historical evolution became an important foundation for the social sciences and political philosophy (DIVANNA 2012: 456). He imagined history as advancing through phases, culminating in a final stage guided by social scientific reason (i.e., the "positive" stage) (COMTE 2018). He envisioned this form of reason along quasi-religious lines, with echoes of "primitive" fetishistic belief, developing the concept of the "Great Fetish" to denote this modern form of faith. As

anthropologist Rosalind Morris affirms, he developed “a theory of fetishism that is itself an extreme form of fetishism” (MORRIS 2017b: 208). He consciously understood fetishism as vital to forging solidarity in the service of the collective good.

Positivism’s model of modernization found especially fertile ground for political imaginings in Brazil. The enchantment with Comte’s ideas during the “first wave” of globalization, served as a framework to understand and shape modernization in Latin America, including how nations became integrated within global sociomaterial orders, and how internal sociomaterial hierarchies were imagined (PALTÍ 2018: 53-54). Because Portuguese policies prohibited the establishment of institutions of higher education in Brazil until 1808, Brazilian elites that had opportunities to study were typically educated in Coimbra or France. With Independence in 1822, and the breakdown in relations between Brazil and Portugal, France became the most important place for elite Brazilians to study. In the mid to late 1800s, these Brazilian pupils were exposed to Comte’s writings and lectures, and his ideals and framework for understanding history and progress resonated strongly with reform-minded Brazilians. Comtean positivism was further propagated to a wider group of Brazilians, where its ideas about the unity of the human spirit, about progress, and about the role of human agency and specific approaches to accelerating evolutionary progress found considerable uptake. By the final decades of the 19th century, positivism bewitched Brazilian intellectual and political elites, serving as a guide to rethink political institutions and social development (DIVANNA 2012: 456-457). During the liminal transition period from Empire to Republic, it provided a critical framework for the transcendence of established institutions (PALTÍ 2018: 55-56). It was central to the construction of national identity, permeating not only the understanding of the fledgling nation state, but also the history of Brazil, its ethnic, racial and geographic diversity, and the interrelations of these. It informed visions of the past failings, and the definitions and paths to progress, with slavery and monarchy coming to be seen as impediments to progress and the cause of “backwardness” (PALTÍ 2018: 57-58).

It provided an updated civilizing discourse in the context of intensified globalization, independence, modernization, and industrialization. There is a certain contradiction in its manifestation: National independence and the increased seduction of liberal discourse, alongside intensified global intercourse and (inter)dependencies, was paradoxical. Positivism helped to resolve – or sublimate – these contradictory understandings of shifting political, economic, and social trajectories. It served as a vital framework in redefining freedom and re-envisioning human agency during a time of increasing global interconnections. It functioned as a Great Fetish, if you will, during a seminal period of nation-building and reformulation of global (inter)dependencies.

Comtian positivism has become much derided in social theory. Still, its specter remains in the social sciences, conventional notions of scientific progress and nation-building and globalizing projects of order, progress, and growth. His philosophy has continued to – consciously and unconsciously – animate Brazilian ideas about political institutions, underdevelopment, global trade and interconnections, intra-national social hierarchies, and the domestication of nature.

FROM THE GREAT FETISH TO FLOATING SIGNIFIERS

Lévi-Strauss's notion of the "floating signifier" may be seen as a devolution of Comtean philosophy, a Brazilian-influenced counterpoint to French positivism. It is a (culturally hybrid) mimetic refinement of Comte's ideas about the power and promise of the social sciences, are finment enabled and influenced by Lévi-Strauss's formative experiences with Brazil and Brazilians, including Indigenous Brazilians and their alterity.

Reflections on (inter)dependence have much to gain when viewed through the prism of the floating signifier, a theoretical gesture conjured up by Lévi Strauss in the space between Brazilian and French cosmologies, and which has been taken up and within perspectivism and theorizations of populism, both of which are valuable for exploring Brazilian global and internal (inter)dependencies.

Lévi-Strauss and several other leading French social scientists "spent their formative years in Brazil" combining "fieldwork with new methodological approaches that would prove foundational for scholarly conversations about the global economy, temporality, syncretism, race, and social structure" (MERKEL 2022: 1). In the 1930s, Lévi-Strauss and other French scholars served as the first professors in various disciplines during an important period in Brazil which witnessed the "rise of modernism, the consolidation of national social thought, and the institutionalization of the social sciences" (MERKEL 2022: 2-3). This was also a seminal period for the social sciences globally, a time of disciplinary formation marked by creativity, originality, and hybridity (MERKEL 2022: 8). Lévi-Strauss's experiences of Brazil – and his interrelations with Brazilian intellectuals and Indigenous peoples – shaded his intellectual creations (MERKEL 2022), being pivotal in his influential theorizations regarding the human unconscious, social structures, the ills of modernization, and cultural diversity.

Lévi-Strauss articulates his concept of the floating signifier in his *Introduction to the Work of Marcel Mauss*, putting forth the floating signifier as a (mystified) theory of the mystification of power. The concept originates in his creative critical engagement with Mauss's theorizations about gifts, magic, and the alchemy of social relations. Mauss's foregrounded theories of social life as a system of relations, an approach influenced by Durkheim and Comte. Reflecting its Comtean lineage, his work embodied the spirit of the Great Fetish, turning to magical thinking and gift exchange to rethink the social contact.

Crucial to his ideas were Indigenous magical concepts (e.g., *mau* and *hau*), which Lévi-Strauss critically denoted as floating signifiers in his efforts to authenticate and elevate his structuralism. The floating signifier is a concept inspired by French sociological reflections on exchange and magical thinking through the prism of Indigenous theories of magic and social relations. He builds on Mauss's methodological inclinations and insights by connecting them with his experiences and encounters with magic among Indigenous peoples in Brazil.

He employed the term to refer to concepts "generally used to refer to a supernatural force suffusing the world and obliging people to act" (Morris 2017b: 231). It involves recourse to "divine understanding" (or forms of "assimilation"), which

emerges out of disjunctures between signification and reality. It is the absorption of “significatory inadéquation” in magic. It is like a vessel for universal, unconscious impulses of unity between the symbolic and the material (LÉVI-STRAUSS 1987: 62).

The concept refers to powerful signifiers that sublimate the contradictions of symbolic thinking, thereby enabling it to function. Marxian (and Freudian) notions of fetishism (unconsciously) linger beneath the surface². As a theoretical elaboration that theorizations of magic and social relations, and concerns the mystification of the terms and dynamics of exchange, the floating signifier seems particularly apropos for thinking about (inter)dependency and revisiting dependency theory.

The enchantment with floating signifiers is posited as universal, but he suggests that there are exceptional forms of belief that transcend its limitations. Scientific knowledge transcends – or offers the capacity for transcending – the “inadéquation”. It offers the means to refine signification and attenuate magical thinking. He looks to ethnology and psychology to provide the disciplined techniques for this refinement. These disciplines (i.e., the pillars of structuralism) enable the revelation of the concealed universal aspects of human social structure, thought, and being, providing the means to overcome mystification and enable the possibility of transcending the limitations of the floating signifier. Structuralism offers the promise of non-fetishistic belief. Or, perhaps, structuralism is Lévi-Strauss’s “Great Fetish”.

Notably, Lévi-Strauss acknowledges the influence of Comte on Mauss, alongside praising aspects of Comte’s intellectual project. Like Comte, his work suggests commonalities between fetishistic belief and science while insisting on the exceptionalism of science. Curiously, what he describes as the origins of structuralism bears an uncanny resemblance to fetish-making, and to his account of the origins of the floating signifier. The origin myth of structuralism recursively demonstrates the process by which arbitrary, superstitious exceptionalism materializes from the unconscious. The floating signifier is a hybrid concept that emerges in the boundaries and frictions between cultures, and engages in reflexive commentary on them, but also obfuscates intellectual and material asymmetries while (arbitrarily) muddling the boundaries between subjectivity and objectivity.

The floating signifier is a theory of mystified consciousness, that (inexplicitly) follows within a Marxian (and Hegelian) tradition. And like other theories (and expressions) of ideology it is concerned with subjectivity, differentiation, and the terms of (inter)dependency within social collectivities. That is, they are theories about the deceptive forms of unity in which subjectivity and (inter)dependency are misrepresented. Despite its deceptive lack of reflexivity, the concept can and has provided a useful point of reference for thinking about difference in Brazil, and the interrelationships between Brazil and global “centers”. It is also more generally productive for the theorization of ideology, social contracts, (inter) subjectivity, and human nature.

2 In this text he expresses, in passing, praise for Freud’s contributions to psychology. Although Marx is not invoked, Lévi-Strauss (1955) considered him one of his three intellectual “mistresses” (alongside Freud and geology).

THE LIMITS OF (INTER)DEPENDENCY THEORY

Throughout the 20th century, scholarship about Brazil has been situated within a critical unease regarding the terms of (inter)dependency between Brazil and global “centers” (and intra-national inequalities). This was evident in the “first wave of globalization”, during which positivism was initially entrancing. In the first half of the 20th century modernist intellectuals grappled with similar anxieties and concerns (evident among Brazilian intellectuals, and in Lévi-Strauss’s writings).

In the post-World War II era a new iteration of this unease emerged (i.e., dependency theory), in the context of the military dictatorship, and US cold war ambitions and intensified involvement in Brazil. As in the past, concerns regarding the terms of relationships between “centers” and “peripheries”, questions of intra-national inequalities and asymmetrical international (inter)dependencies intermingled, both of which spoke to matters regarding the nature of freedom and the (hierarchical) distribution of creative agency and moral/productive subjectivity.

Sociologist Fernando Henrique Cardoso was mentored by Florestan Fernandes at the University of São Paulo (where Lévi-Strauss had taught and helped establish its social science programs). Fernandes was a founding figure in Brazilian sociology, with Marxian leanings, whose work included influential research on social organization and war among the Tupinambá, and later turned his attention to questions of racial relations and inequalities.

Cardoso’s influential paper “The Consumption of Dependency Theory in the United States” (1977) critiques the tendency to resort to mythical binary oppositions in thinking about Latin America, including “dependency and development, exploitation and wealth, backwardness and sophisticated technology, unemployment and extreme concentration of income”. He situates these as part of a myth of dependency theory and counters these by unveiling the origins and evolution of dependency theory (CARDOSO 1977: 7-9).

The paper aims to add nuance to these simplistic oppositions, clarifying the origins, influences, and evolution of dependency theory while underscoring the underappreciated significance of critiques of national elites embedded within it. He argues that many of the ideas articulated in dependency theory already existed prior to the 1960s, situating the theory in a long line of reinterpretations and redeployments of Marxian thinking mobilized to illuminating and critiquing inequality, ideology, and exploitation (CARDOSO 1977: 10-11). With dependency theory, these traditions were turned to problematizing and attempting to transform asymmetrical global relations *and* intra-national inequalities. Moreover, dependency theory insisted on attending to these synthetically, questioning the artificial divide between the internal and external in their understanding of development.

Cardoso goes on to critique attempts by North American scholars to create typologies of dependency in which degree of independence could be defined, which he argues removes the contradictions and dialectical nature of (inter)dependency. Crucially, he argues that attempts to create taxonomies of degrees of dependency assume that you can enlarge “the area of independence”. His skepticism regarding the possibility of enlarging “the area of independence” seems to suggest that rethinking

inequality requires transcending the very notion of independence. But he wavers on this point: Discussing divergent strains of dependency theory, he cautions against some variants that emphasize “interdependency” since they can obfuscate global economic inequalities and labor hierarchies. His caution is warranted: An emphasis on interdependency can perpetuate entrenched developmentalist cosmologies by glossing over significant contradictions and imbuing international relations with a false air of reciprocity. Yet, arguably, a focus on (inter)dependency is the only lens through which to understand these relations.

His critique of the internal/external divide and his critique of the fallacious belief that it is possible to enlarge “the area of independence” point to the importance of such a perspective.

Rethinking the violence of global (and intra-national) inequality may require transcending the very notion of independence, which enables the political-economic violence of (dis)possession in the first place. Perhaps it requires a more transformative re-imagination of intersubjectivity and the ways in which we conceptualize the nature of, and limits between, individual and collective being.

FROM FLOATING SIGNIFIERS TO MAGICAL ARROWS

Eduardo Viveiros de Castro’s “perspectivist” approach, his ideas regarding ontological difference, his flirtations with the notion of the floating signifier, and his critiques of development offer some creative and enchanting insights for understanding the terms of (inter)dependency and the question of independence. He was Although following his 1939 departure Lévi-Strauss’s first visit to Brazil was only in 1985, a nostalgia for Brazil and his formative years there was evident in some of his work and commentaries throughout his life. “trained and inspired” by Lévi-Strauss (MERKEL 2022: 189), being influenced by the latter’s structuralism, his understandings and valorization of cultural diversity, his critiques about the pathologies of modernization and development, and his valorization of the transformative possibilities of Indigenous cosmologies.

Not surprisingly, Mauss is also a key reference point (and, by extension, Comte). Another significant influence is Jacques Lacan, who was heavily indebted to Lévi-Straussian structuralism and stimulated by his notion of the floating signifier. With Viveiros de Castro’s creative intermingling of these intellectual influences and their hybridization with Indigenous theorizations, he has become a crucial figure in social theory and is one of the most referenced intellectuals associated with the influential “ontological turn”. What follows is a fine-grained scrutiny of aspects of his work. Although this dialectical exploration is highly – and perhaps excessively – critical at moments, its ultimate purpose is to mischievously draw forth some of his most potent insights and illuminate the profound value and brilliance of his insights into the deceptions and follies of social theory and liberal ideologies (and human nature).

In an essay entitled *Zeno and the Art of Anthropology*, which explores the notion of “comparative relativism” and ambitions to “redefine anthropology” as “a theory

of peoples' ontological autodetermination", he invokes the notion of the floating signifier (CASTRO 2015: 75). The essay takes up the floating signifier as part of his exercise in "comparative relativism", connecting it to wider reflections upon the anthropological project and its approach to self and others. His reflections also speak to broader matters of social frontiers, difference, and (inter)dependency.

He notes that the purpose of his "Amerindian-derived conceit of 'perspectival multinaturalism'" has been to bypass the "infernal dichotomies" that serve as the "bars of our metaphysical cage" (CASTRO 2015: 76). As in Cardoso's observations of dependency theory, there is a shared problematizing of modern metaphysics, and a kindred attempt to bypass binary oppositions, to emphasize the co-constitutive nature of opposing forms, and to develop more nuanced notions of social relations. Both are rooted in dialectical frustrations and synthetic aspirations, evident in Lévi-Strauss's structuralism and inherited from his Marxian influences.

Viveiros de Castro connects his project of transcending the "bars of our metaphysical" cage to redefine anthropology and the conceptualization of difference to "Zeno's paradox" and to the notion of the floating signifier (CASTRO 2015: 75). He invokes the floating signifier in a section of the essay that starts with a quote from Marcel Mauss and Henri Hubert's *Outline of a general theory of magic* (1902): "The arrow that some do not see leaving, others see arriving" (1983: 88), which serves as the catalyst for a meditation on questions of magic and belief, and anthropological interpretations of these (CASTRO 2015: 85).

He observes that this phrase is how they "summarize their reflections concerning the 'grave question' of deception and simulation in magic". They are, he notes, skeptical that "magicians and sorcerers believe that they do what they say they do", observing that "even if magicians cannot believe in their own magic, they believe in magic per se" (CASTRO 2015: 85-87). Building on this skeptical understanding of belief, he reflexively mobilizes it for understanding the "magic of difference and vice versa". Among the attributes that he finds particularly compelling about their phrase is the emphasis on paradox, with which, he argues, both anthropology and magic have a very intimate relationship (CASTRO 2015: 86). This paradox, he affirms, is a fundamental paradox of the anthropological project (CASTRO 2015: 87). It is a paradox of reconciling difference and (inter)dependence. Echoing Lévi-Strauss, he speculatively suggests some parallels between Mauss's notions of magic and the gift – and their contradictions – which serves as a means to further elucidate this paradox and link it to a theory of value.

The magical archetypal arrow, he argues, "paradoxically transforms the far into the near and vice versa – as skepticism transforms itself into belief, aggressivity into generosity, and reciprocally so on..." (CASTRO 2015: 89). In discussing theories of value and the paradox of magic and gifts, he flirts with the concept of fetishism, but explicitly distinguishes his interpretations from conventional Marxian ideas about the fetishistic inversion of people and things, which he refers to as "the notorious incapacity of primitives to distinguish between persons and things". He positions Mauss's (and his) understanding of the paradox of magic as exceptional, as "closer to the mark than the famous 'false coin of our own dreams'" (CASTRO 2015: 88-89).

Although explicitly setting apart the magical arrow from Marxian fetishism, it

haunts his invocation of the concept, in the same way that it inhabits Lévi-Strauss's floating signifier. In both cases, there is an attempt to sublimate the contradictions and simplifications of Marxian fetishism through articulating more refined theorizations of magical thinking and its apparent paradoxes.

Importantly, Viveiros de Castro proceeds to suggest that the magical arrow is a privileged locus for productive and creative elaboration of social theory. This paradox offers a vital nexus for productive theorization, with anthropology and its intellectual and imaginary intercourse with “savage” Others offering the potential for transcending the paradox, liberating us from our metaphysical cages and all the associated binary oppositions. Similar to Lévi-Strauss, he constructs his ideas of the arrow through an explicit valorization and critique of Mauss's conceptions of magic and gifts, in dialog with the philosophies of Indigenous peoples of Brazil.

Viveiros de Castro's and Lévi-Strauss's iterations of the floating signifier are concerned with the liminal spaces in which belief and faith, and truth and falsity are constituted (i.e., “the crossroads of sense and nonsense”). Where magical reason is created, legitimated, and propagated. And where – inseparably – notions of individual and collective independence are fabricated. The matters of magic and gifts are fertile ones for the exploration of freedom and dependence, as they link matters of difference, value creation, power, and superstition. It seems that the paradox captured in the notion of the floating signifier is ultimately about the fundamental contradiction of human existence, the paradox between agency and structure, or freedom and determination. This paradox is quite relevant – indeed should be central to – discussions of (inter)dependency theory, difference, development, and globalization.

As alluring and insightful as Viveiros de Castro's reflections on the paradox of human nature, on the floating signifier, and on transcending the “bars of our metaphysical cage” are, the notion of “ontological autodetermination” he invokes seems incongruent with his emphasis on intersubjectivity in his perspectivism. It suggests a (fickle and arbitrary) perpetuation of a notion of independence that is metaphysically suspect. More concretely – to circle back to Cardoso – it seems to relapse into the fallacious belief that it is possible to enlarge “the area of independence”, perpetuating the external/internal divide. As suggested in the earlier discussion of dependency, overcoming ideological superstitions may require transcending the very notion of self-determination, a notion which violates (inter)dependence and which serves as the foundation for the rationalization and materialization of the (dis)possessive violence of globalization (and the reproduction of inequality).

MISPLACED ALTERITIES OF PERSPECTIVISM

Viveiros de Castro outlines his productive and provocative notion of “perspectivism” in greater detail in his widely-cited text *Exchanging Perspectives: the Transformation of Objects into Subjects in Amerindian Ontologies*, which lays out his ontological perspective and his notion of “ontological predation” and whose enunciated subject

is “the cosmological setting of an Indigenous Amazonian model of the self”. He does so through discussing Amerindian mythology, shamanism, and warfare beliefs/practices in which he contrasts Amerindian and modern ontologies and theories of being (CASTRO 2019: 21).

He foregrounds the importance of the opposition between “nature” and “culture” in Amerindian belief, which Claude Lévi-Strauss showed to be “the central theme of Amerindian mythology and which he deems to be a cultural universal” (CASTRO 2019: 22). He insists that there is something (radically) distinctive about the relationship between “nature” and “culture” and the process through which these are differentiated in Amerindian cosmologies (CASTRO 2019: 22). This fundamental distinction he posits serves as the basis for his subsequent comparativist discussion of “subjectivation” and his elaboration of perspectivism. He goes on to erect a series of contrasts between moderns and non-moderns (e.g., multi-culturalist vs. multi-naturalist, anthropomorphism vs. animism, relativism vs. perspectival multiculturalism, desubjectivation vs. reciprocal subjectivation, solipisism vs. metamorphosis, metaphysical discontinuity vs. metaphysical continuity, physical continuity vs. physical discontinuity, creation vs. transformation, poiesis vs. praxis, production vs. exchange, and commodity vs. gift).

Among the various contrasts he makes between moderns and non-moderns is between the predominance of desubjectivation (i.e., objectification) versus “reciprocal subjectivation” in the development of subjectivity. A salient point of his is to underscore the importance of intersubjectivity in Indigenous ontologies (and for ameliorating social theory). The notion of “ontological predation”, is central to elaborating his “perspectival multiculturalism”, which serves as the paradigmatic model of intersubjectivity. He argues that it is a vital and commonplace aspect of Amerindian culture, subjectivity, and articulation of difference.

His discussion of “ontological predation” draws parallels between the work of mediation of shamans and warriors (CASTRO 2019: 36), both regarded as liminal beings that mediate between different domains, traversing and inhabiting frictive (and dangerous) socioecological boundaries, in processes that mimetically transform their subjectivity through the incorporation of the Other, while also transforming the terms of (inter)dependency across these boundaries. One of his key points is that this predation is one of “symbolic incorporation” and “reciprocal subjectification”, rather than rendering the Other as an object (CASTRO 2019: 37-38).

Relatedly, he argues that moderns and non-moderns have different – indeed opposing – metaphysical anxieties and approaches to resolving them. Similar to the problematic cultural distinctions he makes between the prevalence of intersubjectivity versus objectification, he establishes (or rather reinforces) problematic cultural distinctions between metaphysical anxieties and approaches to resolve them that involve a misplaced and exaggerated alterity.

The problems and solutions he discusses coexist in all societies; that is, we all grapple with “how to connect and universalize” (i.e., “relations have to be made”) and “how to separate and particularize” (i.e., “relations are given, while substances must be defined”) (CASTRO 2019: 34). These are not isolated or mutually exclusive operations. In all societies, the work of culture involves “how to separate and

particularize” an undifferentiated universe, but the process of differentiation also involves the (arbitrary) labors of drawing connections and similarities, of universalizing. These are complementary and inseparable metaphysical games in the process of subjectivation, the (unstable) delineation of the boundaries of imaginary/material continuity, and defining the terms of socioecological (inter)dependency.

His problematic, romanticizing, and exaggerated comparativism contaminates various interrelated distinctions he makes. Besides emphasizing that non-moderns have inverted metaphysical anxieties and privilege reciprocal subjectivation, he also emphasizes that they are societies that, unlike moderns, privilege exchange (versus production), gifts (versus commodities), and transformation (versus creation). His comparative project is a (transformative) iteration of the contrast between “gift” and “commodity” societies, which ultimately hinges on a conviction in the absence of individualism in non-moderns. The oppositions between individualism and communalism that he intimates involve stereotypical and misplaced assumptions of alterity that render aspects of his perspectivism problematic (a vice inherited from Mauss, Rousseau, and other ancestors). Perceptions of collectivity and individuality always coexist, however culturally unique their permutations and boundaries may be. A more anthropologically symmetrical approach seems to be in order.

Both individualism and notions of original creation do violence to relational (interdependent) being while also being imbricated in articulating hierarchies of value and subjectivity. In *all* societies, defining the boundaries between creation and transformation (production and exchange) is rather porous and arbitrary. The loci and social distribution of invention or (original) creation varies – which may be extremely significant for sociocultural difference – but it would be a mistake to assume or propagate fundamental cultural contrasts that replicate the “great divide” (LATOUR 1993). Claims of creation in all societies are a suspicious affair, liable to being tainted by arbitrary interest, and metaphysical artifice. Like fetishes, they are fabricated, emerging in the unstable boundary between facticity and ficticity, often yielding polluted, antisocial, and morally suspect goods. Creation and the prospect of chicanery go hand in hand (as our discussion of magical arrows suggests)

In all societies, there are moments of individual and collective amnesia regarding the transformational (and interdependent) nature of being. The moments of imaginary transmutation of transformation into original creation are bound up in the deceit of individual and social exceptionalism. Forgetting the transformative nature of being is how we demarcate our individuality and social subjectivities. They are imagined states of exception in which the transformative nature of being is disavowed. It is a metaphysical deceit bound up in moral economies and the fabrication of value. It follows that the naturalization of ideologies and social hierarchies is not quite about rendering them as “natural” but in the selective exceptionalism of certain beings and moments from the contingencies implied by transformative nature.

These critiques may be somewhat off the mark. His stereotyped comparativism may amount to a heuristic device to draw out the superiority of Amerindian perspectivism and the delusional nature of modern cosmologies, but the cultural oppositions none the less render aspects of his theories problematic. At times, he

muddles levels of analysis in ways that undermine the powerful insights of his perspectivism. It is often unclear when he speaks of Amerindian perspectivism or his own version of perspectivism. This untidy shuttling back and forth – like all magic – is part of what lends power to his theorizations. However, his “skilled revelation of skilled concealment” – to invoke Michael Taussig’s (2006) artful characterization of shamanic and anthropological magic – also limits its fuller potential of enchantment.

He valorizes Indigenous perspectivism in crafting and edifying his own social theory, conflating Indigenous magic with his own (exceptional) social theory, while mimetically differentiating his perspective from established social theories. His purificatory comparative impulses are punctuated by moments of hybridity in which non-modern perspectivism contaminates existing social theory in an effort to transformatively conjure up an ontological theoretical perspective that transcends the (stereotypical) limits of modernity.

He appears to be ultimately engaged in a project – remarkably similar to that of Mauss – of elevating non-modern magic to the status of transcendent social scientific truth to rethink the social contract. This is a project that may not be as problematic as Lévi-Strauss argues, and may, in any event, be an unavoidable maneuver, as is evidenced by Lévi-Strauss’s own succumbing to the same contaminatory hybridizing impulses of Mauss in attempting to establish the magical exceptionality of structuralism.

In his articulation of the notion of the floating signifier, Lévi-Strauss’s critique of the power and limitations of Mauss’s theories of exchange (and magic) raised similar charges: he derided the overextension of non-modern mystification and its confusion with social scientific theory in a capricious manner. Although Lévi-Strauss’s arguments can be read as an arrogant claim for the exceptionalism of modern social science over “savage” thought, it seems that its spirit lies in a call for (measured, systematic, and disciplined) hybridity (between modern and non-modern theory). It is this emphasis on hybridity and interdependency, on contingency and transformation, that the critiques of Viveiros de Castro above ambition to realize.

Lévi-Strauss was not attributing exceptionalism to modern social science but advocating for the superiority of his structuralist creation. Albeit still arrogant in his sense of superiority over Mauss’s conflation of “primitive” magic with social theory, he was engaging in essentially the same alchemical project of Mauss of identifying with, but distancing himself from, modern reason through invoking the alteritous and decentering power of “primitive” magic in the same way that Viveiros de Castro does, with his ontological predation, which serves as a primary framework for non-modern subjectivity, and that he conjures up as a re-mystifying corrective to modern social theory (and individualistic cosmologies of subjectification).

THE LIMITS OF ONTOLOGICAL PREDATION: “FETISHISM IS OUR MAJOR CARE AND SCARE”

As Morris has astutely argued and underscored, fetishism and the theorization of fetishism is a convoluted, recursive affair. Its history is marked by “recursivity and repetitiveness” and “reversals and revisions” (MORRIS 2017b: 136). Fetishism is

marked by “iconoclastic universalism”, or “antifetishism in the form of fetishism” (MORRIS 2017b: 196). This recursivity is evident in Viveiros de Castro’s engagement with Indigenous alterity – which itself involves a process of intersubjectivation that approximates ontological cannibalism. Ontological cannibalism is an account of the magic of fashioning subjecthood, of fetish-making, *and* a ritual of fetish-making itself. More broadly, anthropologists are quintessential ontological predators. This is not quite a fetishization of the “primitive” but the consumption and incorporation of fetishistic alterity in fetish creation (i.e., fetishistic transformation).

Viveiros de Castro’s (2019: 37-38) description of the “synthesis” involved in shamanic and warrior rituals as involving suppression and introjection has hints of Freudian sublimation (and Marxian and Hegelian ideas of dialectical resolution). In his account of reciprocal subjectification, the “symbolic incorporation” of the Other “produces a synthesis in which all distance is suppressed: the relation is created by abolishing one of its terms, which is then introjected by the other”. And he adds that “the reciprocal dependence of exchange partners becomes inseparability here, a kind of fusion”. This is a dialectical account of (inter)dependency with echoes of Freudian (and Marxian) conceptualizations of fetishism.

Yet, Viveiros de Castro tacitly distances his account of exchange from these, rendering his own theories exceptional. He strives to articulate an extra-ordinary account of the “reciprocal subjectification” of human being/becoming that is untainted by “desubjectification”, but his purificatory ambitions falter. In other words, he engages in a transformative refinement – which feigns creativity – of the theorization of fetishism, which, of course, should not surprise us, happens to come in the form of fetishism.

Part of the allure of fetishism is that it involves models of reciprocal subjectivation that seem exceptional in approximating the experiential and metaphysical “truth” of interdependency. Yet, their purity is elusive. Theories of fetishism always seem to fall short of their emancipatory potential, as they are always polluted by obfuscating gestures of differentiation that deceptively re-inscribe arbitrary motivation and judgment, rendering certain forms of human agency as exceptionally capable of suspending continuity.

Subjectivation is this process of sublimating contradictory metaphysics, of attempting to (creatively) reconcile our (fictitious) sense of independence with the violence (or gift?) of (inter)dependency. This process of embodiment, of reciprocal subjectivation, involves the violence of transmuting contingent transformation into creativity, and continuity into discontinuity, of eviscerating interdependence to cook up the rouse of independence. We all (arbitrarily) shift between and hybridize these seemingly contradictory perspectives in different moments, hovering between faith in undifferentiated and atomized being. The interplay of these perspectives is how we imagine/realize individual and collective terms of (inter)dependency. They serve as the basis of the (fickle) social contracts through which we define moral economies, terms of exchange, the limits of (dis)possession, and the boundaries between contingent transformation and creative agency.

Despite attempts to transcend fetishism (and the limitations of the concept of fetishism), Viveiros De Castro is not immune to the seduction of anti-fetishism

in the form of fetishism. He himself affirms that “Reification or fetishism is our major care and scare” (CASTRO 2019: 41). We would add that it has always been so (and may always be). He argues that in anthropology there has been a fixation on fetishism, including variably identifying metaphysical mystification in “savages”, modern societies, and anthropological speculation (CASTRO 2019: 41). Throughout the modern history of the fetish concept, it has been critically deployed towards both “primitives” and “moderns” in the articulation, distinction, and edification of social and political philosophies.

His diagnosis that “fetishism is our major care and scare” is powerful and enchanting, not only because it holds true for anthropology and for modern thought more generally, *but because it also holds true for all human cosmologies*. That “fetishism is our major care and scare” rings true for all individuals and societies in grappling with our metaphysical anxieties and coming to terms with and exercising our subjectivity. Despite the critiques put forth of the limitations and inconsistencies of his comparative elaboration of his perspectivism, his work is extremely insightful and productive for refining social theory and our understandings of human nature.

The power of “ontological predation”, however, is that it points to universal aspects of human belief and practice, not that they serve as a radical counterpoint to modern pathological mystification. Among the greatest strengths of his perspectivism is the insistence on relationality and on subjectivity as intersubjectivity. Ultimately, the most enchanting magic of encounters with exceptional beings is their power to violently undermine our own sense of exceptionalism (this is the gift of anthropology, one could say). To unearth not just our similarity, but our continuity, our mutualism, our (inter)dependent being.

But our impulses tend to run counter. The mimesis of exceptional beings tends to get tripped up in our own delusions of extra-ordinariness. Fetishism prevails as “our major care and scare”, contingent as it is on exaggerated and misplaced alterity. Ontological predation has much of value to teach us, but only if grasped recursively. It requires appreciating that social theory is an intersubjective endeavor unavoidably premised on metaphysical insufficiencies ensnared in the superstitious figment of discontinuous, independent beings.

Recall the intimacy Viveiros de Castro establishes between the paradox of the anthropological project and that of magic in invoking the floating signifier. He is well aware of the fetishistic nature and (deceptively) magical qualities of social scientific theorization, but at times seems to envision his perspectivism as somehow able to transcend this paradox. Yet perspectivism ultimately falls short of its ambitions to transcend the “bars of our metaphysical cage”. Fetishism persists as our “major care and scare”. The paradoxical magic of human belief in exceptional being remains unresolved.

To return to earlier points regarding the paradox of human nature, the floating signifier, and transcending the “bars of our metaphysical cage”, his account of perspectivism, with its emphasis on relationality and intersubjectivity, seems inherently contradictory to his valorization of “autodetermination”. *This does not reflect a metaphysical insufficiency unique to him but is an expression of the fundamental paradox of human nature: how to articulate a metaphysical framework that synthetically accounts for – and sublimates – the apparent contradictions between the experience*

of socioecological (inter)dependency and the experience of individual capacities for self-determination.

FROM ONTOLOGICAL SELF-DETERMINATION TO POLITICAL SELF-DETERMINATION

Some of Viveiros de Castro's other writings focus their gaze more specifically on cosmologies of development and (dis)possession, connecting his theoretical contemplations on ontological difference and autodetermination to more pragmatic matters.

In an article entitled "Economic development and cosmopolitical re-involvement: from necessity to sufficiency" originated as a critical response to the rationalization of a policy of "landowning regularization" in Brazil that would facilitate dispossession and environmental degradation. This bill critically and derisively referred to as the "Landgrabbing Bill" by human rights advocates, environmental experts, and others (CASTRO 2013a: 28), he links environmentalism to his perspectivist emphasis on intersubjectivity and ontology, pointing out their kindred attempts to rethink relationality (e.g., between humans, and between humans and nature). He also points out that the distinctions between First, Thirds, and Fourth Worlds are artificial, affirming that the latter two have always been part of the former (CASTRO 2013a: 29-31).

Here, we see echoes of dependency theory discussed earlier, with its emphasis on the artificiality of distinctions between the internal and external (and their problematic side effects for social theory and critical practice). He goes on to critique persistent cosmologies of growth and development following models of global "centers", exhibiting continuities with dependency theory [not to mention Lévi-Strauss's (1955) lamentations about cultural homogenization and environmental degradation in his *Tristes Tropiques*].

He derides "simplemindedly imitating northern European development models" (CASTRO 2013a: 33-34), arguing that these rest upon atomized views of individuals, societies, humans, and nature. Views that fail to appreciate (inter)dependency, or do so with (arbitrary) selectivity. He hints at the violence of commodity fetishism and how capitalist forms of emancipation (e.g., economic growth) rest upon and promise fictitious notions of independence (CASTRO 2013a: 36). As an emancipatory contrast to the "politico religious" logic of growth, he goes on to discuss diversity and difference, in ways that connect his critique of developmentalism to his theoretical meditations on ontological difference.

He emphasizes "political self-determination", a manifestation of his concept of "ontological self-determination" transposed from the realm of theory to the politics of development. His shifting emphasis from relationality to self-determination, seems to reproduce some of the paradoxes we saw in dependency theory (and in his elaboration of perspectivism): A faith in exceptional authorship of the self undermines a radical metaphysics of (inter)dependence that privileges continuity and contingency.

He closes his paper with speculative prognostications reminiscent of Comtean faith in the "Great Fetish" (CASTRO 2013a: 37-38). Although he expresses suspicions

of the radicality of progressive grand narratives of growth, he ends up offering up a similar exceptional cosmology. The floating signifier reinstates itself. To recursively invoke his own (Maussian-derived) observations about the workings of mystical deception: “even if magicians cannot believe in their own magic, they believe in magic per se”.

Iconoclastic universalism is a tough – perhaps impossible – habit to kick. We should be skeptical of the self-professed and self-aggrandizing originality and radicality of authors of any theoretical project. As Cardoso encourages in his archaeology of dependency theory, we should be conscious of the contingency of “new” theories and politics. And as Viveiros de Castro emphasizes, creativity is an artifice. Postmodern social theory, political ecology, critical development studies, and environmentalism are not original. The spirits of Marx and Freud persist in their dialecticism, critiques of dualities, concepts of alienation, and the connections drawn between religion and politics in contemporary critical theory and practice. These perpetuate some of the same deceptive vices of these intellectual traditions, including myopia regarding their tautological recursivity.

This is not to be entirely dismissive of these, nor deny them some novelty, but to suggest that they also propagate problematic causal and metaphysical insufficiencies that are imbricated within motivated, tautological, paradoxical, and capricious notions of self-determination and (inter)dependency. Development projects – whether in the vein of economic growth-centered models or alternative models suggested by ontological perspectives – are deceptive civilizational projects that share certain fundamental assumptions, strategies, and ambitions. Among them is the attainment of salvation through the promise and perfection of freedom. They also offer unifying frameworks that appease the desire for a sense of unity (that Lévi-Strauss saw as animating the floating signifier). Yet, paradoxically, salvation – supposing it exists – might entail the emancipation from the very notion of the possibility of freedom; that is, disavowal of the belief in self-determination. Even in alternative development imaginaries, the gifts that they promise tend to disguise, enable, and/or morph into violence.

At times, Viveiros de Castro articulates calls for de-subjection that seems to hint at a more radical decentering of ideas of self-determination. But how can these calls be accommodated within his emphasis on auto-determination? He seems to relapse into a fixation on notions of self-determination that may not be so different from that contained within the liberal enablers of (dis)possession embedded within the land reform policies and developmentalist logics he lambasts, and, arguably, not so different from that entertained in the constructivist identity politics and neoliberal conceptions of difference that he also critiques.

THE ROOTS OF SIGNIFICATORY INADÉQUATION: ON LIBERAL FIXATIONS AND “SAVAGE” (DIS)POSSESSION

The various social theories entertained in this essay – positivism, structuralism, dependency theory, perspectivism – can be understood as theories of value, of the

synthetic ways in which we distinguish and valorize things, human beings, and non-human beings. They can also be understood as permutations of the social contract. Each of these offers up interpretations and prescriptions for social contracts that bear the paradoxical qualities of floating signifiers (or magical arrows).

A shared – yet indeterminate – faith in the possibility of independent being, of the suspension of continuity, runs through these social theories. They share similar superstitious delusions that independence actually exists. Delusions which do violence to the co-constitutive nature of being. They all grapple with the contradictions between self-determination and (inter)dependence at multiple scales, offering up capricious resolutions that mitigate and conceal the contradictions, but fail to coherently transcend them. More radical and unswerving notions of (inter)dependency and continuity are displaced onto deceptive and disfigured projects of (circumscribed and exclusionary) unity.

This is not merely restricted to social scientific imaginaries but holds true for other cosmologies. Economic, technoscientific, and religious cosmologies, however different, share the essentially identical forms of arbitrary self-aggrandizing figurism, and the same parlor trick of fetishizing deceitful projects of emancipation, of reinforcing faith in the elusive prospect of realizing freedom, of magically suspending our continuity and contingency.

Crucially, unlike some iterations of critical social theory, we are not suggesting that the belief in the individual is a creation of the “West” or modernity, nor that it is simply imposed from without on the Third and Fourth Worlds. A faith in self-determination is and has been ubiquitous. The addiction to a (false) individuality is not a fabrication of liberalism, modernity, or Christianity. It is a universal belief. An exaggerated or misplaced alterity that denies a sense of individuality in the Other reproduces problematic divides and incommensurabilities between the “modern” and “non-modern” while failing to appreciate the generative locus of fanciful, pathological beliefs in all their diverse iterations.

Liberalism may not be the root cause of global societal ills, but a symptom of more profound human existential contradictions regarding the limits of self-determination. Put slightly differently, the misdiagnosed alterity of the subjectivity of the Other, and its emancipatory potential, seems to be rooted in a conviction in the elusive possibility of anti-fetishism, which is invested in a deceptive – and often romanticized – conception of non-modern Others.

The enchantment of independent (exceptional) being is what ultimately breathes life into the floating signifier. It is the root form of “significatory inadéquation”. Delineating the boundaries of the self – establishing the limits of individual possession – is the most fundamental process of differentiation. It is the most “savage” form of (dis)possession. Defining the limits of the individual involves a foundational act of faith in the possibility of discontinuity. The belief in individual being is our original sin. It is the most elementary magic of human being. The most enduring and universal form of magical signification. And it serves as the main ingredient in all manner of fetishization (and anti-fetishism).

Even in the calls for political ontology, the Great Fetish persists, its floating signifier of liberty preserved. It is yet another exercise of anti-fetishism in the form

of fetishism. Perhaps, as Viveiros de Castro seems to suggest, ontological possession with tropical “savagery”, with social theories and political-economic imaginaries from the frontiers of global liberalism, can engender transformative cosmologies of growth and progress; however, this hybridization has long been happening. And, it seems that materializing its transformative potential requires a more radical (or perhaps conservative?) rethinking of the shared essence of human subjectivity, by which we mean the transcendence of the very idea of dependency through sublimating the contradictions between self-determination and (inter)dependence.

The theories and concepts of Lévi-Strauss and Viveiros de Castro (and Mauss) – indebted as they are to Indigenous and Third World cosmologies and ontologies – may in some ways be appreciated as a manifestation of the Great Fetish, rendered “savage” on the frontiers of global liberalism and sent back to the centers of the global political economy. Perhaps such ideas can contribute to formulating new, more transformative politico-theologies. But as long as social theory remains stuck in a conviction in the possibility of anti-fetishism while clinging to self-determination (which amounts to the same thing), it seems these will remain elusive projects of salvation.

ON FLOATING SIGNIFIERS AND GLOBALIZING SOCIAL CONTRACTS

Critical engagement with concepts of the floating signifier, ontological predation, and dependency theory provide interesting ways to think about the liberating and predatory “gifts” of economic progress that motivate and define the contours of global (inter)dependency and national projects of growth, order, and progress. Together, these concepts permit novel reflections on the mystification of power, the production of inequality, and the relations between power and materiality. They may point to provocative ways in which to think through (inter)dependency at multiple scales and in varied registers by enabling critical exploration of the metaphysical and existential insufficiencies of liberalisms, past and present.

They may, for example, have something to offer in thinking about the ascendance of political polarization and authoritarian populism in Brazil (and beyond), phenomena that also speak to the matters of frayed social contracts and anxieties over the status and possibility of freedom. Globalization is a frictive process of (dis)possession that involves the conjuring up of new imaginaries of (inter)dependency and hierarchies of self-determination.

The various critical theories foregrounded in this essay are kindred spirits of the contemporary politics of resentment – in its conservative and progressive iterations. There is a shared faith in the possibility of, and entitlement to, independent being. They all engage in violence towards (inter)dependency and to the fundamental and inescapable contingency and continuity of being. Authoritarian populism is animated by an impulse to reinstate – or finally deliver upon – the promise of order and progress (with clear echoes of both positivism and biblical narratives). To heal a pathological social contract. To restore or improve capacities for self-determination and to socially redistribute capacities for self-determination. To embody salvation and usher in a moral order.

TRANSCENDING DEPENDENCY?

This essay has sought to provoke some fresh (yet unoriginal) perspective on questions of dependency and freedom through the prism of the notion of the floating signifier; a theoretical gesture conjured up by Lévi Strauss in the interstices of Brazilian and French cosmologies, which has been taken up by perspectivism [and by psychoanalytic theory and, notably, by theorists of populism Laclau (1996; 2005) and Žižek (2006)]. Employing this notion, its theoretical antecedents, and its derivatives, this essay problematizes notions of freedom and encourages shifting from notions of independence and dependency to centering on (asymmetrical) (inter)dependency and hybridity.

The essay has also sought to draw attention to similarities and continuities between iterations of liberalism (old, new, and emergent), authoritarian populism, and progressive critical theories and practices. A similar malaise, a sense of (Lacanian?) lack, undergirds contemporary authoritarian populism, progressive political movements, and social theory.

We have taken up several social science concepts that have emerged within the context of an (asymmetrical) dialog between French scholars, Brazilian scholars, and Indigenous peoples. These hybrid theoretical creations – which (asymmetrically) intermingle European, Brazilian, and Indigenous social theorizations – have been recursively mobilized to interrogate existential assumptions that lurk beneath notions of freedom and self-determination. Each of these concepts and the cosmologies in which they are situated are engaged in critiquing liberal superstitions while simultaneously conjuring up their own creative – yet contingent and conservative – liberal fixations.

We have sought to engage with these terms in an attempt to unveil the sorcery behind the negotiation of terms of exchange and the demarcation of national and other social boundaries, in a way that connects these to the delimitation of the existential boundaries of subjectivity: A maneuver that seeks to provoke a more fundamental questioning of the value of the very notion of dependency, and of our faith in cherished – and rather “savage” – superstitions about self-determination. In indulging in this (chicanerous) endeavor, we have taken recourse to the concept of fetishism, emphasizing the recursive tendency for anti-fetishism to be articulated in the form of fetishism. This critically reflexive tack ambitions to suggest creative perspectives for understanding the alchemy of asymmetrical global (inter)dependencies and “savage” (dis)possession that characterize the interrelationships between centers and peripheries.

The recourse to – and foregrounding of – fetishisms rooted in several motivations. The concept has been influential in the thinking of the intellectuals making appearances in this essay (e.g., Marx, Comte, Durkheim, Mauss, Lévi-Strauss, Cardoso, and Viveiros de Castro). Fetishism is a hybrid concept that was precipitated in the frontiers of global liberalism, originating in colonial contexts of value frictions between “savage” peoples and competing European actors and cosmologies (e.g., Portuguese and Dutch merchants, and Catholics and Protestants) (PIETZ 1985, 1987, 1988; MORRIS 2017a, 2017b), rendering it apropos for theorizing contemporary forms

of globalization in “peripheral” moments that are similarly marked by novel value frictions, shifting (inter)dependencies, (dis)possession, and violence. Fetishism is inherently a comparativist concept, emphasizing arbitrary causal and metaphysical superstitions, that always has *and continues to have* value for exploring alterity, subjectivation, differentiation, value creation, and mystification.

Despite critiques expressed in this essay, Lévi-Strauss’s and Viveiros de Castro’s meditations on the enchantment of imaginaries of exchange and ontological perspectivism, respectively, enable productive ways to critically think about the magically liberating and predatory “gifts” of economic progress that motivate and define the contours of global (inter)dependency and political subjectivity. Together, these concepts suggest novel reflections on the mystification of power, the production of social asymmetries, and the relations between power and materiality.

Crucially, the theory-generating value of the intellectuals and ideas covered in this essay lies not merely in the insights they provide about fetishistic belief but also in their iconoclastic universalism, the sorcery of veiling the fetish-making that they themselves engage in to authenticate their originality. This is one of the chief points of this essay, that the mythical “forms of assimilation” through which the commonplace contradictions of human thinking are constituted and sublimated always involve anti-fetishism in the form of fetishism.

However problematic aspects of his work are, Comte’s self-consciousness about engaging in fetish-making is astute. As suggested earlier, “fetishism is our major care and scare”, and may always be so. Perhaps the unconscious impulse to establish a mystified sense of unity to assuage malaise over the inconstancy of the human soul is universal, eternal, and transcendent. Magical belief and imprisonment in what Viveiros de Castro (2011: 5) refers to as “incurable atavism” appear to be conjoined, permanent affairs. Escaping our metaphysical cage is easier said than done. No spell may exist for transcending our “primitive narcissism” (CASTRO 2019: 25-26).

Be this as it may, it seems that, as Lévi-Strauss believed, and as Viveiros de Castro has advocated, Brazil and Brazilian Indigenous peoples continue to offer a privileged locus of and for transformative thought. Brazil continues to be “good to think” [as Lévi-Strauss affirmed (MERKEL 2022: 96)] and might offer some insight into the “malaise of the unfreedom of the modern self” that historian Ian Merkel (2022: 152) observes as the essences and allure of *Tristes Tropiques*. Brazil continues to be a liminal, emancipatory space. Its peoples’ cosmologies, values, and agency continue to offer innovative possibilities for thinking about difference, and the nature and limits of freedom (as has been the case since at least the birth of modernity and Enlightenment philosophy).

The critical question is whether or not our engagements with Brazilian sorcery will continue to animate (conservative) utopian liberalisms and a nostalgia for egocentric being (that never really existed), or conjure up more transformative visions of the limits of the self. Will Brazil’s “wildness” remain a purgatorial space? Or will it deliver on its promise of salvation?

GUSTAVO S. AZENHA is executive director of the Institute of Latin American Studies (ILAS) and lecturer in the Department of Anthropology at Columbia University.

ga2161@columbia.edu

<https://orcid.org/0000-0003-2245-9130>

REFERENCES

- AZENHA, Gustavo S. A Political Ecology of Fetishism in Brazil's 'Discovery Coast' Crisis, Socio-environmental Hybridization, and Historical Amnesia on the Frontiers of Global Liberalism. In: *Global Power and Local Struggles in Developing Countries: Contemporary perspectives on: Europe and the People without History*, by Eric R. Wolf@ 40. Paul Austin Stacey (Ed.). Brill, 2023.
- CARDOSO, Fernando Henrique. The consumption of dependency theory in the United States. *Latin American Research Review*, 12.3, 7-24, 1977.
- CASTRO, Viveiros de. *The inconstancy of the Indian soul: The encounter of catholics and cannibals in 16th-century Brazil*. Prickly Paradigm Press, 2011.
- CASTRO, Viveiros de. (2004). Exchanging perspectives: the transformation of objects into subjects in Amerindian ontologies. *Common knowledge*, 25(1-3), 21-42, 2019.
- CASTRO, Viveiros de. Economic development and cosmopolitical re-involvement: from necessity to sufficiency. *Contested ecologies*, 28, 2013a.
- CASTRO, Viveiros de. Closing remarks from the conclusion of the Contested Ecologies Writing Workshop, September 2011. *Contested ecologies*, 271, 2013b.
- CASTRO, Viveiros de. Zeno and the Art of Anthropology. In *The Relative Native: Essays on Indigenous Conceptual Worlds*. Hau Books, 2015.
- COMTE, Auguste. (1851). *System of Positive Polity or Treatise on Sociology: Instituting the Religion of Humanity; Containing Social Dynamics, or the General Theory of Human Progress*. Forgotten Books, 2018.
- DIVANNA, Isabel. Reading Comte across the Atlantic: Intellectual exchanges between France and Brazil and the question of slavery. *History of European Ideas* 38.3, 452-466, 2012.
- LACLAU, Ernesto. *On Populist Reason*. London/ Brooklyn, NY: Verso, 2005.
- LACLAU, Ernesto. The death and resurrection of the theory of ideology. *Journal of political ideologies*, 1(3), 201-220, 1996.
- LATOUR, Bruno. *We Have Never Been Modern*. Cambridge: Harvard University Press, 1993.
- LÉVI-STRAUSS, Claude (1950). *Introduction to the Work of Marcel Mauss*. Translated by Baker, Felicity. London: Routledge, 1987.
- LÉVI-STRAUSS, Claude. (1955). *Tristes Tropiques*. Trans. John and Doreen Weightman. New York: Penguin Books, 1992.
- MAUSS, Marcel. (1950). *The Gift: The Form and Reason for Exchange in Archaic Societies*. W. W. Norton & Company, 2000.
- MAUSS, Marcel. (1902). *A General Theory of Magic*. Routledge, 2005.

- MERKEL, Ian. *Terms of Exchange: Brazilian Intellectuals and the French Social Sciences*. University of Chicago Press, 2022.
- MORRIS, Rosalind C. Fetishism (Supposing That it Existed): A Preface to the Translation of Charles de Brosses's *Transgression*. In *The Returns of Fetishism: Charles de Brosses and the Afterlives of an Idea*. Charles de Brosses, Morris, Rosalind C. and Daniel H. Leonard. University of Chicago Press, 2017a.
- MORRIS, Rosalind C. After de Brosses: Fetishism, Translation, Comparativism, Critique. In *The Returns of Fetishism: Charles de Brosses and the Afterlives of an Idea*. Charles de Brosses, Morris, Rosalind C. and Daniel H. Leonard. University of Chicago Press, 2017b.
- PALTI, Elías José. Positivism, revolution, and history in Brazil. *The Worlds of Positivism*. Palgrave Macmillan, Cham, 53-80, 2018
- PIETZ, William. The Problem of the Fetish, I. *RES: Anthropology and Aesthetics* 9(1): 5-17, 1985.
- PIETZ, William. The problem of the fetish, II: The origin of the fetish. *RES: Anthropology and Aesthetics* 13(1): 23-45, 1987.
- PIETZ, William. The problem of the fetish, IIIa: Bosman's Guinea and the enlightenment theory of fetishism. *RES: Anthropology and Aesthetics* 16(1): 105-124, 1988.
- TAUSSIG, Michael. Viscerality, faith, and skepticism: Another theory of magic. *HAU: Journal of Ethnographic Theory* 6(3): 453-483, 2016.
- ŽIŽEK, Slavoj. Against the populist temptation. *Critical inquiry*, 32(3), 551-574, 2006.

GUEVARA, Andrés. *Parlamento*
[II], s.d. – nanquim e lápis sobre
papel, 10 x 7,6 cm. Coleção Barão
ITARARÉ, Coleção de Artes
Visuais do IEB/USP, BI-0043



Fracasso da forma ou visão de país em *A Confederação dos Tamoios*

[*Failure of the form or vision of the country in A Confederação dos Tamoios*

Luís Bueno¹

RESUMO • A partir do confronto entre a primeira edição do poema *A Confederação dos Tamoios*, de 1856, e a versão revista de 1864, este artigo propõe que o fracasso do poema, estabelecido pela crítica contemporânea e mantido como julgamento posterior pela história literária, era, na verdade, fruto de uma concepção de épica mais maleável e de uma visão de formação do Brasil menos heroica e mais violenta do que as dominantes na época. • **PALAVRAS-CHAVE** • Gonçalves de Magalhães; épica romântica brasileira;

literatura e formação do Brasil. • **ABSTRACT** • Considering the differences between *A Confederação dos Tamoios*'s first (1856) and second (1864) editions this paper intends to show that what critic and literary history use to see as a failure was due, compared to the dominant ideas in the middle 19th century, to a less rigid conception of epic and to a view less heroic and more violent of Brazilian history. • **KEYWORDS** • Gonçalves de Magalhães; Brazilian romantic epic; literature and Brazilian history.

Recebido em 26 de abril de 2024

Aprovado em 25 de outubro de 2024

BUENO, Luís. Fracasso da forma ou visão de país em *A Confederação dos Tamoios*. *Rev. Inst. Estud. Bras.* (São Paulo), n. 90, 2025, e10714.



Seção: Artigo

DOI: 10.11606/2316901X.n90.2025.e10714

¹ Universidade Federal do Paraná (UFPR, Curitiba, PR, Brasil).

*“Os brocados da civilização
encobrem muitas misérias, e a
poucos chegam”
(Gonçalves de Magalhães, 1859).*

Se algum livro passou exemplarmente para a história literária brasileira como um caso de fracasso, esse livro é *A Confederação dos Tamoios* (1856), o épico de Domingos José Gonçalves de Magalhães (1811-1882). Contando com a confiança e o patrocínio da própria Coroa, que financiou sua publicação, decerto na expectativa de que se convertesse no poema nacional por excelência, uma espécie de *Os lusíadas* (CAMÕES, 1572) da América Portuguesa, o livro enfrentou duras críticas logo que editado. A mais radical expressão de reprovação foi a de Alexandre Herculano, segundo o relato de Gonçalves Dias feito em carta a D. Pedro II:

Estávamos uma meia dúzia em casa do Sr. Herculano, e eu tratava de defender o nosso poeta, que estava ali sendo vítima de exageradas censuras: exageradas, digo, quando se aprecie o seu merecimento em geral.

[...]

O Sr. Herculano, que não entrara na discussão, abriu o volume, leu duas coisas, e achando alguma que lhe não agradava, voltou-se para mim com alguma vivacidade, mandando-me que matasse ao meu colega.

– F. (disse-me ele) mate-me esse homem; mate-mo. (DIAS apud MAGALHÃES, 2007, p. cxlii-cxliii)².

É evidente que Herculano se permite a expansão porque exprime uma opinião para amigos numa reunião privada. Ele não chegaria a expor publicamente qualquer

2 Para simplificar a referência aos textos publicados no contexto da polêmica de 1856, deixaremos claro no corpo do texto quem é autor de cada texto citado – Gonçalves Dias, Alexandre Herculano, José de Alencar, Pinheiro Guimarães, Juan María Gutiérrez, Francisco Adolfo de Varnhagen, Manuel de Araújo Porto-Alegre ou Monte Alverne – e referenciaremos sempre a edição de 2007 da *Confederação dos Tamoios* da qual foram extraídos.

opinião sobre o poema, fazendo-o apenas diretamente ao imperador, mais uma vez em carta pessoal³, famosa pela abordagem lúcida das diferenças entre a língua portuguesa falada no Brasil e em Portugal – o que complicaria seu juízo sobre o prosaísmo do poema – e sobre a inviabilidade da epopeia naquele momento da história da literatura europeia.

As censuras ao poema, no entanto, são bem anteriores a essa carta de Gonçalves Dias, datada de 13 de setembro de 1856, tendo começado com grande repercussão já em 10 de junho, na primeira das *Cartas sobre a Confederação dos Tamoios* (ALENCAR, 1856) assinada por certo Ig, pseudônimo de José de Alencar, que seria o mais ácido crítico do poema, no *Diário do Rio de Janeiro*.

No longo capítulo das censuras, aliás, nunca é demais lembrar que *A Confederação dos Tamoios* não é caso isolado, e é possível dizer que se fixou na história literária brasileira uma visão rebaixada sobre toda a obra de Gonçalves de Magalhães, que só nas últimas décadas vem merecendo uma leitura mais preocupada em compreendê-la e menos em apontar seus defeitos. Sérgio Alves Peixoto provavelmente inaugurou essa postura por meio de uma nova abordagem do prefácio dos *Suspiros poéticos e saudades* (MAGALHÃES, 1836), apontando sua contribuição no interior da tradição de longa duração da poesia brasileira, que é o tema de seu estudo (PEIXOTO, 1997, p. 81-102). Dez anos depois se republica a edição de 1856 de *A Confederação dos Tamoios* e toda a polêmica detonada pelas cartas de Alencar (MAGALHÃES, 2007). No ano seguinte, é a vez da edição revista de 1864 ser reeditada (MAGALHÃES, 2008), acompanhada de estudo crítico, em volume que figura entre os épicos fundamentais da literatura brasileira. Tal atitude teve continuidade no artigo de Maria Cecília Boechat sobre a única narrativa em prosa escrita por Magalhães, a novela *Amância*, a que se seguiu uma série de trabalhos importantes especificamente sobre o poema, como, por exemplo, os de Campato Júnior (2014), Ferretti (2015), Neiva (2017), Ferreira & Lenz (2019) e Brunhara (2020).

De toda forma, a recepção inicial estabeleceu uma percepção geral e duradoura de que o poema seria um fracasso. O que nos interessa aqui é discutir a, por assim dizer, natureza desse fracasso. No conjunto da famosa polêmica de 1856 ficam sugeridas razões não propriamente literárias como motivadoras das críticas fortes. Magalhães era uma espécie de poeta oficial do Segundo Império, reunindo em torno de si aquilo que Antonio Candido (1981, p. 56) chamou de uma “corte”, acrescentando: “em sua companhia, não havia temer perigos ou surpresas desagradáveis”. Tal posição fazia do poeta alvo preferencial daqueles que não pertenciam a tal corte (como aliás era o caso do próprio Alencar). Que isso estava em jogo deixa claro um certo Sr. Ômega – identificado como Pinheiro Guimarães por José Aderaldo Castello (1953, p. 86) – em artigo publicado no *Correio da Tarde* no dia 30 de julho:

3 Ele procurou mesmo se assegurar de que seu julgamento negativo ficasse em privado: “Resulta daqui um direito para mim, o de suplicar a V.M. que esta carta não chegue ao conhecimento do autor dos *Tamoios*” (HERCULANO apud MAGALHÃES, 2007, p. clvi), diz ele ao final da carta.

Em fins do ano de 1854 desembarcou no Rio de Janeiro, vindo da Europa, o Sr. Magalhães, o qual, segundo o que logo espalharam os seus amigos, trazia consigo um grande poema, de lavra própria, que estava destinado, em razão do seu mérito transcendental, a ocupar o primeiro lugar entre os monumentos da literatura pátria. Algumas pessoas de boa fé deram inteiro crédito a essas palavras; outras porém, que bem aquilatavam o autor de Antônio José, e que além disto sabiam que os propaladores dessas notícias eram todos membros da confraria literária, [...] esses duvidaram.

[...]

Enfim, *post tantos, tantosque labores*, ela apareceu: a mais triste decepção debuxou-se na fisionomia de todos aqueles que haviam confiado nas enganosas falas dos membros da confraria literária, e uma gargalhada estridente e sonora ressoou, soltada por aqueles que, bem avaliando os ditos desses turiferários, pois não ignoravam qual a origem de seus entusiásticos louvores, pouco haviam esperado da *Confederação dos Tamoios*. (GUIMARÃES apud MAGALHÃES, 2007, p. lxi).

No plano propriamente crítico está a carta de Alexandre Herculano, cuja isenção era óbvia, seja porque já era nome plenamente estabelecido, seja porque o meio literário brasileiro em nada o afetava. E para ele, simplesmente, a epopeia era gênero incompatível com a modernidade:

A epopeia humana, que já não era do século passado (deu-nos triste documento disso o gênio de Voltaire), menos é deste século. O passado ainda tinha as cóleras do filosofismo: este olha para tudo o que é heroico, e sobre-humano com o frio desdém da indiferença e do ceticismo.

[...]

Se não creio possível a epopeia humana no meio das nações transformadas, polidas, argumentadoras, voluptuosas, incrédulas da velha Europa, menos possível ainda a creio na América. (HERCULANO apud MAGALHÃES, 2007, p. cl).

O argumento é significativo, em primeiro lugar e de maneira geral, porque representa uma espécie de consenso, como visão de história literária ocidental, naquele momento. Em segundo lugar e como abordagem especificamente de *A Confederação dos Tamoios*, porque afasta de saída a possibilidade de sucesso da empreitada de Magalhães. Era, nessa perspectiva, uma obra recém-publicada e já obsoleta.

Em suas cartas, Alencar não é categórico como Herculano acerca da impossibilidade da épica em seu tempo. Ainda assim, sua abordagem consiste em evocar os grandes épicos da literatura ocidental para confrontá-los com *A Confederação dos Tamoios* e deixar claro que Magalhães não fora capaz de fazer aquilo que Homero, Ovídio, Tasso, Milton ou Camões haviam feito. Com isso acaba demonstrando na prática a inviabilidade da épica naquele momento.

Saulo Neiva, em artigo fundamental sobre o poema, afirma que a postura tanto de Herculano como de Alencar (aos quais junta de passagem Victor Hugo como demonstração de que se trata mesmo de um consenso de época) expressa uma ambiguidade, já que, “[e]mbora ainda carregue consigo uma aura de prestígio e continue a suscitar a composição de diferentes obras, o épico passa então a ser

considerado como um gênero desgastado ou intrinsecamente incompatível com os novos tempos” (NEIVA, 2017, p. 6).

Em uma passagem de *Gonçalves de Magalhães ou o romântico arrependido*, biografia do poeta, ao comentar um episódio de sua vida parlamentar, Alcântara Machado atribui a ele uma “timidez quase mórbida”:

Demonstra-lo-á mais tarde, quando, atacado de rijo por José de Alencar, se retrai e emudece. Leia-se o prefácio com que abre a segunda edição da *Confederação dos Tamoios*: nem uma palavra de defesa contra o censor impiedoso. São outros, e não ele, que aparam os golpes e procuram cobrir-lhe o corpo. (MACHADO, 1936, p. 67-68).

É verdade que Magalhães, por timidez ou outro motivo, calou-se diante das terríveis cartas do jovem Alencar, recusando-se a participar da intensa polêmica que se seguiu à sua publicação, como se ficasse sem ação diante da imagem de fracasso da obra que lhe custara anos de trabalho. No entanto, também é verdade que, bem observada, a segunda edição do poema revela-se uma resposta eloquente a Alencar – e não só a ele.

São basicamente três as novidades da versão de 1864. A primeira é uma “Advertência sobre esta nova edição”, que aparece logo no início do volume. Ali o poeta não dá o braço a torcer e ignora as críticas negativas, preferindo mencionar a “crítica benévola com que o acolheram os literatos nacionais, e alguns estrangeiros” (que aliás faz questão de listar em nota de rodapé) que o obrigava ao “rigoroso dever de revistar a minha obra, e expurgá-la das incorreções e faltas que se ocultaram por assim dizer no meu manuscrito, e melhor apareceram pela regularidade e limpeza dos tipos depois que a vi impressa” (MAGALHÃES, 1864, p. XI). O tópico central da advertência, no entanto, não são esses defeitos, mas sim a defesa de um modelo menos rígido de epopeia que teria sido adotado. Respondendo certamente ao poeta e erudito argentino Juan María Gutiérrez, que, num elogioso artigo publicado em janeiro de 1857, dissera que “o Senhor Magalhães teria dado um grau maior de perfeição ao seu poema se o compusesse em instâncias regulares, ou em oitavas italianas à semelhança dos *Lusíadas* ou do *Caramuru* de Durão” (GUTIÉRREZ apud MAGALHÃES, 2007, p. cxcv), o poeta brasileiro reafirma sua opção pela estrofação irregular afirmando: “razões tive para em uma longa composição desta natureza não escravizar o desenvolvimento das ideias a um compasso uniforme, e à monótona zoadá de repetidas sílabas consoantes” (MAGALHÃES, 1864, p. XIII). Seu objetivo teria sido o de encontrar uma forma maleável “a fim de que possa o poeta em tão longa digressão variar o estilo e as pausas, segundo as necessidades do pensamento e do canto” (MAGALHÃES, 1864, p. XIV). Em suma, aceita a lição da tradição de que o verso mais adequado ao poema épico é o decassílabo (que ele chama de hendecassílabo) mas reivindica que

O poema épico, encerrando em si todos os gêneros de poesia, e sendo a composição mais longa e difícil do espírito humano, exaltado pela inspiração, deverá talvez adotar todas as formas poéticas para melhor exprimir a parte heroica, a lírica, a trágica, a didática, a descritiva e a dialógica [...]. (MAGALHÃES, 1864, p. XVI).

A segunda novidade da edição de 1864 é o acréscimo de uma nota ao canto X, na qual, contra a opinião de Francisco Adolfo de Varnhagen, o poeta defende que um índio pode ser o herói de uma epopeia. Varnhagen, aliás, foi mais um dos que, também em carta a D. Pedro II, classificara o poema como um fracasso: “Infelizmente está o poema mui longe de poder, no mais mínimo, aspirar às honras da epopeia nacional do século de Pedro 2º. Nem o assunto da tal confederação bestial é verdadeiramente épico” (VARNHAGEN apud MAGALHÃES, 2007, p. cxlv). Pela própria adjetivação acerca da confederação já se vê que Varnhagen pensa dentro da velha concepção que enxerga os índios como selvagens em oposição aos europeus ditos civilizados. E, de fato, em sua *História geral do Brasil*, o retrato que pinta dos povos originários não se afasta muito do clichê de que não tinham fé, nem lei, nem rei, ou seja, a ideia geral de que fora da “civilização” (ou seja, a civilização europeia) só sobra a ferocidade. Sobre a religião dos tupis, por exemplo, afirma: “Podemos dizer que a única crença forte e radicada que tinham era a da obrigação de se vingarem dos estranhos que ofendiam a qualquer de sua alcateia. Este espírito de vingança levado ao excesso constituía a sua verdadeira fé” (VARNHAGEN, 1877, p. 39). Já em 1859, Magalhães apresentara no Instituto Histórico e Geográfico um trabalho metuculoso intitulado “Os indígenas do Brasil perante a história” cujo objetivo explícito era o de “reabilitar o elemento indígena que faz parte da população do Brasil” (MAGALHÃES, 1865, p. 161), em contraposição às observações de Varnhagen, e no qual aborda de forma compreensiva a religião dos povos originários para provar que sua fé não se reduzia à vingança. Na nova nota à *Confederação* ele seria explícito ao afirmar que não colocava a contribuição portuguesa acima da contribuição dos índios na fundação do país: “Eu não ponho no poema a civilização e os colonos portugueses de um lado; a barbárie e os Indígenas do outro. No poema, como nos documentos históricos que estudei, marcham os portugueses apoiados sempre por imenso número de indígenas” (MAGALHÃES, 1864, p. 352-353).

Em suma, com esses dois novos textos, Magalhães procura estabelecer que seu poema é um épico moderno, querendo, em primeiro lugar, se comunicar com o leitor do presente, e por isso fora escrito sobre uma estrutura mais maleável. Em segundo lugar, porque considerava a contribuição indígena fundamental para a formação do país, digna, portanto, de receber destaque numa epopeia.

A terceira e mais importante novidade da edição de 1864, no entanto, não é nenhum paratexto: são as centenas de modificações promovidas no corpo do poema, e cujo exame só é possível pelo confronto com a edição de 1856. Essa é uma tarefa longa, e não cabe aqui um levantamento exaustivo dessas modificações. Mas é possível examinar algumas delas e, levando-as em conta, procurar precisar qual é o projeto que move, desde o princípio, a escrita do poema como um todo.

Vale adiantar que essas modificações levam em conta até mesmo as observações de Alencar e, vez por outra, Magalhães emenda trechos explicitamente apontados por ele como falhos. Um exemplo interessante nesse sentido é a alteração feita na abertura do canto II. Na sua segunda carta, Alencar examinava rapidamente essa passagem:

“P’ra acabar co’os ataques reiterados
Dos lusos, confederam-se os tamoios.”

Eis o começo do segundo canto.

Eis a causa dessa grande confederação que merece uma epopeia! Eis o motivo dessa guerra de morte, dessa vingança estrondosa! Eis o princípio de um drama terrível que acaba pela destruição de um povo!

Não é pelo ódio instintivo da cor, não é pelo opróbrio e a vergonha de homens livres reduzidos à escravidão, não é pelo seu belo país, dominado por filhos de terras estranhas; não é para vingar as cinzas de seus pais, não é por nenhum desses incentivos nobres que os tamoios se confederam: é unicamente para acabar com os ataques reiterados dos lusos. (ALENCAR apud MAGALHÃES, 2007, p. xxii-xxiii).

Antes disso, ainda na primeira carta, ele já mostrara reprovação pelo fato de que “*A Confederação dos Tamoios* começa por um episódio: é a morte de um simples guerreiro índio”, o que seria um erro formal: “Devemos confessar que a causa do poema, o princípio da ação não está de modo algum nas regras da epopeia. Derivar de um fato acidental e sem importância a luta de duas raças, a extinção de um povo e a conquista de um país é impróprio da grandeza do assunto” (ALENCAR apud MAGALHÃES, 2007, p. xvii).

Dois elementos encontram-se na base da desaprovação de Alencar. O primeiro é que ele permanece ligado a uma rígida concepção de épica, exatamente o modelo que Magalhães procura redesenhar. A segunda é uma concepção próxima à de Varnhagen, que vê como banal a morte de um índio, a ponto de apequenar a narrativa que se inicia por ela. Esse preconceito é tão forte que o impede de ver que essa morte, nos termos da narrativa em si, é muito mais que um incidente qualquer. Quem morre é Comorim, amigo de infância de Aimbire, e isso só acontece depois de o narrador sublinhar os erros dos portugueses: que julgavam os índios brutos, que os escravizavam, que os enganavam e até que “os densos matos mutilavam” (MAGALHÃES, 1856, p. 14). E também depois de contar que o próprio Aimbire fora escravo, e que seu pai morrera escravo, e que ele “Meditava projetos de vingança/ Contra a Lusa colônia Vicentina/ Onde p’ra seus irmãos o mal saía” (MAGALHÃES, 1856, p. 15) e por isso já percorrera longas distâncias organizando uma resistência conjunta de todos os tamoios. Aliás, Aimbire só pôde saber da recente morte de Comorim porque estava à procura de seu pai, Pindobuçu, visto que àquela altura “Só faltava-lhe o braço e a experiência/ Do ancião” (MAGALHÃES, 1856, p. 16). Ou seja, a morte de Comorim não é um fato isolado, é parte de um conjunto de ações inaceitáveis dos portugueses e de uma revolta justa que já unia grande parte dos tamoios. Ainda assim, Magalhães modifica a abertura do canto II, acrescentando um verso e evocando valores, digamos, mais essenciais – vida e liberdade – e menos acidentais, para justificar a confederação:

Em defesa da vida e da liberdade,
Contra as injustas agressões contínuas
dos Lusos confederam-se os tamoios
[...]
(MAGALHÃES, 1864, p. 35).

Além de indicar que Magalhães levou em conta o julgamento de Alencar, essa modificação demonstra que aquela ambiguidade apontada por Saulo Neiva na posição de Alencar afeta também o autor da *Confederação*, que permanecerá o tempo todo dando conta de algum nível de grandeza épica convencional, como acontece nessa emenda e em muitas outras. Isso não modifica o fato de que, em termos de concepção geral, a ambiguidade entre o prestígio do épico e sua obsolescência é resolvida, se é que se pode falar em resolução, de forma diferente por cada um deles. O cearense, no fundo, não vê como manter a tradição do poema épico, a não ser em seus moldes tradicionais. E por isso tudo o incomoda na experiência de Magalhães. Sua saída como escritor seria o investimento no romance – e não pode ser coincidência que ele começaria a publicar *O guarani* como folhetim, de janeiro a abril de 1857, no *Diário do Rio de Janeiro*, apenas seis meses depois do aparecimento do poema.

Gonçalves de Magalhães, por sua vez, vê espaço para trazer o épico para seu tempo, desde que certos elementos fossem repensados, a começar pela própria linguagem. Se o diabo mora nos detalhes, vale a pena tratar de um deles. Dentre as inúmeras críticas ao estilo do poeta, Alencar aponta um procedimento linguístico específico que lhe parecia condenável: “Abra o poema e verá elipses repetidas, sobretudo na conjunção *com*; o que não só denota fracos recursos de metrficação, como torna o verso pouco sonoro e cadenciado” (ALENCAR apud MAGALHÃES, 2007, p. xiii). De fato, basta abrir o poema para encontrar dezenas de ocorrências da contração da preposição “com” com os artigos “o”, “a”, “os” e “as” com as grafias “co’o”, “co’a”, “co’os”, “co’as”, sempre contando uma sílaba e não duas na versificação. A questão é estabelecer se o poeta usou as contrações por incapacidade de metrficar, como afirma seu crítico, ou porque compreende que cabe na epopeia de seu tempo uma língua “menos alta”, mais próxima da oralidade.

Para decidir qual é o caso, basta verificar que, na primeira edição, tão numerosa quanto a contração apontada, temos a ocorrência de uma outra, a da preposição “para”, com ou sem artigos em seguida, reduzida a uma sílaba e grafada “p’ra”. Alencar não a menciona, mas o efeito para a metrficação é o mesmo, a redução de duas sílabas para uma quando o poeta se visse apertado. Mas, se o leitor se animar a fazer o confronto com a nova edição de 1864, se surpreenderá por não encontrar nela mais nenhum “p’ra”: todos foram suprimidos na revisão. Muitas dessas supressões são fruto de operações bastante simples, meras trocas de uma preposição por outra. É assim que o verso “O céu, o puro céu, p’ra quem cantava” (MAGALHÃES, 1856, p. 317) torna-se “O céu, o puro céu, a quem cantava” (MAGALHÃES, 1864, p. 305). Outras exigem a reelaboração do verso todo, como é o caso de “P’ra que não dêem abrigo aos inimigos” (MAGALHÃES, 1856, p. 244), que aparece convertido em “Não deixemos abrigo aos inimigos” (MAGALHÃES, 1864, p. 234), e ainda há supressões que exigem mudanças em dois ou mais versos. De uma forma ou de outra, com maiores ou

menores alterações, o fato é que na segunda edição não se encontra nenhum “p’ra”, o poeta se vira bem sem ele.

No entanto, as contrações da preposição “com” estão todas lá. Ou seja, Magalhães deu-se ao trabalho não pequeno de eliminar mais de uma centena⁴ de ocorrências de determinada contração sem sequer tocar noutra, exatamente a mais “violenta”, por assim dizer, e precisamente aquela que seu crítico dava como exemplo negativo. Aliás, no que diz respeito a essa contração, não apenas ele não as cortou como até chegou a acrescentar pelo menos uma, em correção certamente motivada por uma observação de um de seus leitores benévolos, Francisco de Monte Alverne, a quem incomodava um cacófato localizado em vários versos do poema: “A locução adverbial *a par*, unida à partícula de genitivo *dos*, forma *pardos*” (ALENCAR apud MAGALHÃES, 2007, p. clxix). A exemplo do que fez com o “p’ra”, Magalhães elimina todos os “par dos” e “par das” do poema, mas, para fazer isso no verso “Do leal Camarão a par dos netos” (MAGALHÃES, 1856, p. 180), do canto VI, não titubeia em lançar mão do “co’os”: “Do leal Camarão junto co’os netos” (MAGALHÃES, 1864, p. 176). Atende a Monte Alverne e desatende explicitamente a Alencar.

Tal procedimento indica que, mais do que relativizar o juízo de valor atribuído a este ou àquele elemento de estilo, Magalhães dá uma resposta clara ao seu crítico pela demonstração prática de que tinha recursos suficientes para lançar ou não mão das contrações para compor seu poema e manter-se dentro das regras de metrificação. O recado parece ser o seguinte: eu poderia fazer o poema todo sem utilizar nenhuma contração de preposição, mas não é o caso: uma dose de oralidade pode muito bem compor um épico nos tempos que correm – e, podemos acrescentar, nada mais típico da oralidade do que uma frase como “junto cos netos”.

A mesma concepção parece presidir outras escolhas formais do poeta. Vejamos mais uma vez algumas das críticas de Alencar, sempre no sentido de apontar um déficit de grandeza do poema. Não é coincidência que seu termo de comparação seja sempre o novo e menos alto gênero, o romance, e ele não se canse de apontar no poema elementos que, por seu caráter pouco elevado, seriam típicos do romance. A preocupação com aspectos da vida cotidiana, por exemplo, é assim avaliada:

Ele pinta ou esboça as mais pequenas coisas, repisa as mesmas ideias três e quatro vezes, enche uma página inteira de fumo e de sangue, fala do milho e da mandioca que o colono plantou no seu terreno e de mil outras coisas próprias de um romance histórico, e não de um poema. (ALENCAR apud MAGALHÃES, 2007, p. xcii).

A recusa ao tom grandílico, como diria Camões, teria o efeito de abastardar todo o poema, a começar pelo estilo – e Alencar censura, por exemplo, o verso “Pelos mandiocais e milharada” por inadmissível em uma “descrição poética” (ALENCAR apud MAGALHÃES, 2007, p. xliii) – e chegando até a estrutura geral do texto:

4 Uma contagem automática da ocorrência de “p’ra” num arquivo digitalizado da edição de 1856 indica que ela aparece em 120 diferentes páginas do poema. A contagem não é precisa, seja por limitações dos programas que transformam as imagens escaneadas em texto, seja porque há páginas que trazem mais de uma ocorrência, mas é suficiente para dar ideia do volume do trabalho de revisão feito.

Mas pela leitura do poema tenho-me convencido que o poeta desdenha esses lances teatrais, esses efeitos cênicos, sem o que a epopeia e a tragédia nada são; prefere seguir o fio da sua história dividindo-a em capítulos, a que deu o nome de cantos. (ALENCAR apud MAGALHÃES, 2007, p. xxii).

A leitura corrida do poema confirma a impressão de Alencar. De fato, assim como a irregularidade das estrofes deixa claro que o poeta as pensava como parágrafos, os cantos parecem se organizar como capítulos de um romance, e os dados mais cotidianos – como as plantações de milho e de mandioca dos tamoiros, mencionadas porque Tibiriçá, que luta ao lado dos portugueses, ordena que sejam queimadas – muitas vezes ocupam espaço de destaque na narração, que acaba mesmo se afastando dos tais “lances teatrais”. Mas isso só pode ser considerado um problema diante da exigência de se manter, no século XIX, um conceito estrito de grandeza épica. No primeiro artigo que se publica em defesa do poema contra a crítica de Alencar, o Amigo do Poeta, pseudônimo de Manuel de Araújo Porto-Alegre, intui isso, mas só encontra uma maneira desajeitada de abordar a questão, e acaba indo para o lado oposto: “O sr. Magalhães não compôs uma epopeia; fez um poema [...]; no plano de sua obra não entraram as dimensões colossais do poema épico” (ALENCAR apud MAGALHÃES, 2007, p. xlix-xl). Ora, tudo na apresentação do poema indica que o poeta quis sim fazer um épico. Só não ocorre a seu amigo que ele procurou uma outra forma, menos colossal, de epopeia moderna.

Mas observar isso não resolve a questão. Experimentar uma forma mais leve não é em si um valor, positivo ou negativo. Isso só pode ser aquilatado se examinarmos a concatenação entre a forma e a visão que o poema dá de seu assunto principal, ou seja, a Confederação dos Tamoios, que desemboca, depois de uma guerra de anos, na fundação da cidade do Rio de Janeiro, acontecimento que encerra a narrativa. Vejamos se a visão de país que o poema expressa está de acordo com a estratégia poética escolhida.

Para começar esse exame, é útil voltarmos àquela observação de Alexandre Herculano, que define o grande impasse para a epopeia naquele momento (e até nossos dias, poderíamos acrescentar) e perguntar: ainda fazia sentido dar um tratamento heroico para a história em pleno século XIX? Sendo mais específico: o que há de heroico na formação do Brasil? – ou, formulando a pergunta de outra forma, a matéria histórica de que trata o poema merece ser tratada em tom grandiloco? Para Varnhagen, e mesmo para Alencar, a implantação da civilização no novo mundo é heroica e merece uma epopeia cheia de grandiloquência. Para eles, o elemento português é o repositório da heroicidade, em sua luta contra um ambiente hostil, habitado por grupos humanos cuja única fé é a da vingança, como vimos ter dito o historiador.

E Alencar não deixa de assinalar o pouco destaque dado aos heróis portugueses e aos índios catequizados que lutaram a seu lado, o lado certo, ao mesmo tempo que não vê a possibilidade de um índio rebelde ter estatuto heroico:

E entretanto, meu amigo, é isto o que noto em todo o poema do Sr. Magalhães: Anchieta, Nóbrega, Mem de Sá, Salvador Correia, Tibiriçá não se conservam no poema nem mesmo na altura da história, quanto mais da epopeia; Aimbiré é um índio valente, mas não é decerto um herói. (ALENCAR apud MAGALHÃES, 2007, p. xlv).

Se consultarmos a segunda edição, veremos que, assim como se mantém intocado o verso dos mandiocais, tido como indigno, o caráter pouco heroico dos implantadores da civilização permanece. Nenhum verso se acrescenta para louvar os fundadores portugueses. Aliás, a falta de espírito heroico é aprofundada, como se vê na revisão feita no verso que descreve a armada portuguesa vinda para dar combate final aos índios. Na primeira edição lê-se: “Entrou soberba a protetora armada” (MAGALHÃES, 1856, p. 332). Na segunda a soberbia é atenuada: “Entrou vistosa a protetora Armada” (MAGALHÃES, 1864, p. 319). Mais radical é a transformação do verso em que os portugueses aparecem como os brasileiros apareceriam mais tarde no hino nacional – “P’ra a morte a brava gente se aparelha” (MAGALHÃES, 1856, p. 334) – assim rebaixados na nova versão: “Para a morte se apresta a lusa tropa” (MAGALHÃES, 1864, p. 322).

O caráter mais exploratório do que heroico da fundação do Brasil é, aliás, marcado desde o canto I, que, como vimos, destaca o assassinato e a escravização dos indígenas, além da depredação das matas. Não que a civilização europeia e o cristianismo – referido como “Religião sublime e santa” (MAGALHÃES, 1856, p. 9) no mesmo canto I – sejam em si invalidados. Acontece que a combinação entre os valores cristãos e aquilo que poderíamos chamar de prática da empresa colonial pretensamente civilizatória, mas sempre predatória, não aparece nunca no poema como algo heroico. Aliás, é Aimbire quem vai exprimir de maneira mais clara essa difícil combinação ainda no canto III:

Esse Filho de Deus, dizia Aimbire,
Só ensinou aos homens que se amassem,
Que fossem todos como irmãos e amigos.
Mas por tudo que eu vi, pelo que fazem,
Creio que de seu Deus as leis aprendem
P’ra calcá-las melhor, e não cumpri-las.
Vede como são maus os Emboabas,
E o que esperar podemos de tais homens.
(MAGALHÃES, 1856, p. 72-73)⁵.

A ideia de aprender bem os bons preceitos com o fim de melhor violá-los deixa bem claro: o cristianismo é bom, mas os cristãos nem tanto. Com isso, a tarefa do narrador da aventura que resulta na fundação do Rio de Janeiro ganha em complexidade, e o poema se equilibra entre o elogio ao imperador, a seu pai e a toda sua gente, afinal portuguesa, e a denúncia ao comportamento criminoso dos colonos, também gente portuguesa. Isso sem contar que o poema ainda precisa lidar com os

5 Na segunda edição o trecho aparece modificado, inclusive para se tirar aquele “p’ra” do sexto verso da citação, mas sem que se atenua a visão expressa na primeira edição, ao contrário: “Esse Filho de Deus, (dizia Aimbire)/ Só ordenou aos homens que se amassem,/ E fossem todos como irmãos e amigos./ Eles mesmos sem pejo isso confessam,/ E prostrados, ao céu preces dirigem,/ Prometendo cumprir esses preceitos;/ Mas por tudo o que eu vi, pelo que fazem./ Creio que de seu Deus as leis aprendem/ Só para as conculcar com mais orgulho./ Vede como são maus os Emboabas,/ E o que esperar podemos de tais ímpios!” (MAGALHÃES, 1864, p. 73).

franceses, que haviam ficado no Brasil, vivendo entre os índios, depois da tentativa de ocupação liderada por Villegagnon. São eles também cristãos que, mesmo de outra cepa, protestantes, mantêm-se ligados muito mais aos interesses de seu país e de sua religião do que aos preceitos cristãos de temperança.

A guerra entre portugueses e franceses é tema do canto II, lembrada e contada por Aimbire. Incomoda a Alencar nessa passagem sua excessiva violência, a presença constante do sangue nas palavras do índio: “O Sr. Magalhães não tem nessa descrição nenhum lance trágico, mas tem um desfecho que é a prisão de Aimbire. Quando o leitor chega a ela, está enjoado e aborrecido, como um homem que andasse muito tempo pisando charcos de sangue” (ALENCAR apud MAGALHÃES, 2007, p. xxvi).

Não ocorre ao futuro autor de *Iracema* (ALENCAR, 1988) que o episódio sanguinolento tenha o propósito de evidenciar a violência da disputa pelo novo mundo entre dois povos cristãos e civilizados, que se comportam com a ferocidade que atribuem não a si próprios, mas aos índios. Essa é uma ideia forte no poema, a de que todos podem ser brutos, não apenas o selvagem da América. No canto VII são os santos padres Nóbrega e Anchieta que o dizem diretamente:

Iguais os homens são; e cristãos devem
Abraçar seus irmãos, do erro salvá-los,
Guiá-los ao Senhor, morrer por eles,
E não matá-los como fazem lobos.
Vós aos índios chamais brutos sem alma,
E assim credes poder escravizá-los.
Mas o que desses brutos vos distingue?
Que exemplos vós lhes dais que os edifiquem?
(MAGALHÃES, 1856, p. 230-231).

Violência maior e mais significativa é a que aparece no desfecho do poema, quando os portugueses recebem reforços vindos da Bahia e dizem aos tamoios. Mas não é somente o seu sangue que corre:

Para instantâneo
O indômito Tamoio. Ante o inimigo,
Que vitória já brada, Estácio avulta,
E uma seta de Aimbire a esposa vinga,
Ferindo o Capitão, que da vitória
Por poucos dias gozará dos louros.
Rápido após como um possesso toma
O cadáver da esposa, ao ombro o lança,
Empunha a hercúlea maça e feroz brada:
“Tamoio sou, Tamoio morrer quero,
E livre morrerei. Comigo morra
O último Tamoio; e nenhum fique
Para escravo do Luso: a nenhum deles
Darei a glória de tirar-me a vida”.

Rábido e cego, meneando a maça,
Foi abrindo uma estrada de cadáveres
Por entre o inimigo, e ao mar lançou-se!
(MAGALHÃES, 1856, p. 338).

A cidade “a quem destina/ Grande futuro o céu” (MAGALHÃES, 1856, p. 337) se funda sobre o sangue dos tamoios, mas também sobre o de seu fundador, Estácio de Sá, que mata Iguacu, a mulher de Aimbire, mas acaba morto pelo índio. E a nova cidade não se converte em lar para o herói – não há um lugar para o qual esse Ulisses indígena possa voltar. A única forma de resistência que lhe resta é o suicídio – a mesma que seria encontrada pelo casal de escravos que protagoniza *A cachoeira de Paulo Afonso*, que Castro Alves publicaria exatos vinte anos depois da *Confederação*.

E o poema se encerra com o ato piedoso daquele que poderia ser o seu grande herói português civilizador, o padre Anchieta:

Viram nas ondas flutuar dois corpos,
Que o mar na enchente arremessara às praias.
De Aimbire e de Iguassu os corpos eram!
Viu-os Anchieta com chorosos olhos:
Para a terra os tirou; e nessa praia,
Que inda depois de mortos abraçavam,
Sepultura lhes deu, p’ra sempre unidos!
(MAGALHÃES, 1856, p. 339).

O sacerdote, que reconhecia os índios homens iguais aos europeus, se entristece diante dos corpos daqueles amados filhos de Deus e os sepulta piedosamente, misturando-os na massa da terra da qual emergirá a nova capital do país novo. Lido isoladamente, esse trecho dá a impressão de que o poema faz uma grande volta para retornar ao começo, apesar de tudo validando inteiramente o heroísmo civilizacional da empresa colonial por meio da exaltação daquilo que lhe serve de base ideológica explícita, ou seja, a religião cristã, que seria a consequência imediata do heroísmo de Anchieta. Por isso vale a pena ver como o cristianismo e o próprio Anchieta são retratados no poema como um todo.

O canto V se abre com Jagoanhara cumprindo uma missão que Aimbire lhe dera: a de viajar de Niterói a São Vicente para convencer seu tio, o cacique Tibiriçá, que se convertera ao cristianismo e vivia junto com os portugueses, a mudar de ideia e apoiar a confederação. Logo que chega à vila, informa-se de que Tibiriçá está assistindo a uma missa e segue para lá. A cena, em princípio, é demonstração da força do cristianismo, como seria, em *O guarani*, a visão da Virgem por Peri:

Jagoanhara esperava; mas suspenso,
Ouvindo os ecos dos sagrados hinos,
Que o santuário enchiam de harmonia

P'ra dentro olhou: e curioso e atento,
Sem sentir pouco a pouco foi entrando
Pelo encanto da música atraído,
Até que a par do tio ajoelhou-se.

Os altares de flores enfeitados,
As tochas e as lâmpadas acesas,
O odor do incenso, os cantos que soavam
Ao som de nunca ouvidos instrumentos;
Todo aquele aparato jamais visto
De tal maneira fascinado o tinha,
Qu'ele olhando p'ra o tio foi erguendo
As mãos postas p'ra o céu, e parecia
Mais que todos contrito penitente.
Tibiriçá, que atento o altar fitava,
Só quando as sacras preces terminaram
Erguendo-se encarou com Jagoanharo,
E atônito ficou com tal surpresa.

“Como! disse ele, aqui!... Tu a meu lado!
Na casa do Senhor!... Feliz se buscas
O batismo e a fé!... E quão ditoso
Serei eu si me escolhes por padrinho!
[...]
(MAGALHÃES, 1856, p. 137).

O índio, que fora até ali com o intuito de combater os cristãos, fica imediatamente fascinado pelo rito cristão, e isso alegra o tio, que dá como certa sua conversão. O entusiasmo de Tibiriçá é tamanho que ele

Recita em língua Túpica um verseto,
Que o zeloso Anchieta compusera:
“Glória ao único Deus, ao Pai Eterno!
A ti, Senhor, que em tua alta bondade
Brilhar fizeste a luz entre os gentios;
E por teus sacerdotes nos mandaste
A verdade de Cristo, e os bens da graça.”
(MAGALHÃES, 1856, p. 138).

Trata-se da situação perfeita para uma demonstração da força da verdade religiosa, que se impõe naturalmente mesmo àqueles dentre os gentios que em princípio seriam os mais refratários a ela. Mas não é o que ocorre. Note-se que há desde o início um ruído a indicar que as coisas talvez não sejam bem assim. Não é a visão do Cristo ou da Virgem que arrebatava Jagoanharo, mas sim os aspectos sensoriais do rito, aquilo que o próprio narrador chama de “aparato”. É como se ele, ao invés de ser arrebatado

por uma revelação da verdadeira religião, se deixasse levar pela beleza artística do que vê e sentisse o impulso de participar dessa beleza.

E de fato a continuidade do episódio não vai nos mostrar um jovem índio sendo convertido, mas sim reafirmando seus valores originais. Feliz, Tibiriçá mostra o arraial, a casa de Martim Afonso, dada pelo Rei que, por sua vez, tudo recebeu de quem “é mais que Tupã”: “Deus é que pode tudo/ E depois dele o Rei; o resto é nada” (MAGALHÃES, 1856, p. 141). Jagoanharo não se convence muito dessas verdades, o que não impede Tibiriçá de continuar o passeio pela vila e mostrar a casa de seu genro, João Ramalho. Nesse momento, passa um grupo de índios recentemente capturado: “Bem os viu Jagoanharo, e nada disse” (MAGALHÃES, 1856, p. 142). Ele só dirá alguma coisa quando já estiver na confortável casa do tio:

Já em casa chegados, o Cacique,
Crendo o sobrinho não tão bronco e fero,
Quis grandeza ostentar ante seus olhos,
E co'o aspecto do luxo seduzi-lo.
Convida-o a comer em mesa ornada
Com todo o aparato e louçania
De um senhor Português daqueles tempos.
Por alguns Guaianás servidos eram.
“Quem são estes, pergunta o índio inculto,
Que enquanto nós comemos assentados,
Tão humildes estão em pé servindo?
São acaso inimigos prisioneiros?”
“São da minha nação, volta-lhe o tio,
Soldados Guaianás, meus camaradas.”

Ouvindo tal com pasmo e quase iroso
Já o mancebo ergue-se; mas prudente
Disfarçou seu despeito, e com frieza
Disse: “Então uns aqui servem aos outros,
Sendo todos amigos e guerreiros?
E como tu também os Portugueses
Pelos nossos irmãos serão servidos?”

Razões mui sociais deu-lhe o Cacique
Daquela diferença e hierarquia,
Necessária ao governo e à boa ordem.
Mas não quis o selvagem convencer-se.
(MAGALHÃES, 1856, p.142-143).

Em uma cena construída sem grandes lances teatrais, no espaço da vida cotidiana, o grande problema da formação de um novo país num lugar já ocupado se revela inteiro. Depois do aparato religioso, eis que se põe em evidência o aparato social da tal civilização: a mesa posta com luxo senhorial e o serviço feito por criados. Nada

disso impressiona Jagoanharo, ao contrário, apenas reafirma para o personagem, assim como para o leitor, que essa civilização e essa religião não se impõem naturalmente por uma pretensa superioridade. Só poderão se estabelecer pelo emprego daquilo que seria típico dos selvagens, da fera gente: a violência. E disso tudo emerge a ironia do tratamento de Jagoanharo como “não tão bronco e fero” e logo em seguida como “selvagem”.

Esse mecanismo de relativização do que sejam a civilização e a ferocidade é tão vivo na *Confederação*, que estará ativo até mesmo quando tratar do padre Anchieta. Não é que a voz narrativa vá relativizar a santidade em si do padre. Ao contrário, não perderá a oportunidade de exaltá-la. Mas e suas ações?

Anchieta, juntamente com Nóbrega, para evitar a guerra, propõe-se a ir viver com os índios rebeldes, sem medo da grande ameaça que isso representaria. Já junto a eles, faz-se amar por sua própria capacidade de amor e de caridade cristã. Tanto que convence Aimbire a aceitar um acordo que, nos termos dos índios, estabeleceria o fim dos conflitos: índios e invasores ficariam com as terras que já ocupassem – afinal, o que não faltava era terra – sem qualquer novo avanço, o que na prática asseguraria aos índios o território em torno da baía de Guanabara. Os índios não se importam em, mantida essa condição, manter também as relações de trocas de produto como coisa natural entre vizinhos. Anchieta escreve uma carta com a proposta do tratado de paz a ser levada para São Vicente pelo padre Manuel da Nóbrega enquanto o próprio Anchieta fica com os tamoios como garantia. A resposta dos portugueses demora, mas vem numa outra carta, e é positiva. Tendo cumprido sua missão, feliz por ter promovido a paz e evitado mortes, Anchieta pode finalmente partir. E a despedida entristece demais os índios:

Jamais com tanta dor, com tanto choro
Ternos filhos o pai viram saudoso
Partir dos braços seus p'ra longes terras;
(MAGALHÃES, 1856, p. 323).

O que não demora nada – na verdade se narra na estrofe seguinte a essa – é o descumprimento do acordo por parte dos portugueses. Estamos no início do canto X, o da guerra que vai selar o destino trágico da união dos tamoios:

Quão pouco os embalou a doce crença
Dessa paz mal firmada. – Ai! pobres Índios!
A paz que vos outorgam tais senhores,
Que de tudo que é vosso se creem donos,
É a vida de escravo, e o dever cego
De ceder-lhes a terra, e obedecer-lhes.
Tal é a paz que ao fraco outorga o forte,
Que a despeito da voz da consciência
Tem convertido a força em jus sagrado,
E em suprema razão o vil egoísmo.
(MAGALHÃES, 1856, p. 323-324).

É de se notar que existe uma voz da consciência – em princípio, portanto, os valores da religião cristã e da civilização europeia são válidos, mas não são de fato os que inspiram os colonos, cuja razão máxima é o egoísmo. Com isso, evidentemente, a guerra vai começar:

Grosso enxame de prôfugos Tamoios
Ali chegou, com Guaxará seu chefe,
Dando a nova fatal que a Lusa frota,
Com grande estrondo o Guanabara entrando,
Gente sem conta despejara em terra.
(MAGALHÃES, 1856, p. 324).

Os tamoios de outras partes chegam à baía de Guanabara em fuga, acossados pela grande frota portuguesa, que ataca apesar do acordo firmado. E quem vem com a esquadra? Vem, é claro,

[...] Estácio de Sá, que obedecendo
Da Augusta Catarina ao régio mando,
Com duas naus deixara a foz do Tejo.
(MAGALHÃES, 1856, p. 324).

E vem de longe, como se vê. Mas também vem gente de mais perto:

E ali era chegado co'o reforço
De mais dois galeões, que na Bahia
Lhe dera Mem de Sá, seu nobre tio,
Governador geral destes Estados.
(MAGALHÃES, 1856, p. 324-325).

E ainda demais perto:

E outros navios, barcos e canoas,
Com que se reforçara em São Vicente,
Dali trazendo grande cópia de índios.
(MAGALHÃES, 1856, p. 325).

Se o quadro se completasse aí, a religião cristã manteria seu papel humanizador, a decisão de atacar é do poder temporal, sem participação dos padres. Acontece, entretanto, que falta um verso para o trecho se completar:

E os Missionários Oliveira e Anchieta.
(MAGALHÃES, 1856, p. 325).

Ao narrar em sequência a celebração do acordo de paz, a alegria manifestada por Anchieta, que, afinal, era o fiador desse acordo, e logo em seguida sua quebra,

por meio de um ataque massivo do qual participa o próprio Anchieta, já não há mais possibilidade de pensar nem mesmo no padre como face positiva da iniciativa de fundar o Rio de Janeiro. O problema era entre iguais, portugueses e franceses, e o índio se reduz à força que se usa ou ao selvagem que é preciso afastar porque tudo que importa é o que foi ordenado pela rainha:

[...] expulsar os Francos
De todo o Niterói, e em suas margens
Do Janeiro à cidade dar começo,
(MAGALHÃES, 1856, p. 325).

A *Confederação dos Tamoios* não pode louvar nem Anchieta, nem Nóbrega, nem Mem de Sá, nem Salvador Correia, nem Tibiriçá, como queria Alencar. Ou, por outro lado, e de forma mais complexa, se a fundação do Rio de Janeiro é um acontecimento de proporções épicas e merece ser celebrado – e no poema é mesmo celebrado; se o atual imperador do Brasil merece ser celebrado – e no poema é mesmo celebrado; se Tibiriçá pode ser celebrado por ter como descendente José Bonifácio, “o sábio Andrada” (MAGALHÃES, 1856, p. 179) – e no poema ele é mesmo celebrado –, nada disso atenua ou justifica a violência dessa fundação. Trata-se de uma glória inglória.

O Brasil se funda, no poema de Gonçalves de Magalhães, sobre charcos de sangue, como observou com asco José de Alencar. Escrever um épico no século em que não há mais lugar para o heroísmo talvez seja escrever um épico sem heroísmo e sem grandiloquência. E se isso pode ser dito, é preciso admitir que o reiterado fracasso de *A Confederação dos Tamoios* não é fruto de um desajuste formal, de uma incapacidade do poeta em trabalhar com um gênero tão elevado. É, isso sim, fruto de uma visão pouco luminosa de país, esforço de lidar com algo pouco heroico que gerou o país em que, afinal de contas, vive essa gente que é a nossa gente.

Pensando assim, o fracasso está mais nos olhos de quem vê. Basta pensar que Alencar, ao fugir da epopeia em versos e abraçar o romance, produziu com *O Guarani* uma outra narrativa fundacional de tom épico que, sem dúvida, falou mais diretamente tanto ao leitor de seu tempo quanto à posteridade, já que o hábito de ler epopeias declinou. Cria também uma imagem gloriosa da fundação do país. Para se pôr de pé, essa narrativa grandiosa teve que lançar mão de um fidalgo português perfeito, como nem o Anchieta da *Confederação* pôde ser; de um índio abstrato que, diferentemente de Aimbire, sobrevive; de um vilão que não compromete nada do que faz parte daquilo que nos formou, já que não é brasileiro nem português, mas italiano, além de não ser bom cristão, sendo antes um padre impenitente que renega a religião. Sem mencionar que a violência que se apresenta ou é perpetrada por engano pelos portugueses ou é causada pelos índios maus, os Aimorés. Visões diferentes, obras diferentes, nenhum fracasso talvez. O que é ótimo porque nos dispensa de jogar algo na lata de lixo da história e nos dá a possibilidade de pensar a literatura brasileira e o Brasil levando em conta tanto o romance de José de Alencar quanto a epopeia de Gonçalves de Magalhães.

SOBRE O AUTOR

LUÍS BUENO é professor titular do Departamento de Linguística e Literatura da Universidade Federal do Paraná (UFPR).

luis@ufpr.br

<https://orcid.org/0000-0002-5062-5653>

REFERÊNCIAS

- ALENCAR, José de. *Cartas sobre A Confederação dos Tamoios*. Rio de Janeiro: Empresa Tipográfica Nacional do Diário, 1856.
- ALENCAR, José de. (1865). *Iracema*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1988
- ALENCAR, José de. (1857). *O guarani*. São Paulo: Ática, 1996.
- ALVES, Castro. (1876). *A cachoeira de Paulo Afonso*. Rio de Janeiro: Pallas, 2018.
- BOECHAT, Maria Cecília. A consciência criadora de Gonçalves de Magalhães: retorno a “Amância”. *Revista do Centro de Estudos Portugueses*, v. 31, n. 45, jan.-jun. 2011, p. 117-130. <https://doi.org/10.17851/2359-0076.31.45.117-130>
- BRUNHARA, Rafael. *A Confederação dos Tamoios*, epopeia modelar. *Revista Brasileira de Literatura Comparada*, v. 22, n. 40, maio-ago. 2020, p. 73-83. <https://doi.org/10.1590/2596-304X20202240rb>.
- CAMPATO Júnior, João Adalberto. *A Confederação dos Tamoios*: gênese, retórica e ideologia da epopeia do segundo reinado. Curitiba: CRV, 2014.
- CANDIDO, Antonio. *Formação da literatura brasileira*. 6 ed. Belo Horizonte: Itatiaia, 1981.
- CASTELLO, José Aderaldo. *A polêmica sobre A Confederação dos Tamoios*. São Paulo: Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, 1953.
- FERREIRA, Cristina; LENZ, Thiago. Duas narrativas para o lugar dos indígenas nas origens da nação: a história ficcional de Magalhães e Alencar. *Almanack*, Guarulhos, n. 23, dez. 2019, p. 202-238. <http://dx.doi.org/10.1590/2236-463320192309>.
- FERRETTI, Danilo José Zioni. *A Confederação dos Tamoios* como escrita da história nacional e da escravidão. *História da Historiografia*, Ouro Preto, n. 17, abr. 2015, p. 171-191. <https://doi.org/10.15848/hh.voi17.831>.
- MACHADO, Alcântara. *Gonçalves de Magalhães ou o romântico arrependido*. São Paulo: Acadêmica, 1936.
- MAGALHÃES, D. J. G. *Suspiros poéticos e saudades*. Paris: Dauvin et Fontaine, 1836.
- MAGALHÃES, Gonçalves de. *A Confederação dos Tamoios*. Rio de Janeiro: Tipografia de Paula Brito, 1856.
- MAGALHÃES, Gonçalves de. *A Confederação dos Tamoios*. 2 ed. Rio de Janeiro: Garnier, 1864.
- MAGALHÃES, Gonçalves de. *Opúsculos históricos e literários*. Rio de Janeiro: Garnier, 1865.
- MAGALHÃES, Gonçalves de. *A Confederação dos Tamoios*: edição fac-similar seguida da polêmica sobre o poema. Organização de Maria Eunice Moreira e Luís Bueno. Curitiba: Editora UFPR, 2007. (Letras do Brasil, n. 7).
- MAGALHÃES, Gonçalves de. *A Confederação dos Tamoios*. Introdução e notas de João Adalberto Compato. In: TEIXEIRA, Ivan (Org.). *Multiclássicos épicos*. São Paulo: Edusp; Imprensa Oficial, 2008, p. 827-1.093.
- NEIVA, Saulo. Rer ler hoje *A Confederação dos Tamoios*? *Brasil/Brazil*, v. 30, n. 55, 2017, p. 1-17. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/brasilbrazil/article/view/75906>. Acesso em: out. 2024.

PEIXOTO, Sérgio Alves. *A consciência criadora na poesia brasileira do barroco ao simbolismo*. São Paulo: Annablume, 1997.

VARNHAGEN, Francisco Adolfo. *História geral do Brasil*. 2 ed. Rio de Janeiro: Laemmert, 1877.

Um mundo em ruínas: violências, catástrofes e negatividade na poesia de Dante Milano

[A world in ruins: violence, catastrophes and negativity in Dante Milano's poetry]

Vanessa Moro Kukul¹

Este texto é trecho modificado de parte da tese de doutorado da autora (KUKUL, 2014).

RESUMO • Propõe-se neste artigo uma leitura analítica da seção Terra de Ninguém, de Dante Milano, e mais detalhadamente do poema “Os trabalhos do mundo”. Na seção, acontecimentos e processos históricos próprios da primeira metade do século XX sedimentam-se nos poemas. Estabeleceu-se, à época, um paradoxal emprego da razão: por um lado, houve a racionalização extrema do trabalho humano e dos recursos tecnológicos; por outro, expôs-se o ser humano à iminência da catástrofe total e à violência extrema. Pretende-se demonstrar como na voz lírica desenvolve-se um ponto de vista marcado pela negatividade, contrário à guerra e à exploração do homem pelo homem. • **PALAVRAS-CHAVE** • Dante Milano; *Poesias*; negatividade. • **ABSTRACT** •

An analytical reading of the section Terra de Ninguém (No Man's Land), by Dante Milano, and in more detail of the poem “Os trabalhos do mundo” (“The works of the world”) is proposed in this article. In this section, historical events and processes typical of the first half of the 20th century are consolidated in the poems. At the time, a paradoxical use of reason was established: on the one hand, there was the extreme rationalization of human work and technological resources; on the other, human beings were exposed to the imminence of total catastrophe and extreme violence. The aim is to demonstrate how the lyrical voice develops a point of view marked by negativity, opposed to war and the exploitation of man by man. • **KEYWORDS** • Dante Milano; *Poesias*; negativity.

Recebido em 19 de julho de 2024

Aprovado em 16 de outubro de 2024

KUKUL, Vanessa Moro. Um mundo em ruínas: violências, catástrofes e negatividade na poesia de Dante Milano. *Rev. Inst. Estud. Bras.* (São Paulo), n. 90, 2025, e10711.



Seção: Artigo

DOI: 10.11606/2316901X.n90.2025.e10711

1 Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG, Passos, MG, Brasil).

No capítulo inicial de *O mundo sitiado: a poesia brasileira e a Segunda Guerra Mundial*, Murilo Marcondes de Moura (2016) recupera a definição elaborada por Antoine Compagnon, um crítico francês, acerca do trabalho de organizar uma antologia de escritores em torno da Primeira Guerra Mundial: uma “descida aos infernos”. A reação do antologista francês não espantou o estudioso brasileiro: “Nem poderia ser outro o sentimento diante da fúria extrovertida das duas grandes guerras do século XX, para muitos um único conflito de 31 anos (1914-1945), em que a cultura da violência reinou absoluta”(MOURA, 2016, p. 9).

No seu livro, Moura (2016, p. 9) explica que a motivação inicial para a investigação “surgiu, paradoxalmente, do reconhecimento de algo positivo: o papel possível da poesia diante do horror. E de algo talvez ainda mais inesperado: a resposta significativa da poesia brasileira diante da catástrofe planetária, da qual o Brasil participou de modo apenas lateral”. A “descida aos infernos”, portanto, foi experienciada de modos diferentes por sujeitos históricos diferentes.

E de que maneira, no Brasil, um conjunto de poetas reagiu a tamanha catástrofe? O autor de *O mundo sitiado*, a partir de um *corpus* específico, procura responder à questão. Em síntese, Moura propõe a ler poemas de quatro poetas brasileiros (Carlos Drummond de Andrade, Cecília Meireles, Murilo Mendes e Oswald de Andrade), próximos temporalmente da Segunda Guerra Mundial, e a investigar, a partir dessa leitura, “pontos de vista particulares sobre o conflito, mas principalmente sublinhar como cada um desses poetas, ao se abrir para o acontecimento histórico, intensificou e mesmo expandiu o essencial de seus princípios estéticos” (MOURA, 2016, p. 9). Ressalte-se ainda que, de acordo com Moura (2016, p. 10), “a guerra moderna não é propriamente um tema literário, é antes uma circunstância histórica em que os poetas foram estrangidos a atuar”.

Vale enfatizar que, além daqueles poetas estudados por Moura, Dante Milano, poeta modernista do Rio de Janeiro², também se ocupou poeticamente da guerra, das violências e das catástrofes mundiais e nacionais da primeira metade do século

2 Sobre a especificidade da vinculação de Dante Milano ao modernismo, ver: Kukul (2019).

XX. Neste estudo, a partir da leitura da seção Terra de Ninguém³, quinto conjunto de *Poesias* (1979), de Dante Milano, e mais especificamente do poema “Os trabalhos do mundo”, procura-se compreender como o poeta formulou imagens, símbolos e ritmos, explorando tensões e impasses que combinam os conflitos internacionais e nacionais.

A particularidade da poesia milaniana, de acordo com a leitura proposta, residiria na sua negatividade e, talvez, a experiência histórica das guerras travadas na primeira metade do século XX tenha acentuado essa negatividade. Formas dessa negatividade são notáveis em diversos conjuntos da obra milaniana, mas, como se afirmou, destacar-se-á, sobretudo por conta dos vínculos com a experiência histórica das guerras, o conjunto Terra de Ninguém. Pretende-se evidenciar, enfim, como na voz lírica desenvolve-se um ponto de vista marcado pela negatividade, contrário à guerra e à exploração do homem pelo homem.

Um comentário sobre a compreensão da negatividade na obra de Dante Milano: se o suicídio, a inutilidade e o tédio espreitam o sujeito lírico milaniano, não o impelem à desistência absoluta; ao flertar com a desistência e a autodestruição, o sujeito lírico revela sua incompletude, mas não se entrega completamente à autoanulação. Recusa a autodestruição tanto quanto a autoconservação. A manutenção dessas tensões, característica da negatividade, impede a hegemonização do absoluto: não há pessimismo absoluto, niilismo pleno, nem entrega irrefletida à degeneração e à falência. A crise individual e social, dialeticamente engendrada, é meditada e permanece sem resolução, porque o sujeito não enxerga solução nem em ações destrutivas como o suicídio, nem em ações criativas como a escrita de um verso. Enfim, na poesia de Dante Milano, o impulso geral para a queda relaciona-se aos elementos formais, como a própria conformação do sujeito lírico, e pode ser compreendido como “movimento de constituição da obra” que se pode chamar de “negatividade estética”: “a negatividade estética é algo que deve ser procurado no movimento de constituição da obra de arte como um todo organizado, em cuja unidade formal se decantam os antagonismos sociais vividos pelo sujeito” (FREITAS, 2005, p. 46). Consequentemente, a negatividade como constituinte do sujeito lírico deve ser entendida como parte estruturante da obra milaniana, compreendendo que também os sentimentos do sujeito lírico são materiais particulares da obra.

TERRA DE NINGUÉM E A “DOR DOS HOMENS”

O uso da expressão Terra de Ninguém para nomear uma das seções de *Poesias*, de Dante Milano, não poderia ser mais revelador em termos de historicidade da obra milaniana. A remissão a um tipo de território que, sobretudo na Primeira Guerra Mundial, era chamado de “terra de ninguém” sugere que o poeta posiciona o sujeito

3 A seção Terra de Ninguém é o quarto maior conjunto em número de poemas e de versos na obra milaniana, ao qual, ao longo dos anos, nenhum trecho foi acrescido. Mas notam-se, quando comparadas a primeira (1948) e a quarta edição (1979), títulos alterados, versos suprimidos e reelaborados. A análise dos poemas se baseou na edição de 1979 (Civilização Brasileira e Núcleo Editorial da UERJ, organizada por Virgílio Costa), a última obra revisada pelo poeta, utilizando eventualmente outras edições. Seção e conjunto serão usados como sinônimos para designar as partes em que a obra se divide.

lírico na condição de observador daquele lugar entre frentes de batalha – “As pátrias com bandeiras inimigas, / Os homens em dois campos separados” (“Trégua”, seção Terra de Ninguém – MILANO, 1979, p. 100) – encontrado pelos soldados por sobre os parapeitos das trincheiras, além das barreiras de arame farpado. Sítio, de acordo com o historiador Eric Hobsbawm (2004, p. 33), caracterizado por “um caos de crateras de granadas inundadas de água, tocos de árvores calcinadas, lama e cadáveres abandonados”. Saíam os soldados, enfatiza o autor de *Era dos Extremos*, “e avançavam sobre as metralhadoras, que os ceifavam, como eles sabiam que aconteceria” (HOBBSAWM, 2004, p. 33).

No poema que dá título à seção, a morte em combate, digna de receber honras fúnebres, é negativamente compreendida como uma ação sem finalidade. O heroísmo do soldado não resiste à sua morte: a humanidade agora “lhe é de todo indiferente”.

Terra de ninguém

A sala recente
A terra molhada,
A caule úmido e raiz apodrecida.

As flores sobre o cadáver
Contraem as pétalas enregeladas.
A figura de cera no caixão bordado
Sorri como um cego sorri
Com ar de náusea.

Os convidados expandem uma tristeza festiva.
O defunto recusa
Qualquer comunicação com a humanidade
Que lhe é de todo indiferente agora.
(Ele que morreu “pela Causa” e recebe honras fúnebres.)

Em sua torre de marfim,
Sob o céu absoluto da paisagem devastada,
Reina, altivo. (Há coroas, há bandeiras na sala.)

Passante! descobre-te e não rias,
Respeita a morte e o seu fedor de glória.
(MILANO, 1979, p. 107).

O verso prosaico da terceira estrofe, entre parênteses, sussurra uma verdade incômoda: o soldado “que morreu ‘pela Causa’”, que recebe honrarias, não importa mais. Isso resulta em uma espécie de frivolidade dos convidados, que se comportam expandindo “uma tristeza festiva”. Enquanto há expansão dessa espécie *sui generis* de tristeza entre os convidados, assim como há expansão do mau cheiro na sala, tanto o morto quanto as flores mortas (o hábito social e sua ironia: homenagear o morto com flores mortas!) contraem-se.

Ademais, o movimento de retraimento, de enregelamento e de esvaziamento do ânimo afeta as pétalas das flores e o defunto (uma “figura de cera”). A segura e a ironia do sujeito lírico explicitam, por sua vez, a inexistência da dimensão afetiva. Não há afeto, não há intimidade. Esse esvaziamento da dimensão afetiva é escancarado na primeira estrofe do poema. O espaço inicial do poema é uma sala de cerimônias, um espaço de formalidade social. Em *Poesias*, “Terra de ninguém” não é o único poema no qual a sala é associada aos mortos e a uma tristeza festiva ou a uma festa triste. O poema “A sala em festa”, do conjunto “Distâncias”, inicia-se assim:

Triste festa
Na casa apagada.
Os mortos parecem vivos
E dançam na sala.
Não sei por que estou nesta festa,
Sou um estranho.
(MILANO, 1979, p. 89).

Mas em “Terra de ninguém”, da sala formal, enfeitada com coroas e bandeiras, emanam odores que singularizam e que tornam presente a terra de ninguém, sugerindo que o corpo carregou consigo tais odores:

A sala recende
A terra molhada,
A caule úmido e raiz apodrecida.
(MILANO, 1979, p. 107).

Nesse cenário de expansão e de retraimento, o odor exalado pelo corpo morto é dominante, cheiro de umidade e podridão, tanto que o odor das flores, colocadas sobre o cadáver, não é mencionado. O mau cheiro é retomado no dístico final do poema:

Passante! descobre-te e não rias,
Respeita a morte e seu fedor de glória.
(MILANO, 1979, p. 107).

Nesses versos finais, o sujeito lírico expande-se também e interpela o passante (passante da vida? Passante na rua? Passante da história?⁴), como se quisesse comunicar o seu desagrado; o que o incomoda, mais do que o mau cheiro do corpo, é o

4 Como não recordar o poema “A une passante”, de Baudelaire, de quem Milano traduziu alguns poemas? Mas esse não é um deles. Ainda assim é possível associar o/a passante milaniano/a ao sujeito lírico de “A une passante” que, entregue à *flânerie*, se depara com a imagem de uma mulher enlutada (toda de negro) capaz de provocar nesse sujeito “*La douceur qui fascine et le plaisir qui tue*” (BAUDELAIRE, 2006, p. 137) e que o faz renascer. De certa maneira, o sujeito lírico milaniano espera que o/a passante não trate com sarcasmo a morte, o morto, como se esperasse que essa imagem, tal qual a da mulher enlutada, pudesse gerar um efeito de choque e de transformação.

mau cheiro da simulação social: a glória não serve, o corpo está morto, não responde. A ambiguidade do verso “Passante! descobre-te e não rias” também é expressiva: em que sentido o verbo descobrir está sendo usado? Passante, revele-se? Passante, descobre a verdade da morte gloriosa? Passante, desnude-se em suas contradições diante da morte supostamente gloriosa?

Apesar de estar morto, o defunto não está apaziguado. O morto com seu “caixão bordado” (uma delicadeza fúnebre):

Sorri como um cego sorri
Com ar de náusea
(MILANO, 1979, p. 107).

E na estrofe seguinte:

O defunto recusa
Qualquer comunicação com a humanidade
Que lhe é de todo indiferente agora.
(MILANO, 1979, p. 107).

A incomunicabilidade é, paradoxalmente, uma escolha do morto que se recusa, outro paradoxo, a comunicar-se com a humanidade que “lhe é de todo indiferente agora”. A “recusa” é mais uma ironia construída no poema. O soldado morto efetivamente não se recusa a nada, é a morte a recusa absoluta e, nesse domínio, o novo morador precisa aprender um novo vocabulário e novos gestos (“Sorri como um cego sorri”).

Na quarta estrofe, o morto homenageado com coroas é também rei:

Em sua torre de marfim,
Sob o céu absoluto da paisagem devastada,
Reina, altivo. (Há coroas, há bandeiras na sala)
(MILANO, 1979, p. 107).

O morto incomunicável distancia-se. Há uma sugestão irônica de que o morto, “com ar de náusea”, retrai-se porque quer o isolamento, porque a presença de humanos que são efetivamente indiferentes enjoa até mesmo o morto. O morto não pode expressar o seu desamparo, a sua revolta, a falta de finalidade do seu heroísmo, então, o sujeito lírico toma para si o encargo, e o faz de modo intensamente irônico. De sua torre, ao abrigo de um céu absoluto, o morto reina. Se o verso se encerrasse sem o determinante “da paisagem devastada”, seria possível dar um lar ao morto simbolicamente associado ao mundo irrestrito, a um céu sem limites, passível de liberdades múltiplas. O caso, porém, não é esse. A antítese é poderosa: “céu absoluto” e “terra devastada”. O céu sem limites de uma terra destruída: essa é a torre de marfim na qual o morto reina. Ou seja, a morte não colocou um fim a nada, é como se a guerra e seu potencial de destruição continuassem a limitar o que apenas aparentemente não tem limites: “o céu absoluto”.

A exemplo do poema “Terra de ninguém”, na seção de mesmo nome, o sujeito lírico, em outros poemas, não está apenas próximo à morte. Mesmo que à margem das experiências⁵, tal sujeito mobiliza imagens substanciadas da violência oriunda das guerras e suas consequências:

O horizonte é uma nuvem de fumaça.
Revoam asas com pretos reflexos no chão,
Sombras de súbitos acontecimentos.
 (“Trégua”, seção Terra de Ninguém – MILANO, 1979, p. 100).

A metáfora singulariza o horizonte e interdita o olhar e o olfato. Não há como fugir, o que está no céu projeta-se como sombra na terra. A violência, portanto, não se restringe aos corpos dos soldados tombados na “paisagem desconhecida”, mas incide sobre todos os viventes.

Ao transformar a guerra, a brutalidade do conflito, em elemento fundamental da fatura do conjunto Terra de Ninguém, a voz lírica parece concluir que se trata de uma afecção cuja causa é civilizatória, resultante de intervenções humanas. A crise do sujeito lírico, a sua perplexidade e o seu desconforto derivam, em certa medida, da sua consciência em relação à morte dos ideais e das promessas que impulsionaram a humanidade em busca do progresso. Violando a crença na invencibilidade do homem, Dante Milano opta, em diferentes momentos de sua obra, por seres fragilizados, fragmentados e impotentes, como a “bailarina desgrenhada” (do poema “A bailarina e o cantor”), o “velho trôpego, desconjuntado” (do poema “Um velho”) e o próprio sujeito lírico na sua autocondenação: “Sou um homem culpado de ser homem” (“Tercetos”, seção Sonetos e Fragmentos – MILANO, 1979, p. 50).

O leitor da seção Terra de Ninguém, mais especificamente, é violentado: impossível não sentir o medo do bombardeio, dos tiros, das sirenas, das explosões; impossível não desejar a surdez pela violência desses sons enlouquecedores; impossível não sentir o fogo queimando os olhos; impossível evitar o próprio desmoronamento diante da exaustão e da “dor dos homens”. Como outros poetas do século XX⁶, Dante Milano se opõe à guerra, e ao submeter o leitor a esses “bombardeios” talvez pretenda dissuadi-lo de qualquer inclinação para a batalha.

A despeito desse conjunto de poemas ser todo voltado para a problemática bélica e suas ressonâncias, convém ressaltar que o sujeito lírico de *Poesias*, de modo geral, não apenas no conjunto Terra de Ninguém, parece ter sido tomado por uma febre, por uma doença – “Vem, amor, e me abraça./ Acalma, com voz suave, a minha

5 Como explica Moura (2016, p. 21): “No caso brasileiro, uma tremenda dificuldade adicional se impõe de saída: os poetas estavam distantes dos acontecimentos, situados em um lugar periférico ao conflito, em princípio relegados ao papel de meros observadores do drama planetário. Para adaptar um verso sugestivo de Murilo Mendes, todos eram ‘ouvintes apenas da guerra’, que acompanhavam atentamente pelo rádio e pelos jornais. Ora, o ‘grau de implicação’ desses poetas naquela circunstância histórica parecia o mais esmaecido possível, o que acarretaria, ao menos teoricamente, uma obra também menos vívida em relação a ela”.

6 Conforme o capítulo “Internacionalismo e guerra”, do livro *A verdade da poesia: tensões na poesia modernista desde Baudelaire*, de Michael Hamburger (2007).

doença” (“Hora do céu” –MILANO, 1979, p. 82): não tolera barulhos, não consegue evitar associações com um mundo em ruínas, com a derrocada do homem ou com a iminência desses eventos.

Aquele que se aproxima da obra de Dante Milano deverá se preparar para uma poesia desoladora, uma poesia em crise inclusive com a própria racionalidade de que é parte⁷. Em *Terra de Ninguém*, em particular, o conflito, o desastre e a ruína aludem à guerra como um dos indícios da transformação do mundo:

O mundo não é mais a paisagem antiga,

A paisagem sagrada.

(“Salmo perdido”, seção *Terra de Ninguém* – MILANO, 1979, p. 104).

A guerra toma o mundo de assalto e o converte em “paisagem devastada”. Os conflitos que transformaram e marcaram o século XX – conflitos irreduzíveis à luta armada, incluindo lutas de classe, crises sociais e outras formas de violência, nacionais e internacionais –, pela mediação da forma, convertem-se, no mundo elaborado, em sedimento histórico.

“OS TRABALHOS DO MUNDO” OU “A TERRA EM SEU LABOR DE GUERRA ETERNA”

No poema de abertura da seção *Terra de Ninguém*, intitulado “Os trabalhos do mundo”, a metáfora corpo-mundo, presente na primeira estrofe, é fundamental para a compreensão dos acontecimentos bélicos e da dinâmica da primeira metade do século XX: ao vincular o mundo-corpo ao trabalho, ao qualificá-lo como “doloroso” e enfatizar seu andamento sobressaltado, o sujeito lírico critica o estabelecimento definitivo do trabalho industrial ritmado no século XX, mobilizado pelas guerras mundiais, e os impasses dele oriundos. À primeira vista, o poema parece concentrado na experiência internacional. Entretanto, as imagens também sintetizam a experiência local: a atenção dispensada à dor e ao corpo fragmentado como um “mapa-múndi” sugere, por exemplo, a inscrição do político e do social no corpo individual machucado e reprimido durante o varguismo no Brasil⁸.

A participação da sociedade “não combatente” nas guerras da Era das Catástrofes⁹ é intensa e decorre de uma economia voltada para a guerra que alterou, entre

7 “A arte é racionalidade, que critica esta sem se lhe subtrair” (ADORNO, 2008, p. 90).

8 De modo que o particular/nacional e o geral/internacional se articulam dialeticamente, o que lembra a afirmação de Schwarz (2000, p. 31) em relação a Machado de Assis: “E vê-se [...] que embora lidando com o modesto tic-tac de nosso dia-a-dia, e sentado à escrivaninha num ponto qualquer do Brasil, o nosso romancista sempre teve como matéria, que ordena como pode, questões da história mundial; e que não as trata, se as tratar diretamente”.

9 Expressão utilizada por Eric Hobsbawm no livro *Era dos Extremos* (2004).

outras, as relações trabalhistas e de produtividade. Em tempos de guerra, todos os esforços produtivos se deslocam para a indústria bélica; a vida em sociedade, como destacou Eric Hobsbawm, é transformada completamente. Para garantir o “desvio de toda a economia para a sua produção”, a indústria da guerra moderna depende, necessariamente, de um elevado contingente populacional mobilizado em prol de uma “economia industrializada de alta produtividade” (HOBSBAWM, 2004, p. 51). Tal contingente, composto dos “setores não combatentes da população”, somado ao percentual da população envolvido diretamente nas Forças Armadas (combatentes), transformou essas guerras em “guerras de massa” (HOBSBAWM, 2004, p. 51), no que diz respeito tanto às quantidades de produtos e de seres humanos despendidos quanto ao volume de vidas e de bens destruídos.

Outra dimensão das grandes guerras do século XX a ser destacada é o elevado e paradoxal grau de organização e administração. Nessas circunstâncias, a racionalidade técnica era empregada tendo como “objetivo a destruição racionalizada de vidas humanas da maneira mais eficiente, como nos campos de extermínio alemães” (HOBSBAWM, 2004, p. 52). Tratava-se, pois, de um empreendimento de dimensões desconhecidas até então e que exigia maximização das estratégias, das técnicas e das tecnologias produtivas, estimulando o desenvolvimento industrial sem precedentes enquanto impactava, também de maneira surpreendente, o século XX em termos de brutalidade e de violência (HOBSBAWM, 2004, p. 51-56).

As primeiras décadas do século XX transcorreram combinando guerras mundiais e conflitos internos. No Brasil, no curso dos anos de 1930 e 1940, os confrontos internos e as discussões instauradas a respeito da debilidade no desenvolvimento do país e das acentuadas crises sociais, econômicas e políticas culminaram no estabelecimento de um Estado autoritário, o chamado Estado Novo, vigente entre 1937 e 1945. As orientações e ações do regime ditatorial de Getúlio Vargas, a partir do golpe, articulavam em termos dinâmicos e complexos as demandas internas e as contendas externas, na medida em que o projeto nacional de reestruturação estatal, administrativa, econômica, política, social e mesmo cultural foi imaginado e implementado em terras brasileiras considerando o advento das guerras internacionais, sobretudo na Europa (a Guerra Civil Espanhola e depois a Segunda Guerra Mundial, entre outros conflitos), as culturas políticas autoritárias em destaque (principalmente o nazismo e os diferentes fascismos europeus) e as circunstâncias estratégicas e políticas, inclusive da América, *vide* as ambíguas negociações do Brasil com a Alemanha e os EUA antes de 1942.

Não se trata de pensar as décadas de 1930 e de 1940 considerando separadamente o âmbito interno e o externo, o nacional e o internacional, o Brasil alijado do “contexto”: as imbricações entre conjuntura e estrutura, entre anseios, demandas e problemas brasileiros e internacionais (principalmente europeus), naquele processo, levaram à configuração de uma sociedade brasileira na qual se evidenciava a crise de todas as dimensões (política, social, econômica e cultural).

Repercutindo muitas dessas questões e dessas tensões, “Os trabalhos do mundo” é uma das peças mais surpreendentes do conjunto Terra de Ninguém. O poema inaugural oferece ao leitor uma síntese do mundo do trabalho e do mundo da guerra,

pela perspectiva do poeta. Mundos articulados¹⁰ e submetidos, naquele momento, tanto pelas relações de poder quanto pela euforia do progresso material. A partir dessa chave, o poeta formula imagens, símbolos e ritmos explorando tensões e impasses. Assim “brota um segundo mundo de imagens”, conforme a expressão de Theodor Adorno (2008, p. 56).

Os trabalhos do mundo

Bate, coração do Mundo.
Bem escuto o teu ritmo,
Os saltos do sangue humano correndo pelas artérias
Do doloroso corpo mapa-múndi.

Os pés em marcha, as máquinas gesticulando.
A terra em seu labor de guerra eterna.

Ter de lutar
Por um acontecimento qualquer,
Pelo que outrora os sinos repicavam
E agora as sirenas uivam desvairadas,
Pela explosão de um sol
Brilhando no aço das armas
Dos homens com penachos e bandeiras...
Ao lado a procissão misteriosa das suas sombras no chão,
Marcha de heróis ou leva de prisioneiros?
(MILANO, 1979, p. 97).

O poema é constituído por três estrofes desiguais. Na primeira delas, o mundo é tomado como um corpo fragmentado; um corpo que produz dor. Uma vez estabelecida a semelhança mental entre o corpo-mundo e o corpo humano, a definição do mundo pode ser estendida ao ser humano, tanto no que diz respeito à fragmentação quanto na promoção do sofrimento. De maneira autoral ou não (caso dos trabalhadores explorados em favor da subsistência do mundo), o homem engendraria, direta ou indiretamente, o próprio sofrimento.

Na segunda estrofe, os versos funcionam como uma espécie de síntese por excelência do poema e da seção. Visualmente, o dístico ocupa o centro não regular do poema, a disposição irregular contribui para um dos sentidos em jogo, a desordem do mundo falsamente ordenado (a marcha é um exemplo desse paradoxo estratificado na estrutura estrófica). O poeta tira proveito do plano visual e problematiza as noções

¹⁰ A imagem do trabalhador/soldado empunhando uma ferramenta como se fosse uma arma é uma representação característica daquela circunstância histórica. No filme/documentário *O triunfo da vontade*, dirigido por Leni Riefenstahl, produzido durante o Sexto Congresso do Partido Nacional Socialista dos Trabalhadores Alemães (NSDAP), ocorrido na cidade de Nuremberg em 1934, há uma sequência de imagens que sintetizam a relação entre o soldado e o trabalhador.

de organização veiculadas pela guerra e pelos Estados autoritários e totalitários, no Brasil e na Europa, naquela conjuntura. As imagens envolvem tanto a segmentação humana (“pés em marcha”, “máquinas gesticulando”) quanto a condição unificada do coletivo e das suas ações (“A terra em seu labor de guerra eterna”). Nesse processo, trabalho, guerra e sofrimento inter-relacionam-se.

No bloco final, a ênfase é especulativa, envolve mais uma vez o individual e o coletivo. Para tanto, novos símbolos (“marcha”, “sinos”, “armas”, “procissão”, “bandeiras” e “penachos”, “heróis” e “prisioneiros”) são recuperados e assimilados, colocando em questão as obrigações impostas aos sujeitos e a gravidade dos acontecimentos. O sagrado e o político, também incorporados ao poema, intercambiam propriedades; uma permuta desigual que destaca, por um lado, a perda de aura do sagrado e, por outro, a valorização e a sacralização do político.

No primeiro bloco (versos 1, 2, 3 e 4), o sujeito lírico se dirige ironicamente à segunda pessoa do discurso, interpelando-a pelo verbo no modo imperativo afirmativo e pelo vocativo “coração do Mundo”, tomado como o responsável intelectual pelo andamento e pelo controle das ações humanas (uma remissão aos gestores da sociedade). Esse “eu” não pretende exortar esse “tu” a bater, quer dizer-se consciente dos seus comandos, por isso tanto a forma imperativa do primeiro verso quanto o advérbio “bem” do segundo verso (“Bem escuto o teu ritmo”) intensificam a postura do sujeito lírico atento às imposições do coração e à subjugação do “sangue humano” (verso 3).

No plano sonoro, o andamento do verbo bater, no primeiro verso, imita o batimento do coração: sílaba longa seguida de sílaba breve (ou sílaba forte seguida de fraca), como o batimento duplo de um coração acelerado. O troqueu (“Bate”) pouco melódico do início do verso pode ser tomado como um índice de perturbação, resultante da mistura de desequilíbrio, violência e excitação. O vínculo entre som e sentido é evidente nesses versos.

Mais longo do que os demais da estrofe, no verso 3, o sujeito lírico estabelece uma tensão entre ritmo e sentido: embora o sangue percorra acelerado as artérias, a sensação criada pelo verso caudaloso é de demora, de um trabalho penoso. A repetição do fonema [s] no início do v. 3 promove uma agudeza rítmica que denota intensidade mas também sugere certa rispidez. Quer num quer noutro caso, o procedimento relaciona-se aos elementos postos em tensão, os quais indicam, ademais, uma hipertensão.

No último verso do bloco, ligado ao anterior por *enjambement*, persiste a sensação de fadiga, pois o ritmo se arrasta sufocante. É esse o efeito criado pela repetição do som “do” (“*Dodoloroso*”) no início do verso, pela escolha de um adjetivo polissílabo e pela assonância do fonema [o]: “*Do doloroso corpo mapa-múndi*”.

A metáfora “corpo mapa-múndi” e as demais imagens exploradas na estrofe operam avultando a sistematização da sociedade administrada: o mundo é organizado como um corpo humano com funções e hierarquias. Um mundo aflitivo como um corpo prostrado (verso 4). Um mundo dividido, enfim, por relações de poder: administradores e promotores da violência e do sofrimento humano e, de outra parte,

executores empurrados para a luta à força, isto é, com o uso da violência e de outros artifícios persuasivos¹¹.

O sacrifício humano, também presente simbolicamente no poema (“o sangue humano”), vincula-se ao desperdício da vida humana em prol de causas julgadas irrelevantes. Tal compreensão repete-se na seção, especialmente na peça que dá título ao conjunto, comentada anteriormente. No poema “Terra de ninguém”, duas digressões, apresentadas entre parênteses, indicam como o sujeito lírico desdenha sarcasticamente dos ideais implicados na guerra: ao cabo, o morto conquista um reinado póstumo com “fedor de glória”.

A poesia de Dante Milano, a propósito, refuta não apenas a guerra ou o sentido das “causas”: põe em dúvida vários outros sentidos. No seu movimento oscilante, inclina-se para uma visão niilista, negativa, da própria vida e conserva a irresolução. Não se trata, entretanto, de niilismo absoluto: entende-se que não há na obra milaniana um niilismo absoluto, mas uma inclinação niilista nos termos de Nietzsche (um niilismo “em processo”). Isto é, o sujeito lírico se inclina, no seu movimento oscilante, para uma visão niilista. Na obra milaniana, enfim, não se pode afirmar, apesar da negatividade, que haja uma perda total do sentido da vida.

A construção imagética desse bloco inicial sustenta-se, enfim, por metáforas. De acordo com Dante Milano, o recurso a esse tipo de imagem garante ao poema uma expressão mais figurativa e mais enfática. Diferente do símile, a metáfora não se prestaria ao “pensamento exato, nítido e transparente” – de caráter mais subjetivo e mais aberto, a metáfora permite uma “entrega à fantasia” (MILANO, 1979, p. 312).

O recurso à metáfora possibilitou a transferência das potencialidades e fragilidades do corpo humano para o mundo. Apesar de considerar a metáfora como ornamento, Dante Milano não a emprega com fins decorativos. As operações metafóricas não são acessórias, nem se perdem num subjetivismo vago, elas proporcionam ao leitor ver através delas e com o auxílio delas¹², revelando as “realidades que os olhos não veem e as mãos não tocam” (MILANO, 1979, p. 311).

O dístico seguinte (versos 5 e 6) apresenta uma síntese. As imagens concentram as diferentes problemáticas sociais e históricas, internacionais e nacionais. A “marcha” é comum aos contextos europeu e brasileiro. As “máquinas gesticulando” condensam a experiência fabril de exploração do trabalho assim como as condições desumanas do combatente de guerra. As duas imagens, que representam elas próprias realidades distintas, estão contidas no segundo verso do dístico. De certo modo, “A terra em seu labor de guerra eterna” reduz a uma imagem os conflitos mundiais e todo o trabalho humano de interferência e destruição do mundo.

No verso 5, a transição dos segmentos rítmicos, de jâmbicos a anapésticos, reforça tanto o ato de marchar quanto o de gesticular. A expressão “em marcha” acentua a posição desses homens particularizados por meio da sinédoque: mais do que marcar o movimento, a preposição (“em”) destaca a situação desses indivíduos. O mesmo ocorre

11 No poema “Baixo-relevo funerário”, pertencente ao conjunto Distâncias, o segundo verso orienta-se no mesmo sentido: “Os guerreiros avançam em gestos ritmados. / Os escravos vão de rastros, acorrentados pelos pulsos” (MILANO, 1979, p. 84).

12 Comentário baseado em Holanda (1996, p. 506-510).

com a segunda imagem (“as máquinas gesticulando”): a ação inacabada e contínua é indicada pelo uso da forma nominal do verbo (gerúndio) com função qualificadora. Em síntese, o exercício sincrônico e mecânico de marchar e de gesticular cabe aos homens; como máquinas, esses homens se expressam, na ausência das palavras, por gestos; o emudecimento do homem é um indício de crise e denuncia a faceta desumanizadora da guerra.

O ritmo binário da marcha retorna, no verso seguinte (v. 6), enfatizando a condição da guerra como interminável: ao manter o mesmo padrão rítmico de “Os pés em marcha”, o sentido cíclico do conjunto é destacado. A semelhança sonora do par “terra” e “guerra” tem grande impacto porque sugere uma associação direta com o título da seção e seu sentido histórico, indicando ademais o assombro provocado pela constatação de que o mundo poderá acabar. A qualificação da guerra com o determinante “eterna” colabora para sua compreensão como processo coletivo e totalizante: a guerra é totalitária e controla as individualidades. Quer dizer, a participação na guerra é imposta a civis, quer para aqueles que assumem o poderio das armas, quer para aqueles que tentam se proteger guardando distância dos campos de batalha. A expressão “terra de ninguém” é paradoxal, pressupõe que a terra como a guerra é de ninguém e é de todos.

Na estrofe final, os “pés em marcha” e o “aço das armas” dizem respeito aos “homens com penachos e bandeiras...”, lutando por “um acontecimento qualquer,/ Pelo que outrora os sinos repicavam”, como se o que antes era celebrado por badaladas fosse agora motivo de conflito, anunciado por sirenas que “uivam desvairadas”, como animais descontrolados. Há uma alteração na ordem social, símbolos do sagrado são subvertidos e integrados ao mundo político. A transformação lembra os versos do poema “Salmo perdido”, da mesma seção, mencionado anteriormente.

Percebe-se uma tensão temporal sumarizada pelo uso de dois dêiticos temporais, um de proximidade (“agora”) e um de afastamento (“outrora”). É evidente o posicionamento do sujeito lírico em relação a um presente singularizado em função de seu vínculo direto com a guerra; um presente que se mostra esvaziado de expectativas.

Concentram-se, nessa estrofe, vários expedientes:

1. há uma relação entre os versos 11 e 12, o abalo súbito e intenso do primeiro repercute no segundo por um princípio de causalidade;
2. a aliteração do fonema [s] nos versos 9, 10 e 11 realça a gradação dos sons e seu ápice (“sinos”, “sirenas”, “explosão”);
3. a metáfora (“Pela explosão de um sol”) expressa a magnitude do evento;
4. e a metonímia (“Brilhando no aço das armas”), por seu turno, retoma a explosão e o armamento usado no conflito.

Os versos explodem, um se completa no outro, *vide o enjambement*, criam imagens impactantes tanto no que se refere ao aspecto sonoro-visual quanto ao semântico. No verso 13, o ritmo é acalmado, e com o apoio das reticências sugere-se uma difusa suspensão espaçotemporal decorrente da explosão, sendo a lentidão do verso própria desse momento.

Marchando em série, ao lado desses homens, estão suas sombras. No penúltimo

verso (“Ao lado a procissão misteriosa das suas sombras no chão”), o sujeito lírico se vale da semelhança sonora do par “procissão” e “chão” com o substantivo “explosão” para tirar proveito da reverberação do estouro naquelas sombras que seriam o outro daqueles indivíduos: “Marcha de heróis ou leva de prisioneiros?”. O verso final inicia-se com uma marcação mais forte, o ponto de interrogação garante a entoação, uma vez que se trata de uma sentença direta e interrogativa na qual os pares “heróis” e “prisioneiros” são colocados lado a lado e problematizados.

O poema de abertura, conforme se intentou evidenciar, anuncia questões importantes a respeito da seção Terra de Ninguém. O poeta não resolve as tensões, ele as conserva: a luz e a sombra não se excluem, da mesma maneira que o outrora e o agora, a coragem e o medo, os heróis e os prisioneiros. Denunciam-se também as maneiras utilizadas para homogeneizar os sujeitos (“Os saltos do sangue humano correndo pelas artérias”, “Dos homens com penachos e bandeiras...”), o elenco de armamentos (“no aço das armas”, “pela explosão de um sol”) e os diferentes recursos para a manutenção da guerra e do Estado autoritário (“sirenas”, “pés em marcha”).

Diante dessas estratégias de homogeneização humana, da sugestão de que a guerra é um trabalho que compele indivíduos a agirem maquinalmente, o sujeito lírico não desconsidera um aspecto enigmático dos homens (“Ao lado a procissão misteriosa das suas sombras no chão”).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Às vésperas da Segunda Guerra Mundial, intelectuais e escritores compartilhavam suas experiências e perspectivas a respeito da guerra, como demonstrou Murilo Marcondes de Moura. Examinando trechos dos dois volumes finais da trilogia *O espelho partido*, de Marques Rebelo, Moura formulou, a partir de *A mudança* (segundo livro da trilogia): “o mundo tornou-se uma coisa só, coisa que precisa ser libertada e expurgada. Enchendo-nos de receio ou de esperança, pelo jornal, pelo rádio, pelo cinema, acompanhamos a sua marcha com a alma em riste” (MOURA, 2016, p. 111). Em outras palavras, a participação na guerra, mesmo para aqueles não imediatamente implicados no conflito, converteu-se em algo incontornável. De modo que, como explicou o autor de *O mundo sitiado*, a guerra foi trazida para o “plano da intimidade”: “‘sentimento do mundo’¹³ é uma expressão que traduz com felicidade esse estado de participação intensa e íntima em um acontecimento do qual se está fisicamente apartado” (MOURA, 2016, p. 21).

Como outros intelectuais e escritores, Dante Milano, que não foi um combatente de guerra, ruminou a experiência como civil e à distância. Em outubro de 1937, após assistir ao filme *All quiet on the Western front* (*Sem novidade no front*), de 1930, dirigido por Lewis Milestone, uma adaptação do romance alemão *Im Westen Nichts Neues* (1929), de Erich Maria Remarque, Dante Milano publicou “Considerações em torno de um filme”, no *Diário de Notícias*, do Rio de Janeiro. De acordo com Milano, a guerra era “o maior erro da humanidade”, um acontecimento destituído de qualquer “grandeza

¹³ A expressão, como se sabe, é de Carlos Drummond de Andrade (2012).

épica”, uma “grande movimentação de massas humanas em desordem” (MILANO, 1937), um sacrifício inútil. A guerra poderia ser explicada quando relacionada ao “homem civilizado” como “um absurdo, um estado de loucura coletiva, ou uma fatalidade bíblica” (MILANO, 1937). Um erro, enfim, injustificável.

As cenas criadas por Remarque, recontadas e ressignificadas na produção fílmica, chocaram o poeta, e ele se rendeu à assombrosa perspectiva do final do mundo, “um problema que fica remoendo a consciência do tipo social falhado de nossa época” (MILANO, 1937). Como Remarque, Milano concluiu que a guerra era sinal de uma crise no mundo ocidental.

Conforme se pretendeu demonstrar, os poemas comentados e analisados indicam que a poesia milaniana se tingiu de um tom de protesto contra a guerra e expressou uma contundente desesperança diante de um mundo em ruínas. Algo da perplexidade confessada por Milano ao comentar *All quiet on the Western front* subsiste na elaboração da voz lírica milaniana. Nas suas palavras:

A maneira como a ação se desenvolve [...] e a espécie de espanto universal que ambienta o filme e em que os personagens se movem como fantasmas acordados num mundo estranho dão bem uma ideia de como as responsabilidades humanas são fracas diante do irreparável das catástrofes. (MILANO, 1937).

Não por acaso, em “Terra de ninguém”, o sujeito lírico assume-se como parte de um todo, parte de um “espanto universal”. Um sujeito lírico que amarga um questionamento indispensável e a ausência de explicação a respeito dele: por que o ser humano produziu tamanha barbárie? Não restam dúvidas a respeito dos males da guerra. Não restam dúvidas de que o armistício não significa paz, “mas somente o lapso de tempo suficiente para as nações se rearmarem e continuarem a guerra” (MILANO, 1937). E apesar de restarem dúvidas a respeito de que mundo emergirá dos campos de batalha, a poesia milaniana sugere quesurgirá algo do domínio do terrível.

SOBRE A AUTORA

VANESSA MORO KUKUL é docente do Departamento de Letras e Linguística da Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG), Unidade Passos. vanessa.kukul@uemg.br. <https://orcid.org/0000-0002-5147-6274>

REFERÊNCIAS

ADORNO, Theodor W. *Teoria Estética*. Tradução de Artur Morão. Lisboa: Edições 70, 2008.

- ANDRADE, Carlos Drummond de. *Sentimento do mundo*. Posfácio de Murilo Marcondes de Moura. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.
- BAUDELAIRE, Charles. *Les fleurs du mal*. Édition établie par Jacques Dupont. Paris: GF Flammarion, 2006.
- FREITAS, Verlaine. Alteridade e transcendência: a dialética da arte moderna em Theodor Adorno. In: DUARTE, Rodrigo; FIGUEIREDO, Virginia; KANGUSSU, Imaculada (Org.). *Theoria aesthetica: em comemoração ao centenário de Theodor W. Adorno*. Porto Alegre: Escritos, 2005, p. 45-56.
- HAMBURGER, Michael. *A verdade da poesia: tensões na poesia modernista desde Baudelaire*. Tradução de Alípio Correia de Franca Neto. São Paulo: Cosac Naify, 2007.
- HOBBSAWM, Eric J. *Era dos Extremos: o breve século XX*. Tradução de Marcos Santarrita e revisão técnica de Maria Célia Paoli. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.
- HOBBSAWM, Eric J. *Globalização, democracia e terrorismo*. Tradução de José Viegas. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. Rebelião e convenção – II. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de. *O espírito e a letra: Estudos de crítica literária II – 1948-1959*. Organização, introdução e notas Antonio Arnoni Prado. São Paulo: Companhia das Letras, 1996, p. 506-510.
- KUKUL, Vanessa Moro. *Crise e irresolução: a poesia de Dante Milano*. Tese (Doutorado em Teoria Literária e Literatura Comparada). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2014.
- KUKUL, Vanessa Moro. *Crise e irresolução: a poesia de Dante Milano*. São Paulo: Intermeios, 2019.
- MILANO, Dante. Considerações em torno de um filme. *Diário de Notícias*, Rio de Janeiro, 27 out. 1937, ano VIII, n. 3.602, p. 10.
- MILANO, Dante. *Poesias*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1948.
- MILANO, Dante. *Poesia e prosa*. Organização de Virgílio Costa. 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira/Núcleo Editorial da UERJ, 1979.
- MOURA, Murilo Marcondes de. *O mundo sitiado: a poesia brasileira e a Segunda Guerra Mundial*. São Paulo: Editora 34, 2016.
- O TRIUNFO DA VONTADE. Produção e direção de Leni Riefenstahl. São Paulo: Classicline, 1935. 1 DVD. (124 min.).
- SCHWARZ, Roberto. *Ao vencedor as batatas: forma literária e processo social nos indícios do romance brasileiro*. São Paulo: Duas Cidades/Editora 34, 2000.

A denúncia social em *O moleque Ricardo* é uma luta por direitos, um manifesto revolucionário ou o quê?

[Is the social critique in *O moleque Ricardo* a struggle for rights, a revolutionary manifesto or what?

João Paulo Mansur¹

RESUMO • Este artigo investiga os sentidos com que a denúncia social do romance *O moleque Ricardo*, de José Lins do Rego, foi recepcionada pela crítica especializada da época. Parte dela, ao se deparar com uma obra que tinha como pano de fundo a questão social no Recife do início do século XX, relacionou-a à estética proletária. Outros intérpretes perceberam nela reivindicações por direitos sociais. Ainda havia quem notava uma mera exposição desengajada das condições de vida na cidade. Analisando as críticas literárias veiculadas logo após a publicação de *O moleque Ricardo*, observa-se que a mentalidade tradicionalista e ruralista pela qual Rego é reconhecido atualmente ainda escapava das análises, panorama que mudaria com a publicação de *Usina*. Conclui-se que, por aproximadamente um ano, *O moleque Ricardo* foi desvinculado do tradicionalismo de seu autor, sendo apropriado com diversos sentidos. • **PALAVRAS-CHAVE** • *O moleque Ricardo*; José Lins do Rego; pensamento social brasileiro.

• **ABSTRACT** • This article investigates the meanings by which the social denunciation in the novel *O moleque Ricardo*, by José Lins do Rego, was received by the specialized critics of the time. Some of them, when faced with a work that had as its backdrop the social issues in early 20th-century Recife, related it to proletarian aesthetics. Other interpreters saw in it demands for social rights. There were also those who viewed it as a mere detached exposition of the city's living conditions. Analyzing the literary criticism published shortly after *O moleque Ricardo*, it becomes clear that the traditionalist and ruralist mindset for which Rego is recognized today was still overlooked in the analyses, a circumstance that would change with the publication of *Usina*. It is concluded that, for about a year, *O moleque Ricardo* was dissociated from its author's traditionalism, being appropriated with various meanings. • **KEYWORDS** • *O moleque Ricardo*; José Lins do Rego; Brazilian social thought.

Recebido em 3 de março de 2024

Aprovado em 23 de setembro de 2024

MANSUR, João Paulo. A denúncia social em *O moleque Ricardo* é uma luta por direitos, um manifesto revolucionário ou o quê?. *Rev. Inst. Estud. Bras.* (São Paulo), n. 90, 2025, e10709.



Seção: Artigo

DOI: 10.11606/2316901X.n90.2025.e10709

¹ Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG, Belo Horizonte, MG, Brasil).

QUAL É O SENTIDO DA DENÚNCIA SOCIAL EM *O MOLEQUE RICARDO*?

Graciliano Ramos leu *O moleque Ricardo*, de José Lins do Rego, logo que foi publicado, em 1935, encantando-se pelo modo com que o romance conseguiu incorporar, em linguagem literária, denúncias sociais de dramas que o proletariado vivia na cidade do Recife. De Alagoas, Graciliano enviou uma carta a Rego prevendo que, com a nova obra, ele estaria no Rio “metido em dificuldades por causa da questão social” (RAMOS, [1935] 1991). O significado da denúncia contida em *O moleque Ricardo* parece, contudo, ter sido superestimado por alguns críticos da época. Para o diário *A Manhã*, jornal porta-voz da Aliança Nacional Libertadora – ANL (GASPARIAN, 2010), Carlos Lacerda, até então comunista, escreveu um artigo em 11 de agosto de 1935 com o sugestivo título “Moleque Ricardo ou a revolução entrando na consciência”, indicando o caráter de um romance proletário² feito por um escritor que estaria “chegando ao ponto de saturação de sua consciência revolucionária” (LACERDA, 1935).

Jorge Amado, em análise também veiculada por *A Manhã*, entendia *O moleque Ricardo* em mesmo sentido, afirmando que a obra “marca, de um modo decisivo, uma transformação ‘política’ do escritor. Hoje José Lins do Rego não é apenas um grande romancista sem direção. O seu novo romance serve a uma causa” (AMADO, 1935)³. O narrador de *O moleque Ricardo*, de fato, colocou no imaginário de alguns personagens a esperança da revolução comunista, que os mobilizava em greves e protestos. Na maioria das vezes de forma intuitiva e pouco organizada, seguiam o espectro da “Rússia [que] é governada por operários de mãos calosas” (REGO, [1935]

2 A concepção do romance proletário não pode ser atribuída a Karl Marx, Friedrich Engels e Vladimir Lênin (HOMBERGER, 1979, p. 223). Leon Trótski (2007, p. 155) também era crítico da ideia de que uma *intelligentsia* poderia criar cultura proletária em laboratório. Foi após a burocratização da Revolução Russa que o romance proletário se espalhou como política cultural dos partidos comunistas filiados à Terceira Internacional. Para verificar a sua difusão para os Estados Unidos, ver: Daniel Aaron (1961); para a França, Michel Ragon (1974); para o Brasil, Luís Bueno (2015, p. 159 ss.).

3 No mesmo ano, Jorge Amado ([1935] 1995) publicou *Jubiabá*, que, junto com *Parque industrial*, de Patrícia Galvão ([1931] 2006), é um dos principais romances proletários brasileiros.

2008b, p. 78). Passagens como essa talvez possam ter ganhado muita centralidade nos exames de Carlos Lacerda e Jorge Amado⁴, fazendo-os crer em compromisso de *O moleque Ricardo* com a estética proletária. Ou senão, é possível também, como sugere Carine Dalmás (2013, p. 230), que a interpretação proletária da obra tenha sido fruto de política do Partido Comunista do Brasil (PCB) para atuação dentro da frente ampla contra o fascismo da ANL. Tentava-se cooptar o sentido dos romances mais críticos para promover o ideário revolucionário. Mas a exposição de Amado, além de propor que Rego começava a simpatizar com o comunismo, é importante por revelar que, até então, o autor de *O moleque Ricardo* não era visto pela crítica literária como vinculado definitivamente a alguma visão de mundo: era grande romancista sem direção.

Reações desvinculando José Lins do Rego do romance proletário vieram prontamente. Apenas uma semana após a publicização do texto de Carlos Lacerda, Otávio Tarquínio de Sousa (1935) escreveu uma resposta em *O Jornal* (RJ): “Estou muito enganado ou o novo romance do sr. José Lins do Rego nada tem essencialmente de literatura proletária, naquele sentido político [...]”. Para ele, *O moleque Ricardo* revelaria, mais que os romances anteriores, uma empatia de Rego pela vida das pessoas que sofrem vítimas das injustiças sociais. Mas vê-lo como uma obra revolucionária que incitaria a luta de classes seria enorme exagero. As palavras de Tarquínio de Sousa merecem bastante atenção tendo em vista a proximidade que mantinha com o romancista: *O moleque Ricardo* tem dedicatória ao crítico. Outra significativa resistência ao rótulo comunista dado ao romance e a seu autor viria um ano depois, na edição do *Diário de Pernambuco* de 28 de junho de 1936, na qual Raymundo Magalhães Júnior escreveu um artigo com título insinuante: “Moleque Ricardo não é comunista”!

A maneira que Magalhães Júnior (1936, p. 1) encontrou para desatrelar José Lins do Rego do comunismo foi afirmar que sua literatura apenas constataria com neutralidade as condições de vida do proletariado: “O sr. José Lins do Rego tem, precisamente, essa virtude: a de não dar opinião pessoal. Seus personagens vivem, atrimam-se, chocam-se, mas o autor nunca intervém, nunca se manifesta, nem toma partido”. Pode ter sido aqui que nasceu a tese um tanto quanto ingênua e simplista de que as denúncias sociais de *O moleque Ricardo* não possuiriam qualquer viés político e ideológico: “José Lins do Rego, o que fez, no seu romance, foi a simples constatação de aspectos trágicos da miséria urbana, do proletariado das cidades” (MAGALHÃES JÚNIOR, 1936, p. 1). Essa tese da neutralidade se manteria sólida com o passar dos anos. Virgínius da Gama e Melo ([1956] 1991, p. 285) falaria, em 1956, que Rego se afastava de “partidarismos”. Em 1966, Manuel Cavalcanti Proença ([1966] 1984, p. 66) diria que “José Lins do Rego não foi escritor engajado”. Não me parece, porém, que fosse por aí: o engajamento de Rego apenas não era pelo comunismo. Mas a questão social carrega outro sentido sociopolítico em sua obra.

Sem a mesma dose de otimismo de Carlos Lacerda e Jorge Amado, outros intelectuais comunistas foram mais céticos ao lerem *O moleque Ricardo*. Edison

4 Outros críticos, comunistas ou não, que também relacionaram *O moleque Ricardo* ao romance proletário foram João Paes de Albuquerque Lins (1935), Paulo Emílio Sales Gomes (1935), Abelardo Araújo Jurema (1935) e Alcides Bezerra (1935, p. 46).

Carneiro (1935) não poupou o romance ao chamá-lo de pequeno-burguês: faltaria uma sólida orientação de resolução da barbárie capitalista pela revolução. Carneiro, porém, não problematizou se haveria alguma via alternativa em *O moleque Ricardo* para a questão social que pudesse ser entendida como uma proposta de cunho pequeno-burguesa. Mas a sua escolha por utilizar uma categoria tão nativa na tradição comunista, como é a visão pequeno-burguesa (MARX; ENGELS, 2010, p. 61), permite extrair algumas conclusões. Concepções pequeno-burguesas, para o marxismo, se relacionam a projetos de sociedade que se limitam a reformar o capitalismo, sem a sua superação revolucionária. Nelas, o terreno do direito se torna central, sendo instrumento por meio do qual o capitalismo seria domado, reparado e até humanizado. Um *Moleque Ricardo* pequeno-burguês, então, significaria o enaltecimento das ações do proletariado por direitos. Ao mesmo tempo, se ligaria a reivindicações de que o Estado reconhecesse as lutas proletárias em legislações sociais capazes de garantir-lhes direitos trabalhistas, previdenciários, assistenciais, de moradia, de saúde, de educação etc., mas dentro dos marcos da produção capitalista.

Não há uma delimitação temporal explícita em *O moleque Ricardo*, mas, em cálculos aproximados, o tempo do romance retrocede cerca de 15 anos em relação à data de sua publicação. E, desde meados da década de 1910, se aprofundava uma discussão que já vinha ocorrendo havia algum tempo no campo jurídico. Tratava-se do problema sobre a legitimidade de o Estado intervir na “questão social”⁵. O discurso jurídico, até ali majoritariamente liberal, negava a viabilidade de legislações sociais, sobretudo trabalhistas, tendo em vista a noção de liberdade contratual: o ser humano deveria ser livre para vender a sua força de trabalho da forma que quisesse. Se em 1935, data de *O moleque Ricardo*, a legislação trabalhista era incipiente, quinze anos antes, era quase inexistente, e o discurso jurídico liberal era um dos fatores responsáveis por tanto⁶. Mas ele começava a ser minado por defensores de intervenção legislativa na causa social, como se percebe no livro *A questão social*, do jurista Viveiros de Castro (1920, p. 36-37): “Não comungando no credo da chamada *escola liberal*, não acredito que o conflito entre o capital e o trabalho possa ser resolvido pela plena liberdade contratual, por acordos livremente discutidos pelas partes interessadas: apelo francamente, resolutamente para a intervenção do Estado”⁷. José Lins do Rego,

5 Pietro Costa (2010), Paolo Grossi (2010, p. III ss.) e António Manuel Hespanha (2012, p. 372) investigaram as origens e os debates acerca da legitimidade dos direitos sociais na experiência jurídica ocidental.

6 Para uma historiografia sobre direitos trabalhistas na Primeira República, ver: Amauri Mascaro do Nascimento (1998, p. 148 ss.).

7 É possível encontrar outros questionamentos à concepção jurídica liberal nos escritos de Evaristo de Moraes (1905, p. 9) e de Ruy Barbosa ([1919] 1999, p. 381). Segundo Ângela de Castro Gomes (2005, p. 202; p. 226), o Estado liberal seria superado apenas com o intervencionismo do Estado Novo, em que, ao se antecipar às reivindicações sociais concedendo direitos sociais, Getúlio Vargas cooptava os movimentos sociais.

que estudou direito na Faculdade do Recife (COUTINHO, 1980, p. 6)⁸, teria tomado conhecimento desses debates jurídicos e estaria apoiando a tese que legitimava a incorporação de direitos sociais ao sistema jurídico nacional?

Mas, afinal, o que significa a denúncia social de *O moleque Ricardo*? É uma luta por direitos, um manifesto revolucionário, um discurso neutro das condições de vida do proletariado ou o quê? Aprofundando: por que um escritor que é, atualmente, reconhecido por sua mentalidade tradicionalista e ruralista ocasionou disputas de sentido tão distintas? Em *Menino de engenho* (1932), *Doidinho* (1933) e *Banguê* (1934), José Lins do Rego havia começado a escrever o seu famoso *ciclo da cana-de-açúcar*, um conjunto de romances em que narrou a substituição dos velhos engenhos de açúcar nordestinos pelas modernas usinas. Mas a decadência dos engenhos extrapolava a dimensão econômica⁹. Ela ocasionava a destruição de todo um tipo específico de sociabilidade que os engenhos construíram em volta de si, com contornos sociais, culturais e normativos próprios¹⁰. Para Rego, não havia avanço civilizatório nesse processo. Ao contrário, ele carregava um sentido de perda muito grande¹¹. A nostalgia está incrustada nas páginas de seus romances. José Maurício Gomes de Almeida (1999, p. 116) indicou, em comparação a Marcel Proust, que Rego escrevia para reconstruir um tempo que havia se perdido e que lhe deixava saudades. Mas, em 1935, Rego ainda não havia publicado *Usina*, romance central na exposição de sua visão de mundo. Devido à incompletude do *ciclo da cana*, não foi possível perceber naquele momento a extensão do tradicionalismo do autor. A influência intelectual decisiva de Gilberto Freyre sobre José Lins do Rego, iniciada em 1923, embora conhecida nos círculos literários, ainda não estava inteiramente dimensionada. A rigor, sequer o alcance da mentalidade tradicionalista de Freyre era totalmente evidente. As críticas à industrialização e à urbanização ingressaram na agenda temática das publicações de Freyre em obras posteriores a *O moleque Ricardo*, começando, principalmente, em *Sobrados e mucambos*. Só então se delimitou inteiramente o paralelo entre a linguagem sociológica de Freyre e a literária de Rego. Esses fatores foram decisivos para a multiplicidade de sentidos atribuídos a *O moleque Ricardo*.

DESSENDANDO O SENTIDO...

Em 1932, José Lins do Rego publicou o seu primeiro romance, *Menino de engenho*, narrando as aventuras de Carlinhos no engenho Santa Rosa, propriedade de seu avô José Paulino. Em *Doidinho*, a criança percorreu o caminho típico dos descendentes de senhor de engenho: foi matriculado em colégio interno de um centro regional de maior expressão. No terceiro romance, *Banguê*, Carlinhos já é Carlos de Melo,

8 Para detalhes biográficos de José Lins do Rego, ver: Bernardo Buarque de Hollanda (2012) e a autobiografia *Meus verdes anos* (REGO, [1956] 2008a).

9 Gadiel Perruci (1978) realizou importante pesquisa sobre a decadência dos engenhos devida à industrialização.

10 Para uma abordagem da dimensão normativa dos engenhos, peço licença para indicar um trabalho de minha autoria (MANSUR, 2024).

11 Ver nesse sentido: Antonio Candido ([1945] 1991) e José Luiz Passos (2012, p. 12).

doutor com anel no dedo, formado em direito na Faculdade do Recife. O rapaz retornara ao engenho Santa Rosa e, após morte do velho José Paulino, herdou parte de suas propriedades. Mas a usina São Félix já espreitava as terras da região desde os tempos do falecido coronel. “Outros engenhos já tinham caído. O Santo Antônio, Boa Sorte, Bugari [...]. A usina comia, um por um, os engenhos. O meu avô resistiu” (REGO, [1934] 2011a, p. 187). Carlos de Melo, porém, não teria o vigor do seu avô para enfrentar a usina; acabaria por vender as terras. Mas quem as compraria seria o dr. Juca, seu tio, a quem também se transmitiram propriedades de José Paulino. Para não ser engolido pela São Félix, o próprio Juca se tornou usineiro, criando a Bom Jesus. O quarto romance desse conjunto de obras já tinha até nome – *Usina* – e seria responsável pelo desfecho da trama, com a Bom Jesus falindo devido à monopolização capitalista da produção pela São Félix.

Ao iniciar a escrita de *Usina*, porém, José Lins do Rego acabou por escrever *O moleque Ricardo*. Jayme de Barros (1935) explicou o motivo da mudança aos leitores da época: “Começou a escrevê-lo [o livro *Usina*] e logo no primeiro capítulo, no lançamento da figura de Ricardo, descobriu, dominado pelo assunto, que possuía um bom romance. Não parou”. Os planos de *Usina* seriam adiados para o ano seguinte. *O moleque Ricardo*, que não foi projetado inicialmente, surgiu como uma surpresa, uma narrativa com que Rego se deparou e não pôde deixar de contar. Um romance urbano aparecia em meio a toda obra campestre anterior. Essa mudança abrupta explica, em parte, as dificuldades que a crítica literária da época teve em entender o sentido da denúncia social presente no novo romance: ele foi interpretado separado das obras anteriores, como se o autor tivesse mudado seus interesses literários. Mas sua mensagem não está dissociada do resto do *ciclo da cana-de-açúcar*. Sua função foi explorar a outra face da modernização da economia brasileira: se parcela dos antigos trabalhadores escravizados dos engenhos foi incorporada à mão de obra livre da usina, outra parte migrou para as cidades formando as massas do proletariado urbano. Para nenhuma delas, segundo a interpretação histórica e o engajamento ideológico de Rego, a vida correria mais doce do que era nos engenhos. Quimeras da liberdade questionadas por uma visão de mundo tradicionalista e, em certo sentido, reacionária, que foi confundida até com romance proletário!

Ricardo era moleque da bagaceira, nome pelo qual se chamavam os filhos dos trabalhadores dos engenhos. Ele tinha a idade de Carlinhos, o menino da casa-grande. Os dois eram companheiros de brincadeiras em *Menino de engenho*. “Filho do branco e do preto, correndo pela estrada atrás de passarinho./ Pela plantação adentro, crescendo os dois meninos, sempre pequeninos”, canta Milton Nascimento (1978) para retratar esses momentos de socialização entre brancos e negros que a infância conseguia incutir mesmo em uma sociedade tão estratificada como a brasileira, seja antes ou após a abolição da escravidão. Mas os destinos dos jovens Carlinhos e Ricardo já estavam traçados. Um na fazenda iria mandar e outro trabalhar:

Filho do senhor vai embora, tempo de estudos na cidade grande.

[...]

Quando volta já é outro, trouxe até sinhá mocinha pra apresentar.

[...]

Já tem nome de doutor, e agora na fazenda é quem vai mandar.

E seu velho camarada, já não brinca, mas trabalha.

José Lins do Rego, embora fosse entusiasta da organização social dos engenhos em relação aos novos tempos, não se acanhava em narrar muitas mazelas a ela associadas¹²: Ricardo, por exemplo, precisou fugir do engenho para gozar a liberdade no Recife. “Fugir” continuava a ser a palavra certa mesmo após o 13 de maio, se não para os trabalhadores de mão de obra alugada, ao menos para os “negros da casa-grande”, que continuavam a viver em regime próximo à escravidão, trabalhando em serviços domésticos em troca de alimentação e moradia. José Paulino esbravejou com a fuga de Ricardo e, no romance *Pureza* (1937), José Lins do Rego narrou acontecimentos similares com o personagem Luís, menino negro e órfão que “fugiu do engenho dele [engenho Juçara, do coronel Zé Joaquim], há bem uns seis meses e agora o coronel soube que está aqui e mandou levar ele. [...] O menino é cria da casa. Desde pequenino que ele vive pela cozinha do engenho” (REGO, [1937] 2012b, p. 64). Crescendo um pouco mais, Ricardo, que já tinha os seus 16 anos, iria perder os “benefícios” de moleque doméstico¹³, que lavava cavalo, tirava leite de vaca e buscava jornal na estação de trem. “Cairia no eito”, trabalhando de alugado, com enxada na mão. Só fugindo do engenho conseguiria uma vida diferente daquela dos trabalhadores que ele via. Quem sabe aprenderia um ofício na cidade? Decidiu ir para o Recife. Depois, com tudo em ordem, mandaria buscar a família, a mãe Avelina, “negra da cozinha”, a irmã Maria Pia e o pequeno irmão Ricardo. Seriam estudados e felizes.

No meio urbano, o moleque não encontrou a liberdade esperada, mas apenas a livre escolha entre vender a sua força de trabalho por alguns tostões ou morrer: uma narrativa sobre o desajuste no negro na expansão urbana que poderia aproximar o tradicionalista José Lins do Rego a Florestan Fernandes (2021, p. 97). Mas Ricardo não tinha família sob sua dependência e morava nos fundos da padaria em que trabalhava. Até que vivia sem grandes dificuldades. Os 90 mil réis mensais de ordenado sobravam para aquela vida de solteiro. Virgínius da Gama e Melo ([1956] 1991, p. 279) percebeu corretamente que a estratégia narrativa usada por José Lins do Rego para expor a questão social do Recife foi mobilizá-la nos enredos dos demais empregados da padaria, Clodoaldo, Simão, Deodato, Florêncio, Jesuíno, Francisco, Leopoldino, entre outros. Conforme Ricardo conhecia mais intimamente os companheiros, as misérias de suas vidas se revelavam. O caso mais trágico era o da família do masseiro Florêncio:

Florêncio tinha família grande. O negro do cilindro sustentava um familião. Aquela gente passava mesmo necessidade. Ali eles tinham que comprar tudo, pagavam o casebre onde moravam. Pior que no engenho. Eles passavam mais fome que no engenho. Lá pelo menos plantavam para comer, tinham as suas espigas de milho, a sua fava para encher a barriga. No Recife tudo se comprava. Estivera na casa do Florêncio para não ir mais. O masseiro, a mulher, e quatro filhos, dormindo numa

12 Nos romances *Pedra Bonita* (REGO, [1938] 2011c) e *Cangaceiros* (REGO, [1953] 2011b), por exemplo, José Lins do Rego mostrava como os senhores de engenho tinham íntimas ligações com cangaceiros (MANSUR, 2019).

13 Para a historiografia sobre relações de parentesco e estratificação social nos engenhos, ver: Manuel Diégues Júnior (1952, p. 117-120); e, para a análise de sua representação na obra de Rego, ver: Zahidé Machado Neto (1971, p. 42-43) e José Sérgio Leite Lopes (1973).

tapera de quatro paredes de caixão, coberta por zinco. Custava 12 mil-réis. A água do mangue, na maré cheia, ia dentro de casa. Os maruins de noite encalombavam o corpo dos meninos. O mangue tinha ocasião que fedía, e os urubus faziam ponto por ali atrás dos petiscos. Perto da rua lavavam couro de boi, pele de bode para o curtume de um espanhol. Morria peixe envenenado, e quando a maré secava, os urubus enchiam o papo, ciscavam a lama, passeando banheiros pelas biqueiras dos mocambos. Comiam as tripas de peixe que sacudiam pela porta afora. O bicho feio ficava na espreita, esperando. Os filhos do Florêncio passavam o dia pelo lixo que as carroças deixavam num pedaço de maré que estavam aterrando. Chegavam em casa, às vezes, com presas magníficas: botinas velhas, roupas rasgadas, trapos que serviam para forrar o chão, tapar os buracos que os caranguejos faziam dentro de casa. Eram bons companheiros os caranguejos. Viviam deles, roíam-lhes as patas, comiam-lhes as vísceras amargas. Cozinhavam nas panelas de barro, e os goiamuns de olhos azuis, magros que só tinham casco, enchiam a barriga deles. Morar na beira do mangue só tinha esta vantagem: os caranguejos. Com o primeiro trovão que estourava, saíam doidos dos buracos, enchiam as casas com o susto. Os meninos pegavam os fugitivos e quando havia de sobra encangavam para vender. Para isto andavam de noite na lama com lamparina acesa na perseguição. Caranguejo ali era mesmo que vaca leiteira, sustentava o povo. Ricardo ficou com o pensamento na casa de Florêncio. Os meninos eram amarelos como os dos engenhos, mas eram mais infelizes ainda. Lá eles tinham o rio e a capoeira para entreter os vermes e o impaludismo. Os filhos de Florêncio faziam concorrência com os urubus, cascavilhando o lixo. Por que o masseiro não se mudava dali? Havia tanto lugar bom para pobre morar. Florêncio lhe deu as razões. Precisava de comer. Aonde encontrar casa por 12 mil-réis? Ali pelo menos tinha água para os meninos tomarem banho e caranguejo. (REGO, [1935] 2008b, p. 70-71).

Essa passagem é um observatório privilegiado para visualizar o significado da crítica social em *O moleque Ricardo*. O salário de Florêncio, de 4 mil-réis por noite de trabalho na padaria (REGO, [1935] 2008b, p. 72), não sustentava com um mínimo de dignidade a sua família, que se submetia a péssimas condições de moradia, alimentação, saúde etc. Mas a representação da situação dessa família não foi feita de forma neutra e desengajada, como fizeram crer Raymundo Magalhães Júnior, Virgínius da Gama e Melo e Manuel Cavalcanti Proença. Ao mesmo tempo que a questão social ingressa no enredo, aquela nostalgia encontrada nos outros romances do *ciclo da cana-de-açúcar* também se revela em *O moleque Ricardo*. Nota-se o saudosismo de José Lins do Rego em relação aos tempos em que o Brasil era predominantemente rural, em que o engenho dominava soberanamente a paisagem física e socioeconômica. Comparado à cidade, o engenho é representado como local em que não faltava comida. Podia não ter fartura, mas era generoso. Tinha a vaca leiteira, as roças de subsistência junto ao plantio da cana, que não deixavam a barriga totalmente vazia. Rego utilizou Ricardo, moleque que nasceu no engenho, com o intuito de desiludi-lo com a vida na cidade. “O moleque saiu com um nó na garganta. Ter fome era o diabo. No engenho o povo se aliviava na fava, na batata-doce. Ali não. Era mesmo não ter o que comer. A barriga roncando sem engano de espécie alguma” (REGO, [1935] 2008b, p. 110). A saudade que Ricardo sente do engenho é a saudade da visão de mundo tradicionalista do romancista (BENÍTEZ, 2007, p. 47).

Se o trabalhador do engenho conseguisse permissão do senhor para construir um sítio ou mesmo uma casa com um pedacinho de terra nos fundos para cultivar, aí é que não lhe faltaria comida: “O seu roçado de algodão e de fava garantia essa meia liberdade que gozava” (REGO, [1932] 2012a, p. 59), escreveu José Lins do Rego sobre a vida dos foreiros em *Menino de engenho*. A finalidade comparativa é evidente: na cidade, não há terra para plantar, nem casa para morar. Moradia e alimentação foram colocadas no mercado: “Ali eles tinham que comprar tudo, pagavam o casebre onde moravam. Pior que no engenho. Eles passavam mais fome que no engenho”, diz um trecho já citado. Não tendo dinheiro para pagar, se passaria necessidade. É nesse sentido de valorização do mundo rural dos engenhos em detrimento ao urbano que Rego parece falar por meio de alguns de seus personagens, como quando pôs as seguintes palavras na boca da esposa de Florêncio, personagem também desenganada com o Recife:

Bem que vivia satisfeita em Limoeiro do Norte. Florêncio trabalhava na prensa de algodão do coronel Furtado. A casa em que a gente morava, uma pessoa podia entrar. [...]. Botaram na cabeça de Florêncio que no Recife a cousa era melhor. Tanto falaram, que Florêncio bateu por aqui. E é o que o senhor está vendo. Esta miséria toda. (REGO, [1935] 2008b, p. 109).

A vida de Florêncio pioraria. Se, de ordinário, sua família já tinha privações com o salário de masseiro, uma vez doente, primeiro, por intoxicação do fígado provocada pelo curtume que havia perto do mangue onde morava, depois, por um tiro dado no seu peito por um soldado do exército na greve de que participou, agora, os seus sobreviveriam de ajudas dos amigos da padaria, de caranguejos catados do mangue, de esmolas dadas por um cego pedinte e de furtos famélicos nos quais se iniciaram as crianças de Florêncio (REGO, [1935] 2008b, p. 149-151). Sem salário ou salvaguarda de direitos sociais, praticamente inexistentes na época, a situação de Florêncio fez Ricardo solicitar ajuda ao proprietário da padaria. Seu Alexandre, o dono, respondeu afirmando que já cumprira a obrigação que tinha, a de pagar o salário:

Não deu um tostão para o masseiro atravessar a doença. Ricardo fora-lhe mesmo pedir contando a história, a forma, os sofrimentos de Florêncio. Seu Alexandre só fez lhe dizer: – Que hei de fazer, seu Ricardo? Que hei de fazer? O rapaz devia estar preparado para estas dificuldades. Não lhe pago quadro mil-réis por dia, senhor Ricardo? (REGO, [1935] 2008b, p. 114).

Analisando a postura de Alexandre em conjunto com algumas passagens de *Menino de engenho* e *Banguê*, percebe-se, outra vez, o confronto entre as duas realidades. O senhor José Paulino “acudia sempre uma mulher de cara de necessidade: a pobre mulher que paria os seus muitos filhos em cama de vara e criava-os até grandes com o leite de seus úberes de mochila” (REGO, [1932] 2012a, p. 57). No engenho, as crianças “bebiam leite da casa-grande, não precisavam pescar caranguejo para roer as patas” (REGO, [1935] 2008b, p. 100). Poderia não ser muito, mas não se passaria fome, “a garrafa de leite do engenho faria o milagre da multiplicação, daria para o

dia inteiro, para calar todos os choros de fome” (REGO, [1934] 2011a, p. 55). Para os doentes, o senhor tinha responsabilidade, garantia o tratamento, não seriam como seu Alexandre. “Noutra casa o povo todo estava caído de sezão. Tinham voltado da várzea de Goiana amarelos e inchados de paludismo. – Mande o menino buscar quinineiro no engenho” (REGO, [1932] 2012a, p. 59). E, na Sexta-Feira Santa, se esbanjava: “Os moradores vinham então pedir o jejum, em bandos. Davam-lhes bacalhau [peixe salgado] e farinha” (REGO, [1932] 2012a, p. 62-63).

Seu Alexandre não tinha humanidade, se escondia atrás da impessoalidade do contrato jurídico. Cumpria os deveres que estavam predeterminados, mas, anestesiado pelo individualismo do modo de vida das cidades e pelo direito, não se solidarizava em caso de qualquer necessidade além: não era de sua responsabilidade. As relações que mantinha com seus funcionários eram reduzidas pela racionalização econômica à calculabilidade dos gastos com a força de trabalho que o direito possibilitava. “Operário secou o braço, é como fonte, ninguém procura mais. Operário só presta mesmo para o trabalho” (REGO, [1935] 2008b, p. 114), desabafava Florêncio. Levando essa concepção jurídica ao limite, vê-se que a denúncia em *O moleque Ricardo* não pode significar qualquer tipo de luta por legislações sociais. Agregar direitos ao proletariado não resolveria o problema desse mundo impessoal, desencantado e anestesiado, apenas adicionaria alguns custos a mais no cálculo com que o burguês mediava a sua relação com os empregados, sem modificar a sua natureza desumanizada¹⁴.

Situação bem diversa ocorreria nos engenhos de açúcar. Na representação feita por José Lins do Rego, o engenho, além de unidade de produção econômica, era também local onde a vida social ocorria, onde senhores e trabalhadores nasciam, viviam e morriam. Classes ou estratos sociais antagônicos rezavam, festejavam, enfim, socializavam na vida cotidiana, tudo no mesmo espaço. Essa vida conjunta criaria laços pessoais e zonas de confraternização e solidariedade, unindo as vidas dos sujeitos sociais mais antagônicos. Os sofrimentos do povo, aquele povo que vivia junto à família da casa-grande, estavam ali, para ser vistos aos olhos nus pelo senhor, que, somente se fosse muito cruel, não lhe desassistiria. Não havia condições para uma invisibilidade em meio à multidão como que ocorre nas cidades. Na cidade, como Bernardo Buarque de Hollanda e Regiane Matos (2019, p. 118) perceberam ao estudar o espaço urbano em *O moleque Ricardo*, “ricos, pobres, agregados e párias distribuem-se pelos bairros”. A miséria vai para longe do burguês, e com ela qualquer estímulo à solidariedade.

É perceptível como as representações distintas do modo de agir do senhor de engenho e do burguês foram influenciadas pela visão de mundo de Gilberto Freyre, amigo íntimo de José Lins do Rego desde 1923, quando se conheceram no Recife (REGO, 1941; FREYRE, 1978; [1962] 1987; BRAGA-PINTO, 2011, p. 17). Que o romancista

14 Essas passagens ajudam a perceber como José Lins do Rego representava questões que a sociologia discutia sobre a ação racional e calculável dos indivíduos nas zonas urbanas capitalistas (SIMMEL, 1976; 2005), em contrapartida a sociedades patriarcais: “Também o senhor ‘deve’, portanto, alguma coisa ao submetido, não juridicamente, mas de acordo com o costume. Sobretudo – já em seu interesse próprio – proteção de perigos externos e ajuda em caso de necessidade, além de um tratamento ‘humano’” (WEBER, 2004, v. 2, p. 237).

construiu suas obras sobre a decadência dos engenhos com base na interpretação histórica de Freyre, isso não é novidade, sendo muito bem estudado por José Aderaldo Castello (1961, p. 85), Enrique Rodríguez Larreta e Guillermo Giucci (2007, p. 232), Luciano Trigo (2002, p. 51), César Braga-Pinto (2004; 2018, p. 337-430; 2023, p. 192), Cauby Dantas (2015) e Mariana Chaguri (2009, p. 95). Bernardo Buarque de Hollanda (2012, p. 215), aliás, tem uma passagem exemplar que explicita bem como os amigos partilhavam o mesmo sentimento de perda com o advento da usina: “A visão de mundo do escritor [José Lins do Rego] centra-se nesse estado de destruição advindo da mecanização. [...] A razão principal para tal lamento baseia-se no fato de que outrora, influenciado pela perspectiva crítica do amigo Gilberto Freyre, o mundo dos engenhos formara grandes ‘zonas de confraternização’”. Aquela solidariedade dos engenhos que Rego mobilizou em suas narrativas tem nos ensaios de Freyre exposição em linguagem abstrata. Em certo sentido, Rego encenou a interpretação histórica de Freyre.

A tese de Gilberto Freyre ([1933] 2003) em *Casa-grande e senzala* era justamente esta: a de que a colonização brasileira, embora feita por etnias e classes sociais antagônicas, senhores e escravos, teria, com o passar dos séculos, criado espaços de solidariedade, responsáveis por equilibrar o antagonismo originário¹⁵. Mas com a dissolução dos engenhos e “a urbanização do país”, analisadas na obra *Sobrados e mucambos* de 1936, “ganharam tais antagonismos uma intensidade nova; o equilíbrio entre brancos de sobrado e pretos, caboclos e pardos livres dos mucambos não seria o mesmo entre os brancos das velhas casas-grandes e os negros das senzalas” (FREYRE, 1936, p. 160). Em consequência desse desequilíbrio, foi “engrossando a população dos mucambos: trabalhadores livres sem remédio, sem assistência, sem amparo quase nenhum das casas-grandes” (FREYRE, 1936, p. 161). O avanço capitalista destruiria, em sua visão, as zonas de confraternização, piorando as condições de vida dos trabalhadores, que agora estariam desassistidos em suas precisões¹⁶. Cinco anos mais tarde, numa polêmica afirmação presente em *Região e tradição*, Gilberto Freyre seria ainda mais incisivo, afirmando que o escravizado brasileiro viveu melhor que o futuro trabalhador assalariado, seja da usina ou da cidade:

O escravo gozava de uma assistência social de que de modo nenhum goza o operário moderno. [...] É a condição do escravo, valorizado pelo senhor patriarcal, que contrasta com a dos trabalhadores de eito e operários de fábrica de hoje, mal alimentados, mal dormidos. [...] Os direitos da infância eram assim mais respeitados pelos senhores de engenho do Nordeste que pelos donos de fábrica na Europa da mesma época. (FREYRE, [1941] 1968, p. 184-187).

15 Para uma análise das duas primeiras obras de Gilberto Freyre, explorando a formação e a decadência da família patriarcal brasileira, ver o clássico: *Guerra e paz: Casa-grande e senzala e a obra de Gilberto Freyre nos anos 30*, de Ricardo Benzaquen de Araújo (1994).

16 Não se pretende neste artigo investigar a validade da obra de José Lins do Rego e Gilberto Freyre enquanto interpretação histórica. Para críticas às suas representações, ver: Peter Eisenberg (1989, p. 101) e Christine Rufino Dabat (2012, p. 811). Caio Prado Jr. (1961, p. 25-26) tem um bom ponto de equilíbrio ao perceber que o empreendimento dos engenhos era de natureza comercial, usando o trabalho forçado, mas também ao notar que o uso da força não foi sua única forma de sustentação.

A assistência aos moradores dos engenhos, com moradia, alimentação, respeito à infância, elementos que Gilberto Freyre destacou nesse trecho, tem ressonância enorme nos romances de José Lins do Rego. Os críticos marxistas de 1935 se enganaram categoricamente: não era romance proletário, nem romance pequeno-burguês. É possível afirmar que o romance se assemelha mais àquele socialismo feudal europeu do qual Marx e Engels (2010, p. 59) falavam: “em parte ecos do passado, em parte ameaças ao futuro”. Embora o socialismo feudal fosse reacionário, “sua crítica amarga, mordaz e espirituosa feriu a burguesia no coração” (MARX; ENGELS, 2010, p. 59-60). É o que se percebe em *O moleque Ricardo*: justamente por se opor, mesmo que por reação, aos avanços da modernidade, José Lins do Rego fez belo registro da questão social. Se fosse escritor burguês engajado, incapaz de questionar os limites do capitalismo, não capturaria as péssimas condições de vida do proletariado. Talvez a crítica marxista da época fosse mais feliz se tivesse tido contato com os textos de Karl Marx e Friedrich Engels sobre literatura. Poderia perceber a semelhança de Rego com Honoré de Balzac que, para Engels, justamente por ser legitimista, conseguia retratar a miséria da sociedade burguesa como ninguém (ENGELS, 1974, p. 197).

Mas, se hoje a historiografia consegue reconstruir o sentido conservador da denúncia social em *O moleque Ricardo*, por que os críticos literários da época não o fizeram? É importante notar que *O moleque Ricardo* é de 1935. Mas a desconsolo de Gilberto Freyre com a decadência do patriarcalismo brasileiro foi trazido a público de maneira decisiva e completa somente com a publicação de *Sobrados e mucambos*, de 1936. Antes disso, não era totalmente clara a extensão do tradicionalismo de Freyre, tampouco de que maneira ele afetava a obra de José Lins do Rego. Ou seja, pelo lapso de um ano aproximadamente, não havia o pano de fundo que ajuda a entender *O moleque Ricardo*, que era livre para ter seu sentido disputado.

Analisando periódicos da época, nota-se como, a partir do momento em que *Sobrados e mucambos* se tornou disponível aos leitores, começaram a surgir interpretações que tangenciavam melhor o sentido da denúncia social em *O moleque Ricardo*. Na segunda edição de 1936 da revista *Boletim de Ariel*, Dante Costa (1936) dizia: “Gilberto Freyre, escrevendo *Casa grande e senzala* e esse grande estudo dos *Sobrados e mucambos*, dá-nos a explicação erudita e bela de um mundo rural do qual José Lins do Rego é o narrador”. Na edição seguinte do *Boletim de Ariel*, Aderbal de Araújo Jurema (1936) não hesitaria ao dar centralidade à frustração de Ricardo, que, na primeira parte do romance *Usina*, publicado em 1936, retornava ao engenho Santa Rosa após ficar preso em Fernando de Noronha por participar de greve¹⁷: “Saíra da bagaceira do engenho para não cair no eito como os seus irmãos, pensando levar vida mais livre na cidade. [...] Ficou-lhe a experiência de que na cidade não se sofre menos que no campo”. Aliás, a conclusão do *ciclo da cana-de-açúcar*, com *Usina*, também foi decisiva para que a crítica literária capturasse o sentido correto da denúncia de *O moleque Ricardo*.

Em *Usina*, Ricardo voltava esperançoso em ser acolhido pelo mundo dos engenhos

17 O código penal de 1890 previa que somente greves violentas seriam punidas com prisão de um a três meses.

Mas Ricardo e amigos ficaram presos por dois anos (REGO, [1936] 2012c, p. 39), provavelmente, sem julgamento, em prisão preventiva. Para história do direito de greve do Brasil, ver: Gustavo Silveira Siqueira (2017).

do qual fugira. Mas o engenho Santa Rosa já não era o mesmo. A usina Bom Jesus transformou as relações de produção e formas de vida. Não havia mais espaço para a plantação de subsistência dos moradores. A usina precisava de terras, e o dr. Juca “tivera que botar para fora muita gente viciada com os tempos do velho José Paulino. Queriam ficar na propriedade, desfrutar das terras e fugir das obrigações [...]. Em banguê podia ser, mas usina não podia aguentar regalias. A terra era pouco para cana” (REGO, [1936] 2012c, p. 214). Agora, toda a alimentação dos moradores era adquirida no barracão da usina: “expulsos da várzea, os pobres haviam perdido o socorro do rio, das fruteiras, da batata-doce. O que tinham para comer era o que os pais levavam do barracão: o meio quilo de bacalhau, a quarta de carne, a farinha seca” (REGO, [1936] 2012c, p. 184). A usina, muito mais produtiva do que o engenho, era, contraditoriamente, mais rígida, explorava mais o trabalho e a terra: exigências da concorrência capitalista.

No campo, ocorria também a desumanização do usineiro, cada vez mais envolvido só com a produção do açúcar, sem olhar para as necessidades dos moradores. “Usina não tinha coração, usineiro só queria terras e mais terras” (REGO, [1934] 2011a, p. 189). Hélio Pólvora ([1973] 1991, p. 313) analisou a transformação da vida no campo de forma precisa: “mudaram as relações entre senhores e agregados fundamentadas no paternalismo. A usina é uma máquina de produção que não respeita direitos coletivos, que não administra o trato condescendente dos velhos barões feudais”. É verdade que Rego também representou senhores de engenhos sádicos, como o major Ursolino. Mas o trato dos senhores com seus moradores era manifestação de sua personalidade: dependia de seu caráter. A usina, porém, desumanizava, era impessoal. Fossem os usineiros sujeitos acolhedores ou maliciosos, precisavam se curvar ao mercado, criação dos homens que tomava vida própria e os dominava. José Lins do Rego, em reportagem de Clóvis Gusmão, explicaria o dr. Juca, submetido à impessoalidade da usina, à produção capitalista:

O dr. Juca também é um tipo social. O senhor de engenho em última fase, com fumaças de homem sem coração, mas, no fundo, impregnado também da dor que as lutas entre o homem e a máquina, entre o capital e o braço engendram pelos canaviais do sertão. Sem aquela condição – o ciclo da cana em sua fase capitalista – não poderiam existir homens como o dr. Juca. A maldade aparente de Juca é um produto do meio, das condições em que ele vive, muito mais duras do que aquelas em que viveu o velho José Paulino. (REGO apud GUSMÃO, [1941] 1991, p. 55).

Outra vez José Lins do Rego estava em consonância com Gilberto Freyre: “quem conhece essa região brasileira não pela crosta, mas pela intimidade social, sabe a distância enorme que separa um senhor de engenho antigo do moderno usineiro” (FREYRE, 1938, p. X). Ricardo morreria em *Usina* com um tiro. Jogou-se na frente da bala para defender os trabalhadores, que, esfomeados, tentavam saquear o barracão da usina Bom Jesus. “Os tempos de banguê pareciam de uma época distante, longínqua. Lembravam-se deles, com suspiros. Tempos que se foram, tempos que não voltariam mais” (REGO, [1936] 2012c, p. 272).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo investigou os diversos sentidos com que a denúncia social presente no romance *O moleque Ricardo* foi recebida pela crítica especializada da época, tentando explicar o porquê de José Lins do Rego, escritor consagrado por sua visão de mundo tradicionalista, teve um romance recepcionado de modo diverso. *O moleque Ricardo* foi lido como um romance proletário, como um romance reformista que lutava por direitos sociais ou como uma mera crítica social desencantada. Até o ano de 1936, não encontrei registros em críticas de jornais que vinculassem *O moleque Ricardo* a uma visão de mundo tradicionalista. Embora Rego desse indícios de suas posições ideológicas nas obras precedentes do *ciclo da cana-de-açúcar*, foi somente com *Usina* que se tornou evidente que as memórias de *Menino de engenho* eram mais que saudades da infância. *Usina* contrapôs o modo de vida tradicional dos engenhos à industrialização do campo com o intuito de defender as velhas estruturas sociais. Ao revelar a sua estratégia narrativa, *Usina* permitiu reler *O moleque Ricardo*. As duas obras postulavam a ideia de que a derrocada dos engenhos tornou a vida do trabalhador mais difícil, seja na cidade ou no campo. A miséria citadina, em *O moleque Ricardo*, tem sempre a sombra do generoso engenho, onde a vida correria de forma muito mais doce e humana. A denúncia social de *O moleque Ricardo* é vinculada a concepções passadistas e reacionárias (BARBOSA, 2015).

A partir da publicação de *Usina*, são encontradas as primeiras críticas em jornais a atribuírem o sentido correto à denúncia social de *O moleque Ricardo*. Mas um outro fato também foi decisivo para a mudança de rumo nas interpretações: a percepção mais generalizada da grande extensão da influência de Gilberto Freyre sobre a visão de mundo de José Lins do Rego, até então não completamente notada. A rigor, Freyre não havia se mostrado por completo. Embora a valorização das culturas brasileira e nordestina por Freyre fosse notória desde meados dos anos 1920 (LARRETA; GIUCCI, 2007, p. 213; CHACON, 1993, p. 172; BASTOS, 2000, p. 127; SKIDMORE, 2003, p. 51), *Sobrados e mucambos*, livro em que a sua contraposição à urbanização e à industrialização se tornaria patente, ainda não havia sido publicado em 1935. Atualmente, a obra de Freyre é indispensável para compreender o *ciclo da cana-de-açúcar* de Rego, como Bernardo Gersen ([1957] 1991, p. 156), pseudônimo de um pouco conhecido crítico literário proveniente da Polônia, afirmou: “Se a obra de Gilberto Freyre explicita o background moral e sociológico do Ciclo da Cana-de-açúcar e dos livros que o completam – os romances levam às suas últimas consequências as premissas contidas no ensaio”. Mas, em 1935, esse anteparo não era evidente: *Sobrados e mucambos* estava em elaboração. É bem sugestivo como, a partir da publicação de *Sobrados e mucambos*, assim como de *Usina*, ambos de 1936, as interpretações de *O moleque Ricardo* mudaram de sentido. A sociologia histórica de Gilberto Freyre traduziu em linguagem teórica a nostalgia do romance de José Lins do Rego.

SOBRE O AUTOR

JOÃO PAULO MANSUR é doutor em direito pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e integrante do Studium Iuris (UFMG-CNPq), grupo de pesquisa em história da cultura jurídica.
jpmansur@gmail.com
<https://orcid.org/0000-0002-5849-992X>

REFERÊNCIAS

- AARON, David. *Writers on the left: episodes in American literary communism*. New York: Harcourt, 1961.
- ALMEIDA, José Maurício Gomes de. *A tradição regionalista no romance brasileiro (1857-1945)*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1999.
- AMADO, Jorge. Cidades do Brasil. *A Manhã*, Rio de Janeiro, n. 124, 17 set. 1935, p. 3. Hemeroteca Digital da Fundação Biblioteca Nacional.
- AMADO, Jorge. (1935). *Jubiabá*. 52. ed. Rio de Janeiro: Record, 1995.
- ARAÚJO, Ricardo Benzaquen de. *Guerra e paz: casa-grande e senzala e a obra de Gilberto Freyre nos anos 30*. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1994.
- BARBOSA, Paula Maciel. Entre a casa-grande e o mocambo: *O moleque Ricardo* no ciclo da cana-de-açúcar de José Lins do Rego. *Literatura e Sociedade*, v. 20, p. 6-25, 2015. <http://dx.doi.org/10.11606/voizop6-25>.
- BARBOSA, Ruy. (1919). A questão social e política no Brasil. In: BARBOSA, Ruy (Org.). *Pensamento e ação de Ruy Barbosa*. Organização e seleção de textos pela Fundação Casa de Rui Barbosa. Brasília: Senado Federal, 1999, p. 367-418. (Coleção Biblioteca Básica Brasileira). Disponível em: <https://shorturl.at/OfICD>. Acesso em: fev. 2024.
- BARROS, Jayme de. O moleque Ricardo. *Diário de Pernambuco*, Recife, n. 217, 15 set. 1935. 2ª seção, p. 1. Hemeroteca Digital da Fundação Biblioteca Nacional.
- BASTOS, Élide Rugai. O tema da decadência em *Sobrados e mucambos*. In: MIRANDA, Maria do Carmo Tavares de (Org.). *Quem somos nós: 60 anos de Sobrados e mucambos*. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 2000, p. 157-170.
- BENÍTEZ, María Elvira Díaz. O moleque Ricardo como crônica de vida de famílias negras urbanas na época da decadência do patriarcalismo. *Revista de ciências sociais*, v. 38, n. 2, p. 46-65, 2007. Disponível em: <http://periodicos.ufc.br/revciensio/article/view/531>. Acesso em: fev. 2024.
- BEZERRA, Alcides. O romancista da Várzea da Paraíba (a propósito de “Moleque Ricardo”). *Boletim de Ariel*, Rio de Janeiro, n. 2, 1935, p. 46-47. Hemeroteca Digital da Fundação Biblioteca Nacional.
- BRAGA-PINTO, César. José Lins do Rego: sujeito aos ventos de Gilberto Freyre. *Revista de Crítica Literária Latinoamericana*, Lima-Hanover, n. 59, 2004, p. 183-203. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/4531310?seq=1>. Acesso em: fev. 2024.
- BRAGA-PINTO, César. Ordem e tradição: a conversão regionalista de José Lins do Rego. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, n. 52, 2011, p. 13-42. <https://doi.org/10.11606/issn.2316-901X.voi52p13-42>.

- BRAGA-PINTO, César. *A violência das letras: amizades e inimizades na literatura brasileira*. Rio de Janeiro (1888-1940). Rio de Janeiro: EdUERJ, 2018.
- BRAGA-PINTO, César. *Poses e posturas: performances de gênero e sexualidade na literatura brasileira (1850-1950)*. São Paulo: Alameda, 2023.
- BUENO, Luís. *Uma história do romance de 30*. São Paulo: Edusp, 2015.
- CANDIDO, Antonio. (1945). Um romancista da decadência. In: COUTINHO, Eduardo F.; CASTRO, Ângela Bezerra de (Org.). *José Lins do Rego*. João Pessoa: Edições Funes, 1991, p. 392-397.
- CARNEIRO, Edison. A revolução no romance brasileiro. *A Manhã*, Rio de Janeiro, n. 141, 6 out. 1935, p. 3. Hemeroteca Digital da Fundação Biblioteca Nacional.
- CASTELLO, José Aderaldo. *José Lins do Rego: modernismo e regionalismo*. São Paulo: EdArt, 1961.
- CASTRO, Augusto Olympio Viveiros de. *A questão social*. Rio de Janeiro: C. de Oliveira, 1920.
- CHACON, Vamireh. *Gilberto Freyre: uma biografia intelectual*. São Paulo: Editora Nacional, 1993.
- CHAGURI, Mariana. *O romancista e o engenho: José Lins do Rego e o regionalismo nordestino dos anos 1920 e 1930*. São Paulo: Hucitec/Anpocs, 2009.
- COSTA, Dante. Notas de um leitor retardatário. *Boletim de Ariel*, Rio de Janeiro, n. 2, 1936, p. 39. Hemeroteca Digital da Fundação Biblioteca Nacional.
- COSTA, Pietro. I diritti sociali: un diagramma del loro sviluppo. In: ARIAS, David; FERNANDEZ-BALLESTROS, Miguel Angel (Org.). *Iuris quidditas: Liber amicorum per Bernardo Santalucia*. Napoli: Editoriale Scientifica, 2010.
- COUTINHO, Edilberto. *O romance do açúcar: José Lins do Rego*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1980.
- DABAT, Christine Rufino. *Moradores de engenho*. 2. ed. rev. Recife: UFPE, 2012.
- DALMÁS, Carine. Frentismo cultural dos comunistas no Brasil e no Chile: literatura, escritores e virada aliancista (1935-1936). *Projeto História*, São Paulo, n. 47, 2014, p. 225-258. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/17139>. Acesso em: fev. 2024.
- DANTAS, Cauby. *Gilberto Freyre e José Lins do Rego: diálogos do senhor da casa-grande com o menino de engenho*. Campina Grande: EDUEPB, 2015.
- DIÊGUES JÚNIOR, Manuel. *O engenho de açúcar no Nordeste*. Rio de Janeiro: Ministério da Agricultura, 1952.
- EISENBERG, Peter. *Homens esquecidos: escravos e trabalhadores livres no Brasil – séculos XVIII e XIX*. Campinas: Unicamp, 1989.
- ENGELS, Friedrich. Carta a miss Harkness de abril 1888. In: MARX, Karl; ENGELS, Friedrich (Org.). *Sobre literatura e arte*. Trad. de Albano Lima. 4. ed. Lisboa: Estampa, 1974, p. 195-198. (Coleção Teoria n. 7).
- FERNANDES, Florestan. *A integração do negro na sociedade de classes*. 6. ed. São Paulo: Contracorrente, 2021.
- FREYRE, Gilberto. *Sobrados e mucambos: decadência do patriarcado rural no Brasil*. São Paulo: Editora Nacional, 1936.
- FREYRE, Gilberto. Prefácio. In: BELLO, Julio (Org.). *Memórias de um senhor de engenho*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1938, p. IX-XV.
- FREYRE, Gilberto. (1941). *Região e tradição*. 2. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1968.
- FREYRE, Gilberto. José Lins do Rego e eu: qual dos dois influenciou o outro?. In: FREYRE, Gilberto (Org.). *Alhos e bugalhos: ensaios sobre temas contraditórios – de Joyce à cachaça, de José Lins do Rego ao cartão-postal*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1978, p. 33-55.
- FREYRE, Gilberto. (1962). Recordando José Lins do Rego. In: FREYRE, Gilberto (Org.). *Vida, forma e cor*. 2. ed. Rio de Janeiro: Record, 1987, p. 57-71.
- FREYRE, Gilberto. (1933). *Casa-grande e senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal*. 48. ed. rev. São Paulo: Global, 2003.

- GALVÃO, Patrícia. (1931). *Parque industrial*. Rio de Janeiro: José Olympio, 2006.
- GASPARIAN, Helena. Manhã, A (1935). In: ABREU, Alzira Alves de et al. (Org.). *Dicionário histórico-biográfico brasileiro*. Rio de Janeiro: Cpdoc, 2010. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/manha-a-1935>. Acesso em: 19 set. 2024.
- GERSEN, Bernardo. (1957). José Lins do Rego e a cultura brasileira. In: COUTINHO, Eduardo F.; CASTRO, Ângela Bezerra de (Org.). *José Lins do Rego*. João Pessoa: Edições Funesc, 1991, p.155-182.
- GOMES, Angela Maria de Castro. *A invenção do trabalhismo*. 3. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2005.
- GOMES, Paulo Emílio Sales. “O moleque Ricardo” e a Aliança Nacional Libertadora. *A Manhã*, Rio de Janeiro, n. 128, 21 de set. 1935, p. 3. Hemeroteca Digital da Fundação Biblioteca Nacional.
- GROSSI, Paolo. *A history of European law*. Trad. Laurence Hooper. Chichester: Wiley-Blackwell, 2010.
- GUSMÃO, Clóvis de. (1941). “A terra é quem manda em meus romances”: reportagem. In: COUTINHO, Eduardo F.; CASTRO, Ângela Bezerra de (Org.). *José Lins do Rego*. João Pessoa: Funesc, 1991, p. 52-56.
- HESPANHA, António Manuel. *Cultura jurídica europeia: síntese de um milênio*. Coimbra: Almedina, 2012.
- HOLLANDA, Bernardo Buarque de. *ABC de José Lins do Rego*. Rio de Janeiro: José Olympio, 2012.
- HOLLANDA, Bernardo Buarque de; MATOS, Regiane. Cidade, história e segregação socioespacial no romance *O moleque Ricardo*, de José Lins do Rego. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, Brasil, n. 72, 2019, p. 106-124. <https://doi.org/10.11606/issn.2316-901X.voi72p106-124>.
- HOMBERGER, Eric. Proletarian literature and the John Reed clubs 1929-1935. *Journal of American Studies*, Cambridge, v. 13, n. 2, 1979, p. 221-244.
- JUREMA, Abelardo Araújo. A propósito de “moleque Ricardo”. *A Manhã*, Rio de Janeiro, n. 144, 10 de out. 1935, p. 3. Hemeroteca Digital da Fundação Biblioteca Nacional.
- JUREMA, Aderbal de Araújo. O romancista da cana de açúcar. *Boletim de Ariel*, Rio de Janeiro, n. 3, 1936, p. 72. Hemeroteca Digital da Fundação Biblioteca Nacional.
- LACERDA, Carlos Lacerda. Moleque Ricardo ou a revolução entrando na consciência. *A Manhã*, n. A93, Rio de Janeiro, 11 ago. 1935, p. 10. Hemeroteca Digital da Fundação Biblioteca Nacional.
- LARRETA, Enrique Rodríguez; GIUCCI, Guillermo. *Gilberto Freyre, uma biografia cultural: a formação de um intelectual brasileiro, 1900-1936*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.
- LINS, João Paes de Albuquerque. Três romances. *A Manhã*, Rio de Janeiro, n. 175, 15 nov. 1935, p. 11. Hemeroteca Digital da Fundação Biblioteca Nacional.
- LOPES, José Sérgio Leite. Relações de parentesco e de propriedade nos romances do “ciclo da cana” de José Lins do Rego. *Revista de Ciências Sociais*, Fortaleza, v. 4, n. 1, 1973, p. 45-63. Disponível em: <https://shorturl.at/j7RYF>. Acesso em: fev. 2024.
- MACHADO NETO, Zahidé. *Estrutura social dos dois Nordeste na obra de José Lins do Rego*. Salvador: UFBA, 1971.
- MAGALHÃES JÚNIOR, Raymundo. Moleque Ricardo não é comunista. *Diário de Pernambuco*, Recife, n. 151, 28 jun. 1936. 2ª seção, p. 1; p. 2. Hemeroteca Digital da Fundação Biblioteca Nacional.
- MANSUR, João Paulo. Literatura ou antropologia criminal? O cangaço em *Pedra Bonita* e *Cangaceiros*. *Mana*, Rio de Janeiro, v. 25, n. 2, 2019, p. 427-455. <https://doi.org/10.1590/1678-49442019v25n2p427>.
- MANSUR, João Paulo. Os engenhos de açúcar como territórios de autonomia jurídica (1889-1930): A ordem doméstica no romance de José Lins do Rego. *Direito Público*, v. 21, n. 109, 2024, p. 143-177. <https://doi.org/10.11117/rdp.v21i109.7700>.
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *Manifesto comunista*. Organização e introdução de Osvaldo Coggiola. Tradução de Álvaro Pina. São Paulo: Boitempo, 2010.
- MELO, Virgínius Gama e. (1956). O romance político do Recife. In: COUTINHO, Eduardo F.; CASTRO, Ângela Bezerra de (Org.). *José Lins do Rego*. João Pessoa: Funesc, 1991, p. 278-285.

MORAES, Evaristo de. *Apontamentos de direito operário*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1905.

NASCIMENTO, Amaury Mascaro do. História do direito do trabalho no Brasil. In: FERRARI, Irany; NASCIMENTO, Amaury Mascaro do; MARTINS FILHO, Ives Gandra da Silva (Org.). *História do trabalho, do direito do trabalho e da justiça do trabalho*. São Paulo: LTr, 1998, p. 75-163.

NASCIMENTO, Milton. Morro velho. In: NASCIMENTO, Milton. *Travessia*. Rio de Janeiro: Som Livre, 1978. 1 disco (34 min.): 33 1/3 rpm, microsulcos, estéreo. 403.6152. Lado 2. Faixa 2.

PASSOS, José Luiz. O rito da modernização impossível. In: REGO, José Lins (Org.). *Usina*. 21. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2012, p. 9-28.

PERRUCCI, Gadiel. *A república das usinas: um estudo de história social e econômica do Nordeste: 1889-1930*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

PÓLVORA, Hélio. (1973). Pertinência de *Usina*. In: COUTINHO, Eduardo F; CASTRO, Ângela Bezerra de (Org.). *José Lins do Rego*. João Pessoa: Funesec, 1991.

PRADO JÚNIOR, Caio. *Formação do Brasil contemporâneo: colônia*. 6. ed. São Paulo: Brasiliense, 1961.

PROENÇA, Manuel Cavalcanti. O negro tinha caráter como o diabo! In: REGO, José Lins do. *O moleque Ricardo*. 17. ed., Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984, p. 23-67.

RAGON, Michel. *Histoire de la littérature prolétarienne de la langue française*. Paris: Albin Michel, 1974.

RAMOS, Graciliano. (1935). Zelins (carta). In: COUTINHO, Eduardo F; CASTRO, Ângela Bezerra de (Org.). *José Lins do Rego*. João Pessoa: Funesec, 1991, p. 51.

REGO, José Lins do. Prefácio. In: FREYRE, Gilberto. *Região e tradição*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1941, p. 9-21.

REGO, José Lins do. (1933). *Doidinho*. 15. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1977.

REGO, José Lins do. (1956). *Meus verdes anos: memórias*. 8. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2008a.

REGO, José Lins do. (1935). *O moleque Ricardo*. 27. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2008b.

REGO, José Lins do. (1934). *Banguê*. 23. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2011a.

REGO, José Lins do. (1953). *Cangaceiros*. 15. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2011b.

REGO, José Lins do. (1938). *Pedra Bonita*. 15. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2011c.

REGO, José Lins do. (1932). *Menino de engenho*. 103. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2012a.

REGO, José Lins do. (1937). *Pureza*. 12. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2012b.

REGO, José Lins do. (1936). *Usina*. 7.ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2012c.

SIMMEL, Georg. A metrópole e a vida mental. Tradução de Sérgio Marques dos Reis. In: VELHO, Otávio Guilherme (Org.). *O fenômeno urbano*. Rio de Janeiro: Zahar, 1976, p. 11-25.

SIMMEL, Georg. As grandes cidades e a vida do espírito (1903). Tradução de Leopoldo Waizbort. *Mana*, v. 11, n. 2, 2005, p. 577-591. <https://doi.org/10.1590/S0104-93132005000200010>.

SIQUEIRA, Gustavo Silveira. *História do direito de greve no Brasil (1890-1946): criminalização, mito da outorga e movimentos sociais*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2017.

SKIDMORE, Thomas E. Raízes de Gilberto Freyre. In: KOSMINSKY, Ethel Volfzon; LÉINE, Claude; PEIXOTO, Fernanda Arêas (Org.). *Gilberto Freyre em quatro tempos*. Bauru: Edusc, 2003, p. 41-64.

SOUSA, Octavio Tarquinio de. Vida literária. *O Jornal*, Rio de Janeiro, n. 4865, 18 ago. 1935, p. 4. Hemeroteca Digital da Fundação Biblioteca Nacional.

TRIGO, Luciano. *Engenho e memória: o Nordeste do açúcar na ficção de José Lins do Rego*. Rio de Janeiro: Topbooks, 2002.

TROTSKI, Leon. *Literatura e revolução*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2007.

WEBER, Max. *Economia e sociedade*. 4. ed. Brasília: UnB, 2004.

Nos rastros do imaginário: a literatura e a história em *Gabriela, cravo e canela*, de Jorge Amado

[*In the footsteps of the imagination: literature and history in Gabriela, cravo e canela by Jorge Amado*

Daniel Mendes¹

RESUMO • Este artigo se propõe a analisar como o contexto histórico de Ilhéus, no interior da Bahia, durante a década de 1920, aparece na obra *Gabriela, cravo e canela* (1958), de Jorge Amado. O objetivo é compreender como a história pode servir para o escritor na criação da sua obra literária, assim como a literatura pode servir para o historiador na criação do registro histórico de determinada época. Adotamos como principal arcabouço teórico a noção de “imaginário” (PESAVENTO, 2006) em diálogo com as ideias de “lastro do real” (CANDIDO, 2000) e “história secreta” (PIGLIA, 2004). A metodologia de análise busca dar conta de um estudo crítico e interdisciplinar com diferentes referências dos campos da historiografia e dos estudos literários. Evidenciamos, enfim, como o contexto histórico de um período pode ser útil para a criação literária diferenciada dos escritores e, do mesmo modo, como a literatura de uma época pode servir aos registros também diferenciados dos historiadores. • **PALAVRAS-CHAVE** • Imaginário; literatura; história. •

ABSTRACT • This article aims to analyze how the historical context of Ilhéus, in the interior of Bahia, during the 1920s, appears in Jorge Amado's *Gabriela, cravo e canela* (1958). The main objective is to understand how history can be used by the writer to create his literary work, just as literature can be used by the historian to create the historical record of a particular era. We have adopted the notion of “imaginary” (PESAVENTO, 2006) as the main theoretical framework for discussion, in dialogue with the ideas of “ballast of the real” (CANDIDO, 2000) and “secret history” (PIGLIA, 2004). The analysis methodology seeks to provide a critical and interdisciplinary study with different references from the fields of historiography and literary studies. We highlight, ultimately, how the historical context of a period can be useful for the differentiated literary creation of writers and, in the same way, how the literature of an era can serve the also differentiated records of historians. • **KEYWORDS** • Imaginary; literature; history.

Recebido em 8 de outubro de 2023

Aprovado em 12 de dezembro de 2024

MENDES, Daniel. Nos rastros do imaginário: a literatura e a história em *Gabriela, cravo e canela*, de Jorge Amado. *Rev. Inst. Estud. Bras.* (São Paulo), n. 90, 2025, e10727.



Seção: Artigo

DOI: 10.11606/2316901X.n90.2025.e10727

¹ Universidade de São Paulo (USP, São Paulo, SP, Brasil).

Pode a literatura servir como fonte histórica de uma época para os historiadores? Pelo caminho contrário, pode o contexto histórico de determinado tempo servir como matéria-prima para os escritores? Essas são as duas perguntas centrais que nos movem a buscar suas respostas por meio deste artigo. Respostas possíveis, claro; plausíveis, não únicas ou determinantes. O objeto de estudo pelo qual buscaremos tais respostas se trará da obra *Gabriela, cravo e canela* (1958), do escritor baiano/brasileiro Jorge Amado (1912-2001). Aopropor em sua literatura uma aproximação maior com a história, a sociedade e o jornalismo, o autor possibilita a expressão de uma geografia urbana realista, contextualizada com o tempo histórico representado na narrativa. Amado nos oferece com essa obra um manancial de possibilidades para o nosso estudo, em especial no que tange ao que mais nos interessa aqui: a relação entre a literatura e a história, bem como a mediação dessa relação pelo jornalismo.

Posto em claro o principal interesse com este artigo, iniciemos, então, a nossa análise a partir dos estudos realizados pela historiadora Sandra Jatahy Pesavento justamente sobre a referida relação. Segundo a historiadora:

A sociologia da literatura desde há muitos anos circunscrevia o texto ficcional no seu tempo, compondo o quadro histórico no qual o autor vivera e escrevera sua obra. A história, por seu lado, enriquecia por vezes seu campo de análise com uma dimensão “cultural”, na qual a narrativa literária era ilustrativa de sua época. Neste caso, a literatura cumpria face à história um papel de descontração, de leveza, de evasão, “quase” na trilha da concepção beletrista de ser um *sorriso da sociedade...* (PESAVENTO, 2006, p. 1).

Contudo, nos encontramos hoje em um contexto histórico de superação de tais posturas estanques e bem definidas, não porque se tratava de posturas *erradas*, e sim pelo fato de que novas questões despontaram para os estudiosos desse tema diante do que já vem sendo exaustivamente chamado por “crise dos paradigmas” – refletida nos questionamentos das “verdades absolutas”, aqui, em especial, sobre os modelos de explicações da realidade –, além do também já muito abordado contexto da globalização, que tem possibilitado, entre inclusões e novas exclusões, maiores possibilidades, ao menos, de circulação de pensamentos diversos.

[...] o que parece evidente é que nos situamos no meio de uma complexificação e estilização da realidade, onde é preciso encontrar novas formas de acesso para compreendê-la. A rigor, cada geração se coloca problemas e ensaia respostas [...], valendo-se para isso de um arsenal de conceitos que se renova no tempo. (PESAVENTO, 2006, p. 1).

Ainda tendo como base referencial o pensamento da historiadora Sandra Pesavento (2006, p. 2), essas mudanças passam frequentemente pelos caminhos do *simbólico* e da *representação*, “assim como da preocupação com a escrita da história e sua recepção”. É aqui, sobretudo, que nos conectamos com a análise contemporânea proposta pela historiadora sobre a relação entre literatura e história no que diz respeito aos estudos do *imaginário*, “que abriram uma janela para a recuperação das formas de ver, sentir e expressar o real dos tempos passados” (PESAVENTO, 2006, p. 2).

Por essa nova via de interpretação da realidade, a *captura do imaginário* de uma época ou período histórico se destaca de forma crucial para uma compreensão plausível da relação entre a literatura e a história, seja a partir da perspectiva do historiador – ao buscar na literatura a devida compreensão de um contexto histórico –, seja por meio da perspectiva do escritor – ao se basear em um contexto histórico para criar cenários *realistas* para sua literatura. É por essa *via de mão dupla* de investigação que vamos trabalhar o nosso objeto de estudo. Ou seja, de que modo o escritor Jorge Amado capturou os imaginários contextuais de determinada época para a criação das narrativas na obra aqui em análise – seja na descrição dos cenários, criação dos personagens e diálogos, seja na própria criação das histórias e tramas narradas –, assim como de que modo a obra já publicada pode servir aos historiadores na captura desses mesmos imaginários como fontes para o trabalho de registro da história.

Para isso, é fundamental compreendermos o imaginário não como uma *verdade* sólida e absoluta, mas, sim, como uma atividade do espírito,

[...] que extrapola as percepções sensíveis da realidade concreta, definindo e qualificando espaços, temporalidades, práticas e atores, o imaginário representa também o abstrato, o não visto e não experimentado. [...] É sistema produtor de ideias e imagens que suporta, na sua feitura, as duas formas de apreensão do mundo: a racional e conceitual, que forma o conhecimento científico, e a das sensibilidades e emoções, que correspondem ao conhecimento sensível. (PESAVENTO, 2006, p. 2).

Isso posto, é importante ressaltar que não buscamos encontrar nas narrativas da obra aqui em análise a descrição da realidade intangível; ao contrário, temos como objetivo norteador em nosso estudo a investigação da captura justamente dos imaginários, que “encontra a sua base de entendimento na ideia da representação” (PESAVENTO, 2006, p. 2). Logo, imergimos nas representações feitas por Amado sobre a vida cotidiana e urbana em Ilhéus, “que se coloca no lugar da realidade, sem com ela se confundir, mas tendo nela o seu referente” (PESAVENTO, 2006, p. 2).

Do mesmo modo, buscamos compreender como tais *representações da realidade* ilheense da década de 1920 – período abrangido em *Gabriela, cravo e canela* – podem servir aos historiadores para a compreensão desse determinado contexto histórico por meio da captura dos imaginários dessa época feita pelo escritor de tal obra.

A OBRA E O SEU CONTEXTO HISTÓRICO

Para compreendermos o contexto histórico de Ilhéus na década de 1920 – que serve de referência para o escritor Jorge Amado (que frequentou essa cidade durante boa parte da sua infância) criar as histórias de sua obra *Gabriela, cravo e canela*, escrita em 1957 e lançada no ano seguinte –, é preciso retroceder no tempo para identificar o que possibilitou a efervescência do *progresso* existente nesse lugar durante a referida década, retomada nessa obra de Amado. De acordo com historiadores que realizaram estudos sobre o sul da Bahia, onde está localizado tal município, a chegada do cacau a essa região durante o século XVIII² pode ser considerada como o marco inicial do desenvolvimento que se seguiu ali, sobretudo em Ilhéus, cidade que logo emergiu na época como a principal potência dentre os outros municípios circunvizinhos, muito devido ao porto que já existia em seu território e que facilitou a exportação do cacau para várias partes do Brasil e do mundo.

A pesquisadora Gilsélia Moreira nos explica melhor os motivos pelos quais o cacau floresceu tão bem em Ilhéus, o que levou a cidade ao desenvolvimento relatado:

As condições de solo e clima foram determinantes no cultivo do cacau, que encontrou um habitat perfeito graças aos ricos solos de massapê e à umidade ambiental, resultante de chuvas muito frequentes. No entanto, a lavoura cacaueira só passou a existir como atividade econômica organizada no final do século XIX, mesmo período em que a Vila São Jorge dos Ilhéus foi elevada à categoria de cidade. (MOREIRA, 2013, p. 131).

Alçada ao recente *status* de cidade, Ilhéus passa, então, a despertar o interesse de empresários e comerciantes, não apenas da Bahia, mas também de outros estados do Brasil e até mesmo do mundo, dando continuidade ao expoente crescimento local, bem como da sua região:

A cidade de Ilhéus florescia em consequência, principalmente, do desenvolvimento do comércio e da urbanização graças à expansão da lavoura cacaueira. Estudos revelam que esta atividade suplantou as demais em todo o estado da Bahia. De acordo com Brito (2000, p. 52), desde os fins do século XIX, a lavoura cacaueira já se constituía no motor de engrenagem da economia de todo o sul baiano. (MOREIRA, 2013, p. 132).

Consequentemente:

Foi com esta característica que o cacau entrou no século XX, como uma atividade econômica dinâmica e próspera. Sales (1981, p. 14), abaliza que “em 1904, o cacau se tornou o primeiro produto da pauta de exportações da Bahia e o principal sustentáculo regional”. (MOREIRA, 2013, p. 132).

2 “[...] período em que foram introduzidas na região sul da Bahia as primeiras sementes de cacau – árvore nativa da Amazônia –, doadas pelo francês Louis Frederic Warneaux ao português Antônio Dias Ribeiro” (MOREIRA, 2013, p. 131).

Diante desse contexto de forte apelo econômico da lavoura cacaueteira em Ilhéus, as fazendas de cacau se multiplicaram em pouquíssimo tempo, “resultando no estabelecimento de imensas plantações em fazendas que se espalharam por toda a região” (MOREIRA, 2013, p. 132), resultando também no poder que os donos de tais fazendas adquiriram no local – o que é muito bem contado por Amado. Não por acaso, o *boom* socioeconômico do cacau teve reflexo também em aspectos socioculturais do lugar, gerando o que foi chamado por *cultura cacaueteira*:

O sul da Bahia chegou a ser responsável por 40% da atividade financeira do estado. O lucro gerado nesta lavoura foi inegável. Refletiu-se em todo o interior e capital. O desenvolvimento regional, principalmente a partir da década final do século XIX, vai criar estímulos e condições de integração da região ao sistema econômico do Estado. A partir daí o cacau assume a posição de produto gerador de renda e torna-se cultura dominante. (BRITO, 2000, p. 40 apud MOREIRA, 2013, p. 132).

Mesmo o crescimento de Ilhéus – por conta do avanço do cacau na cidade – podendo ser verificado desde o avançar dos séculos XVIII e XIX, como citamos aqui, é de fato nas primeiras décadas do século XX que os reflexos de tal crescimento passam a ser evidenciados de forma mais concreta. Ou seja, é nos anos 1910 e 1920 (*Gabriela* se passa em 1925) que a fisionomia urbana da cidade começa a mudar mais rapidamente devido a uma série de investimentos feitos no lugar por conta da forte entrada de capital, consequência da expansão da lavoura cacaueteira, bem como da chegada de empresários à região, que viram na ascendente Ilhéus a possibilidade de realização de novos empreendimentos.

No século XX, de acordo com Campos (1981, p. 328), teve início a remodelação da cidade com o alinhamento e o calçamento de ruas e praças, bem como o ajardinamento destas. Além disso, foram inaugurados o serviço de água encanada, a iluminação elétrica, serviço de esgoto e a construção do grupo escolar. Em 1913, foi inaugurado o trecho até Itabuna da estrada de ferro em uma extensão de 59 km. Em 1915, a cidade já tinha 22 ruas e oito praças. É também dessa época o “Cine Teatro Ilhéos” (grafia da época), considerado a maior casa de espetáculos da região. (MOREIRA, 2013, p. 133).

Ainda segundo a pesquisadora Gilsélia Moreira (2013, p. 133):

Enquanto o cacau impulsionava o crescimento socioeconômico de Ilhéus, novos equipamentos urbanos eram implantados na cidade (calçamento das ruas, ajardinamento das praças, entre outros). Esse aparelhamento não tinha apenas uma conotação de novidade. Eles implicavam em transformações, não só da morfologia espacial, mas, principalmente, no modo de vida da população. As praças se tornaram local de encontro, principalmente nos fins de tarde e finais de semana, das diferentes classes sociais.

Desse modo, como bem aponta a pesquisadora no trecho acima, as mudanças estruturais na cidade, impulsionadas por seu crescimento econômico, vão acarretar também mudanças culturais, em especial no que diz respeito a certas rotinas, como,

por exemplo, o uso dos espaços urbanos em certos horários, para determinados tipos de conversas, para passeios, dentre outras. Essas novas rotinas, que desencadearam novas culturas cotidianas, fazem parte também do contexto histórico da Ilhéus dos anos 1920, palco de criação das histórias de Jorge Amado em *Gabriela, cravo e canela*.

Todavia, Amado vai utilizar esse contexto de *avanços* que toma Ilhéus – refletidos em suas novas estruturas urbanas, como também nos imaginários emergentes em sua população – para denunciar a contradição verificada nesse momento em que os investimentos cresciam e se falava em *progresso*, mas no qual ainda reinavam na cidade costumes arcaicos (como a *lei da bala*, que exemplificarei em trecho mais à frente) e ideias preconceituosas, bem como ainda predominava uma sociedade machista e patriarcal, que impunha papéis de servidão à mulher – algo que Amado vai criticar em diversos *causos* narrados, especialmente por meio do enfrentamento dessa situação pela personagem central.

Um último elemento contextual trabalhado por Amado nessa obra e que é importante citar é o fenômeno da migração para Ilhéus que ocorre nesse período de crescimento econômico proporcionado pelo cacau. As notícias em relação ao enriquecimento da cidade tomam uma proporção muito grande: “Naqueles anos Ilhéus começara a ser conhecida nos estados da Bahia e de Sergipe como a Rainha do Sul” (AMADO, 2008, p. 24). Não à toa, Gabriela, personagem que dá nome à obra, é uma retirante, que migra do sertão da Bahia para Ilhéus em busca de trabalho para assim poder ter uma vida melhor na cidade em efervescência socioeconômica. O resultado dessa migração vai fazer com que a população de Ilhéus cresça rapidamente, processo intensificado justamente nas primeiras décadas do século XX:

Fatores como a migração, somados à população de Ilhéus, que já crescia, contribuíram para um aumento expressivo da população. No século XX, mais precisamente na década de 1920, a cidade de Ilhéus já contava com uma população estimada em 64 mil habitantes (SOARES, 2008, p. 67). De acordo com Oliveira (2008, p. 73), deste total, 13.972 era de população urbana. Um aumento considerável se compararmos com os anos de 1890, quando o número de habitantes era de apenas 1.042 (ARARIPE, 1969). (MOREIRA, 2013, p. 132-133)

Esse é o cenário de crescimento, socioeconômico e populacional, que serve de referência para o escritor Jorge Amado na criação das histórias de *Gabriela, cravo e canela*, cenário esse que é reconstruído por meio de crônicas do cotidiano, nas quais o hibridismo narrativo entre literatura e jornalismo teve papel fundamental, especialmente para a captura – subjetiva e objetiva – desse contexto histórico peculiar da Ilhéus dos anos 1920.

NOS RASTROS DO IMAGINÁRIO I: A HISTÓRIA NA LITERATURA

Ao contextualizarmos o tempo e o espaço nos quais habitam as narrativas da obra *Gabriela, cravo e canela*, buscaremos agora compreender como a história pode servir aos escritores na criação das suas literaturas. Há muitas formas de visualizar mais nitidamente essa relação – talvez a mais evidente delas seja o contexto histórico no

qual o autor se baseou para desenvolver sua trama e personagens. Não obstante, para evidenciar tal relação de maneira mais ampla, é preciso retomar os estudos da historiadora Sandra Jatahy Pesavento (2006), que vai tratar a história e a literatura como *narrativas explicativas do real*,

[...] que se renovam no tempo e no espaço, mas que são dotadas de um traço de permanência ancestral: os homens, desde sempre, expressaram pela linguagem o mundo do visto e o do não visto, através das suas diferentes formas: oralidade, escrita, imagem, música. (PESAVENTO, 2006, p. 2-3).

Tendo os citados estudos da historiadora como nosso fio condutor de discussão, buscaremos compreender essa relação interdisciplinar pelos rastros do imaginário. Por sua vez, para evidenciar como tal diálogo se realiza, é preciso adotar “posturas epistemológicas que diluam fronteiras e que, em parte, relativizem a dualidade verdade/ficção” (PESAVENTO, 2006, p. 3). Por outras palavras, não nos interessa aqui a oposição real/não real – ciência ou arte – mas, sim, a aproximação que *borrou* a demarcação desses territórios.

Assim, literatura e história são narrativas que têm o real como referente, para confirmá-lo ou negá-lo, construindo sobre ele toda uma outra versão, ou ainda para ultrapassá-lo. Como narrativas, são representações que se referem à vida e que a explicam. (PESAVENTO, 2006, p. 3).

No entanto, há uma diferença crucial entre a literatura e a história que não podemos aqui negligenciar: “a literatura é, no caso, um discurso privilegiado de acesso ao imaginário das diferentes épocas” (PESAVENTO, 2006, p. 3). E é justamente por meio desse discurso privilegiado que Amado cria a sua literatura em diálogo com a história. Não obstante, no caso da obra aqui em análise, o escritor vai buscar no jornalismo os recursos para mediar o citado diálogo. Dito de outra forma, ao escrever por entre as ruas de Ilhéus – como verdadeiro cronista que narra a cotidianidade da vida ao lado das pessoas –, o autor acessa o imaginário do tempo representado por vias literojornalísticas e, assim, contextualiza historicamente sua obra de forma peculiar:

Progresso era a palavra que mais se ouvia em Ilhéus e em Itabuna naquele tempo. Estava em todas as bocas, insistentemente repetida. Aparecia nas colunas dos jornais, no cotidiano e nos semanários, surgia nas discussões na Papelaria Modelo, nos bares, nos cabarés. Os ilheenses repetiam-na a propósito das novas ruas, das praças ajardinadas, dos edifícios no centro comercial e das residências modernas na praia, das oficinas do *Diário de Ilhéus*, das marinetes saindo pela manhã e à tarde para Itabuna, dos caminhões transportando cacau, dos cabarés iluminados do novo Cine-Teatro Ilhéus, do campo de futebol, do colégio do dr. Enoch, dos conferencistas esfomeados vindos da Bahia³ e

3 Em Ilhéus, como em muitas outras cidades localizadas no interior da Bahia, havia o costume de se referir à capital do estado, no caso, Salvador, como *Bahia*, por se tratar da principal metrópole local. Mesmo hoje, em pleno desenrolar do século XXI, ainda é possível encontrar em pequenas cidades baianas esse costume.

até do Rio, do Clube Progresso com seus chás-dançantes. “É o progresso!” Diziam-no orgulhosamente, conscientes de concorrerem todos para as mudanças tão profundas na fisionomia da cidade e nos seus hábitos. (AMADO, 2008, p. 23).

Como mostramos na contextualização histórica feita no tópico passado, na Ilhéus dos anos 1920 representada em *Gabriela* (1958) o cenário era de um entusiástico *progresso*. Narrando literojornalisticamente desde esse contexto, Amado captura a história:

Havia um ar de prosperidade em toda parte, um vertiginoso crescimento. Abriram-se ruas para os lados do mar e dos morros, nasciam jardins e praças, construíram-se casas, sobrados, palacetes. Os aluguéis subiam, no centro comercial atingiam preços absurdos. Bancos do sul abriam agências, o Banco do Brasil edificara prédio novo, de quatro andares, uma beleza! (AMADO, 2008, p. 23).

À sua maneira narrativa, em terceira pessoa, o escritor-jornalista se torna também historiador, pois recria a história como se estivesse realizando uma grande reportagem literária sobre o contexto histórico de sua obra. Entretanto, é importante observar que o autor não se reduz a apenas descrever (o que também faz, é claro) os reflexos contraditórios de um contexto de *progresso*; ele também acessa o imaginário dessa época – capta como o contexto vivido impacta o pensamento das pessoas; as diferentes formas como elas estavam *reimaginando* suas vidas: o que passaram a querer, o que não mais queriam, mas, sobretudo, o que podiam querer diante do cenário sócio-histórico em que viviam:

[...] – Tu não quer mesmo ir comigo pras matas? Botar uma roça, plantar cacau junto nós dois? Com pouco tempo a gente vai ter um roçado seu, começar a vida.

A voz de Gabriela era cariciosa, mas definitiva:

– Já te disse minha tenção. Vou ficar na cidade, não quero mais viver no mato. Vou me contratar de cozinheira, de lavadeira ou pra arrumar casa dos outros...

Acrescentou numa lembrança alegre:

– Já andei de empregada em casa de gente rica, aprendi cozinhar. [...]

Era o que ele ia fazer. Queria derrubar mata, ainda existiam algumas, plantar cacau, ter terra sua, ganhar bastante. [...]

Ela fez que não com a cabeça, agora não ria seu riso de mofa, disse apenas: – Vou pro mato não, Clemente. (AMADO, 2008, p. 95-97).

Para maior compreensão de como um escritor pode buscar no contexto histórico de determinada época elementos para a criação da sua literatura, retomamos aqui a expressão “lastro do real”, cunhada pelo crítico literário Antonio Candido (2000). Ao estudar a literatura brasileira oitocentista, mais especificamente a geração de escritores do *romantismo* brasileiro, o crítico nos diz:

O eixo do romance oitocentista é pois o respeito inicial pela realidade, manifesto principalmente na verossimilhança que procura imprimir à narrativa. Há nele uma espécie de proporção áurea, um “número de ouro”, obtido pelo ajustamento ideal entre a forma literária e o problema humano que ela exprime. (CANDIDO, 2000, p. 98).

Mesmo sendo uma expressão utilizada para se referir a uma literatura realizada no Brasil em meados do século XIX, o “lastro do real” proposto por Candido⁴ também pode ser visualizado na literatura desenvolvida pelo escritor Jorge Amado. Esse diálogo se fundamenta, sobretudo, a partir da ideia de verossimilhança; ou seja, não se trata de mera tentativa de descrever fielmente a realidade, mas, sim, de simulá-la ao seu modo literário – trata-se mesmo de uma representação da realidade (PESAVENTO, 2006) na qual o escritor tem um contexto histórico como referência, mas o representa seguindo as suas diretrizes de criação literária. Assim, ainda sobre o “lastro do real” na literatura do *romantismo* brasileiro, Candido (2000, p. 99) afirma:

Lugares, paisagens, cenas; épocas, acontecimentos; personagens-padrões, tipos sociais; convenções, usos, costumes – foram abundantemente levantados, quer no tempo (pelo romance histórico, que serviu de guia), quer no espaço. Uma vasta soma de realidade observada, herdada, transmitida, que se elaborou e transfigurou graças ao processo normal de tratamento da realidade no romance: um ponto de vista, uma posição, uma doutrina (política, artística, moral) mediante a qual o autor opera sobre a realidade, selecionando e agrupando os seus vários aspectos segundo uma diretriz.

Por esse diálogo que propomos neste artigo, e pela devida apreensão da verossimilhança da qual Candido (2000) nos fala, é possível compreender que Amado, ao ter os seus “lastros do real” particulares – retirados do contexto histórico de progresso socioeconômico na Ilhéus dos anos 1920 (em *Gabriela*) –, não está relatando fielmente em sua obra literária a realidade física desse lugar. O que o escritor faz é criar histórias possíveis, plausíveis, que poderiam facilmente ter acontecido devido ao contexto histórico que serve de lastro para a criação das narrativas. Não está em questão para nós aqui se tudo o que está sendo narrado em *Gabriela, cravo e canela* seja *verdade* (se aconteceu de fato); o que nos interessa é que, ao ter a história *real* do tempo que recorta como referência, Amado cria uma série de histórias que poderiam, sim, ter acontecido:

4 O crítico literário Antonio Candido (1918-2017), que também era sociólogo e professor universitário, se notabilizou por seus estudos interdisciplinares que pensavam a literatura não como uma arte isolada em seu próprio campo, mas como uma peculiar expressão artística em constante diálogo com a cultura, a história e a sociedade em diferentes tempos. Suas principais obras relacionadas a estes temas são: os dois volumes de *Formação da literatura brasileira: momentos decisivos* (1964-1969) e *Literatura e sociedade: estudos de teoria e história literária* (1965).

Não era dia próprio para sangue derramado. Como, porém, o coronel Jesuíno Mendonça era homem de honra⁵ e determinação, pouco afeito a leituras e a razões estéticas, tais considerações não lhe passaram sequer pela cabeça dolorida de chifres. Apenas os relógios soavam as duas horas da sesta e ele – surgindo inesperadamente, pois todos o julgavam na fazenda – despachara a bela Sinhazinha e o sedutor Osmundo, dois tiros certos em cada um. [...] Ia-se perdendo, no passar dos tempos, o eco dos últimos tiros trocados nas lutas pela conquista da terra, mas daqueles anos heroicos ficara um gosto de sangue derramado no sangue dos ilheenses. [...] Certas leis também, a regularem suas vidas. Uma delas, das mais indiscutidas, novamente cumprira-se naquele dia: honra de marido enganado só com a morte dos culpados podia ser lavada⁶. [...] Assim era em Ilhéus, naqueles idos de 1925. (AMADO, 2008, p. 11-12).

Ao termos, nós, leitores, como também nós, críticos, conhecimento sobre o contexto histórico no qual a obra está inserida, *acreditamos* no autor. Desse modo, a estratégia criativa da verossimilhança se efetiva em nossa leitura e interpretação crítica por sermos – nós, que lemos, bem como o autor, que escreveu – dotados de *consciência histórica*. De forma direta: aquelas histórias narradas nos fazem sentido e, assim, apreendemos o seu valor. Como bem pontua o pesquisador Luiz Gonzaga Motta (2004, p. 22):

Narrar histórias seria impensável sem a pressuposição de um sistema de leis em relação à[ao] qual uma consciência histórica pode ser possível. São as relações humanas governadas por leis, legalidades e legitimidades que provêm as tensões e os conflitos que tornam possível representar a realidade como história, seja ela real ou imaginária.

Ainda como forma de compreender o diálogo entre a literatura e a história, recorremos ao pesquisador Valdeci Rezende Borges, que observa que:

[...] contextualizar o texto com o qual se trabalha é indispensável para elucidar o lugar em que foi produzido, seu estilo, sua linguagem, a história do autor, a sociedade que envolve e penetra o escritor e seu texto. A época, a sociedade, o ambiente social e cultural, as instituições, os campos sociais, as redes que estabelece com outros textos, as regras de uma determinada prática discursiva ou literária, as características do gênero de escrita que se inscreve no texto, são questões que permeiam o texto escrito e constroem o autor de um texto, deixando nele suas marcas (BARROS, 2004, p. 137-8). (BORGES, 2010, p. 96).

5 Em agosto de 2023, o Supremo Tribunal Federal (STF) declarou inconstitucional, por unanimidade dos votos, o uso da tese da *legítima defesa da honra* em crimes de feminicídio ou de agressão contra mulheres. Na ocasião, a então ministra e presidente da Corte, Rosa Weber, citou trechos da obra *Gabriela, cravo e canela*, de Jorge Amado para ajudar na fundamentação do seu voto contrário à citada tese. A ação da ministra é mais uma evidência de como as convergências entre literatura e história existem e podem ser úteis para a sociedade.

6 No romance, Jorge Amado também se refere a esse antigo costume como Lei da Bala.

Nesse sentido, é possível compreendermos o valor literocomunicacional das narrativas desenvolvidas por Amado como resultado do seu objetivo de criar na obra aqui em análise uma literatura de cunho histórico-realista – mesmo, voltamos a ressaltar, não tendo ele a intenção de representar fielmente o real. Trata-se de um jogo criativo; que se realiza por meio de um paradoxo entre o *existir* e o *não existir*. Um caminho para apreendermos esse paradoxo com maior nitidez está no entendimento de como os escritores criam os seus personagens. Sobre isso, Candido bem nos coloca:

A personagem é um ser fictício – expressão que soa como paradoxo. De fato, como pode uma ficção ser? Como pode existir o que não existe? No entanto, a criação literária repousa sobre este paradoxo, e o problema da verossimilhança no romance depende desta possibilidade de um ser fictício, isto é, algo que, sendo uma criação da fantasia, comunica a impressão da mais lídima verdade existencial. Podemos dizer, portanto, que o romance se baseia, antes de mais nada, num certo tipo de relação entre o ser vivo e o ser fictício, manifestada através da personagem, que é a concretização deste. (CANDIDO, 1968, p. 24).

Logo, personagens – que são criações, mesmo quando concebidos a partir de referências reais – podem expressar pensamentos e realizar ações e interações que revelam algo da realidade. Trata-se novamente do que Candido (2000) chamou por “lastro do real” na ficção dos escritores românticos brasileiros do século XIX, mas que pode ser facilmente visualizado também, guardadas as devidas diferenças, na literatura de Jorge Amado. Sendo assim, ao ser tocada pela história, a expressão literária pode ser tomada:

[...] como uma forma de representação social e histórica, sendo testemunha excepcional de uma época, pois um produto sociocultural, um fato estético e histórico, que representa as experiências humanas, os hábitos, as atitudes, os sentimentos, as criações, os pensamentos, as práticas, as inquietações, as expectativas, as esperanças, os sonhos e as questões diversas que movimentam e circulam em cada sociedade e tempo histórico. (BORGES, 2010, p. 98).

Isso posto, buscaremos agora traçar o caminho contrário de análise que iniciamos neste artigo e tentar compreender de que forma a literatura, ao dialogar com a história, pode servir como fonte de pesquisa para o trabalho dos historiadores.

NOS RASTROS DO IMAGINÁRIO II: A LITERATURA NA HISTÓRIA

Ao compreendermos como a história pode servir à literatura – em especial, a partir das diversas maneiras como os escritores fazem uso do contexto histórico de uma época como referência para a criação das suas narrativas e personagens –, como podemos compreender agora o caminho oposto, no qual a literatura passa a servir à história como fonte de pesquisa para o historiador? Do mesmo modo que encontramos na ideia de *imaginário* (PESAVENTO, 2006) o caminho para a compreensão da história

na literatura, será por esse mesmo rastro imaginativo que buscaremos evidenciar a literatura na história. Assim sendo, como bem identificou a historiadora Sandra Jatahy Pesavento (2006, p. 3),

[...] o que vemos hoje, na contemporaneidade, são historiadores que trabalham com o imaginário e que discutem não só o uso da literatura como acesso privilegiado ao passado – logo, tomando o não acontecido para recuperar o que aconteceu! – como colocam em pauta a discussão do próprio caráter da história como uma forma de literatura, ou seja, como narrativa portadora de ficção!

Dessa forma, por se tratar de narrativas com objetivos centrais distintos, mas, ainda assim, próximas por serem escritos que registram histórias (ficcionais ou não ficcionais), o diálogo entre literatura e história⁷ se demonstra ainda mais pertinente. Mas, voltando a nossa pergunta central neste tópico do nosso estudo, e a reformulando de maneira diferente: como algo que é ficcional pode servir como marca de historicidade para o historiador? A resposta para essa pergunta habita na compreensão, de fato, da ideia de *imaginário*. Assim, ao adotar uma obra literária como fonte histórica, o historiador não investiga ali o que realmente aconteceu – até porque esse registro fiel não faz parte das obrigações da *profissão* de escritor –, o que ele (o historiador) busca ali são as possibilidades de acontecimentos em determinado período da história.

A sintonia fina de uma época, fornecendo uma leitura do presente da escrita, pode ser encontrada em um Balzac ou em um Machado, sem que nos preocupemos com o fato de Capitu, ou do tio Goriot e de Eugène de Rastignac terem existido ou não. Existiram enquanto possibilidades, como perfis que retraçam sensibilidades. Foram reais na “verdade do simbólico” que expressam, não no acontecer da vida. (PESAVENTO, 2006, p. 3).

Nesse caso, as personagens literárias não são reais, mas, sim, dotadas de realidade:

[...] porque encarnam defeitos e virtudes dos humanos, porque nos falam do absurdo da existência, das misérias e das conquistas gratificantes da vida. Porque falam das coisas para além da moral e das normas, para além do confessável, por exemplo. (PESAVENTO, 2006, p. 3).

Tendo o conhecimento de que, para criar sua literatura, Amado *bebeu* na fonte da realidade e sabendo do contexto histórico do tempo que recria em sua obra – o que engloba o político, o econômico, o social e o cultural, dentre outros aspectos também importantes –, o historiador pode, então, identificar em determinadas personagens

7 Nesse campo temos também um narrador – o historiador – que tem também tarefas narrativas a cumprir: ele reúne os dados, seleciona, estabelece conexões e cruzamentos entre eles, elabora uma trama, apresenta soluções para decifrar a intriga montada e se vale das estratégias de retórica para convencer o leitor, com vistas a oferecer uma versão o mais possível aproximada do real acontecido (PESAVENTO, 2006, p. 3-4).

de *Gabriela, cravo e canela*, rastros dos *imaginários* ilheenses que possibilitaram ao autor a criação dessas específicas personagens:

Tonico Bastos, o homem, por excelência, elegante da cidade, olheiras negras e romântica cabeleira de fios prateados, o paletó azul e a calça branca, os sapatos brilhando de lustro, um verdadeiro dândi, entrava no bar com seu passo despreocupado [...] puxou uma cadeira, aquela fama de conquistador, de irresistível era sua razão de viver. Enquanto o irmão Alfredo, médico e deputado, examinava crianças em seu consultório, [...] ele trocava pernas pelas ruas, metendo-se com raparigas, corneando os fazendeiros nos leitos das concubinas. [...] As opiniões variavam sobre Tonico Bastos. Uns o consideravam bom rapaz, um pouco interesseiro e um pouco gabola, mas de agradável conversa e, no fundo, inofensivo. Outros achavam-no burro e cheio de si, incapaz e covarde, preguiçoso e suficiente. Mas sua simpatia era indiscutível: aquele sorriso de homem satisfeito com a vida, a conversa cativante. O próprio Capitão o dizia, quando falavam a seu respeito: – É um canalha simpático, um irresistível mau-caráter. (AMADO, 2008, p. 121).

Não interessa necessariamente ao historiador, ao utilizar a citada obra literária de Amado como fonte histórica, se, de fato, existiu a personagem Tonico Bastos; o que pode ser capturado de maneira privilegiada ali são justamente os *imaginários* – no caso do trecho recortado, por exemplo, o imaginário ilheense em relação ao homem *bon vivant* –, pois foi desse *pensamento* que o autor criou e desenvolveu a respectiva personagem. Sabemos que os imaginários mudam com o passar dos tempos, mas, ao representar tais pensamentos em sua obra, Amado cria, assim como os historiadores, um registro de época; ou seja, um historiador hoje pode encontrar, nessas narrativas literojornalísticas, crônicas do cotidiano, que estamos estudando, possibilidades de captura e interpretação das ideias que circulavam nesse tempo recriado – no caso, a Ilhéus dos anos 1920 em *Gabriela, cravo e canela*.

Trata-se outra vez do “lastro do real” (CANDIDO, 2000) ou novamente da questão da verossimilhança: “Ora, o verossímil não é a verdade, mas algo que com ela se aparenta. O verossímil é o provável, o que poderia ter sido e que é tomado como tal. Passível de aceitação, portanto” (PESAVENTO, 2006, p. 4). Nesse caso, Tonico Bastos não é uma personagem que nasce da cópia fiel feita pelo escritor Jorge Amado de uma pessoa real (mesmo que de fato tenha existido um homem chamado Tonico Bastos na Ilhéus dos anos 1920 e que tenha inspirado o escritor); essa personagem nasce, sobretudo, da representação que o autor realizou de pessoas possíveis devido ao contexto imaginário no qual concebeu sua obra. Assim, Tonico Bastos não representa apenas um único homem na obra da qual é personagem, mas, sim, um perfil de homem ilheense da década de 1920⁸. Esta é a chave central de interpretação da literatura feita pelo historiador, ao buscar nesta arte informações plausíveis para o seu trabalho de registro da história.

8 Além de representarem perfis comuns de determinado tempo, as personagens também podem ser criadas a partir das junções de diferentes características pessoais retiradas da realidade. Assim, Tonico Bastos também pode conter elementos diversos retirados de pessoas observadas por Amado em suas vivências cotidianas.

Ele [o historiador] também constrói uma possibilidade de acontecimento, num tempo onde não esteve presente e que ele reconfigura pela narrativa. Nesta medida, a narrativa histórica mobiliza os recursos da imaginação dando a ver e ler uma realidade passada que só pode chegar até o leitor pelo esforço do pensamento. (PESAVENTO, 2006, p. 4).

Outra importante chave de interpretação – que pode auxiliar o historiador em seu trabalho de capturar na literatura informações históricas – é compreender a noção de “história secreta”, elaborada pelo escritor argentino Ricardo Piglia em seu conhecido ensaio “Teses sobre o conto”. Na primeira tese, Piglia (2004, p. 89) defende que “um conto sempre conta duas histórias”. Assim, a primeira história é narrada em primeiro plano, enquanto uma segunda é construída em segredo, sendo revelada como efeito de surpresa no final do conto (quando a história secreta é trazida pelo autor-narrador para o primeiro plano da história contada). Piglia categoriza essa primeira tese como a do *conto clássico*, que teve dentre os seus notáveis representantes os escritores Edgar Allan Poe e Horácio Quiroga.

No avançar do seu famoso ensaio, Piglia (2004, p. 91) evidencia uma segunda tese sobre o conto, a de que “a história secreta é a chave da forma do conto e de suas variantes”, que vai ser vinculada ao *conto moderno*, de importantes nomes como Franz Kafka, Ernest Hemingway e Jorge Luis Borges.

A versão moderna do conto, que vem de Tchekhov, Katherine Mansfield, Sherwood Anderson e do Joyce de *Dublinenses*, abandona o final surpreendente e a estrutura fechada; trabalha a tensão entre as duas histórias sem nunca resolvê-la. A história secreta é contada de um modo cada vez mais elusivo. O conto clássico à Poe contava uma história anunciando que havia outra; o conto moderno conta duas histórias como se fossem uma só. (PIGLIA, 2004, p. 91).

Piglia vai defender a Teoria do Iceberg, de Hemingway (o mais importante nunca se conta; está submerso), como a primeira síntese desse processo moderno de transformação do conto; “a história é construída com o não dito, com o subentendido e a alusão” (PIGLIA, 2004, p. 91-92). Mesmo se utilizando do formato conto para desenvolver suas teses, o escritor argentino nos apresenta evidências que podem certamente ser transportadas para pensarmos a literatura de forma geral.

Assim, é bastante factível encontrarmos na literatura de Amado aqui em estudo (*Gabriela, cravo e canela*) – também estruturada em narrativas curtas que mesclam elementos do conto com a crônica, o que compõe toda a obra – inúmeras “histórias secretas” (PIGLIA, 2004), submersas (à la Hemingway) nas histórias narradas em primeiro plano pelo escritor baiano/brasileiro:

De turco ele não gostava que o chamassem, repelia irritado o apodo, por vezes chegava a se aborrecer:

– Turco é a mãe!

– Mas, Nacib...

- Tudo que quiser, menos turco. Brasileiro – batia com a mão enorme no peito cabeludo
- filho de sírios, graças a Deus.
- Árabe, turco, sírio, é tudo a mesma coisa.
- A mesma coisa, um corno! Isso é ignorância sua. É não conhecer história e geografia. Os turcos são uns bandidos, a raça mais desgraçada que existe. Não pode haver insulto pior para um sírio que ser chamado de turco.
- Ora, Nacib, não se zangue. Não foi para lhe ofender. É que essas coisas das estranhas pra gente é tudo igual... (AMADO, 2008, p. 45).

Sem se aprofundar na questão abordada, Amado deixa implícita certa problemática no trecho recortado. O autor conta, em segundo plano, a história do desconhecimento que o brasileiro tem da própria formação multiétnica do seu povo, o que gera a discriminação sofrida por Nacib – brasileiro, pois nasceu no Brasil, mas que, devido a sua ascendência síria, é tratado como estrangeiro por seus compatriotas, que ainda demonstram ignorância sobre a sua ancestralidade⁹.

Em resumo, as narrativas curtas e fragmentadas que compõem as histórias de *Gabriela, cravo e canela* podem facilmente ser concebidas como uma extensão possível do *conto moderno*, muito bem categorizado por Piglia (2004). O que é crucial compreendermos aqui é como o historiador, ao conseguir visualizar tais “histórias secretas” de uma expressão literária, pode capturar uma série de informações sobre determinado contexto histórico ao qual certa obra está vinculada; é, de fato, nos rastros do *imaginário*, como bem nos apontou a historiadora Sandra Pesavento (2006) que o historiador deve buscar desvelar o que está “secreto” (PIGLIA, 2004) na história literária narrada a nossas vistas.

Em toda a obra de Jorge Amado é possível encontrar uma série de metáforas que remetem a “histórias secretas”, como propõe Piglia (2004). No caso específico da obra amadiana aqui em análise, o livro *Gabriela, cravo e canela*, na própria criação da personagem principal já se encontra a metáfora de um acontecimento histórico importante – que vai alcançar proporções maiores nas décadas seguintes –, mas que já começa a ganhar força na década de 1950, tempo no qual Amado escreve essa obra¹⁰. Gabriela representa a luta pela libertação feminina dentro da sociedade ainda machista e patriarcal. Libertação social, política e econômica, como também sexual:

9 O que está implícito também nesse trecho é a difícil história de conflitos entre as populações que chamamos por árabes. Daí a complexidade de tratar todo árabe, sírio, turco ou libanês como “a mesma coisa”, algo típico do brasileiro, a que Jorge Amado demonstrou em vida ser totalmente contrário. Trata-se de um tema muito delicado e que exige maior cuidado, em especial de nós brasileiros, que vivemos em uma sociedade multiétnica.

10 Duas possíveis influências podem ser apontadas em relação a *Gabriela, cravo e canela*. A primeira delas é a obra *O segundo sexo* (1949), importante ensaio crítico sobre o papel social da mulher publicado pela escritora e filósofa francesa Simone de Beauvoir, a qual, inclusive, se tornou amiga de Jorge Amado. A outra influência notável é o filme *Mônica e o desejo* (1953), do cineasta sueco Ingmar Bergman. Nessa película, a personagem central da história transgredir as expectativas sociais impostas às mulheres, algo que se relaciona diretamente com o que Amado também desenvolveu alguns anos depois em *Gabriela*.

Se entregava toda, abandonada nas mãos dele, morrendo em suspiros, gemendo e rindo.

No outro dia, quando ele, preso a Gabriela como se ela fosse sua própria vida, queria concretizar os planos de futuro, ela apenas ria, quase a mofar-se dele, e ia embora [...]. (AMADO, 2008, p. 96).

Agora, naquele último dia de viagem, desnortado e perdido, ele terminara por se decidir. Ficaria em Ilhéus, abandonaria seus planos, a única coisa importante era estar ao lado de Gabriela. [...] (AMADO, 2008, p. 96-97).

– Não, Clemente, fique não. Pra quê? [...]

– É melhor não, tu vai pra teu lado, eu vou pro meu. Um dia pode ser, a gente se encontra outra vez. [...]

Dizia tudo aquilo tranquilamente, como se as noites que dormiram juntos não contassem, como se apenas se conhecessem. (AMADO, 2008, p. 98).

Além de se libertar sexualmente, Gabriela busca ascensão na sociedade, mas não como forma de aceitação passiva das imposições comportamentais incutidas nos papéis femininos que tentam lhe impor, mas, sim, pela via do sucesso obtido naquilo que ela escolheu fazer. Ao aceitar o emprego de cozinheira no restaurante de Nacib, ela passa a se dedicar diariamente ao trabalho para se tornar uma profissional bem-sucedida em seu ofício. Isso também é uma metáfora do que estava começando a acontecer na sociedade brasileira: a inserção das mulheres no mercado de trabalho. O sucesso de Gabriela na feição dos seus pratos é pretexto para outra metáfora proposta por Amado, a de conceber a gastronomia como uma obra de arte, o que também deixa implícita – logo, está ali de forma “secreta” – a defesa do escritor a uma maior valorização dessa profissão.

Sobre as muitas metáforas amalgamadas na personagem Gabriela, a pesquisadora Eurídice Figueiredo nos diz:

A arte de Gabriela na preparação dos alimentos se completa com sua arte de se entregar aos prazeres do corpo ao fazer amor com Nacib ou outros moços bonitos. Gabriela não é venal, não aceita se entregar aos velhos coronéis que querem montar casa e lhe dar uma situação econômica invejável. Gabriela necessita de liberdade para ser feliz. Seu comportamento é coerente ao longo do romance: do mesmo modo que prefere libertar o passarinho que Nacib lhe ofereceu para ela durante o dia, ela prefere as festas populares profanas ou religiosas, andar descalça, ir ao circo. O casamento com Nacib acarreta exigências sociais tais como vestir-se adequadamente, calçar sapatos e ir a conferências tediosas, e por isso não lhe convém. (FIGUEIREDO, 2022, p. 277).

Ao citar Jorge Amado, Figueiredo complementa:

O sucesso de Gabriela comprova que a “culinária é uma arte [...] [que] exige não só conhecimentos como, antes de tudo, vocação” (AMADO, 1984a, p. 335). Assim, os pratos de Gabriela são verdadeiros “*poemas* de camarão, de peixes e leite de coco, de carnes e pimenta” (AMADO, 1984a, p. 341, grifo meu), metáfora que assimila a comida à arte

literária. Aliás, Luce Giard associa o prazer do texto ao prazer de preparar a comida, tecendo um parentesco íntimo entre a escrita dos gestos e a escrita das palavras; nos dois casos haveria uma ideia de dispêndio, de dispensar tempo e energia para algo que vai desaparecer. (FIGUEIREIDO, 2022, p. 280).

Retomando novamente Piglia (2004, p. 94), e já partindo para a conclusão do artigo, o conto, ou a literatura de forma geral – extensão como aqui propomos –, se constrói “para revelar artificialmente algo que estava oculto”. Assim, “se reproduz a busca sempre renovada de uma experiência única que nos permite ver, sob a superfície opaca da vida, uma verdade secreta” (PIGLIA, 2004, p. 94). Essa “verdade secreta” – que, como o escritor argentino bem coloca, é “uma”, portanto, não é a única, isto é, não pode ser apenas “a” – habita nas representações, nas verossimilhanças, não nas verdades absolutas; nós a encontramos nos rastros do *imaginário* como sugerimos neste artigo.

Dessa forma, evidenciamos os diálogos possíveis entre a literatura e a história, em especial nas diversas formas como uma pode servir à outra – o que responde as perguntas com as quais iniciamos nosso estudo. Evidenciamos também como o jornalismo está por mediar tal relação, sobretudo por meio das narrativas literojornalísticas criadas como crônicas do cotidiano, que possibilitam o surgimento do valor literocomunicacional existente na representação do contexto histórico realizada na obra que aqui analisamos. Por meio da (re)leitura dessa representação, visualizamos mais nitidamente esse apoio mútuo evidenciado entre literatura e história, seja nas diferentes maneiras como o escritor Amado busca referência no contexto histórico da época que trabalha em suas narrativas, seja também nas formas mais plausíveis de como os historiadores podem capturar esse tempo na citada obra. Como bem nos lembra Pesavento (2006, p. 4): “Como diz Jauss, não é possível manter ainda uma distinção ingênua e radical entre *res factae* e *res fictae*, como se fosse possível chegar, por meio de documentos reais, a uma verdade incontestável e, por outro lado, por meio de artifícios, ficar no mundo da fantasia ou pura invenção”.

Em uma última consideração, é importante observar que, ao buscar referência no contexto histórico, o escritor não o usa em sua obra literária de forma solta; há ali uma *composição* – logo, há um trabalho, que tem função fundamental para que a intenção de verossimilhança na narrativa se realize:

Cada traço adquire sentido em função de outro, de tal modo que a verossimilhança, o sentimento da realidade, depende, sob este aspecto, da unificação do fragmentário pela organização do contexto. Esta organização é o elemento decisivo da verdade dos seres fictícios, o princípio que lhes infunde vida, calor e os faz parecer mais coesos, mais apreensíveis e atuantes do que os próprios seres vivos. (CANDIDO, 1968, p. 36).

Sendo assim, foi da necessidade de estabelecimento de uma *composição* com o contexto histórico, para dar sustâncias a sua obra, que Amado partiu para encontrar no jornalismo as técnicas ideais para a criação das suas narrativas literojornalísticas (crônicas). Isso dito, como Candido (1968) nos coloca, a literatura passa a ser, de fato, uma fonte de pesquisa para o historiador. Mais do que isso, ela se torna uma fonte privilegiada, como evidenciamos, “porque lhe dará acesso especial

ao imaginário, permitindo-lhe enxergar traços e pistas que outras fontes não lhe dariam” (PESAVENTO, 2006, p. 7). Foi por meio desse acesso especial que rastreamos os *imaginários* em *Gabriela, cravo e canela*, de Jorge Amado; e assim lemos muito mais do que estava ali escrito: lemos também o que estava “secreto” nas mesclas das suas narrativas literojornalísticas e, por que não, historiográficas.

SOBRE O AUTOR

DANIEL MENDES é doutorando no Programa de Pós-Graduação Interunidades em Integração da América Latina da Universidade de São Paulo (Prolam/USP).
danmendes.dss@gmail.com
<https://orcid.org/0000-0002-2464-5036>

REFERÊNCIAS

- AMADO, Jorge. *Gabriela, cravo e canela*. Crônica de uma cidade do interior. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.
- BEAUVOIR, Simone de. (1949). *O segundo sexo: fatos e mitos*. 3. ed. Tradução Sérgio Milliet. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2016. 2 v.
- BORGES, Valdeci Rezende. História e literatura: algumas considerações. *Revista de Teoria da História*, v. 3, n. 1, 2010, p. 94-109. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/teoria/article/view/28658>. Acesso em: 8 out. 2023.
- CANDIDO, Antonio. *Literatura e sociedade: estudos de teoria e história literária*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1965.
- CANDIDO, Antonio. A personagem do romance. In: CANDIDO, Antonio; ROSENFELD, Anatol; PRADO, Décio de Almeida; GOMES, Paulo Emílio Salles. *A personagem de ficção*. São Paulo: Perspectiva, 1968, p. 24-36.
- CANDIDO, Antonio. Um instrumento de descoberta e interpretação. In: CANDIDO, Antonio. *Formação da literatura brasileira: momentos decisivos*. 1º volume (1750-1836). Belo Horizonte-Rio de Janeiro: Itatiaia, 2000, p. 97-105. (Coleção reconquista do Brasil. 2ª série; vol. 177-178).
- FIGUEIREDO, Eurídice. *A nebulosa do (auto)biográfico: vidas vividas, vidas escritas*. Porto Alegre: Zouk, 2022.
- MÔNICA e o desejo. *Sommarenmed Mokica* (original). Direção: Ingmar Bergman Drama, romance. Suécia, 1953. (96 min.).
- MOREIRA, Gilsélia Lemos. Ilhéus, a terra da Gabriela cravo e canela: de espaço do cacau a espaço do turismo. *GeoTextos*, v. 9, n. 1, 2013, p. 129-150. <https://doi.org/10.9771/1984-5537geo.v9i1.8352>.
- MOTTA, Luiz Gonzaga. Jornalismo e configuração narrativa da história do presente. *E-Compós – Revista da Associação Nacional de Pós-Graduação em Comunicação*, v. 1, dez. 2004, p. 1-26. <https://doi.org/10.30962/ec.8>.

- PESAVENTO, Sandra Jatahy. História e literatura: uma velha-nova história. *Nuevo Mundo Mundos Nuevos* [En ligne], 2006. <https://doi.org/10.4000/nuevomundo.1560>.
- PIGLIA, Ricardo. Teses sobre o conto. In: PIGLIA, Ricardo. *Formas breves*. Trad. José Marcos Mariani de Macedo. São Paulo: Companhia das Letras, 2004, p. 87-94.

Ronnie Von: de ídolo da juventude a artista psicodélico (1966-1970)

[*Ronnie Von: from youth idol to psychedelic artist (1966-1970)*]

Marcelo Garson¹

Herom Vargas²

RESUMO • Este artigo analisa a trajetória do cantor Ronnie Von entre 1966 e 1970 para compreender seu processo de transição de artista de sucesso do rock brasileiro ao experimentalismo psicodélico. Utilizando-se de materiais de época – reportagens, entrevistas, canções, capas de disco e fotografias – e sua biografia, a análise busca reconstruir esse percurso peculiar no cenário musical da segunda metade dos anos 1960, em suas oportunidades, constrangimentos e convenções, a fim de compreender o campo de possibilidades, escolhas e impasses que moldaram esse período na carreira singular de Ronnie Von. • **PALAVRAS-CHAVE** • Ronnie Von; rock brasileiro; psicodelia.

• **ABSTRACT** • This article analyzes the trajectory of singer Ronnie Von between 1966 and 1970 to understand the transition process of a successful artist from Brazilian rock to psychedelic experimentalism. Drawing on period materials – reports, interviews, songs, album covers and photographs – and his biography, the analysis seeks to reconstruct this peculiar trajectory in the musical scene of the second half of the 1960s, in its opportunities, constraints and conventions, in order to understand the field of possibilities, choices and impasses that shaped this period in Ronnie Von's unique career. • **KEYWORDS** • Ronnie Von; Brazilian rock; psychedelia.

Recebido em 24 de março de 2024

Aprovado em 26 de agosto de 2024

GARSON, Marcelo; VARGAS, Herom. Ronnie Von: de ídolo da juventude a artista psicodélico (1966-1970). *Rev. Inst. Estud. Bras.* (São Paulo), n. 90, 2025, e10707



Seção: Artigo

DOI: 10.11606/2316901X.n.90.2025.e10707

1 Universidade Federal do Paraná (UFPR, Curitiba, PR, Brasil).

2 Universidade Presbiteriana Mackenzie (UPM, São Paulo, SP, Brasil).

O ano de 1965 marca a estreia do programa musical *Jovem Guarda* na TV Record de São Paulo, emissora que tinha sob contrato os maiores nomes da música popular de então. Afirmando-se como o espaço da música jovem na televisão, o programa ajudou a construir um nicho que impulsionou o mercado de discos, filmes, revistas, jornais e até artigos de consumo, como roupas, bonecos e lancheiras. Inspirado no sucesso internacional dos Beatles, o fenômeno foi apelidado de *iê-iê-iê*³. Exibido nas tardes de domingo e liderado por Roberto Carlos, Wanderlêa e Erasmo Carlos, o show mostrava a performance de artistas e bandas estreantes em um palco decorado com imagens de automóveis. Ao invés de cantores com voz potente amparados por orquestras, típicos dos programas de auditório das décadas anteriores, tínhamos jovens de canto despojado, amparados por bandas que manejavam guitarras, amplificadores, teclados e microfones com naturalidade. A *beatlemania* se fazia presente nas camisas de tons berrantes, nas calças “boca de sino”, nos cabelos e nas músicas, muitas delas versões em português de sucessos da banda. Mas as influências musicais vinham também do samba-canção, do rock balada norte-americano, do pop e da música romântica italiana. Nas canções, namoros, paixões e perdas amorosas, temas da vasta tradição romântica da música popular, abandonavam sua tonalidade trágica e fatalista e se realocavam em cenários de festas e diversão feitos sob medida para o público jovem e barulhento que acompanhava o programa ao vivo e pela TV (GARSON, 2015; ARAÚJO, 2006; CARLOS, 2009; MEDEIROS, 1984; FRÓES, 2000).

A emergente geração de artistas alçados pela TV deixava claro que, na indústria musical, a canção representava apenas um componente do vasto mercado de narrativas de vida de forte conteúdo imagético: filmes, reportagens, ensaios fotográficos, capas de disco etc. Com tais narrativas midiáticas, uma nova geração de artistas exibía um estilo de vida hedonista, simbolizado por carros importados, festas e conquistas amorosas.

Na hierarquia de artistas da *jovem guarda*, a posição de destaque era ocupada por Roberto Carlos, o maior vendedor de discos de 1966. Ao seu lado, tínhamos Erasmo Carlos e Wanderlêa, seus companheiros de palco. Em seguida, havia uma série de artistas, como Wanderley Cardoso, Jerry Adriani e Ed Wilson, que buscavam o seu

3 Trata-se de uma alusão a “She loves you, yeah, yeah, yeah”, refrão da canção “She loves you”, dos Beatles.

espaço sem ameaçar a hegemonia de Roberto, caso contrário perderiam o acesso ao Jovem Guarda, a principal plataforma de visibilidade de então. Foi nesse contexto que emergiu Ronnie Von.

Em julho de 1966, chegava às lojas o seu primeiro compacto, que continha “Meu bem”, versão por ele composta a partir de “Girl”, dos Beatles, e ainda “You’ve got to hide your love away”, da mesma banda, cantada em inglês. Em fins de outubro, o compacto era o segundo mais vendido no mercado paulistano, desbancando “Esqueça”, de Roberto Carlos (IBOPE, 1966). O feito era surpreendente por se tratar de um cantor que, poucos meses antes, havia feito uma de suas primeiras apresentações ao vivo, em caráter amador, ao lado de seus amigos, os Brazilian Beatles⁴. Isso diferia bastante de personagens como Roberto, Erasmo e Wanderlêa, que haviam insistentemente buscado seu espaço em programas de rádio e TV.

Mas, afinal, o que fazia de Ronnie tão especial? Fundamentalmente, sua beleza física e seu jeito de dândi: “Ronnie é o que as mocinhas chamam lindo: louro, olhos muito azuis, cabelos lisos e suaves” (ESTES JOVENS..., 1966, p. 15). “Com suas calças colantes, camisas coloridas, gestos estudadamente inquietos, cabelos tombados sobre a testa, lembra um poeta romântico” (ACUIO, 1966, p. 28). Essa beleza exuberante escapava aos padrões hegemônicos do universo da música popular: a ausência de pelos e a excessiva magreza remetiam a personagens andróginos, como a modelo inglesa Twiggy, o que lhe rendeu apelidos como “anjo do iê-iê-iê” (UM ANJO..., 1966, p. 3).

Para além da aparência, ele destoava de seus pares quanto à origem social e capital cultural. Ronnie vinha de família rica e de tradição aristocrática, tinha discos importados, uma biblioteca ao seu alcance, estudou para ser piloto da aeronáutica e cursava economia na faculdade. A expectativa era de que assumisse o papel de herdeiro. A música não seria um caminho para a ascensão social. Isso lhe permitiu interessar-se pelos desdobramentos experimentais da contracultura na música jovem da segunda metade dos anos 1960 e pelas experiências estéticas tropicalistas.

A noção de experimentalismo que atravessa este trabalho não está amparada em nenhum tipo de definição dada *a priori*. Afinados à teoria dos campos de Pierre Bourdieu, pensamos o experimental como uma posição assumida em meio ao jogo de forças que se colocava no universo da música popular brasileira na segunda metade dos anos 1960, levando em consideração a contracultura, o rock e o tropicalismo. Sendo assim, o que era entendido como experimental à época derivava da maneira como se afinava ou se rompia com as convenções mercadológicas da música jovem. Referimo-nos a experimentações nos estúdios de gravação, como fizeram os Beatles e George Martin nos discos *Sgt. Pepper’s Lonely Hearts Club Band* (1967) e *The Beatles* – conhecido como *White album* – (1968), ou, no caso brasileiro, nos discos do grupo tropicalista e da banda Os Mutantes. Nesses exemplos, destacam-se os trabalhos dos maestros Rogério Duprat, Júlio Medaglia e Damiano Cozzella (todos participantes do Grupo Música Nova), interessados na postura antropofágica que os tropicalistas traziam à época e nas relações entre música popular e as mídias.

4 Grupo criado em torno de 1965 e que tocava em clubes e emissoras de TV, como TV Rio e Excelsior, no Rio de Janeiro (RODRIGUES, 2014).

Assumir o experimentalismo colocava Ronnie Von em uma espécie de encruzilhada artística: de um lado, continuar a fazer o rock adolescente que lhe proporcionou o sucesso inicial, típico da primeira fase dos Beatles e dos cantores que frequentavam o programa *Jovem Guarda*, e, de outro, aventurar-se nas experimentações estéticas que se desenvolviam com o movimento tropicalista e nas influências do rock lisérgico anglo-americano do final dos anos 1960. É nessa encruzilhada que são produzidos três discos seus chamados hoje de trilogia psicodélica, nos quais busca se desvencilhar das fórmulas de sucesso para se aventurar na experimentação: *Ronnie Von* (1969), *A misteriosa luta do Reino de Parassempre contra o Império de Nuncamais* (1969) e *A máquina voadora* (1970).

Assim, este artigo analisa a trajetória do cantor Ronnie Von entre 1966 e 1970 para compreender aspectos e limites da transição de um artista que, embebido na estética da jovem guarda e com enorme sucesso, trilhou um caminho rumo às incertezas do experimentalismo psicodélico. Baseados no ferramental teórico de Pierre Bourdieu (2005; 2007) e em seus conceitos de campo, habitus e capital cultural, reconstituiremos o cenário de produção da música popular, em suas oportunidades, constrangimentos e convenções, a fim de compreender o campo de possibilidades, escolhas, impasses e os elementos de distinção que pesavam sobre Ronnie Von e que nos ajudam a compreender sua trajetória errante. Utilizando diversos materiais de época – como reportagens, canções, capas de discos, fotografias e material audiovisual –, além de entrevistas e registros biográficos, nossa análise propõe uma abordagem relacional que posiciona o artista dentro de um campo de forças do qual ele é tanto produto quanto efeito.

O SUCESSO IMPROVÁVEL

Ronaldo Nogueira nasceu em 1944 em Niterói (RJ) e descendia de uma burguesia extremamente abastada, dona de um conglomerado financeiro que reunia bancos, seguradora, distribuidora e corretora de valores. Seu pai apreciava a música barroca de J. S. Bach e orgulhava-se de exibir ao filho uma vasta biblioteca, o que acabou por desenvolver em Ronaldo o gosto por arte e literatura, que se somava a *hobbies* próprios dos filhos da elite, como automodelismo e aeromodelismo. Aos 15 anos, entrou na Escola Preparatória de Cadetes do Ar de Barbacena, onde cursaria o ensino secundário e tiraria licença de piloto. Em seguida, iniciou a faculdade de Economia, depois interrompida, e começou a trabalhar com o tio, que o preparou para assumir os negócios da família. Enquanto isso, o pai vivia entre Londres e Rio de Janeiro, como alto funcionário do Ministério da Fazenda, abastecendo a discoteca de Ronnie com os lançamentos do rock inglês. Quase por acaso, grava um disco e decide abandonar o mundo das finanças em privilégio da carreira incerta e desprestigiada de cantor de iê-iê-iê, o que para a família era incompatível com sua posição social, e para os amigos, sinal de extremo mau gosto (GUERREIRO; PIMENTEL, 2014).

Sua origem social e seu capital cultural foram índices fundamentais para distingui-lo de seus concorrentes na música jovem: o “intelectual da jovem guarda [...] que gosta de quadros, que tentou a pintura, que lê os clássicos da literatura e

da filosofia” (GUERARDI, 1966, p. 4) e que scandalizou a mãe quando “trocou Bach, Vivaldi, Corelli, as adoradas concertinas de Mozart pelas guitarras estridentes do iê-iê-iê e auditórios de televisão” (PONCE DE LÉON, 1966). Eis como a imprensa da época retratava o novo personagem. Enquanto os cantores jovens ostentavam o seu capital econômico por meio de carrões recém-adquiridos, Ronnie afirmava já ter pilotado automóveis de corrida no autódromo de Interlagos, além de aviões (GUERARDI, 1966, p. 4). Na imprensa, eram constantes imagens suas ao lado de bimotores.

Ronaldo Nogueira tornava-se agora Ronnie Von ou, mais precisamente, Ronaldo Lindenberg Schilgen von Cintra Nogueira, sobrenomes emprestados da segunda mulher de seu avô e incorporados por sugestão de seu empresário. Os aviões e o sobrenome eram somente alguns dos trunfos simbólicos que faziam de Ronnie um misto de *playboy*, intelectual e aristocrata, uma imagem distinta dos astros da jovem guarda. Segundo Erasmo, a educação, o refinamento e a cultura literária de Ronnie, seu *habitus*⁵, portanto (BOURDIEU, 2007), distanciavam-no bastante dos seus “amigos delinquentes [...] ou dos cantores irreverentes, no máximo ginasianos, com que ele convivia na época” (CARLOS, 2009, p. 47). As mesmas virtudes apontadas por Erasmo ecoam nas impressões de Rita Lee (2016) sobre Ronnie.

O sucesso do cantor, que passava ao largo de qualquer chancela de Roberto Carlos e de seu círculo, parecia desarranjar as posições de poder assentadas na jovem guarda. Ronnie Von era ainda um recém-chegado, mas, por conta de seus elementos de distinção, sem paralelo no cenário da música jovem de então, talvez fosse o único capaz de fazer frente à hegemonia de Roberto, fato explorado pela imprensa, que abusava de manchetes como “Ronnie Von quer ser o novo rei do iêiêiê” ou “ele é considerado o rival de Roberto Carlos” (RONNIE..., 1966a, p. 3).

Com seu belo corpo magro e olhar cabisbaixo, fez da *performance* frente às câmeras sua marca registrada (Figura 1), o que por vezes era interpretado de forma negativa: “a ‘juventude ululante’ do iê-iê-iê está criando um novo ídolo [...]. Qualidade do rapaz: o jeitinho feminilíssimo com que ele joga para trás a franjinha, com um leve meneio na cabeça” (JOTA, 1966). A fotogenia de Ronnie foi intensamente explorada em seu processo de ascensão meteórica. A visibilidade culminaria no rótulo de ídolo pré-fabricado, que o acompanhou durante seu período na jovem guarda.

5 O *habitus*, que diz respeito a um “sistema de esquemas de produção de práticas e também sistema de esquemas de percepção e apreciação das práticas” (BOURDIEU, 1990, p.158), surge como a interiorização desses esquemas e busca dar conta da maneira, consciente e inconsciente, como agimos e classificamos a realidade ao nosso redor. O conceito ajuda a compreender como a suposta sofisticação que diferenciava Ronnie Von dos demais cantores era, em realidade, um *habitus* de classe já interiorizado e, portanto, manejado com aparente naturalidade, o que lhe permitia funcionar como um notável signo de distinção.



Figura 1 – *Performance* de Ronnie Von na TV. Fonte: Jovem Guarda Especial 25 anos (1990)

INTERVALO se propôs a pré-fabricar um ídolo que não possui qualidades artísticas necessárias. [...] A infeliz vítima desta vez é chamada de Ronnie Von, que só possui muito cabelo e poucos, ou quase nenhum, atributos de cantor [...]. JOSÉ CARLOS AUGUSTO – SÃO PAULO, SP.

[...] Apenas consideramos injusta a acusação. Se você acompanhar a carreira de Ronnie Von, verá que não fabricamos um ídolo. Ele nasceu sozinho, nós apenas nos limitamos a noticiar o fato. [...] basta dizer que sua gravação, “Meu bem”, com apenas 15 dias, já está nos primeiros lugares das paradas de sucesso. (INTERVALO..., 1966, p. 32).

Querem me destruir de qualquer maneira [...]. Este foi o desabafo de Ronnie Von [...]. Os que argumentam contra o rapaz dizem que: 1 – é um novato, com menos de oito meses de carreira, ainda está verde para ser Rei da Juventude; 2 – Sua família desfruta de alta posição social, portanto Ronnie está tirando o lugar de quem precisa; 3 – Seu nome foi lançado por uma agência de publicidade [...] 4 – Trata-se de um ídolo pré-fabricado para o sucesso – olhos verdes, penteado marcante, cavalheiresco, modelo excelente para uma linha de produtos comerciais. Um sucesso de proveta, enfim. (RONNIE..., 1966b, p. 6).

A primeira passagem é retirada da seção de cartas da revista *Intervalo*, semanário dedicado à televisão fundamental para a ascensão dos ídolos jovens dos anos 1960. Já a segunda mostra como a própria revista comprou a ideia de ídolo pré-fabricado e tratou de explorá-la como um ingrediente a mais no embate que já se forjara com Roberto Carlos. No texto de contracapa do seu primeiro LP lançado pela Polydor – *Ronnie Von* (1966) – é possível perceber como a concorrência com Roberto é estimulada: “Pode parecer estranho, mas esse gênero conseguiu chegar a ficar velho e exigia uma roupagem nova. Necessitava de alguém com bastante coragem para fazê-lo, para implantar um estilo, uma nova forma de comunicação com o público jovem. Foi quando apareceu Ronnie Von” (RONNIE VON, 1966).

Apesar das declarações apaziguadoras do cantor em entrevistas, essas palavras soavam como provocação. O rótulo de “pequeno príncipe”, supostamente inventado pela apresentadora de TV Hebe Camargo para se referir à beleza de Ronnie, soava como uma clara referência ao sucessor do trono de Roberto Carlos, então chamado de “rei”. Nesse disco de 1966, a intenção de fazer um “iê-iê-iê medieval” (UM ANJO..., 1966, p. 4) baseado na influência dos Beatles está registrada em um repertório com duas regravações e seis versões de sucessos da banda. O curioso, no entanto, é que a seleção de faixas se originava de três álbuns de diferentes propostas estéticas: a trilha sonora do filme *Help!*, *Rubber soul* e *Revolver*. Enquanto no primeiro disco os Beatles ainda estão ligados à irreverência *teenager*, nos dois outros LPs há uma guinada experimental, visível nas harmonias complexas, efeitos sonoros e uso de instrumentos incomuns, como cítara, oboé e cravo.

Se grande parte da complexidade se perde no disco de Ronnie, por conta das inúmeras substituições dos instrumentos, é possível ainda notar como os procedimentos influenciam as duas composições de Tommy Standen: “Soldadinho de chumbo”, que se utiliza de instrumentos de sopro, cordas e piano, e “Pequeno príncipe”, em que a flauta marca presença já na introdução. Esses instrumentos não eram novos nas gravações de música popular, mas estavam ausentes do repertório do iê-iê-iê. Incorporados pelos Beatles, davam legitimidade e frescor ao trabalho de Ronnie e Standen. Na capa do disco (Figura 2), sobressaíam os olhos verdes do cantor, enquanto as comentadas mechas de cabelo refletiam os holofotes do estúdio. Apesar de manter um padrão comum nas capas, com o rosto do artista no centro e seu nome em cima ou embaixo (RODRIGUES, 2007), o fundo rosa tensionava o *design* ao apontar para um índice de androginia e jogar com as convenções dominantes de gênero.



Figura 2 – Capa de *Ronnie Von* (1966). Fonte: DISCOGS

Reunindo, assim, recursos sonoros, visuais e textuais, o disco apostava na consagração de um novo ídolo. A partir de então, Ronnie abandonava a alcunha de “anjo”, atendendo pelo rótulo de “príncipe”, que sintetizava as expectativas depositadas nele. Assim, multiplicavam-se na imprensa as associações com o famoso personagem de *O Pequeno Príncipe*, de Antoine de Saint-Exupéry, cujas lições Ronnie se punha a repetir.

RONNIE VON E AS TRANSFORMAÇÕES DA CONTRACULTURA E DO TROPICALISMO

“Meu protesto é o do sorriso. Por isso vale a pena cantar o amor, a criança, a flor, o mar e o verde” é a mensagem encartada em seu segundo LP, *Ronnie Von*, lançado em maio de 1967 também pela Polydor. Tratava-se de uma tentativa de dialogar com alguns símbolos da contracultura e dos movimentos pacifistas, que já se pronunciavam

com força na música popular norte-americana, despindo-os, no entanto, de qualquer radicalidade e articulando-os a figuras de apelo massivo, como o Pequeno Príncipe.

A contracultura nomeia, de forma genérica, um conjunto de posturas de parte da juventude desenvolvidas desde os anos 1950 na sociedade ocidental até os anos 1970 que se contrapunham aos padrões de vida hegemônicos na sociedade liberal capitalista. Produto das culturas jovens, a contracultura envolve várias frentes, como lutas por direitos sociais, por liberdade, pelo coletivismo, pela aproximação à natureza e por novas subjetividades e experimentações estéticas. Tais lutas são posições nítidas contra quatro tipos de opressão:

[...] a opressão do corpo e do comportamento desviante; a opressão política sobre sociedades inteiras (imperialismo, neofascismo, conservadorismo); a opressão econômica (desigualdades nos países mais ricos do “Primeiro Mundo” e miséria nos países do chamado “Terceiro Mundo” subdesenvolvido); e a opressão cultural caracterizada pelo convencionalismo estético que ditava o que era o “belo” e o “feio” na cultura e nas artes. (NAPOLITANO, 2023, p. 10).

Se nos anos 1950 os *beatniks* e o jazz capitanearam inicialmente tais tendências, vai ser na segunda metade dos anos 1960 que elas aflorarão com mais intensidade e o rock será a principal trilha sonora desses questionamentos, em especial com o movimento *hippie*. O ano de 1967 foi um marco no desenvolvimento da contracultura. Foi quando ocorreu o “verão do amor” na Califórnia (EUA), com festivais de rock ao ar livre, o uso de drogas e a construção de uma atmosfera pacífica e “colorida”. Tais eventos simbolizavam uma posição de fuga ou saída (*drop out*) da realidade social em favor de outras organizações comunitárias, outras ordenações da vida, certas utopias ou até mesmo fantasias lisérgicas. No rock, esse ano foi representativo pelo lançamento do álbum *Sgt. Pepper's Lonely Hearts Club Band*, dos Beatles, disco revolucionário na produção de estúdio, nas composições, arranjos e no *design* da capa.

Os primeiros autores que analisaram a contracultura caracterizaram-na como uma reação ao desenvolvimento capitalista, industrial e militar da sociedade ocidental feita por jovens nascidos no final da Segunda Guerra Mundial ou logo após – os “filhos da tecnocracia” (ROSZAK, 1972). A contracultura, assim, constituiu-se enquanto uma crítica ao poder destrutivo desse complexo socioeconômico ao propor novas formas de tratar a natureza, as individualidades e as comunidades. Por meio do rock e da juventude, tais posturas se espalharam e ruidosamente se fizeram ouvir, rompendo barreiras sociais e estéticas em diversos modos ao redor do mundo. Em cada sociedade que se desenvolvia, aspectos idiossincráticos se acomodavam a suas linhas gerais. No caso brasileiro, o cenário político trazia um grande potencial de mobilização. Aqui, as movimentações jovens se opunham, em grande medida, à ditadura civil-militar instalada em 1964, tanto nos aspectos propriamente políticos (contra o governo de exceção) como também nas orientações conservadoras dos governos militares nas questões comportamentais e estéticas.

Dunn (2001) vincula manifestações da contracultura no Brasil a um dos movimentos que melhor traduziu, na cultura nacional, as novas proposições que vinham da juventude dos EUA e da Europa Ocidental: o tropicalismo. Surgido na

segunda metade de 1967, o tropicalismo articulou cinema, teatro e artes plásticas para a construção de seu projeto na música popular. Recriou a antropofagia de Oswald de Andrade, revisitou elementos das tradições brasileiras para reconstruí-los com elementos musicais modernos na época e se posicionou radicalmente em favor da liberdade criativa, tudo isso contra, de um lado, o conservadorismo implícito no sistema ditatorial e, de outro, o nacionalismo engajado e “folclorizante” das esquerdas.

Segundo Dunn (2001, p. 73 – tradução nossa), os tropicalistas se colocaram entre as duas posições estético-políticas do final dos anos 1960: “criticavam [...] o patriotismo conservador do regime e o visceral anti-imperialismo da oposição de esquerda”. Pensado como uma “terceira via” em plena época de polarização dos festivais de MPB na TV, o tropicalismo derrubou os muros que separavam as tradições musicais e impulsionou a experimentação. Não à toa, o grupo tropicalista envolvia artistas de distintas origens – compositores, cantoras e cantores baianos (Caetano Veloso, Gilberto Gil, Gal Costa e Tom Zé), um jovem grupo de rock de São Paulo (Os Mutantes), poetas (Torquato Neto e Waly Salomão) e dois maestros que haviam participado do movimento Música Nova (Rogério Duprat e Júlio Medaglia) – que participaram de vários festivais nas TVs Record e Globo, comandaram um programa musical da TV Tupi de São Paulo (*Divino maravilhoso*) e lançaram discos individuais e o disco-manifesto coletivo *Tropicália ou Panis et circencis* (Philips, 1968).

Não é nosso objetivo aprofundar a análise da contracultura e do movimento tropicalista, já amplamente discutidos em suas várias facetas, mas apenas pontuar aspectos importantes que voltarão à pauta na análise do trabalho de Ronnie Von.

Em 1967, Ronnie lança seu segundo álbum (Figura 3), porém antes do estouro tanto do “verão do amor” nos EUA quanto do tropicalismo em São Paulo. Por conta de sua condição de acesso às informações, ele acompanhava atentamente os movimentos da cultura jovem e do rock, com mais atenção às bandas britânicas, e também observava o trabalho de Caetano, dos Mutantes e outros tropicalistas.



Figura 3 – Capa de *Ronnie Von* (1967). Fonte: DISCOGS

O disco *Ronnie Von* trazia canções que exploravam o universo dos sonhos e dos contos de fada, aprofundando o mergulho na fantasia. É o caso de “Escuta meu amor”⁶, que compara a mulher amada a uma fada, de “O carpinteiro”⁷, que trata do romance entre nobres e plebeus, e de “Igual a Peter Pan”⁸, que com uma pitada de ironia e pessimismo constrói um cenário de amor na primeira parte da canção, para desfazê-lo logo em seguida, negando, portanto, a ideia de um final feliz. O

6 “Escuta meu amor/ O que me disse uma estrela/ falou-me que ao vê-la/ cessaria minha dor, porque/ Você seria uma fada/ Como um anjo a me ajudar/ Uma fada encantada/ Que viveria para me amar.”

7 “Foi em um conto de fada/ Um carpinteiro sozinho sem nada/ Também sem dinheiro/ Amava a princesa mais linda da Terra/ Mas tinha certeza que nada era pra ela.”

8 “O mundo inteiro era só meu e seu/ O Céu nos deu uma estrela para amar/ Porém tudo acabou como num sonho mau/ Esse tempo bom chegou ao final.”

mesmo traço pessimista é encontrado em “Vamos protestar”⁹, que, apesar de seu ritmo dançante, expressa a agonia ante a possibilidade de um conflito atômico, tema corrente na música de protesto norte-americana, convidando o ouvinte a “protestar pro nosso mundo não acabar”.

Tanto a atmosfera fantástica quanto a fina ironia pacifista, índices da contracultura, não impediam o disco de se encaixar nas convenções de mercado seguidas pela jovem guarda. O tratamento da temática amorosa presente na maioria das faixas dialogava sem grandes problemas com o repertório de Roberto, Erasmo e Jerry Adriani. Além disso, a presença do órgão no acompanhamento musical seguia a mesma linha dos acompanhamentos do organista Lafayette Coelho, reproduzindo o padrão bem conhecido dos discos da CBS. A grande aposta do álbum estava na primeira composição, “A praça”¹⁰, que, fugindo ao iê-iê-iê, buscava carona no sucesso de “A banda”, de Chico Buarque. A canção seguia o mesmo ritmo da marchinha e recuperava, em *flashes* de memória, um caso de amor a partir de um banco de praça em que tudo havia começado. Da mesma forma que esse LP, “A praça”, quando lançada em compacto, chegou ao topo das paradas de sucesso do mercado paulista.

No entanto, Ronnie parecia insatisfeito com o andamento da carreira. Se isso já pode ser inferido nas dissonâncias do último LP, ficaria ainda mais claro em seu programa de televisão que vai ao ar em outubro de 1966. Na estreia de *O pequeno mundo de Ronnie Von*, em meio a um cenário de contos de fadas, Nara Leão interpretava “A banda” enquanto brincava com uma guitarra, já Eliana Pittman cantava ao lado do pai, o saxofonista Booker Pittman. Como resultado, as garotas adolescentes que formavam a maioria do público “saíram do teatro meio decepcionadas, sem entender aquela história de planetas e asteroides” (RONNIE..., 1966c).

Essa cena já nos permite compreender o quanto o programa de Ronnie se distanciava do *Jovem Guarda*. Os dois estavam na mesma TV Record, que achou por bem manter o novo talento sob contrato para evitar concorrência. Quem participava de um musical não podia ir ao outro (ARAÚJO, 2006). A escassez de atrações permitiu a Ronnie experimentar, o que o levava para o campo mais criativo. Os Mutantes, a famosa banda de rock experimental ainda em início de carreira, integraram o show, chegando a tocar a marcha turca de Mozart com distorções nas guitarras.

Os Baobás, Os Bruxos, Eduardo e seus Menestréis e B-612, uma referência ao asteroide em que habitava o Pequeno Príncipe, foram as bandas que os sucederam com um repertório muito voltado às produções experimentais dos Beatles (GUERREIRO; PIMENTEL, 2014). As apresentações na televisão, portanto, diferenciavam-se bastante das faixas comerciais que haviam notabilizado Ronnie no rádio e nos compactos.

9 “Que adianta o homem ir pra lua conquistar/ se tudo aqui na Terra está tudo a se acabar/ pode ser então que você/ amanhã não vá mais me ouvir/então hoje me escute bem/ pense antes de sorrir/ então nós vamos protestar/ pro nosso mundo não acabar.”

10 “Hoje eu acordei/ Com saudades de você/ Beijei aquela foto/ Que você me ofertou/ Sentei naquele banco/ Da pracinha só porque/ Foi lá que começou/ O nosso amor [...]/ A mesma praça, o mesmo banco/ As mesmas flores, o mesmo jardim/ Tudo é igual, mas estou triste/ Porque não tenho você/ Perto de mim...”



Figura 4 – Capa de *Ronnie Von nº 3* (1967). Fonte: DISCOGS

O terceiro disco – *Ronnie Von nº 3* (Figura 4) –, lançado no segundo semestre de 1967, expõe seu dilaceramento. Criticado pela família, pelos amigos e descontente com o tipo de música que fazia, caminhou ainda mais para o experimentalismo. O álbum foi produzido por Manoel Barenbein, tendo Rogério Duprat como arranjador e contando com as guitarras dos Mutantes e dos Beat Boys¹¹, todos eles personagens fundamentais do tropicalismo, movimento que então se desenhava. O disco foi uma tentativa deliberada de se diferenciar do padrão CBS de composição, como afirma Arnaldo Saccomani¹², que contribuiu no repertório. Mas o viés mercadológico não foi todo abandonado. Há um apelo ao circuito dos festivais da canção, presente nas três canções que seriam defendidas naquele ano de 1967 nos palcos da TV Record:

¹¹ Beat Boys era um grupo de argentinos que acompanhou Caetano Veloso na música “Alegria, alegria” – no festival da TV Record de 1967 –, composto de Tony Osanah (guitarra e voz), Cacho Valdez (guitarra), Toyo (órgão), Willy Verdaguer (baixo) e Marcelo Frias (bateria).

¹² Depoimento registrado no documentário *Ronnie Von: Quando éramos príncipes* (2013).

“Uma dúzia de rosas”, o samba de Carlos Imperial que abria o disco, “Belinha”, da dupla Toquinho e Vítor Martins, e “Minha gente”, de Demétrius.

As duas primeiras eram canções de amor, a última tecia críticas à exploração econômica e à mistificação religiosa, o que fazia dela uma típica canção “festivalesca”, expressão cunhada por Chico Buarque para referir-se às formulas de protesto que povoavam os festivais da canção. O primeiro lado do disco termina com “Soneca contra o Barão Vermelho”, que contava a história de um cachorro que, em seus sonhos, salvava a Terra de ser conquistada por um vilão. Repleta de efeitos sonoros com arranjo de Duprat, a canção se assemelha a uma radionovela de ficção científica nos moldes de *Guerra dos mundos*, de Orson Welles.

O segundo lado do LP inicia-se com “Pra chatear”, composição com autoria e voz de Caetano Veloso, que inclui três fábulas em formato sonoro que misturam ironia e pessimismo. “O último homem da Terra” é sobre um sujeito que se orgulhava de ser o único habitante do planeta até morrer de solidão, enquanto “O manequim” trata de uma mulher desiludida no amor que idealizava um relacionamento com um manequim de loja. Já “A filha do rei” satiriza o idealismo dos contos de fada ao falar de uma princesa que, na ausência de um pretendente como lhe convém, iria se casar com quem lhe trouxesse “uma rosa dessas à-toa”. A faixa mais desconcertante do disco é “Meu mundo azul”, versão de Fred Jorge, cuja letra trivial sobre sol e arco-íris contrasta com a voz de Ronnie processada em estúdio, sob um arranjo que valoriza a estridência e o ruído. Era difícil inferir o conteúdo do disco pela capa, que seguia o mesmo padrão de seus lançamentos prévios com fotos que destacavam a beleza do cantor e até um texto ao estilo Pequeno Príncipe sobre ternura, paz e crianças. Enquanto a composição de Caetano deu origem a um compacto com repercussão comercial razoável, o disco, segundo Ronnie, representou um dos maiores fracassos de sua vida (RONNIE VON..., 2013).

A TRILOGIA PSICODÉLICA

Em 1968, o tropicalismo despontou com grande estardalhaço e chamou a atenção de Ronnie Von. Porém, ele mesmo afirmou que, apesar do envolvimento afetivo com a tropicália, faltava-lhe o aval da gravadora para integrar o movimento (RONNIE VON..., 2013). Para além dessa explicação dada pelo próprio cantor, é difícil achar algum relato que explique por que Ronnie não participou do grupo de artistas que transformava a MPB. O que podemos asseverar é a sua ligação com Os Mutantes, que frequentavam seu programa, e também sua proximidade com Caetano, que já tinha lhe cedido uma composição para seu disco de 1967. Analisando sua obra, no entanto, é possível perceber uma distância em relação às propostas do tropicalismo, por exemplo, pela falta de posicionamento ideológico para retrabalhar antropofagicamente questões que envolviam o nacionalismo, como faziam as canções do grupo baiano. Em uma reportagem de fins de 1968, portanto às vésperas de produção de seu primeiro disco psicodélico, Ronnie afirma:

Acho que não tenho sido convenientemente aproveitado, mas vou fazer o que é certo – romper esquemas. [...] há dois anos a juventude vem incentivando experiências musicais [...]. Há muita insatisfação e o aparecimento do chamado Tropicalismo é bem um sintoma disso [...]. Acho que algo de sério e definitivo pode ser feito. Tenho certeza de que posso encontrá-lo. Um novo som, capaz de traduzir os anseios da juventude de hoje e as preocupações que a atormentam. Algo que [...] abra um caminho de esperança; que traduza confiança no futuro [...] uma música vibrante, mas não violenta; bem construída, mas para ser entendida por todos. (UM NOVO..., 1968, p. 8).

Nessa fala fica clara a tentativa de abandonar a imagem de “pequeno príncipe”, algo ressaltado na própria reportagem, sem, no entanto, romper em absoluto com o apelo de mercado. O desejo de fazer “Uma música vibrante, mas não violenta; bem construída, mas para ser entendida por todos” talvez nos ajude a compreender a distância de Ronnie em relação às propostas herméticas, iconoclastas e vanguardistas do tropicalismo.

No início de 1969, mais de um ano, portanto, desde o lançamento do LP anterior, Ronnie voltava aos estúdios. A jovem guarda já havia terminado, e a gravadora de Ronnie, devido à transição da presidência, estava sem voz de comando. As condições estavam dadas para o cantor assumir um trabalho mais autoral, o que já vinha ensaiando nos discos anteriores. Composta por Arnaldo Saccomani e com o título sugestivo de “Meu novo cantar”¹³, a faixa de abertura de seu quarto álbum – *Ronnie Von* (1969) – expurgava as incompreensões e os dilemas de uma carreira até então hesitante e prometia uma direção mais segura¹⁴. A promessa seria cumprida nesse e em seus dois discos seguintes, formando, assim, o repertório da chamada trilogia psicodélica.

13 “Olha, eu nem sei de onde venho/ nem pra onde vou/ ninguém me escuta/ e nem sei quem sou/ eu procurei meu caminho no vento/ mas ele não soprou/ então eu pedi ao mar uma trajetória/ mas ele secou/ não importa/ eu sou amigo do vento e do mar/ acho que eu embarquei a vida num navio de prata/ mas ele não mais navega/ sobre os dias e noites/ Então eu não sei se ir ou se ficar/ Se eu não me conheço/ Como posso gostar de mim?/ [...] Doa a quem doer/ Então eu vou cantar/ Meu canto é pra valer/ Meu canto é pra mudar”.

14 Conforme consta de texto de Ronnie Von no encarte do CD do álbum relançado em 2007, “foi o único trabalho em toda a minha carreira sobre o qual eu tive controle total”.

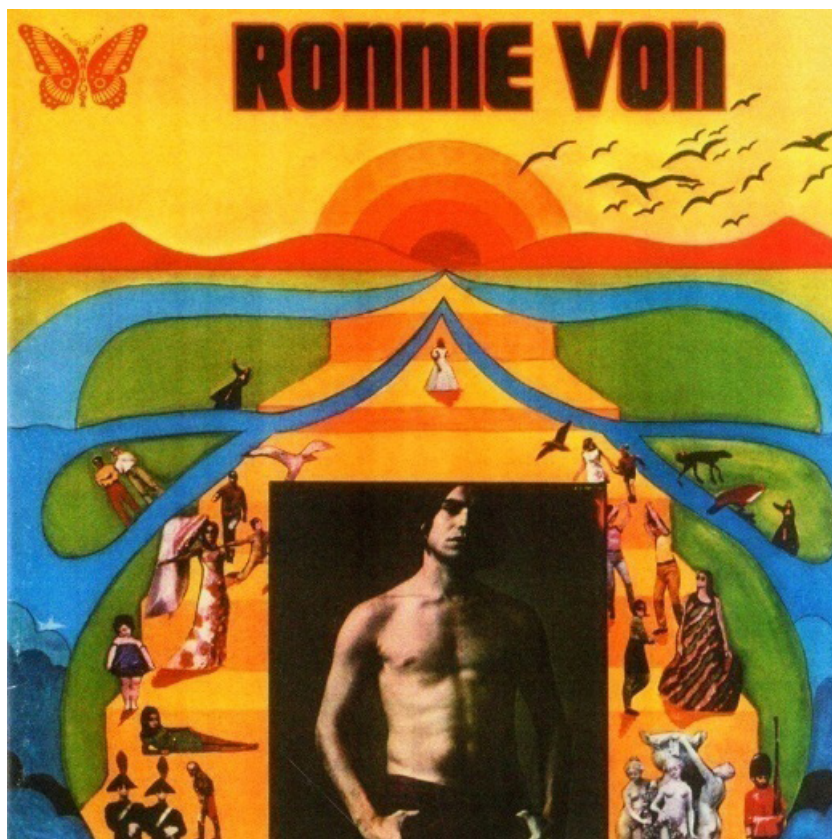


Figura 5 – Capa de *Ronnie Von* (1969). Fonte: DISCOGS

A mudança de caminho iniciada no álbum anterior fica nítida já na capa desse disco de 1969 (Figura 5). A parte inferior da imagem, de autor desconhecido, traz a foto do cantor de torso à mostra, uma novidade nas capas da música jovem até a época. A iluminação lateral destaca o peito com certo tom de sensualidade. Ao redor da foto, um desenho de influência surrealista, colorido com várias pequenas imagens de pessoas e animais sobre formas arredondadas, cria uma estranha perspectiva que leva o conjunto a um sol que se põe no horizonte entre montanhas. A temática e a forma visual inspiradas no rock psicodélico se contrapõem ao padrão de capas da jovem guarda. Aqui, mais do que apresentar um cantor de sucesso, a imagem sugere mudanças na maneira de dizer quem é o artista e também na experiência do ouvinte com as novidades da imagem visual da capa.

Para a produção do repertório, Ronnie Von contou com os arranjos do maestro Damiano Cozzella (1929-2018), também egresso do movimento Música Nova, e do compositor e produtor Arnaldo Saccomani (1949-2020), que tinha sido assistente de Manuel Barenbein, produtor de vários discos tropicalistas. Entre os músicos, Ronnie contou com a banda psicodélica B-612, que tocava no seu extinto programa de TV.

Cercado de músicos ligados às ideias tropicalistas, o repertório reverberava o ambiente experimental do rock psicodélico, em especial da fase final dos Beatles.

A faixa “Espelhos quebrados”, de Saccomani, cuja letra constrói cenas oníricas e abstratas¹⁵, traz sons de vidros quebrados¹⁶ e o arranjo de sopros e cordas de Cozzella com nítida influência de “Eleanor Rigby”, dos Beatles. Em “Silvia: 20 horas, domingo”, a banda produz um rock lisérgico com guitarras distorcidas e efeito *fuzz*, linhas de baixo mais soltas e arranjos de metais para contar uma história de amor juvenil. Antes de a música começar, ouve-se um jingle radiofônico do bar Íris, que realmente existiu na rua Augusta, em São Paulo. A inserção lúdica nos lembra o álbum conceitual *The Who sell out* (1967), terceiro trabalho da banda britânica The Who, composto de faixas intercaladas por falsos jingles.

No lado B, “Anarquia”, de Saccomani, é bom exemplo da influência da pacífica e colorida rebeldia *hippie* do final dos anos 1960. A faixa se inicia com uma conversa ao telefone entre Ronnie e o maestro Cozzella sobre moda até entrar a banda de rock e a letra que pede para todos irem às ruas fazer uma anarquia com amor e cores¹⁷. Já “Tristeza num dia alegre”, de Newton Siqueira Campos e Vicente Paula Sálvia, traz na introdução uma experimentação sonora curiosa: Cozzella posicionou um microfone dentro de um piano de cauda aberta, e depois bateu com baquetas de tímpano nas cordas e na madeira do piano (FALCÃO, 2021). A sonoridade estranha e expressiva antecipa a música com letra que discute as diferenças entre pobreza e riqueza, alegria e tristeza, luz do sol e sombra.

No mesmo ano de 1969, Ronnie Von prepara o segundo disco do que será a trilogia, o quinto de sua carreira, ainda com a parceria de Arnaldo Saccomani, acompanhamento dos Beat Boys e arranjos de Damiano Cozzella. O título – *A misteriosa luta do Reino de Parassempre contra o Império de Nuncamais* – já chama atenção pelo tamanho e por não ser o nome do artista, como era comum na época. A capa tem o título em manuscrito dando a volta em desenho monocromático feito por Sebastião Pinto dos Santos Filho com o rosto do cantor à direita e uma mistura de pequenos desenhos sem lógica espacial: um rosto de rei com a coroa, uma mulher nua deitada, um homem sentado em uma privada ou algo parecido, torres, escadas, mosaicos etc., como se construísse um reino fantasioso e irracional (Figura 7). Além do caráter onírico e profuso do desenho, a composição visual altera o manuseio da capa pelo ouvinte obrigando-o a girar o objeto para a leitura. Tal solicitação era estranha às capas da época, mas seguia uma tendência dos grupos de rock psicodélico do final dos anos 1960 de transformar a capa em um objeto de fruição visual e manual (DE VILLE, 2003).

15 “Sinto as nuvens de papel/ Hoje um carro sobe ao céu/ O sapato é de jornal/ Mas o incenso é nacional/ Vem me dizer se a cadeira vai morrer/ De tédio, sozinha, sem você/ Morrer de tédio, sozinha, sem você/ O amarelo fica azul/ E os habitantes vão pro sul/ Sinto a vela se apagando/ E os marcianos vem chegando.”

16 Um procedimento sonoro parecido seria usado em 1973 pela banda britânica de rock progressivo Gentle Giant: sons ritmados de vidros quebrados na introdução da música “The runaway”, que abre seu disco *In a glass house*.

17 “Prepare tudo o que é seu/ Veja se nada você esqueceu/ Pois amanhã vamos pra rua fazer/ Fazer uma tremenda anarquia/ Pintar as ruas de alegria/ Porque quem manda hoje somos nós, mais ninguém/ E não ligamos pra quem vai nem quem vem atrapalhar/ Há quem nos queira atrapalhar/ Nossa cidade será uma flor/ As avenidas com carros de amor.”

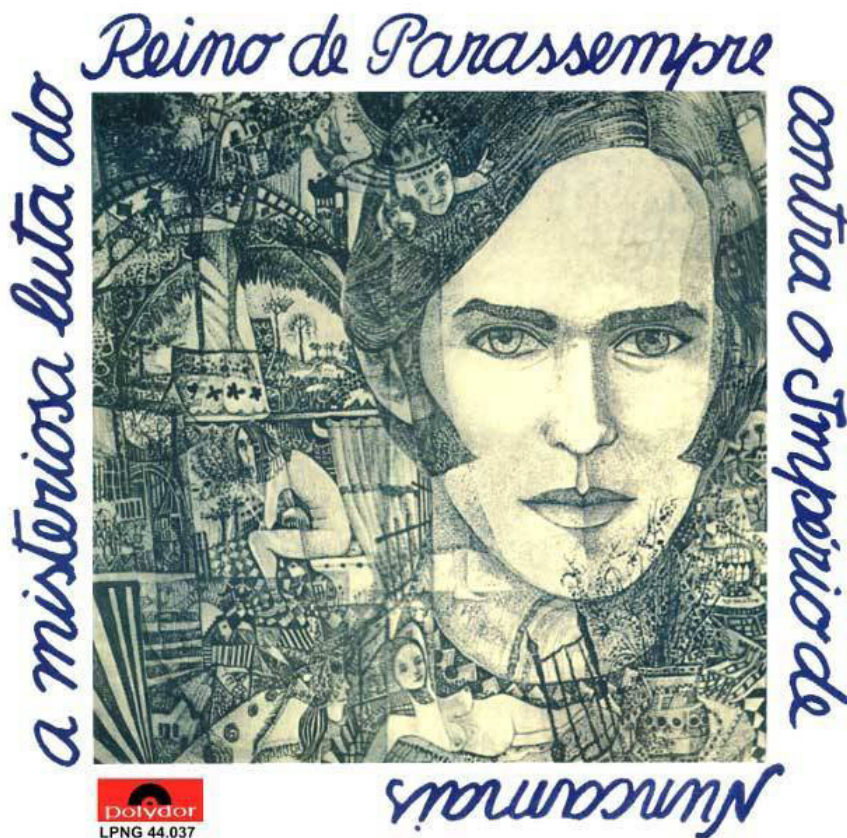


Figura 6 – *A misteriosa luta do Reino de Parassempré contra o Império de Nuncamais* (1969). Fonte: DISCOGS

Nos arranjos, apesar da presença de Cozzella, os resultados são menos provocativos. O repertório também tem menor o grau das novidades, misturando faixas inovadoras com versões de sucessos já conhecidos, como “My chérie amour” (Steve Wonder), “Comecei uma brincadeira” (versão de “I started a joke”, dos Bee Gees), entre outras. O disco abre com “De como meu herói Flash Gordon irá levar-me de volta a Alfa do Centauro, meu verdadeiro lar”, de Ronnie e Saccomani, um rock cuja letra mistura história em quadrinho, ficção científica, viagens espaciais e certa tristeza com o estado de destruição do planeta Terra¹⁸. A temática espacial continua em “Pare de sonhar com estrelas distantes”, de Tom Gomes e Luiz Vagner. Nessa faixa, o arranjo é composto dentro dos padrões de uma balada romântica com sopros e cordas permeando o acompanhamento dos Beat Boys, até que, ao final, os sons se desconstroem em dissonâncias e ruídos como influência dos arranjos finais das

¹⁸ “Tudo está tão confuso e nos ares da terra eu já me afoguei/ Flash Gordon amigo, vem me salvar vem/ Vem/ Vença os abismos do espaço com sua nave de prata/ Saia do futuro, viaje pelo tempo, venha me buscar/ Não há mais dias novos, nada mais tem cor e a vida é tão ingrata/ E neste ponto escuro eu não quero mais ficar.”

faixas “Good morning, good morning” e “A day in the life”, ambas do álbum *Sgt. Pepper’s Lonely Hearts Club Band*, dos Beatles, de 1967.

Há também um arranjo para “Dindi”, de Tom Jobim e Aloysio de Oliveira, que transforma essa conhecida bossa em uma balada. Em “Regina e o mar”, de Ronnie e Saccomani, a história trágica e angustiante da perda de Regina no mar (talvez uma alegoria da perda do amor) se traduz em sons misteriosos no início e ecos quando Ronnie canta “hey, hey, hey”¹⁹.

O último disco da trilogia psicodélica é *Máquina voadora* (1970), ainda da Polydor²⁰. Ronnie Von continua com o acompanhamento dos Beat Boys e a produção de Arnaldo Saccomani. Os arranjos são dos maestros Francisco de Moraes²¹ e Djalma Mellin. A capa retorna ao padrão conhecido do rosto do artista em primeiro plano, como concessão ao mercado, mas o diferencial fica na contracapa (Figura 7): um desenho onírico do cantor sentado em um trono em uma espécie de nave voadora com asas, formato de barco e motor a vapor com chaminé. O desenho da estranha nave está sobre um fundo de raios de cores quentes (amarelo, laranja e vermelho) simulando profundidade e movimento. O ilustrador segue uma temática cara ao rock progressivo britânico da época, que envolve uma imagem de relações ilógicas e também a noção de “viagem” com naves espaciais emulando uma saída da realidade em que se vivia e da qual se propunha fugir (VARGAS, 2023).

19 “Ah, Regina sozinha no meio do mar/ E eu sem poder/ Buscar Regina sozinha/ Eu começo na praia, amor, sem querer/ Cantar hey, hey, hey!/ Mas tudo se acabou/ A noite veio, enfim/ E nada mais, mais restou/ Ah, Regina sozinha/ O mar te levou.”

20 Optamos pela grafia *Máquina voadora* devido a uma indefinição no álbum. Na contracapa, está escrito *A máquina voadora* e no selo do disco está grafado *Minha máquina voadora*.

21 Conhecido no meio artístico como Chiquinho de Moraes (1937-2023), era pianista e arranjador em gravadoras e shows de Elis Regina, Edu Lobo, Erasmo Carlos, Nana Caymmi, Roberto Carlos e Simone, entre outros.

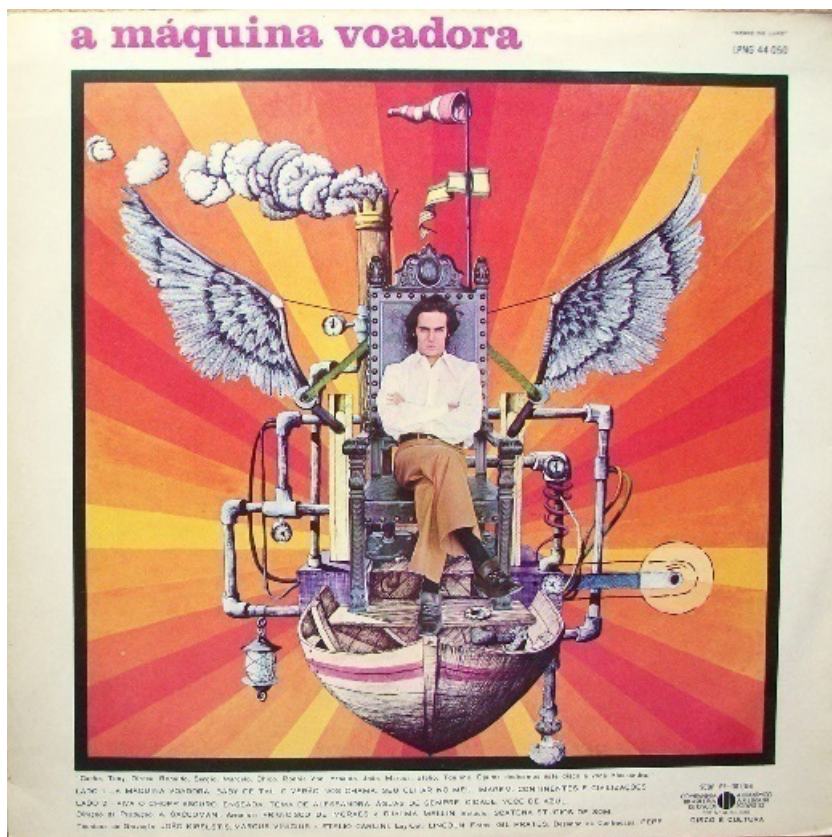


Figura 7 – Contracapa de *Máquina voadora* (1970). Fonte: DISCOGS

A “viagem” aparece logo na faixa de abertura, de Ronnie Von e San Martin, que dá nome ao disco. O arranjo do maestro Chiquinho de Moraes, forte e grandiloquente com banda e orquestra, simula a sensação sonora de um voo. Ronnie canta o desejo de se soltar livremente no ar reproduzindo a máxima futurista da libertação ao juntar poema e metal²². Essa música é a mais potente do disco, que se divide entre canções com algum grau de experimentação e outras mais palatáveis ao padrão do mercado e do público tradicional do cantor: peças românticas ou próximas ao rock mais ingênuo da jovem guarda. Neste segundo grupo, há os casos de “Seu olhar no meu”, “Verão nos chama”, “Viva o chope escuro”, as três de Ronnie e San Martin, e “Enseada”, de Renato Teixeira.

Há, no entanto, faixas que contêm tentativas de invenção. Em “Continentes e civilizações”, de Jean Pierre e Tom Gomes, temos uma letra que fala do amor

22 “Em meu brilhante pássaro de prata/ Vou navegar pelas nuvens soltas/ Leve para o alto/ Toda minha vida/ Meu aeroplano/ Combustível, metal e poema/ Minha máquina voadora.”

através da história²³. Inicialmente, ela é declamada para, pouco a pouco, com a entrada dos instrumentos, se transformar em canto seguindo uma dinâmica de crescimento sonoro e instrumental comum ao rock progressivo. A letra de “Cidade”, de Eustáquio Sena e Paulinho Tapajós, relata uma busca pelo amor nas ruas da cidade insinuando, de forma sutil, a crítica da contracultura à vida urbana e seus problemas, sob um arranjo potente da banda e da orquestra de metais e cordas²⁴. Na faixa “Águas de sempre”, de Ronnie e San Martin, entre citações à natureza e metáforas oníricas (“horas azuis”, “veja colorida sua imagem”, “meu barco de prata”), o arranjo de cordas e metais amplifica a eloquência da busca pelo amor²⁵.

Se esses três discos representam um rompimento consciente e anunciado com a imagem de “pequeno príncipe” e a incorporação de uma série de procedimentos estéticos estranhos à música popular de então, eles não são suficientes para fazer de Ronnie um cantor “maldito”, à margem do mercado, e muito menos tropicalista. Por mais que esses discos tenham representado fracassos comerciais, a imagem de Ronnie enquanto artista palatável ao mercado, acessível e benquisto se mantinha. Prova disso é sua constante presença na grande mídia, seja nas reportagens de jornais e semanários televisivos, como a *Intervalo*, seja em programas populares de TV, como o de Flavio Cavalcanti, que lhe daria o título de “Papai do ano” devido ao nascimento de sua filha, evento que rendeu longa reportagem na revista *O Cruzeiro* (LOPES; LUZ, 1970, p.122). A combinação entre dois elementos aparentemente contraditórios – uma produção psicodélica e uma imagem afável na grande mídia – permite compreender uma negociação com as convenções de mercado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A trajetória de Ronnie Von é uma das mais assimétricas dentre os artistas ligados à estética da jovem guarda. Pressionado pela gravadora para se adequar ao protótipo do galã de música jovem, teve que produzir segundo convenções que não lhe agradavam. Vindo de família rica, as promessas de multiplicação do capital econômico não brilhavam seus olhos. O pessimismo e a ironia de um punhado de canções, além dos palcos de seu programa, pareciam ser maneiras de extravasaresse sentimento de inadequação.

O processo de construção de sua imagem retrabalhou alguns dos elementos

23 “Quantas vezes, o mesmo amor contemporâneo/ Cruzou o azul Mediterrâneo em naves fenícias/ Em busca das colônias, pelos Jardins da Babilônia/ Pela Pérsia, China e Macedônia/ Entre gregos e romanos, entre hebreus e muçulmanos/ Em nós, o mesmo ciúme e o mesmo perfume.”

24 “Eu só vejo automóveis/ O sinal se fechou/ Mas meu peito se abriu pra você/ Vou perdido porque os meus passos/ Só conhecem os campos distantes/ Mas eu sei que essa grande avenida/ ainda vai terminar em você.”

25 “Já vai longe o tempo em mim/ Que entre flores você vinha/ As horas azuis enfim/ Iam correr só minha/ E então tudo é só meu/ O sol e o céu também/ Em águas de sempre/ Eu vejo colorida sua imagem voltar/ Meu barco de prata agora flutuando vai poder navegar.”

de distinção que forjaram seu *habitus* de classe – sua origem social, seu passado como piloto, seu repertório cultural – e os integrou em uma narrativa coerente que buscava dar sentido à construção de seu personagem. Ele não foi, portanto, um ídolo pré-fabricado, mas sim fabricado, da mesma forma que Roberto e Erasmo Carlos. O específico de Ronnie foi levar ao limite o poder da indústria de produzir ídolos e negociar espaços dentro dessa indústria na busca de oportunidades distintas do padrão de cantor de sucesso. Outra especificidade é a trajetória da consagração, que se deu antes pela TV do que pelo rádio e disco. Sua aparência física e *performance* frente às câmeras contaram decisivamente, pois quando se tornou celebridade não possuía quase nenhum material gravado.

O processo de construção de uma imagem envolve a inserção em um sistema de relações de poder, e no caso de Ronnie Von essa posição, ao mesmo tempo que lhe deu destaque, tornou-se um peso nas costas, provavelmente, por dois problemas. Uma dificuldade era se manter na órbita da jovem guarda sem ameaçar o seu centro de gravidade: Roberto Carlos. A segunda era se aproximar dos tropicalistas ou dos roqueiros psicodélicos da época sem sucesso comercial, movimento esse dificultado pela gravadora e pelos próprios limites do cantor. Como sentenciam seus biógrafos: “Ele não tinha o talento da composição de Roberto Carlos, para seguir carreira autoral. [...] Não tinha igualmente o dom vocal de Elis como intérprete” (GUERREIRO; PIMENTEL, 2014, p. 72). Juntamos a isso sua distância de artistas como os tropicalistas Gil, Caetano e Tom Zé no campo da composição. É forçoso taxar Ronnie de tropicalista, pois não há em suas composições a crítica ideológica que o tropicalismo traz. Mesmo quando canta uma canção antiga, como “Lábios que beije”, de J. Cascata e Leonel Azevedo²⁶, em seu quarto disco, não há na interpretação e nos arranjos a dimensão antropofágica, característica central das releituras tropicalistas, presente em canções como “Coração materno”, de Vicente Celestino, faixa do disco *Tropicália ou Panis et circencis*.

Assim, o equilíbrio precário de Ronnie em sua carreira evidencia que uma trajetória artística é sempre um jogo tenso entre aspirações individuais e forças sociais que constroem o indivíduo e tentam enquadrá-lo em convenções que operam à sua revelia. Isso nos mostra que o sucesso não dependia somente dos cantores ou de um meio de comunicação específico, mas sim de um sistema coletivo de produção de sentido em que mídias, empresários, gravadoras, artistas, público e outras instâncias de poder atuavam. A trilogia psicodélica nos mostra como a aventura de Ronnie não se dava apenas na construção estética de suas canções – nas composições, arranjos, gravação, concepção visual das capas etc. – mas também nesse equilíbrio tênue e constantemente negociado com os interesses, demandas e gostos do campo de produção musical da época.

26 Gravada originalmente em 1937 por Orlando Silva.

SOBRE OS AUTORES

MARCELO GARSON é professor adjunto do Departamento de Comunicação da Universidade Federal do Paraná (UFPR).

garson.marcelo@gmail.com

<https://orcid.org/0000-0001-8767-1875>

HEROM VARGAS é professor visitante no Programa de Pós-Graduação em Educação, Arte e História da Cultura da Universidade Presbiteriana Mackenzie (PPGEAHC/UPM), bolsista de produtividade em pesquisa, nível 2, do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e vice-presidente da seção latino-americana da International Association for the Study of Popular Music (IASPM-AL).

heromvargas50@gmail.com

<https://orcid.org/0000-0002-7837-6740>

REFERÊNCIAS

- ACUIO, Carlos. Ronnie Von. *Manchete*, n. 758, Rio de Janeiro: Bloch Editores, 29 out. 1966, p. 20-21. Hemeroteca Digital da Fundação Biblioteca Nacional.
- ARAÚJO, Paulo César de. *Roberto Carlos em detalhes*. Rio de Janeiro: Planeta, 2006.
- BOURDIEU, Pierre. *Coisas ditas*. São Paulo: Brasiliense, 1990.
- BOURDIEU, Pierre. *As regras da arte*. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 2005.
- BOURDIEU, Pierre. *A distinção: crítica social do julgamento*. São Paulo: Zouk, 2007.
- CARLOS, Erasmo. *Minha fama de mau*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.
- DE VILLE, Nick. *Album: style and image in sleeve design*. London: Mitchell Beazley, 2003.
- DISCOGS. The most underrated albums of all time. Disponível em: <https://www.discogs.com>. Acesso em: 3 mar. 2023.
- DUNN, Christopher. *Brutality garden: tropicalia and the emergence of a Brazilian counterculture*. Chapel Hill: University of North Carolina Press, 2001.
- ESTES JOVENS maravilhosos com suas vozes dissonantes. *Os reis do iê, iê, iê*. Rio de Janeiro: Edibras, jun. 1966, p. 2-23.
- FALCÃO, Sidney. "Ronnie Von" (Polydor, 1969), Ronnie Von. Discos Essenciais. Disponível em: <https://discosessenciais.blogspot.com/2021/08/ronnie-von-polydor-1969-ronnie-von.html>. Acesso em: 5 mar. 2023.
- FRÖES, Marcelo. *Jovem guarda: em ritmo de aventura*. São Paulo: Editora 34, 2000.
- GARSON, Marcelo. *Jovem guarda: a construção social da juventude na indústria cultural*. Tese (Doutorado em Sociologia). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2015.

- GUERARDI, Gaetano. Ronnie Von, o estranho ídolo. *Contigo*. São Paulo: Ed. Abril, out. 1966, p. 3-5. Hemeroteca Digital da Fundação Biblioteca Nacional.
- GUERREIRO, Antonio; PIMENTEL, Luiz Cesar. *Ronnie Von: o príncipe que podia ser rei*. São Paulo: Planeta, 2014.
- IBOPE. PD – Pesquisa semanal sobre vendas de discos. Rio de Janeiro, 1966. <https://shorturl.at/MPQdO>. Acesso em: 3 abr. 2015.
- INTERVALO para conversa. *Intervalo*, n. 195, São Paulo: Ed. Abril, 2 out. 1966, p. 32-33. Hemeroteca Digital da Fundação Biblioteca Nacional.
- JOTA. As últimas. *Pioneiro*. Caxias do Sul, n. 47, 8 out. 1966, p. 20. Hemeroteca Digital da Fundação Biblioteca Nacional.
- JOVEM GUARDA – Especial 25 Anos (TV Record). O tremendão Erasmo Carlos apresenta o especial “Roberto Carlos e a Jovem Guarda” na série comemorativa dos 40 anos da TV Record, em programa exibido aos 30/9/1990. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=R_DtYJl5Bf8. Acesso em: fev. 2024.
- LOPES, Wanderley; LUZ, Walter. Ronnie Von, papai do ano. *O Cruzeiro*, n. 34, Rio de Janeiro: Diários Associados, 18 ago. 1970, p. 120-128. Hemeroteca Digital da Fundação Biblioteca Nacional.
- LEE, Rita. *Rita Lee: uma autobiografia*. Rio de Janeiro: Globo Livros, 2016.
- MEDEIROS, Paulo T. C. *A aventura da jovem guarda*. São Paulo: Brasiliense, 1984.
- NAPOLITANO, Marcos. *Juventude e contracultura*. São Paulo: Contexto, 2023.
- PONCE DE LÉON, A. Quem é esse cara?. *Jornal do Brasil*, n. 236, Caderno B, 7 out. 1966, p. 5.
- RODRIGUES, Jorge Caê. *Anos fatais: design, música e tropicalismo*. Rio de Janeiro: 2AB/Novas Ideias, 2007.
- RODRIGUES, Nelio. *Histórias secretas do rock brasileiro*. Rio de Janeiro: Grupo 5W, 2014.
- RONNIE Von quer ser o novo rei do iêiêiê. *Intervalo*, n. 183, São Paulo: Ed. Abril, 10 jul. 1966a, p. 3-5. Hemeroteca Digital da Fundação Biblioteca Nacional.
- RONNIE Von denuncia: querem me destruir. *Intervalo*, n. 198, São Paulo: Ed. Abril, 23 out. 1966b, p. 6-7. Hemeroteca Digital da Fundação Biblioteca Nacional.
- RONNIE Von se desdobrou. *Intervalo*, n. 199, São Paulo: Ed. Abril, 30 out. 1966c, p. 21. Hemeroteca Digital da Fundação Biblioteca Nacional.
- RONNIE VON. *Ronnie Von*. Rio de Janeiro: Polydor, 1966d. LPNG 44.001.
- RONNIE VON. *Ronnie Von*. Rio de Janeiro: Polydor, 1967a. LPNG 44.005.
- RONNIE VON. *Ronnie Von n° 3*. Rio de Janeiro: Polydor, 1967b. LPNG 44.015.
- RONNIE VON. *Ronnie Von*. Rio de Janeiro: Polydor, 1969. LPNG 44.022.
- RONNIE VON: quando éramos príncipes. Direção: Ricardo Alexandre e Caco Souza. Documentário. Brasil: Bis Docs, 2013. (50 min.).
- RONNIE VON. *A misteriosa luta do Reino de Parasempre contra o Império de Nuncamais*. Rio de Janeiro: Polydor, 1969. LPNG 44.037.
- RONNIE VON. *Máquina voadora*. Rio de Janeiro: Polydor, 1970. LPNG 44.050.
- ROSZAK, Theodore. *A contracultura: reflexões sobre a sociedade tecnocrática e a oposição juvenil*. 2 ed. Petrópolis: Vozes, 1972.
- VARGAS, Herom. Capas de disco do rock brasileiro (1968-1978). *Revista ECO-PÓS*, v. 26, 2023, p. 448-477. <https://doi.org/10.29146/eco-ps.v26i01.27910>.
- UM ANJO domina o iêiêiê. *Intervalo*, n. 187, São Paulo: Ed. Abril, 7 ago. 1966, p. 3-5. Hemeroteca Digital da Fundação Biblioteca Nacional.
- UM NOVO som para Ronnie. *Intervalo*, n. 305, São Paulo: Ed. Abril, 10 nov. 1968, p. 7-8. Hemeroteca Digital da Fundação Biblioteca Nacional.

A república no império: mapeando o discurso republicano no Brasil dos Oitocentos (1822-1870)

[*The republic in the empire: mapping republican discourse in nineteenth-century Brazil (1822-1870)*]

Bruno Veçozzi Regasson¹

RESUMO • Trabalho de história conceitual, este artigo mapeia o discurso republicano no Brasil Império. Permeado pelo republicanismo clássico e pelo liberalismo político, república foi um conceito de uma linguagem de crise associada a movimentos revolucionários, mas também esteve ligado a um projeto reformista da monarquia. A partir de 1850 há um ponto de inflexão, e o conceito responde ao processo de modernização socioeconômico do Brasil em uma chave conservadora, incorpora um ideário cientificista e se solidifica como antítese à monarquia. • **PALAVRAS-CHAVE** • Republicanismo brasileiro; pensamento político brasileiro; história dos conceitos. •

ABSTRACT • Conceptual history paper, this article maps the republican discourse during the Brazilian Empire. Permeated by classical republicanism and political liberalism, republic was a concept of a language of crises, associated with revolutionary movements, but was also connected to a reformist project of the monarchy. Beginning in 1850, there is a point of inflexion and the concept responds to the socioeconomic process of modernization in Brazil in a conservative perspective, incorporates a scientific ideology and solidifies itself as an antithesis to monarchy. • **KEYWORDS** • Brazilian republicanism; Brazilian political thought; conceptual history.

Recebido em 29 de novembro de 2023
Aprovado em 6 de março de 2025

REGASSON, Bruno Veçozzi. A república no império: mapeando o discurso republicano no Brasil dos Oitocentos (1822-1870). *Rev. Inst. Estud. Bras.* (São Paulo), n. 90, 2025, e10736.



Seção: Artigo
DOI: 10.11606/2316901X.n90.2025.e10736

¹ Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC, Florianópolis, SC, Brasil).

*Não basta confessar a fé de
republicano: difícil é o
saber sê-lo. (BARBOSA,
1962, p. 284).*

O termo *república* é de longa história, carregando em si uma complexa polissemia. O caminho que percorreu remete aos escritos gregos clássicos, passando por Roma, pelo mundo anglo-saxônico e francófono antes de chegar ao mundo lusófono. Aqui no Brasil, a palavra tem seus primeiros registros já em 1713, percorrendo uma trajetória de transformações antes de designar a forma institucional consolidada a partir de 1889 e vigente até hoje. Este trabalho tem como objetivo contar parte dessa história, mapeando e reconstruindo a trajetória do termo república no discurso político brasileiro do Império desde sua independência até a fundação do Partido Republicano.

A pesquisa é orientada por pressupostos metodológicos da história das ideias políticas, especificamente a história conceitual de Reinhart Koselleck (1992), que propõe enquadrar conceitos políticos como objetos de estudo privilegiados do campo, entendendo-os como fatores pelos quais se conhecem transformações sociopolíticas de sociedades, registros de percepções de grupos sobre situações históricas e instrumentos que contribuem para a ação política. Para tal, o historiador precisa estar atento aos aspectos linguísticos do discurso, mas também à sua relação com a história social de seus contextos, os grupos que o manejavam e os conflitos sociais e políticos nos quais estavam presentes. Como argumenta Melvin Richter, essa proposta teórica é conciliada com aquela do contextualismo linguístico skinneriano: a história dos conceitos aqui feita é uma história da “recepção ou, mais radicalmente, tradução de conceitos primeiramente usados no passado, mas então colocados em serviço por gerações anteriores” ou, ainda, um “registro de como o uso deles foi subsequentemente mantido, alterado ou transformado” (RICHTER, 2001, p. 79 – tradução própria).

Nesses termos, o conceito de república possui uma história de usos, viagens e traduções, e sua polissemia, como não poderia deixar de ser, chega também ao Brasil. Em 1713, o dicionário Bluteau definia república como “qualquer classe de estado’ dedicado ao bem comum – perfeitamente compatível, portanto, com a monarquia, a aristocracia ou a democracia. Era nesse sentido que se compreendia o adjetivo

republicano – ‘depositário do bem da república’; ‘amigo do bem público’” (STARLING; LYNCH, 2009, p. 1282 – tradução própria). A palavra não vinha sempre associada ao debate sobre forma de governo, tinha contornos sociais, culturais e morais, colava-se a reivindicações de justiça, liberdade “e alguns daqueles que recorreram a essa palavra não se mostraram de início convencidos de que a forma republicana de governo era a melhor solução para os problemas que enfrentavam” (STARLING, 2018, p. 13).

Conforme historiciza Heloisa Starling (2018), no Brasil colônia o republicanismo já era uma linguagem utilizada por colonos para demonstrar insatisfação e afirmar uma posição contra os abusos dos funcionários ultramarinos – uma história de usos e transformações que é também uma história de revoltas. Na Sedição de 1710 em Olinda, primeiro levante colonial a pôr em xeque a autoridade da Coroa, república nomeava uma experiência de autogoverno pensada como forma institucional de uma cidade soberana. A inspiração estava na experiência da República de Veneza, governo aristocrático, exclusivista politicamente e hereditário. Décadas depois, na Inconfidência Mineira de 1789, os inconfidentes empunhavam noções de igualdade política modelada pelo valor da excelência e de vida ativa – valores típicos do discurso republicano clássico ítalo-atlântico – e ao mesmo tempo americanizavam o discurso republicano. Aqui começa a aparecer a contraposição entre América e Europa, o sentimento de pertencimento colonial ao continente americano que será *tópos* dos mais diversos republicanos brasileiros. O discurso mineiro defendia ainda a valorização dos interesses particulares e sua adequação ao bem coletivo, a fatiação dos poderes, o projeto confederado e o esquema de representação.

A Conjuração Fluminense de 1792 trouxe Rousseau para a discussão, mostrando a forte influência da Revolução Francesa no Brasil: há uma sobrevalorização do tema da igualdade, e a República é enquadrada como sinônimo de leis francesas, soberania da Assembleia e governo de iguais. A Conjuração Baiana de 1798 radicaliza essa tendência: introduz o vernáculo de povo para a legitimação do projeto republicano em linhas jacobinistas. As cinco principais matrizes da tradição republicana, portanto, já eram manuseadas no Brasil colônia – a romana da Antiguidade, a italiana do Renascimento, a inglesa do século XVII, a norte-americana do século XVIII e a francesa dos séculos XVIII e XIX (STARLING, 2018).

O estudo que se segue busca expor a continuidade dessa trajetória e apresenta seus resultados em duas seções, que correspondem a duas fases das linguagens sobre a república identificadas no Brasil Império. Na primeira, é apresentada a fase que vai da independência até o final do consenso saquarema, em 1853; na segunda, é apontado um momento de inflexão no conceito, que responde ao processo de modernização do país. O trabalho se encerra com a fundação do Partido Republicano em 1870.

REPUBLICANISMO CLÁSSICO E LIBERALISMO POLÍTICO: DA INDEPENDÊNCIA AO CONSENSO SAQUAREMA

Nos anos que cercaram o processo de Independência de 1822, o conceito de república era amplamente manuseado no país. Exemplos são as agitações de Pernambuco em 1817 e em 1824. Os movimentos possuem notórias continuidades ideológicas

perceptíveis em seus principais manifestos², como a ênfase na autonomia provincial, na crítica ao despotismo do poder central e no discurso de defesa de um ideal de democracia. Em 1817, foi a primeira vez no país que um movimento materializou uma experiência de rompimento colonial e autonomia provincial, organizada na proposição de um projeto político explicitado em um projeto constitucional. Tal projeto tinha por guia normativo o modelo estadunidense da república federada jeffersoniana, antitética à centralização empreendida pela Convenção da Filadélfia, uma república onde a soberania era principalmente legislativa. Em 1824, nota-se a forte presença da literatura revolucionária americana e francesa, a persistência dos temas do constitucionalismo, do sistema americano, representativo, confederado: “tratemos de constituir-nos de um modo análogo às luzes do século em que vivemos; o sistema americano deve ser idêntico; desprezemos instituições oligárquicas, só cabidas na encanecida Europa” (PESSOA, 1973, p. 16). Em que pese o discurso, a aristocracia rural da região participou ativamente dos movimentos, tocados centralmente por grandes proprietários.

Os dois eventos demonstram uma característica contínua do republicanismo brasileiro até pouco mais da metade do século. Em 1817, a autonomia provincial era marcadamente prioridade sobre a forma de governo, sendo essa a aspiração maior dos movimentos. A Confederação do Equador, de 1824, não era inicialmente separatista e antimonárquica: sua reivindicação básica era que, desfeita a unidade do Reino de Portugal, Brasil e Algarves pela Revolução do Porto, a soberania estivesse nas províncias e apenas estas poderiam negociar um pacto constitucional com a Coroa e assim se constituírem como unidades autônomas. Soberania local sem separatismo ou ruptura com o governo monárquico no Rio de Janeiro “foi uma aspiração mais ou menos disseminada entre as províncias antes e depois da Independência” (STARLING, 2018 p. 234). Assim, a partir da independência, a defesa da República aglutina-se em atores políticos específicos, principalmente “vintistas extremados, que somente levados ao limite rompiam com a fórmula de assentimento da monarquia constitucional” (STARLING; LYNCH, 2009, p. 1288 – tradução própria).

Frei Caneca é um exemplo típico desse modo de pensar. Rebelde de 1817, em 1822 ele professava crença na monarquia constitucional, posição que mudou apenas quando d. Pedro I outorgou a Carta de 1824, que Caneca entendia como profundamente centralizadora.

Não havia, em Caneca, esquizofrenia política ou oportunismo. Sua coerência estava, não na escolha do regime – república ou monarquia –, mas sim no contrato social estabelecido em torno da Constituição, que garantisse aos agentes políticos [...] as condições efetivas de pleitear em defesa de seus interesses. (DOLNIHKOFF, 2005, p. 56).

O pacto era o federalismo, facilmente dissociável da república como forma de governo no pensamento do Frei:

2 São exemplos a Proclamação do Governo Provisório Revolucionário de Pernambuco (1817) e o Manifesto de proclamação da Confederação do Equador (1824).

O Brasil, só pelo fato de sua separação de Portugal e proclamação da sua independência, ficou de fato independente, não só no todo como em cada uma de suas partes ou províncias; e estas, independentes umas das outras. Ficou o Brasil soberano, não só no todo, como em cada uma de suas partes ou províncias. [...] Portanto, podia cada uma seguir a estrada que bem lhe parecesse, escolher a forma de governo que julgasse mais apropriada às suas circunstâncias, e constituir-se da maneira mais conducente à sua felicidade. [...] Bahia podia constituir-se república; Alagoas, Pernambuco, Paraíba, Rio Grande, Ceará e Piauí, federação; Sergipe d'El Rei, reino; Maranhão e Pará, monarquia constitucional; Rio Grande do Sul, estado despótico. (CANECA, 2001, p. 463).

Os liberais brasileiros vintistas foram homens influenciados pelos acontecimentos e pela linguagem da Revolução do Porto de 1820. Os portugueses ligados ao movimento eram constitucionalistas e inspirados no republicanismo francês de 1789, professando a crença em um parlamento unicameral e na subordinação do rei à Assembleia. Quem recebeu essa linguagem no Brasil foram letrados, comerciantes das cidades costeiras, padres, profissionais liberais, mas em grande parte senhores rurais, latifundiários e proprietários de escravos. Tratava-se de elites provinciais desligadas da elite burocrática do Rio de Janeiro que se entendiam como sociedade civil brasileira. Ocupavam uma posição externa à burocracia dirigente, de modo que o discurso parlamentarista, nos seus diversos recortes (inglês, estadunidense e francês), tinha terreno fértil: refletia um anseio pelo controle do processo político. Mas, exercendo dominância na economia local, pouco pensavam em termos de nação e consciência nacional. Por isso, eram, antes de mais nada, federalistas, quando não separatistas, e fomentavam a ojeriza à centralização administrativa e política. Eram, portanto, atraídos pelo republicanismo estadunidense, que havia feito a ponte definitiva entre república e confederação/federação. A república para estes autores aparece como meio antes do que como fim. De modo mais frequente, meio de emancipação do governo nacional.

O discurso republicano brasileiro segue esse tom pelas décadas posteriores do império. Ele se refere a república como uma forma de governo “sinônimo de democracia ou de governo popular eletivo” (STARLING; LYNCH, 2009, p. 1288 – tradução própria), associando-se à concepção parlamentarista de soberania legislativa. Esse democratismo era, na maioria de suas manifestações, limitado, pensado em chave elitista, uma democracia dos grandes proprietários. Os atores associados a essa linguagem se jogavam na propaganda pela desaristocratização da sociedade, extinção de protocolos dinásticos (o rito de beijar a mão do imperador era o exemplo mais recorrente), privilégios e títulos de nobreza. Mas, junto da eletividade, da temporalidade e do antiaristocratismo, aqueles que elogiavam a república e se diziam republicanos passaram a se alinhar a um conjunto de valores e princípios traduzidos em projetos de reforma. Eram as reformas políticas liberais mais radicais: o federalismo, o senado temporário e eletivo, a extinção do poder moderador, o livre funcionamento e a soberania do parlamento, a reforma eleitoral.

O que essa associação duradoura demonstra é que, no Brasil, o conceito de república estava carregado da linguagem republicana clássica unida à linguagem do liberalismo político. As duas, afinal, tiveram uma relação de competição e

influência no século XVIII e, apesar do liberalismo emergir como vitorioso no XIX, ele permaneceu exibindo “grandes continuidades [...] com a tradição republicana” (PETIT, 1993, p. 163 – tradução própria). Por um lado, o processo de hegemonização do liberalismo no Brasil levou ao abandono de certos temas republicanos, como, por exemplo, o ideal antipartidarista associado à noção de vontade geral (que, sendo alcançável pela virtude, tornava injustificável o dissenso). Por outro, grandes temas republicanos permaneciam: a valorização da cidadania ativa, a importância da virtude, a república como antítese à tirania. O hino da República Rio-Grandense, escrito durante a Revolta Farroupilha (1835-1845) por Francisco Pinto da Fontoura, o Poeta dos Farrapos, explicita a vividez dessa linguagem ainda na metade do século, em estrofes que retomam a reverência pela antiguidade e pela virtuosidade:

Entre nós reviva Atenas
para assombro dos tiranos;
sejamos gregos na glória
e na virtude romanos.
Mas não basta pra ser livre
ser forte, aguerrido e bravo;
povo que não tem virtude
acaba por ser escravo.
(REAL, 1984, p. 329).

A concepção de liberdade do republicanismo clássico utilizava recorrentemente como seu oposto a condição de escravidão. Ser livre era “ser exatamente o oposto a um escravo: ser um *liber* que é igualmente protegido com o melhor, não apenas um *servus sine domino*, um escravo sem mestre” (PETIT, 1993, p. 170 – tradução própria).

Ao contrário do que acontecia na América espanhola, a linguagem ainda guardava a possibilidade de operar como uma fórmula de transição não revolucionária do antigo regime ao novo (STARLING; LYNCH, 2009) e apenas nos casos mais exaltados ela se traduzia em defesa de troca de regime e levantes revolucionários. No campo da linguagem, eram os temas do republicanismo clássico que auxiliavam na construção dessa estratégia: no Brasil no decorrer do século XVIII e ainda por boa parte do século XIX, o oposto imediato da república não era a monarquia, mas o absolutismo, a tirania. Não bastasse, a experiência parlamentarista inglesa se consolidava e atestava a possibilidade de existência de uma alternativa quase republicana dentro da monarquia. Assim, para muitos era possível *republicanizar a monarquia* realizando alterações em sua estrutura e seu funcionamento. O membro do Partido Liberal e liberal histórico Teófilo Benedito Ottoni demonstrava cristalinamente esse modo de pensar em seu jornal *A Sentinela do Serro*:

Somos de opinião que se deve lentamente republicanizar a *constituição do Brasil* cerceando as fatais atribuições do poder moderador, organizando em assembleias provinciais os conselhos gerais de província, abolindo a vitaliciedade do senado, e isso desde já. Mas se, contra nossa humilde opinião, a câmara dos deputados se conservar estacionária, nem por isso apelaremos para golpes da nação; mas, pelo contrário, continuaremos a

reprovar altamente todos os meios violentos, que podem levar-nos à anarquia e depois ao despotismo militar, que oprime a quase todas as chamadas repúblicas da América ex-espanhola. (OTTONI, 1916, p. 213).

O que explica essa moderação reformista de parcela significativa daqueles que mobilizavam o discurso republicano são os mecanismos de formação, defesa e coesão da elite brasileira. As diretrizes para a compreensão desses mecanismos estão em Maria Odila Dias (2005): ciente da estrutura socioeconômica caracterizada pelo abismo que separava a minoria privilegiada do resto da população, unida pela defesa do sistema escravocrata, pelo medo da insegurança, da desagregação social e do haitianismo, a elite nacional enxergava na monarquia, na corte e na burocracia estatal do império forças estabilizadoras em um cenário frequentemente pintado com bastante pessimismo.

Além do projeto de republicanizar a monarquia, outros usos do conceito república contribuem para sua dubiedade. Assumir publicamente a defesa da república na imprensa era considerado crime previsto pelo Código Criminal de 1830 e pelo Código de Processo de 1832, além de ser inconstitucional. Vários expedientes retóricos eram utilizados para fazê-lo escapando da censura régia, e muitos se aproveitavam da própria polissemia do verbete. O republicano Marcelino Pinto Ribeiro Duarte, no jornal *O Exaltado*, define em 1831 os republicanos como aqueles que defendem a “Monarquia eletiva temporária” ou a “Monarquia republicana temporária” (FONSECA, 2006, p. 336). A *Nova Luz Brasileira* – periódico redigido por Ezequiel Corrêa dos Santos e publicado entre 1829 e 1831 – se declara no mesmo ano defensora de um tipo de governo chamado “Monarquia Americana *sui generis*” (apud BASILE, 2011, p. 25), que, ainda de acordo com Basile (2011, p. 25), “além de constitucional, representativa e federalista, seria também não hereditária e eletiva”.

A ideia de monarquia seria muitas vezes dissociada da hereditariedade, assim como da vitaliciedade, compreendendo-se a palavra como o governo exercido por um indivíduo, o que distanciava-se dos registros dos dicionários editados naquele momento. Da mesma maneira, a República seria descrita em algumas passagens como um sistema político no qual precede a lei e o bem comum. Daí a utilização da aparentemente absurda expressão “monarquia republicana” que tanto poderia ser eletiva, hereditária, temporária ou vitalícia.

Assim sendo, a menção à “monarquia eletiva”, “monarquia americana” ou mesmo *sui generis* constituía-se [...] em [artifício] para amparar a defesa de governos eletivos e temporários. (FONSECA, 2006, p. 345)

O período regencial foi marcado pelo domínio político dos liberais moderados e, para muitos políticos da época, constituiu uma espécie de experiência republicana dentro do império. Mesmo aí, o assunto de mudança do regime na Câmara permanecia um tabu, visto a convicção monarquista da maioria imensa dos parlamentares. O exaltado baiano Antonio Ferreira França foi um dos únicos a levantar a discussão, ainda em 1831, propondo que o governo do Brasil fosse vitalício na pessoa de dom Pedro II e depois temporário na pessoa de um presidente das

províncias confederadas do Brasil. O projeto de reforma constitucional sequer foi deliberado (BASILE, 2011). Nas ruas da corte, os anos 1830 viram diversas agitações republicanas: a Revolta do Povo e Tropa, o distúrbio do teatro São Pedro de Alcântara, o levante do Corpo de Artilharia de Marinha da Ilha das Cobras, a sedição de 3 e 4 de abril. Em que pesem suas diferenças, todos exigiam a convocação de uma assembleia constituinte para mudar a forma de governo (BASILE, 2011). Participaram desses movimentos diversos exaltados, como Ezequiel Corrêa dos Santos, Francisco das Chagas de Oliveira França, Clemente José de Oliveira, Marcelino Pinto Duarte e Cipriano Barata. Muitos exaltados e republicanos sentiam-se traídos pelo desenrolar do pós-abdicação – momento que reivindicavam para si e que, acreditavam, seria o começo do processo de rediscussão do pacto constitucional brasileiro e de desaristocratização da sociedade. Sem ter chegado a se constituir como movimento ou partido, “o republicanismo desenvolvido no Rio de Janeiro em fins do Primeiro Reinado e durante a fase das regências trinas era parte do projeto político vinculado às atividades dos liberais exaltados na imprensa, no Parlamento e nos movimentos de protesto e revolta” (BASILE, 2011, p. 42).

A regência foi um momento de profunda instabilidade na história do Brasil Império, recheado de guerras civis e revoltas provinciais. A Cabanagem, a Sabinada e a Revolta Farroupilha proclamaram repúblicas na década de 1830. Ao se apontar esse fato, não se quer sugerir que a aspiração republicana foi o que motivou as revoltas – suas causas são circunstanciais e diferentes. Tomando por exemplo outra vez a Revolta Farroupilha, no seu próprio interior conviviam tendências políticas diferentes – monarquistas ou republicanas, federalistas ou centralistas. O Manifesto da República de Piratini (1838), porém, demonstra a hegemonia da tendência republicana federalista de Bento Gonçalves. O que essa convergência entre os movimentos evidencia é como o discurso sobre a república “entre nós, firmou-se como uma linguagem para situações de crise” (STARLING, 2018, p. 255); uma linguagem aglutinadora de anseios e esperanças de elites diversas; um modo de reivindicar autonomia e fazer contraponto frente ao poder imperial. Demonstra também como o republicanismo brasileiro era capaz de se revestir de um caráter “heroico” – como Emília Viotti da Costa adjetiva (1999, p. 136) o nosso liberalismo antes da Independência: um discurso em que “aspirações democráticas e liberais confundem-se frequentemente nas reivindicações generosas e abstratas”, em que “conflitos de interesse que opunham uma classe a outra podiam ocultar-se temporariamente atrás do que parecia ser uma utopia universal”. Entendê-lo assim ajuda a decifrar os momentos em que o discurso republicano quebrou com sua tendência elitista e foi empunhado por setores populares: na Pedrosada (1823), movimento liderado pelo negro livre e revolucionário de 1817 Pedro da Silva Pedroso e que aboliu a escravidão; ou ainda, anos depois, na Cabanagem, que mobilizou tanto setores populares da sociedade do Grão-Pará quanto grupos de grandes proprietários e fazendeiros da cúpula dessa mesma sociedade.

O resultado da dita experiência republicana da década de 1830, entretanto, foi a diminuição do alcance das ideias mais exaltadas, federalistas e republicanas. Cresceu o consenso entre as elites de que o experimento descentralizador fomentou profunda desordem e que o caminho da paz era outro.

CIENTIFICISMO, POSITIVISMO E EVOLUCIONISMO: DA CONCILIAÇÃO AO PARTIDO REPUBLICANO

Nos anos 1850 e 1860, o Brasil passou pelo mais franco processo de modernização social e econômica de sua história imperial. Como aponta Alfredo Bosi (1992), o fim do tráfico negreiro gerou um dinamismo econômico e social associado aos novos padrões de trabalho e de cidadania. Cresceu o comércio, a manufatura, complexificou-se o sistema bancário, grandes investimentos foram feitos pela expansão da rede de transportes. O trabalho sob contrato ganhou progressivamente terreno, principalmente nas regiões já sem grande quantidade de braços escravizados. Cresceu a importância das regiões cafeeiras do oeste paulista. Consolidou-se uma classe média urbana capaz de influenciar na política nacional. Cresceu a reivindicação de classes urbanas e liberais pela não interferência na atividade produtiva privada, manifestação da incipiente formação de um espírito burguês no país. As elites políticas ganharam um perfil diferente: de magistrados de Coimbra, tornaram-se magistrados formados no Brasil, e desses, tornaram-se advogados formados no Brasil; crescia o número de políticos formados por fora da tutela da alta burocracia, com menos laços nacionais e com o império (CARVALHO, 2008). Voltando da Guerra do Paraguai, os militares, que historicamente foram secundários no processo político imperial, começaram a reivindicar mais voz, participação e poder de decisão. O fluxo imigratório europeu, o crescimento demográfico, da mobilidade social, dos serviços e comércio urbanos, da edição de livros, revistas e jornais, a expansão do espaço público – de diversos modos, o desenvolvimento econômico e as mudanças sociais que ocorreram no país a partir dos anos 1950 trouxeram para a arena política novos grupos de interesse que tornaram impossível a manutenção das alianças preexistentes (COSTA, 1999). Os resultados desses novos movimentos históricos foram sentidos no debate político. Cresciam as questões sobre o processo de transformação pelo qual o país passava – como conduzi-lo tornou-se pauta importante do debate público. O discurso republicano foi especialmente sensível à transição, e sua timidez no pós-1840 é contrastada pelo seu retorno na década de 1860, repaginado por novos signos e um novo imaginário.

Um sentimento é o centro aglutinador dessas alterações: a crença otimista na ciência e na modernização. O mundo industrial criava raízes no imaginário brasileiro: o futuro estava próximo e poderia ser alcançado pelo racionalismo científico. Algumas das originalidades teóricas que orbitavam essas ideias na Europa desaguiavam aqui: o positivismo comtiano e o evolucionismo spenceriano. República passava a se relacionar cada vez mais com uma aposta modernizante, cientificista e racionalista. As novas referências, com o tempo, se estabeleceram: de “Jeremy Bentham, Benjamin Constant, Tocqueville, François Guizot, Stuart Mill, W. Blackstone, Edouard Laboulaye” para “A. Comte, H. Spencer, Haeckel, Littré, Teófilo Braga, Victorino Lastarria”; da retórica da ação política do individualismo para o evolucionismo cientificista (CARVALHO, 2011, p. 154).

O positivismo adentrou o mundo lusófono através de Teófilo Braga, Oliveira Martins, Antero de Quental e Eça de Queirós. Seu grande autor, Augusto Comte, professava uma forte crença na capacidade científica de compreensão e organização

do mundo social. O messianismo político típico especialmente de sua segunda fase de publicações, influenciado por seu mestre francês Saint Simon, deu embasamento religioso-dogmático para diversos intelectuais pensarem organizações sociais. A política comtiana é marcadamente diferente dos discursos conservadores e liberais então em voga no Brasil. Sua visão de história é teleológica: uma marcha inevitável de sucessões de estados (teológica – metafísica – positivista), seu devir escapa à ação humana e é regido por leis naturais, mecanismos externos à agência. Assim, a

[...] democracia [...] seria [...] característica do estado metafísico da humanidade que sucedeu ao estado teológico, e que deveria ser substituído pelo estado positivo. O regime próprio dessa transição seria a ditadura republicana, um governo forte exercido por um ditador em benefício do bem coletivo, no qual o parlamento cumpriria apenas uma função orçamentária. (CARVALHO, 2011, p. 147).

Secular e antimonárquico, o projeto tem como horizonte normativo uma espécie particular de república tecnicista e cientificista, despida de praticamente todo seu conteúdo liberal e democrático.

A introdução desse modo de pensar no Brasil não se deu em seu formato ortodoxo de religião cívica. Ingressou aqui no seio da tradição cientificista pombalina, principalmente como doutrina na Academia Militar, para, nos anos 1870, ser abraçado por acadêmicos da classe média letrada de cursos de medicina e direito. Para os militares, o modelo de república positivista possuía especial apelo: “combinava o progresso dentro da ordem, enfatizava a ciência e o desenvolvimento industrial típicos da formação técnica militar e defendia a figura de um ditador – eleito, nomeado, aclamado ou imposto” (STARLING, 2018, p. 247). O ideal comtiano de comportamento civil também cabia a eles: fundado em uma ética absoluta, um patriotismo exultante, na defesa da honra. Nas reivindicações militares por mais espaço no debate político após a Guerra do Paraguai, um positivismo heterodoxo, despido de seu conteúdo religioso, seria uma arma discursiva empunhada para compor seu projeto – grupo exemplo desse fenômeno é a geração formada por Benjamin Constant. Por sua vez, a circulação do ideário nas camadas médias e nos profissionais liberais era favorecida pela valorização social e intelectual que o positivismo dava aos setores de formação técnica e científica: “propunha a toda essa gente uma utopia política tranquilizadora que submetia o mundo contingente da história e da vida pública do país a uma grade de leitura cientificista” (STARLING, 2018, p. 248).

Em uníssono no discurso republicano positivista estava a ideia de que a república era não apenas inevitável pelas leis naturais da história, mas cientificamente superior à monarquia. Os projetos políticos que daí vieram são diversos. Sua manifestação mais típica era o regime de ditadura republicana: “um governo forte exercido por um ditador em benefício do bem coletivo, no qual o parlamento cumpriria apenas uma função orçamentária” (CARVALHO, 2011, p. 147). Há uma forte centralização de funções no Executivo, entendido como verdadeiro representante do desejo popular, e um pequeno legislativo unicameral eletivo de limitadas prerrogativas. Subsistem no esquema responsabilidades legais dos depositários do poder político e consultas à opinião pública sob modelos plebiscitários. É uma visão de modernização estatizante

na qual a dinâmica parlamentarista é vista como um empecilho oligárquico, e o individualismo liberal é entendido como uma peça da etapa metafísica da história. Ainda, os comtianos tinham afinidades com os anseios federalistas: a desagregação dos grandes estados nacionais é um dos temas mais recorrentes nas propostas práticas de Comte, pois as pequenas unidades políticas garantem a fiscalização pública, a solidariedade e a ética comunitária, a vigilância contra a opressão. Para ele, até a França iria se decompor em pequenas unidades políticas organizadas ditatorialmente: eram chamadas por ele de pequenas pátrias. Aníbal Falcão, Júlio de Castilhos e Silva Jardim são exemplos desse tipo de ideário republicano.

Mas a assimilação e a circulação de tais ideias se diversificaram bastante. Alguns aderiram ao positivismo de Émile Littré, que recusava a religião comtiana e abria caminho para o positivismo inglês – Mill, Spencer. Outros se preocuparam especificamente com a aplicação de ideias positivistas às reformas políticas. Outros abraçaram a ortodoxia e fundaram igrejas positivistas no país – como Teixeira Mendes e Miguel Lemes (PAIM, 1981). Como todas as ideias, sua tradução para o Brasil não foi literal, e seu manejo foi criativo:

Assis Brasil e Alberto Sales descartavam totalmente a ditadura republicana. Silva Jardim ignorava a condenação comtiana das ações revolucionárias, os positivistas militares se esqueciam de que o estado militar era etapa vencida na evolução histórica. Os próprios ortodoxos ignoravam o ensinamento do mestre ao colocarem sua esperança de transformação do Brasil nas mãos das classes liberais e não nas do proletariado e do patriciado. (CARVALHO, 2011, p. 155).

As ideias de Herbert Spencer são tributárias do positivismo em seu cientificismo. Seu biologismo e evolucionismo aplicados às comunidades políticas também entendiam a história humana como uma sucessão de superações “pelas quais a religião e a monarquia eram valores de um passado caduco”, as sociedades “caminhavam inexoravelmente para o advento de um mundo guiado pela ciência” e “o regime republicano era uma necessária culminância política” (MELLO, 2009, p. 19). Mas Spencer era um liberal, seu pensamento político se assentava sobre as bases do individualismo filosófico, e a caminhada inexorável para o mundo científico também levava ao democrático. A democracia spenceriana era pensada essencialmente como um meio eficiente de limitar a ação de governantes e de maiorias em prol de uma sociedade civil e comercial autossuficiente. Em linguagem cientificista, defendia o ideal mercadológico da concorrência à organização social, paralelo social ao darwinismo, restringindo a capacidade regulatória e interventiva do Estado, opondo-se a legislações sociais, trabalhistas, distributivas e demais tentativas de democratizar o tecido social pela ação do poder público.

Assim, para os republicanos que assimilaram o jargão spenceriano, como Quintino Bocaiúva, a república era indissociável da democracia, mas uma democracia pensada pela igualdade jurídica e pela primazia da lógica econômica sobre a política. Sua linguagem era estruturada a partir da defesa dos direitos inalienáveis do homem para a limitação da interferência estatal na vida privada. Spencer também dava aporte para a argumentação federalista. Alberto Sales, por exemplo, “com base

na tese spenceriana de que a evolução social obedecia às mesmas leis da evolução biológica e de que esta se realizava por um processo de passagem do homogêneo para o heterogêneo, de desagregação seguida de nova agregação, defendeu abertamente o separatismo” (CARVALHO, 2011, p. 149).

As novas linguagens que cercavam o republicanismo não significaram o fim da tradição que exploramos na seção anterior. O liberal Rui Barbosa, por exemplo, dava continuidade ao discurso reformista de republicanização da monarquia. Esse novo liberalismo, formado fora da tutela imperial, incorporava o constitucionalismo inglês de Walter Bagehot – a diferenciação entre partes dignificadas e partes efetivas da constituição – e a historiografia *whig* – a narrativa da perpétua luta entre o poder arbitrário e os homens em busca da afirmação de seus direitos – e se aproximava do cientificismo em suas modulações mais moderadas através de Stuart Mill, mas não abandonava de vez temas do republicanismo clássico – além do próprio Stuart Mill, Alexis de Tocqueville ainda era largamente manuseado por esses intelectuais (LYNCH, 2007). Orientado por esse arcabouço ideológico, Rui Barbosa, antes de aliar-se ao golpe republicano, reafirma no final do império a diferenciação de meios e fins: “[a] monarquia e a república são meios: a liberdade é o fim” (BARBOSA, 1947, p. 226).

A dinâmica da Conciliação entre 1853 e 1868 foi responsável por trazer de volta para a arena política o discurso liberal exaltado e o republicano. Com a balança inclinando para o lado do reformismo e a partir da queda do gabinete de Zacarias de Góis e Vasconcelos, a formação do Clube Radical no ano de 1868 aglutinou diversos atores republicanos. Os radicais, ao contrário dos progressistas, dos liberais, do Clube da Reforma e do Centro Liberal, não se preocupavam com a manutenção do sistema monárquico. Limpo de Abreu, Rangel Pestana e José Leandro de Godói e Vasconcelos foram oradores das conferências radicais em 1869. Dois anos depois, eles e a maior parte dos radicais levantaram a bandeira republicana e fundaram o Partido Republicano. No movimento, foram fortemente influenciados pela proclamação da nova república francesa, pelo descontentamento com o programa de reformas apresentado pelo novo Partido Liberal e pelo crescente sentimento de que a monarquia não desejava ou era incapaz de implementar as reformas que desejavam. A excitação com os novos discursos republicanos ao seu redor também dava esperança para a possibilidade de uma agremiação específica. Nos anos 1870 se consolidava um bipartidarismo entre liberais e conservadores, hegemônico ainda por mais de uma década, enquanto despontava o Partido Republicano, com vida irregular e bastante diferente em cada região do país, se tornando grande força política apenas em São Paulo (CARVALHO, 2011), justamente a província que crescia economicamente no país e formava suas novas elites na economia cafeeira. O grau de adesão ao positivismo e ao liberalismo spenceriano, por exemplo, variou de província a província.

O Manifesto do Partido Republicano de 1870 deixava claro, de uma vez por todas, que o discurso republicano havia se tornado uma contraposição frontal à monarquia. O texto tem caráter anticlerical, secularizante e antiaristocrático; afirma que o autoritarismo e o regime de privilégios eram as principais causas da decadência política do império; que a Constituição Imperial era uma carta despótica; que o império era fundado em um sofisma que substituiu a vontade coletiva do povo brasileiro pela infalibilidade do arbítrio pessoal; que no Brasil imperial não

havia representação política porque não havia eleições livres e porque existia o poder moderador, capaz de dissolver a câmara, apoiado num senado vitalício. Esses republicanos de 1870 postulam-se herdeiros da tradição radical que empolgou os movimentos revolucionários anteriores, como o de 7 de abril de 1831, a Confederação do Equador de 1824 e o levante pernambucano de 1817.

A publicação centra suas objeções em dois pontos: a falta de democracia no Brasil e a centralização imposta pelo império. O sistema imperial não era democrático e nunca poderia ser porque sua soberania residia nas mãos de uma dinastia hereditária não eletiva. O sistema misto de governo da carta constitucional era denunciado como “uma utopia”, o consórcio de princípios monárquicos e democráticos era “absurdo” e “repugnante” (MELO, 1878, p. 81). A única forma de governo apropriada ao exercício da soberania nacional era a república. Não podia haver sob a monarquia regime representativo autêntico. O movimento realizado era duplo: democracia era um conceito diretamente associado à república, e democracia e república eram antíteses de monarquia. Essa democracia, por sua vez, era entendida como o governo em que a soberania nacional era exercida através do esquema eletivo da representação. Era um sistema onde todos os poderes emanavam da nação; essa soberania era inalienável, destarte todos os governantes eram servidores, não senhores e removíveis, temporários. Portanto, o significado de república estreitou-se, passando a referir-se especialmente a uma forma institucional-legal.

O outro tema central do Manifesto foi o federalismo, que ocupa um capítulo inteiro do documento. O argumento se inicia com afirmações geográficas e topográficas sobre a diversidade do território brasileiro, mas logo vira um jogo de associações políticas: a centralização imperial representa o despotismo e nulifica a soberania nacional. Constitui-se assim o terceiro elemento da tríade sendo costurada pelos líderes republicanos: democracia–república–federalismo. A vinculação desse terceiro item ao bojo, entretanto, é menos desenvolvida no texto – o que se pode dizer é que o princípio federativo é compreendido nele como sinônimo de autonomia e representação. Diferentes republicanos avaliaram essa ligação, propositalmente aberta a interpretações, de diferentes formas, resultando em projetos diversos de pacto federativo: descentralização administrativa, federação, confederação e até mesmo separatismo. Independente da interpretação dada, a importância dessa ligação é inequívoca: “o federalismo funcionou como a reivindicação que melhor seguiu as afinidades políticas dos liberais republicanos” (STARLING, 2018, p. 246).

Na conclusão do Manifesto, os republicanos de 1870 afirmam: “Somos da América e queremos ser americanos” (MELO, 1878, p. 85). A argumentação de especificidade do continente americano é um *tópos* que liga a tradição republicana desde pelo menos a Inconfidência Mineira. Trata-se de uma contraposição entre a Europa e a América que fomenta um sentimento de pertencimento partilhado entre pátrias ex-colonizadas. O discurso sobrepõe a geografia à história (que, entendia-se, o continente começou há pouco a escrever): exaltavam-se os louvores dos méritos físicos do país, a natureza fresca e circundante, as possibilidades de desenvolvimento ilimitado. A América representava o novo mundo, o futuro, a potência, que deveria se unir em defesa de si e contra as investidas do velho mundo. (FONSECA, 2006). O continente americano sequer possui nobreza e aristocracia originária, sua constituição é eminentemente

democrática, republicana. Junto dessa ideia, em retroalimentação, está a admiração pelo republicanismo norte-americano: sua forma representativa, confederada, sua sociedade comercial altamente desenvolvida.

Acompanhava ainda esse sentimento de pertencimento uma visão elogiosa dos vizinhos latino-americanos e suas repúblicas, ao contrário de boa parte da tradição do pensamento político do império, que via como anárquicas e falhas as experiências republicanas da América espanhola. Em especial, foi a Argentina o exemplo mais recorrente desses republicanos. O país tinha, desde 1853, uma constituição fortemente inspirada nos Estados Unidos, mas também fortemente traduzida por intelectuais e atores como Juan Alberdi, o spenceriano Miguel Juárez Celman e Júlio Roca. Esses intelectuais davam um esqueleto conservador para a institucionalidade liberal através, dentre outros, da recorrência ao recurso da exceção. Entre 1853 e 1880, isso acarretou 17 estados de sítio e 39 intervenções federais no país. Para a admiração dos brasileiros, o período também foi marcado por significativo progresso econômico dentro de uma ordem fortemente oligárquica. A leitura dos argentinos, portanto, inspirava especialmente conservadores como Quintino Bocaiúva e Campos Sales (LYNCH, 2014).

O Partido Republicano funcionou legalmente nas duas últimas décadas do império. Sua reivindicação por mudança de regime político foi legalista, pela via da reforma constitucional (francamente minoritários, alguns atores do partido defenderam a revolução como meio de instaurar o regime). A passagem do radicalismo para o republicanismo parece um passo lógico de radicalização. Entretanto, o movimento na realidade significou um retrocesso na variedade e profundidade das reformas propostas. Os projetos de reformas dos radicais que versavam sobre a garantia e extensão dos direitos civis, como a independência do judiciário e a eletividade da polícia, a extinção da Guarda Nacional, instrumento central da manipulação eleitoral do império, notoriamente, a abolição da escravidão: todos foram temas relegados a segundo plano na agenda republicana. As publicações dos republicanos passaram a centrar-se no regime político, na forma de organização do Estado e na composição do corpo político. Discutiam extensamente sobre a forma a ser assumida pela República – se presidencialista ou parlamentarista, centralista ou federalista, democrática ou ditatorial; o sistema eleitoral; por vezes a extensão do sufrágio. O objetivo central passou a ser propagandear a superioridade da república e, a partir daí, discutir seu formato e suas instituições. A agenda era mais tímida que a da geração de exaltados de 1830. Nas disputas internas que tentavam acomodar os militares, os positivistas, os spencerianos, a classe média urbana, a aristocracia rural e as elites provinciais insatisfeitas com a Coroa, sofreu o programa de reformas sociais e políticas proposto pelos radicais da década de 1860 (CARVALHO, 2009).

Dos grupos a serem conciliados, aquele composto da lavoura escravocrata insatisfeita com o incipiente abolicionismo da Coroa foi dos mais consequentes para o rumo do partido. A migração de membros desse estrato das fileiras liberais e conservadoras, que se intensificaria até 1889, era sinal claro da perda de prestígio da monarquia com sua base de sustentação. Já para o Partido Republicano – e o seu núcleo de poder, o partido de São Paulo, é o melhor termômetro e exemplo desse fenômeno –, resultava em rearranjos nos quadros partidários: ganho político de lideranças conservadoras, exclusão e marginalização de figuras radicais e

abolicionistas (já em 1873, por exemplo, Luís Gama se recusaria a assinar a resolução da Convenção de Itu). Além disso, consolidava uma base social elitista que afastava o partido das camadas médias e urbanas (FERNANDES, 2006).

O caminho iniciado na década de 1850, portanto, era o de uma sociedade que se abria, se dinamizava, se tornava menos dependente da escravidão, mais urbana, com uma classe média expressiva politicamente e com maior mobilidade social. Em contraste direto, o discurso republicano se tornava mais elitista, menos democrático, reformista e radical. Não são movimentos coincidentes. Foram as próprias pulsões democratizantes da sociedade que arregimentaram os setores conservadores do país. Os desafios da integração do povo aprofundaram a demofobia característica do pensamento político brasileiro do século XIX, dando espaço para o crescimento de discursos de ordem, coesão e primazia da razão, como os cientificismos positivistas e spencerianos³. Ainda, os movimentos abolicionistas impulsionados pela Coroa iniciaram um processo de migração da lavoura para as fileiras republicanas, dando espaço para um crescimento dos quadros mais conservadores dentro do próprio Partido Republicano.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No dia 15 de novembro de 1889, um golpe militar proclamou a república no Brasil. O governo provisório se compôs de uma mescla das forças que derrubaram o império no país: um arranjo complexo de militares e civis positivistas, militares de verve autoritária, liberais democratas, republicanos cientificistas e políticos conservadores das oligarquias rurais.

Os primeiros anos da experiência republicana, porém, vão além do escopo deste artigo. Nos anos estudados, percebem-se dois grandes momentos do conceito de república no Brasil: em um primeiro constitui-se como uma linguagem de crise para movimentos de ruptura com o império, mas também se acomoda ao sistema imperial como discurso de reforma capaz de republicanizar a monarquia. O medo de desintegração social e de haitianização funcionou como mecanismo de coesão das elites nacionais, conformando à aceitação da monarquia constitucional mesmo aquelas que manuseavam o discurso republicano. Nessa primeira etapa, o conceito está permeado pela linguagem do liberalismo político e do republicanismo clássico, refletindo um amálgama que ocorreu na teoria política ocidental.

Um processo de modernização social e econômica iniciado na década de 1850 favoreceu a entrada das linguagens do cientificismo de Spencer e Comte no Brasil. Com os novos signos discursivos e a nova realidade material, o republicanismo intensificou seu caráter antimonárquico, afirmando-se definitivamente com a fundação do Partido Republicano em 1870. A aparente radicalização, todavia,

3 Conforme Angela Alonso (2002, p. 259), falando mais amplamente sobre a geração de 1870: “O movimento de contestação preservou o horror imperial à erupção descontrolada das massas na política. [...] É esta inclinação elitista, antipopular, do movimento, creio, o fator crucial para entender a recepção e a eficácia do repertório da política científica no Brasil em detrimento das teorias da revolução, também disponíveis em fins do século XIX”.

esvaziou o discurso republicano de seu conteúdo reformista, elitizando-o em reação aos impulsos de democratização da sociedade.

SOBRE O AUTOR

BRUNO VEÇOZZI REGASSON é doutorando no Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina (CFH/UFSC). Bolsista Fapesc.

brunovregasson@hotmail.com

<https://orcid.org/0000-0002-2703-023X>

REFERÊNCIAS

- ALONSO, Angela. *Ideias em movimento: a geração 1870 na crise do Brasil-Império*. São Paulo: Paz e Terra, 2002.
- BARBOSA, Rui. *Obras completas de Rui Barbosa*. Vol. XVI.1889. Tomo II. Discursos parlamentares. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura, 1955. Disponível em: <https://tinyurl.com/yck39s3v>. Acesso em: mar. 2025.
- BARBOSA, Rui. *Obras completas de Rui Barbosa*. Vol. XIII. 1886. Tomo II. Trabalhos diversos. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura, 1962. Disponível em: <https://tinyurl.com/2f6ddpya>. Acesso em: mar. 2025.
- BASILE, Marcello. O bom exemplo de Washington: o republicanismo no Rio de Janeiro (c.1830 a 1835). *Varia História*, Belo Horizonte, v. 27, n. 45, 2011, p.17-45. <https://doi.org/10.1590/S0104-87752011000100002>.
- BOSI, Alfredo. *Dialética da colonização*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.
- CANECA, Frei. Typhis Pernambucano, n. XXI, 10 de junho de 1824. In: MELLO, Evaldo Cabral de (Org.). *Frei Joaquim do Amor Divino Caneca*. São Paulo: Ed. 34, 2001, p. 463-464.
- CARVALHO, José Murilo de. *A construção da ordem: a elite política imperial; Teatro de sombras: a política imperial*. 2. ed., revista. Rio de Janeiro: Editora UFRJ/Relume Dumará, 2008.
- CARVALHO, José Murilo de. Radicalismo e republicanismo. In: CARVALHO, José Murilo de; NEVES, Lúcia Maria Pereira das (Org.). *Repensando o Brasil dos Oitocentos: cidadania, política e liberdade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009, p. 19-48.
- CARVALHO, José Murilo de. República, democracia e federalismo: Brasil, 1870-1891. *Varia História*, Belo Horizonte, v. 27, n. 45, 2011, p. 141-157. <https://doi.org/10.1590/S0104-87752011000100007>.
- COSTA, Emília Viotti da. *Da monarquia à república: momentos decisivos*. 7. ed. São Paulo: Editora Unesp, 1999.
- DIAS, Maria Odila. *A interiorização da metrópole e outros estudos*. São Paulo: Alameda, 2005.
- DOLNIHKOFF, Miriam. *O pacto imperial: origens do federalismo do Brasil do séc. XIX*. São Paulo: Globo, 2005.

- FERNANDES, Maria Fernanda. Os republicanos e a Abolição. *Revista de Sociologia e Política*, Curitiba, n. 27, 2006, p. 181-195. <https://doi.org/10.1590/S0104-44782006000200013>.
- FONSECA, Silvia Carla. O conceito de república nos primeiros anos do império: a semântica histórica como um campo de investigação das ideias políticas. *Anos 90*, Porto Alegre, v. 13, n. 23/24, jan.-dez. 2006, p.323-350. <https://doi.org/10.22456/1983-201X.6405>.
- KOSSELLECK, Reinhart. Uma história dos conceitos: problemas teóricos e práticos. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, 1992, p. 134-146. Disponível em: periodicos.fgv.br/reh/article/view/1945. Acesso em: mar. 2025.
- LYNCH, Christian. *O momento monarquiano: o poder moderador e o pensamento político imperial*. Tese (Doutorado). Rio de Janeiro: IUPERJ, 2007.
- LYNCH, Christian. O caminho para Washington passa por Buenos Aires: a prática oligárquica da representação republicana brasileira. In: LYNCH, Christian. *Da monarquia à oligarquia: história institucional e pensamento político brasileiro (1822-1930)*. São Paulo: Alameda, 2014, p. 99-136.
- MELLO, Maria Tereza. A modernidade republicana. *Tempo*, v.13, n.26, 2009, p.15-31. <https://doi.org/10.1590/S1413-77042009000100002>.
- MELO, Américo Brasiliense. *Os programas dos partidos políticos e o Segundo Império*. São Paulo: Typographia de Jorge Seckler, 1878.
- OTTONI, Teófilo. Circular dedicada aos srs. eleitores de senadores pela província de Minas Gerais no quadriênio atual e especialmente dirigida aos srs. eleitores de deputados pelo segundo distrito eleitoral da mesma província para a próxima legislatura. In: MAGALHÃES, Basílio. A circular de Teófilo Otoni. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, separata do Tomo 78, Parte II, 1916, p. 145-387.
- PAIM, Antonio. *O apostolado positivista e a República (Antologia)*. Brasília: Câmara dos Deputados. Ed. UnB, 1981.
- PESSOA, Reynaldo Carneiro. *A ideia republicana no Brasil através dos documentos*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1973.
- PETTIT, Philip. Liberalism and republicanism. *Australian Journal of Political Science*, v. 28, n. 4, 1993, p. 162-189. <https://doi.org/10.1080/00323269308402274>.
- REAL, Antonio Corte. *Subsídios para a história da música no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Movimento, 1984.
- RICHTER, Melvin. A German version of the “Linguistic Turn”: Reinhart Koselleck and the history of political and social concepts. In: CASTIGLIONE, D.; HAMPSHER-MONK, I. (Org.). *The history of political thought in national context*. Cambridge: Cambridge University Press, 2001.
- STARLING, Heloísa. *Ser republicano no Brasil colônia*. São Paulo: Editora Schwarcz, 2018.
- STARLING, Heloisa Maria Murgel; LYNCH, Christian Edward Cyril. República – Brasil. In: SEBASTIÁN, Javier Fernández (Org.). *Diccionario político y social del mundo iberoamericano: la era de las revoluciones, 1750-1850 [Iberoconcepts I]*. Madrid: Fundación Carolina/Sociedad Estatal de Conmemoraciones Culturales/Centro de Estudios Políticos y Constitucionales, 2009, p. 1282-1292.

GUEVARA, Andrés. *Parlamento*
[III], s.d. – nanquim e lápis sobre
papel, – cm. Coleção Barão
ITARARÉ, Coleção de Artes
Visuais do IEB/USP, BI-0045



CRIAÇÃO • CREATION)

Cabeças trocadas: a arte reflexiva de Thiago Goms

[*Swapped heads: the reflective art of Thiago Goms*]

Marcos Antonio de Moraes¹

RESUMO • Apresentação e estudo da obra do multiartista Thiago Goms, sublinhando nela a construção de um original imaginário estético que provoca a reflexividade crítica.

• **PALAVRAS-CHAVE** • Thiago Goms; artes visuais; gatos; arte urbana. • **ABSTRACT**

• Presentation and study of the work of multi-artist Thiago Goms, highlighting the construction of an original aesthetic imaginary that provokes critical reflexivity. •

KEYWORDS • Thiago Goms; visual arts; cats; urban art.

Recebido em 2 de abril de 2025

Aprovado em 10 de abril de 2025

MORAES, Marcos Antonio de. Cabeças trocadas: a arte reflexiva de Thiago Goms. *Rev. Inst. Estud. Bras.* (São Paulo), n. 90, 2025, e10746.



Seção: Criação

DOI: 10.11606/2316901X.n90.2025.e10746

¹ Universidade de São Paulo (USP, São Paulo, SP, Brasil).

Na arte de Thiago Goms predominam as cabeças felinas em corpos humanos. A figuração híbrida engendra um imaginário rico de significados, tanto espelhando vivências do próprio criador, quanto produzindo densos sentidos alegóricos.

Os gatos, ao longo dos tempos e no caldeirão das diferentes culturas, materializaram ambivalente simbologia, tanto benéfica quanto maléfica, que pode ser explicada, segundo Jean Chevalier e Alain Gheerbrant (1997, p. 461), no *Dicionário de símbolos*, em razão de sua “atitude a um só tempo terna e dissimulada”. Em diferentes tradições, foram vistos, desencontradamente, como seres execráveis e como expressão de “sabedoria superior” (CHEVALIER; GHEERBRANT, 1997, p. 462), como representação do mal ou sagrados. No antigo Egito a deusa Bastet, “benfeitora e protetora do homem” (CHEVALIER; GHEERBRANT, 1997, p. 462), filha de Rá, o deus Sol, e de Isis, possuía geralmente forma de uma gata ou era cultuada em sua caracterização compósita, exibindo sobre os ombros a anatomia felina.

Uma súpula da história dos gatos na Europa, perscrutando a sua domesticação a partir do final da Idade Média, encontra-se em *Os animais célebres* (2015), do historiador francês Michel Pastoureau. Conta-nos que, “até a época moderna”, no Carnaval, os gatos, adquirindo “uma dimensão sexual” (no espelho de suas derivas noturnas), eram torturados e mortos em divertimentos populares; nas festas de São João, eram imolados, objetos de “exorcismos ou de sacrifício propiciatório”. Predador natural de roedores que disseminaram a peste negra, o felídeo, a partir do século XVI, “foi cercado de novas atenções”, logrando melhor destino: podia entrar nas residências, sendo visto como “companheiro da vida cotidiana e, por fim, objeto de afeição” (PASTOUREAU, 2015, p. 214-219). Gilberto Freyre (2002, p. 846) enxerga-os, no Brasil, ao lado dos cães de raça, acolhidos no luxo dos sobrados.

“Durante séculos”, afirma Richard Lewinsohn (1953, p. 305– tradução minha), na *História dos animais: sua influência sobre a civilização humana*, o gato, no espaço europeu, levou “uma vida bastante obscura”. Nas fábulas do grego Esopo (século VI a.C.) e do francês La Fontaine (século XVII), personificava quase sempre o fingimento, a malícia e a crueldade. Na obra deste último, guarda a efígie de “arquívelhaco” e,

na parceria com a raposa, cada qual se mostra “mais tartufo e mais arquirrufião, dois larápios de truz” (LA FONTAINE, 2003, p. 69; p. 201). De acordo com Lewinsohn (1953), tudo muda substancialmente no século XIX. De Paris epicentro de modismos, uma “estética felina” espalhou-se pelo mundo: “as belas-artes e a poesia se apossam [do gato], descobrindo a graça de seus movimentos” (LEWINSOHN, 1953, p. 305 – tradução minha). Emblema da boemia de Montmartre, “feminiza-se, tornando-se terno e sedutor”; valoriza-se, então, a “fera encantadora”, de quem se admira até os seus “passeios noturnos ao clarão da lua, à procura de aventuras amorosas” (LEWINSOHN, 1953, p. 305– tradução minha).

Nise da Silveira (1992, p. 118) avalia que “sobem talvez a milhares os desenhos e pinturas de gatos produzidos desde as primeiras décadas do século XIX”. A psiquiatria legou notável contribuição à psicologia junguiana. Em seu trabalho no Centro Psiquiátrico do Engenho de Dentro, no Rio de Janeiro, valeu-se, pioneiramente, de coterapeutas cães e gatos – estes últimos, segundo ela, “conservam a independência, mas nem por isso deixam de ser meigos e apegados àqueles que escolheram para amar” (SILVEIRA, 1992, p. 113) –, bem como estimulou a expressão artística como prática de terapia ocupacional. Observou, na potência imagética (e estética) dos desenhos de seus pacientes (chamava-os de “clientes”), o “simbolismo” do gato, que interpretava “tão estreitamente próximo da natureza feminina, representante [...] da complexa sombra das *Maters* pagãs às quais sempre esteve associado” (SILVEIRA, 1992, p. 117). Discernia-o, nos arquétipos do inconsciente, como “a imagem interna da mulher no homem: a *anima*” (SILVEIRA, 1992, p. 128). Nise Silveira (1992, p. 115) assegurou-nos que “a psicologia terá de dar muita atenção ao animal no mundo interno do homem”.

Em perspectiva histórica, o gato, no entrecruzamento de símbolos, ideários, ideologias e estéticas, de fundamentos sociais, morais e religiosos, de diferentes níveis do mundo mental, resulta, enquanto representação coletiva, em personagem prismática, de impossível adestramento simbólico. A arte urbana de nossa época, florescente e democrática, deu-lhe exuberante projeção.

Minhau – Camila Pavanelli – firmou a sua digital artística disseminando pelos muros da cidade os seus sedutores gatos multicoloridos de feição marota, que evocam personagens de quadrinhos ou de desenhos animados. A artista de São Paulo investe, em principal, na modulação expressiva do olhar de seus felinos, muito comumente prenhe de matreirice. Imprime, no globo ocular dos bichanos, uma extensiva palheta de sentimentos: alegria, cólera, cisma, contemplação, dúvida etc. Esses simpáticos gatarrões instauram ambiguidades, recusando, assim, o pictórico meramente decorativo, esvaziado, portanto, de estímulos de vida e de posturas críticas. Suas cores intensas, antirrealísticas, impactam o ambiente, sobrepujando o cinzento dos muros e investindo contra a anomia cidadina. As personagens de Minhau, em pelames arco-íris intenso, semeiam emoções e sensações, no anseio de interação mais fecunda com os passantes aleatórios – todos nós.

Thiago Goms, em sua arte, decidiu figurar, predominantemente, o hibridismo humano-felino, ou seja, investiu na experiência estética de zoomorfização (ou, reversivelmente, de antropomorfização). Emparelha-se, assim, com o grafiteiro alemão que ele admira e do qual segue o trabalho, WON ABC (2002), quem,

esporadicamente, fabrica gente com cabeça de coelho, em registro brutal e puxando mais para o realístico. O hibridismo nas artes visuais urbanas pode ter uma função crítica. É o caso do TVnauta de Celso Gitahy, um dos protagonistas do graffiti paulista, atuando desde os anos de 1980 (ALBUQUERQUE, 2015; LEITE, 2013, p. 86). O homem com cabeça de TV (e mais outro, cabeça de automóvel; e, mais recentemente, um com cabeça de LCD) sugere uma forte investida contra a alienação, a reificação e o consumismo. A cabeça de gato (em sua complexidade simbólica), componente da hibridez, amplifica admiravelmente a ordem reflexiva que a inovadora criação de Thiago Goms nos propõe.

A “liberdade de criação”, inspirada na “independência” dos felinos – como testemunhou o artista² –, impulsiona, técnica e esteticamente, a enorme e diversificada produção de Thiago Goms. Artista inquieto, move-o a curiosidade de experimentar variadas técnicas (graffiti, gravura em linóleo, aquarela, lambes, stickers, bricolagem, formas tridimensionais, tatuagens etc.), pigmentações (tinta acrílica, spray, óleo, giz pastel oleoso ou seco, tinta de caneta, recursos digitais etc.), suportes (muros, telas, papéis, madeiras, objetos, a pele etc.) e tamanhos. O seu engajado experimentalismo formal encontra correspondência na enérgica disposição de expandir e de aprofundar os seus temas pictóricos, sem perder de vista o processo de zoomorfização que molda o seu imaginário.

A desnorteante ambivalência que preside o simbolismo dos gatos, radicado em profunda e difusa temporalidade, frutifica, em Thiago Goms, como experiência de autorreflexão, no desejo que ele tem de autoconsciência e do conhecimento das mais profundas camadas da realidade. A complexa trama de irreconciliáveis, reflexo da psique humana, provoca inflexões em sua obra pictórica. O recurso ao desenho de matriz fauvista, em vez da representação realística, contribui para amplificar sentidos alegóricos. *Autoconhecimento* (2020), autorretrato do artista enquanto felino, longe de representar um gesto narcísico – que acusa o desejo (impossível) de posse do outro eu refletido –, impõe-se como desígnio de consciência de si, manifesto no movimento de tocar (delicadamente) no rosto reflexo na água, palmilhando-o. *Recomeço* (2020) flagra o sujeito que nos olha, sem forçar a interação, ao mesmo tempo que exprime encoberta introspecção. A sombra que incide sobre a cabeça acusa o mergulho em partes cinzentas de nós mesmos, por certo incomunicáveis. O ensimesmamento também é chave em *Ressabiada* (2016-2025), imagem tocante – obra-prima do artista, em grandes dimensões – que apenas nos permite supor o mundo de sugestões de uma vivência interna, que tudo consegue dizer por meio dos olhos baixos (felinos), dos dedos cruzados (humanos) sobre o ventre (universo feminino), em postura de humilde desajeitamento. Nos transe do ensimesmar-se, a tela sintomaticamente sem título, de 2013, e o desenho *O que acontece lá fora?* (2020), Goms irmana-se ao norueguês Edward Munch, com seus personagens lançados no vórtice da angústia e da perplexidade, recorrentemente levando as mãos à cabeça.

Assim como o criador de *O grito*, Thiago Goms também se lança à figuração de sentimentos dolorosos. Os espinhos da existência distinguem-se em *Miragem* (2022), na figuração da embaraçosa desproporção entre o sujeito e aquilo que a realidade

2 Ver, adiante, “Goms por Thiago Goms”.

lhe oferece. A ruptura de laços afetivos – o coração que subitamente se desprende das mãos que o protegiam – ganha forma em *Luto* (2016). A solidão sem remédios, porque existencial, acirrada pela experiência urbana, concretiza-se em *Olhar de longe* (2021). No comovente graffiti, nas paredes irregulares de um sobradinho desvalido na Cidade Tiradentes, no extremo leste da capital paulista, prevalece a ideia do abandono. Os grandes olhos tristes, a postura de encolher-se sobre si próprio dizem do cidadão lançado à própria sorte em seu desfavorecimento social, mas podem dizer igualmente, pelo ímpeto de denúncia, da vontade de transformação de uma realidade iníqua.

A condição periférica – a história da humanidade tramada em exclusões, a dos bichos também – vinca a criação de Thiago Goms. Gato, hoje, conota expedientes de sobrevivência (os “gatos” da rede elétrica etc.), na clave da malandragem, parida pela necessidade. Na Favela da Felicidade, a habitação requenguela, bricolagem de materiais descartados, torna-se, em 2017, suporte para uma inusitada intervenção artística de caráter lúdico, que presentifica cinco meninos-gatos no aceso jogo de esconde-esconde. Assim, o cotidiano nos bairros distantes de São Paulo registra tanto a escassez dos meios de subsistência, como a riqueza de suas inventivas práticas culturais. Na tela *Depois da chuva* (2024), a meninada pobre dá linhas às suas pipas, validando a divertida sociabilidade da infância nos bairros mais desassistidos da nossa metrópole desvairada, agora altamente tecnológica, orgulhosa da popularização de máquinas de comunicação que ensejam, na verdade, alheamentos e distâncias. É o que mostrou Thiago Goms, em 2024, na bonita exposição “Brincando com o vento”, na Galeria Alma da Rua I, no paulistano Beco do Batman. É possível que a vivência periférica também tenha moldado sentidos implícitos no surpreendente óleo sobre tela *Levo minha história comigo* (2022), quando o artista testemunha o caminhar dificultoso do indivíduo hibridizado, na montante de águas revoltas que emperram o seu percurso. Os quatro livros grossos que ele carrega significam certamente a bagagem do vivido (“minha história”), mas se qualificam ainda como elemento simbólico daquilo que pode facultar a superação de desajustes socioeconômicos, a educação formal.

A dimensão musical marca as produções artísticas de Thiago Goms, quem teve como escola de sensibilidade o jungle e o rap, originados em comunidades marginalizadas, no enfrentamento de valores e culturas elitistas. Seus humanos-felinos (brancos, pardos e pretos) empunham muitas vezes instrumentos musicais (o violão, a clarineta, o pífano etc.), nem sempre nos melhores espaços ou posições para tocá-los. Como, logo, não imaginar a noturna (e ruidosa) sinfonia dos gatos? Exemplificam a (política) melofilia do nosso multiartista – ele também DJ –, *Dentro da caixa* (2016), *Encontro* (2022) e *Conflitos* (2019). Neste último, extraordinária aquarela, um de seus personagens se deita sobre a cidade espinhosa, atulhada de prédios, adaptando-se; enfrenta o adverso para encontrar um lugar de legítima visibilidade.

Thiago Goms vive a frutífera inquietação do artista visceral. Pressente-se, mais recentemente, em sua obra, a emergência de uma nova etapa no ciclo artístico que instaurou e problematizou o hibridismo zoomórfico, criando uma original cosmovisão estética e erigindo uma nova epistemologia – o que significa, afinal, pensar com a cabeça de gato, qual a potência estética na intrincada simbologia dos felinos? No grande mural em Frauenfeld, na Suíça, de 2023, porventura, não se

configuraria, metadiscursivamente, o criador enfiado de suas criaturas? Elas, seus humanos-gatos (ou gatos-humanos), nos ingovernáveis aviõezinhos de papel, seguem, com juvenil energia, o destino que lhe foi determinado, ou seja, o de multiplicar reflexões aos quatro ventos. O artista, pela vez dele, aplastado, deixa cair das mãos os papéis e o seu pincel, os seus meios de invenção. Algo de novo parece querer, lentamente, ganhar forma artística, à luz da narratividade que pode ser apreendida no conjunto de uma vasta, longa e consistente obra. *Máscara* (2023), gravura linóleo, deixa entrever, excepcionalmente, surgindo na zona ensombrada sobre a cabeça, os traços de um rosto humano por debaixo da máscara felina. Goms sulca uma nova trilha em seu imaginário. Quer fazer ver que, sob a cabeça de seus gatos, há sempre a de homens e mulheres, na aspereza do tempo presente, em busca de sentidos para a existência. E, em escavação mais profunda, ilumina a máscara e suas difusas urdiduras no inconsciente. Foi Mário de Andrade quem disse, certa vez, ao amigo poeta Carlos Drummond de Andrade: “as máscaras destinam tanto a gente...” (SANTIAGO; FROTA, 2002, p. 538).

Goms procura sempre novas e desafiadoras vertentes de expressão pessoal, da substância brasileira e da condição humana. Excepcional criador de imaginários, personifica a vigorosa reflexividade da arte urbana do nosso tempo, nutrida pela milionária verve das periferias.

Agradeço a leitura e as sugestões de Telê Ancona Lopez e de Jaime Tadeu Oliva.



Thiago Goms (por Tainan Mattos), 2015, Zagreb, Croácia



POR THIAGO GOMS

*** [...] quando criança, ia visitar uma tia no Jaçanã, no extremo da Zona Norte [de São Paulo]. Eu vinha do Socorro, Zona Sul. Nesse trajeto, pegando dois ônibus, passando pelo Centro, eu me atentava para os desenhos e as pichações nas ruas. Atiçavam a minha curiosidade. *** [...] no início, associei o graffiti à música eletrônica de Londres: o jungle. A capa de um dos discos do DJ Marky – Suburban base compilation, de 1995 – tinha toda uma linguagem de graffiti, igual à que eu via na rua, então imaginei que quem escutava aquele tipo de música fazia aquelas coisas. Não sabia ainda que o graffiti estava ligado ao movimento hip-hop. Na época da escola, eu copiava em cadernos as letras que eu via nos muros, tentando com elas escrever meu nome. Aos 14, 15 anos, nesse tempo, entendi que o graffiti vinha de outro movimento, o do hip-hop. Então, passei a escutar mais esse tipo de música ligada ao movimento periférico. Mais tarde entendi que tudo estava conectado, só que em lugares diferentes: rap, jungle e outros estilos de música, que vinham de culturas urbanas, falavam a mesma língua. Comecei a entender que eu fazia parte daquilo. Eu morava na periferia, gostava de graffiti, escutava rap. A música eletrônica apareceu nos anos 90 como outro movimento urbano e muitas músicas que eu ouvi e tenho na memória, eu ouvia em rádios comunitárias (rádios piratas). *** Conheci a revista Fizz, publicada pelos Gêmeos. Vi o graffiti acontecer em São Paulo. Grandes nomes da época já apareciam nestas revistas e também nas ruas, como Os Gêmeos, Nina, Speto, Onesto e outros, vindos de todos os cantos da cidade, cada um com um estilo bem único. Todos já estavam na rua, com o spray. Eu ensaiava com lápis de cor, e eles já faziam murais mirabolantes. Pintar com spray, fazer contornos e traços, os degradês: era esse mundo que eu queria explorar. E chegar à maestria deles. *** No final dos anos 90, com um amigo, comecei a pintar, assinando o nome que ele deu, Sliks. No começo eram letras, depois um fazia letra, e o outro, personagens que lembravam os de desenhos animados. A gente misturava tudo. Ele seguiu utilizando esse nome. Decidi usar meu próprio nome, Thiago Gomes. Para marcar diferença, tirei o “e” do meu sobrenome. Mesmo sem o “e”, o som dele permaneceu no “eme”.*** O graffiti usa o spray, que, no Brasil, é muito caro. Entre nós, ocorreu a adaptação dos materiais, uma mistura de técnicas. A gente usava muito o látex como base e o spray como contorno. Eu pintava com o látex, como se fosse o lápis de cor, e contornava

o desenho com spray, como se fosse uma caneta. A cor dava sempre o preenchimento. Podia-se misturar tinta com pigmentos etc. Comprávamos poucas cores de spray, duas ou três, para fazer o contorno. É diferente do que se via nas revistas de graffiti, os caras pintando com milhões de latas de spray. A gente ficava na nossa.*** [...] a gente faz arte, cria obras de arte, é uma “teimosia”. Cria, na rua, uma temática a ser discutida coletivamente. E isso, às vezes, é visto como transgressão. O artista se expressa de forma livre [nos muros da cidade]. Por isso, graffiti e pichação são muito importantes. Oferecem arte a pessoas que não vão a um museu. É uma transgressão, porque você está dando para a pessoa informação que talvez o sistema não queira que ela tenha. *** [...] quando eu comecei a pintar na rua, minha família teve medo, porque o graffiti era (e ainda é) marginalizado. Muitas pessoas não entendem essa arte. Se um artista tem um trabalho mais voltado a uma crítica social, aquilo fica sendo visto como uma forma de manifestação política. Então consideram que o cara está indo contra o sistema e dizem: “você não tem que ir contra o sistema!”. Para a família entender e valorizar o artista, ele precisa ser reconhecido, ser aprovado publicamente, saindo na televisão etc. A família precisa estar assegurada de que aquilo não é algo ruim, ao contrário, é uma coisa que é boa. *** Nunca me pensei apegado a uma técnica, então o meu processo criativo sempre foi muito livre. Alguns amigos foram fazer Faculdade [de Artes]. Estudavam a história da arte e as diferentes técnicas que os artistas empregavam. Criavam a ideia de que algumas delas não podiam ser usadas de tal ou tal jeito. Meu processo sempre foi muito experimental. Da ideia ao processo material, é sempre uma coisa nova que vai acontecendo, sem algo previamente definido. Talvez hoje, com o amadurecimento, eu pense mais no que eu vou fazer e como vou usar o material. Já experimentei muitos materiais e muitas técnicas, estimulado por amigos ou artistas que fui conhecendo no decorrer da vida. Vi gravuras populares quando fui visitar parte de minha família em Pernambuco e trouxe para o graffiti a técnica do recorte. Da experiência de ilustradores de livros infantis, vi que dava para trazer para o meu trabalho mais texturas. Uso em minhas criações diversos materiais: aquarela, tinta acrílica, tinta óleo, o giz pastel seco ou oleoso para telas, o látex e o spray para muros; além dos murais, gravuras usando matriz de linóleo, os lambes, os stickers, a tela etc.*** Desejei também aprender a fazer tatuagem. É um novo suporte para a minha arte: a pele humana. A tatuagem, diferentemente de uma tela, que é para sempre (quando entra para um museu, por exemplo), ela se acaba com a morte da pessoa. O graffiti ampliou os modelos tradicionais de tatuagem. Vários artistas adaptaram seus trabalhos para a tatuagem. Produziram a tatuagem New School, que tem muita influência do graffiti tradicional. Trouxeram sombras para o desenho, os contornos, as cores, elementos que a tatuagem tradicional não tinha. Fazendo tatuagem, eu tento misturar tudo, não quero seguir uma técnica tradicional. Na pele das pessoas, imprimo ainda

um dos meus imaginários: os seres humanos com cabeça de gato. *** O artista do graffiti comumente cria uma personagem, que o faz ser reconhecido pelas pessoas e pelos outros artistas. Antes do gato, eu já tinha feito diversos personagens, geralmente inspirados em desenhos animados. A ideia do gato me veio em um momento de minha vida em que eu queria viver de arte. O gato é um animal doméstico, mas guarda a sua independência. Eu também desejei ser menos domesticado. Obviamente, como artista, preciso do sistema, estou dentro dele, mas me mantenho tentando usar minhas ideias e criatividade no que faço. Expresso, com as minhas figuras com cabeça de gato, essa dualidade, que é também a do artista: ele tem a sua liberdade de criação, mas, ao comercializar a sua obra, se insere no mundo do trabalho. *** Criou-se um mercado para os artistas de graffiti. Eles não tinham suas produções valorizadas. Antes marginal, essa criação foi reconhecida, agora considerada dentro de um movimento artístico. A arte de rua foi incorporada pela publicidade (criação de marcas), pela moda etc. O artista de rua pode expressar as suas ideias e vender suas obras. Criação e mercado. O graffiti que se vê nos muros da cidade também pode ser comercializado em uma galeria de arte. *** Sempre gostei muito de pintar na periferia. Com alguns amigos, algumas vezes surge a ideia: “Ah, vamos a uma comunidade, vamos ao bairro onde o fulano mora, vamos pintar lá”. É curioso que, em áreas mais privilegiadas da cidade, encontram-se pessoas conservadoras em relação a esse tipo de criação artística. Levar a arte para um bairro periférico faz com que ela seja mais democrática. Pessoas que vivem na periferia usualmente não saem de casa para ver uma exposição durante a semana, mesmo quando o museu é gratuito. Então, a gente vai até a periferia e leva a arte. Fazemos uma galeria acessível integrada à rotina dessas pessoas. *** Assim como outros artistas da periferia, eu nunca tinha tido a pretensão de sair do Brasil. Quando saí a primeira vez, foi um choque, que mudou a minha percepção de mundo. Para mim, foi muito importante essa circulação por outros países. Eu viajei pela Europa, quero viajar ainda para outros lugares no exterior. Estive em Portugal, na Espanha, na França, na Croácia... Fui a lugares que têm um mercado de arte forte, onde há mais galerias, as pessoas estudam arte, consomem arte. E gostam do que ali você está fazendo. Você é valorizado por ser de fora, com as suas referências totalmente diferentes, assim como é diferente o jeito que você pinta, o jeito que você usa as cores. Para mim, foi revelador. Viajei bastante para pintar em festivais de street art, de graffiti. E viajei também por conta própria, para fazer contatos: de férias e ao mesmo tempo a trabalho. Trabalhos iam ocorrendo durante as viagens. Encontrava artistas, conhecia os pensamentos deles, via como as coisas [no campo artístico] aconteciam nesses lugares. Na Suíça, em um evento coletivo, pude observar a diferente relação do artista com a sua arte, dependendo de onde ele vem (um país rico ou pobre) e se ele precisa ou não dela para o seu sustento. *** Tenho

40 anos, faz mais de 20 que eu pinto. Vi muita coisa se transformando [na arte urbana]. Os artistas mais jovens talvez recebam menos a influência dos artistas de outras gerações, na experiência do convívio, do que a da internet, onde tudo é rápido. A formação de um arquiteto, assim como a formação de um artista, é um processo lento. *** Conhece WON ABC? Vou te mostrar. *** Estou lendo Civilizações, de Laurent Binet, na edição portuguesa.

(Depoimento a Marcos Antonio de Moraes, em 10 de março de 2025, no ateliê do artista, na Vila Ipojuca, São Paulo.
Contatos: thiagogoms321@gmail.com; @thiago.goms.art)



Thiago Goms. *Autoconhecimento*, 2020, acrílica sobre tela



Thiago Goms. *Ressabiada*, 2016-2025, acrílica sobre tela



Thiago Goms. *Recomeço*, 2020, acrílica sobre tela



Thiago Goms. *Miragem*, 2022, óleo sobre papel



Thiago Goms. *Luto*, 2016, acrílica sobre tela



Thiago Goms. *Levo minha história comigo*, 2022, óleo sobre tela



Thiago Goms. Sem título, 2013, spray e acrílica sobre tela



Thiago Goms. *O que acontece lá fora?*, 2020, caneta em papel



Thiago Goms. *Dentro da caixa*, 2016, acrílica sobre tela



Thiago Goms. *Encontro*, 2021, óleo sobre tela



Thiago Goms. *Conflitos*, 2019, aquarela sobre papel



Thiago Goms. *Olhar de longe*, 2021, acrílica sobre papel



Thiago Goms. (Favela da Felicidade, São Paulo), 2017, tinta látex



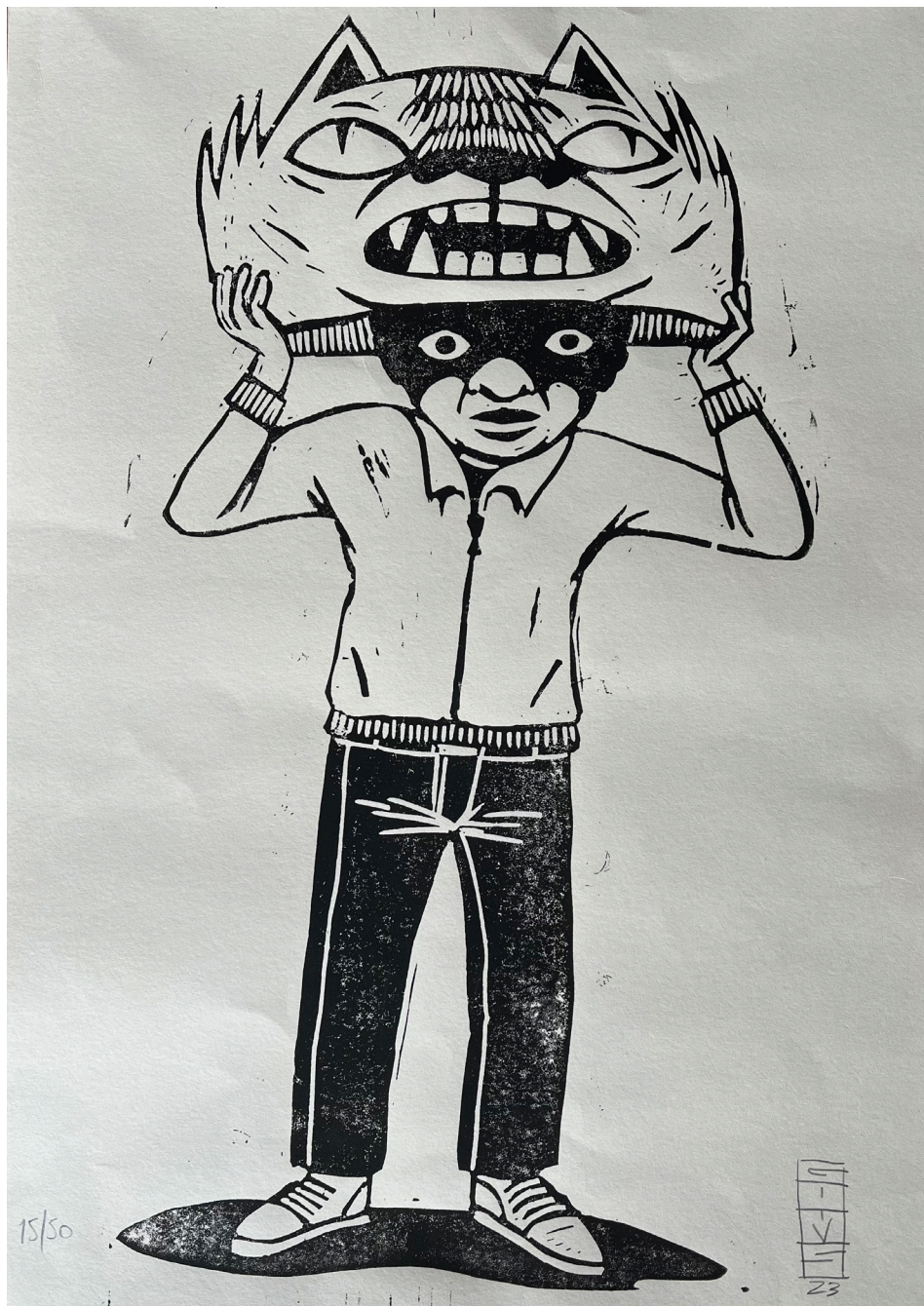
Thiago Goms. (Cidade Tiradentes, São Paulo), 2016, tinta látex



Thiago Goms. (Frauenfeld, Suíça), 2023, painel, tinta látex



Thiago Goms. *Depois da chuva*, 2024, óleo sobre tela



Thiago Goms. *Máscara*, 2023, linóleo gravura

SOBRE O AUTOR

MARCOS ANTONIO DE MORAES é pesquisador e docente do Instituto de Estudos Brasileiros da Universidade de São Paulo (IEB/USP).
mamoraes@usp.br
<https://orcid.org/0000-0001-7127-9254>

REFERÊNCIAS

- ALBUQUERQUE, Caru (curadora) et al. *Em trânsito: a stencil art de Celso Gitahy* [Catálogo]. São Paulo: Caixa Cultural, 2015.
- BINET, Laurent. *Civilizações*. Lisboa: Quetzal, 2021.
- CHEVALIER, Jean; GHEERBRANT, Alain. (1982). *Dicionário de símbolos: mitos, sonhos, costumes, gestos, formas, figuras, cores, números*. 11 ed. Coordenação Carlos Sussekind. Trad. Vera da Costa e Silva et al. Rio de Janeiro: José Olympio, 1997.
- FREYRE, Gilberto. *Sobrados e mucambos*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 2002. (Intérpretes do Brasil, v. II).
- LA FONTAINE, Jean de. *Fábulas de La Fontaine*. V. 2. Trad. Milton Amado e Eugênio Amado. Belo Horizonte: Itatiaia, 2003.
- LEITE, Antonio Eleilson (Org.). *Graffiti em SP: tendências contemporâneas*. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2013.
- LEWINSOHN, Richard. *Histoire des animaux: leur influence sur la civilisation humaine*. Paris: Plon, 1953.
- PASTOUREAU, Michel. Os gatos da rua Saint-Séverin. In: PASTOUREAU, Michel. *Os animais célebres*. Trad. Estela dos Santos Abreu. São Paulo: Martins Fontes, 2015, p. 214-219.
- SANTIAGO, Silviano (Prefácio e notas) & FROTA, Lélia Coelho (Organização e Pesquisa iconográfica). *Carlos e Mário: correspondência completa entre Carlos Drummond de Andrade (inédita) e Mário de Andrade*. Rio de Janeiro: Bem-Te-Vi, 2002.
- SILVEIRA, Nise da. Simbolismo do gato. In: SILVEIRA, Nise da. *O mundo das imagens*. São Paulo: Ática, 1992.
- WON ABC. *Colour kamikaze*. Berlin: Publikat, 2002.

GUEVARA, Andrés.
Parlamento [III], s.d. –
nanquim e lápis sobre papel,
10,5 x 7,5 cm. Coleção Barão
ITARARÊ, Coleção de Artes
Visuais do IEB/USP, BI-0044

DOCUMENTAÇÃO •
DOCUMENTS)



Tarsila do Amaral ilustradora: uma contribuição à revisão do *catalogue raisonné* a partir do acervo do IEB/USP

[*Tarsila do Amaral* illustrator: a contribution to the review of the *catalogue raisonné* based on the IEB/USP collection

Aline Alves de Jesus¹

Ana Paula Cavalcanti Simioni²

RESUMO • Nos anos 1920, Tarsila do Amaral (1886-1973) consolidou-se como uma das principais figuras do modernismo brasileiro, sintetizando em suas obras referências internacionais a elementos da cultura nacional. Apesar de sua produção pictórica ser amplamente estudada, sua atuação como ilustradora ainda é pouco abordada. Este artigo analisa uma ilustração – presente no *Livro de poemas de 1935*, pertencente à coleção Mário de Andrade do IEB/USP –, a qual é pouco reconhecida pelos estudiosos, estando ausente nos catálogos de exposições dedicadas à produção gráfica e no catálogo *raisonné* da artista. A análise dessa ilustração permite uma possível revisão do *catalogue raisonné* da artista, assim como pode fomentar estudos críticos sobre o lugar das artes gráficas na produção da artista.

• **PALAVRAS-CHAVE** • Tarsila do Amaral;

ilustração; modernismo. • **ABSTRACT** • In the 1920s, Tarsila do Amaral (1886-1973) consolidated herself as one of the main figures of Brazilian Modernism, synthesizing international references with elements of national culture in her works. Although her pictorial production is widely studied, her work as an illustrator is still scarcely addressed. This article analyzes an illustration – featured in *Livro de poemas de 1935*, part of the Mário de Andrade collection at IEB/USP – which is little recognized by scholars, being absent from exhibition catalogs dedicated to her graphic production and from the artist's *catalogue raisonné*. Analyzing this illustration allows for a possible revision of the artist's *catalogue raisonné*, as well as fostering critical studies on the role of graphic arts in her body of work.

• **KEYWORDS** • Tarsila do Amaral; illustration; modernism.

Recebido em 17 de março de 2025

Aprovado em 31 de março de 2025

JESUS, Aline Alves de; SIMIONI, Ana Paula Cavalcanti. Tarsila do Amaral ilustradora: uma contribuição à revisão do *catalogue raisonné* a partir do acervo do IEB/USP. *Rev. Inst. Estud. Bras.* (São Paulo), n. 90, 2025, e10740.



Seção: Documentação

DOI: 10.11606/2316901X.n90.2025.e10740

1 Universidade de São Paulo (USP, São Paulo, SP, Brasil).

2 Universidade de São Paulo (USP, São Paulo, SP, Brasil).

O presente texto analisa as ilustrações realizadas por Tarsila do Amaral para o *Livro de poemas de 1935* (publicado em 1936), de autoria de Henrique Carstens e Odylo Costa Filho, que integra a Coleção Mário de Andrade, pertencente ao Instituto de Estudos Brasileiros da Universidade de São Paulo (IEB/USP). A partir de uma pesquisa mais geral sobre a produção de Tarsila no campo da ilustração, que, a despeito de toda a notoriedade da artista, é ainda uma faceta pouco estudada de sua trajetória, identificaram-se informações discrepantes entre a obra citada e as contidas em seu catálogo *raisonné*. Nesse sentido, o presente texto almeja contribuir para uma necessária revisão desse importante instrumento de informações, assim como trazer elementos para que se reavalie a importância da ilustração na produção de Tarsila.

Durante os anos 1920, Tarsila do Amaral iniciou uma carreira profícua como artista, consolidando-se como uma das figuras centrais do modernismo brasileiro. A partir da criação de uma obra autoral, que enfatizava certos aspectos da cultura nacional por meio de linguagens modernistas estrangeiras, e da construção de sua autoimagem como artista moderna, Tarsila tornou-se a artista brasileira mais reconhecida tanto dentro quanto fora do Brasil (SIMIONI, 2022, p. 128). No entanto, a crise de 1929 e o declínio do poder político das oligarquias cafeeiras afetaram profundamente a situação financeira dela e de sua família, marcando um período difícil em sua vida artística e pessoal. Suas viagens à Europa foram interrompidas, sua propriedade no interior paulista foi hipotecada e administrada pelo Banco do Estado de São Paulo, e suas obras e coleções foram leiloadas (BATISTA, 1986, p. 129). Além disso, seu casamento como escritor e parceiro intelectual Oswald de Andrade terminou quando ele se envolveu com a escritora Patrícia Galvão, a Pagu.

A partir de 1930, Tarsila passou a trabalhar como diretora na Pinacoteca do Estado de São Paulo, onde iniciou o complexo trabalho de organização do primeiro catálogo da instituição (AMARAL, 2003, p. 336). Em sua última e breve passagem por Paris, após retornar da viagem que fez à URSS com Osório César, ela chegou a realizar pintura de paredes e portas, nas chamadas *Fortifications* – casas destinadas a artistas, que foram criadas a partir de um projeto do casal Sonia e Robert Delaunay, juntamente com um grupo de amigos (GOTLIB, 2022, p. 192-194). Além disso, realizou pequenos trabalhos

como decoradora de apartamentos e iniciou sua atuação como jornalista e ilustradora, atividades que desempenhou principalmente como meio de subsistência.

A partir de 1940, e especialmente nas décadas seguintes, Tarsila ampliou sua atuação como ilustradora, destacando-se pelas linhas fluidas e simples, pela delicadeza nas formas e pelos desenhos lineares (AMARAL, 2003, p. 387). O desenho fizera parte de sua formação inicial, já na segunda metade da década de 1910, quando aluna do artista Pedro Alexandrino, seguindo então padrões mais tradicionais. Alexandrino exigia que seus discípulos dedicassem dois anos de estudo ao desenho antes de se iniciarem na pintura, acreditando que essa era a base para a execução de pinturas, seguindo o modelo das academias de arte. A partir dessa formação, Tarsila desenvolveu o hábito de carregar consigo um caderno de anotações, no qual registrava paisagens que encontrava em suas viagens e cenas do cotidiano (AMARAL, 2003, p. 41-45). Esse exercício constante de observação e registro acompanhou a artista ao longo de toda a vida.

A atividade como ilustradora é um pouco posterior. Os primeiros trabalhos foram realizados nos anos 1920, para os livros *Memórias sentimentais de João Miramar* (1924), de Oswald de Andrade, e *Le Formose – Feuilles de route* (1924), de Blaise Cendrars. A partir de então, dedicou-se a diversos trabalhos nesse suporte, notadamente entre as décadas de 1930 e 1940. Hoje se calcula que realizou mais de 350 ilustrações para livros, periódicos, partituras, além de estudos para obras pictóricas e projetos gráficos. Destaca-se sua atuação nas revistas *Klaxon* n. 8-9 (1922-1923) e *Revista de Antropofagia* (1928-1929), 1ª e 2ª “dentição”. Em geral, ela se dedicou especialmente a paisagens naturais, cenas da vida rural e do cotidiano urbano, elementos da cultura brasileira e figuras antropofágicas. Seu traço frequentemente é caracterizado como ingênuo, rápido e ágil, com linhas singelas, livres e, por vezes, ininterruptas.

Na pesquisa que estamos desenvolvendo, atentamos especialmente aos exemplares de livros que foram ilustrados pela artista pertencentes à Biblioteca do IEB. Dentre esses, ao *Livro de poemas de 1935*, de Henrique Carstens, com coautoria de Odylo Costa Filho, publicado em 1936³. A obra foi impressa por Oficinas da Empresa Gráfica da Revista dos Tribunais Ltda. para uma editora não identificada. A publicação contém quatro ilustrações de autoria de Tomás Santa Rosa Júnior – conhecido como Santa Rosa – realizadas em nanquim, presentes na seção de escritos de Henrique Carstens (figura obscurecida na literatura brasileira). A única ilustração de Tarsila do Amaral para esse livro acompanha o poema “Canto triste da morta, da partida e da volta”, no qual o narrador expõe seus sentimentos ao observar um corpo feminino nu, com feridas abertas, na areia da praia.

Através da descrição física do corpo da morta, inserido na paisagem, o poema cria a sensação de que ambas se confundem, como se a personagem se integrasse organicamente ao ambiente que a envolve. Por meio da diluição do corpo, o narrador idealiza a criação de um mundo com características paradisíacas, porém corrompido pela maldade humana. A morta passa a ser, então, a origem do universo, um ser divino. Um cachorro que vela sua morte permanece invisível às outras pessoas que a

3 A Universidade de São Paulo possui apenas dois exemplares do *Livro de poemas de 1935*: um na Biblioteca Brasileira Guita e José Mindlin (BBM) e outro no IEB.

observam, sendo uma possível manifestação do inconsciente do narrador. O poema constrói cenas que desafiam a imaginação, agenciando o impossível e promovendo uma oscilação constante entre o sonho e a realidade. A intersecção entre o poema e a ilustração permite esse deslumbramento diante de uma cena simples, onírica e, ao mesmo tempo, melancólica.

Antes de tudo, é importante enfatizar que o vocábulo “ilustrar” sugere a ideia de que a imagem possui um objetivo definido: complementar a linguagem verbal. No entanto, a interação entre a imagem visual e a palavra escrita é singular, pois cada uma pode gozar de certa autonomia, de modo que a obra visual não seja necessariamente subordinada à linguagem escrita. Além disso, em determinadas situações, uma ou outra pode se tornar independente. A integração entre o discurso literário e a imagem visual exige do ilustrador um espírito inventivo, que transita entre a habilidade técnica do profissional gráfico e a criatividade do artista plástico (LIMA, 1985, p. 107-112). Dessa forma, o ilustrador não se limita a reproduzir o conteúdo escrito, mas assume o papel de coautor ao representar, plasticamente, o universo narrativo por meio de imagens.

Tendo isso em vista, a ilustração (Figura 1) possui uma narrativa própria, sendo relativamente independente do discurso literário. Tarsila retrata um corpo feminino estirado à beira da praia por meio de uma linearidade fluida, que permite a construção de uma imagem clara, sem volumes. O corpo da mulher está nu, sem feridas, puro, inocente, repousando de modo relaxado, quase como uma divindade. Em um primeiro momento, o observador pode se questionar se a figura está apenas inconsciente. Seus longos cabelos seguem o infinito, e um cachorro aparece ao seu lado, como uma manifestação do próprio inconsciente da artista, conforme apontado no poema. O ambiente é frio, desolado e, ao mesmo tempo, mágico e misterioso, seja pelo animal que a vela, pelos pequenos pássaros que a sobrevoam, pelas marcações que evidenciam o movimento das ondas no mar ou pelas três vegetações solitárias ao fundo, mas, principalmente, pela técnica usada para potencializar a dramaticidade e a tensão entre o real e o imaginário nesse espaço: o nanquim.

O nanquim nesse trabalho permite a criação de contrastes entre o preto intenso e o branco do papel, tornando evidentes as demarcações dos elementos da cena. Isso pode permitir a construção de uma atmosfera enigmática, dramática e de grande estímulo visual, onde o olho do espectador é atraído para os detalhes. As linhas finas empregam suavidade na ilustração, sobretudo na definição do corpo, que sugere a leveza e a delicadeza da forma, ao mesmo tempo que a aplicação de tinta mais sutil possibilita a criação de um ambiente onírico e introspectivo que sustenta uma tensão soturna. As cores limitadas do nanquim contribuem para aumentar a sensação de melancolia e vazio. Tarsila constrói um ambiente onde o etéreo e a realidade oscilam.

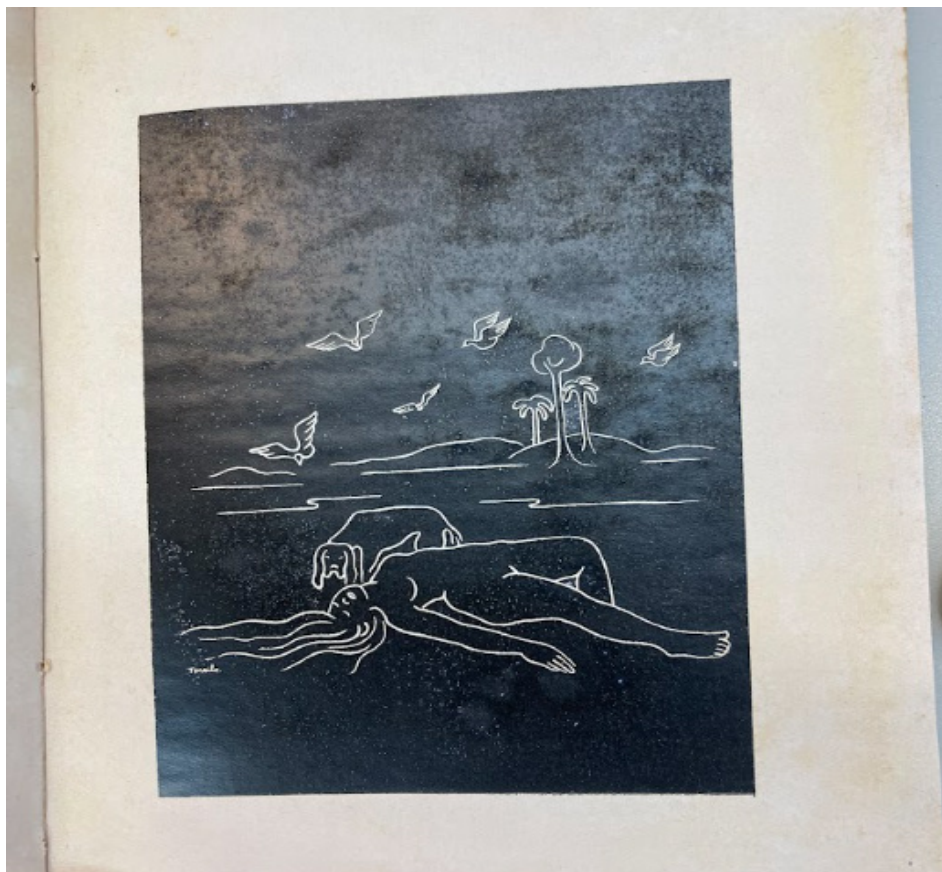


Figura 1 – Tarsila do Amaral. Original de ilustração para o *Livro de poemas de 1935*, p. 97, c.1935. Coleção Mário de Andrade, Biblioteca IEB/USP, localização MA 869.915. C321L

No entanto, a ilustração final para o *Livro de poemas de 1935* não está catalogada no *raisonné* de Tarsila do Amaral, tampouco aparece na lista de livros ilustrados pela artista apresentada por Aracy A. Amaral em sua obra emblemática *Tarsila: sua obra e seu tempo* (2003). No *raisonné* há apenas o registro de estudos relacionados a esse trabalho, porém com datas incorretas e atribuídos ao livro *Antônio Triste* (1947), de Paulo Bonfim, publicado onze anos depois, de sorte que as imagens mencionadas não correspondem à sua finalidade original (Figura 2).



Figura 2 – Tarsila do Amaral. Estudo de ilustração para o *Livro de poemas de 1935* erroneamente registrado no *Catálogo Raisoné* Tarsila do Amaral, v.III, p. 54

Também no catálogo da exposição *Desenhos de Tarsila*, realizada em 1985 pelo Acervo Galeria de Artes, que inclui um texto de Aracy A. Amaral, chama a atenção um estudo que, originalmente, teria sido destinado à ilustração final para o livro de Henrique Carstens e Odylo Costa Filho, mas que, no catálogo, foi equivocadamente atribuído a um livro de Cassiano Ricardo⁴, sob o título *Então Aimberê viu ela no banho...* (Figura 3). A ilustração também não consta nos catálogos *Desenhos de Tarsila (de 1919 aos anos 50)*, de 1970, organizado por Aracy A. Amaral e publicado pelo Museu de

4 Apesar de o catálogo não mencionar a obra de Cassiano Ricardo, é importante ressaltar que Tarsila ilustrou apenas uma publicação do autor durante sua trajetória, a 11ª edição de *Martim Cererê*, em 1962, 27 anos após a publicação de *Livros de poemas 1935*.

Arte da Prefeitura de Belo Horizonte, e tampouco em *Tarsila: desenhos de 1922 a 1952*, publicado em 1987 pela Ricardo Camargo Galeria.

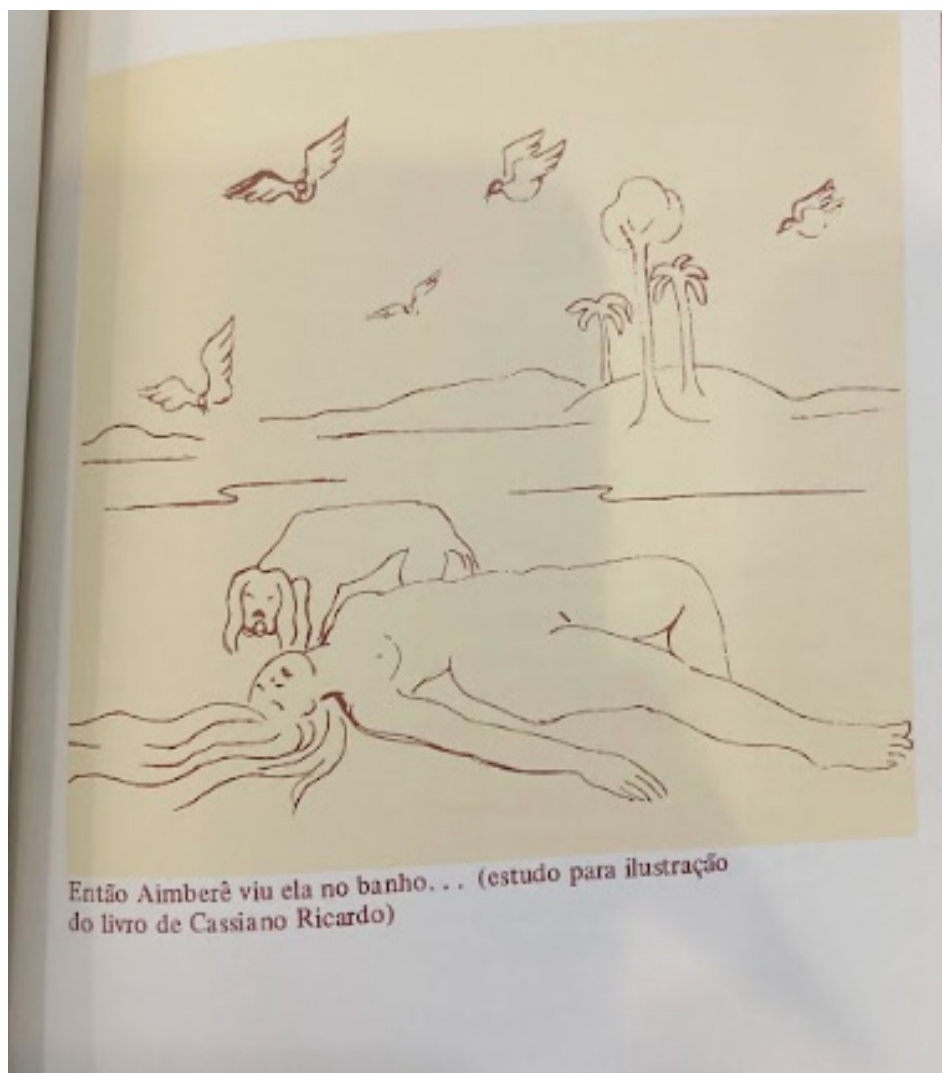


Figura 3 – Tarsila do Amaral. Estudo de ilustração para o *Livro de poemas de 1935* erroneamente registrado no catálogo *Desenhos de Tarsila do Amaral*. Biblioteca Mário de Andrade, localização CAT/AB 759.9817 A485d

Durante sua trajetória artística, Tarsila do Amaral constituiu um grande apego por seus estudos e desenhos “intimamente vinculados sua contribuição e seu aproveitamento posterior” (AMARAL, 1985, p. 8). A artista reuniu uma série de produções que foram reaproveitadas em projetos futuros – seja em telas, seja em ilustrações –, retomadas e combinadas de maneira diversa, até obter uma nova composição, a seu ver, coerente e harmoniosa. Pensando nisso, é possível supor que

a ilustração para o *Livro de poemas de 1935* tenha sido revisitada pela artista durante a elaboração dos projetos para as telas *Terra* (1943), *Primavera (duas figuras)* (1946) e *Praia* (1947), pinturas que retratam figuras humanas em condições semelhantes dialogando com tendências surrealistas. Segundo Aracy A. Amaral (1967, p. 24), em “épocas extremamente reflexivas de sua vida, Tarsila marcaria, através de inúmeros desenhos, as perambulações de uma figura solitária em paisagem infinita”, uma personagem de seus sonhos – dessa forma, “a artista se revela, sobretudo, subjetivamente relacionada com a paisagem”.

Sobre a ilustração para o livro *Antônio Triste* (1947), ela acompanha o poema intitulado “Som distante”, no qual o narrador, em primeira pessoa, expõe seus sentimentos ao ouvir um barulho longínquo, que ele associa ao som do lançamento de um corpo ao mar. Esse corpo é idealizado como feminino, mediador da natureza e de seu inconsciente, funcionando para o narrador como o de sua musa. Suas descrições físicas são carregadas de um amor romântico, sem pretensões sexuais manifestas, como o de um espírito precedente de um universo não racionalizado.

O desenho (Figura 4) segue as mesmas características presentes na ilustração produzida para o *Livro de poemas de 1935*, apresentando-se como uma simplificação desse trabalho, que igualmente acompanha uma elegia em que um observador masculino expressa suas emoções ao observar – ou imaginar – o cadáver de uma mulher. Tarsila retrata um corpo feminino nu, de expressão serena e cabelos longos. Esse corpo está teso, quase em posição de sepultamento, ao lado de elementos aquáticos, em uma atmosfera etérea e enigmática. Essa forma feminina também possui marcações delicadas e simples, embora menos expressivas do que as empregadas na imagem de 1935. O sentimento de plenitude que o desenho transmite decorre da economia dos contornos, e a dramaticidade da cena está centrada na infinitude do cabelo, que instiga o olhar do espectador e acentua sua importância enquanto um ser fantástico.

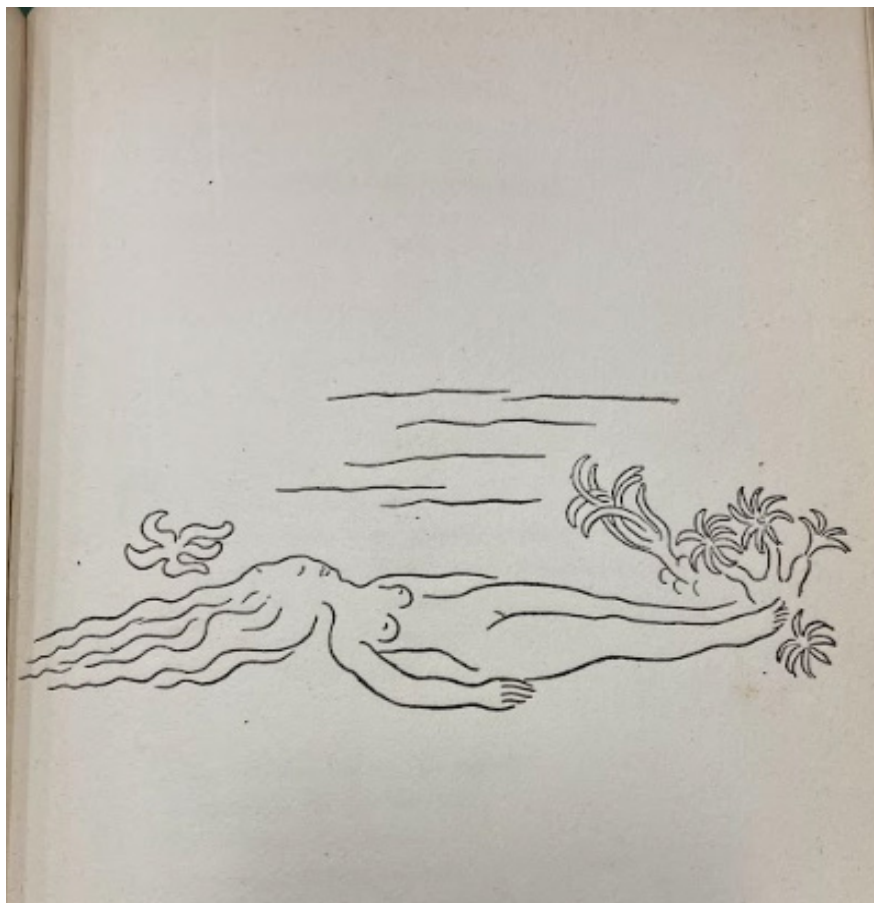


Figura 4 – Tarsila do Amaral. Original de ilustração para o livro *Antônio Triste*, p. 63, 1947. Biblioteca da Faculdade de Direito (FD/USP), localização T4-I3-40-DBC

A identificação da ilustração para a obra *Livro de poemas de 1935* só foi possível graças ao cotejamento direto com os originais, presentes nas bibliotecas e acervos da USP. Esperamos, com base nessa pesquisa preliminar, contribuir para uma revisão do catálogo *raisonné* da artista, assinalando ainda o lugar que a ilustração ocupa em sua trajetória, o que, conforme foi dito, ainda não foi objeto de estudos mais sistemáticos.

SOBRE AS AUTORAS

ALINE ALVES DE JESUS é graduanda em História na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (FFLCH/USP) e bolsista do Programa Unificado de Bolsas.

alvesalinecp@gmail.com

<https://orcid.org/0009-0000-9606-9640>

ANA PAULA CAVALCANTI SIMIONI é professora do Instituto de Estudos Brasileiros (IEB/USP), bolsista do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), supervisora da pesquisa em curso.

anapcs@usp.br

<https://orcid.org/0000-0002-9305-6139>

REFERÊNCIAS

AMARAL, Aracy A. O surreal em Tarsila. *Mirante das Artes*, São Paulo, n. 3, maio-jun. 1967, p. 23-25.

AMARAL, Aracy A. Desenhos de Tarsila: intimidade de um processo. In: *Desenhos de Tarsila do Amaral*. Textos de Max Perlingeiro e Aracy Amaral. Fotos de Raul Lima. Catálogo de exposição, 12 ago.-6 set. 1985, Acervo Galeria de Arte, Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Acervo Galeria de Arte, 1985.

AMARAL, Aracy A. *Tarsila: sua obra e seu tempo*. 3. ed. São Paulo: Editora 34; Edusp, 2003.

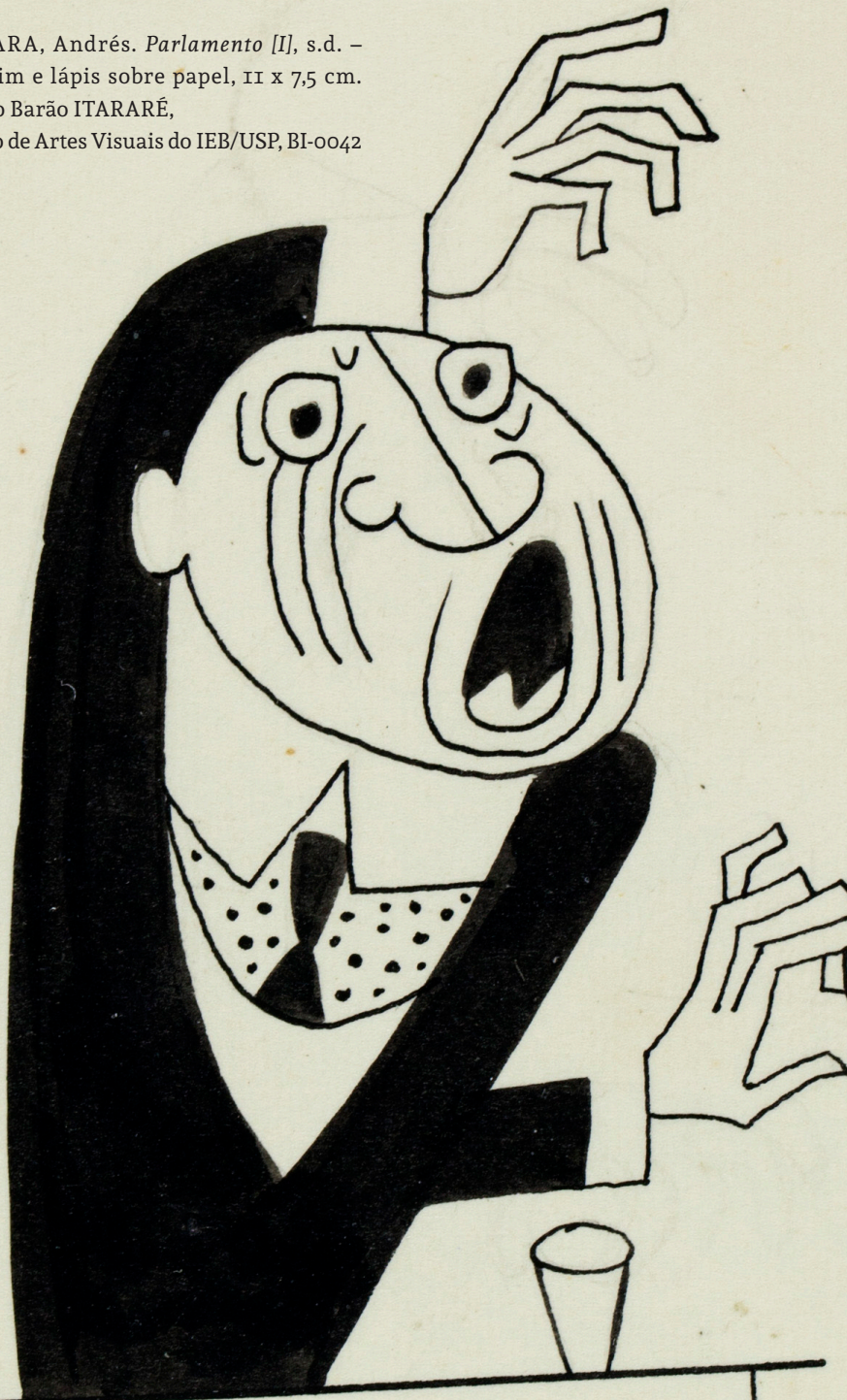
BATISTA, Marta Rossetti. Centenário de Nascimento de Tarsila do Amaral (1886-1973). *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, n. 26, 1986, p. 115-129. <https://doi.org/10.11606/issn.2316-901X.voi26p115-129>.

GOTLIB, Nádia. *Tarsila do Amaral, a modernista*. 5. ed. São Paulo: Sesc, 2022

LIMA, Yone Soares. *A ilustração na produção literária*: São Paulo – década de vinte. São Paulo: Instituto de Estudos Brasileiros/USP, 1985.

SIMIONI, Ana Paula Cavalcanti. *Mulheres modernistas: estratégias de consagração na arte brasileira*. São Paulo: Edusp, 2024.

GUEVARA, Andrés. *Parlamento [I]*, s.d. –
nanquim e lápis sobre papel, 11 x 7,5 cm.
Coleção Barão ITARARÉ,
Coleção de Artes Visuais do IEB/USP, BI-0042



Paris 1923: trânsitos de sociabilidade em *cabarets* antropofágicos

[*Paris 1923: circulations of sociability in anthropophagic cabarets*

Ricardo Gaiotto de Moraes[†]

[ANDRADE, Gênese (Org.). 1923: *os modernistas brasileiros em Paris*. São Paulo: Editora Unesp, 2024.

RESUMO • Analisamos o livro *1923: os modernistas brasileiros em Paris*, destacando sua contribuição para compreender as dinâmicas culturais dos artistas brasileiros que se instalaram na Paris dos anos 1920. Além de investigar as trocas transnacionais de figuras como Tarsila do Amaral, Oswald de Andrade, Di Cavalcanti, Rego Monteiro, Sérgio Milliet e Heitor Villa-Lobos, que negociaram seu lugar no modernismo internacional e divulgaram os colegas brasileiros, a obra revela trânsitos culturais entre artistas brasileiros e franceses, passando por temas como a (in)submissão a expectativas europeias de “exotismo” e o potencial do incipiente modernismo brasileiro em também afetar artistas franceses. • **PALAVRAS-CHAVE** • Modernismo brasileiro; Paris 1923; crítica cultural. • **ABSTRACT** • We

analyze the book *1923: os modernistas brasileiros em Paris*, highlighting its contributions to understanding the cultural dynamics of Brazilian artists who settled in 1920s Paris. In addition to investigating the transnational exchanges of figures such as Tarsila do Amaral, Oswald de Andrade, Di Cavalcanti, Rego Monteiro, Sérgio Milliet, and Heitor Villa-Lobos, who negotiated their place in international modernism while promoting their Brazilian peers, the book reveals cultural circulations between Brazilian and French artists, addressing themes such as (non)submission to European expectations of “exoticism” and the potential of early Brazilian modernism to influence French artists. • **KEYWORDS** • Brazilian modernism; Paris 1923; cultural criticism.

Recebido em 4 de março de 2025

Aprovado em 7 de abril de 2025

MORAES, Ricardo Gaiotto de. Paris 1923: trânsitos de sociabilidade em *cabarets* antropofágicos. *Rev. Inst. Estud. Bras.* (São Paulo), n. 90, 2025, e10744.



Seção: Resenha

DOI: 10.11606/2316901X.n90.2025.e10744

† Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC, Florianópolis, SC).

Um ano depois de participarem da Semana de Arte Moderna, alguns dos modernistas se instalaram em Paris. Paulo Prado, um dos maiores entusiastas e mecenas da Semana de 22, considerava esse momento na capital francesa como uma continuidade do empreendimento que lançou a Semana. É sobre esse trânsito modernista que trata o livro *1923: os modernistas brasileiros em Paris* (Editora Unesp, 2024), organizado por Gênese Andrade.

Os protagonistas do livro são os artistas modernistas provenientes do Brasil que se encontravam instalados em Paris no ano de 1923 sob circunstâncias diversas. Ricos e mantidos às próprias custas estavam Tarsila do Amaral e Oswald de Andrade – o casal Tarsivaldo. Com bolsa do Pensionato Artístico do Estado de São Paulo, mantinham-se Victor Brecheret e Anita Malfatti e, com apoio do governo brasileiro, Heitor Villa-Lobos. Recebendo magra remuneração do jornal *Correio da Manhã*, viviam Di Cavalcanti e sua esposa, Maria. Completam o grupo Sérgio Milliet e Vicente do Rego Monteiro, este já em Paris desde 1921, além dos visitantes Paulo Prado e Olívia Guedes Penteado.

O livro tem como foco descrever e reconstituir os movimentos desses artistas em Paris para investigar nexos interpretativos acerca das sociabilidades constituídas na e a partir da convivência na capital francesa. O contato com esse universo não era tarefa simples – destacam-se os esforços desses atores que se desdobravam em várias ações para fazer a própria obra circular naquela que era a capital cultural do mundo, estabelecer contatos com artistas franceses para alguns, mediar contatos entre os colegas brasileiros e estrangeiros, informar ao público interessado sobre as notícias culturais parisienses. Esse movimento cultural de negociação entre mundos, com relações nem sempre simétricas entre centro e periferia – como diríamos hoje –, é organizado por Gênese Andrade em duas partes.

Na primeira, “Impressões de Paris”, estão conferências, crônicas e outros textos escritos por Oswald de Andrade, Di Cavalcanti e Sérgio Milliet, publicados originalmente em periódicos como *Revue de l'Amérique Latine*, *Correio da Manhã*, *Correio Paulistano* e *Ariel: Revista de Cultura Musical*. Alguns desses textos são inéditos em livro, dois – “L’effort intellectuel du Brésil contemporain”, de Oswald de Andrade, e “La poésie moderne au Brésil”, de Sérgio Milliet – são acompanhados das respectivas traduções. Assim nessa parte inicial, o leitor pode tanto ler pela primeira vez a produção em jornal de Di Cavalcanti e Sérgio Milliet quanto se surpreender com a

conferência de Oswald de Andrade na Sorbonne, agora traduzida em sua totalidade, questionando-se acerca do valor simbólico da conferência que fora anunciada em carta para Mário de Andrade desta maneira: “Antevéspera da Sorbonne – Ando subornado pela emoção” (p. 128).

Na segunda parte do livro, “Paris é uma festa brasileira?”, o leitor está diante de capítulos escritos por experientes pesquisadores do modernismo brasileiro, que garantem unidade ao conjunto, contextualizando os documentos da primeira parte tanto do ponto de vista das circunstâncias quanto em relação às narrativas e personagens a que se referem, e discutem criticamente as implicações do trânsito cultural. Engana-se, no entanto, quem pensa que encontrará nos textos uma visão homogênea sobre a sociabilidade modernista. A exemplo do que fez no excelente *Modernismos 1922-2022* (1922), coletânea de textos de crítica literária contemporâneos e sobre a Semana de Arte Moderna e seus desdobramentos, a seleção e a organização cuidadosas feita por Gênese Andrade confere unidade temática ao mesmo tempo que aponta para a diversidade de pontos de vista.

Para além do interesse pela descrição dos episódios – como os jantares oferecidos pelo embaixador, os encontros com poetas e artistas franceses que Oswald de Andrade, Tarsila do Amaral, Di Cavalcanti e Sérgio Milliet lograram desfrutar –, os capítulos visam refletir sobre os jogos de sociabilidade da incursão de certo modernismo em Paris também pensar na via de mão dupla que essa sociabilidade representava, respondendo a perguntas como: qual era a repercussão em Paris do modernistas brasileiros? Em que medida a repercussão e a expectativa engendrada nesse outro espaço contribuíram para mudanças de estilona própria produção desses modernistas? Quais as vias de valorização do capital simbólico desses modernistas brasileiros quando voltaram ao Brasil? As reflexões acerca dessas questões são encaminhadas no decorrer dos capítulos, geralmente se associando os textos da primeira parte a pesquisas desenvolvidas pelos/as autores/as.

No primeiro capítulo da segunda parte, “1923 e os modernistas no primeiro e movimentado ano de Souza Dantas como embaixador em Paris”, Orlando de Barros e Fábio Koifman analisam, por meio da consulta detalhada a periódicos e relatos, como o embaixador organizava encontros entre artistas e intelectuais brasileiros e franceses, destacando o papel que ele desempenhou na articulação de uma estratégia de diplomacia cultural. Um exemplo emblemático foi a participação do embaixador na criação do “curso de estudos brasileiros” na Sorbonne, cuja aula inaugural foi marcada pela frase de Georges Dumas: “Finalmente, eis o Brasil na Sorbonne!” (p. 233).

Fez parte desse curso a conferência “L’effort intellectuel du Brésil contemporain”, que Oswald de Andrade proferiu apresentando a literatura brasileira moderna e destacando os desdobramentos estéticos da Semana de Arte Moderna. Pouco depois, um almoço organizado por Souza Dantas no restaurante Chez Joseph reuniu representantes da vanguarda artística francesa e brasileira: do lado francês, participaram nomes como Jules Romains, Blaise Cendrars, Jean Cocteau, Darius Milhaud, Fernand Léger e André Lhote; do brasileiro, Oswald de Andrade, Pinheiro Júnior, Sérgio Milliet, Tarsila do Amaral, Vicente Rego Monteiro, Victor Brecheret e Souza Lima. O artigo evidencia como a atuação de Souza Dantas não apenas favoreceu a projeção internacional do modernismo brasileiro, mas também

contribuiu para a construção de uma imagem do Brasil como nação moderna, por meio de ações diplomáticas alinhadas a estratégias de valorização simbólica, embora a consulta recorrente do ensaio a material da imprensa brasileira deixe em aberto como se dava a recepção dessas ações pelos franceses.

No capítulo seguinte, “Os artistas brasileiros nas exposições inaugurais da Maison de l’Amérique Latine em Paris, em 1923 e 1924”, Michele Greet discute os critérios eurocêntricos para reconhecer a autenticidade da arte latino-americana, com base em duas exposições organizadas pelas recém-fundadas Académie Internationale des Beaux-Arts e Maison de l’Amérique Latine, com obras de artistas de vários países da América Latina.

Segundo Greet, as obras expostas em 1923 não corresponderam ao desejo do público francês de encontrar um exotismo tropical autêntico porque optaram por dialogar com as linguagens do modernismo europeu, ainda que, no caso dos brasileiros, com exceção de Tarsila do Amaral – que apresentou um retrato de Oswald de Andrade com traços cosmopolitas –, Anita Malfatti, Victor Brecheret e Rego Monteiro, os artistas tenham integrado elementos de referência brasileira em suas produções.

A exposição de 1924 gerou repercussão semelhante. As críticas se voltaram à suposta falta de originalidade e ao excesso de esmero técnico, considerados incompatíveis com uma arte autóctone. Críticos como Raymond Cogniat e Henri Clouzot buscavam definir os padrões da arte latino-americana com base em expectativas que, segundo Greet, tinha relação mais com “fantasias europeias de um primitivismo autêntico e inalterado do que com a realidade de uma cultura que era o resultado de centenas de anos de domínio colonial espanhol e português” (p. 276).

A postura colonial dos críticos – diríamos hoje – faz observar que o reconhecimento de uma obra nos circuitos parisienses envolvia reconhecer os padrões desejados e estratégias de sociabilidade. Para Michele Greet, após a exposição de 1924 e sua repercussão, artistas brasileiros como Tarsila do Amaral e Rego Monteiro passaram a incorporar mais explicitamente, em suas obras, representações da “moderna identidade brasileira” como forma de se destacar no cenário mundial. De certa maneira, souberam captar os critérios que orientavam o reconhecimento de uma arte autenticamente latino-americana do ponto de vista dos interlocutores franceses.

Para Jorge Schwartz, que assina o texto “Rego Monteiro: Paris, 1923”, o livro *Légendes, croyances et talismans des indiens de l’Amazone* (1923) conseguiu captar o reconhecimento da crítica francesa. Além da beleza plástica, Rego Monteiro soube usar, na obra, o “desenho abstrato e geométrico das culturas ameríndias”, baseado nas leituras que tinha sobre a tradição indígena da ilha de Marajó, respondendo, assim, a novas necessidades das artes no velho mundo, que buscava a essencialidade do primitivismo. Segundo Jorge Schwartz, *Légendes* configuram um movimento unidirecional, que leva da floresta amazônica à civilização parisiense. Rego Monteiro atuaria, portanto, como tradutor de uma mitologia indígena para o público francês.

Carlos Augusto Calil, em “O rapaz mais simples do mundo”, trata da amizade ao nos contar como Oswald de Andrade e Tarsila do Amaral se aproximaram mais de Blaise Cendrars do que de figuras como Jean Cocteau, Jules Romains ou Ivan Goll. A proximidade com o poeta francês está registrada na correspondência de Oswald

e Tarsila. Ele conta, em carta a Mário de Andrade, que jantará “*lundi com Cendrars, dans la maison*” (p. 311), ou seja, na casa de Cendrars. Ela, por sua vez, escreve à família comentando que o “maior poeta francês atual: o mutilado de guerra Blaise Cendrars que com toda a sua incontestada grandeza é o rapaz mais simples do mundo” (p. 312). Além da intimidade, o vínculo com o poeta resultou em um convite – aceito – para visita ao Brasil no ano seguinte. Durante a visita, é levado pelo grupo modernista na famosa viagem a Minas Gerais. Ainda em 1924, Cendrars publicou *Feuilles de routes*, cuja capa trazia a imagem de *A negra*, quadro de Tarsila do Amaral, que se alinhava ao interesse do poeta pela explosão da arte negra.

Alecsandra Matias de Oliveira, em “Axexê da negra”, propõe uma leitura a contrapelo justamente do quadro *A negra*, de Tarsila, a partir da crítica à perspectiva da “arte branco-brasileira”. A autora busca compreender como se insere, dentro do “jogo artístico”, o projeto arquitetado a partir da Semana de Arte Moderna, que pretendia forjar uma brasilidade calcada nas ousadias das vanguardas europeias e dos temas nativos, forçando a alteridades e segregando artistas e obras que não se enquadravam nesse projeto.

Ela traça, então, um histórico do interesse dos artistas modernistas franceses, como Fernando Léger – interlocutor de Tarsila do Amaral –, pelos artefatos africanos, o que deu origem ao “negrismo”. Em contexto semelhante, também foi produzida *A negra*, de Tarsila do Amaral, quadro elaborado a partir de inovações técnicas, cujo tema inspirador seria, nas palavras da própria artista: “reminiscência de ter conhecido uma daquelas antigas escravas, quando eu era menina de cinco ou seis anos [...] ela tinha os lábios caídos e os seios enormes” (p. 338). Para Oliveira, a desproporção dos lábios e dos seios da personagem exclui sua humanidade e inviabiliza a possibilidade de identificação com a figura, o que faz de *A negra* uma “obra-problema” (p. 339). Assim, Tarsila ofereceria, de acordo com a autora, ao meio parisiense “a confraternização racial na ideologia de dominação do latifúndio” (p. 339).

Parece-me indispensável pontuar a maneira como o livro comporta posições díspares em relação ao que discute – esse é o caso das leituras sobre *A negra*. O texto de Alecsandra Matias de Oliveira atualiza e debate o tema a partir de questões contemporâneas incontornáveis, como a discussão sobre o racismo estrutural. Aliás, as escolhas primorosas da organizadora de 1923 se completam pela maneira como, na introdução do livro, faz ressalvas à conferência de Oswald de Andrade identificando a forma pouco crítica como ele se refere aos colonizadores.

Outro capítulo sobre Tarsila do Amaral é “A caipirinha e o francês: Tarsila do Amaral e a devoração da modernidade via Fernand Léger”, no qual Tadeu Chiarelli registra o contato da artista com a pintura de Fernand Léger assim que ela chega a Paris, analisando o processo de deglutição realizado por Tarsila. Segundo o autor, a pintora retira da modernidade de Léger “qualquer resquício de circunstância, de contingência, de história” e devolve “uma poética ainda colada ao mito ancestral (a ex-escravizada, como ‘a’ negra ou a ‘caipirinha’; São Paulo como aldeia), que resiste ao embate com o tempo” (p. 356), pelo menos do ponto de vista formal, diríamos.

Thiago Gil Virava, em “A vida é um bailado cubista: Brecheret e Di Cavalcanti em Paris”, retoma o mote oswaldiano de que o estágio com os pintores cubistas representava um período de “exercício militar” para os modernistas do Brasil em

Paris. De acordo com autor, essa obrigatoriedade foi cumprida por Victor Brecheret e Di Cavalcanti em situações e de maneiras diferentes. Brecheret precisava necessariamente inscrever suas obras em salões, pois era bolsista do pensionato paulista e tinha compromissos a cumprir; já Di Cavalcanti, que não era bolsista, não tinha essa exigência e não apresentou nenhuma pintura em salões nesse período.

Assim, enquanto a apropriação cubista de Brecheret se executa na escultura, é nos textos publicados na imprensa que Virava encontra em Di Cavalcanti o *cabaretier-cronista*, adepto das justaposições cubistas na escrita. O cronista se aproximaria de um cubismo popular, em “comunicação direta com o mundo do circo, dos cabarés e dos esportes, como o futebol e o boxe” (p. 367-368). O autor identifica adesão ao cubismo na passagem de uma crônica enviada por Di Cavalcanti ao *Correio da Manhã* em 4 de novembro de 1923: “Eu tenho uma profunda ojeriza à palavra humanidade” (p. 379). Na sequência, ele explica: “humanidade, todo universal, consciência, são coisas que atrapalham e não podemos pôr num bailado. E a vida é um bailado cubista” (p. 379).

Dentre os brasileiros em Paris, Sérgio Milliet é quem desponta como mediador entre os modernistas de lá e de cá – pelo menos é o que sugerem Regina Salgado Campos e Valter Cesar Pinheiro no cuidadoso “Sérgio Milliet em 1923: cartas, crônicas e poemas de Paris”, no qual analisam as cartas trocadas entre o autor e Mário de Andrade. Milliet foi quem apresentou Mário de Andrade a Ivan Goll, iniciando uma troca profícua entre os dois autores, e admitiu ser uma alegria para ele saber que conseguiu estabelecer mais uma “ponte literária entre o grupo e o Paris interessante” (p. 388). Além disso, na correspondência, Milliet conversa com Mário de Andrade sobre Cocteau, com quem mantinha amizade e a quem considerava “um gênio parisiense” (p. 389). Para o autor, a internacionalização não deveria se restringir a “um caminho de mão única da periferia ao Centro” (p. 404).

Analisando uma resenhada francesa Lucie Delarue-Mardrus sobre um concerto de Heitor Villa-Lobos, de 1927, Cacá Machado, em “Sobre os canibais: Villa-Lobos em Paris, Darius Milhaud no Rio de Janeiro”, identifica questões incontornáveis para entendimento das relações culturais de via dupla entre artistas de Brasil e França. A resenhista conta uma história imaginada de que Villa-Lobos teria sido capturado por indígenas, preparado para a cerimônia fúnebre e que conseguira fugir antes de ser comido. Esse relato teria levado a crítica francesa dos anos 1920 a olhar o músico como uma espécie de encarnação dos espíritos do bom selvagem e do aventureiro.

Na resenha, a autora teria também identificado um ritmo numa composição do maestro do qual não se podia se livrar, porque, ao ouvi-lo, “não se pode deixar de acompanhar com um movimento involuntário dos ombros, início de uma dança e talvez de um canibalismo” (p. 416). Cacá Machado chama atenção para a inversão de sinal do canibalismo que ganha “positivada de expansiva” (p. 417). Ainda de acordo com Machado, “todos os elementos estão reunidos aqui: música popular [...], o primitivismo, o exotismo e, por fim, a clivagem entre canibalismo e antropofagia” (p. 417). Como demonstra a resenha, o compositor ocupava posição de destaque na sociabilidade parisiense, pois seu reconhecimento, a partir de 1924, decorreria da linguagem singular de suas obras, e não do uso oportunista do exotismo de termos folclóricos e indígenas. Para Cacá Machado, as composições de Villa-Lobos já

traziam, desde o início dos anos 1920, um espírito antropofágico *avant la lettre* – “um processo profundo de transformação de si através do outro” (p. 425).

Cacá Machado destaca, na via de mão dupla, o caminho do Brasil para a França, por meio da suíte *Le boeuf sur le toit* (1919), composta por Darius Milhaud após sua estadia no Brasil, onde ficou impressionado com a síncope da música popular. A obra é *bricolage* tanto de temas de compositores como Marcelo Tupinambá, Ernesto Nazareth e Chiquinha Gonzaga, como de citações eruditas, como Alexandre Levy. Seu título remete à canção carnavalesca “O boi no telhado” (1918), de Zé Boiadeiro. No início dos anos 1920, a cultura parisiense buscava experiências “primitivas” e “exóticas” para alimentar a estética dadaísta emergente. O cabaré *Le Boeuf sur le Toit* tornou-se um símbolo desse intercâmbio cultural, sendo descrito como “o umbigo do mundo”. Na conclusão do capítulo, Cacá Machado sugere que o lugar-comum “é olhando-se de fora que se conquista o autorreconhecimento” poderia ser substituído pela ênfase não na distância, mas “no trânsito por uma via de mão dupla” (p. 431).

O capítulo que encerra o volume é “Modernismo na bagagem, Paris via postal: Oswald em 1923”, em que a organizadora Gênese Andrade analisa a participação do autor de *Memórias sentimentais de João Miramar* em Paris, flagrando nele o correspondente e cronista telegráfico registrando os impulsos que recebe da vida em Paris, movido pela vontade de participar da cena cultural modernista e de mostrar o que ele e o grupo modernista haviam criado – na síntese precisa de Gênese Andrade, “Oswald e espectador e personagem” (p. 435).

As crônicas de Oswald e suas cartas, na primeira parte do livro, captam a vivência do corpo na cidade moderna. Em “A atualidade de Babilônia”, por exemplo, de onde viria uma das frases que ressoam pelo livro, segundo a qual a vida do homem moderno médio seria “fazer ginástica de manhã, pregar moralidade no almoço e ir sofrer a volúpia da queda e do Éden perdido nos *dancings* lúbricos” (p. 78), Oswald buscaria, de acordo com Gênese Andrade, amalgamar a “efervescência da cidade e a produção estética, ambas ao mesmo tempo multifacetadas, passíveis de crítica e longe de consenso” (p. 441).

Aliás, outro movimento que perpassa cartas e crônicas de Oswald é a crítica a eventos como o Salon des Indépendants – “Não é mais cubismo, é cu... ismo” (p. 445), como aparece na carta a Mário de Andrade – e anúncios de novos encontros literários – “Quarta, almoço com Baudelaire que hoje é mutilado de guerra e chama Blaise Cendrars” (p. 451), como aparece na carta a Monteiro Lobato. Por fim, a autora aponta que há, na crônica “Vantagens do caos brasileiro”, um tom mais argumentativo e reflexivo, que indica para perspectivas que poderiam anunciar *Pau Brasil*: “se a submissão aos modelos importados representaria o caos, a valorização do elemento nacional em diálogo com as recentes tendências artísticas europeias resultaria na vantagem ou na superação do caos” (p. 456).

Gênese Andrade – uma dos/as pesquisadores/as mais bem preparados/as para discutir o assunto – nos deu em 1923: *os modernistas brasileiros em Paris* a possibilidade de reler 100 anos depois alguns textos dos modernistas ainda inéditos em livros e de conhecer o que as pesquisas acadêmicas têm discutido sobre o tema, operando uma seleção de textos que não apenas apresentam as questões dos trânsitos de nacionalidades, mas inspiram pesquisas pela diversidade de pontos de vista

apresentada. O único senão desse belo livro é a ausência de um índice onomástico que facilite a localização e a pesquisa a partir de diferentes eixos.

SOBRE O AUTOR

RICARDO GAIOTTO DE MORAES é professor adjunto de Literatura Brasileira na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).
ricardorgaiotto@gmail.com
<https://orcid.org/0000-0003-3595-0033>

REFERÊNCIAS

- ANDRADE, Gênese (Org.). *Modernismos 1922-2022*. Consultor: Jorge Schwartz. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.
- ANDRADE, Gênese (Org.). *Correspondência*: Mário de Andrade & Oswald de Andrade. São Paulo: Edusp; IEB, 2023.

revista



REVISTA DO
**INSTITUTO
DE ESTUDOS
BRASILEIROS**

**CRITÉRIOS PARA PUBLICAÇÃO
E ORIENTAÇÕES AOS AUTORES***



*As normas e orientações atualizadas podem ser
acessadas no link abaixo / The updated standards and
guidelines can be accessed at the link below:

<http://www.ieb.usp.br/rieb>